

ATAS / ANAIS

11º COLÓQUIO DA LUSOFONIA 2009

4º ENCONTRO AÇORIANO

AÇORES: A INSULARIDADE, O ISOLAMENTO E A PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO

no Cineteatro Lagoense de 31 de março a 4 de abril 2009, Lagoa, S. Miguel, Açores



organizado por

Países e regiões representados



TÍTULO: *AÇORES 2009: a insularidade, o isolamento e a preservação da língua portuguesa no mundo. Atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia*

Data: 31 março a 4 de abril 2009

ISBN: 978-989-95891-2-4

EDITADO POR COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

Autor(es): VÁRIOS

TIRAGEM PAPEL: 150 EXEMPLARES

TÍTULO: AÇORES 2009: a insularidade, o isolamento e a preservação da língua portuguesa no mundo. Atas do 11º colóquio - 4º Encontro Açoriano da Lusofonia

1. COMISSÕES

PATRONOS DO EVENTO / COMISSÃO de HONRA

Professor Doutor João Malaca Casteleiro (Academia de Ciências de Lisboa) e
Professor Doutor Evanildo Cavalcante Bechara (Academia Brasileira de Letras)

Apoio - Direção Regional das Comunidades ▫ Dra. Rita Machado Dias, Diretora DRC

Apoio Logístico

– Câmara Municipal da Vila de Lagoa

- Roberto Medeiros (Vice-Presidente)
- Dr. Nuno Martins (Chefe de Gabinete)

COMISSÃO EXECUTIVA 2009-2010

Prezidente

- Dr. Chrys Chrystello, Mentor University of Brighton, Reviewer Helsinki University, ex-Australia's Council Literature Assessor (UTS - University of Technology Sydney Australia)

Vice-Presidentes

- Dr. Manuel Sá Couto, Escola Secundária Antero de Quental, S. Miguel, Açores
- Dra. Helena Chrystello, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel, Açores

Vogais: ▫ Prof.ª Doutora Zélia Borges, jubilada da Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil

- Prof.ª Doutora Vilca Marlene Merízio, (UAç) Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil
- Prof.ª Doutora Rosa Madruga Pinheiro, UNISUL, Universidade do Sul de Sta Catarina, Brasil,
- Cristina Vianna, Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina, Brasil
- Dr. Augusto de Abreu, Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses / Academia S. José de Letras, Sta Catarina, Brasil

COMISSÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL PERMANENTE

- Prof. Doutor João Sobrinho Teixeira, Presidente Instituto Politécnico de Bragança
- Prof. Doutor Luciano B. Pereira, Esc. Superior de Educação, Instituto Politécnico Setúbal
- Prof.ª Doutora Maria Zélia Borges, jubilada da Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil
- Dr. Ângelo Cristóvão, Secretário da Academia Galega da Língua Portuguesa
- Dr. Chrys Chrystello, Mentor University of Brighton, Reviewer Helsinki University, ex-Australia's Council Literature Assessor (UTS - University of Technology Sydney Australia)
- Dra. Helena Chrystello, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel Açores

COMISSÃO CIENTÍFICA DOS ENCONTROS

- Professor Doutor João Malaca Casteleiro (Academia de Ciências de Lisboa)
 - Professor Doutor Evanildo Cavalcante Bechara (Academia Brasileira de Letras)
 - Professor Daniel de Sá, escritor açoriano
 - Dr. Mário Moura, Diretor da Casa da Cultura da Ribeira Grande
 - Dr. Ângelo Cristóvão, Secretário da Academia Galega da Língua Portuguesa
- SECRETARIADO EXECUTIVO E COMISSÃO DE ATIVIDADES PARALELAS
- Dra. Helena Chrystello, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel Açores
 - Dra. Célia Carmen Cordeiro, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel Açores
- apoiadas por Dra. Andreia Cordeiro (Animadora Cultural) e Paula Bento

2. Temas 2009:

1. AÇORES: a insularidade, o isolamento e a preservação da língua portuguesa no mundo (tema permanente)

Subtemas

- 1.1. Acordo ortográfico. Sua implementação no arquipélago e nas restantes comunidades
- 1.2. Lusofonia: Questões e Raízes.
- 1.3. Literatura Açoriana no Mundo: autores insulares, expatriados e estrangeiros. Historial e perspectivas futuras
- 1.4. Estudos e Literatura Açoriana: propostas para a sua implantação
- 1.5. Açorianidade no mundo: guetos, comunidades transplantadas, comunidades integradas e comunidades desenraizada

2. ESTUDOS DE TRADUÇÃO

Subtemas

- 2.1. Tradução de / para literatura lusófona
- 2.2. Literatura Açoriana de Autores estrangeiros (sobre os Açores) (ex.º John e Henry Bullar "A Winter in the Azores and a Summer in the Baths of Furnas", John Updike "Azores", Mark Twain, "Innocents abroad" (capítulos sobre os Açores na ilha do Faial, Maria Orrico "Terra de Lúdia", Romana Petri "O Baleeiro dos Montes", António Tabucchi "Mulher de Porto Pim")

3. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO

Dias de Melo e todos os autores açorianos, já esquecidos ou ainda não, como por exemplo entre muitos outros (lista arbitrariamente compilada): Adelaide Baptista, Frank X. Gaspar, Norberto Ávila, Álamo Oliveira, Garcia Monteiro, Nuno Costa Santos, Alexandre Borges, Gaspar Frutuoso (século XVI), Onésimo Teotónio de Almeida, Ângela Almeida, Ivo Machado, Pedro da Silveira, Antero de Quental (séc. XIX), João de Melo, Roberto de Mesquita (sécs. XIX e XX), Armando Côrtes-Rodrigues (séc. XX), Judite Jorge, Rui Machado, Carlos Wallenstein, Katherine Vaz, Santos Barros, Cristóvão de Aguiar, Luís Filipe Borges, Tiago Prenda Rodrigues, Daniel de Sá, Madalena Caixeiro, Urbano Bettencourt, Eduardo Bettencourt Pinto, Madalena Féris, Urbano de Mendonça Dias, Eduardo Jorge Brum, Margarida Jácome Correia, Vamberto de Freitas, Eduíno de Jesus, Maria Luísa Soares, Anthony de Sá, Emanuel Félix, Mário Cabral, Emanuel Jorge Botelho, Martins Garcia, Fernando Aires, Natália Correia, António Ferreira, Sacuntala de Miranda e todos os outros...

3. NOTA INTRODUTÓRIA

Quando em 2001 preparamos, no Porto, o início dos COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA - sob a égide do então nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra - queríamos patentear que era possível ser-se INDEPENDENTE. Quisemos provar também a necessidade de descentralizar a realização destes eventos e levá-los a cabo sem sermos subsídio-dependentes. O ponto de partida foi a discussão das problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 em diante os Colóquios realizaram-se em Bragança devido à sua insularidade em termos culturais. Portugal, como todos sabem, é um país macrocéfalo; existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais mais remotos do interior, como Bragança, terem acesso a debates de relevantes sobre a língua.

Por outro lado, em poucos anos os Colóquios já se afirmaram (sem custos para o Ministério da Cultura, Instituto Camões e outras entidades portuguesas) como a única realização regular, concreta e relevante em Portugal sobre esta temática. Os Colóquios são totalmente independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais. Asseguram essa sua "independência" e sobrevivência através do pagamento das inscrições dos participantes. Este importante evento é totalmente concebido e levado a cabo por uma rede organizativa de voluntários. Esta independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Ao nível logístico, beneficiam do apoio da autarquia local que decide apostar na divulgação e realização deste importante evento anual. Debatem-se as problemáticas da língua portuguesa, em articulação com outras comunidades como agentes fundamentais de mudança. Apesar do carácter vincadamente independente dos Colóquios, temos estabelecido parcerias e protocolos que nos permitam embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica.

Os Colóquios têm servido para inúmeros colegas aplicarem a prática experiências doutros à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados. Visa-se aproveitar a experiência de cada um dentro da sua especialidade, para que os restantes possam partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e de residência e utilizarem esses instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Nas conferências e simpósios similares, de formato tradicional, as pessoas chegam, debitam o seu trabalho e partem com uma ata, posteriormente elaborada, cheia de boas intenções e conclusões que não se concretizam. Os Encontros inovaram e em 2002, introduziram o hábito de entregarem um CD das Atas / Anais no início das sessões, e em 2008 (nos Açores) entregaram já em livro as Atas no ato de acreditação de presenças.

Criou-se, entretanto, uma vasta rede informal facilitando um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolonga no tempo. Em 2004, os Colóquios fizeram a campanha para salvar o Ciberdúvidas; em 2005 presidiu ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP; em 2006 lançou a primeira pedra para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Em 2007 atribuiu o 1º Prémio Literário da Lusofonia da Câmara Municipal de Bragança e debateu (pela primeira vez em Portugal) o Acordo Ortográfico, tornado a debater nos Açores em 2008 e que finalmente foi promulgado. Em 2008 iniciou também uma campanha para criar uma cadeira de Estudos (e Literatura) Açorianos e uma de Estudos (e Literatura) Transmontanos, e assistiu à abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio dos colóquios. 2008 Marca o início de parcerias com Universidades e Politécnicos rumo à concretização desse grande projeto intitulado Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa dos Colóquios da Lusofonia e do Dicionário de Açorianismos (lançado em 2007). Igualmente em 2008, o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa (Professor Adriano Moreira) e o seu Vice-Presidente (Prof. Artur Anselmo) deslocaram-se propositadamente a Bragança para darem "o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia", o que vem apenas confirmar o gabarito intelectual dos nossos colóquios e a sua importância no meio académico em Portugal, Brasil e Galiza.

Convirá aqui recordar as

4. CONCLUSÕES APROVADAS PELO 7º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA

Louvar publicamente os académicos **EVANILDO CAVALCANTE BECHARA e JOÃO MALACA CASTELEIRO** pela sua total disponibilidade demonstrada desde 2007 em apoiar estes Colóquios e os Encontros Açorianos da Lusofonia bem como pelo incansável trabalho desenvolvido em prol do Acordo ortográfico. (aclamação por unanimidade)

Tornar público, divulgando por todos os meios de comunicação o **MANIFESTO** constante da página seguinte:

Anunciar que, fruto deste colóquio, o departamento de Português da Universidade de Nottingham no Reino Unido irá, de imediato, **adotar nas aulas o novo Acordo Ortográfico**

Anunciar que, fruto deste colóquio, o departamento de tradução e interpretação do ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto) irá, de imediato, **adotar nas aulas o novo Acordo Ortográfico**

Irão ser desenvolvidas medidas pela Comissão Executiva dos Colóquios destinadas a **fazer funcionar, de imediato, as parcerias e protocolos** firmadas com os Colóquios da Lusofonia pela ESE (Escola Superior de Educação) do Instituto Politécnico de Setúbal, pela ESE (Escola Superior de Educação) do Instituto politécnico de Bragança e pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Brasil, nomeadamente nos contactos com a Universidade Aberta e outras universidades com e-learning (ensino a distância) para criar, no âmbito destes colóquios, as cadeiras de **ESTUDOS E LITERATURA AÇORIANOS** e de **ESTUDOS E LITERATURA TRANSMONTANA**, extracurriculares ou como pós-graduação.

Igualmente ficou a colega Professora Doutora Edma Satar da FLUL (Universidade de Lisboa) de implementar, a curto prazo, a mudança da nossa **Diciopédia ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa** para uma plataforma Java a fim de poder ter melhor utilização e visibilidade. Neste projeto se desenvolverá a fase seguinte do **Dicionário de Açorianismos** constante da Diciopédia.

Disponibilizar a breve prazo nas páginas do colóquio uma **ligação para os Estudos de Crioulo** já existentes a fim de facilitar o seu estudo e a sua institucionalização

Irão ser estudadas **propostas para parcerias futuras** e localização dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos, respondendo a pedidos de Santa Catarina, Brasil, São Paulo, Brasil, Galiza, Canadá, EUA, e Setúbal

Face ao apoio dado pela Academia de Ciências de Lisboa, através do seu Vice-Presidente Professor Artur Anselmo, pelo seu Presidente Professor Adriano Moreira, e pelo Professor Malaca Casteleiro, pelo professor Evanildo Bechara da Academia Brasileira de Letras, (ambos patronos deste evento) e pela novel Academia Galega da Língua Portuguesa, os Colóquios da Lusofonia irão desenvolver uma ação concertada com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança para a futura **localização na cidade de Bragança do Museu da Língua Portuguesa**. Pretende-se que os Colóquios funcionem como motor (através de propostas de todos os que fazem parte da sua rede) e de elo vital de coordenação das iniciativas das três academias na programação futura e na conceção do Museu, cujo projeto de viabilização será apresentado pela Câmara Municipal de Bragança a fim de ser validado pelos Colóquios e pelas Academias em outubro de 2009.

COLÓQUIO 2009:

a) Incluir na temática do próximo ano, além da validação das propostas do Museu da Língua Portuguesa em Bragança, um tema de debate sobre **questões e raízes da Lusofonia, Léxico da Lusofonia, Promoção da Língua Portuguesa como 2ª língua ou língua estrangeira**, devendo convidar-se três filólogos de reconhecido mérito do Brasil, Portugal e Galiza..

b) O tema de 2008 será HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO, e nela devem incluir-se CAROLINA MICHAËLLIS, LEITE DE VASCONCELLOS, EUCLIDES DA CUNHA, AGOSTINHO DA SILVA, ROSÁLIA DE CASTRO

Introduzir na programação das sessões (em moldes a definir) as atividades paralelas que têm tido lugar nas noites dos Colóquios.

c) **Recomendação** Considerando a atual situação linguística em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau acha-se necessário:

A institucionalização do estudo bilingue,

Proporcionar aos jovens uma maior exposição quer á língua-alvo (PT) quer ao(s) crioulo(s) devendo para tal proceder-se à

Elaborar de material didático em línguas crioulas (mesmo ao nível mais elementar)

Angariar publicações e material audiovisual para proporcionar um maior contacto com a língua portuguesa

Sensibilizar a sociedade civil para esta temática.

Nos **Açores**, os Encontros tiveram início em 2006 e o ponto de partida tem sido o de trazer a S. Miguel académicos, estudiosos, escritores e outras pessoas para debater a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições, sempre numa perspectiva de enriquecimento da LUSOFONIA, tal como a entendemos com todas as suas diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar. Pretendemos manter anualmente este fluxo de personalidades para que, conjuntamente com os que vivem nestas nove ilhas, no continente e no resto do mundo, debatam a lusofonia nos quatro cantos do mundo.

Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou qualquer outro ramo de conhecimento científico, *podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana.*

Pretendemos contribuir para o levantamento de fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona e criativamente questionar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do caráter açoriano. Manteve-se sempre uma sessão dedicada à tradução que é também uma forma de divulgação cultural. Veja-se o recente exemplo de Saramago que já vendeu mais de um milhão de livros nos EUA, e onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Os nossos oradores “típicos” não buscam mais uma conferência para juntar aos seus currículos, antes estão interessados em partilhar as suas ideias, projetos, e criar sinergias com universidades, politécnicos e outras entidades e pessoas nos quatro cantos do mundo. São eles que voluntariamente já arrancaram com o ambicioso projeto da Diciopédia nas suas horas livres, sem buscarem fama ou proveito, antes irmanados deste nosso ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, tal como nós que organizamos voluntária e gratuitamente estes colóquios. Somos – todos juntos – capazes de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem.

Acreditámos que somos capazes de fazer a diferença. Os nossos oradores “típicos” juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as suas refeições, as suas comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio. Por último, a componente lúdico-cultural destes Encontros, permite induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio saem reforçados os elos entre as pessoas, a nível pessoal e profissional. Os participantes podem trocar impressões, falar e partilhar projetos, ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal das sessões.

O desconhecimento, a nível do Continente e do (resto do) mundo, da nossa realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta para divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma Lusofonia alargada.

Pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua. A meritória ação de várias entidades nos Açores nas últimas décadas tem proporcionado um estreitamento entre açorianos, expatriados e descendentes mas numa forma fechada e limitada. Nós pretendemos ir mais além, e levar os Açores ao mundo, em especial aos que não têm vínculos nem conhecimento desta realidade. Independentemente da sua Açorianidade, mas por via dela, pretendemos que mais lusofalantes e lusófilos fiquem a conhecer esta realidade insular com todas as suas peculiaridades, trazendo aos Açores outras vozes para que desse intercâmbio se possa difundir a verdadeira cultura açoriana no seio da lusofonia alargada que preconizamos.

Para 2010 / 2011 iremos tentar descentralizar mais o evento e trazer o Encontro para a Galiza e para Santa Catarina no continente sul-americano.

Pretendemos continuar a aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua.

5. DISCURSO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Em 2001 ao prepararmos o início dos COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA queríamos patentear que A LUSOFONIA diz respeito a todos os que falam a língua (portuguesa), independentemente da sua origem, cor, credo, religião ou nacionalidade. Igualmente estávamos decididos a demonstrar que era possível sermos INDEPENDENTES sem sermos subsídio-dependentes.

Pretendíamos criar um elo motor capaz de catapultar a língua portuguesa da sua obscuridade em meios internacionais para um cenário de ribalta: de Timor a Tânger, ou de Ceuta a Calecute. Surgiram estes Colóquios no seguimento de uma proposta do nosso primeiro patrono, Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra para a criação de uma Cidadania da Língua Portuguesa (no Mundo), eivada dos germes do sucesso inerentes a todas as propostas radicais e inovadoras num país como Portugal, marcado por tradicionalismos avessos a mudanças. Para quê, esta cidadania? Para que todos os lusofalantes, se possam identificar pela sua língua comum. Pretendíamos trazê-los ao seio desta nossa noção de Lusofonia alargada para sabermos quem são, o que fazem, o que pensam e sentem, qualquer que seja o local a que chamam terra mãe. Tivemos de admitir que a língua a que chamamos nossa só podia sobreviver enriquecida por outras estando unida numa frente comum a todos os falantes, numa realidade multilingue das comunidades lusófonas.

Em poucos anos os Colóquios já se afirmaram (sem custos nem apoios do Ministério da Cultura, Instituto Camões e outras entidades) como a única realização regular, concreta e relevante sobre esta temática. São independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais, através das inscrições dos participantes, o que permite um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos.

Foi em 2002 que propusemos incluir roteiros turísticos literários a locais celebrizados pelos monstros sagrados da literatura lusófona dos séculos XIX e XX? Alguns constam já dos vulgares roteiros paisagísticos, havia apenas que organizar a leitura de livros desses autores, e a divulgação de novos escritores nesses locais, Disponibilizavam-se traduções já existentes ou faziam-se reedições (económicas e sem grandes luxos) para os milhares de turistas que quererão visitar tais locais. Lucravam os países lusófonos, os editores, os operadores turísticos e a língua.

Em Portugal, podíamos começar com o José Saramago e um roteiro às suas terras de origem acompanhado de leitura de obras suas, (e disponibilizando tradução delas) passando por locais evocados em “A Cidade e as Serras” e tantas outras paisagens dos Açores de Nemésio, à Brasileira de Pessoa ou à Monsanto de Fernando Namora. Convidavam-se professores jubilados que amam a Língua Portuguesa para falarem das mil e uma nuances de cada autor, pedia-se a cada um dos autores ainda vivos que disponibilizasse um dia do calendário para falar da sua obra ou lê-la num cenário apropriado. Estou certo de que a organização de tais eventos custaria menos do que muitas das funções oficiais já agendadas. Não precisamos de subsídios, tão só de vontade para esta revolução que continua por fazer, não precisamos de comissários mas apenas de pessoas que amem a língua e cultura e que a achem sua.

Foi este o espírito que animou os nossos colóquios que ao nível logístico, sempre beneficiaram do apoio imprescindível da autarquia local apostada neste importante evento. Criámos, ao longo destes anos, uma vasta rede informal facilitando um livre intercâmbio de experiências e vivências, entre participantes. Ao contrário dos vulcões destas ilhas que tudo constroem e destroem sem um plano predefinido, sabíamos que teríamos de criar essa rede de colegas e académicos cujo elo comum era idêntica paixão pela língua e cultura de todos nós, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua. Criada que foi essa base, iniciámos a construção da nossa pirâmide para a posteridade da preservação e expansão da língua portuguesa, debatendo os temas tabu que mais nenhum colóquio queria ou ousava abordar para não melindrar a ordem instituída e o *status quo*. Em 2002, inovámos e introduzimos o hábito de entregar um CD das Atas / Anais no início das sessões, e a partir de 2008 (nos Açores) entregamos já em livro as Atas no ato de acreditação de participantes.

No segundo ano assumimos frontalmente o debate do multiculturalismo e relações interculturais. No ano seguinte, foi a vez das línguas e dialetos minoritários trazendo à colação a existência duma segunda língua oficial portuguesa, o mirandês. Em 2005 o tema era “*Dos Contadores de Histórias à Literatura Contemporânea: a língua portuguesa em Timor-Leste*”. Fomos os primeiros e únicos a debater, até hoje, os porquês da introdução da língua portuguesa em Timor. Fizemos a abordagem ao berço da nossa língua comum, desde a primeira edição, mas com o pragmatismo e o realismo necessários, postergamos o debate sobre o genocídio da Língua Portuguesa na Galiza, até 2006, o que serviria de motor de arranque dos esforços do nosso colega Ângelo Cristóvão para criar a Academia Galega da Língua Portuguesa. Em 2007, no 6º colóquio debateu-se o tema central a Língua Portuguesa no século XXI: a variante brasileira rumo ao futuro. *O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: esta a agenda para as próximas décadas*. Foi o pretexto para sermos os primeiros a debater o Acordo Ortográfico até então fora das manchetes dos jornais e afastado do interesse dos políticos. A resposta e a cobertura do evento, sobretudo além-fronteiras, ajudou os políticos a pronunciarem-se o que, como sabem, acabaria por levar à ratificação do segundo protocolo modificativo do acordo ortográfico de 1990. Em 2008, no 7º colóquio debatemos os Crioulos e a Língua Portuguesa, um enriquecimento biunívoco com a participação de vários especialistas. Houve uma análise ao progresso do Acordo Ortográfico acompanhado de uma Petição-Manifesto e da introdução de novos projetos para além da Diciopédia.

Jamais sonháramos conseguir tanto em tão pouco tempo e com os nossos limitados recursos. Em 2004, os Colóquios fizeram a campanha para salvar o Ciberdúvidas; em 2005 presidiram ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP; em 2006 lançou-se a primeira pedra para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Em 2007 atribuiu-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateu-se (pela primeira vez em Portugal) o Acordo Ortográfico, tornado a debater nos Açores em 2008 antes de finalmente promulgado. Em 2008 iniciou-se também uma campanha para criar uma cadeira de Estudos (e Literatura) Açorianos e uma de Estudos (e Literatura) Transmontanos, e assistiu-se à abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio dos colóquios.

Estabelecemos parcerias e protocolos que nos permitem embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica. O ano de 2008 marcou o início dessas parcerias com Universidades, Politécnicos e Academias rumo à concretização desse nosso grande projeto que é a Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa incluindo o Dicionário de Açorianismos (lançado em 2007). Igualmente em 2008, o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa (Professor Adriano Moreira) e o seu Vice-Presidente (Prof. Artur Anselmo) deslocaram-se propositadamente a Bragança para darem “o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia”, o que apenas confirma o gabarito intelectual dos nossos colóquios e a sua importância nos meios académicos de Portugal, Brasil e Galiza. Idêntica visita ocorre este ano aqui nos Açores, onde mantivemos pelo segundo ano, como patronos os professores Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara, representando as Academia de Portugal e do Brasil.

No ano de 2006, acabados de chegar a este paraíso insular, quisemos reunir académicos, estudiosos, escritores e outras pessoas para debater a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições, nesta perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA, tal como a entendemos com todas as suas diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar. Nos **Açores**, os Encontros debatem fatores exógenos e endógenos que permeiam a açorianidade lusófona, de forma, a criativamente questionar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do caráter açoriano. Mantivemos uma sessão dedicada à tradução como forma de divulgação linguística e cultural. Veja-se o recente exemplo de Saramago que já vendeu mais de um milhão de livros nos EUA, e onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Aqui neste arquipélago, nos encontros anteriores, criámos a reputação de exigência e intransigência para a necessidade de ser reconhecida universalmente a riquíssima literatura açoriana, parente pobre da vasta literatura portuguesa. Pretendemos manter anualmente um variado fluxo de personalidades para que debatam a lusofonia e mais especificamente a açorianidade e a sua manifestação literária ímpar. Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou qualquer outro ramo de conhecimento científico, *podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana*. O desconhecimento, a nível do Continente e do (resto do) mundo, da nossa realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta para divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma Lusofonia alargada. A meritória ação de várias entidades nos Açores nas últimas décadas tem proporcionado um estreitamento entre açorianos, expatriados e descendentes. Tal é o caso da DRC que nos apoia há 3 anos. Nós pretendemos ir mais além, e levar os Açores ao mundo, em especial aos que não têm vínculos familiares nem conhecimento desta realidade. Independentemente da sua Açorianidade, mas por via dela, pretendemos que mais lusofalantes e lusófilos fiquem a conhecer esta nossa realidade insular com todas as suas peculiaridades, trazendo aqui outras vozes para que desse intercâmbio se possa difundir a verdadeira cultura açoriana no seio da lusofonia que preconizámos. Para os próximos anos (2010-2011) iremos tentar descentralizar mais o evento e tentar levar o Encontro para a Galiza e para o Estado de Santa Catarina no continente sul-americano.

Nunca nos cansamos de aprender sobre este arquipélago de uma beleza estonteante composto de uma família de nove irmãs debruadas a cores diferentes. Em 2008 tivemos o privilégio de contar com a presença desse grande escritor picaroto, Dias de Melo, então ainda vivo com 83 anos, que escrevia, não só sobre os baleeiros que o tornaram célebre mas sobre o basalto da sua ilha natal do Pico. Um escritor sempre revolucionário que sentia o pulsar das suas gentes nas suas palavras, na sua atitude de escutar tudo e depois traduzir para livro, ele que era basalto e mar como muitas das gentes tradicionais do Pico. A sua obra merecia ser divulgada por todas as escolas e universidades do país mas continua - infelizmente - olvidada. A Universidade dos Açores passa, por vezes, à margem dos escritores açorianos como quem tem vergonha dos seus filhos. Estes Encontros visam repor um pouco a justiça que tais escritores merecem e no lugar de destaque que devem ter. Apreciam-se os que venceram lá fora nas AMÉRICAS e obnubilam-se os que não emigraram.

Alguns grandes vultos portugueses nasceram nos Açores, como Gaspar Frutuoso (1522-1591 historiador); o conde de Ávila, marquês e duque de Bolama; Manuel de Arriaga (1840-1917); Roberto Ivens (1850-1898); Antero Tarquínio de Quental (1842 -1891 filósofo e poeta); Teófilo Braga (1843 -1924 escritor político e presidente da República; Canto da Maya (1890 -1981) escultor; Vitorino Nemésio (1901-1978) escritor; António Dacosta (1914 -1990) pintor...mas existem centenas de autores raramente estudados ou lidos. É para eles, para as suas obras e memórias, que iremos orientar os nossos encontros, daqui em diante. Era esta já a opinião de Pedro da Silveira, poeta das Flores (1922-2003) e autor de A Ilha e o Mundo (1953) que disse: «*A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Apenas precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina.*»

Como recém-chegado tive a honra e o privilégio de aprender as idiosincrasias micaelenses, faialenses e picoenses ao traduzir obras de Daniel de Sá, Manuel Serpa, Victor Rui Dóres. Neste universo tão idílico não busquei - ao traduzir essas obras - a essência do ser açoriano. De certeza existe, em miríade de variações insulares, cada uma vincadamente segregada da outra, se o homem se adaptou às ilhas ou se estas se continuam a impor condicionando a presença humana, para assim evidenciar a sua diferença específica, neste caso a açorianidade. Estando esta presente num escritor, explicá-lo é tarefa para estudos mais complexos do que a mera atividade do tradutor, por mais empenhado ou apaixonado que possa estar pelo objeto da sua tradução. Nestas navegações literárias, uma pessoa não lê apenas. Percorre uma viagem tridimensional recheada pelos cinco sentidos que fluem da escrita como lava “pahoe-hoe” (pronuncia-se **pah hoi hoi**) de aparência viscosa mas fluida, brilhante e entrançada como cordas prateadas. Os autores não açorianos subitamente parecem ser todos do tipo lava “A a” (**ah ah**), grossa e áspera, que é um magma constituído por rochas solidificadas que são empurradas. Aqui nada é impelido embora por vezes se assemelhe na sua descrição e nos contornos emocionais à pedra-pomes que é o piroclasto dominante das rochas traquíticas, mais siliciosas do que o basalto. Foi com estas imagens e esta paixão que me dediquei a orientar o curso destes Encontros Açorianos da Lusofonia. É essa mesma literatura açoriana quiçá desconhecida, olvidada ou minorizada que iremos visitar ao longo dos próximos dias, em paralelo com mais um debate sobre a implementação do novo acordo ortográfico, com a presença de representantes das três Academias da Língua Portuguesa.

Os nossos oradores “típicos” não buscam mais uma conferência para juntar aos seus currículos, antes estão interessados em partilhar as suas ideias, projetos, e criar sinergias com universidades, politécnicos e outras entidades e pessoas nos quatro cantos do mundo. São eles que voluntariamente já arrancaram com o ambicioso projeto da Diciopédia nas suas horas livres, sem buscarem fama ou proveito, antes irmanados deste nosso ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, tal como nós que organizamos voluntária e gratuitamente estes colóquios. Somos – todos juntos – capazes de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem. Acreditámos sermos capazes de fazer a diferença. Os nossos oradores “típicos” juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as suas refeições, comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio. A componente lúdico-cultural destes Encontros, permite induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio saem reforçados os elos entre as pessoas, a nível pessoal e profissional. Os participantes podem trocar impressões, falar e partilhar projetos, ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal das sessões. Dizem que Portugal, e os Açores em particular, estão preocupados com a perda de subsídios da UE. Ainda não aprenderam as vantagens desta nova Europa alargada a 27 países. Haverá provavelmente, futuro para a língua e cultura portuguesas, mas continua a faltar uma política nacional da língua. A capacidade que temos em adicionar aritmeticamente os habitantes dos países e comunidades onde há Lusofalantes não se traduz na edição de autores consagrados, talvez por desconhecimento de tais povos e comunidades. Para preservarmos a nossa língua portuguesa é preciso mantê-la viva, e a tradução é uma oportunidade ímpar de atrair leitores para as nossas obras. *Se bem que importante, a ação de entidades oficiais cremos que a sociedade civil e os setores privados podem contribuir para a expansão da língua portuguesa. Existe uma potencialidade enorme nesses mercados.*

Em 2009 teremos a responsabilidade de prosseguir incansáveis a nossa campanha para implementação do novo Acordo Ortográfico. Para isso temos aqui três dos mais vocais proponentes do mesmo, Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Carlos Reis que desde há dois anos nos têm ajudado a lutar pela língua unificada que propugnamos seja utilizada nas instâncias internacionais. Igualmente teremos a presença de mais três membros da Academia de Ciências de Lisboa, respetivamente o atual Presidente engenheiro Arantes e Oliveira e os Professores Adriano Moreira e Artur Anselmo, presidente e vice-presidente da secção de letras da academia. Queremos aproveitar este ensejo para pedir em nome dos Colóquios à mui vetusta Academia que seja mais ativa e vocal na defesa da língua portuguesa e de todas as suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem arrostar.

Em Portugal nunca houve uma política de língua. Precisa-se de uma estratégia com países de língua portuguesa que vá além da ratificação do Acordo Ortográfico é urgente a expansão e o reforço do ensino da língua a estrangeiros e às comunidades portuguesas. A língua pode ser um utensílio de poder. Os países cuja língua é mais falada têm mais poder, em negócios e na cultura.

Tal como Carlos Reis afirmou em julho 2008: “A internacionalização da língua portuguesa só será possível com uma política a “longo prazo”, que sobreviva aos sucessivos governos, Uma política de língua não é só um ato de um Governo, é um desígnio nacional que deve passar de Governo para Governo”. É esse desígnio nacional que os Colóquios da Lusofonia como representantes duma sociedade civil ativa e atuante têm desenvolvido desde há oito anos. Esperamos que a Academia de Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras e a novel Academia Galega da Língua Portuguesa nos ajudem a prosseguir nessa linha de ação, a única que nos permitirá congregar esforços de aproximação de povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua.

Congratulamo-nos hoje com a presença dos consagrados escritores Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Mário Moura e Sidónio Bettencourt que para além de tomarem parte numa sessão dedicada à literatura açoriana irão autografar as suas obras. Iremos proceder também ao lançamento de quatro livros, havendo igualmente uma mostra de livros e autores açorianos. Decidimos integrar as atividades paralelas no corpo das sessões e nelas há lugar para recitais de música, teatro e poesia dos Açores, Galiza e Brasil. Para além da delegação da Academia Galega temos uma vasta representação do Estado de Santa Catarina no Brasil, incluindo a presença de deputados estaduais, prefeitos e demais membros do governo, e entre nós há oradores e participantes presenciais do mais alto gabarito e reconhecido mérito representando os Açores, Bélgica, Brasil, Canadá, França, Galiza, Itália, Moçambique e Portugal num total de mais de uma centena de inscritos.

O nosso último projeto é, pois, dar voz universal aos escritores destas ilhas mágicas e assombradas a que ora chamo minhas. Abaná-los das suas consciências súbditas e resignadas como ilhéus. Torná-los inconformados com o silêncio que se abateu sobre o arquipélago. Acenámos-lhes com o mundo que quer conhecê-los e lê-los, mal se saiba que eles existem. É urgente e imperioso que sejam ouvidos, lidos e estudados. É para isso que aqui estamos e os meus votos são que todos saiam daqui como embaixadores desta nossa rica literatura açoriana.

CHRYS CHRYSTELLO março 2009



6. SECÇÃO I LISTA ORADORES

nome	instituição	Trabalho / tema
1. Adriano Moreira	Academia de Ciências de Lisboa Instituto de Altos Estudos	O acordo ortográfico
2. Anabela Brito Mimoso	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Porto, Portugal	Teófilo Braga e a Literatura Tradicional
3. Ângelo Cristóvão	Academia Galega da Língua Portuguesa	O acordo ortográfico
4. António-Gil Hernández	Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza	A Galiza na Lusofonia: reflexões sobre a Academia Galega da Língua Portuguesa
5. Augusto de Abreu	Ass. de Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina, Brasil	A herança luso-açoriana em Santa Catarina
6. Barbara Gori	Universidade degli Studi di Torino, Itália	Considerações sobre as versões em língua italiana do soneto <i>Lacrimae Rerum</i> de Antero
7. Barbara Juršič	Ministério da Administração Interna, Eslovénia	Tradução e recetividade da literatura lusófona na Eslovénia
8. Carlos Reis	Reitor da Universidade Aberta, Lisboa, Portugal	O acordo ortográfico (sessão plenária)
9. Célia Cordeiro	EBI Maia, Açores	Vozes femininas do silêncio nos <i>Happy Days</i> do estado Novo numa pequena cidade da ultraperiferia
10. Concha Rousia	Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza	Mudança de narrativa linguística
11. Cristina Vianna	Ass Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina, Brasil	Ribeirão da Ilha e suas raízes açorianas
12. Cristóvão Aguiar	Autor convidado	Literatura açoriana (sessão plenária)
13. Daniel de Sá	Autor convidado	Literatura açoriana (sessão plenária)
14. Dina Ferreira	Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil	Lusofonia: identidade e sentido de pertença
15. Edma Satar	Fac. de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa, Portugal	O prefixo <i>des-</i> como expressão de negação no Português de Moçambique
16. Evanildo Bechara	Academia Brasileira de Letras Brasil	O acordo ortográfico (sessão plenária)
17. Graça Pina	Universidade degli Studi di Napoli Orientale, Itália	A insularidade textual n'A Ilha de Circe, de Natália Correia
18. Helena Anacleto-Matias	ISCAP, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Porto,	Katherine Vaz em tradução: “Fado e outras histórias” como recuperação da memória açoriana
19. Helena Figueira	Priberam Informática SA, Portugal	O acordo ortográfico de 1990 e os corretores ortográficos automáticos
20. Isabel Rei	Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza	A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na lusofonia
21. Isabelle Oliveira	Universidade Paris III Sorbonne Nouvelle, França	Tratamento automático da metáfora – um contributo para o mundo da tradução
22. J. Malaca Casteleiro	Academia de Ciências de Lisboa,	O acordo ortográfico (sessão plenária)
23. J. Carlos Gentili	Academia de Letras de Brasília, Brasil	Os Açores e o continente de São Pedro
24. J. Carlos Teixeira	Universidade da British Colúmbia, Okanagan Canadá	Toronto e Montreal multiculturais, a décima ilha açoriana
25. Luciano Pereira	Escola Superior de Educação Setúbal, Portugal	A ilha no imaginário poético de temática açoriana
26. Mª José Grosso	Universidade de Lisboa, Portugal	Um olhar açoriano sobre Macau
27. J. Malaca Casteleiro	Academia de Ciências de Lisboa	Um dicionário da língua portuguesa medieval
28. Mª Francisca Xavier e	Universidade Nova de Lisboa, Portugal	

Atas 11º colóquio da lusofonia – 4º encontro açoriano

29. Mª Lourdes Crispim	Universidade Nova de Lisboa, Portugal	
30. Madalena Teixeira	Esc. Superior de Educação Santarém / Universidade de Lisboa, Portugal	Para a identificação de uma matriz linguística no uso de estrangeirismos na língua portuguesa
31. Mário Moura	Câmara Municipal da Ribeira Grande, Açores	O nascimento de uma paróquia: N. Sra. da Conceição
32. Miguel Magalhães e	Universidade Nova de Lisboa, Portugal	Herança clássica e modernidade em O Progresso de Édipo de Natália Correia
33. Ricardo Duarte	Universidade Nova de Lisboa, Portugal	
34. Nuno Martins	Câmara Municipal da Lagoa, Açores	Lusofonia, do velho ao novo mundo. Reflexão sobre a aplicabilidade da Teoria Realista e da Teoria do Soft Power
35. Raul Gaião	Colaborador Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, e Houaiss	Asiaticismos no dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea
36. Rosa Madruga Pinheiro	Universidade do Sul de Sta Catarina Brasil	Ecos de uma publicação: Pioneiros Açorianos no Uruguai
37. Rosário Girão e	Universidade do Minho, Braga, Portugal	Homenagem a Dias de Melo: silêncio, palavra e memória
38. Manuel J Silva	Universidade do Minho, Braga, Portugal	idem
39. Sérgio Prosdócimo	Grupo Gira Teatro, Sta Catarina Brasil	A arte como instrumento de aproximação de povos distantes
40. Sidónio Bettencourt	Autor convidado	Literatura açoriana (sessão plenária)
41. Silmara Annunziatto	Soc. dos Poetas Advogados / Grupo Gira Teatro, Sta Catarina Brasil	Inclusão cultural "Roda de Fogo" um exemplo do que é possível
42. Tiago Anacleto-Matias	Parlamento Europeu, Bruxelas Bélgica	Cenários possíveis na evolução da língua portuguesa nos serviços de tradução e interpretação da UE no sec. XXI
43. Vilca Merízio	Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil	A arte de Ferreira Pinto, Horácio Medeiros, Machado Pires e Fernando Aires
44. Zélia Borges	Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil	Dias de Melo e Caymmi: dois autores e o mar
45. Dr. Paulo Teves	Coordenador do Gabinete de Emigração e Regressos, DRC	Portal comunidadesacorianas.org

7. Secção II – HORÁRIO

DIA 31 março 2009 (3ª fª) Sessões no Cineteatro Lagoense	
09.15	Acreditação de participantes: O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
10.00	Recital Açoriano – VIOLA DA TERRA de RAFAEL CARVALHO
10.35	Assinatura protocolos (Academia Galega da Língua Portuguesa e Academia de Letras de Brasília)
10.45	Apresentação e lançamento de livro Crónica Açores: a circum-navegação de Chrys Chrystello por Luciano Pereira
11.00	Cerimónia Oficial de Abertura: Paulo Teves, Governo Regional dos Açores, João Ponte , Presidente da Câmara de Lagoa, S. Miguel, Açores, J. Chrys Chrystello MA, Presidente Executivo dos Colóquios da Lusofonia (Austrália), J. Malaca Casteleiro , Academia de Ciências de Lisboa, Portugal, Evanildo Bechara , Academia Brasileira de Letras Rio de Janeiro, Brasil, Carlos Reis , Reitor, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal, Ângelo Cristóvão , Academia Galega da Língua Portuguesa Galiza
11.30	Chá da Gorreana™ autógrafos, Chrys Chrystello ,
11.45	Sessão Plenária 1 Acordo Ortográfico Moderador: CHRYS CHRYSTELLO Orador 1 J. Malaca Casteleiro , Academia de Ciências de Lisboa, Portugal, Orador 2 Evanildo Bechara , Academia Brasileira de Letras Rio de Janeiro, Brasil, Orador 3 Carlos Reis , Reitor da Universidade Aberta, Lisboa, Portugal
12.45	Debate
13.15	ALMOÇO no Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
14.45	Acreditação de participantes O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
15.00	Sessão Plenária 2 Acordo Ortográfico Moderador Zélia Borges / Luciano Pereira Orador 4 Ângelo Cristóvão , Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza, Orador 5 Helena Figueira , Priberam Informática SA, Lisboa Portugal "O acordo ortográfico de 1990 e os corretores automáticos" Orador 6 Adriano Moreira , Vice-Presidente, Academia das Ciências de Lisboa, Presidente da Classe de Letras e do Instituto de Altos Estudos
16.00	Debate
16.30	Chá da Gorreana™ autógrafos, Cristóvão de Aguiar , Daniel de Sá , Chrys Chrystello , Mário Moura , Helena Anacleto-Matias , Sidónio Bettencourt
16.45	Sessão 3 AÇORIANIDADE Moderador: ROSÁRIO GIRÃO Orador 7 J. C. Gentili , Academia de Letras de Brasília, "Os Açores e o Continente de S. Pedro" Orador 8 Mª José Grosso , Universidade de Lisboa, Portugal, "Um olhar açoriano sobre Macau" Orador 9 Luciano Pereira , Escola Sup. de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal, "A ilha no imaginário poético da temática açoriana"
17.45	Debate
19.15	JANTAR no Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
DIA 1 ABRIL 2009 (4ª fª)	
09.30	Acreditação de participantes O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
09.45	Apresentação e lançamento de livro Cães letrados de Cristóvão de Aguiar por Rosário Girão
10.00	Sessão 4 LUSOFONIA Moderador: CÉLIA CORDEIRO:

	Orador 10 Isabel Rei , por Joám Trillo Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza, “A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na lusofonia” Orador 11 Nuno Martins , Câmara Municipal da Lagoa, Açores, “Lusofonia, do velho ao novo mundo. Reflexão sobre a aplicabilidade da teoria Realista e da teoria do Soft Power” Orador 12 Dina Ferreira , Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil, “Lusofonia identidade e sentido de pertença”
11.00	Debate Chá da Gorreana™ autógrafos, Cristóvão de Aguiar
11.30	Sessão 5 Literatura Açoriana Moderador: LUCIANO PEREIRA Orador 13 Osmarina de Souza Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil, “Dias de Melo” Orador 14 Zélia Borges , Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil, “Dias de Melo e Caymmi: dois autores e o mar” Orador 15 / 16 Rosário Girão e Manuel J. Silva , Universidade do Minho, Braga, Portugal, “Homenagem a Dias de Melo: silêncio, palavra e memória”
12.30	Debate ALMOÇO no Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
14.45	Acreditação de participantes O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
15.00	Sessão 6 Plenária Literatura Açoriana Moderador: ROSÁRIO GIRÃO Orador 17 Cristóvão de Aguiar , Orador 18 Daniel de Sá Orador 19 Sidónio Bettencourt
16.00	Debate Chá da Gorreana™ autógrafos, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá Sidónio Bettencourt
16.45	Sessão 7 Literatura Açoriana Moderador: CÉLIA CORDEIRO: Orador 20 Anabela Brito (Mimoso) , Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Porto, Portugal, “Teófilo Braga e a Literatura Popular “ Orador 21 / 22 Miguel Magalhães e Ricardo Duarte , Universidade Nova de Lisboa, Portugal, “Herança clássica e modernidade e O Progresso de Édipo de Natália Correia Orador 23 Graça Pina , Università degli studi di Napoli Orientali, Itália, “A insularidade textual n’A Ilha de Circe de Natália Correia”
17.45	Debate
18.15	Teatro GIRA TEATRO, Santa Catarina, Brasil
19.00	JANTAR no Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
	DIA 2 ABRIL 2009 (5ª fª)
09.30	Acreditação de participantes O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
09.45	Apresentação e lançamento de livro Emma Lazarus, vida e obra, de Helena Anacleto-Matias por Anabela Mimoso
10.00	Sessão 8 LUSOFONIA Moderador: MÁRIO MOURA / AUGUSTO ABREU Orador 24 António-Gil Hernández / Concha Rousia , Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza, “A Galiza na Lusofonia: reflexões sobre a Academia Galega da Língua Portuguesa” Orador 25 Silmara Annunciato , Sociedade dos Poetas Advogados, Sta Catarina, Brasil “Inclusão cultural “Roda de Fogo” um exemplo de que é possível” Orador 26 Célia Cordeiro , EBI Maia, Açores “Vozes femininas do silêncio nos Happy Days do Estado Novo numa pequena cidade da ultra periferia
11.00	Debate Chá da Gorreana™ sessão de autógrafos, Helena Anacleto-Matias ,
11.30	Sessão 9 TRADUÇÃO Moderador: ANABELA BRITO (MIMOSO): Orador 29 Edma Satar , Fac. Psicologia e Ciências da Educação Univ Lisboa, Portugal “O prefixo <i>des</i> como expressão de negação no Português de Moçambique” Orador 30 Rosa Madruga , UNISUL, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil, “Ecos de uma publicação: pioneiros açorianos no Uruguai” Orador 31 Helena Anacleto-Matias , ISCAP, Inst.º Sup.de Contabilidade e Administração Porto, “Katherine Vaz em tradução: “Fado e outras histórias” como recuperação da memória açoriana”
12.30	Debate ALMOÇO Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
14.45	Acreditação de participantes O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
15.00	Sessão 10 LUSOFONIA Moderador: CONCHA ROUSIA Orador 34 Madalena Teixeira , Esc. Sup. de Educação de Santarém / Univ. Lisboa, Portugal “Para a identificação de uma matriz linguística no uso de estrangeirismos na língua portuguesa” Orador 35 / 36 Malaca Casteleiro, Francisca Xavier e Mª Lourdes Crispim , Univ. de Lisboa, Portugal, “Um dicionário da língua portuguesa medieval” Orador 37 Raul L. Gaião , Portugal, “Asiatismos no dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea”
16.00	Debate Chá da Gorreana™ sessão de autógrafos, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Chrys Chrystello, Mário Moura, Helena Anacleto-Matias, Sidónio Bettencourt
16.30	Sessão 11 TRADUÇÃO Moderador: HELENA ANACLETO-MATIAS: Orador 38 Barbara Gori , Università degli Studi di Torino, Itália, “Considerações sobre as versões em língua italiana do soneto <i>Lacrimae Rerum</i> de Antero de Quental” Orador 39 Tiago Anacleto-Matias , Parlamento Europeu, Bruxelas, Bélgica, “Cenários possíveis na evolução da língua portuguesa nos serviços de tradução e interpretação da UE no sec. XXI” Orador 40 Barbara Juršič Ministério do Interior Eslovénia, “Tradução e recetividade da literatura lusófona na Eslovénia”
17.30	Debate
18.00	Teatro Musical Ilhas: um musical onde navegar é preciso Grupo Fielsons, Santa Catarina, Brasil
19.00	JANTAR no Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
	DIA 3 ABRIL 2009 (6ª fª)
09.00	Passeio lúdico-cultural da Costa Norte: Miradouro de Santa Iria, Chá Porto Formoso, Parque Natural (da Ribeira) dos Caldeirões (Achadinha) e Lomba da Maia (pré-inscritos)
12.30	Mostra de Artesanato na Lomba da Maia

13.00	Almoço no Restaurante Emigrante em S. Brás € 10.00 pessoa
15.30	Passeio lúdico-cultural da Costa Sul , Observatório Vulcanológico e Geotérmico e Centro Cultural da Caloura (opcional, pré-inscritos)
18.00	Poesia no Castelo , Centro Cultural da Caloura, Concha Rousia , Galiza e Silmara Annunziatto Brasil
19.00	JANTAR no Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
	DIA 4 ABRIL 2009 (sábado)
09.30	Acreditação de participantes O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
09.45	Apresentação e lançamento de livro "O nascimento de uma paróquia" de Mário Moura por Chrys Chrystello
10.00	Sessão 12 LUSOFONIA Moderador: Vilca Merízio / Anabela Brito (Mimoso) Orador 41 Cristina Vianna , Ass. de Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina Brasil "Ribeirão da Ilha e suas raízes açorianas" Orador 42 Sérgio Prosdócimo , Gira Teatro, Sta Catarina, Brasil, "A arte como instrumento de aproximação de povos distantes" Orador 43 J. Carlos Teixeira , University of British Colúmbia Okanagan, Canadá, "Toronto e Montreal multiculturais, a décima ilha açoriana"
11.00	Debate Chá da Gorreana™ sessão de autógrafos, Mário Moura ,
11.30	Sessão 13 LUSOFONIA Moderador: ZÉLIA BORGES / Orador 44 Concha Rousia , Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza. "Mudança de narrativa linguística" Orador 45 Mário Moura , Diretor Casa da Cultura, Câmara Municipal da Ribeira Grande, "O nascimento de uma paróquia N.ª Sr.ª da Conceição" Orador 46 Augusto de Abreu , Ass. de Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina, Brasil, "A herança luso-açoriana em Santa Catarina"
12.30	Debate e poesia ad lib Cristina Vianna, Augusto de Abreu e José Gil
13.15	ALMOÇO Restaurante O Carlos em frente ao Teatro
14.45	Acreditação de participantes O Secretariado funciona 15 minutos entre as 09.30 e as 09.45 e entre as 14.45 e 15.00
15.00	Sessão 14 AÇORIANIDADE Moderador: AUGUSTO ABREU Orador 47 Dr. Paulo Teves – Coordenador do Gabinete de Emigração e Regressos, DRC, o Portal comunidadesacorianas.org Orador 49 Júlio Soares , Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil "O Remo: uma proposta de intercâmbio cultural" Orador 50 Vilca Merízio , Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil, "A arte de Ferreira Pinto, Horácio Medeiros, Machado Pires e Fernando Aires"
16.20	Debate CHÁ DA GORREANA™
17.00	Sessão Plenária 15 Lusofonia e Açorianidade Moderador: Chrys Chrystello DEBATE FINAL - PROPOSTAS 2010: LUSOFONIA E AÇORIANIDADE (Acordo Ortográfico, Literatura Açoriana, Estudos Açorianos, Encontros Açorianos) Concha Rousia Academia Galega da Língua Portuguesa, Evanildo Cavalcante Bechara , Academia Brasileira de Letras, J. Malaca Casteleiro , Academia de Ciências de Lisboa Augusto de Abreu , Associação de Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina, Rosa Madruga , UNISUL, Sta Catarina, Brasil Cristina Vianna , Associação de Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina, Brasil
18.00	CERIMÓNIA OFICIAL DE ENCERRAMENTO , Presidente da Câmara de Lagoa, Presidente Executivo dos Colóquios da Lusofonia e outros
Moderadores:	ANABELA MIMOSO sessão 9, 12, - AUGUSTO DE ABREU sessão 8,14 – CÉLIA CORDEIRO sessão 4,7 - CONCHA ROUSIA sessão 10 CHRYS CHRYSTELLO sessões 1,15 - HELENA ANACLETO-MATIAS, sessão 11 . - LUCIANO PEREIRA, sessão 2, 5 MÁRIO MOURA sessão 8, - ROSÁRIO GIRÃO sessão 3,6 - VILCA MERÍZIO sessão 12 ZÉLIA BORGES sessão 2,13

Secção III: biodados CONVIDADOS DE HONRA

1. ADRIANO J. ALVES MOREIRA



ADRIANO MOREIRA Professor, político, jurista e sociólogo (nasceu em Grijó de Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros, 15.9.1922). Licenciado pelas Faculdades de Direito de Lisboa e de Madrid, concitou as atenções do mundo jurídico quando, em 1946, apresentou a petição de habeas corpus, e, pouco depois, produziu teses sobre o Direito Corporativo. Professor na antiga Escola Superior Colonial (1948) defendeu tese de concurso para professor na mesma escola (que, entretanto, passara a designar-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Administração Ultramarina), com a obra *O Problema Prisional do Ultramar* (1953) distinguido com o prémio Abílio Lopes do Rego, da Academia das Ciências de Lisboa. Marca esta obra um ciclo de reflexão sobre o Ultramar e os problemas ultramarinos, ciclo esse aprofundado na política internacional, uma vez que, sem prejuízo de outras responsabilidades (membro da Câmara Corporativa e da Junta Nacional de Educação) participante da delegação portuguesa na Organização das Nações Unidas (1957-1959). Diretor do Instituto Superior onde se formara, Salazar chamou-o, em momento de crise, ao lugar de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1960-1961), o que significou um ato de renovação do regime, dado o perfil do novo Subsecretário, considerado representante de uma "esquerda moderna" descomprometida das grandes linhas do regime. Em outro momento de crise, no contexto das movimentações de Botelho Moniz para alteração da ordem estabelecido, foi nomeado Ministro do Ultramar (1961-1963). O pouco tempo em que chefiou o Ministério, num momento difícil, em que importava corrigir sucessivos erros acumulados, por forma a garantir alguma credibilidade internacional à política ultramarina, ficou assinalado por um importante conjunto de ações jurídicas, diplomáticas e de aprofundamento cultural e social: revogação do Estatuto do indigenato e do trabalho forçado; publicação do Código de Trabalho Rural (considerado o mais avançado em África); a criação das Juntas de Povoamento e dos Institutos de Serviço Social; a criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique; a criação do Centro de Estudos Políticos da Junta de Investigações do Ultramar, etc. A imagem positiva que obteve em largas camadas da população, que viram no Ministro fortes motivos de esperança no futuro da Nação Portuguesa na sua integridade (ainda que requerendo mudanças estatutárias) viu-se prejudicada por alguma contestação de alas do aparelho militar. Importa mencionar o relacionamento de A. M. com o falecido bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, considerado referencial de oposição ao regime (cf. Sebastião Soares de Resende, *Profeta em Moçambique*, 1994, pp. VII-XIV o prefácio de A. Moreira). Regressando ao ensino, preside (1964) à Sociedade de Geografia de Lisboa e dá largas a um incontornável génio fundador de que são exemplos: os Congressos das Comunidades, a União das Comunidades de Cultura Portuguesa e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa (1960). Afastado das lides governamentais, o elenco dos seus livros denota a abertura de um novo ciclo que designaríamos de pneumatologia política: reflexões dos problemas universais e de conjuntura segundo uma leitura ético-política, com acentos de uma quase anterioridade religiosa. Colabora em múltiplos órgãos de imprensa (assinala-se apenas o que tem publicado em *Estudos Políticos e Sociais*, *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa* e, ultimamente, no jornal *Roteiros do Instituto D. João de Castro*, de que é fundador), forma discípulos que realizam obra autónoma (citamos os nomes de António Marques Bessa e de José Adelino Maltês, entre outros) e obtém o doutoramento em Direito na Universidade de Madrid, com a tese *A Europa em Expansão* (Lx.', 1974, ed. Brasileira S. Paulo, 1976). A seguir aos conflitos político-sociais de 1974 manteve uma atitude de lealdade e de prudência. Demitido da função pública (1975) exilou-se no Brasil, onde foi professor contratado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, ali fundando o Instituto de Relações Internacionais. Preferiu exercer influência através da doutrina, como o demonstram os títulos publicados entre 1974 e 1980, onde prevalece uma iluminada conciliação entre razão e humanismo, entre realismo e idealismo, sem risco de utopismo. Constituído em "reserva" nacional para muitos portugueses, regressou à política ativa como Presidente do C.D.S. (Centro Democrático Social) que salvou de uma profunda crise institucional e económica (1985-1988) sendo eleito deputado por todas as legislaturas à Assembleia da República até 1995 (e dela foi Vice-Presidente), ano em que se despediu da vida parlamentar, *recebendo justa homenagem dos deputados de todas as formações, pelos quais foi voz escutada e considerada. Além de diversíssimas condecorações, é doutor honoris causa pelas Universidades de Baía, Brasília, Manaus, Rio e S. Paulo.*

Obras Principais:

Para além das citadas: *Direito Corporativo*. Lx.', 1950;
Política Ultramarina. Lx.', 1956;
Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas. Lx.', 1957;
A Jurisdição Interna e o Problema do Voto na ONU, 1958;
Estudos Jurídicos. Lx.', 1960;
A Batalha da Esperança. Lx.', 1962;
Partido Português. Lx.', 1963;
Ensaio. Lx.', 1964;
Ideologias Políticas. Lx.', 1964;
Os Fins do Estado. Lx.', 1968;
O Tempo dos Outros. Lx.', 1968;
Sistemas Políticos da Conjuntura. Lx.', 1968;
Política Internacional. Porto, 1970;
Tempo de Vésperas. Lx.', 1971;
Saneamento Nacional. Lx.', 1976;
A Comunidade Internacional em Mudança. S. Paulo, 1976;
O Drama de Timor. Lx.', 1977;
O Novíssimo Príncipe. Lx.', 1977;
A Nação Abandonada, R. de J. / Lx., 1977;
Legado Político do Ocidente (Colaboração). S. Paulo, 1978;
Direito Internacional Público. Lx.', 1983;
Comentários. Lx.', 1989;
Ciência Política. Lx.', 1979;
Teoria das Relações Internacionais. Coimbra, 1996;

2. ÂNGELO CRISTÓVÃO



ÂNGELO CRISTÓVÃO, Secretário da Academia Galega da Língua Portuguesa, *Empresário*, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página web «www.lusografia.org». Desde 1994 é secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006). Atualmente preside à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, em nome de cuja entidade interveio na Conferência Internacional / Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de abril de 2008.

Alguns artigos e comunicações:

1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». Inédito.

1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», *comunicação ao III Congreso Español de Psicología Social* (Valência). In *Agália*, #.14 (verão 1988), pp. 157-177.

1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», *II Congreso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Atas*, 1989, Ourense, pp. 237-254.

1990a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolingüística*, n.º 9, Institut de Sociolingüística Catalana. Barcelona, pp. 3-33.

1990b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, outubro. Publicada em *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, 1994, Comunicações suprimidas, n.º 2.

1991a: «A eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". Fac. Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.

1992a: «Language Planning: Atitudes», in *Atas do I Congreso de Planificación Lingüística*, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

1992b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". 16 junho. Fac. Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.

2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», comunicação apresentada ao II Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, outubro. In *Atas dos Colóquios*

2004a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, 17 setº. Uma versão ampliada foi publicada em: <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>

2004b (org) Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

2004c: «O contributo de António Gil à sociolinguística galega», comunicação ao III Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro. In *Atas dos Colóquios*

2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», comunicação ao IV Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In *Atas dos Colóquios*

2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», comunicação apresentada ao V Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In *Atas dos Colóquios*

2007: «A posição galega ante os acordos ortográficos da língua portuguesa», comunicação apresentada ao VI Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro.

2008: «O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa» comunicação apresentada ao VII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança,

3. CARLOS REIS



CARLOS António Alves dos REIS (Angra do Heroísmo, 28 de setembro de 1950) é um ensaísta e professor português, especialista em estudos queirosianos.

Açoriano de nascimento, reside em Coimbra desde 1968, quando ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra de onde se licenciou em Filologia Românica.

Cedo se dedicou à carreira académica lecionando Literatura Portuguesa, Literatura Espanhola e Teoria da Literatura na sua *alma mater*.

Publicou o seu primeiro livro em 1975, *Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós*, dando início a uma série de estudos sobre a obra queirosiana, a que se consagrou.

Com uma dissertação sobre *O discurso ideológico do neorrealismo português*, doutorou-se em 1983. Ao longo dos anos, tem sido professor convidado em diversas universidades, nomeadamente de Santiago de Compostela, Salamanca, Hamburgo, Wisconsin-Madison e Massachusetts-Dartmouth, além de ministrar regularmente cursos de Literatura Portuguesa em universidades brasileiras.

Em 1988 foi um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual é reitor.

Para além de ter criado uma cadeira de Estudos Queirosianos na Universidade de Coimbra, Carlos Reis tem coordenado a *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós* em publicação na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, na sequência do profundo estudo do espólio do autor de *Os Maias*, depositado na Biblioteca Nacional, da qual foi diretor entre 1998 e 2002.

Carlos Reis foi, também, presidente da Comissão Nacional e da Comissão Executiva para as Comemorações do Centenário de Eça de Queirós, em 2000 e 2001 e presidente da Associação Internacional de Lusitanistas, entre 1999 e 2002.

Exerce também larga atividade em diversos jornais e revistas, sendo de destacar a colaboração regular no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

Recentemente tornou-se figura conhecida do grande público pela defesa acérrima que tem feito da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 em Portugal.

Carlos Reis é comendador da Ordem de Isabel a Católica, de Espanha; benfeitor e sócio grande benemérito do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e sócio correspondente da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes de São Paulo.

Recebeu o Prémio de Ensaio Jacinto do Prado Coelho em 1996 e, em 2001, foi distinguido com o prémio Multimédia XXI, na área Conhecimento, Descoberta e Cultura, atribuído ao CD-ROM *Vida e Obra de Eça de Queirós*, que coordenou.

Carlos Reis é doutor *honoris causa* pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Obras:

Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós, Coimbra, Livraria Almedina, 1975.

Introdução à leitura d'Os Maias, Coimbra, Livraria Almedina, 1978.

Introdução à leitura de Uma Abelha na Chuva, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

Fundamentos y técnicas del análisis literario, Madrid, ed. Gredos, 1981.

Construção da leitura. Ensaios de metodologia e crítica literária, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa / INIC, 1982.

O discurso ideológico do Neorrealismo português, Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

Dicionário de Narratologia (com Ana Cristina M. Lopes), Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

Para una semiótica de la ideología, Madrid, Taurus, 1987.

Introdução à leitura das Viagens na minha terra, Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

Dicionário de Teoria da Narrativa, São Paulo, ed. Ática, 1988

A construção da narrativa queirosiana. O espólio de Eça de Queirós (com Maria do Rosário Milheiro), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

Towards a semiotics of ideology, Berlim e Nova Iorque, Mouton de Gruyter, 1993.

História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo (com Maria da Natividade Pires), Lisboa, Verbo, 1993.

O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários, Coimbra, Livraria Almedina, 1995.

Eça de Queirós cônsul de Portugal à Paris (1888-1900), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1997.

Diálogos com José Saramago, Lisboa, Caminho, 1998.

Estudos Queirosianos. Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua Geração, Lisboa, Presença, 1999.

O Crime do Padre Amaro; edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

O Essencial sobre Eça de Queirós, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

Figuras da Ficção (coordenação), Coimbra, Faculdade de Letras, 2006.

4. CRISTÓVÃO DE AGUIAR



CRISTÓVÃO DE AGUIAR nasceu no Pico da Pedra, Ilha de São Miguel, em 8 de setembro de 1940. Aí fez os seus estudos elementares, na Escola de Ensino Primário da freguesia. Matricula-se no então Liceu Nacional de Ponta Delgada, cujo curso complementar de Filologia Germânica conclui em julho de 1960.

Durante os últimos anos do liceu, colabora, em verso e prosa, nos jornais locais. Parte nesse mesmo ano para Coimbra, onde ingressa no Curso de Filologia Germânica da Faculdade de Letras da sua Universidade. Em janeiro de 1964, interrompe o curso universitário e é mobilizado para a guerra colonial, na então província da Guiné, para onde parte, em abril de 1965, com a sua companhia de caçadores.

Um mês antes do embarque, publica um livrinho de poemas, *Mãos Vazias*, que pouco ou nada abona em seu favor. Regressa da Guiné, cansado e casado com um filho, em janeiro de 1967, e após um ano e meio de luta interior contra a doença e o desânimo consegue concluir as cadeiras do Curso de Filologia Germânica, indo de imediato lecionar para a então Escola Comercial e Industrial de Leiria. Aí permanece um ano e meio, regressando a Coimbra para escrever a sua tese de licenciatura, *O Puritanismo e a Letra Escarlata*, que apresenta em junho de 1971, obtendo assim o grau de licenciado em Filologia Germânica. A experiência da guerra forneceu-lhe material para um livro posterior, incluído ao princípio em *Ciclone de setembro* (1985), de que era uma das três partes, autonomizado, depois, com o título de *O Braço Tatuado* (1990).

Foi durante quinze anos redator da revista *Vértice*, de Coimbra (1967-1982), tendo, nesse último ano, organizado um número duplo, especial, sobre a cultura açoriana. Depois do 25 de abril, colaborou na Emissora Nacional com a rubrica semanal "Revista da Imprensa Regional" (1974-1975), que suscitou muita polémica e alarido nos meios eclesiásticos e reacionários da época.

De 1972 até 2002 foi Leitor de Língua Inglesa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, estando neste momento aposentado. Durante a sua carreira literária, ganhou os prémios: Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa (1978), com *Raiz Comovida I, a Semente e a Seiva*; Grande Prémio da Literatura Biográfica da APE / CMP (1999), com *Relação de Bordo I* (1964- 1988), *diário ou nem tanto ou talvez muito mais*; Prémio Nacional Miguel Torga / Cidade de Coimbra (2002), com *Trasfega, casos e contos* e quatro anos mais tarde com *A Tabuada do Tempo, a lenta narrativa dos dias*, 2006. Foi agraciado pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, com o grau de comendador da Ordem Infante Dom Henrique (3 de Set. 2001).

AUTOBIOGRAFIA:

Cristóvão de **Aguiar**, nome de Luís Cristóvão Dias de **Aguiar**. Nasceu na Ilha de São Miguel numa altura em que o calendário apontava o dia 8 de setembro de 1940. Procedeu de uma nobre estirpe de artesãos, músicos, poetas repentistas e agricultores. O escritor foi parido em Coimbra muito mais tarde, num dia impreciso de março de 1965, três semanas antes de o cidadão que lhe abonava o corpo ter zarpado para a guerra colonial. Com pânico de morrer sozinho no mato sem deixar casta, o futuro combatente sangrou-se em saúde e propagou-se em livro. Parto prematuro, à custa de ferros. O nascituro merecia desmancho

em boas condições higiénicas numa clínica especializada das letras. Acabou o livrinho por sair, ficando um monstro para sempre. Enamorado, o pai deu-lhe o nome de *Mãos Vazias*. Voluminho esvaziado de tudo, até da mais rudimentar poesia. Já entrado nos quarenta, a sua idade mental não vai além dos catorze.

Muito longe desse evento, o rapaz que fui cresceu e medrou inteiro como o seu nome civil. Frequentou a escola elementar na freguesia do Pico da Pedra, a meio caminho entre a velha Vila da Ribeira Grande e a cidade de Ponta Delgada. Pouco antes de se matricular no Liceu, já seu Pai havia emigrado para a Ilha Terceira, a América pequenina. A outra era um sonho que só alguns tinham a dita de alcançar. Na Base americana o Pai foi torneiro mecânico, para o supreio da família e pagar os estudos ao filho hospedado na cidade. O afastamento do conchego de casa e da freguesia tornara-se imperativo. A primeira perda e separação. A entrada no palácio do Liceu deve ter sido o primeiro grande *tsunami* que amargou ainda de calças curtas. Até o racharam de cima a baixo. Logo no início da aventura escolar, só o *Cristóvão* passou a valer no seio da nova e estranha comunidade. O prenome *Luís*, por que era conhecido e chamado, ficou submerso. Só para a gente da freguesia e parentela mais chegada tinha a dignidade de estatuto vocativo. Havia quem se arriscasse ao chamamento cristão inteiro: *Luís Cristóvão*. Vozes isoladas que não ecoavam no íntimo. Continua hoje enchendo dois nomes, como se vivesse em duas casas. O aluno medroso haveria de ficar para sempre cindido.

Passou o *Cristóvão* a ser o contraponto do *Luís* ou vice-versa. As leviandades de um, justificadas pelas aparentes virtudes do outro, numa peleja de vizinhos desavindos a habitarem a camisa-de-forças do mesmo corpo. Concluíram o sétimo ano de letras em 1960. Deverá ter sido o *Cristóvão* quem, na sua excentricidade sonhadora, fez atrasar o curso liceal, arrastando-o durante uma novena de anos. Gostava de namorar e de faltar às aulas. Ia ao encontro da vida para colher as flores que a escola só lhe concedia, murchas e compendiadas, em livros únicos e maçudos. Não quis ir sozinho. Levou consigo o *Luís*. E foi o *este* quem pagou a conta calada exibida pelo pai ao regressar da emigração de-ao-pé-da-porta. Passou a trabalhar na oficina de serralharia, para que aprendesse a arte do ferro e ficasse do mesmo passo ciente do quanto custava a vida. O *Cristóvão* fazia pouco caso das admoestações e dos conselhos do companheiro de rés-do-chão. E acabou por ter sorte. A seguir a umas férias grandes, deixou o *Luís* por um bambúrrio de ser aprendiz de serralheiro para prosseguir os estudos.

Foram bons alunos daí em diante e mais tarde dispensaram do Exame de Aptidão à Universidade. Na noite de 10 de outubro de 1960, zarpámos da Ilha a bordo do *Lima* e chegámos a Lisboa na manhã do dia 15. Um prodígio de velocidade só possível à tecnologia de ponta em vigor na época. À medida que o navio subia o Tejo rumo ao Cais de Santos, ao *Cristóvão* bailavam-lhe os olhos. O *Luís* terá tido uma sensação de rural perante o rio que ambos sabiam da geografia papeada; a cidade de Lisboa, branca, apertada nas sete colinas, parecia sair das páginas dos livros de estudo para se postar, ali defronte, juntamente com um comboio em louca correria sobre a linha férrea de Sintra, entrevisto pela primeira vez, que, na Ilha, só se avistavam navios... Pena, pensava o *Luís*, não se poder vislumbrar o famoso retângulo de oitenta e nove mil quilómetros quadrados, dentro do qual Portugal inteiro se acolhia ou encolhia – o mapa saíra da sala de aula da escola elementar para há muito se emoldurar dentro dele... O *Cristóvão* acrescentou: “Sim, o mapa estava muito perto da santíssima trindade: os retratos de Salazar e de Carmona, mais o crucifixo de latão no meio de ambos...”

Às sete e vinte e cinco da noite partiam de Santa Apolónia, no *Foguete*. O único comboio que só parava numa estação antes de Coimbra, a de Fátima. Muito fácil não haver engano – na segunda paragem era obrigatório descer. Havia novatos das Ilhas que se apeavam na Mealhada ou ainda mais arriba... Na Estação Velha, o *Luís* sentiu-se abandonado. Não percebia as palavras difundidas pelos altifalantes. Sabia que tinha de mudar para chegar à Estação Nova. Acabou por perguntar. O interlocutor não lhe entendeu a pronúncia cerrada e ele ficou transido. Por fim, o *Cristóvão* dirigiu-se, afoito, a um corretor, elegante na sua pronúncia impecável, a farda castanha, debruada de dourados. Em vez de responder, o angariador perguntou: “O senhor *doutor* precisa de hotel?” O *Cristóvão* olhou para o lado, curioso de ver o primeiro titular de tal cargo na maternidade onde os *doutores* nasciam de parto prematuro. Como não viu ninguém por perto e a pergunta fora repetida, ficou com a pele arrepiada – chegara ao fundamento de que o *doutor* era ele próprio... A ligação chegou. Viajaram num molhinho e meio enregelados. Pernoitaram na primeira pensão que encontraram à saída da Estação Nova. Despertaram numa manhã lavada de sol, sem mar. Criou-lhes um vazio, que doeu pelo dia fora, preenchido nas andanças de arrendar um quarto.

Reforçada, a praxe recomeçou no dia seguinte, o da abertura solene. O medo tomou então conta do *Luís*. Tinha de ir à única cantina que existia no Palácio dos Grilos para tomar as refeições. Deixou por vezes de ir jantar com pavor de ser rapado; outras, ia de táxi; mas o dinheiro era escasso. Tamanho o medo que semanas depois, desiludido e assustado, queria regressar no vapor ao ventre materno da Ilha. Escreveu uma carta esborratada de lágrimas. A resposta recebida desenganava-o: “O que vens tu para cá fazer? Aguenta-te; um homem não se deixa afundar dessa maneira; tudo é difícil ao princípio e um ano passa depressa...” Uma noite de novembro, na véspera da *Tomada da Bastilha*, o *Cristóvão* decidiu arrostar com a praxe: uma trupe apanhou-o junto à Porta Minerva, aplicando-lhe as regras da soleníssima praxe. A tormenta cultural deflagrada em Coimbra nos princípios dos anos sessenta foi mais violenta do que qualquer *Ciclone de setembro* nas Ilhas.

O efeito foi ter ele sobrevivido em estado de embriaguez, a consciência dos limites à flor da pele e as *Mãos Vazias* de uma poesia que se recusava a cantar, mas que, bem ou mal, fez nascer, de parto prematuro, o tal *Cristóvão de Aguiar*, que persiste e insiste na lavoura da escrita. O *Luís* franziu o nariz e aos poucos ia deixando de acompanhar o *irmão gémeo*, transfigurado num *Grito em Chamas*, desarvorado, procurando queimar e atingir não se sabia que alvo, talvez o *Pão da Palavra* com que queria alimentar o espírito confuso... Se por índole e humor o *Luís* era bicho-de-conta, mais se encantou no seu cantinho. Ao invés, o outro lá ia caminhando aos tropeções, procurando remover a *Raiz Comovida* ainda fincada e ficada na Ilha, já porém dando topadas que o faziam sangrar num balbucio de intensa *Trasfega*. Em incessante viagem interior, grandes lutas travou dentro de si, numa lufa-lufa de *Passageiro em Trânsito* que procurava solucionar muitos dos problemas que a geração a que passou a pertencer já há muito resolvera. Teve a sorte de ter caído num meio intelectual progressista – o da revista *Vértice*. Na *Brasileira* convivia com os seus intelectuais e com outros que lhe estavam próximos, o denominado *Grupo da Brasileira*. Nele pontificavam Joaquim Namorado, Luís Albuquerque, Orlando de Carvalho, Mário Vilaça, para só falar dos que já saíram de cena, e sobretudo conviveu com *Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia*. Ouvindo mais do que falando, soletrava e aprendia devagar as primeiras letras de uma cultura e de uma mentalidade nova que em nada se assemelhava à que em si vigorava.

Assimilou novos valores humanísticos, enraizados nos problemas concretos do País, e estabeleceu com a vida cultural e literária uma *Nova Relação*, na qual havia de colocar um portaló por onde entrava e saía de *Bordo* de qualquer iate de cabotagem. Da Ilha ele trouxe um lastro de recursos afetivos e de novos sentimentais que têm vindo a servir-lhe de conduto ao pão seco e amargo do dia-a-dia. Toda essa matéria nebulosa tem-lhe servido de húmus para a escrita. Coimbra, que já faz parte do seu roteiro afetivo e cultural, forneceu-lhe a ferramenta sem a qual não poderia carpintear a escrita, nem ordenar o seu desordenado pensamento.

Quarenta e cinco anos de convívio, cumplicidades, amores e desamores, alegrias e tristezas, deram para uma vida quase cheia. O bastante para que vá pensando em fechar o círculo, regressando ou não às raízes comovidas. Pode ser que, nessa remota origem, Coimbra se lhe imponha de tal sorte que tenha de escrevê-la, a ver se a sente mais aquietada dentro de si. O mesmo aconteceu a respeito da Ilha. Desinquietou-o de tal maneira que não teve outra opção que não fosse a de a ir iludindo com meia dúzia de livros que em absoluto nunca a aquietaram. Continua impertinente e ciumenta. Pode ser que se acomode com *Marilha*, Mar Ilha, Marília, nome de mulher transfigurada na gostosa dicção de *Marilha* por força da pronúncia em vigor.

OBRAS:

Poesia:

Mãos Vazias; ed. do Autor, com a chancela da Livraria Almedina, Coimbra, 1965

O Pão da Palavra; Cancioneiro *Vértice*, Coimbra, 1977

Sonetos de Amor Ilhéu; ed. do Autor, Coimbra, 1992

Prosa:

Breve Memória Histórica da Faculdade de Ciências (II Centenário da Reforma Pombalina), Coimbra, 1972

Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana; Separata da Revista *Vértice*, Coimbra, 1976

Raiz Comovida (A Semente e a Seiva; 1.ª ed. Coimbra 1978 (Prémio Ricardo Malheiros Academia de Ciências Lisboa)

Raiz Comovida II (Vindima de Fogo); 1.ª ed. Coimbra, 1979

Raiz Comovida III (O Fruto e o Sonho); 1.ª ed. Angra do Heroísmo, SREC, 1981

Raiz Comovida (Trilogia Romanesca); revista e remodelada num volume, Editorial Caminho, 1987. Edições D. Quixote, 2003

Ciclone de setembro; (Romance ou o que lhe queiram chamar), Editorial Caminho, Lisboa,

1985, incluído agora no romance *Marilha*, Publicações D. Quixote, 2005

Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia; Nótulas Biográficas, Serviço de Publicações da Univ. de Coimbra, 1986, 2.ª ed. revista e aumentada, Imprensa da Universidade, 2005

Passageiro em Trânsito; Novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai sempre acrescentando mais um conto, Editora Signo, Ponta Delgada, 1988; 2.ª ed. refundida, Salamandra, Lisboa, 1994

Emigração e Outros Temas Ilhéus; Miscelânea, Editora Signo, Ponta Delgada, 1992

A Descoberta da Cidade e Outras Histórias; Contos, Editora Signo, Ponta Delgada, 1992

Um Grito em Chamas; Polifonia Romanesca, Edições Salamandra, Lisboa, 1995, integrado também no romance *Marilha*, de que constitui a primeira parte.

Relação de Bordo (1964 -1988); *diário ou nem tanto ou talvez muito mais* (Grande Prémio da Literatura Biográfica da APE / CMP), Campo das Letras, 1999

Relação de Bordo II (1989-1992); *diário ou nem tanto ou talvez muito mais*, Campo das Letras, 2000

Relação de Bordo III, *diário ou nem tanto ou talvez muito mais*, P. D. Quixote, 2004

Trasfega, casos e contos, Prémio Miguel Torga / Cidade de Coimbra, 2002

Marilha, sequência narrativa, D. Quixote, 2004

A Tabuada do Tempo, Prémio Miguel Torga, Almedina, 2006

Miguel Torga – O Lavrador das Letras – Um percurso partilhado, Almedina 2007

Braço Tatuado – Retalhos da Guerra Colonial, D. Quixote, 2008

Tradução:

A Riqueza das Nações, Adam Smith; Fundação Calouste Gulbenkian, 1982

Colaboração:

Vietname; Antologia Poética, Nova Realidade, 1970

Antologia de Poesia Açoriana; org. por Pedro da Silveira, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1977

Para o Mundo de todos os Homens; Pequena Antologia de Poesia de Autores Portugueses contra o Racismo e Colonialismo, Núcleo de Coimbra do Conselho Português para a Paz e Cooperação, 1977

Antologia Panorâmica do Conto Açoriano; Organizada por João de Melo, Vega, Lisboa, 1978

O Eclipse; Extrato de Romance, Revista *Vértice*, 448, maio - junho de 1982 (Número dedicado à Cultura Açoriana, organizado pelo Autor)

The Sea Within; A Selection of Azorean Poems, Gávea-Brown, Providence, 1983.

5. DANIEL DE SÁ



DANIEL AUGUSTO RAPOSO DE SÁ nasceu na Maia, S. Miguel, Açores, a 02 / 03 / 1944.

Autorretrato e bibliografia

Na galeria da fama dos maus romances, há um que começa mais ou menos desta maneira: "Era uma noite escura e tempestuosa". Estava assim aquela em que nasci, quando o apocalipse da guerra contava já os seus últimos milhões de mortos, e o petróleo ia substituindo o azeite de gata, que dava mais cheiro que luz. Nesse dia, quadragésimo nono aniversário do decreto da autonomia de Hintze Ribeiro - João Franco - D. Carlos, os aliados continuavam a cercar o mosteiro de Monte Cassino, e Pio XII completava sessenta e oito anos de vida e cinco de Papa. Mas logo aos dois anos tive de deixar a Maia e os meus boizinhos de carrilho, porque meu pai fora, como muitos mais, procurar a imitação do "Eldorado" no aeroporto de Santa Maria, e nos fizera carta de chamada, pois as ilhas estavam então separadas por alfândega e outras dificuldades, como estados independentes.

Começava a cumprir-se o fado de uma família de emigrantes, que haveria de esboroar-se toda, nessa e nas décadas seguintes, por este mundo de Deus e de legítimas ambições humanas. Dos primeiros tempos na Ilha-Mãe, feita de pedra e cal, recordo vagamente os meus caracóis louros e compridos, um coelhinho de latão que fora broche e se tornou no meu brinquedo preferido e quase único, o encanto indizível de um "Dakota" de plástico que o Menino Jesus me deu, creio eu, por um Natal em que cheguei à chaminé ainda a tempo de o ver fugir, e uns versos com que me estreei na poesia, cantando para a vizinha da frente segundo as normas de rima que meu pai me ensinara na véspera.

Fui crescendo com essa cisma na cabeça, e cheguei a passar horas em desafios renhidos de redondilha maior com o Firmino, meu colega de quarta classe na escola de Santana, onde a boa da professora tinha de aturar mais de três dezenas de rapazes e raparigas, desde os que andavam na bê-á-bá até aos que papagueavam significados, rios, reis, serras e linhas férreas, entremeando a sua exausta paciência com um "calem-se" para nós os dois, sem que ela sonhasse o que dizíamos e como o dizíamos, a voz contida.

É de pouco depois o meu primeiro romance falhado, uma aventura de índios e "cowboys" que acabou quando o assalto a um rancho coincidiu com a minha falta de paciência ou de inspiração para o resto. Mas o melhor eram os relatos de futebol ouvidos e discutidos no Clube Asas do Atlântico e, sublimidade de quantas sensações havia na nossa infância, as "matinés" do Atlântida Cine, onde se arranjava quase

sempre um lugarzinho, mesmo que não se tivesse o dinheiro para o bilhete, porque o Senhor Cardoso abria a porta à fila da nossa gula impaciente quando percebia que, a respeito de entradas pagas, estava tudo conversado. Mas em fins de 1958 aconteceu o primeiro grande desgosto da minha vida: o bondoso padre Artur perdeu-se no naufrágio do "Arnel"; e, poucos meses depois, meu pai morreu. O tempo começou então a passar muito depressa.

O quinto ano feito no Externato da Ribeira Grande e o curso do Magistério Primário foram uns instantes e dei por mim, de repente, professor nos Fenais da Ajuda. Andei por lá quatro anos, e comecei a escrever para o jornal do saudoso Cícero de Medeiros, com um pseudónimo que eu imaginara muito antes e que, feito do meu verdadeiro nome e de uma das designações daquela freguesia, por interessante coincidência se justificava plenamente: Augusto de Vera Cruz.

Cumpri depois esse dever absurdo de aprender a guerra, nas Caldas da Rainha a recrutar e a especialidade em Tavira, mas escapei à imposição de exercer na prática os conhecimentos adquiridos, porque passei o resto do serviço militar no batalhão dos Arrifes.

Depois de mais um ano como professor, desta vez na Maia, cumpri a seguir o meu roteiro de nómada, entrando para a congregação missionária dos Combonianos, e por lá estive, quase três anos em Valência e alguns meses em Granada. Aprendi a ignorância de filósofos e teólogos e criei o vício físico da sesta, de que adoeci sem remédio. E aqui estou, definitivamente disposto a ser rural e sedentário, que Deus, afinal, está em toda a parte e o Mundo inteiro vem cá ter com a gente.

Entretanto, casei: faltavam vinte e cinco dias não sonhados para que se cumprisse a plenitude de abril. Pai de três filhos que vão crescendo e de seis livros maneirinhos, sinto que me saí melhor (talvez por serem uma obra a dois) com aqueles do que com estes, mas ainda não perdi a esperança de ser tão feliz por uns como pelos outros. Tenho pena de não ter nascido a tempo de escrever o "Estrangeiro" ou "As Vinhas da Ira", de compor o "Messias" ou a "Sagração da primavera", de pintar "A Peregrinação de Santo Isidro", ou de esculpir "Os Burgueses de Calais", de formular a teoria da Relatividade ou de descobrir a penicilina, de erguer o Taj Mahal, de criar o poema "Tabacaria" ou, ao menos, de inventar a maionese. Meteram-me na política, onde tenho sido de tudo um pouco, menos membro do governo regional, porque, além de outras razões evidentes, de certeza não serviria para isso. Sou de uma curiosidade sempre insatisfeita, e teria estado disposto, se tal fosse possível, a ficar olhando, durante milhões de anos, a criação do Universo, só para saber como foi.

Trocara todas as palavras que até hoje disse, e que os amigos aplaudiram, para pensar por momentos, sem esquecer depois, com o cérebro do primeiro homem que foi capaz de pensar. Não sei se posso dizer que sou puro, como os justos do antigo Egito no julgamento de Osíris. Sei que não queimei o templo de Diana nem ordenei nenhum campo de concentração. Posso invocar uns quantos não de bondade, mas faltam-me os sins seguros da justiça positiva. Todavia, a catedral da Literatura existe, com os seus demónios e os seus santos para todas as devoções. E, com tantos livros para ler, há quem gaste o seu tempo e o seu talento a discutir-lhes a forma, a escola ou a literatura menor a que pertençam. No entanto, cada vez que eu entro, por exemplo, na igreja do mosteiro da Batalha, ajoelho-me primeiro porque aquele templo foi feito para louvarmos a Deus e não o estilo ou os homens que o construíram. E se, culturalmente, sou apátrida, no mais permaneço ilhéu e português, aceitando a fatalidade do destino com que nasci como se eu mesmo fosse o responsável por ele. (Este texto foi escrito em 1992. Entretanto, os filhos cresceram em idade e inteligência e os livros em número e tamanho. Atualmente (1998), são os que a seguir se diz.)

OBRAS:

Génesis (novela), edição da DRAC, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1982: Durante a Guerra Civil espanhola, Don Francisco Calvera Ten, um padre da província de Valência, teme os Republicanos e não gosta dos Nacionalistas. E deu-lhe em duvidar do próprio Deus

Sobre a Verdade das Coisas (crónicas-contos), edição da Junta de Freguesia da Maia, 1985: A vida rural de S. Miguel. A ficção ao serviço da realidade, a realidade ao serviço da ficção. Mas onde o real é bem mais forte do que o imaginário.

O Espólio (novela), edição Signo, Ponta Delgada, 1987: Se uma ilha dos Açores sofresse um ataque nuclear, que poderia resultar daí para a felicidade ou infelicidade do Mundo? Talvez nada mais do que o Prémio Pulitzer para a melhor reportagem sobre a tragédia.

A Longa Espera (contos), edição Signo, Ponta Delgada, 1987: E se o Natal fosse um homem vindo de longe, de onde os rios correm sempre, para se sentar diante de uma fonte seca, num sacrifício de implorar a chuva aos Céus e até à sua própria morte? E se o Natal fosse e não fosse o resto?

Bartolomeu (teatro), edição da DRAC, da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra, 1988: Um dos maiores navegadores portugueses de todos os tempos julga-se com direito de ir à Índia. Razões de Estado tiram-lhe esse privilégio em favor de Vasco da Gama, um capitão intransigente. O drama de Bartolomeu Dias, que o não mereceu.

Um Deus à Beira da Loucura (novela), edição da DRAC, da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1990: Se Cristo reincarnasse e fosse condenado a um campo de concentração nazi, resistiria melhor do que um prisioneiro ateu?

Ilha Grande Fechada (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1992: João peregrina à volta da ilha no cumprimento de uma promessa e na despedida da sua terra antes de emigrar para o Canadá. E acaba por compreender que "sair da ilha é a pior maneira de ficar nela".

A Criação do Tempo, do Bem e do Mal (ensaio), edição Salamandra, Lisboa, 1993: Uma visão agnóstica do Tempo. A justificação do Bem e do Mal, numa perspectiva teísta. Algumas questões mais difíceis da Doutrina e da Moral católicas, segundo a opinião de quem acredita em Cristo e na Sua Igreja, dita Universal, Apostólica e Romana, sem ter a certeza de que Ela seja infalível.

Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei) (crónicas históricas), edição Salamandra, Lisboa, 1995: A vida nos primeiros tempos de haver gente nos Açores, ouvida dos velhos cronistas e contada com a ironia da ignorância e da suposta superioridade de ser homem do sec. XX.

E Deus Teve Medo de Ser Homem (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997: Vinte séculos de humanidade não ensinaram ao Homem a ser humano. O lobo de si mesmo continua tão pérfido como os crucificadores romanos.

As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1999: O absurdo da Inquisição foi praticar o mal em nome de Deus. O paradoxo do nosso século tem sido destruir milhões de homens e mulheres em nome da Humanidade.

Contos do autor:

- Um trovador na corte de D. Sancho
- Duetto a uma só voz

Outras páginas sobre o autor:

Recensão sobre a obra E Deus Teve Medo de Ser Homem

Malino: Homenagem a Miguel Torga

Dois sonetos sobre Natália Correia

Últimos livros:

SANTA MARIA ILHA MÃE ED VERAÇOR 2007

O PASTOR DAS CASAS MORTAS 2007 VERAÇOR

CAMINHOS DE SÃO MIGUEL 2008 VERAÇOR

6. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.

Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô. Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949. Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos

Aos dezessete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes.

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.

Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados.

Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992. Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988. Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005). Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições.

Diretor da revista Littera (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista Confluência (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988; Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do *Dicionário Caldas Aulete*.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),

O Futuro em Românico (1962),

A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),

A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),

Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),

As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007.

7. JOÃO MALACA CASTELEIRO



MALACA CASTELEIRO, licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade.

Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia.

Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e o responsável pela versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

João Malaca Casteleiro é um convicto defensor da adoção das regras prescritas pelo Acordo ortográfico de 1990.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais: Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos,

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo*, o *Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo* ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998.

A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007.

8. SIDÓNIO BETTENCOURT



SIDÓNIO Manuel Moniz BETTENCOURT

Originário de uma família de baleeiros da Ilha do Pico, nasce em São Miguel, Açores em 1955.

Diplomado pelo CENJOR - Centro de Formação de Jornalistas.

É jornalista profissional dos quadros da RDP desde 1976. Exerceu funções de Chefe de Redação, Chefe de Serviços de Produção e Chefe do Serviço de Informação. Atualmente é Chefe de Serviço de Programas da RDP. Tem sido colaborador ativo de vários jornais, revistas e televisão.

Coautor e apresentador dos programas “ Inter - ilhas” da RDP e “ Atlântida”da RTP.

Orador - convidado, em várias domínios da sociedade, sobretudo, nas áreas do jornalismo, desporto e cultura.

Enviado Especial a vários acontecimentos regionais, nacionais e internacionais.

É detentor de vários Galardões nacionais de jornalismo:

Prémio “Alves Teixeira” desporto 1985;

Prémio Gazeta 1989;

Distinção do Júri do Grande Prémio de Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento 1993;

Prémio do Clube Português de Imprensa 1995.

Prémios Açores Reportagem em 1994 e 95.

Prémio Personalidade da Comunicação Social em 2003, instituído pelo C. D. Santa Clara da Super Liga de Futebol Profissional.

Prémio “ Açores Música – 2007” – Personalidade do Ano da RDP e RTP

De 1996 a 2000 exerceu funções de Deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Tem divulgado na rádio e em recitais ao vivo inúmeros escritores, designadamente no domínio da poesia, nos Açores, no continente português e no estrangeiro.

Participa desde a primeira hora no projeto: “ Piano, Poetas e Trovadores “

Fundador e produtor, durante vários anos, da Semana dos Baleeiros, uma das principais manifestações sócio culturais e religiosas da ilha do Pico e do arquipélago dos Açores.

Como autor, está incluído nas coletâneas “Nós Palavras”, “Ilha Num Cartucho a Cinco Vozes”, “Café Com Letras” e nas antologias “Nove Rumores do Mar” do Instituto Camões, “On a leaf of blue “, poesia contemporânea açoriana, editada pela Universidade de Berkeley da Califórnia – E.U.A., e “ Voices from the Islands” de John M. Kinsella

É autor do livro de prosa poética “Deserto de Todas as Chuvas” da editora Salamandra e dos textos poéticos do livro “A Balada das Baleias” da editora VerAçor.

Tem novo livro em preparação.

Secção III: Biodados, sinopses e trabalho final dos oradores

9. ANABELA BRITO (MIMOSO)



ANABELA MIMOSO, Licenciada em História, mestre e doutora em Cultura pela FLUP. É investigadora de História da Educação (nomeadamente da relação entre ideias pedagógicas e literatura infantil); professora titular do 2º ciclo; docente nos doutoramentos em Educação na ULHT. É escritora de literatura infantil, autora de manuais para o ensino de Língua Portuguesa (2º e 3º ciclos).

Teófilo Braga e a literatura popular ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

Teófilo Braga é um dos escritores açorianos que muito justamente prestigia a sua terra natal. Natural da ilha de S. Miguel (Ponta Delgada), onde nasceu em 24 de fevereiro de 1843, foi em Coimbra que estudou e se embrenhou no grupo denominado Geração de 70, que tinha como expoente máximo o seu conterrâneo Antero de Quental. Criador de uma vasta e multifacetada obra, repartida por vários temas - sociologia, antropologia, filosofia, política, literatura -, embora pouco ortodoxo e muito controverso, o seu papel na cultura finissecular não pode ser ignorado. Nesta comunicação, abordaremos, essencialmente a sua ação, quase pioneira, na recolha e no estudo da Literatura Tradicional.

1. Vida

Natural da ilha de S. Miguel, mais concretamente de Ponta Delgada, onde nasce em 24 de fevereiro de 1843, Joaquim Teófilo Braga é o sétimo filho do casamento de Joaquim Manuel Fernandes Braga, um antigo oficial miguelista, com Maria José da Câmara Albuquerque. Órfão de mãe aos três anos, vítima a partir dos cinco de uma cruel madrasta, o seu início de vida não foi nada fácil.

Faz os estudos primários e secundários na capital da ilha micalense. Parte para Coimbra em abril de 1861, onde se matriculará em Direito, curso que terminará em 1867.

Em Coimbra, cruzar-se-á com Antero de Quental, seu conterrâneo, figura emblemática da Geração de 70, à qual passa a pertencer. Haveria de dizer de Antero no “Escorso Biográfico” que dele traçou para a edição de *Raios de Extinta Luz*: «Foi nesse ano de 1865 que irrompeu a célebre *Questão Coimbrã*; eu é que o estimulei a sair à estacada, dando réplica às insídias de Castilho» (p. XVI). O seu envolvimento na Questão Coimbrã granjeia-lhe simpatias. É nesse contexto que escreverá o opúsculo *As Teocracias Literárias*.

Obtém o doutoramento em 1868 (ano do seu casamento). Depois de ter falhado o ingresso como professor na Academia Politécnica do Porto e na Faculdade de Direito de Coimbra, só em 1872, num memorável concurso público, pode alcançar o ambicionado lugar de professor do Curso Superior de Letras, derrotando Manuel Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro, apesar dos apoios de que gozavam estes seus opositores (aí ensinam também Consiglieri Pedroso e Adolfo Coelho).

O seu empenho sociocultural está bem patente na realização das festividades do Tricentenário de Camões, em que ele, juntamente com Ramalho Ortigão, José Falcão, Luciano Cordeiro, Consiglieri Pedroso, entre outros, participou, em 10 de junho de 1880. Mobilizando fortemente a população, foi de facto um acontecimento popular (foi o Ano das Festas ou as Festas de Camões), com a imprensa a explorar o tema e as editoras a darem a conhecer a obra camoniana. Camões foi assim “devolvido” ao povo e aproveitado para «a arrancada das massas na propaganda da República» (Rêgo; 1986: 158).

Politicamente, a defesa da causa republicana será, pois, o maior estandarte de Teófilo. Quando finalmente, em 1910, acontece a mudança do regime é chamado a ocupar o cargo de Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa. Voltará à presidência entre maio e outubro de 1915, substituindo Manuel de Arriaga, seu opositor ideológico.

Para o fim, a sua vida volta a complicar-se. A perda dos dois filhos e da mulher foi um rude golpe que só o muito trabalho a que se dedicava haveria de suavizar. Em árduo labor haveria de continuar até que morre em Lisboa, na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes, em 28 de janeiro de 1924.

2. Obra

A sua extensa obra só foi possível realizar graças a esse perseverante estudo e ao recolhimento em que vivia na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes. Assim se explica a elaboração da sua extensa e variada bibliografia e da monumental *História da Literatura Portuguesa* onde traça a evolução da nossa literatura desde os tempos medievais até ao realismo. Apesar de tanto labor durante as comemorações camonianas, estas mereceram-lhe ainda a produção de *Parnaso de Luís de Camões* e *Bibliografia camoniana*.

As influências mais remotas são de Hegel, Herder e Grimm, apesar de ele não saber alemão. Obviamente que as suas leituras foram feitas pela mediação dos franceses, sobretudo Quinet e Michelet. Assim inspirado, parte em busca das origens da tradição: mitos, lendas, costumes, instituições, poesia e contos de transmissão oral. Deste interesse pela etnologia, pelo folclore e pela criatividade popular nasceram a *História da Poesia Popular Portuguesa*, o *Cancioneiro Popular coligido da tradição* e o *Romanceiro Geral coligido da tradição*, os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*; os *Contos Tradicionais do Povo Português* e os dois tomos da obra *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*.

Em *Epopeias da Raça Moçárabe* (1871), em *A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça*, (1894) e em *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885) apresenta a sua ideia de identidade nacional (que ele atribui à raça moçárabe, de génio criador, resultado da fusão da população goda e da população árabe), influenciado, certamente, pelas ideias de Vico. É assim que o autor explica a importância da raça na arte:

Pela evocação da Raça penetra-se o sentir da fibra nacional e por o drama das lutas das instituições que se fundaram o vínculo das tradições, que foram gérmes e impulsos da missão histórica e das criações artísticas que refletiram a consciência da coletividade (2008: 7).

Embora Teófilo Braga seja geralmente considerado um espírito positivista, na fase inicial da evolução do seu pensamento foi um romântico. Daí o seu interesse pela cultura tradicional, desde a literatura à religião, à arte, às tradições e aos costumes, aliada a um grande patriotismo. De facto, não voltaria a abandonar esta linha de pensamento, mesmo depois da sua adesão ao positivismo. Obras como a *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867); o *Romanceiro Geral* (1867-69) e os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano* (1869) são disso exemplo.

Claro que a sua vasta obra não se limita a estes temas: abrange também a política, a filosofia, o direito, a história, mas quedar-nos-emos pela literatura e pela ideia de identidade nacional.

3. A Literatura Tradicional

3.1. Primórdios

À parte algumas incursões esporádicas de autores dos sécs. XVI, XVII e XVIII (Gonçalo Fernandes Trancoso, Frei Aleixo de Santo António, António Delicado, D. Francisco Manuel de Mello...) foi Garrett o pioneiro da publicação de uma obra de recolha da tradição oral (entre 1842 e 1851), fruto, obviamente, das ideias colhidas aquando da experiência do seu exílio, sobretudo em Inglaterra. Tal como neste país, em que as primeiras coletâneas de literatura tradicional são de poesia (aliás, datadas ainda do séc. XVIII), mas, à revelia de outros países europeus, o medievalismo e o nacionalismo da primeira e da segunda gerações românticas e mesmo dos ultrarromânticos não se revelaram na busca do conto, mas sim na busca das várias manifestações da poesia.

No seu *Romanceiro*, Garrett vai mais longe que a simples recolha e inclui, além dos romances, comentários a cada um deles e uma introdução explicativa que constituiria o nosso primeiro estudo etnográfico. Esta introdução serve também de manifesto ao movimento literário que encabeça:

Pretendo suprir uma grande falta na nossa literatura com o trabalho que intentei nesta coleção. Não quero compor uma obra erudita (...). O meu ofício é outro: popularizar o estudo da nova literatura primitiva, dos seus documentos mais antigos e mais originais, para dirigir a revolução literária que se gerou no País, mostrando aos novos engenheiros que estão em suas fileiras os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar (...). O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros (1997: 7 e 10).

Aí são citados autores como Grimm, Rodd, Depping, Müller, Mme. de Stäel e Sismondi que provam, se não um conhecimento profundo das suas obras, pelo menos um contacto com elas. Prova também que conhecia a classificação de Duran, embora, por opção, não a use.

Apesar de T.B. elogiar este trabalho pioneiro de Garrett (no seu Romanceiro geral, coligido da tradição; 1867: p. VII), reconhece, contudo, que não foi uma recolha completa, (o que Garrett também não reivindica), na medida em que Teófilo reconhece (com razão) que lhe falta o canto. *Ora, a Poesia e o Canto são inseparáveis: assim nasceram no sincretismo mental das raças, quer nas formas culturais das religiões, quer nas rapsódias heroicas das narrativas épicas» (1893:V).*

Até porque:

É verdadeiramente a música a alma da poesia popular; e tanto que no nascimento da poesia moderna da Europa, o Lyrismo trovadoresco, as novas fórmulas métricas foram moldadas sobre toadas velhas un son veil et antic (1893: V).

Garrett terá também sacrificado, segundo T. B., a verdade à elegância do verso. Na realidade, *a poesia do povo não é uma hábil curiosidade; como um facto profundo do espírito não deve ser estudada somente pelo seu lado artístico; é principalmente pelo seu lado psicológico que a sua rudeza e ingenuidade pitoresca tem valor (ib.).*

Paralelamente a Garrett, também Herculano não poderia ter ficado indiferente à importância da tradição. Mas a verdade é que Herculano não se interessaria muito pela poesia popular. Do seu exílio em Inglaterra, trouxera uma experiência diferente: ele seria tocado pelo romance histórico, por influência de W. Scott, no que teve muitos continuadores.

Contudo, não deixaria de publicar, no Panorama, alguns artigos sobre Crenças Populares Portuguesas que, obviamente, lhe interessavam como fontes para a sua historiografia. Porém, o espírito crítico de Herculano não haveria de agradar a T.B., que sobre ele comentara, neste passo do opúsculo Theocracias Literárias. Relance sobre o estado atual da Letteratura portugueza.:

O sr. Alexandre Herculano emprenhou a Historia de Portugal com este espírito severo da escola analysta de Guizot e Macauley; tinha de sacrificar, de nos expropriar, por assim dizer, a bem da verdade, das nossas lendas e tradições nacionaes, com que os nossos Herodotos haviam bordado a historia dos primeiros tempos.

Tão pouco Castilho haveria de empreender uma verdadeira recuperação da tradição, pelo menos segundo o que T. comenta, ainda no mesmo texto:

Era preciso que outra mão fosse respigando na seara cortada, como Ruth. Só um poeta, com a sua vara mágica, poderia fazer aparecer os thesouros da imaginação. O sr. Castilho votou-se á empreza. Mas como? Falto de imaginação lançou-se a romancear a capricho aquellas lendas que já estavam dramatisadas na ingenuidade da chronica pelos bons Froissarts. Assim falsificou-lhes o espirito, dando-se-nos como contemporaneo d'ellas. É uma atrocidade imperdoavel, tanto maior, quanto n'este tempo já tinha apparecido o livro monumental de Jacob Grimm sobre as Tradições allemãs, em que o moderno Du Cange, depois de haver consumido dez annos de vida n'esse trabalho, ensina como se restauram estas preciosidades. As grandes descobertas são para todos.

Assim, não obstante o reconhecimento da importância da literatura tradicional, podemos dizer que, de uma maneira geral, o interesse que o Romantismo por ela manifestou se restringiu à afirmação de valores literários.

Caberia à Geração de 70 o trabalho pioneiro da recolha do conto popular, não do ponto de vista estritamente literário, mas do ponto de vista filológico, etnográfico e pedagógico. Foi, pois, Teófilo um homem perfeitamente integrado no ideal da sua geração. Juntamente com Adolfo Coelho, seria pioneiro neste trabalho de recolha dos contos tradicionais. Aliás, aproximava-os o facto de ambos terem uma formação filológica histórica, muito embora a linha seguida por T.B., (e também por Consiglieri Pedroso e José Leite de Vasconcelos) tenha sido a do folclorismo europeu (tradições populares), enquanto A. C. (e também Rocha Peixoto) se interessara mais por aspetos e elementos materiais, tecnológicos e sociológicos da cultura (Oliveira: 1999; Prefácio: 25).

3.2. O papel de Teófilo Braga

T.B. também se viria a interessar pela poesia tradicional, na medida em que reconhecia que a «Poesia ainda tem um destino ligado às necessidades sociais» (1877: VI), sem contudo deixar de lado a moderna, pois:

Assim como a Poesia antiga servia para perpetuar e dar sentido às vetustas tradições das raças, a poesia moderna, sem desprezar a tradição, é o órgão mais apto para manifestar as manifestações da consciência moderna. Neste uso está implícito o seu fim revolucionário (1877: VIII).

Publicaria então o *Parnaso portuguez moderno (1877)* e o *Cancioneiro de músicas populares: collecção recolhida e escrupulosamente trasladada para canto e piano por Cesar A. das Neves (1893).*

No Parnaso reconhecia que a falta de originalidade que ele atribuía à poesia portuguesa, se devia a que:

Na poesia portuguesa, como temos largamente provado pelos nossos trabalhos históricos, o escriptor esteve quase sempre separado do povo; raramente se soube inspirar na sua tradição e por isso a aspiração e o caracter nacional não foram servidos por uma litteratura bem distinta entre as outras litteraturas românicas (1877: VIII).

Poucos autores escaparam a esta crítica:

Foi Gil Vicente o único que não desprezou o sentimento popular, decidindo-se abertamente por ele... Enquanto o hendecassílabo novo se espraia nas éclogas enfadonhas do gosto siciliano, a redondilha popular salva-se com a facilidade chistosa de Gil Vicente. O povo ia elaborando a sua poesia marítima, inspirado pelo sentimento profundo da aventura, a que o próprio Camões, clássico do fundo da alma, não se eximiu... A História Trágico-marítima era o núcleo das narrações em prosa de onde havia de sair já feito o verso octossilábico, verso por assim dizer falado, da mesma sorte que das crónicas espanholas saía a maior parte e a mais célebre dos Romanceiros antigos (1867: VI).

Ora, se tivermos em conta a seguinte afirmação de Garrett (incluída na Introdução já referida) contestando a poesia do classicismo, perceberemos o quão próximo estavam os dois autores. Dizia Garrett:

Os nossos vizinhos de Castela nunca chegaram, no séc. XVI, à perfeição clássica da literatura portuguesa; mas por isso ficaram mais nacionais, mais originais; e por consequência, maior e mais perdurável e mais geral nome obtiveram e conservaram no mundo (1997: 9).

A exceção a esta falta de visibilidade seria Camões, como notaria também T.B., mas este ultrapassou os outros por ser precisamente um poeta «tão português na alma» (1987: VI).

Não admira que T. B. tenha ido mais longe que Garrett na sua reflexão sobre a literatura tradicional, na medida em que logrou aproveitar as experiências anteriores. Recuperando o sentir da primeira geração romântica, chegou à necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre literatura tradicional como «descoberta e afirmação de identidade nacional» (Cortez, 2001-2: 81) e, curiosamente, foi pelo estudo comparativo do folclore, dos temas da literatura oral que ele viria a enquadrar a Portugal no conjunto europeu:

As collecções de Cantos populares portugueses formam um valioso documento etnológico, pelo qual se podem já estabelecer relações com os rudimentos primitivos das nacionalidades peninsulares, e coadjuvar a explicação do problema da unidade das tradições poéticas occidentaes evidentes nos paradigmas dos romances comuns a Portugal, Hespanha, França Meridional, Itália e Grécia Moderna (1893:V).

Aliás, este estudo comparativo alimentou-lhe a ideia de constituir uma unificação científica ibérica através do folclore, ideia muito ao gosto do iberismo finissecular. De resto, a sua vasta bibliografia inclui também correspondência e colaboração com folcloristas espanhóis, nomeadamente com Machado y Alvarez, que não dispensava a consulta ao amigo português em matéria de folclore do país vizinho. T.B. chegou mesmo a ser proposto, em 1883, para a Real Academia Espanhola por homens como Menéndez Pelayo; colaborou na revista *El Folk-lore Andaluz* (1882 e 1883) e de 1884 a 86 publicou trabalhos na *Biblioteca de las tradiciones populares españolas* (Baltanas; 2002: 26).

Os seus conhecimentos advinham-lhe da bibliografia europeia, sobretudo alemã e francesa. É conhecida a sua admiração pelos irmãos Grimm que muitas vezes cita para exaltar, sobretudo, o seu método de recolha do património, mas também pelo papel que desempenharam no movimento romântico e na “reforma da liberdade de consciência” na Alemanha (1987: 15, vol. I). Jacob e Wilhelm Grimm publicariam entre 1812 e 1814 as *Kinder und Hausmärchen* e lançariam a base para o surgir do interesse pelo estudo dos contos populares nos vários países europeus. Depois dos Grimm não faltaram coleções de recolhas de contos tradicionais, não só da Europa, mas também orientais e africanos, e estudos sobre eles, numa tentativa de esclarecer sobre a origem, a transmissão e persistência dessas formas. Caberia ainda a Jacob Grimm o papel de converter a Novelística num capítulo essencial da Mitografia, como resultado das anotações à sua coleção de recolhas (1822).

Aliás, não foram só as *Kinder und Hausmärchen* que seriam conhecidas e reverenciadas, mas também as *Deutsche Sagen*. Dado que Teófilo não conhecia a língua alemã é na tradução francesa de Frédéric Baudry (*Contes choisis des Frères Grimm*) e de L’Heritier (*Les veillées allemandes*) que vai tomar conhecimento da obra dos Grimm. Mas se não foi um conhecedor profundo destas obras, foi um dos seus maiores admiradores e tributários.

De resto, a obra de Teófilo segue muito de perto a obra de Jacob Grimm, que ele não se cansa de citar e de elogiar, levando mesmo a que Cortez afirmasse:

Não pretendo defender que a obra de Teófilo Braga seja apreciada como uma segunda edição da do famoso filólogo alemão, mas parece-me inegável que, na procura do seu caminho de pesquisa, o jovem investigador português se deixou cativar pelo exemplo de Jacob Grimm e lhe tentou seguir as passadas (2001-2: 82).

Via, no entanto, mais longe ao fazer equivaler Mitografia e Novelística, no que seria seguido por Consiglieri Pedroso(1910):

Mitografia ou Novelística é uma nova e importante ciência, que tem por objeto o estudo de todas as questões que se ligam com a origem, com a essência e com a transmissão dos contos populares (1992: 32)

No geral, T.B. entendia o folclore (i.e., sabedoria do povo, termo que aparece pela primeira vez no jornal *Athenaeum* de Londres, em 1846, pela pena de Ambrose Merton, sobrescrito por Adolfo Coelho desde 1875, mas de que T.B. não gostava muito, preferindo o de demótica) como herança, sim, mas também como elemento de inovação. Lê-se no Prólogo que elaborou para o *Cancionero popular galego de J. Pérez Ballesteros*:

Toda e qualquer sociedade humana, como um perfeito organismo, subsiste pelos elementos estáticos da sua conservação e pelas modificações dinâmicas do seu progresso (cit. por Baltanas; 2002: 27), ideia esta também partilhada por Machado. Ora, aos elementos dinâmicos e estáticos do folclore deveremos juntar ainda uma dimensão sociopolítica, já que ele é motor da regeneração nacional, mas também uma dimensão psicológica já que ele se apresenta «como documento da psychologia popular».

3.3. Génese e transmissão da Literatura Tradicional

Para além de partilhar teorias aceites por outros pensadores, Teófilo também inova. Ao recuperar a ideia lançada pelos irmãos Grimm da origem mítica dos contos, base da “escola mitológica”, hoje posta de parte, não o faz acriticamente (veja-se sobre o assunto *Le pouvoir des contes* de G. Jean). Recordemos este excerto da introdução aos seus *Contos*:

É certo que os contos têm relações com mythos primitivos, de que são a ultima transformação; porém esses mythos não estão suficientemente esclarecidos, d’onde resulta que a interpretação novellistica cada vez mais se confunde. Há raças que pela sua situação só desenvolveram mythos solares, e outras que exerceram a sua imaginação formando mythos sideraes; por aqui se vê quanto perigoso não será para o crítico o reduzir a interpretação dos contos a um systema unico (19..-a: XVIII).

Muito embora contrariado por Adolfo Coelho que considerava conto e mito como dois produtos absolutamente díspares, é no entanto apoiado por C. Pedroso que haveria de precisar essa filiação, limitando-a aos contos de fadas:

O carácter desses contos é sem dúvida alguma mítico, ou quando a sua ação não se pode filiar diretamente no desdobramento de um mito, apresentam-se impregnados ainda assim de elementos mitológicos mais ou menos puros (1992: 38).

Na verdade, o problema da origem dos contos é bem complexo, até porque se prende também com o da sua transmissão:

As analogias de contos asiáticos com outros que aparecem entre as populações negras de Africa obrigam à formação de hypotheses gratuitas sobre o modo de transmissão pelo contacto com os viajantes europeus. A investigação dos contos das raças da America veio complicar mais o problema, e tornar inefficaz a theoria dos mythos solares para a interpretação da Novellistica (XIX).

Se é certo que era geralmente aceite que a transmissão de lendas e de contos se fizera a partir da Índia, a verdade é que:

a descoberta de contos tradicionaes na civilização do Egypto, e a origem semítica de muytas fabulas e mythos hellenicis, levam a reconhecer outros focos de irradiação. Por ultimo, a grande persistencia dos contos nas raças amarellas, tendência aproveitada pela revolução relligiosa do Buddhismo, e que ainda hoje se observa nas raças nómadas da Alta Asia, nos Kalmucos, nos Avaros, no elemento tártaro dos povos slavos, onde esta vivacidade é enorme, coadjuvam a fixar melhor o problemas das origens ligando a investigação do sentido mythico ao exame da situação social representada nos contos.

Para percebermos como se faz a transmissão dos mitos é preciso ter em conta duas variedades de contos:

um grande numero de contos persiste exclusivamente na transmissão oral do povo, que os transforma desde a primitiva concepção mythica até á simples aventura faceta ou á referencia vaga de qualquer adágio, e existe simultaneamente um outro grupo de Contos conservados por via da redação literária e escriptos com uma certa intencionalidade moral ou artística. (19.-a: 5, vol. II)

Curiosa, mas compreensivelmente, em relação ao problema da origem dos contos, T. só pode documentar os que conheceram forma literária:

A universalidade dos Contos populares na tradição oral não se póde explicar historicamente; este processo compete aos Contos generalizados pela fórma litteraria, cuja transmissão se estabelece quasi de um modo chronologico e por documentos que subsistem (...) Provenientes de collecções litterarias, de que a mais antiga conhecida é o Pantchatantra, elles acompanham os accidentes da historia da civilização da Europa, implantando-se no Ocidente com as invasões dos Arabes, propagando-se com os últimos lampejos do hellenismo, sendo o assumpto de redação dos novos dialetos românicos e dos pregadores da idade media (19.-a: 6, vol. II).

Depois,

Com as correntes cultas de outros elementos medievaes, como os trovadores da Provença, os jograes francezes e os menestrais bretãos, alargaram-se as fontes litterarias dos Contos, estabelecendo-se essa unanimidade de sentimento da Civilização occidental (19.-a: 6, vol. II).

Enriquecida pelo contacto com outros povos, mas também estropiada, mesclada com outros elementos, essa literatura chegou até nós e, porque coligida tardiamente (Portugal seria um dos últimos países europeus a fazer a sua recolha), já em fase de dissolução, como defendia Adolfo Coelho ou, como preferia C. Pedroso, em fase de sincretismo.

3.4. Métodos utilizados

É através da obra *Contos tradicionaes do povo portuguez: com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas*, que Teófilo nos esclarece sobre a forma como fez o levantamento dos contos aí inseridos. Para o efeito serviu-se da «influência pessoal de bons amigos» (VII), tendo o cuidado de alargar a recolha de contos orais «por todas as províncias» (VII). Nesta coletânea estão representados «os três mais puros veículos das tradições populares. Foram então as *crianças*, como na Ilha de S. Miguel: as *mulheres* e *velhas*, como em S. Jorge e no Algarve e os *homens* do povo, como nos contos do Minho» (IX) que lhe forneceram o material para a sua coleção.

Para a fixação destes contos, numa época em que não havia suportes áudio para gravação, o recurso ao registo escrito impunha-se. Ora, a melhor forma de os passar a escrito, entende ele, ser a que é feita por crianças «verdadeiro ponto de transição entre a alma popular e a inteligência culta» (VIII).

Trabalho diligente que possibilita ao autor garantir:

para os homens que se dedicam a este género de trabalhos, para os psicólogos que procuram surpreender as manifestações da alma na sua verdade, diante desses protesto, em nome da probidade de homem e da intuição de artista, que todos os romances populares que da tradição recolhi, são extremes e genuinos (1867: VII).

O seu sentido crítico e a sua erudição são responsáveis pelo uso e pela definição da nomenclatura utilizada: histórias, casos, contos, exemplos, lendas, patranhas, ditos e fábulas, que corriam então com a designação geral de contos da carochinha. Estas designações abrangem narrativas que contemplam três categorias: maravilhoso, anedótico e moral, à semelhança das narrativas tradicionais dos outros povos europeus, se bem que C. P. distinguisse ainda nos contos morais as fábulas, por nestas os heróis serem animais. A coleção foi então organizada, tendo em conta estas três categorias:

Sobre estes três typos Novellescos classificamos os complicados elementos da nossa collecção, separando os contos de evidente mythico por um lado, as facecias por outro, e destacando os Exemplos de thema tradicional e forma literária em que houve um manifesto intuito moral (19.-a: XI).

Do rumo que estas narrativas tomaram, também o nosso autor nos dá conta:

Uma grande parte desta produção novellesca tomou sentidos especiais: as lendas tornaram-se agiológicas, os exemplos converteram-se em sermões parabólicos; as fabulas e novellas tornaram-se exclusivamente literárias; os ditos entraram na exploração das encyclopedianas, vindo por ultimo as narrativas tradicionaes a serem designadas por uma expressão geral mas característica (19.-a: XI).

Ao seu profundo estudo não falta ainda uma revisão crítica da principal bibliografia produzida na Europa de então, com referências especiais às obras que foram marcos na análise da literatura tradicional na Europa de então.

São estas, em síntese, as linhas gerais do seu pensamento em relação à cultura popular.

4. Conclusão:

Parece-nos, pois, evidente o papel decisivo que Teófilo Braga teve na recolha e estudo do nosso folclore. No entanto, Jacinto Prado Coelho não deixa de apontar-se-lhe alguns erros. Por exemplo, recorda que: a obsessão romântica pelo povo criador, a confusão romântica do belo com o espontâneo, levaram T.B. a diminuir a literatura culta e a não reconhecer a existência, entre nós, de uma literatura “*verdadeiramente nacional*” (1978: 120, vol. I).

Obviamente que J. P. Coelho tem razão no que diz: para T. B., *imitação* «resume a síntese histórica da literatura portuguesa» (1987: 82). Mas esta situação só é atribuída à literatura até ao séc. XVIII, quando se seguia o que se fazia lá fora. O séc. XIX, ao (re)descobrir a Idade Média, as origens das nacionalidades, ao virar-se para a cultura genuína viria abrir as portas ao nascimento de uma literatura “*verdadeiramente*” nacional. Não podemos escamotear o papel que T.B. teve na cultura portuguesa da sua época. E J. P. Coelho reconhece-o ao admitir que, tal como Antero de Quental, ele foi um «apóstolo do espírito renovador, positivo, livre-pensador, de cunho social» (1978: 120, vol. I). Aliás, ele contribuiu mesmo para a divulgação do método positivo ao explicar, na *História do Romantismo em Portugal*, como se deve aplicar este método na história literária.

Partindo do princípio de que a primeira manifestação da literatura para crianças se consubstancia precisamente na literatura tradicional (que hoje volta a despertar a atenção de autores e editores), temos, pois em Teófilo um trabalho pioneiro como colecionador de contos, lendas, romances, canções. Mas ele não se limitou a coligir esses textos: teceu considerações várias, criticou, comentou, ordenou, o que faz dele o primeiro crítico deste tipo de literatura, um pioneiro da História da Literatura Tradicional, logo de Literatura infantil.

Mas se há autores que enfatizem mais a ação de Adolfo Coelho em prol da Literatura Tradicional e, logo, da Literatura Infantil, isso não é de estranhar, pois Adolfo Coelho foi um pedagogo, de resto, com um razoável número de obras sobre o ensino e pedagogia (*A Questão do Ensino, A Reforma do Curso Superior de Letras, O trabalho manual da escola Primária, Os Elementos tradicionais da educação, Para a história da instrução popular, O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858, O Curso Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário, Alexandre Herculano e o Ensino Público, Cultura e Analfabetismo, Para a História de Instrução Popular*).

Daí que ele tenha revelado uma preocupação sistemática com as relações entre Pedagogia ou Educação e Etnografia (nomeadamente o conto popular e o jogo). Mas a verdade é que também T.B. não deixou de fazer a ligação da literatura tradicional com a literatura para crianças.

Aliás, na esteira de Grimm, também ele haveria de conferir aos contos uma dupla dimensão: a etnográfica e a lúdica, conforme ele salienta:

Os contos tradicionais são imensamente simpáticos às crianças e já Platão os considerava como um excelente meio de educação (...) Este emprego foi sempre seguido nas escolas greco-romanas, como se vê pela transmissão de fábulas esópicas, adaptando-as os pregadores da idade média nos sermões com Exemplos e ainda M.me De Beaumont o generalizou no fim do século XVIII (19.-a: XII).

Contudo, reconhece que

O intuito pedagógico desnaturou o conto com o exclusivo fim moral; perdeu-se a intuição da beleza tradicional, da singeleza popular, e a poesia espontânea do passado achou-se substituída pela invenção pedante dos mestres. Só depois da renovação da Pedagogia como ciência aplicada da Psychologia, é que os contos Tradicionais e os jogos infantis foram considerados como elementos de educação, aproveitando antes de tudo as primeiras curiosidades de espírito e a coordenação de movimentos. Visámos também este fim [pedagógico], velando a nudez de algumas narrativas, ou deixando fora da nossa coleção contos cujas situações perturbariam a ingenuidade infantil (19.-a: XII-XIII).

E não deixa de ter toda a razão. No entanto, ele próprio confessa que, embora de outra maneira, a sua obra também não se encontra isenta de um mal semelhante:

Visamos também a este fim, velando a nudez de algumas narrativas, ou deixando fora da nossa coleção contos cujas situações perturbariam a ingenuidade infantil. Para pôr mão sobre este problema pedagógico é preciso uma grande pureza de alma, sem os rancores das mediocridades auctoritarias, que pensam mais em impor-se do que em ser úteis (XIII), o que é a prova de que a sua coleção se destinava também às crianças.

Outra crítica que se lhe costuma apontar é que não foi ele o primeiro a fazer a publicação e o estudo dos contos. Ora, a verdade é que se foi A.C. o primeiro a publicar uma coletânea de contos tradicionais (1879), não foi o primeiro, como ele próprio reconhece, a fazer a publicação de contos tradicionais, pois T. B. já tinha publicado em 1870 nos seus *Estudos da Idade Média* três desses contos: *As três cidras do amor, O aprendiz do mago e A cacheirinha*.

É evidente que mais do que saber quem foi o primeiro, importa salientar o seu extraordinário papel em prol da defesa dos valores culturais do nosso povo, contribuindo largamente para o melhor conhecimento e divulgação, para o engrandecimento e fortificação da literatura nacional e para o reconhecimento da sua identidade. Foi um daqueles militantes republicanos que não se limitaram a ter um programa cultural: mostraram como fazer e fizeram-no. É verdade que os seus métodos nem sempre foram ortodoxos e foi, por vezes, muito controverso, como na polémica em que se envolveu (ou foi envolvido) com Delfim Guimarães a propósito da autoria da écloga *Crisfal* (de que resultaria a publicação, em 1909 da obra de Delfim Guimarães: *Theophilo Braga e a lenda do Crisfal* e onde foi muito maltratado por este autor, algumas das vezes, injustamente. Mas não nos podemos esquecer de que os seus *Contos* conservam as vozes das palavras e das expressões mais genuínas e mais saborosas do povo português.

Referências Bibliográficas:

BRAGA, Teófilo (1865). *As Theocracias Litterarias. Relance sobre o Estado atual da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Typographia Universal.

BRAGA, Teófilo (1877). *Parnaso português moderno*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva.

BRAGA, Teófilo (1893). *Cancioneiro de musicas populares : collecção recolhida e escrupulosamente trasladada para canto e piano por Cesar A. das Neves / coord. a parte poetica por Gualdino de Campos ; pref. pelo Exmo Sr. Dr. Teophilo Braga. - - Porto : Typ. Occidental.*

BRAGA, Teófilo(19--a). *Contos tradicionais do povo português : com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas*. Porto : Livr. Universal.

BRAGA, Teófilo (1987). *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2 vols.

BRAGA, Teófilo (2008). *Viriato*. Lisboa: QuidNovi.

COELHO, Adolfo (1999). *Contos Populares Portugueses (Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira)*. Lisboa: Pub. D. Quixote.

COELHO, J. P (1978). *Teófilo Braga, Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.

CORTEZ, M. Teresa (2001 / 2). *Teófilo Braga e Adolfo Coelho – duas posições face aos Irmãos Grimm e à coleção Kinder und Hausmärchen*. Elo, nº 7-8.

GARRETT, Almeida (1997). *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.

JEAN, Georges (1990). *Le pouvoir des contes*. Paris: Casterman.

OLIVEIRA, Ernesto (1999). *Prefácio a Coelho, A. Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Pub. D. Quixote.

PEDROSO, Consiglieri (1992). *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Vega.

QUENTAL, Antero de, (1892) *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863) com outras pela primeira vez colligidas / Antero de Quental ; precedidas de um esorso biographico por Teophilo Braga. - Lisboa : M. Gomes.*

RÊGO, Raúl (1986). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. I.



ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, nado em Valhadolid (“Comunidad de Castilla y León” no “Reino de España”) em 1941, viveu na Galiza, nomeadamente em Acrunha (ou Corunha), desde 1969. É licenciado em “Filosofía y Letras”, secção Românicas, subsecção Espanhol. Exerceu a docência no Colégio Universitário de Acrunha, dependente então da Universidade de Compostela, como professor contratado. Hoje ministra aulas no Liceu Salvador de Madariaga, também em Acrunha, a estudantes do Ensino Secundário para Adultos (E.S.A.). Começou a colaborar nos **COLÓQUIOS DA LUSOFONIA** em 2006, *Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza*, com a comunicação intitulada «Aos 100 anos da Real Academia Gallega de la Coruña Mais uma análise de discurso.» Teve a sorte de que lhe publicassem vários livros, de sucesso desigual: *Que galego na escola?* e *Silêncio ergueito* (pelas Eds. do Castro). No primeiro, em colaboração, expõe as denominadas «Teses reintegracionistas» ou, como disse o saudoso Prof. R. Lapa, “integracionistas” das falas galegas à língua comum, portuguesa. O segundo é compilação de artigos jornalísticos publicados entre 1979 e 1982. Em 2005, a **ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL** publica-lhe *Temas de Linguística Política*, seguidos dum avanço de *Temas de Política Linguística*. Leves reflexões sobre política nacional “española”. É editor da *Obra seleta (poesía e ensaio)* de João Vicente Biqueira, publicada, em 1998, como n.º 43-46 de ‘Cadernos do Povo. Revista Internacional da Lusofonia’. Tem também poemários: *Baralha de sonhos* (1985), *Luzes e espírito* (1990) e, em volume coletivo, *Só para falar de amor* (1991). Para além, em revistas diversas publicou numerosos artigos sobre o que se passa na Galiza, do ponto de vista tanto linguístico, quanto sociocultural e político. No **RECANTO DAS LETRAS** (Brasil) tem postado vários e-livros.

A Galiza na Lusofonia: Reflexões sobre a Academia Galega da Língua Portuguesa ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, trabalho apresentado por Ângelo Cristóvão

- 1.- A Galiza no “Reino de España” e na Lusofonia: Contexto sociopolítico.
- 2.- O Galego e o Português na Galiza e na Lusofonia: Os nomes e a realidade linguística e social.
- 3.- A Academia Galega da Língua Portuguesa: Agente superador da “deriva” atual do Galego (“también oficial”) para o castelhano (nacional e “oficial” do “Reino de España”).
 - 3.1.- A denominação “língua portuguesa”: Controvérsias
 - 3.2.- O ato inaugural de 6 de outubro de 2008: Instituições e pessoas que participaram.
 - 3.3.- Atividades em processo: Boletim e Comissões.
- 4.- Conclusões... abertas ao futuro imediato e menos imediato.

0.- Advertência:

Devo, antes de mais, advertir que as que seguem são apenas reflexões meditadas, mas não documentadas (cá) sobre a situação da Galiza no seio da Lusofonia, mas perspetivada desde o facto de a **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** [AGLP] existir oficiosa e publicamente o 6 de outubro de 2008. Não reparo na organização interna da AGLP nem no estado atual, ainda em progressão. Simplesmente considero que é entidade (ou instituição) privada na «Comunidad Autónoma de Galicia» [CAG] com objetivos e atividades que ultrapassam essa condição, mas decisivos no que atinge às relações da Comunidade lusófona galega com os países — estados — da Lusofonia, nomeadamente com Portugal e com o Brasil.

1.- A Galiza no “Reino de España” e na Lusofonia: Contexto sociopolítico.

Não é fácil nem singelo, nem sequer para os súbditos do «Reino de España» [RdE], entender o acontece na Galiza, quer na CAG, quer entre os ainda galego-utentes na «Comunidad de Castilla y León» e no «Principado de Astúrias».

Reconheço que, depois de viver anos e anos na Galiza, vou compreendendo bastante do que se passa no RdE relativamente, em particular, à Galiza lusófona. Ao caso aponto uns factos, a meu ver, fulcrais:

A) O RdE é estado, como noutras ocasiões tenho dito, reacionariamente moderno.

Com efeito, é resultado, por agora, de três restaurações da Casa dos Bourbões: A primeira (1815) repôs o absolutismo, depois do reinado de José I Bonaparte (1808-1814); a segunda (1875) suprimiu, mercê de um golpe militar, a I República (1873-1874); a terceira, trás eliminar sanguinariamente (1936-39) a II República, foi preparada pela ditadura do general Franco (1936-1975) e nela estamos agora os súbditos do RdE, sob o chefe do estado que Franco nomeou e impôs.

B) O projeto e processo nacional / ista do RdE é reacionariamente jacobino.

Explico-me: Os dirigentes não apresentam a eliminação de «las demás lenguas españolas» (procurada) como eliminação da «féodalité» e a imposição maciça de castelhano, como expansão da língua da «liberté», segundo fizeram os revolucionários franceses, mormente o abade Grégoire no seu relatório (1794). Antes o castelhano vem a sem o símbolo de uma uniformidade plana e vazia.

C) Por consequência, da parte espanhola, o Galego, quer dizer, o Português da Galiza ou Português galego acha-se não só desprotegido desde princípios do séc. XIX, depois de longo silêncio a que uns e outros submetem os seus utentes, mas abertamente atacado, como evidenciam as declarações e atuações dos dirigentes do PP, paradoxalmente presidido por um nado na Galiza, mas nunca utente de Galego, que acovilham entidades e partidos decididamente contrários a existência da Galiza em Galego (já não digo lusófono).

D) Por outro lado, ao contrário do proceder do RdE, no seio da Hispanofonia, em prol da sua língua nacional, a Lusofonia ainda está a articular-se em grau ainda deficiente, de modo que, por uns motivos e por outros, o Galego, o Português da Galiza, se acha, por esse lado também, isolado no território da CAG e não confortado pelos países lusófonos.

2.- O Galego e o Português na Galiza e na Lusofonia: Os nomes e a realidade linguística e social.

De uma armadilha, “filológica”, se servem os “notables” do RdE, desde as suas instituições, para isolarem (e de passagem abafarem) a Comunidade Lusófona da Galiza: É usurpação interesseira da “cousa” pelo “nome”.

Vejamos:

Nos textos legais do RdE, para se referir à língua da Galiza, nunca se utiliza a denominação **PORTUGUÊS**, mas **GALEGO**.

Daí os “filólogos”, junto dos “políticos, argumentam: Se a “cousa-língua” recebe o nome de **GALEGO** e não de **PORTUGUÊS**, é pelo “facto” de a galega ser língua diferente da portuguesa.

A seguir concluem (escolásticos mais velhacos do que matreiros): Portanto, não só é ilícito confundir **GALEGO** e **PORTUGUÊS**, mas sobretudo é ilegal. E, como ilegal, mesmo deve ser punível.

De facto já bastantes cidadãos, funcionários mormente, foram punidos por sustarem que as falas galegas podem e devem ser cobertas pela ortografia portuguesa.

Permita-se-me insistir:

Não me parece grave que os políticos, afeitos a serem matreiros e velhacos quando lhes convém, utilizem essa “arguta argumentação”.

O que estimo sumamente grave é que professores sisudos e universitários revistam de roupagens pseudocientíficas tamanha falsidade, que danaria qualquer intelecto normal.

Sabe-se que uma mesma “cousa” pode receber nomes diferentes, segundo a perspetiva com que seja observada. A «lengua nacional» do RdE tem o nome constitucional (art. 3.1) de “castellano”, enquanto as «academias» dessa «lengua», a começar pela «Real Academia Española» persistem em a denominar “español” ou “lengua española”.

Seja como for, em honra da verdade, concederia alguma razão aos “filólogos” na CAG, funcionários do RdE, se, ao diferenciarem entre **GALEGO** e **PORTUGUÊS**, aplicassem a mesma lógica “separatista” aos idiomas do “castellano” ou “español”.

Com efeito, decerto as falas galegas se acham, em grau diverso, contaminadas pela pressão da «lengua nacional» do RdE, que as distingue, na pronúncia e nalgum léxico, do Português comum. Se, ao ver dos professores funcionários do RdE, essas diferenças justificam a existência de uma «língua galega» diversa e divergente da portuguesa, deveriam também reclamar, por honradez intelectual, a existência de diversas e divergentes «línguas» relativamente à castelhana comum.

Mas não o fazem. Antes, baseiam a unidade e unicidade da «lengua castellana», que eles insistem em denominar «española», na unidade gráfica, como explicitamente sentençam as «Academias de la Lengua Española» no prólogo da última edição (1999) da «Ortografía». É o discurso dominante (e politicamente correto) entre os professores funcionários do RdE e, em geral, da Hispanofonia.

Por exemplo, a professora da Universidade de Sevilha, Eva Bravo, no seu *El español internacional* (Arco / Libros, 2008, p. 17) reitera essa conceção:

*[...] Afortunadamente, hay **uniformidad gráfica** en el mundo hispanohablante, que de manera indiscutible facilita la internacionalización en el nivel escrito y **da cohesión formal a la lengua por encima de las variedades de pronunciación**. (o negrito e itálico são meus)*

Quando os “filólogos” funcionários do RdE “normativizaram” o “galego”, argalharam uma grafia propositadamente divergente da portuguesa comum. Aduzem para assim proceder o facto de a pronúncia galega ser diversa da portuguesa. Deveriam dizer em plural, «pronúncias» a respeito tanto do “galego” quanto do **PORTUGUÊS**.

Na realidade, quando as comparam, não o fazem entre pronúncias homologáveis, mas opõem as pronúncias populares galegas à culta portuguesa, em particular à lisboeta.

(Vale lembrar que, desde que foi banido da produção escrita, 1521 circa, no **GALEGO** não existe pronúncia que possa estimar-se culta. Em regra, os cidadãos da Galiza que pretendiam — e pretendem — “falar culto”, fazem-no em castelhano, enquanto para se exprimirem em Galego, procuram ruralizar a expressão para “falar como o Povo”.)

Mas voltemos ao proceder “normativizador” dos “filólogos” funcionários do RdE na CAG: Não inventaram uma “ortografia” *ad hoc*, própria do Galego, em correspondência com as falas. Antes adaptam o “Alfabeto Fonético Nacional” do “español-castellano”, até ao ponto de pregoar que a letra Ñ, símbolo da “Hispanidad”, é letra galega por excelência.

Confirmo o acima exposto com umas afirmações do atual Catedrático de Galego na Universidade de Santiago de Compostela [USC], lá por volta de 1981:

Cando se tratou de normativiza-la lingua e a ACADEMIA GALEGA e o INSTITUTO DA LINGUA GALEGA da UNIVERSIDADE [USC] chegaron a unha normativa case común, a uns cantos aficionados ocurréuselles presentar unha normativa lusista, ou reintegracionista, como se di pra disimular, querendo achega-lo galego ó portugués na grafía, na morfosintaxe e no léxico, porque resulta que utiliza-lo galego vivo é escribir baixo a presión do castelán e hai que recupera-lo que nunca existiu. Así chégase a dúas posturas totalmente contrarias, porque unha exclúe á outra e non hai posibilidade de entendemento.

*Estes galegoaprendices en moitos casos fixéronlle un fraco favor ó galego e contribuíron a que a xente se indispuxese aínda máis contra a nosa lingua. Sabido é que nas aldeas falan o galego coa conciencia de que o falan mal. Se por enriba lle imos [dizendo] de que o verdadeiro galego é alleo e con lusismos, aínda se convencen máis eles. O que debemos facer é facilitarlles todo o labor de aprendizaxe do propio idioma e pra eso cómpre ter en conta o que dependen na clase de castelán. O galego e o castelán teñen hoxe unhas características moi semellantes, cousa que non sucede entre o galego e o portugués falado, e mesmo escrito. («Unhas cantas reflexións sobre o galego», artigo publicado em *El Ideal Gallego*, Crunha, 18 / 10 / 1981. Reproduzo estes parágrafos em *Que galego na escola?*, Eds. do Castro, 1984, na nota a rodapé 12, p. 81)*

(Apesar do que ousem afirmar “filólogos” funcionários do RdE, como o citado, hoje ainda as falas galegas se acham mais próximas do **PORTUGUÊS** comum do que do castelano “normativo”).
Perante tanta fraqueza racional e gordura ideológica, alguns “filólogos” da mesma escola compostelana tentaram basear a autonomia do Galego, diverso do Português, no facto de aquele ser língua por elaboração diversa a levada adiante neste. Contudo, deixam de lado justificar as razões por que eles elaboram um “galego” afastado do português, talvez porque, em definitivo, teriam de confessar a sua arbitrariedade para assim proceder. Deveras incorrem num perverso círculo vicioso. Ei-lo, resumido:

«Elaboramos um “galego” diferente do Português para “provar” que o “galego” é diferente do Português.»

Em qualquer hipótese, o que sim acontece é que os governantes utilizam essa “normativización” do “galego” para efetivarem o projeto e processo nacionalizador do RdE, porquanto assim logram que o “galego” seja cada vez mais parecido com o castelhano.

É nos âmbitos do ensino, mormente não universitário, e através dos média que esses governantes incutem nas consciências dos galegos tal doutrina nacional / ista espanholizante.

Os efeitos perversos estão mais cada vez a estender-se: Os cidadãos entendem que tal “galego” sobeja, que é supérfluo perante a eficácia provada do castelhano.

3.- A Academia Galega da Língua Portuguesa: Agente superador da “deriva” atual do Galego (“también oficial”) para o castelhano (nacional e “oficial” do RdE)

Face ou contra o processo assinalado, desde a “Transición democrática” (1977) vinham lutando pessoas organizadas em grupos; entre outras, as **Irmandades da Fala da Galiza e Portugal**, a **Associação de Amizade Galiza-Portugal**, o **Movimento Defesa da Língua**, a **Associação Galega da Língua**, a **Associação Sociopedagógica Galaico-Portuguesa**. Todas adotam a conceção reintegracionista da Galegidade. Há outras “asociacións” que procuram a conservação e “normalización” do Galego, como a **Mesa pola Normalización Lingüística**. Umas e outras publicam revistas, livros, realizam reuniões e conferências de diverso tipo pela Galiza adiante.

Não obstante, não conseguiram levantar o isolamento a que a Galiza está submetida pelo RdE a respeito da Lusofonia.

Só em 1986 e em 1990, com ocasião dos *Acordos Ortográficos* e mercê das gestões de pessoas, como o saudoso Prof. Guerra da Cal e o advogado José Luís Fontela, alguns galegos estiveram presentes, como observadores, nas reuniões do Rio e de Lisboa. Dessarte, a Galiza ultrapassou as fronteiras do RdE e provou que faz parte da **Lusofonia**.

Mercê de aquela participação foi possível que onze galegos, das organizações culturais e sociais anteditas, estivessem presentes na reunião preparatória da ratificação do *Acordo de 1990* realizada na Assembleia da República, em Lisboa (7 de abril de 2008).

Foi também naquela data que esses e outros galegos decidiram pôr em andamento a **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** [AGLP], de que, havia tempo, uns e outros vinham falando. No **COLÓQUIO DA LUSOFONIA** de 2006, em Bragança, José Martinho Montero Santalha, atual presidente da AGLP, propôs a sua necessidade e mesmo urgência.

3.1.- A denominação “língua portuguesa”: Controvérsias

Um dos assuntos em discussão foi o nome. Afeitos a denominar as falas e idioma da Galiza pelo nome Galego, houve e há reticências para adotar o nome Língua Portuguesa. Entendem os contrários que é denominação estrangeirizante, imprópria do Galego e inaplicável às falas galegas.

Na realidade estão a aceitar, inconscientemente na maioria dos casos, a pressão do “oficialismo español”, que utiliza em exclusivo o nome Galego.

Felizmente bastantes pessoas vão entendendo não só a propriedade do nome, mas sobretudo a sua pertinência e eficácia administrativa. De facto a denominação **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** foi registada, sem graves dificuldades, no RdE e na República Portuguesa. Igualmente a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PRÓ AGLP** ficou registada na CAG, também sem dificuldade.

É no seio dessa Associação que se acha, por agora, a AGLP. Foi por prudência “política” que assim a ordenamos, porquanto tememos, dados alguns precedentes conhecidos, que não seria registada no RdE como entidade juridicamente independente. O pretexto seria que entra em colusão com a **REAL ACADEMIA GALEGA**, existente desde 1906, inicialmente “reintegracionista”, mas cedo desviada dessa orientação.

3.2.- O ato inaugural de 6 de outubro de 2008: Instituições e pessoas que participaram

Na rede (<http://www.youtube.com/watch?v=Yf74yWreQNs>) existe informação sobre o ato inaugural. Para além, foi editado um DVD que recolhe completo o ato. Por isso cinjo-me a esta breve reflexão.

Na intenção dos seus promotores, a AGLP não deve nem se sobrepor aos grupos cívicos e culturais existentes na Galiza com vistos à normalização da sociedade em Galego, nem menos ainda as tornar supérfluas. O labor fundamental da AGLP abrange dous aspetos:

a) No interior da Galiza, pode coordenar as atividades de todos os grupos galeguizadores fornecendo-lhes sentido de universalidade, porquanto lhes oferece o Português, também língua galega, como instrumento e símbolo de comunicação entre os cidadãos da Galiza. E não só.

b) Porque outro aspeto, capital, justamente se dirige a abrir a Galiza ao mundo lusófono.

Ambos os aspetos ficaram patentes no ato inaugural e sobretudo nas palestras dos diferentes oradores que nele intervieram. A presença e palavras do Prof. Artur Anselmo, da **ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA**, e do Prof. Evanildo Bechara, da **ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**, outorgaram à AGLP nascente a condição e dignidade lusófona. Esta foi confirmada pela presença e palavras dos Prof.^{es} Carlos Reis e Malaca Casteleiro, da República portuguesa. O escritor João Craveirinha, pela parte da Lusofonia africana, coroou as intervenções dos professores citados. Nalguma medida, o governo galego, representado pelo Sr. Pérez-Lema, da Vice-Presidência da “Xunta de Galicia”, e, por ele, o RdE (ao menos officiosamente), também reconheceu, junto da condição e dignidade lusófona da AGLP, a pertença da Comunidade “galegófona” à Lusofonia. Pelo menos, assim o entendo e interpreto eu.

3.3.- Atividades em processo: Boletim e Comissões

Acabo com uma breve relação das atividades em desenvolvimento:

- a) A publicação do primeiro volume do *Boletim da AGLP*, distribuído no ato inaugural. Está quase preparado o segundo volume, que possivelmente seja dado a lume em maio ou junho próximos.
- b) A publicação do DVD acima apontado, assim como a colocação na rede de um muito estudado resumo das intervenções no ato inaugural.
- c) A elaboração do *Vocabulário galego* pela **COMISSÃO DE LEXICOGRAFIA** para ser incluído no *Vocabulário comum*. Está quase acabada quando redijo esta comunicação, Seguirá a elaboração do *Dicionário galego*, igualmente com vistas a ser incluído no *Dicionário comum*.
- d) Os trabalhos da Comissão de Planeamento.
- e) A conseguinte preparação e publicação de uma *Coleção de Clássicos Galegos*, versionados na escrita comum.
- f) A preparação de um Arquivo Geral de textos, a ser instalado na rede, pela parte da Comissão de Informática.

4.- Conclusões...

...abertas ao futuro imediato e menos imediato. As conclusões, por agora, podem ser encerradas em duas:

- 1.ª Há muito a fazer.
- 2.ª Há entusiasmo para levar adiante o que cumpre fazer.

11. AUGUSTO DE ABREU



AUGUSTO DE ABREU é o nome literário de Augusto César de Abreu Teodoro.

Nasceu no dia 3 de janeiro de 1960, em São Paulo, São Paulo.

Estudou Serviço Social na Universidade de Ribeirão Preto, SP.

Graduado em Letras na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Pertence à Academia São José de Letras, à Academia Desterrense de Letras e à Academia Catarinense de Letras e Artes.

Faz parte da Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses – ACPC, da Associação Literária Florianopolitana – ALIFLOR e Sociedade Escritores de Blumenau – SEB – sócio correspondente da Academia Ponta-grossense de Letras e Artes, PR, da Academia de Letras Flor do Vale, SP e da Casa do Poeta e Escritor de Ribeirão Preto – CPERP –, SP. No ano de 2001, recebeu o troféu Allan Braga, como Destaque Cultural do ano.

Em 2002 é agraciado pela Câmara Municipal de São José com a Comenda de Mérito Cultural Josefense e o troféu Associado de Expressão da ACPC, como membro da ACPC que mais se destacou naquela agremiação durante aquele ano.

É verbete no Dicionário biobibliográfico de escritores brasileiros contemporâneos – 1998 – Teresina, PI.

Publicou

Quem faz o ovo? (infantil, 1995 – livro aprovado pela Comissão Catarinense do Livro – COCALI – em 1996),

Formas de amar (poesias, 1996),

Compreendendo o belo (poesias, 1998) e

Eclipse (poesias, 2002).

Participou de diversas antologias em Santa Catarina e em outros Estados do Brasil.

Livros inéditos:

Mariana e o príncipe submarino, (infantil);

Toninho e a pipa (infantil);

Novo mundo (infantil);

Amizades (infantil) e outros livros de poesias ainda sem títulos.

Sobre o autor:

SABINO, Lina Leal. *Augusto de Abreu: um lírico na pós-modernidade*. Trabalho apresentado no VIII Seminário de Literatura, na UNESP, Assis, SP, no ano de 2002 e

ZANON, Artemio. Breves anotações a respeito de *Compreendendo o belo*.

Ambos os trabalhos publicados em *Eclipse*.

A herança luso-açoriana em Santa Catarina. AUGUSTO DE ABREU, ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS, POETAS E CONTISTAS CATARINENSES, STA CATARINA, BRASIL
Herança

*Vieram do Atlântico Norte,
de um lugar distante,
de um arquipélago chamado Açores.*

*Vieram crianças, homens, mulheres
e trouxeram além de saudades
um desejo enorme
de encontrar um lugar
para ser sua segunda pátria
um lugar onde pudessem ser felizes.*

*Encontraram um lugar
chamado Desterro, hoje, Florianópolis.
Trouxeram lá de Açores
sua cultura, sua culinária,
suas danças, suas crenças, seu folclore.*

*Vieram do Atlântico Norte
e esse mar
que separa Florianópolis de Açores
é o mesmo mar
que une esses dois lugares.
Distantes e ao mesmo tempo
tão próximas
quase que juntas.*

*Florianópolis e Açores
dois povos, dois irmãos
do mesmo pai: Portugal.*

Da mesma forma que os Açores foram descobertos pelos portugueses a partir de 1432 até 1452, o Brasil foi também descoberto pelos portugueses (1500). Dizer que a cultura trazida pelos açorianos seja genuinamente açoriana é um equívoco. Assim sendo mostrarei em meu trabalho, que mesmo sendo trazidas pelos açorianos e madeirenses o folclore catarinense está impregnado da cultura luso-açoriana. A colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses, vindos dos arquipélagos de Madeira e Açores - até 1756, desembarcaram 6.000 imigrantes no porto de Desterro. Por volta de 1500 açorianos foram para as terras do rio Grande do Sul. A partir daí a povoação cresceu e muitos são os traços que marcam o folclore catarinense, ainda hoje.

Mostrarei ao longo de minha apresentação a herança herdada pelos primeiros açorianos que desembarcaram em terras catarinenses. As festas religiosas, o pão-por-deus, as danças, as cantorias, as lendas, o boi-de-mamão, as rendas, a cerâmica, enfim, tudo o que os açorianos levaram para Santa Catarina e que até hoje mantemos.

Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança, com trabalho árduo e seu jeito simples. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade.

1. INTRODUÇÃO

Os Açores e o Brasil têm muito em comum.

Ambos foram descobertos pelos portugueses. O descobrimento do Arquipélago dos Açores iniciou-se a partir de 1432, com o descobrimento da Ilha de Santa Maria pelo navegador Gonçalo Velho Cabral e as duas últimas ilhas a serem descobertas foram as Ilhas compreendidas no grupo Ocidental do Arquipélago: Flores e Corvo, por volta de 1452 por Diogo de Teive e João de Teive (pai e filho).

A colonização açoriana, pelos portugueses, iniciou-se a partir de 1439 por pessoas oriundas do de províncias continentais do Milho, em um primeiro momento, e posteriormente por pessoas vindas dos Algarves e Alentejo. Nos séculos posteriores os Açores foram colonizados por povos de outras regiões da Europa, sobretudo do Norte da França e dos Flandres.

Santa Catarina começou a ser, efetivamente, colonizada a partir de 1738 pelos açorianos.

“A Ilha de Santa Catarina e o arquipélago dos Açores tiveram funções estratégicas muito semelhantes. A Ilha, ao sul, apoiando a ocupação do Paraguai, Buenos Aires, Colônia do sacramento e até a passagem para o oceano Pacífico, através do Estreito de Guimarães, enquanto os Açores, ao norte, asseguravam proteção às milionárias rotas do Índico.” (Caruso, 2007, 57)

2. A IDA DE AÇORIANOS E MADEIRENSES PARA DESTERRO

A ocupação do Brasil meridional iniciou-se com Resolução Régia do Rei D. João V que determinava o processo de inscrição de casais Açorianos que deveriam embarcar para o Brasil Meridional.

Decididos a fugir do sistema feudal, que vigorava nos Açores naquela época, fizeram com que aproximadamente 6000 açorianos buscassem um pedaço de terra em seu nome onde trabalhar e sustentar sua família, libertando-se, desta maneira da opressão feudal, mesmo que para isso tivessem que ir para um lugar que nem conheciam.

Durante os anos de 1748 a 1756, dos 6000 açorianos vindos para o Sul do Brasil, mais de 4.500 fixaram residência no litoral do Estado de Santa Catarina e, aproximadamente, 1500 açorianos migraram para o Rio Grande do Sul.

A vinda desses açorianos teve a intenção de efetivar a ocupação do litoral do sul do Brasil. Em consequência da fixação dos açorianos vindos da Terceira, Pico, São Jorge, Faial e Graciosa raízes culturais profundas foram fixadas e até hoje constituem a essência cultural litorânea.

As primeiras freguesias foram fundadas: Ribeirão da Ilha, em 1749; Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, em 1750, e Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa, em 1752.

Os imigrantes açorianos plantaram na cultura brasileira especialmente no litoral de Santa Catarina, incluindo Florianópolis, atravessou séculos e continua rendendo bons frutos, influenciando ainda hoje no cenário cultural da região. No dia a dia da capital catarinense é possível encontrar viva a tradição do artesanato açoriano e se faz apreciar nas rendas de bilro, nas festas e folguedos, na religiosidade, na literatura, nas lendas, as cantigas ainda podem ser notadas e apreciadas por todos que visitam Florianópolis.

Pereira (2003, 50) diz: “Quando em 1432, se deu o início ao povoamento do arquipélago dos Açores, os primeiros a lá se fixarem foram os portugueses continentais, especialmente os lusitanos, os minhotos e os algarvios.”

Por esta razão é que confirmo que a tradição levada para o sul do Brasil é sim uma cultura luso-açoriana, pois mesmo sendo levadas pelos açorianos elas tiveram origem, muitas vezes, no continente europeu. Muitas ainda são as heranças deixadas pelos açorianos, que permanecem vivas no estado de Santa Catarina.

Para não me alongar, discorrerei sobre alguns aspectos como danças, folguedos, artesanato, festas religiosas e o trabalho na terra. Mesmo assim comentarei brevemente sobre cada um desses aspectos, pois penso que cada um deles mereceria uma publicação específica.

3. DANÇAS

Muitas foram as danças trazidas pelos açorianos entre elas estão a ratoeira, o sarrabalho, a chamarrita, o pau-de-fita, o fandango, a quadrilha. Algumas delas foram esquecidas com o passar do tempo, contudo, outras ainda permanecem vivas. Trataremos de duas: o **pau-de-fita** e a **ratoeira**.

3.1. PAU-DE-FITA

A Dança do pau de fita, no folclore catarinense, é apresentada por vários grupos, cuja formação étnica é responsável pela diversificação da nossa cultura popular. De origem portuguesa, encontramos associada à Dança dos Arcos de Flores e a Jardineira.

É uma apresentação das mais lindas do nosso folclore, em grupos pares, de oito a doze, por damas e cavalheiros que ao som da música, dançam e cantam em torno de um mastro que traz na ponta superior um passarinho empalhado, de onde saem fitas de várias cores. Ao compasso da apresentação as fitas vão sendo trançadas e depois destrançadas, dando ao espectador um belíssimo visual.

Esta dança tem variações de região para região. Também, dependendo do cantador, poderá inventar quadras, mas que deverá ser cantada dentro do ritmo. Vejamos um exemplo cantado no Ribeirão da Ilha, um dos locais que mais se preserva esta dança.

*Amor quando nasce
Parece uma flor
É tão delicado
Tão cheiro de amor
Seria tão bom
Que ele fosse uma flor
Sem ter espinho
Da dor*

*Depois que tudo
E sonho ao luar
Começam os desencantos
O amor passa a existir
Só na voz do nosso canto*

3.2. RATOIEIRA

Esta brincadeira era uma dança em que a menina mostra sua alegria e simpatia ao seu bem-amado ou vice-versa. Os pares formam um círculo com movimentos, ora para a esquerda, ora para a direita e um casal fica dentro do círculo para recitar um verso. A Ratoeira é um jogo, uma armadilha. Quem errar, nas réplicas e tréplicas recebe sanções ridicularizantes. Segundo Coutinho (2002, 100) “A ratoeira, que no passado, contou com a participação masculina, hoje é uma dança característica de mulheres, onde expressam saudade, tristeza, alegria, benquerer, insinuações de namoro, desaforo e outros.”

As trovas da ratoeira estão repletas de instrumentos culturais comuns entre Açores e Santa Catarina, como por exemplo, a malva, o manjeriço, as rendas, a ilha, o mar entre outros. Vejamos um trecho de uma ratoeira:

Eu entrei na ratoeira

*Mas não foi para catar
Quem meu coração queria
Na ratoeira não está*

*Meu galho de malva,
Meu manjeriço
Dá três pancadinhas
No meu coração (estribilho)*

*Ratoeira bem cantada
Faz chorar faz padecer
Também faz um triste amante
Do seu amor esquecer*

*Meu galho de malva,
Meu manjeriço
Dá três pancadinhas
No meu coração*

*Oh! Que praia tão comprida
Tão custosa de andar
Oh! Que olhos de menino
Tão custosos de amar*

*Meu galho de malva,
Meu manjeriço
Dá três pancadinhas
No meu coração*

4. FOLGUEDOS

Os folguedos são manifestações do folclore que são definidas por coreografias espontâneas e que refletem na improvisação e criatividade de um povo. Por ter coreografias que não exigem muita disciplina há grande aceitação do povo. Entre muitas citarei: O Terno de Reis, o Boi de mamão e a farra do boi, ainda presentes no litoral catarinense.

4.1. TERNO DE REIS

O terno de reis, segundo historiadores, teve origem na Península Ibérica e foi trazida para o Brasil por portugueses e jesuítas, no entanto, permanece viva em comunidades em que o migrante açoriano se faz presente, como em Florianópolis, São José, Biguaçu e outros municípios do litoral catarinense. O terno-de-reis no estado de Santa Catarina acontece sempre entre os dias 25 de dezembro e 6 de janeiro para homenagear o nascimento de Jesus e vinda dos reis magos que foram visitá-lo, através de cantorias e em versos de improviso.

Tudo no terno-de-reis deveria lembrar o número três, pois foram os três presentes entregues a Jesus (ouro, mirra e incenso) e três eram os reis magos (Gaspar, Baltazar e Melchior) e três são as partes da apresentação (chegada, anúncio e despedida), bem como os principais cantadores, também, são em número de três: o repentista (que faz os versos), a tripla ou tripo (que canta fino) e cantor solo. Entretanto, hoje o terno-de-reis está descaracterizado da sua formação original e está composto de quatro a oito cantores e em alguns casos são acompanhados de alguns instrumentos musicais como violão, gaita e pandeiros.

O encerramento do terno-de-reis acontece dia 6 de janeiro, que segundo a tradição foi o dia que os reis magos visitaram Jesus e onde entregaram seus presentes. Esta encenação é feita pelo grupo com música e canto e é um presente oferecido aos donos da casa que o grupo se apresenta.

4.2. BOI DE MAMÃO

Não se sabe ao certo de onde é a origem da brincadeira do boi-de-mamão. Mas uma coisa é certa: o boi-de-mamão prosperou no litoral catarinense, pois havia a cultura do boi trazida pelos açorianos.

Soares (2004 / 2005, 29) afirma: "O filho via o pai brincar. As brincadeiras do boi na vara, farra do boi, isso só os adultos faziam. E ele por ser pequeno não podia entrar na brincadeira. Foi nesse terreno que o boi-de-mamão entrou para prosperar somente assim o pequeno ilhéu poderia brincar com um boi."

No litoral catarinense, a brincadeira incorporou a presença açoriana através da cantoria e dos instrumentos musicais. Segundo alguns folcloristas, antigamente, eram chamados de Boi-de-Pano, por causa do material empregado para confeccionar o bicho. Outros folcloristas, entretanto, acreditam que, na pressa, foi usado um mamão verde para servir de cabeça, então, batizaram desta forma a brincadeira. Outros ainda alegam o fato de o brincante "mamar", ou seja, beber cachaça, antes de vestir a fantasia do boi é que deu origem à brincadeira do boi-de-mamão.

Como se pode notar, não se tem uma opinião unânime sobre a origem do nome desta brincadeira, mas isto é o que menos importa, pelo menos para o povo, pois o boi-de-mamão catarinense continua sendo uma das brincadeiras de maior aceitação popular. Hoje a cabeça do boi é feito de muitos tipos de material, exceto de mamão.

Esta manifestação cultural é muito popular, como já foi dito, em todo litoral catarinense, entretanto, apresentam variações tanto nas peças que compõe a brincadeira quanto na coreografia. Essas variações têm influência direta das atividades econômicas de cada região.

Para citar algumas variações darei o exemplo do boi, que na região da Grande Florianópolis adoece, porém é salvo pelo curandeiro, feiticeiro ou médico.

Na região sul do estado, o boi é toureado pelo vaqueiro e morto por sua espada. Neste caso, não há a ressurreição do boi. Esta diferença entre o boi-de-mamão da Grande Florianópolis e do sul do estado catarinense é que o gado bovino era raro, na região da Grande Florianópolis, e seria uma catástrofe para o pecuarista a morte do boi, o que não acontecia no sul, pois lá a pecuária de corte era atividade econômica básica e nada mais comum do que se matar o boi para que sua carne fosse aproveitada.

A variedade das peças usadas na apresentação varia de acordo com imaginação e a utilidade do homem local. No litoral catarinense são comuns as seguintes peças na brincadeira do boi-de-mamão: o boi, o cavalinho, o urso e a cabra.

Na região da Grande Florianópolis outras peças foram adicionadas àquelas comuns em outras regiões. Foram acrescentadas: a bernúncia (bernuça), a Maricota, o anão, o urubu, o cachorro, o urso, o Mateus, os mascarados e o médico.

4.3. FARRA DO BOI

A brincadeira com o boi é herança da cultura açoriana, a farra do boi vem sendo praticada há séculos.

Farias (2002, 305) diz: "Antigamente, os moradores das cidades do litoral de Santa Catarina também chamavam a farra-do-boi de "boi na vara, brincadeira do boi bravo ou boi de campo".

Com o passar do tempo a farra do "boi na vara" deixou de ser praticada. Em seu lugar iniciou-se a brincadeira da "farra do boi".

Diferentemente do "boi na vara" onde o animal ficava preso, na "farra do boi" ele fica solto e é perseguido pelos farristas que passam a excitá-lo em campo aberto ou mesmo em áreas cercadas. O boi é perseguido e acuado, malhado e torna-se sendo presa fácil para, por fim, ser sacrificado pelos participantes.

Outra diferença marcante entre as duas manifestações é a postura dos farristas. Onde antes participavam mais passivamente, somente cansando o animal; atualmente, passam a ter uma participação mais ativa, enfrentando o animal, maltratando-o até a sua morte.

Esta prática está proibida desde fevereiro de 1998, com a publicação da Lei Federal nº 9.605, no entanto, continua sendo praticada.

5. LITERATURA

A literatura se enriqueceu com as quadrinhas, o pão-por-deus, os provérbios, as cantigas e lendas. Não podemos esquecer também do linguajar oral, marca registrada do florianopolitano e que se caracteriza por um som cantado e por uma alta velocidade de flexão de voz.

A sabedoria bem como a criatividade popular trazidas pelos açorianos e que foram passadas de geração para geração foram, sem dúvida alguma, de grande valia para a continuidade das tradições que permanecem até hoje.

Falaremos do pão-por-deus e das lendas.

5.1. PÃO POR DEUS

O pão-por-deus é originário de Portugal continental, que foi levado aos Açores quando de sua colonização e trazida para Santa Catarina pelos açorianos, que segundo Pereira (2003, 261) "Ainda persiste nas ilhas, nos dias 1 e 2 de novembro, respectivamente de "Todos os Santos e das Almas", data em que se aproveita a oportunidade para presentear com objetos ou dinheiro às pessoas ou os serviços permanentes. No caso das ardinhas, tal retribuição é a resposta ao pedido formulado em verso pelos impetrantes".

No caso do pão-por-deus catarinense ele vai mais longe. Exprime sentimento. A amizade, o calor humano, o carinho, amor e afeto estão presentes, embora da mesma maneira que o pão-por-deus luso-açoriano, em versos.

Soares (2006, 32) afirma: "No arquipélago dos Açores e Madeira, os pedidos são feitos nos dias 1º e 2 de novembro, enquanto aqui isso acontece nos meses anteriores. Lá as crianças que pedem pão e guloseimas. Aqui, o motivo dos pedidos também se modificou, incluindo as súplicas amorosas."

Daí que em Santa Catarina recorta-se o pão-por-deus no formato de coração.

Vejamos alguns exemplos desta manifestação:

Lá vai meu coração

Que de tão longe se abalou

Vai pedir pão-por-deus

Ao meu querido amor

Lá vai meu pão-por-deus

Em muitos coraçõezinhos

Te peço não esqueceres

Esta que é teu amorzinho

Aqui vai meu coração

Pedindo o teu socorro

Se me deres um pão-por-deus

Desta vez meu bem não morro

5.2. LENDAS

O imaginário açoriano com suas lendas sobre bruxas, sereia, aparições, entre outros temas é extremamente rico e marcou a literatura com histórias de superstições e medos do desconhecido. Franklin Cascaes foi um estudioso catarinense atento à cultura popular de raiz açoriana, na Ilha de Santa Catarina, com destaque para o imaginário bruxólico que resistiu até meados do século XX. Dizem que a Ilha de Santa Catarina, além de ser cercada por água por todos os lados (afinal é uma ilha) é, também, cercada de bruxas por todos os lados e é popularmente conhecida como Ilha da Magia. É bem capaz que isto se deva à tradição herdada dos antepassados açorianos, que até hoje é repassada às gerações futuras.

Vejamos uma história de bruxa contada na comunidade da Barra da Lagoa, em Florianópolis.

“Quando de um casal nascem sete filhas; sem nascer nenhum menino entre o espaço; a primeira ou a última será, fatalmente, uma bruxa. Para que isso não venha a acontecer é necessário que a irmã mais velha seja a madrinha de batismo da mais moça. São apontadas, como tal, certas mulheres magras, feias, antipáticas.

Dizem que têm pacto com o demônio, lançam maus-olhados, acarretam enfermidades com os seus bruxedos etc. Costumam transformar-se em mariposas e penetram nas casas pelo buraco da fechadura. Tem por hábito chupar o sangue das crianças ou mesmo de pessoas adultas, fazendo-as adormecer profundamente. A marca do chupão deixado na pele chama o vulgo de "melancolia".

Antigamente, quando um recém-nascido começava a emagrecer e definhar até a morte, principalmente, os que ainda não haviam sido batizados, acreditava-se em "doença da bruxa". “Para que as crianças não batizadas não sejam atacadas pelas bruxas, deve-se conservar luz acesa no quarto.”

Depoimento: Manoel Agostinho – Barra da Lagoa – Florianópolis

6. ARTESANATO

6.1. RENDAS DE BILRO

As rendeiras são mulheres que com como se brincassem jogam os bilros e transformam o fio em verdadeiras peças de arte. No embaralhar dos pauzinhos (bilros) dedicam seu tempo em fazer aquilo que as mulheres açorianas faziam através da sabedoria popular séculos atrás. São vários os tamanhos e formatos de peças que realizam. Céu estrelado, bicuda, arco, Maria morena são alguns dos nomes dessas peças. É uma tradição que passa de mãe para filha. Essa tradição concentra-se no Ribeirão da Ilha e na Lagoa da Conceição. As rendas de bilro de Santa Catarina têm fama de serem as melhores do Brasil. Diz-se que “onde há redes, há rendas”. O pescador tece sua rede para pescar, enquanto isso a mulher produz as rendas de bilro.

6.3. CERÂMICA:

No litoral catarinense é encontrado conjuntos de peças artesanais que tem como referencial baseado na cultura açoriana. Cultura esta que é resultante da fusão de valores culturais diversos da convivência secular e multicultural. Foi assim com a cerâmica e outros artesanatos que hoje são produzidos no litoral catarinense.

Segundo Soares (2006, 137) “Mas foram os colonizadores que instalaram as primeiras olarias no Brasil, levados pela necessidade de fabricar tijolos e telhas para a construção dos primeiros colégios jesuítas e das casas das vilas e fazendas.”

O tempo passou e, ainda hoje, artesãos da cerâmica produzem peças como séculos atrás. As cerâmicas produzidas em São José da Terra Firme, município vizinho a Florianópolis pode ser comparado às cerâmicas produzidas em São Miguel, Açores. Conserva-se ainda, na região da Grande Florianópolis, o sistema de torno movimentado pelo pé do oleiro.

7. FESTAS RELIGIOSAS

Muito religioso o açoriano trouxe para Santa Catarina muitas de suas festas religiosas e populares. Entre elas citaremos a festa do Divino Espírito Santo.

7.1. DIVINO ESPÍRITO SANTO



Bandeira do Divino Espírito Santo, que foi bordada por índios Guaranis, da comunidade do município de Biguaçu da Terra Firme, SC.

Soares comenta (2006, 22): “Em Portugal, depois Açores, as origens da festa do Divino com a presença da bandeira predatória, cantoria, imperador, santa missa, três dias de festejo, jogos populares e queima de fogos, são atribuídas à corte, durante o reinado do imperador Dom Diniz, o Lavrador, e da imperatriz Santa Isabel, no período de 1261 e 1325.” Continua mais adiante: “...Trazidas pelos primitivos povoadores do arquipélago, a partir de então as festas começaram a ser realizadas e se propagaram às camadas populares, sempre revestidas por um intenso sentimento de religiosidade.”

Este festejo constitui-se de um misto de acontecimento religioso / profano e folclórico. Ao longo do tempo sofreu modificações na sua forma, entretanto, ainda se manifesta muito fortemente nas comunidades em todo estado de Santa Catarina, principalmente em comunidades de colonização açoriana.

As festas do Divino em Santa Catarina são realizadas em muitas localidades onde o espírito santo ou é padroeiro ou venerado.

Os festejos da festa do Divino, em Santa Catarina, acontecem nos meses de maio e junho, de acordo com o calendário Litúrgico da Igreja Católica. Entretanto, em algumas comunidades os festejos se realizam na primeira semana do mês de setembro. É o caso da festa do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, que realiza juntamente com as comemorações à festa da padroeira Nossa Senhora das Necessidades.

Em alguns casos, a coroação de pessoas simples da comunidade (como deveria ser) para serem imperador e imperatriz passou para pessoas abastadas, pois os custos para organizar a festa do Divino são elevados, uma vez que é necessário realizar muitos preparativos antes da festa.

Os festejos acontecem durante três dias de festa e é precedida pelo périplo da bandeira e por tríduos e novenas. É um ritual longo e muito pomposo, resultado de meses de preparação.

Os festejos iniciam-se no sábado com apresentação de banda musical que vão busca o Casal Imperador e a corte imperial para que assistam à missa.

Após a missa acontecem as apresentações musicais, folias do Divino, queima de fogos de artifício, bailes entre outros atrativos.

A coroação do Imperador acontece na missa de domingo durante Missa Solene, oficializada em louvor ao Divino. Geralmente a coroação do Imperador ocorre no domingo de Pentecoste e é considerada a mais importante e significativa cerimônia. No final da missa, é realizada a imposição solene da coroa ao imperador. Ela é realizada por uma criança ou adolescente, convidada pelo Casal Imperador. Após as cerimônias religiosas, o Imperador e sua corte são conduzidos para o “Império”, que represente os antigos Impérios. Ainda nesse dia é indicado o Imperador que presidirá as festividades do próximo ano.

8. HOMEM NA TERRA

Os primeiros açorianos a virem para Santa Catarina tiveram que se submeter às exigências impostas na época e tiveram que prestar o serviço militar, pois tiveram que participar de batalhas que foram travadas no sul do Brasil contra os espanhóis. Pouco tempo lhes restavam para trabalhar na terra. Tiveram que se adaptar, pois o solo daqui é diferente da dos Açores.

8.1. MOINHOS

Enquanto no arquipélago cultivavam o linho cânhamo, o trigo e a vinha, em Santa Catarina substituíram por mandioca, o café e algodão.

Para facilitar seu trabalho no campo aprimoraram os moinhos já existentes e implantaram o engenho-de-farinha, movidos à força animal ou pela queda d'água.

Com a implantação dos moinhos, a paisagem da Ilha foi embelezada por tais construções. Chegou a ter mais de 300. Hoje, poucos ainda resistem ao tempo e graças aos seus proprietários abnegados continuam a executar suas atividades no tempo da farinhada.

O engenho era uma extensão da residência onde famílias inteiras reuniam-se para dar conta do trabalho. Se por um lado os adultos cantavam para animar o trabalho e tornar, desta maneira, menos árduo; as crianças ficavam por perto brincavam ao redor.

9. BIBLIOGRAFIA:

CARUSO, Mariléa M. Leal, CARUSO, Raimundo. Imigrantes 1748-1900 – Viagens que descobriram Santa Catarina.

— Mares, e longínquos povos dos Açores. Florianópolis, Insular, 1996.

— Índios, baleeiros e imigrantes a aventura histórica catarinense. Tubarão, UNISUL, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco. *De São José aos Açores 252 anos em busca das raízes*. Florianópolis, ed. do autor, 2002.

SOARES, Doralécio. *Folclore Catarinense*. Florianópolis, Edufsc, 2006,

Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, n. 55 / 56, 2004 / 2005.

PEREIRA, Nereu do Vale, *Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense*, Florianópolis, Papa - Livro, 2003

COUTINHO, Ana Lúcia. *A Ilha de Santa Catarina – Espaço, tempo e gente. Sobrevivências culturais açorianas a identidade da Ilha de Santa Catarina*. Instituto Histórico de Santa Catarina, 2002.

<http://www.manezhodailha.com.br/Danca.htm>

<http://www.rosanevolpatto.trd.br/lendabruxa.html>

http://www.azoresweb.com/história_acores.html

12. BARBARA GORI

BARBARA GORI é docente na Università degli Studi di Torino [Itália], onde leciona a língua portuguesa.

Licenciou-se em Glotologia com uma tese interdisciplinar em Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade degli Studi di Firenze onde discutiu a tese de Doutorado em 2006. Atualmente, ocupa-se sobretudo de língua e linguística portuguesa.

Tem a seu cargo numerosos ensaios sobre linguística sincrónica e diacrónica (pronomes pessoais, verbos, préstimos, teoria da tradução, etc.), uma monografia sobre os pronomes clíticos – primeiro estudo em Itália sobre este assunto – e vários artigos sobre literatura, em particular sobre a da *Geração de 70*: Antero de Quental e Eça de Queirós.

Considerações sobre as versões em língua italiana do soneto *Lacrimae Rerum* de Antero de Quental

BARBARA GORI, UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI TORINO, ITÁLIA

Retomando a afirmação defendida no nosso recente ensaio – *Um tradutor moderno do século XIX: Tommaso Cannizzaro traduz Antero de Quental* –, segundo a qual «existe uma categoria privilegiada de tradutores poéticos. É a dos poetas [...]», gostaríamos de aprofundar esse tema confrontando um dos sonetos mais conhecidos de Antero de Quental, *Lacrimae Rerum*, com as traduções (poucas) realizadas em língua italiana nos 126 anos passados após a sua redação. *In primis*, analisaremos a tradução oitocentista de Tommaso Cannizzaro, a quem a composição é dedicada. A análise põe em evidência que a linguagem altamente conotativa da poesia, embora fiel aos conteúdos, tem de deixar amplos espaços de liberdade ao tradutor para obter um produto qualitativamente conforme ao original, e não um traslado literal que pode, no máximo, ser portador de um valor puramente didático.

Entre as várias formas métricas, o soneto é certamente uma das mais antigas: na verdade, permaneceu imutável através dos séculos. É quase assente que a sua invenção se deve ao círculo dos poetas da corte de Frederico II em Palermo, a chamada Escola siciliana, ativa em meados do século XIII; tal como parece um dado adquirido que, na base do próprio soneto, exista uma forma de poesia popular, a *canzona* siciliana¹. O mais valoroso e também o mais conhecido entre os poetas da corte de Frederico II foi Jacopo de Leontinos, que Dante, no seu *Inferno*, sagra Notário por excelência. A ele foram atribuídos grande parte dos primeiros dezanove sonetos de que temos notícia.

Embora tenha algumas variantes no esquema das rimas, a estrutura canónica do soneto permaneceu, como dizíamos, invariada através dos séculos. Duas quadras com rima interpolada ou alternada a que se acrescentam dois tercetos que seguem também dois esquemas alternativos: CDE-CDE; CDC-CDC. No esquema introduzido pela Escola siciliana, a única notável variante é conhecida como “soneto shakespeariano” ou “soneto inglês”, tomando o nome do seu mais ilustre usuário². Um *corpus* de sonetos, em forma fechada e fortemente caracterizada pelo uso do verso de onze sílabas – hendecassílabo em italiano, decassílabo em francês e em português –, é o melhor que um estudioso, que pretenda fazer uma análise sistemática, possa pedir. Se depois ela for uma análise comparativa – como no caso de um *corpus* em relação às suas várias traduções numa mesma língua –, o empenho do crítico conduzirá certamente a resultados interessantes.

Há já algum tempo que focalizámos o nosso interesse na obra poética de Antero de Quental, à qual dedicámos uma comunicação³ que tem como assunto a primeira tradução italiana dos sonetos deste escritor, realizada pelo siciliano Tommaso Cannizzaro, também ele literato e erudito, contemporâneo e amigo do Mestre português. Exatamente para a terra natal do soneto nos leva a nossa pesquisa, que pretende desenvolver-se mais profundamente no futuro. De facto, o contributo que propomos deve entender-se como pertencente a uma fase transitória, propedêutica a uma análise mais completa e atenta dos *Sonetos Completos* do grande poeta oriundo dos Açores.

Entre os cento e nove sonetos que compõem a mencionada obra e para efetuar uma análise comparativa das traduções em língua italiana, escolhemos o soneto *Lacrymae Rerum*, justamente porque foi dedicado por Antero de Quental ao amigo Tommaso Cannizzaro, até hoje o seu primeiro e inigualável tradutor em língua italiana.

Passam apenas cinco anos da redação do original de *Lacrymae Rerum* quando o poeta de Messina inicia a tradução deste soneto que lhe é dedicado. Dada a imensa estima que nutre pelo amigo português, qualquer pessoa pode imaginar quão cuidadosamente foi feita esta tradução, conseguindo indubitavelmente transpor na própria língua a grande força evocativa, quase simbólica do trágico destino de Antero, que se realizaria dali a poucos anos. As escolhas estilísticas que Cannizzaro faz são conformes às regras que ele mesmo identificou, explicitando-as no prefácio à primeira edição da sua antologia *Fiori d’Oltralpe*⁴, em que apresenta a tradução de poesias de vários autores europeus, entre os quais, precisamente, Antero de Quental. *In primis*, a fidelidade às formas métricas originais, quer no que diz respeito à escolha do verso quer no que diz respeito ao esquema das rimas; *in secundis*, o espírito, hoje diríamos as *nuances* conotativas, que caracteriza as composições. Mais especificamente, Cannizzaro vê, nos primeiros sonetos anteriores, «*originali e caratteristici nella loro cupa aspirazione verso l’infinito, una nota desolata che li anima, al rullo misterioso dei tamburi coperti*»⁵. Com tudo isto, o poeta-tradutor reserva para si, quando o crê necessário, a faculdade de mudar as escolhas lexicais e sintáticas originárias e, em alguns casos, de mudar a estrutura de estrofes inteiras, começando a redistribuir, no seu interior, as unidades versíficas, tendo como fim último o de manter inalterado quer o fio polissémico próprio da linguagem poética, quer a unicidade semântica de cada composição; considerando, acrescentamos nós, o contexto mais geral da recolha que está a traduzir. Sem dúvida, conceitos extremamente modernos, atuais, se se calcular que Tommaso Cannizzaro escreve principalmente na segunda metade do século XIX; mas encontramos-nos diante de um tradutor genial e poliédrico que não hesitará em levar a cabo a desmedida tarefa de transladar para o próprio dialeto de origem, o siciliano, toda a *Divina Comédia*.

Mas entremos no assunto, o original do soneto *Lacrymae Rerum*, composto por Antero de Quental em 1882:

Noite, irmã da Razão e irmã da Morte,
Quantas vezes tenho eu interrogado
Teu verbo, teu oráculo sagrado,
Confidente e intérprete da Sorte!

Aonde são teus sóis, como corte
De almas inquietas, que conduz o Fado?
E o homem porque vaga desolado
E em vão busca a certeza que o conforto?

Mas, na pompa de imenso funeral,
Muda, a noite, sinistra e triunfal,
Passa volvendo as horas vagarosas...

É tudo, em torno a mim, dúvida e luto;
E, perdido num sonho imenso, escuto
O suspiro das coisas tenebrosas...

¹ Vejam-se, a este propósito, as notações, ainda atuais, de HATCH WILKINS, Ernest. (1972) ‘*L’invenzione del sonetto*’. In R. Cremante/M. Pazzaglia (eds.) *La metrica*. Bologna: Il Mulino, p. 279 e segs.

² O soneto shakespeariano é caracterizado por catorze versos divididos em três quadras, às quais se acrescenta um dístico com rima emparelhada.

³ cf. GORI, Barbara (no prelo) *Un moderno traduttore dell’Ottocento: Tommaso Cannizzaro traduce Antero de Quental*.

⁴ CANNIZZARO, Tommaso (1882) *Fiori d’Oltralpe*, Saggio di traduzioni poetiche per l’autore dei versi in Solitudine, Messina: Tipografia via Rovere n. 58.

⁵ «Originários e característicos na sua sombria aspiração do infinito, uma nota desolada que os anima, ao rufo misterioso dos tambores cobertos». A opinião expressada por Cannizzaro refaz-se a uma anterior anotação feita pelo francês Maxime Formont. Esta notação encontra-se no *Prefácio* à Edição de 1893 de *Fiori d’Oltralpe*, p. XXI.

Metricamente, encontramos-nos perante um soneto típico, constituído por duas quadras em rima interpolada⁶, segundo o esquema ABBA-ABBA, habitual em Antero, e por dois tercetos que seguem o esquema CCD-EED, com o qual, nas outras composições, o poeta alterna o mais canónico CDC-EDE.

O verso é o *decassílabo*, segundo a reforma feita por Castilho em meados de Oitocentos, com base na qual não é considerada, no cálculo das sílabas da unidade versífrica, a última sílaba. Resumindo, trata-se do correspondente do hendecassílabo italiano, ao qual Tommaso Cannizzaro recorre na sua tradução.

O tema da busca de uma resposta às dúvidas e às angústias do homem através da visão do “oráculo” constituído pelo céu noturno não é certamente novo na literatura – basta pensar no Leopardi do *Canto notturno di un pastore errante nell’Asia* – e o próprio Antero tende a repropô-lo – veja-se, por exemplo, o soneto *Oceano nox* ou a lírica *Os cativos*. Aqui, todavia, Quental efetua uma operação conseguida, que tende a crescer no leitor a tensão emotiva, contrapondo semântica e magistralmente a primeira parte (as duas quadras) à conclusão constituída pelos dois tercetos, entre os quais há uma ulterior diferenciação, como se tornará evidente durante a análise. Na realidade, tal procedimento é bastante frequente nos sonetos anteriores mas, no caso específico, tem uma especial valência: a que se funda na oposição preanunciada já no verso inicial. A noite é “irmã da Razão e irmã da Morte” e, se a primeira parte da composição é caracterizada pela confiança que, através das alquimias do pensamento, a Noite possa responder às eternas questões do homem, na segunda parte triunfa o aspeto muito mais funéreo da Noite como alegoria da Morte, uma visão perante a qual o ser humano não pode senão perder-se “num sonho imenso”. A remarcar a passagem entre as duas partes contrapostas está a conjunção adversativa **mas**, que abre o primeiro terceto:

*Mas, na pompa de imenso funeral,
Muda, a noite, sinistra e triunfal,
Passa volvendo as horas vagarosas...*

A imagem, na sua evidência pictórica à maneira barroca, possui uma força de sugestão tal que focaliza a atenção do leitor; de maneira que o terceto final, embora decoroso, apresenta-se como uma inadequada dissolução de uma tal potência evocadora. A sucinta análise do soneto original introduz-nos na tradução do mesmo por parte de Tommaso Cannizzaro; e impele-nos mais uma vez ainda a recordar a relação de estima e de amizade existente entre os dois que, aliás, nunca se conheceram pessoalmente. Isto para realçar que o estudioso de Messina conhecia perfeitamente as ideias – filosóficas e políticas – e a poética do colega português, o qual, por seu lado, era bem consciente do valor de poeta, além do de tradutor, do italiano. Tanto que Antero, na Introdução à edição de 1890 dos seus *Sonetos completos*, podia afirmar: «As restantes traduções italianas são devidas a pena dum dos mais talentosos representantes da atual geração literária italiana, o Sr. Thomas Cannizzaro de Messina»⁷.

Eis então o soneto *Lacrymae Rerum* na versão italiana de Cannizzaro⁸:

*De la ragion sorella e de la morte
oh quante volte, o notte, interrogato
ho, del destino interprete fidato,
il verbo e oracol tuo, divine scorte!*

*Dove van gli astri tuoi pari a coorte
d’alme inquiete cui conduce il fato?
E perché l’uom va errante, desolato
nel van desio del ver che lo conforte?*

*Muta, intanto, sinistra e trionfale
passa la notte, e seco evolvon l’ore
ne la pompa del vasto funerale.*

*Ed in un sogno immenso anch’io sepolto
mentre tutto è per me dubbio e dolore
le cose gemer tenebrose ascolto.*

Antes de mais, algumas considerações sobre a métrica oferecem-nos a primeira surpresa. Enquanto nas quadras o tradutor mantém rigorosamente o esquema de rimas escolhido por Antero, isto é, o das rimas interpoladas (ABBA-ABBA), nos tercetos efetua uma escolha diversa: o esquema utilizado é, com efeito, o canónico do soneto petrarquista (CDC-EDE), utilizado sempre até aos nossos dias pelos poetas italianos, se se excluir o pouco frequente recurso ao soneto shakespeariano, um exemplo sublime como o que nos oferece o Montale de *La bufera*. Este é exatamente, a nosso ver, o motivo que induziu Cannizzaro – cuja “regra” impõe, em primeiro lugar, que se respeite a métrica do original – a efetuar a mudança: o esquema proposto por Antero para os tercetos não reentra em nenhum cânone italiano referente ao soneto.

No que concerne ao metro, o hendecassílabo substitui, de maneira absolutamente apropriada, o correspondente português, o decassílabo, embora o ritmo, como veremos, nem sempre possa ser mantido. O tipo de versificação, quer em português quer em italiano, mesmo com algumas variantes formais, é, de facto, tónico-silábico, isto é, no que diz respeito ao hendecassílabo paroxítono, à medida das onze sílabas junta-se um ritmo habitualmente tritónico (três acentos principais), ao qual se pode acrescentar um quarto acento secundário. A posição dos acentos no âmbito da unidade versífrica varia se o tipo hendecassilábico for *a maiori* ou *a minore* (a cesura que separa os dois *cola* do verso cai no primeiro caso depois da sétima sílaba e no segundo caso depois da quinta).

O discurso relativo ao decassílabo português não é muito diferente, embora a alta frequência de ditongos e de hiatos própria da língua às vezes torne mais fácil o recurso a um ritmo tetratónico. Mas, como sugere Cannizzaro nas suas “regras”, a atenção do tradutor deve centrar-se não tanto num verso individualmente mas na estrofe, cujo significado deve ser dado nos seus traços – denotativos e conotativos, diríamos nós – sem prestar demasiada atenção à sequência sintática e ainda menos à fiel tradução dos lexemas. Assim, a palavra “Noite”, à qual o autor se dirige, já não constitui o *incipit* do soneto, mas é

⁶ A definição dos esquemas em rima das quadras é diferente da dos portugueses, relativamente ao italiano, e isto pode gerar alguma confusão. De facto, na métrica portuguesa toma o nome de “rima interpolada” a que em italiano é, pelo contrário, definida “rima alterna”.

⁷ Encontramos este lisonjeiro comentário numa *Advertência dos Editores* na Edição de 1890 dos *Sonetos Completos*; na realidade, ela deve ser atribuída ao próprio Antero. Cf., a este propósito, QUENTAL, Antero de (2002) *Sonetos Completos*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 15.

⁸ CANNIZZARO, 1893: 31.

relegada para o segundo verso, numa posição mais “fraca”. E vice-versa, “Morte” mantém o seu lugar, no final do verso, portanto, em posição fortemente conotada, embora menos do que no original, onde a ligação de rima com “Sorte” (último verso da quadra) releva, no plano sintagmático mas também no plano paradigmático, a sua função de palavra-chave.

Há outra escolha por parte do tradutor que parece puramente gráfica, mas que na realidade não o é. As três palavras-chave de toda a quadra, que são também as do inteiro soneto (*Razão, Morte, Sorte*), são transcritas com a inicial minúscula, enquanto no original o são com maiúscula. De resto, o mesmo acontece com outro importante termo, *Fado*, presente na segunda estrofe.

Um só motivo pode explicar esta variação: Cannizzaro, aqui como noutras poesias, intui que o uso da maiúscula, em italiano, acentuaria a categorização filosófica da terminologia e torná-la-ia semanticamente redundante. É uma escolha que partilhamos. Na primeira quadra há uma palavra que também se encontra em posição “forte”, que criou algumas dificuldades aos tradutores: “sagrado” (no fim do terceiro verso), cujo significado literal, referido a “oráculo” não é trasladado diretamente por Cannizzaro, que prefere utilizar uma perífrase que, conservando intacto o significado da segunda parte da estrofe, o exprime porém com termos que lhe consentem a transposição quase invariada da rima (*-ado / -ado* no original, *-ato / -ato* na interpretação do tradutor siciliano). A segunda quadra coloca problemas menores. Com efeito, nos primeiros três versos Cannizzaro concede-se só a variante “va errante, desolato” no lugar do original “vaga, desolato”. Não há razões métricas especiais que justifiquem esta escolha: apenas a preferência por iniciar o terceiro verso com a conjugação subordinativa “perché” em vez de manter em posição “forte” o sujeito da subordinada (o homem). Aqui a fidelidade ao original talvez tivesse mostrado melhor, quer de um ponto de vista rítmico quer conotativo, a sensibilidade anteriorana:

E l'uomo, perché vaga desolato

somente com a precaução de inserir uma vírgula após o termo “uomo”.

A última notação concerne à vontade do tradutor de manter lexicalmente intacto o contacto com o esquema de rimas: se a rima original *Fado – desolato* não coloca problemas, o mesmo não se pode dizer de *coorte – conforto*: aqui Cannizzaro toma a liberdade de recorrer a um arcaísmo, mantendo também em italiano “conforte” como terceira pessoa singular do presente do verbo “confortare”, cuja forma atual é “conforti”.

A segunda parte do soneto, representada pelos dois tercetos, oferece-nos imediatamente um motivo para refletir: de facto, o tradutor anula a conjunção adversativa (“Mas”) que abre o primeiro verso do primeiro terceto, substituindo-a, e até em posição “fraca”, por uma conjunção temporal (“intanto”). Sem dúvida a escolha está ligada à alteração da sequência sintática e versífrica da estrofe, que o siciliano faz em relação ao original: o segundo verso passa a substituir o primeiro, o primeiro desce para o lugar do terceiro e o terceiro passa para o lugar do segundo:

*Mas, na pompa de vasto funeral
Muda, a noite, sinistra e triunfal
Passa volvendo as horas vagorosas...*

*Muta, intanto, sinistra e trionfale
passa la notte e seco evolvon l'ore
ne la pompa del vasto funerale.*

A primeira observação: tudo isto acontece em presença de uma mudança no esquema das rimas que, como já notámos, do original CCD passa a CDC para obedecer a uma específica característica do soneto italiano. Esta variação coloca logo um problema ao tradutor: manter inalterada a correspondência fónica da rima, e porventura também a dos lexemas na qual está contida, ou proceder a uma ulterior modificação? Cannizzaro não tem dúvidas: a rima originária, “Funeral / triunfal”, permanece, embora seja reconduzida à forma paroxítona italiana e a termos invertidos (“trionfale / funerale”). A tradução tem o indubitável valor de pôr no primeiro verso os adjetivos que conotam a noite (“muta”, “sinistra”, “trionfale”), introduzindo ao conceito sucessivo de “immenso funerale” das horas obscuras que passam, não diluindo o efeito funéreo mas atenuando a imagem pictórica que definimos à maneira barroca. E isto, cremos, também em função de um reequilíbrio do efeito dos dois tercetos; de facto, no segundo, em que o autor declara as suas impressões perante o mistério noturno, notámos que a força expressiva do primeiro terceto não era suportada por uma conclusão estilisticamente cônica a ela. Aqui Cannizzaro revela toda a sua natureza de verdadeiro e grande poeta, afastando-se e superando o seu modelo. Releiamos o terceto final do soneto anteriorano e a tradução proposta pelo siciliano:

*É tudo, em torno a mim, dúvida e luto;
E, perdido num sonho imenso, escuto
O suspiro das coisas tenebrosas...*

*Ed in un sogno immenso anch'io sepolto
mentre tutto è per me dubbio e dolore
le cose gemer tenebrose ascolto.*

Obviamente o esquema das rimas, na tradução, retoma o esquema escolhido para o terceto anterior. Procura-se, por parte de Cannizzaro, manter o mais inalterada possível – e não era fácil – também a sonoridade da rima original “luto” – “escuto”, obtendo uma decorosa consonância com ela (“sepolto” – “ascolto”). Mas a escolha fundamental, para fins poéticos, é o de inverter o primeiro e o segundo versos e de inserir, no lugar do previsto “perdido num sonho imenso” o mais fortemente conotado “in un sogno immenso anch'io sepolto”, onde este último participio desempenha o papel de catalisador da atenção do leitor, religando-se à imagem do “immenso funerale” e substituindo o termo “luto”, que, com efeito, é abolido. Também o último verso é trasladado de maneira a acentuar a sua dramaticidade: “le cose gemer tenebrose ascolto”, na ambiguidade semântica determinada pela posição do adjetivo “tenebrose” e no uso do verbo “gemere”, no lugar do mais ténue substantivo “suspiro” (das coisas), remete quase para um efeito dantesco e encerra a composição de modo decididamente mais “forte” (o uso do ponto final no lugar das reticências confirma esta impressão).

Sintetizando, em conclusão, os resultados da análise textual, pode-se bem afirmar que, ao traduzir este soneto a ele dedicado, Tommaso Cannizzaro, além de recorrer às suas indubitáveis qualidades de tradutor, serve-se também do seu instinto poético; embora, atualmente, não tenhamos à disposição a correspondência epistolar entre os dois amigos, pensamos que é suficiente recordar o juízo expresso, três anos depois, por Antero de Quental, que coloca o siciliano entre os maiores literatos italianos, para estar certos de que o poeta açoriano leu e apreciou também a tradução desta sua composição bastante *sui generis*, visto ter sido trasladada para o italiano pelo seu próprio destinatário.

Em 1991, o então ainda jovem lusitanista italiano Brunello De Cusatis publica a sua tradução dos *Sonetti* de Antero de Quental, limitada a 64 composições, com texto à frente⁹, precedida por uma Introdução, em que traça um interessante e exaustivo quadro da figura e da obra do poeta português, e por uma “Notizia sulla vita e le opere di Antero de Quental”. Na primeira página, uma nota adverte que o tradutor foi «guidato dal preciso intento di dare a questo lavoro un'impronta il più possibile divulgativa»¹⁰, enquanto, no final do volume, noutra “Nota ai sonetti tradotti”, De Cusatis especifica quanto segue:

⁹ QUENTAL, Antero de (1991) *Sonetti*, introduzione, traduzione e note a cura di Brunello De Cusatis, Palermo: Edizioni Novecento.

¹⁰ «Guido pela precisa intenção de dar a este trabalho um cunho o mais possível divulgativo», *Ivi*, p. 9.

Quanto alla traduzione, essa è quasi sempre letterale e quindi liberamente versificada. Non per questo, però, quando all'occorrenza ritenute necessarie, abbiamo rinunciato ad apportare delle lievi variazioni terminologiche e sintagmatiche¹¹.

Isto parece atribuir à operação levada a cabo pelo estudioso um valor puramente didático e limitar as suas responsabilidades de tradutor.

Todavia, não é possível, traduzindo poesia, pôr de lado qualquer reflexão sobre a métrica, o ritmo, a valência das rimas e dos recursos fónicos, isto é, tudo o que caracteriza uma composição poética. O que Hjelmslev chama “forma do significado”¹², portadora de elementos conotativos, é, com efeito, posto de parte pelo jovem tradutor. Gerald Manley Hopkins, precursor da ciência da linguagem poética, perguntava-se: «Mas tudo o que é verso é poesia?»¹³. Pergunta à qual outro ilustre linguista, Roman Jakobson, respondia da seguinte forma:

Le moderne filastrocche pubblicitarie, (...) i trattati scientifici sanscriti in versi, tutti questi testi metrici si servono della funzione poetica senza tuttavia assegnare a tale funzione il ruolo vincolante, determinante, che essa svolge in poesia. In effetti, dunque, il verso oltrepassa i limiti della poesia, ma nello stesso tempo il verso implica sempre la funzione poetica¹⁴.

A afirmação jakobsoniana não justifica, todavia, muitas das traduções fornecidas por De Cusatis, justamente porque os versos do máximo poeta português da segunda metade do século XIX não são simplesmente slogans publicitários. Mas vamos ao âmago da questão. Eis a tradução de *Lacrymae Rerum* fornecida pelo estudioso italiano¹⁵:

*Notte, sorella della Ragione e sorella della Morte,
Quante volte ho io interrogato
Il tuo verbo, il tuo oracolo sacro
Confidente e interprete della Sorte!*

*Dove vanno i tuoi soli, come coorti
D'anime inquiete, che conduce il Fato?
E l'uomo perché vaga desolato
E invano cerca la certezza, che lo conforti?*

*Ma, nella pompa d'immenso funerale,
Muta, la notte, sinistra e trionfale,
Passa movimentando le ore oziose...*

*È tutto, intorno a me, dubbio e lutto;
E, sperso in un sogno immenso, ascolto
Il sospiro delle cose tenebrose...*

Parece evidente o quanto, excluindo a divisão em estrofes e o esquema de rimas conservado nas duas quadras, a tradução se afaste de qualquer tentativa de retomar a forma métrico-rítmica do original. Aparecem apenas cinco hendecassílabos canónicos italianos, sendo a estrutura dos outros versos praticamente *ad libitum*. Também na escolha dos lexemas existem algumas *defaillances*: na primeira quadra, o sintagma original “oráculo sagrado” é, de maneira excessiva, literalmente traduzido por “oracolo sacro”, através de uma translação que no italiano é errada. Outro exemplo na primeira quadra: “volvendo” é traduzido por um inapropriado “movimentando”; e ainda, regressando às quadras, a iteração fónica “cerca la certezza”, que traduz, precisamente de maneira literal, o original “busca a certeza”. Fiquemos por aqui. Quem quer que tenha lido a tradução do mesmo soneto feita por Tommaso Cannizzaro saberá certamente distinguir entre “tradução poética” e “tradução literal” – mas o que é que significa “tradução literal”? – definição, esta última, de qualquer maneira não apropriada quando se quer manter as unidades versificadas e não se recorre, pelo contrário, a uma versão em prosa, absolutamente mais eficaz e menos arriscada.

Contudo, qual é o motivo que induziu um lusitanista – jovem mas certamente preparado e que, na Introdução, demonstra conhecer muito bem as temáticas anteriores – a aventurar-se numa tradução com às vezes resultados tão incertos?

A resposta pode ser uma apenas: o de ter confundido o próprio papel de histórico e crítico da literatura com o de poeta. Não nos transformamos em poeta de um momento para o outro, mesmo conhecendo bem uma língua e um autor. Para comprovar esta afirmação, basta constatar que todos os melhores tradutores de poesia em língua italiana, inclusive Cannizzaro, foram poetas, modestos ou grandes, pouco importa. É banal citar, no que diz respeito ao século XX, os nomes de Quasimodo, Ungaretti, Montale. Em qualquer dos casos, vale também o princípio contrário: um bom tradutor de poesia é também, potencialmente, um aceitável poeta ele mesmo.

Vamos ater-nos a este sólido princípio, ditado antes de mais pelo bom senso, para prosseguir o nosso trabalho relativo aos *Sonetti* de Antero de Quental. E, visto que não desejamos pecar de presunção, pedimos e obtivemos a colaboração de um bom poeta, que é também um ótimo metrificador e profundo conhecedor da poesia italiana do século XX, o Professor Gianni Marucelli¹⁶. O resultado é uma proposta de tradução de *Lacrymae Rerum*, com a advertência de que ela foi feita sem o prévio conhecimento da interpretação de Tommaso Cannizzaro.

Notte, sorella di Ragione e Morte,

¹¹ «Quanto à tradução, ela é quase sempre literal e portanto livremente versificada. Porém, não por isso, em presença de ocorrências que se retêm necessárias, renunciámos à inserção de leves variações terminológicas e sintagmáticas », *Ivi*, p. 223.

¹² HJELMSLEV, Louis (1968) *I Fondamenti della Teoria del Linguaggio*, Torino: Einaudi, p. 77.

¹³ MANLEY HOPKINS, Gerald (2008) *Selected Poetry*, Oxford: Oxford University Press, p. 21.

¹⁴ «As modernas lengalengas publicitárias (...) os tratados científicos sanscritos em versos, todos esses textos métricos servem-se da função poética sem, todavia, atribuir a tal função o papel vinculante, determinante, que ela tem na poesia. De facto, o verso ultrapassa os limites da poesia, mas, ao mesmo tempo, o verso implica sempre a função poética», JAKOBSON, Roman. (2002) '*Linguistica e poetica*'. In R. Jakobson (ed.). *Saggi di Linguistica Generale*, Milano: Feltrinelli, p. 197.

¹⁵ QUENTAL, Antero de (1991) *Sonetti*, cit., p. 195.

¹⁶ Italianista, aluno de Giovanni Nencioni e Giorgio Luti no Ateneu florentino, onde se licenciou com uma tese sobre a métrica de Montale, Gianni Marucelli foi professor; publicou numerosos ensaios dedicados à poesia italiana do século XX, dois livros de poesia, romances e outras obras de narrativa. Actualmente dirige a revista "Toscana, l'uomo, l'ambiente" fundada por ele e colabora com alguns periódicos e jornais italianos.

*quante volte oramai t'ho interrogato
e al tuo Verbo mi sono consacrato
quale oracolo e svelator di Sorte!*

*Dove vanno i tuoi Soli, la coorte
D'anime inquiete, che conduce il Fato?
E l'uomo, perché vaga desolato
In te cercando il Vero e sia più forte?*

*Ma, in pompa d'immenso funerale,
muta, la notte, sinistra e trionfale
passa, scorrendo le ore troppo lente.*

*È tutto, intorno a me, tetro e luttuoso
E, perso in sogno immenso, io solo oso
Ascoltare la tenebra gemente.*

É interessante notar que nesta versão se escolheu manter invariada, ao contrário de Cannizzaro, o esquema de rimas do original também nos tercetos, mesmo sabendo perfeitamente que tal forma não corresponde a nenhum tipo de soneto italiano. Se é perfeita a restituição métrica do verso hendecassilábico, pelo contrário, as escolhas lexicais diferentes das de Cannizzaro pretendem talvez, quer na primeira quadra (“al tuo Verbo mi sono consacrato”) quer, sobretudo, no terceto final, onde o sujeito se torna protagonista ativo (“io solo oso”), reafirmar a unicidade da sensibilidade poética perante o mistério da Noite.

Por fim, é particularmente eficaz, parece-nos, a tradução do terceiro verso do primeiro terceto, com a interpretação “scorrendo le ore troppo lente”, conforme ao original não no plano denotativo, mas no plano conotativo (“vagosas” não é traduzido com um adjetivo por Cannizzaro, nem se podia manter inalterado o significado literal de “oziose”).

No conjunto, todavia, a tradução parece ser um bom exemplo de fidelidade quase absoluta ao original no plano métrico e uma convincente transposição no plano semântico. Uma prova ulterior do que dizíamos: traduzir poesia é, talvez antes de tudo, ofício de poetas.

13. BARBARA JURŠIČ



BARBARA JURŠIČ, tradutora e intérprete do Ministério da Administração Interna, vice-presidente da Associação de tradutores literários eslovena, Ljubljana.

É licenciada em língua e literatura francesa e espanhola pela Universidade de Ljubljana, Eslovénia, tem diploma de estudos de língua e literatura portuguesa pela Universidade de Coimbra, está a acabar a tese de mestrado na Universidade clássica em Lisboa, Faculdade de letras, em literatura portuguesa.

Atualmente trabalha no Ministério da Administração Interna; tradutora e intérprete das línguas francesa, espanhola e portuguesa (desde 1996), tem feito muitas traduções técnicas, é intérprete do Governo esloveno. Escreve artigos sobre literatura e cultura (nomeadamente lusófona) para a Rádio nacional, os principais jornais nacionais e várias revistas literárias.

Em dezembro 2005 ganhou o prémio nacional da melhor jovem tradutora pela tradução Evangelho segundo Jesus Cristo e outras traduções do português.

Algumas traduções literárias do português

- José Saramago, Ensaio sobre a Cegueira (editora Cankarjeva), 1997
- Paulo Coelho, Manual do Guerreiro da Luz (editora Vale Novak), 1998
- Paulo Coelho, Verónica decide morrer (editora Vale Novak), 1999
- Fernando Pessoa, Livro do Desassossego (editora Cankarjeva), 2001
- António Lobo Antunes, Exortação aos Crocodilos (editora Cankarjeva), 2003
- Mia Couto, O último voo do flamingo; (editora Študentska založba, Beletrina), 2005
- José Saramago, Evangelho segundo Jesus Cristo (editora Cankarjeva), 2005
- Gonçalo M. Tavares, Jerusalém (editora Modrijan), 2008,
- Gonçalo M. Tavares, Os Senhores (editora Študentska) 2008.

Tradução e recetividade da literatura lusófona na Eslovénia BARBARA JURŠIČ, TRADUTORA E INTÉRPRETE DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA ESLOVÉNIA

Introdução

Comparação do esloveno e do português no espaço europeu – os dois como línguas minoritárias, a insularidade dos Açores na preservação da língua, uma situação parecida com a língua eslovena durante a história (algumas palavras sobre nossa história, como era preservada a língua sob o jugo dos outros «senhores» quando a nossa língua era uma língua do povo submisso, minoritário, depois, no âmbito da

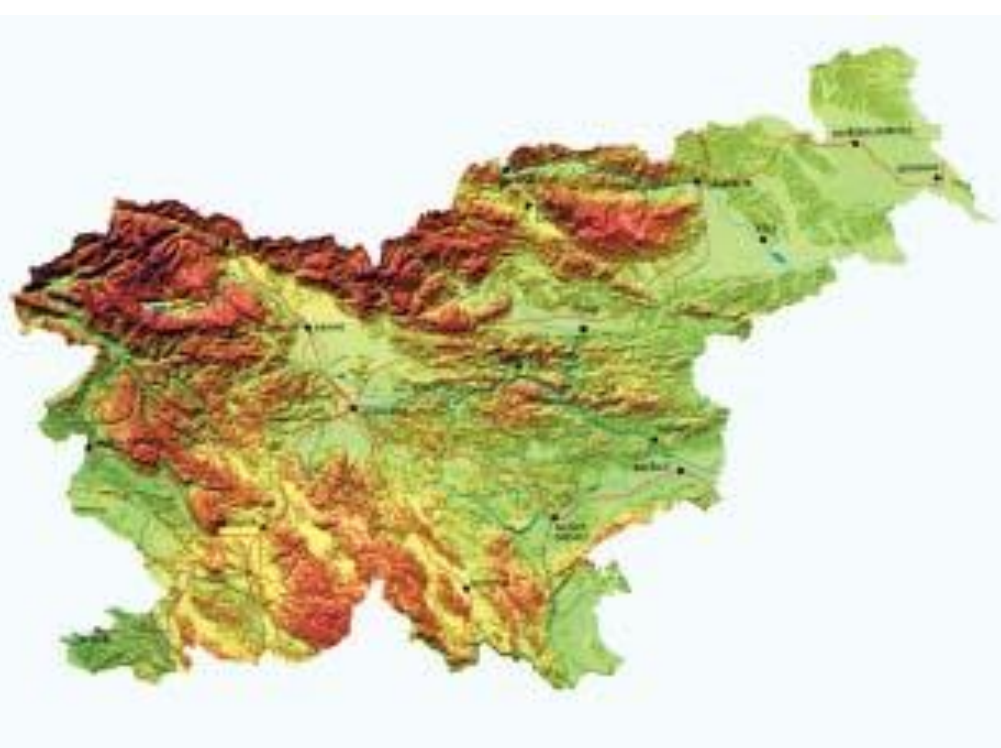
antiga Jugoslávia, a nossa língua também era de certa maneira isolada, porque falada só dentro da nossa República, rodeada de diferentes famílias de línguas). As duas tinham de lutar por resistirem e por se conservarem. A questão como preservar a língua em diferentes situações que lhe são prejudiciais (submissão, isolamento, afastamento geográfico, cultural, político...).

Literatura portuguesa na Eslovénia. Várias traduções, bastante aceitação depois das traduções do prémio Nobel José Saramago, promoção da literatura lusófona na Eslovénia pelas editoras que os publicam e pela Associação dos tradutores literários eslovenos (cuja vice-presidente sou), autores traduzidos convidados, sarais (Mia Couto, Gonçalo M. Tavares) ... Bastante mais conhecida que alguns anos atrás.

Projetos. Vários projetos de promoção em parceria com a Embaixada portuguesa e com a cidade de Ljubljana que será capital mundial do livro (pela UNESCO) em 2010. Como também uma cultura pequenina com uma língua minoritária ao nível mundial pode promover a literatura, a leitura e o livro em geral ao nível mundial. Cada cultura é tão grande quanto pode mostrar, dar aos outros. Maneiras de promover a cultura e a literatura de uma língua minoritária. Promoção da tradução literária e do intercâmbio entre as diferentes culturas, línguas, literaturas. Modos de fazê-lo entre as nossas duas línguas e culturas. A Europa ajuda ou não? A experiência dentro da Europa.

Minhas experiências próprias, minhas observações enquanto tradutora literária das obras sobretudo lusófonas. Papel do tradutor literário. INTRODUÇÃO; UM OLHAR PARA A HISTÓRIA

Se compararmos o esloveno e o português no espaço europeu vemos que as duas são línguas minoritárias. Penso ouvir mais sobre o problema ou, se calhar, a vantagem da insularidade dos Açores na preservação da língua nestes dias do nosso congresso. Ao mesmo tempo posso dizer que a língua eslovena viveu uma situação parecida durante a história. Eis um mapa parcial (onde, infelizmente, não há Açores) da Europa onde podem ver a Eslovénia.



Eis o mapa da Eslovénia e do seu relevo.

As línguas eslovena e portuguesa são as duas, podíamos dizer, minoritárias no espaço europeu. A nossa, falada por só dois milhões de habitantes, e a portuguesa por dez milhões em Portugal, sem esquecer a Galiza. A situação do esloveno do outro lado da fronteira, na Itália, é mais ou menos igual àquela das pessoas lusófonas na Galiza. A parte de Trieste, habitada pela população eslovena, foi entregue à Itália nos anos 50 (depois de ter existido como uma zona chamada Território livre de Trieste, dividida entre os jugoslavos e os anglo-americanos) e o seu destino delineado dentro de um outro país não muito atento às suas necessidades, entre as quais também culturais. Ficaram como uma ilha dentro do mar italiano e muito marginal ainda. Mas, podemos dizer, se passarmos aos tempos modernos, que toda a Eslovénia e a sua língua com só dois milhões de falantes representam uma ilha rodeada pelas línguas italiana, alemã, húngara e croata. Por cima disso, cada uma delas vem da sua família de línguas. Uma nação tão pequena que durante séculos foi governada por «senhores» nomeadamente alemães na época dos Habsburgo (a partir do século XIV) e depois no império Austro-húngaro (1867-1918) e na nossa história mais recente dentro da antiga Jugoslávia, deve tudo à sua língua e à sua cultura para ter podido preservar-se.

Agora vou contar-lhes uma lenda que mostra como o nosso povo é esperto.

Conta uma lenda que vivia um esloveno forte e enorme, chamado Martin Krpan, que tinha uma égua esguia com a qual transportava (ilegalmente, bem se entende) o sal inglês para a sua casa na atual Eslovénia, naquela época chamada Carniola (nos tempos dos austríacos). Quando encontrava alguém na estrada, agarrava no cavaleiro e punha-o, com as próprias mãos, à margem da estrada para as outras pessoas poderem passar. Um dia, passou uma carruagem com o imperador da Áustria. Quando este viu o gigante que com tanta leveza agarrava no seu cavaleiro e deixava a estrada livre para a comitiva imperial passar, decidiu que o ia convidar para Viena para Martin, o nosso herói, combater um turco muito temido que assolava a capital austríaca e deixava a corte e a população preocupadíssimos. Martin aceitou mas sob a única condição de cortar uma bela tília que a imperatriz tinha no pátio do palácio. Ele cortou a árvore e fez uma arma simples mas eficaz e matou o turco que tanto mal tinha feito à cidade de Viena.

Assim ficou na história essa famosa estória de um esloveno corajoso e esperto que soube vencer tanto as normas instituídas pelos soberanos como também, fisicamente e metaforicamente com a sua inteligência, aquele que oprimia (outra nação e, indiretamente, a sua), e, ao mesmo tempo, não mudar, conservar a sua personalidade tal qual, pura e genuína. Embora sendo numa ilha, por assim dizer, cultural e linguística dentro do mar austríaco.

Por isso entendo muito bem a questão da insularidade açoriana, uma comunidade afastada e situada no meio do Oceano, que também esteve e está em uma situação muito particular, embora nesta nossa era moderna os meios técnicos ajudam a não sentirmos tanto, acho, esse afastamento geográfico.

Agora tentemos responder como é possível preservar a língua em diferentes situações que lhe são prejudiciais: nos tempos da submissão do povo a uma nação mais poderosa que o domina politicamente (tal o nosso caso na história), o isolamento e o afastamento geográfico (tal o caso dos Açores), o distanciamento cultural, político, para só enumerar alguns dos casos.

Com certeza a língua só pode resistir se tem uma boa base cultural, isso quer dizer, se há bastantes falantes conscientes de preservá-la, de falá-la bem, de escrevê-la bem e assim divulgá-la, de ter escritores, que a perenizem mediante a sua obra. As pessoas, falantes dela, têm de ser conscientes e cuidar dela, a mentalidade deles tem de ser orientada para uma preservação consciente daquilo que é uma das coisas mais sagradas da nossa herança que nos entregam as gerações passadas. É essa a riqueza de uma nação, a sua língua e a sua cultura. A nossa, embora sendo tão pequenina, resistiu todas as "invasões" dos povos e das línguas estrangeiros.

Com todas as suas particularidades. Uma delas é o dual, a forma quando se fala só de duas pessoas, é diferente. Existem só poucos casos parecidos no mundo. Acho que numa língua africana e no caso de outra língua minoritária, mais parecida ao polaco, falada pelo povo chamado os sérvios de Lužice. E, para sermos românticos; dizem que assim, os namorados podem falar como se fossem as únicas pessoas no mundo, só "nós os dois", que essa é uma forma "propícia" à linguagem do amor.

Resistiu também e sobretudo graças à consciência das pessoas que a falavam durante a história. Primeiro, antes do século XVI., essas eram bastante incultas. Os eslovenos daquela época era na maioria do povo, maioritariamente camponeses, com a exceção de uma família nobre, depois, em 1550, um padre esloveno traduziu para a "língua do povo" a Bíblia e escreveu um abecedário para o seu povo poder aprender a ler. Mas teve de fugir do país por proclamar ideias demasiado "modernas". Claro que os soberanos não queriam que o povo submisso aprendesse a ler e a pensar com a própria cabeça, para não terem problemas.

A preservação da nossa língua sempre tem sido muito ligada à leitura. A leitura, que é intimamente ligada à língua. Para dominá-la bem, é preciso ler muito e os livros de qualidade. O ritmo de vida atual não é muito propício às leituras pelo menos de livros mais exigentes que pedem mais concentração, uma cultura geral, uma dominação melhor da língua em geral e uma conscientização desde a idade mais terna.

Contam os nossos avós que viviam no campo que sempre se encontrava um momento para ler, à noite, quando todos estavam reunidos na casa depois de um dia longo de trabalho. E o meu avô ia buscar os livros a uma biblioteca a 50 km da casa deles. Quem faria o mesmo nestes tempos em que não sabemos fazer nada sem carro? Nos tempos em que a televisão, há muito tempo, tomou na maioria das famílias o lugar do livro.

O que é que nos oferece o nosso sistema político nos tempos modernos? A educação no meu país tem sido sempre bastante boa, também nos tempos do socialismo. As crianças recebem então uma boa base de conhecimento para poderem construir nela a sua personalidade e desenvolver os valores humanos. Já na escola primária, as leituras são obrigatórias também em casa, as crianças têm de ler em casa pelo menos 15 minutos por dia e escrever o que leram e os pais têm de assinar para confirmar que foi assim. As crianças na escola primária têm também um programa nacional de leituras que têm de fazer durante cada ano escolar e resumir oralmente e por escrito os livros que leem. Depois, é preciso dizer também que os filmes estrangeiros na nossa televisão vêm sempre legendados. Assim, as pessoas pelo menos ouvem outras línguas e a aprendizagem delas é muito mais fácil. O que é uma necessidade e não só vantagem para uma língua falada por poucos falantes, como é o caso do esloveno e do português (no espaço europeu). As outras línguas ficam na subconsciência, no ouvido, e a aprendizagem delas é, portanto, mais fácil. Os eslovenos vemo-nos obrigados a aprender línguas estrangeiras porque ao falar a nossa língua, quase ninguém nos percebe. A necessidade tornou-se, ao longo dos séculos, uma vantagem. Nós podemos perceber os outros e os outros não nos podem perceber a nós (se não queremos que nos percebam).

Há muitas histórias engraçadas das férias na costa – os eslovenos falam à vontade porque acham que ninguém os percebe, mas, de vez em quando, passam pessoas que entendem e há situações meio engraçadas meio embaraçosas.

A literatura e, por conseguinte, a leitura acompanham-nos desde sempre. Indica-lo o número de pessoas que emprestam cada dia os livros numa das bibliotecas nacionais que contam com uma rede bem ramificada. O estado incentiva o processo mencionado, porque todas as bibliotecas principais têm a obrigação de comprar todos os livros que são lançados / publicados, pelo menos um exemplar de cada. Isso quer dizer que também os editores podem sobreviver porque têm a venda de uma quantia dos livros imprimidos garantida. Assim fica também excluída a parcialidade, as bibliotecas têm todos os livros sem exceção, depois têm a liberdade de compor as listas dos livros que lhes pareçam de mais qualidade para incitar os leitores para os lerem. Muitas bibliotecas organizam saraus com os autores, os debates, as tardes para crianças e preparam, publicam na Internet e afixam as listas de livros mais emprestados. Acho que se as pessoas têm a possibilidade de emprestar os livros e não só comprá-los, porque os preços são bastante altos, também leem mais. É uma boa estratégia para incentivar a população a ler mais. As bibliotecas são em muitos casos bastante recentes ou renovadas e têm também um espaço dedicado à leitura, assim são também um lugar de encontro que convida com a sua atmosfera acolhedora. Outra coisa boa, outra vantagem das bibliotecas nacionais é o dinheiro juntado com os empréstimos de livros. Esse dinheiro é coletado pelo Ministério da cultura e depois, uma parte vem atribuída à Associação dos tradutores literários, que, mediante concurso, redistribui o dinheiro por entre os tradutores literários que, tendo traduzido uma obra exigente, não têm podido ser suficientemente recompensados pelas editoras que ainda pagam os tradutores literários bastante mal. Assim, uma parte do dinheiro dos livros, pelos quais contribuíram também os tradutores literários, vem retribuída a eles mediante essa medida.

E quais os livros escritos em português que os leitores eslovenos podem ler na língua materna deles?

LITERATURA PORTUGUESA NA ESLOVÉNIA

Várias traduções têm sido feitas durante os últimos dez anos. Portugal e com ele a língua portuguesa são cada vez mais conhecidos, também graças a tradução sistemática das obras portuguesas ou aquelas dos países lusófonos. Podemos dizer que a literatura dos países lusófonos viu bastante aceitação depois das traduções do prémio Nobel José Saramago, já antes de ele ser premiado. A primeira tradução do seu romance o *Ensaio sobre a cegueira* foi lançada um ano antes de ele ter recebido o prémio Nobel. Depois, foram lançados vários romances dos autores portugueses clássicos ou clássicos modernos, como, aparte de José Saramago, cujo *Evangelho segundo Jesus Cristo* e *O memorial do convento* foram publicados nos anos a seguir do prémio, também António Lobo Antunes, Fernando Pessoa, Mia Couto, Sophia de Mello Breyner Andresen e, recentemente, Gonçalo M. Tavares, se enumerarmos só as traduções que foram publicadas nos livros, como entidades independentes. Além disso, vimos a publicação de numerosos artigos sobre a cultura em geral e a literatura em particular em língua de Camões. Na Rádio nacional eslovena, podemos ouvir com frequência emissões que apresentam autores lusófonos de todas as idades, estilos e culturas. A promoção da literatura lusófona na Eslovénia é feita nomeadamente pelas editoras que os publicam e pela Associação dos tradutores literários eslovenos cuja vice-presidente sou, e, no primeiro lugar, pelos tradutores próprios. "A editora dos estudantes", que publicou *O último voo do flamingo* de Mia Couto e os *Senhores* de Gonçalo M. Tavares convidou estes dois autores à Eslovénia, o que aumentou consideravelmente a recetividade e a popularidade da literatura dos autores lusófonos na Eslovénia.

Nos primeiros dias de fevereiro deste ano, na altura em que nos visitou Gonçalo M. Tavares, estrela do festival do livro Fabula que se tornou já tradicional, o evento honrado pela sua presença na Casa da cultura, a instituição cultural da capital mais importante, foi um verdadeiro sucesso, nunca acudiram tantas pessoas e nenhum autor convidado teve tantas entrevistas marcadas já com vários meses de antecedência.

Devemos dizer que a literatura dos autores lusófonos é bastante mais conhecida que alguns anos atrás, também graças às ações da Embaixada portuguesa em Ljubljana e aos apoios recebidos de Portugal (nomeadamente do Instituto Camões e do IPLB). Agradeço a eles por poder estar hoje aqui convosco.

PROJETOS

Quais os projetos para o futuro? Temos vários projetos de promoção da língua, literatura e cultura portuguesas em parceria com a Embaixada portuguesa e com a cidade de Ljubljana que será capital do livro mundial (pela UNESCO) em 2010. Como representante da Associação dos tradutores literários participo como membro no Comité organizativo do tão notável evento ou melhor dito, uma série de eventos que vão ser organizador ao longo de um ano inteiro. A candidatura pela capital mundial do livro que foi ganha na concorrência com muitas capitais mundiais com uma vida cultural invejável, parece-nos uma honra especial e é ao mesmo tempo a comprovação de que trabalhamos bem e que também os outros vêm e sentem os frutos do nosso trabalho. Também uma cultura pequenina com uma língua minoritária ao nível mundial pode promover a literatura, a leitura e o livro em geral ao nível mundial. Cada cultura é tão grande quanto pode mostrar, dar aos outros. Espero que, para o ano, possamos mostrar e dar muito.

No marco do projeto mencionado, várias conferências serão organizadas que reunirão as pessoas, ligadas ao livro, tais como editores, tradutores, escritores, bibliotecários etc., do mundo inteiro. Além disso, será promovida a tradução do e para o esloveno. Com a Embaixada portuguesa em Ljubljana, incluímos, como uma das atividades do ano 2010, uma lista de livros a serem traduzidos do português para o esloveno e que beneficiarão do apoio de Portugal. Nesse conjunto de livros encontramos tanto os autores clássicos como contemporâneos (Eça de Queirós, Mário de Sá Carneiro, José Saramago, Mia Couto).

Quais as maneiras de promover a cultura e a literatura de uma língua minoritária?

Estou convencida de que tudo começa na família, a consciência da língua e da cultura, os valores, tudo isso a criança aprende em casa. Se os pais amam, apreciam e cultivam a língua, isso vai ser algo natural para a criança. Depois, vem o sistema educacional. Quando crescemos e nos tornamos pessoas independentes, tudo depende de nós. Com pequenos atos consegue-se fazer grandes coisas. Isso vale também para as questões relacionadas com a língua. Também os conhecimentos de outras línguas e culturas, a abertura ao mundo, ajudam a alargar os horizontes às pessoas e, por conseguinte, a respeitar a própria língua. A promoção da tradução literária e do intercâmbio entre as diferentes culturas, línguas, literaturas é um dos modos para preservar também a própria língua, porque as pessoas tornam-se mais conscientes dela(s).

Quais os modos de fazê-lo entre as nossas duas línguas e culturas? Acho que com a abertura das respetivas embaixadas em Ljubljana e em Lisboa, a situação melhorou consideravelmente. Ambas as nações somos conscientes de que temos de investir muito (esforço) na visibilidade das nossas línguas e culturas que não são umas das "maiores" ou mais faladas e por isso não tão facilmente reconhecíveis na Europa. A Europa ajuda ou não? A experiência dentro da Europa é mais ou menos boa. A Eslovénia aparece de vez em quando na televisão e nos outros média dos outros países membros, acho que a situação é igual em relação a Portugal, porque além daquilo que foi dito sobre a promoção da literatura e cultura dos países lusófonos no meu país, Portugal começou a ser mais conhecido e visível na Eslovénia a partir da nossa adesão à União Europeia. Temos, os dois, os nossos direitos e Europa clama e proclama a vantagem da variedade das línguas e culturas no espaço europeu. Afirma que são a sua riqueza, mesmo se às vezes não pareça ser desta opinião nos seus atos. Mas, pelos menos acho que fazer parte da família europeia pelo menos nos deu a oportunidade de conhecer melhor os outros membros da família.

Quais as minhas experiências próprias, as minhas observações enquanto tradutora literária das obras sobretudo lusófonas? Primeiro gostava de dizer que, para mim traduzir as obras dos autores lusófonos é uma paixão, não o podia chamar de outra maneira. Todo o que se faz com paixão dá resultados. O nosso carácter nacional é muito parecido ao português; melancólico, sonhador, como se vivêssemos um pouco fora do mundo, e bastante individualista. A alma portuguesa não é longe da alma eslovena, isso também ajuda para as pessoas se identificarem mais com as obras traduzidas. O empenho constante por apresentar os autores, a cultura, os costumes também dá frutos. O papel do tradutor literário é exatamente este – amar outra língua que se traduz quase tanto quanto a própria, a materna, fazê-la própria e, criativamente, oferecer o texto escrito numa língua aos leitores da sua própria nação, como se o livro fosse escrito na língua deles.

14. CÉLIA CORDEIRO



CÉLIA CARMEN CORDEIRO - Licenciada em Português e Inglês (ensino de) e em Línguas e Literaturas Modernas - Variante de Estudos Portugueses e Ingleses pela Universidade dos Açores, tendo concluído as mesmas em 2000 e 2002, respetivamente. Fez um *Summer School* na Universidade de Massachusetts Boston em 2000, concluindo com sucesso cadeiras no âmbito da língua inglesa e da literatura norte-americana. Organizadora de algumas conferências, nomeadamente Martin Luther King, Jr. e *The American Dream*: do Projeto à realidade, na Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade de Angra do Heroísmo, em 2004. É docente do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Básica 2,3 da Maia, lecionando Língua Portuguesa. Encontra-se, ainda, a coordenar um projeto didático pedagógico interdisciplinar cuja temática se relaciona com os Direitos Humanos. Tem frequentado várias ações de formação relacionadas com a sua área. Neste momento, as suas pesquisas relacionam-se com o papel da mulher na sociedade do Estado Novo e a forma como esta vivência é espelhada na literatura portuguesa escrita por mulheres. Possui vários artigos de opinião publicados em jornais açorianos e da diáspora. Presença assídua nos Encontros Açorianos da Lusofonia e Colóquios Anuais em Bragança.

Vozes femininas do silêncio nos *Happy Days* do Estado Novo numa pequena cidade da ultraperiferia: Maria da Graça de Athayde, Margarida Victoria, Sacuntala de Miranda

CÉLIA CARMEN CORDEIRO, ESCOLA BÁSICA 2,3 DA MAIA, AÇORES

“Não há barreira, fechadura ou ferrolho
que possas impor à liberdade da minha mente.”
Virginia Woolf

Com este trabalho, pretendemos apresentar três mulheres insulares, cujos distintos percursos marcaram indelevelmente a cultura e a sociedade açorianas. São elas: Maria da Graça de Athayde¹⁷ (1904-2001), Margarida Victória (1919-1996) e Sacuntala de Miranda (1934-2007). Ao lermos e refletirmos acerca das memórias que escreveram, verificamos que estas personalidades viveram numa sociedade profundamente marcada pelos imperativos de um regime fascista, o que condicionou, muitas vezes, a sua forma de agir, mas nunca os ideais que almejavam conquistar.

Através da obra *Uma Vida Qualquer*, reunida em três volumes, contactamos com as vivências de Maria da Graça de Athayde, alguém que viveu a sua juventude numa época de transição entre a I República e o Estado Novo, fator que moldou sobremaneira a sua forma de agir. De seguida, *Amores da Cadela “Pura”* aproxima-nos da mulher que foi Margarida Victória ou a Marquesa de Jácome Correia, como era mais conhecida. Finalmente, *memórias de um peão nos combates pela liberdade* apresentam os momentos fulgurantes da vida de Sacuntala de Miranda, na luta pelos ideais da liberdade e da igualdade. Ao contextualizarmos as suas memórias em plena época do Estado Novo, compreenderemos melhor o papel desempenhado pelas mulheres da classe alta no Portugal conservador de então.

Com a ascensão de Oliveira Salazar ao governo português (enquanto Ministro das Finanças entre 1928 e 1932 e, depois, enquanto Presidente do Conselho de Ministros até 1968), no seguimento do golpe militar de 1926 que pôs fim ao período de vida republicana democrática instaurada em 1910, começa a desenhar-se um processo conducente à instauração de um regime autoritário. A Constituição Portuguesa aprovada em 1933 define o novo regime autoritário que ficou conhecido por Estado Novo, sustentado ideologicamente por um pensamento antiliberal, de cariz católico, na defesa do corporativismo e dos interesses agrários.

Durante as primeiras décadas do século XX existe – primeiro devido a uma vida de corte que ainda era pretexto para festas, refeições, inaugurações e, depois, como consequência de uma maior liberalidade das convenções sociais atribuídas com a “democratização” republicana – uma maior liberdade de ação para as mulheres, que galvanizariam em seu torno o brilho das reuniões de sociedade e as estratégias de sedução desenvolvidas em tais situações. Nesses tempos, a preocupação feminina com a aparência, com a indumentária e com a apresentação perante os outros era uma das suas obrigações, em especial para não deixar o marido em má situação e como meio de ostentar, pela riqueza dos seus paramentos, o desafogo material do casal. A mulher de 1900 era um polo de atenção. As suas armas eram um feminil encanto sedutor, cuja principal característica consistia numa irreverência subtil com que ela enfrentava os limites que um mundo dominado pelos homens lhe impunha. Entre 1910 e 1926, as mulheres começam a praticar desporto, a passear de bicicleta, a usar calças e até a fumar. Assiste-se a uma “masculinização” que induzia o cabelo à *la garçonne* e o *tailleur* dos anos 20, a par de um corpo ativo que se descerrava, mostrava e exibia¹⁸.

Décadas depois, tudo mudou. A literatura dedicada ao público feminino (escrita maioritariamente por homens) recomendar-lhes-ia o recato, o apagamento, o servilismo, a obediência atenta à vontade masculina. É essencial que a mulher impressione mais pela honestidade, por uma sóbria modéstia, do que pelo luxo da aparência. Com o Estado Novo, o corpo volta a estar sujeito a uma socialização acordada a uma ética puritana à qual nem as partes corporais mais inofensivas, como os pés, escapavam. Criticam-se os bailes, tão populares nas décadas anteriores: “O próprio baile é erigido em matéria de pecado mortal. Os mais rigorosos não tinham dúvidas em afirmar que a dança conduzia as jovens à esterilidade, pervertendo o instinto maternal. Também o baile conduzia a “insónias”, “delírios”, “perturbações circulatórias”, “fenómenos de autointoxicação”, “neuroses espasmódicas”, “anomalias de memória e linguagem”, “incoerências de carácter” e “fadiga intelectual”, para além de outros “acidentes mais graves” como “precoces desflorações virginais”¹⁹.

Em 1930, iniciou-se o processo de um regime de poder “personalizado, autoritário”, que se inscrevia numa resposta corporativa, nacionalista e antiparlamentar à crise do liberalismo e da democracia parlamentar e, ao mesmo tempo, às ameaças de revolução socialista: “A liberdade garantida pelo Estado, condicionada pela autoridade, é a única possível, aquela que pode conduzir, não digo à felicidade do homem, mas à felicidade dos homens”, dizia o fundador do Estado Novo em entrevista a António Ferro.²⁰

A sociedade portuguesa passa a reger-se por três pilares: Deus, Pátria e Família. Assim, a vida da mulher rica é agora circunscrita ao limitado círculo familiar, aos chás entre as amigas ou às atividades educativas, de caridade e religiosas. A mulher ideal deverá dedicar-se exclusivamente aos filhos e ao esposo. Ela é a “alma” do lar. Deste modo, podemos comparar diferentes concepções de família com o papel da mulher quer na I República, quer no Estado Novo. Enquanto na I República, foi promulgada a lei do divórcio em 1910 e foi discutida a permissão do casamento civil ainda no regime monárquico; a Constituição de 1933 vem estabelecer princípios ordenadores das relações familiares, a que se segue “a instituição da Organização Nacional da Defesa da Família (Decreto-lei nº 30 615, de 25 de julho de 1940). Então, valoriza-se a importância do agregado familiar sobre a autonomia individual, do interesse coletivo sobre os anseios pessoais, logo fica suspensa a possibilidade de divórcio para os casamentos celebrados religiosamente. No seio da família, os papéis a desempenhar são distintos: à mulher está reservada a obediência, a serena resignação para com o papel condutor guardado para o homem, a quem ficam entregues as funções de chefia, direção e condução dos negócios externos do agregado. Ao homem cumpre determinar; à mulher executar. A ele, a rua, o ganho do sustento comum, a exposição constante, a face visível do casal. A ela, o lar, a gestão da economia doméstica, o recolhimento, a garantia da harmonia interna do ambiente familiar”²¹.

Esta ideia é igualmente reforçada nos textos do livro único de ensino de português da instrução primária, fazendo-se a apologia da mulher como uma figura marcadamente doméstica, da família como núcleo da vida social, “dos méritos” da pobreza e da humildade, da saudável simplicidade da vida rural. O Salazarismo entendeu, de facto, a família como elemento privilegiado de doutrinação ideológica e ponto de partida para uma “revitalização” moral da sociedade portuguesa. Um tal projeto assentou na valorização de dominantes psicológicas, culturais e económico-sociais próprias: a família deveria ter uma estrutura autoritária, assente na figura do pai e no respeito pela hierarquia e pela idade. A interdição do divórcio em casamentos religiosos e a desmotivação do trabalho feminino não-doméstico contribuíram para a consolidação da

¹⁷ Maria da Graça de Athayde nasceu em Sintra, em 1904. No entanto, por ser bisneta de José do Canto, um ilustre proprietário agrícola açoriano e Presidente da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sempre foi vista como uma mulher insular.

¹⁸ José Machado Pais, “Austeridade e moralismo dos padrões estéticos”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp.349-352.

¹⁹ A.G. Molho de Faria, *Os Bailes e a Açã Católica*, Braga, 1938, p.106.

²⁰ César Oliveira, “Da ditadura militar à implantação do salazarismo”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, p.25.

António Ferro (1895-1956) – foi um escritor, jornalista e político português. Dirigiu o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) desde a sua criação por Salazar, em 1933, até 1949. António Ferro publicou um livro de entrevistas com o ditador – *Salazar, o Homem e a Obra* – sendo, de seguida, convidado por este para vir a ser seu próximo colaborador, com as funções simultâneas de chefe de propaganda e de responsável pelo sector cultural, informação disponível em “António Ferro”, consulta feita a 25 de Outubro de 2008:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nioFerro>

²¹ António Reis, “Os valores salazaristas”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp. 333-352.

estrutura familiar defendida por Salazar. Por consequência, os valores do progresso, da prosperidade e da igualdade surgem sempre como valores subordinados e secundarizados, na medida em que podem pôr em causa os valores de natureza moral e espiritual defendidos pelo regime.²²

Em 1933, numa entrevista concedida a António Ferro, o ditador português apresentou o protótipo da mulher portuguesa de então: “Temos que distinguir. À mulher solteira que vive sem família, ou tendo de sustentar a família, acho que devem ser dadas todas as facilidades legais para prover ao seu sustento e ao sustento dos seus. Mas a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável duma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais -, a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína... Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua...E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa...Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil.”²³ Da leitura do excerto se compreende a família como sendo a instituição moral perpetuadora da tradição. Surgem várias iniciativas legais como A Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) em 1937 e a Mocidade Portuguesa Feminina em 1938, a Assistência Social da Legião Portuguesa, o desenvolvimento das Jornadas das Mães de Família e o Instituto Maternal da Subsecretaria da Assistência Social como exemplificadores da vontade então dominante de garantir formas de enquadramento legal que permitissem à governação o controlo dos processos de socialização familiar.

No período do Estado Novo, existe a plena identificação da função sexual da mulher casada com a sua função unicamente reprodutora. O ato sexual realizado por prazer “desonrava” a mulher. Reconhecer oficialmente e publicamente à mulher o direito à sexualidade conduziria ao aniquilamento de todo o edifício da ideologia corporativista, que fazia da família a célula base da sociedade e da mulher a dedicada e casta esposa.²⁴

A sociedade portuguesa que o Estado Novo quis moldar era uma sociedade dependente do líder e das autoridades, cultural e politicamente enquadrada dentro de valores e de princípios definidos pelo poder e em cujo processo gerador a população não participou, mercê do seu ruralismo e do seu analfabetismo.

Através da leitura das memórias de Maria da Graça de Athayde em *Uma Vida Qualquer*, conseguimos compreender a postura e o modo de vida de uma mulher da classe alta durante a época fascista. Esta obra constitui um documento de grande valor histórico, o qual nos ilustra as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa desde a I República até à instauração da democracia, a 25 de abril de 1974. Nascida a 26 de julho de 1904 em Sintra e descendente de uma família aristocrática pelo lado paterno (o seu pai foi o 2º Conde de Valenças, Ricardo Anjos Jardim), esta mulher teve uma educação ascética, tendo sido o seu espírito moldado por preceptoras francesas e inglesas. Bisneta de José do Canto²⁵, Maria da Graça visitou os Açores (em especial a ilha de São Miguel) desde os 16 anos, destino dos seus verões juvenis. É aí que encontrará o homem da sua vida, Augusto de Athayde.

Embora sem curso superior, esta “intelectual” nunca abandonou a palavra escrita, sendo que a sua grande capacidade de pensar e comunicar levou-a a escrever ao longo dos anos e nas mais diversas circunstâncias. Aos dezassete anos, publicava um “poema dramático” sob o pseudónimo de Leonel, o que lhe granjeou um forte prestígio entre os maiores vultos literários da época. No primeiro volume das suas memórias, Maria da Graça de Athayde caracteriza os primeiros tempos depois da implantação da República como tendo sido “de grande calor político”, logo, continua, “o clima de infância, politicamente inseguro, que foi o meu”²⁶. Para além de ter testemunhado a reação dos portugueses aquando do desencadear e desenvolver da Primeira Guerra Mundial, também “assistiu” à época conturbada de fervor religioso aquando do aparecimento de Nossa Senhora a “três pastorezinhos”, a 13 de outubro de 1917. Seguiu-se a gripe espanhola em Portugal em 1918, a qual assolou milhares de pessoas em todo o mundo e também no nosso país. Esta mulher experienciou igualmente um conflito de gerações, na medida em que os pais e as tias acusavam a sua “geração de ser livre, não só no sentido de independente e informada, mas numa libertação dos velhos preconceitos e das antigas leis do puritanismo e até do pudor. Eu discutia com eles, indignada. Para mim a palavra liberdade significava: *inteiramente responsável*. Eu não rejeitava as leis da minha infância, mas queria segui-las em plena independência! Nada de desconfianças nem fiscalizações! Tinha a certeza do que desejava ser, como mulher; e sabia que nenhuma circunstância, nenhuma corrente, nenhum homem, seriam capazes de me “destruir”, neste sentido.”²⁷ Mais tarde na sua escrita, testemunhamos o que ficou de uma mulher que se deixou encantar por um homem mais novo e que quase a destruiu para sempre.

Maria da Graça de Athayde viveu desfrutando de muito daquilo que a maior parte das suas contemporâneas sem estatuto social e economicamente desfavorecidas nem sequer sonhavam algum dia alcançar, pois esta mulher teve a melhor educação possível e todo o conforto inerente à sua classe social: “(...) por ter nascido (...) com uma colher de prata na boca.”²⁸ Ela viajou por toda a Europa, em especial para Paris, onde comprava grande parte da roupa que vestia e dos livros que lia. No entanto, pertencer à aristocracia também traz algumas obrigações, pois frequentando os bailes de então, assistindo às inaugurações, às exposições (Exposição do Mundo Português em 1940, por exemplo) e não conseguir arranjar marido por opção foi algo que desagradou a família: “A minha família olhava-me com desconfiança: “Tanto sucesso, tantos admiradores, tanta conversa...e, afinal, ainda está solteira, aos vinte e quatro anos! O que é isto?”²⁹ Então, por insistência de Augusto de Athayde, deixou-se cortejar, apesar deste ser um homem mais novo do que ela, acabando os dois por casar em 1938. Maria da Graça tinha 34 anos de idade!

A partir daí, ela passa a viver em exclusividade para o marido. Ele é o seu ideal de vida e ela faz tudo o que pode para lhe agradar. Sem tomar consciência disso, Maria da Graça muda o seu comportamento, mostrando-se, a pouco e pouco, uma mulher menos independente e mais submissa. O seu comportamento torna-se muito semelhante ao das suas congéneres da classe baixa. Como mãe de família é um exemplo a seguir pelas suas amigas e conhecidas. Chegou mesmo a filiar-se na Ação Católica Portuguesa em 1944, fez parte da Obra das Mães, participou nas reuniões de Vicentinas: “O que era – o que é? – a Ação Católica? Desejo de conhecer a palavra de Deus; interpretação dos Evangelhos para uma melhor Ação Apostólica e, com o exemplo da vida, com amor-caridade-humildade, um pouco também pela palavra, - conquistar almas para Deus, e para esta vocação de apostolado”³⁰. Afinal, o Estado Novo conseguiu padronizar comportamentos!

Grande parte da sua vida, Maria da Graça viveu no maior luxo e tendo acesso a tudo quanto desejou e, talvez por isso, não tivesse compreendido a necessidade de libertação das mulheres do seu tempo: “Nunca senti este anseio de libertação da mulher. Não compreendo as feministas. Ter mais liberdade do que tenho, para quê? Sei que em qualquer circunstância dependeria de mim adquirir o grau de

²² Luís Vicente Baptista, “Os discursos moralizadores sobre a família”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp.353-360.

²³ José Gameiro, “Uma nova visão da família e do casamento”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp.357-366.

²⁴ Paulo Guinote, “A vitória do conservadorismo puritano na literatura de educação sexual e formação conjugal”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp.361-375.

²⁵ José do Canto (1820-1898) – Filho do morgado José Caetano Dias do Canto Medeiros (rico terratenente e líder do liberalismo vintista na ilha de São Miguel) e irmão de Ernesto do Canto (historiador e bibliófilo micalense), era, portanto, pertencente a uma das famílias de maior condição social de São Miguel. Foi um importantíssimo proprietário e empresário agrícola açoriano, fundador da Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense, introduzindo as culturas do ananás e do chá ao ar livre. Também foi Presidente da Junta Geral do Distrito e um grande apaixonado pela obra camonianiana, sendo a sua livraria particular considerada a segunda a nível nacional. Cf. Consulta “José do Canto” a 20 de Outubro de 2008, em http://www.bparpd.pt/LivrariasParticulares_JosedoCanto.html

²⁶ Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Quando o Tempo era Rio*, Braga, Editora Pax, 1981, vol.1, p. 179.

²⁷ *Ibidem*, p. 190.

²⁸ *Ibidem*, p. 25.

²⁹ Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Quando o Tempo era Rio*, Braga, Editora Pax, 1981, vol.1, p. 344.

³⁰ Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Portos, Temporal e Ancoras*, Lisboa, Santelmo, Cooperativa de Artes Gráficas, CRL, 1986, vol.2, p. 134.

independência que me apetece. Nunca me interessei pelo direito de voto, mas ele foi-me dado. Votei.”³¹ Mais tarde, a sua situação económica muda radicalmente, o marido decretava falência nos negócios, então, ela apresentou um programa de televisão através da Ação Católica Portuguesa, de modo a conseguir algum dinheiro para sobreviver e para pagar os estudos do filho. Afinal, o seu homem “ideal” não foi capaz de gerir nem a fortuna da esposa nem a vida familiar comum. Começou a frequentar bares de prostitutas, passando noites fora de casa e dias e semanas sem colocar os pés no escritório para gerir os negócios. Confiava em toda a gente e entregou responsabilidades a quem não tinha competência para assumi-las. Logo, Maria da Graça teve de, juntamente com o filho que terminava o curso de direito, se desenrascar, vendendo os bens e pagando as dívidas na medida do possível. Mesmo assim, sentiu-se sempre livre: “Poderia ter-me divorciado, recomeçado a vida com outro homem; não quis fazê-lo. Não me senti inferior aos homens; a verdade é que não me preocupei com isso!”³² Aqui é-nos demonstrado o caráter orgulhoso e apaixonado de Maria da Graça, pois se ela tivesse enveredado pelo pedido de divórcio, teria sido a primeira vez que o mesmo se teria verificado na família. Não esqueçamos que ela pertence a uma família conservadora demais para que ela pudesse sentir-se bem ao transgredir a tradição! Ela não teve coragem para isso talvez também porque, mesmo com dificuldades económicas e não sendo a única mulher na vida de Augusto de Athayde, continuou a amar o marido. Ela tinha um grande fascínio por ele! Neste âmbito e à luz do regime, ela falhou enquanto mulher, não tendo sido amada toda a vida pelo marido, algo que tentou subtilmente “esconder” nas suas memórias, não revelando pormenores da sua relação conjugal, a qual só se compreende na íntegra mais tarde, através da obra do filho Augusto de Athayde, *Percurso Solitário*³³.

Apesar de Maria da Graça ter sido fortemente influenciada pela política de Salazar, acabou também por se decepcionar com este modo de governar: “tenho pena de que, por exemplo, Salazar se não tenha preocupado de modo absorvente e tenaz com uma política de aspeto social. (...) O slogan do Estado Novo tinha sido: “Enquanto houver um lar sem pão a revolução continua!” Entusiasmava-me. Depois compreendi que o pão de que se falava era mesmo pão, e não um símbolo”³⁴.

Personalidade completamente oposta à de Maria da Graça de Athayde é Margarida Victória, natural de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, nascida a 31 de março de 1919 no seio de uma aristocrática e abastada família. Apesar de ter sido contemporânea das políticas e valores do Estado Novo, esta mulher conseguiu desafiar a sociedade do seu tempo pela diferença das suas convicções e atitudes, invulgares no meio sociocultural português do século XX, como espelham os dois volumes das suas memórias *Amores da Cadela “Pura”*.

Com uma infância dominada pelos fortes traços do caráter do pai, o Marquês de Jácome Correia, e pela formação ultraconservadora da mãe, Margarida Victória cresceu quase entregue a si própria. A sua família foi sempre de uma grande intransigência e suscetibilidade a nível social, logo esta mulher não encontrou compreensão na família, pois ninguém aceitava o seu espírito livre e simples: “A minha verdadeira natureza era a simplicidade. Tudo era espontâneo e verdadeiro; só me faltava quem me compreendesse e me aceitasse tal qual eu era.”³⁵ Em criança tinha pesadelos terríveis, apresentando uma hipersensibilidade incompreendida por todos, não se concentrando nos estudos, ao contrário da irmã mais nova, exemplarmente empenhada em aprender: “Como poderia eu revelar a minha mãe todos os meus problemas e angústias? Ela, com o seu eu puritano, afastava-me (...) e minha irmã era muito diferente de mim”³⁶.

Muito nova, casou-se com Alberto, um homem com quem tinha muitas dificuldades de estabelecer uma relação íntima, jamais obtendo prazer sexual com ele, daí que tenham acabado por se decidir pelo divórcio. Com receio de perder parte do património da família, a mãe de Margarida Victória interpôs uma ação em tribunal, alegando a falta de faculdades mentais da filha para proceder daquele modo, internou-a numa clínica em Genebra. Tantos exames foram necessários para comprovar o seu estado de saúde que o tempo foi passando e Margarida apaixonou-se por um egípcio que também se encontrava internado. Quando conseguiram sair da clínica, casaram-se e tiveram dois filhos. Todavia, Aly continuava a ter dificuldades em afastar-se do álcool, e sodomizava-a. Logo, a relação entrou num estado de saturação tal que Margarida Victória acabou por pedir o segundo divórcio. Para proteger os filhos do caráter agressivo do ex-marido, fizeram um acordo em que ela se comprometia a pagar-lhe uma avultada soma mensal para que ele não requeresse qualquer contacto com os filhos.

Mais tarde, Margarida Victória envolve-se sentimentalmente com o poeta Armando Côrtes-Rodrigues³⁷, muito mais velho do que ela (trinta anos de diferença de idades). Na altura, ele vivia amancebado com outra mulher, mãe dos seus filhos. Para Margarida Victória, esta amizade é muito importante, não se importando com o facto de ele continuar a ter prazer sexual com outra mulher. Para o poeta, Margarida Victória é a confidente de espírito elevado que o inspira a escrever. Apesar de terem acabado por casar, Armando e Margarida sofreram muito com a exposição da sua relação na sociedade de então: “Tudo se aceitava e havia moral. Mas a partir do momento que vivemos a nossa verdade à face de todos, sem ser com o intuito de prejudicar nem provocar a sociedade, fomos classificados de seres irreverentes e amorais. É por isso que, ao pensar e analisar todos estes factos, não consigo estar de acordo com a voz pública”³⁸. A sua própria família nunca aceitou os seus casamentos civis: “toda esta família só acreditava no casamento católico: o civil não tinha validade. Tive horror a semelhante mentalidade – o “não ser, mas parecer”. Nunca me curvei a esta norma horrível”³⁹. Através destes excertos, poder-se-á aferir qual foi a postura de Margarida Victória perante os códigos morais predominantes no regime Salazarista: discordou deles, vivendo de acordo com as suas próprias ideias, valores e sentimentos. Resistiu sempre à força das convenções, dos espartilhos rígidos e das razões preconcebidas. Como ela afirma: “Tudo era uma questão de preconceitos, tradição, direitos adquiridos: exatamente o que eu mais detestava. Nunca aceitei viver segundo a norma dos outros: qualquer conselho que viesse nesse sentido não encontrava eco em mim, mas indiferença, e às vezes desprezo”⁴⁰. A Marquesa de Jácome Correia (como era conhecida) lutava perseverantemente pelo ideal de ser amada, independentemente da mentalidade retrógrada da sociedade portuguesa do seu tempo.

Ao contrário do que se preconizava no Salazarismo relativamente à atitude recatada e modesta da mulher, Margarida Victória nunca se apresentou como tal, não se distanciando dos homens nos bailes e festas que frequentava, quer estivesse solteira, casada ou divorciada. Sentia compreensão e aceitação no sexo oposto, daí o seu à-vontade em todos os lugares que frequentava: “Adquiri um grande à-vontade na conversa com os homens, talvez porque achei da parte deles complacência, agrado e aceitação da minha pessoa. Eu era a única mulher, e muito nova, ao pé de todos aqueles homens que discutiam com desassombro. (...)”

Claro que era olhada pela parte feminina desfavoravelmente, pois ainda vivíamos na época em que as mulheres estavam numa sala e os homens na outra, e nenhuma se atrevia a importunar o marido com a sua opinião e parecer.”⁴¹. Atente-se que Margarida Victória vivia numa pequeníssima cidade de uma ilha no meio do Atlântico, onde a maioria das pessoas vivia inconsciente do que se passava na Europa e no

³¹ *Ibidem*, p.179

³² *Ibidem*, p. 180.

³³ Augusto de Athayde, *Percurso Solitário*, Chiado, Bertrand Editora, 2006.

³⁴ Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Quando o Tempo era Rio*, Braga, Editora Pax, 1981, vol.1, p. 309.

³⁵ Margarida Victória, *Amores da Cadela “Pura”, Confissões da Marquesa de Jácome Correia*, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol.1-p.55.

³⁶ *Ibidem*, p.19.

³⁷ Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971) – foi um escritor, poeta, dramaturgo, cronista e etnólogo açoriano que se distinguiu pelos seus estudos de etnografia e, em particular, pela publicação do *Cancioneiro Geral dos Açores* e do *Adagiário Popular Açoriano*, obras de grande rigor e qualidade. Cf. consulta a 20 de Outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Armando_C%C3%A9sar_C%C3%B4rtes-Rodrigues

³⁸ Margarida Victória, *Amores da Cadela “Pura”, Confissões da Marquesa de Jácome Correia*, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol.2-p.83.

³⁹ *Ibidem*, p.50.

⁴⁰ *Ibidem*, p.83.

⁴¹ *Ibidem*, p.85.

resto do mundo. De facto, esta mulher defendeu valores e atitudes que só se vieram a aceitar plenamente após o 25 de abril de 1974, com a instauração da democracia portuguesa. Esta postura não se deveu exclusivamente ao facto de Margarida Victória pertencer a uma classe social privilegiada, pois muitas outras mulheres do seu tempo tiveram os mesmos privilégios, porém, sem a coragem que ela teve para lutar por aquilo em que acreditava: “Muitas vezes pensei se a minha independência material e a minha situação social é que me permitiam agir numa certa e determinada forma e estar sempre a coberto da sociedade. Vi que isso não era o suficiente, nem era tudo. Conheci muitas mulheres em situações ainda mais favoráveis e que não conseguiram nunca libertar-se de vidas deprimentes e miseráveis com o pânico de serem julgadas pela sociedade. Não tinham a coragem suficiente para enfrentar a terrível opinião pública, grande papão dos fracos e dos imbecis...”⁴². No prefácio do primeiro volume das suas memórias, Margarida de Jácome Correia reforça o seu modo de pensar e de agir perante a vida, dando-nos um conselho: “Tenham a coragem de cortar as amarras do meio em que vivem, se ele não lhes convier. Sigam o vosso Destino. O essencial é realizarem-se.”⁴³, o que demonstra o carácter de uma mulher que transcendeu o âmbito do círculo social em que se moveu. Ela representou, pela sua diferença, “um autêntico grito de libertação”, como afirmou Miguel Torga após a leitura do primeiro volume de *Amores da Cadela “Pura”*. O segundo volume é publicado vinte anos depois do primeiro (1975-1995) e dedicado a Vitorino Nemésio⁴⁴, o último homem por quem se apaixonou e com o qual foi verdadeiramente feliz afetiva e sexualmente, apesar da grande diferença de idades entre ambos. Não foi necessário casarem para que o seu amor tivesse sido consolidado, apesar de Nemésio ser um homem casado. Ambos lutaram, ainda, pela Autonomia Política dos Açores relativamente ao continente português, o que demonstra a transposição da sua independência de pensamento e valores para a terra que os viu nascer.

Contemporânea de Maria da Graça de Athayde e de Margarida Victória foi Sacuntala de Miranda, nascida na ilha de São Miguel, Açores, em 1934. Filha de mãe açoriana e de pai goês. A mãe, oriunda de uma vila de pescadores, as Capelas; o pai, oriundo de Goa, colónia ultramarina portuguesa na época. A mãe era uma jovem de bem, nascida no seio de uma família burguesa, e o pai, formado na Universidade de Coimbra e professor de Matemática colocado no Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada, São Miguel. Apesar dos preconceitos raciais inerentes ao Estado Novo e ao facto de o Dr. Lúcio de Miranda ser o único indiano residente em São Miguel (na ilha era considerado o único preto!), o seu grau de doutor, a sua educação requintada e o seu dinamismo na promoção de atividades culturais e desportivas granjearam-lhe rápida aceitação na elite micaelense.

Tendo passado algum tempo da sua infância na Índia, Sacuntala de Miranda deixou-se influenciar por uma cultura diferente e por valores diferentes, os quais eram-lhe transmitidos especialmente pelo pai, o qual se orgulhava muito da sua cor da pele, tradições e costumes, contribuindo para que a filha tivesse igual orgulho nas suas raízes goesas. Durante a Segunda Guerra Mundial, Sacuntala de Miranda seguia juntamente com o pai e com os tios o arranque do movimento gandhista na Índia inglesa, nutrido por influência familiar fortes convicções nacionalistas e uma enorme admiração pela luta de libertação da Índia, conduzida por Ghandi⁴⁵ e Nehru⁴⁶.

Enquanto aluna, representou os seus iguais, sendo desde logo chefe de turma até ao fim do liceu. Esta experiência conferiu-lhe a aprendizagem da solidariedade para lutar por causas comuns: “Para mim, ser chefe de turma era, acima de tudo, ser solidária com os meus colegas, face aos “inimigos comuns” – os professores”⁴⁷. Interessante verificar que em plena época do Salazarismo em Portugal, os pais de Sacuntala não lhe deram qualquer formação católica, nem sequer lhe exigiram que fizesse a primeira comunhão. Foi após ter sido questionada sobre o assunto pelo Padre Rebelo⁴⁸, que ela decidiu obter alguma formação para fazer a primeira comunhão.

Ao contrário da maioria das estudantes açorianas da sua geração, Sacuntala de Miranda deixa a ilha e vai estudar para Lisboa. É aí que se confronta com os valores do regime fascista e que aprende a lutar contra os mesmos. A educação que teve e os seus ideais chocam com a austeridade e limitação salazaristas. Então, ingressa no único movimento estudantil que, nessa época, lutava contra a ditadura de Salazar: o MUD Juvenil. É em 2003, com a edição da obra *memórias de um peão nos combates pela liberdade* que Sacuntala desvenda-nos este período fulgurante da sua vida, marcado pela luta pela democracia em Portugal. Era na pastelaria “Cister” que ela e os seus colegas de curso e de faculdade se reuniam para debater ideias e escrever contra o regime: “Com a cabeça cheia de imagens do movimento de resistência indiano contra o colonialismo inglês, do “maquis” francês contra a ocupação nazi e da revolução russa, eu sonhava com um movimento de massas que defendesse explicitamente esses valores”⁴⁹. É com esse espírito aberto e livre que Sacuntala luta em prol da igualdade e da justiça para todos, tendo sempre como horizonte a liberdade do ser humano. Para tal, teve de se submeter a muito sofrimento, chegando mesmo a ser presa pela PIDE apenas por se encontrar no aeroporto à espera da escritora Maria Lamas⁵⁰, a qual regressava de Helsínquia onde tinha estado a representar as mulheres portuguesas no Conselho Mundial da Paz⁵¹, em 1971. Até na cadeia, as mulheres tinham um tratamento diferente dos homens: “Foram então separadas as mulheres dos homens e, enquanto estes eram levados para outra porta, nós éramos recebidas na entrada principal.”⁵² Na cadeia, recusou-se a ter privilégios e a sair mais cedo, apesar de o pai ter amigos em Lisboa que contactaram de imediato com o Ministro do Interior para a libertarem. Mais uma vez mostrou solidariedade com os seus iguais.

Quando conseguiu sair da prisão, teve de regressar aos Açores e o pai teve de se responsabilizar por ela para que não fizesse nada que “perturbasse” a harmonia nacional. Na sua ilha, sentiu-se injustiçada e incompreendida, pois os pais das suas antigas colegas de liceu proibiam-nas de se encontrarem com Sacuntala com receio de que as suas ideias “comunistas” contagiassem as filhas: “Eu sentia-me mal, quando saía à rua, na minha cidade natal. Era olhada com estranheza pelas pessoas, conhecidas ou não, e algumas mudavam de passeio para não me falar”⁵³. Atente-se que na época a ilha de São Miguel tinha uma

⁴² Margarida Victória, *Amores da Cadela “Pura”, Confissões da Marquesa de Jácome Correia*, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol.2-p.16.

⁴³ Margarida Victória, *Amores da Cadela “Pura”, Confissões da Marquesa de Jácome Correia*, Chiado, Bertrand Editora, 1975, vol.1.

⁴⁴ Vitorino Nemésio (1901-1978) – foi um poeta, escritor e intelectual de origem açoriana que se destacou como romancista. Autor de *Mau Tempo no Canal*, e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Letras da Universidade de Lisboa. Cf. consulta a 20 de Outubro em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Vitorino_Nem%C3%A9sio

⁴⁵ Mahatma Gandhi (1869-1948) – foi um dos idealizadores e fundadores do moderno estado indiano e um influente defensor do *Satyagraha* (princípio da não-agressão, forma não-violenta de protesto) como um meio de revolução. Este princípio também inspirou gerações de ativistas democráticos e antirracistas, Martin Luther King, Jr., por exemplo. Cf. consulta a 27 de Outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mahatma_Gandhi

⁴⁶ Jawaharlal Nehru (1889-1964) – conhecido por Pandita Nehru, foi um líder da ala socialista no Congresso Nacional Indiano durante e após o esforço da Índia para a independência do Império Britânico. Tornou-se o Primeiro Ministro da Índia na independência, de 15 de Agosto de 1947 até à sua morte. Cf. consulta a 27 de Outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jawaharlal_Nehru

⁴⁷ Sacuntala de Miranda, *memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p. 25.

⁴⁸ Padre José Joaquim Rebelo (1908-?) – Professor de Moral e Educação no antigo Liceu Nacional de Ponta Delgada e figura assaz narrada pelo escritor açoriano Cristóvão de Aguiar na obra *Raiz Comovida I – A Semente e a Seiva* (Trilogia Romanesca – 1978).

⁴⁹ Sacuntala de Miranda, *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p. 43.

⁵⁰ Maria Lamas (1893-1983) – figura incontornável da cultura portuguesa: jornalista, escritora, Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Membro do Conselho Mundial da Paz, perseguida política, exilada, detentora da Ordem da Liberdade. Uma personalidade rica, invulgar e influente, possuidora de uma visão nova e alargada do papel da mulher e da democracia. Cf. consulta a 30 de Outubro de 2008 em: http://www.mulheres-ps.ipp.pt/Maria_Lamas.htm#topo

⁵¹ Conselho Mundial da Paz – Conselho suprapartidário criado em 1949 por organizações de todo o mundo que lutam pela paz, pela coexistência pacífica e pelo desarmamento nuclear. No auge da sua existência, em 1971, chegou a contar com representantes de 104 países. Até 1990, a sua sede situava-se na Finlândia, posteriormente mudou-se para a Grécia. Cf. consulta a 30 de Outubro de 2008 em:

http://www.marxistsfr.org/portugues/dicionario/verbetes/C/Conselho_mundial_paz.htm

⁵² Ibidem, p. 47.

⁵³ Ibidem, p. 57.

população inferior a 200.000 habitantes e Ponta Delgada era a maior cidade do arquipélago dos Açores, com uma população de cerca de 20.000 habitantes. A maior parte da população de São Miguel vivia no campo e com uma mentalidade fechada, em consonância com os ideais salazaristas.

Mais tarde, Sacuntala regressava a Lisboa, com maior vontade ainda de lutar em prol da liberdade: “A passagem pela prisão tinha criado em mim uma raiva e uma vontade de lutar que antes não possuía”⁵⁴. Começou a usar múltiplas estratégias de segurança para que a PIDE não desconfiasse da sua luta clandestina: escrevia em caracteres gregos para que as mensagens não fossem facilmente decodificadas, andava à noite de táxi e ficava longe do local das reuniões para evitar ser perseguida. A sua ação no MUD Juvenil é acrescida de maiores responsabilidades, pois Sacuntala começa a ser um elemento promotor, logo assume a representação da Comissão da Escola de Letras na Direção Universitária. Este é “um período de grande intensidade associativa, com a reunião de Três Academias – Letras, Belas Artes e Medicina”⁵⁵.

Em 1954, começaram em Goa as lutas pela libertação desta colónia portuguesa relativamente a Portugal e os goeses expressavam o desejo de que o seu território viesse a ser anexado à Índia inglesa. De regresso aos Açores, Sacuntala verifica a desilusão do pai ao saber da promoção que o regime de Salazar fazia contra os ideais dos goeses, chegando a afirmar que se tratava de um ataque feito ao “património português no Ultramar”⁵⁶. A União Nacional⁵⁷ chegava mesmo a fazer manifestações no próprio Liceu Antero de Quental onde o Professor Lúcio de Miranda lecionava. Desagrado com a situação, o pai de Sacuntala pede a sua exoneração do cargo de professor e parte para Inglaterra, onde de seguida se lhe vai juntar a esposa e os filhos. Entretanto, Sacuntala estuda à noite e trabalha de dia, na redação da revista *Eva* e lecionando no Colégio Moderno⁵⁸. Ingressa no Partido Comunista Português após desaparecido o MUD Juvenil embora se desiluda um pouco com o mesmo, na altura em que o seu líder, Álvaro Cunhal⁵⁹, se encontrava exilado.

Em 1958, em conjunto com muitos colegas de faculdade, Sacuntala de Miranda apoia a candidatura de Humberto Delgado a Presidente da República, juntamente com milhares de portugueses em marcha nas ruas de Lisboa: “Era o povo de Lisboa, subitamente acordado de um torpor de anos, saindo à rua e manifestando-se em massa, tal como tínhamos sonhado”⁶⁰. Nesta época, ela tem uma atividade política intensa, chegando mesmo a proferir discursos nos comícios do partido. É nessa altura, mais do que nunca, que Sacuntala se identifica com a desilusão das mulheres portuguesas enquanto cidadãs, pois segundo a legislação da época apenas podiam votar as mulheres com mais de trinta anos, chefes de família ou licenciadas. Deste modo, só o homem exercia o seu dever patriótico, mesmo que de um analfabeto se tratasse. Contrariamente ao previsto e almejado, Humberto Delgado perde as eleições, as quais foram forjadas pelo Estado Novo e o Almirante Américo Tomás (candidato do governo) assume a presidência portuguesa.

No ano seguinte, Sacuntala de Miranda licencia-se em História e Filosofia pela Faculdade de Letras e passa a lecionar no Liceu Rainha D. Leonor, na Junqueira. Enquanto professora do ensino liceal, tentou sempre despertar as suas alunas para a importância da liberdade de pensamento e de expressão, chegando a sofrer represálias por este desiderato. Daí que tenha optado por se exilar em Londres, onde apoiou a família, trabalhando na Biblioteca da Universidade de Londres e continuando a estudar, na área da Sociologia. Mais uma vez, por influência do pai, que trabalhava ativamente na Organização *Goa League*, Sacuntala acaba por colaborar com o Grupo de Portugueses Democratas em Inglaterra. Foram feitas inúmeras campanhas de informação (desde a escrita de artigos em jornais ingleses acerca do tema até à organização do *Committee for Freedom in Portugal and Colonies*) ao público inglês sobre a natureza repressiva do fascismo português, com o intuito de que com a intervenção de Inglaterra, cessasse a guerra em Angola. Em 1961, tinha começado a guerra nas colónias africanas portuguesas. Guineenses e moçambicanos defendiam o direito assente no princípio dos povos disporem de si próprios, à semelhança das reivindicações nacionalistas das antigas colónias europeias, na década anterior. A Europa da Comunidade Económica Europeia (CEE) havia descolonizado e modernizado a sua economia. Portugal ficava para trás, mantendo-se profundamente rural e atrasado.

Sacuntala começa a apresentar discursos numa infinidade de sociedades e organizações de esquerda, sempre em prol da igualdade, justiça e liberdade para Portugal. Com o passar do tempo, esta mulher começa a sentir-se bem em Inglaterra e cada vez mais toma consciência das limitações do regime salazarista, quer para as mulheres, quer para o cidadão comum. Deseja regressar, mas tem o passaporte de refugiada. Então, parte para a Argélia, convencida de que nesse país do Norte de África se treinavam comandos para invadir Portugal. Ao chegar lá, a desilusão foi grande quando soube que nada disso se passava. No entanto, foi naquele território que se apaixonou e que engravidou de uma filha. Regressa a Inglaterra mãe solteira, mas com uma forte razão para viver em plenitude, comportamento completamente inaceitável no Portugal conservador de então.

É em Inglaterra que contacta de mais perto com Maria Lamas, a qual chega a passar alguns dias em sua casa e de quem se torna uma grande amiga. A luta pela libertação das mulheres do seu país continua, a par da luta pelos direitos dos trabalhadores portugueses residentes em Londres. Chegou a ajudar a construir uma sede de apoio aos emigrantes portugueses, onde estes podiam aprender inglês. Nessa época, o maior número de alunos eram mulheres desejosas de aprender inglês para poderem comunicar com os próprios filhos. Atente-se que nos anos 60, há uma forte emigração de portugueses para Inglaterra e França, sobretudo.

Sacuntala também fez parte da *International Workers Branch*, secção sindical que contribuiu para a sindicalização em especial de todos os trabalhadores de hotelaria, restaurantes e hospitais. Muitas manifestações de rua foram realizadas e nas quais ela participou junto da classe operária britânica. Assim prosseguia a luta de “um peão” pela justiça social em Inglaterra e em Portugal: “Para além destes eventos, em que participávamos como peões em campanhas organizadas pela esquerda inglesa, mantínhamo-nos atentos ao que se passava em Portugal, fornecíamos material sobre presos políticos à “Amnesty International” através de uma simpática indiana, Maureen Teitelbaum, que estava encarregada da secção portuguesa da organização e que nos contactava frequentemente. E procurávamos não perder nenhuma oportunidade de intervir de qualquer forma na política portuguesa”⁶¹.

⁵⁴ *Ibidem*, pág. 58.

⁵⁵ Sacuntala de Miranda, *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p. 59.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 64.

⁵⁷ A União Nacional (UN) foi fundada em 30 de Julho de 1930, constituída para apoiar a criação e a manutenção do regime político que se estabeleceu em Portugal com a aprovação da Constituição de 1933 – o Estado Novo. Era o único partido político legalmente constituído, ainda que, segundo os seus estatutos (inspirados por Salazar), este agrupamento não tivesse o nome de partido, já que, segundo o ditador, os partidos (que regeram a república até 1926) dividiam a sociedade portuguesa, ao passo que esta agremiação, pelo seu nome (União Nacional), se destinava a unir todos os Portugueses em seu torno. Cf. consulta a 30 de Outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/União_Nacional

⁵⁸ O Colégio Moderno pertencia ao Dr. João Lopes Soares, um bastião anti-regime salazarista. É um estabelecimento de ensino privado em Lisboa. cf. consulta a 30 de Outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Colégio_Moderno

⁵⁹ Álvaro Cunhal (1913-2005) – político e escritor português, conhecido por ser um dos mais importantes resistentes ao Estado Novo, e ter dedicado a vida ao seu ideal comunista. Preso político durante 13 anos (em 1937, 1940 e 1949-1960). Secretário Geral do Partido Comunista Português entre 1961 e 1992. Presidiu à Conferência Internacional dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental em 1968, o que revela a influência que já nessa altura detinha no movimento comunista internacional. Cf. consulta a 30 de Outubro em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Álvaro_Cunhal

⁶⁰ *Ibidem*, p. 89.

⁶¹ Sacuntala de Miranda, *memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p.175.

Regressa a Portugal, finalmente um país livre, a 27 de abril de 1974, um dia após a chegada do socialista Mário Soares⁶², exilado em França, e um dia antes da chegada do comunista Álvaro Cunhal, exilado em Moscovo. Esteve presente na assombrosa manifestação do 1º de maio, decretado dia feriado para todos os portugueses: “Procurei integrar-me num contingente de trabalhadores – visto que, depois da minha experiência de sindicalista, não queria misturar-me com a burguesia -, mas os trabalhadores portugueses não me conheciam, olharam-me com desconfiança e rejeitaram-me. E lá fui eu, pela Almirante Reis acima, sozinha, no meio dessa multidão imensa que cantava, gritava toda a espécie de *slogans*, improvisava quadras alusivas à revolução e marchava, com energia indomável, a caminho do estádio 1º de Maio, ébria de sol e do seu primeiro banho de liberdade”⁶³.

Poder-se-á dizer que Sacuntala de Miranda foi uma mulher de uma força extraordinária, alguém que se solidarizou sempre com as gentes do povo trabalhador, na medida em que lutou por uma justiça social para todos, não deixando ninguém de fora do círculo da vida social portuguesa. Como oriunda da ilha de São Miguel, Açores, ao longo do seu percurso vivencial, Sacuntala de Miranda não só se identificou, mas também continuou, por assim dizer, a luta das mulheres micalenses que participaram nos movimentos de protesto rural em 1869 (os alevantes de 1869), aquando do aumento do preço dos cereais, visto que foram as mulheres que se revoltaram em manifestações populares, assobiando os búzios e queimando as matrizes prediais dos donos das terras, talvez porque eram elas que punham (e continuam a pôr) a comida na mesa para os filhos. Sendo as mulheres as gestoras do orçamento familiar, davam conta, mais cedo do que os homens, da falta de comida para os filhos. Então, uniram-se, revoltaram-se e lutaram pelos seus direitos, o que está descrito na obra histórica de Sacuntala de Miranda, *Quando os Sinos Tocavam a Rebate* (1996). Neste sentido, é de realçar o título da obra *memórias de um peão nos combates pela Liberdade* (2003), a partir do qual se verifica a simplicidade e a humildade de uma mulher que soube ser grande, lutando pelos mais “pequenos” e mais desprezados por um regime autoritário.

Note-se que Maria da Graça de Athayde e Margarida Victória eram mulheres que pertenciam à elite micalense. A época salazarista insular foi marcada pela concentração da propriedade em poucas famílias e o regime de arrendamento privilegiava as rendas altas e os contratos de curto prazo, que sustentavam os estilos de vida cosmopolita e absentista das principais famílias açorianas. Tal nos é revelado nas memórias de Maria da Graça de Athayde, sendo ela própria uma privilegiada pelo facto de o seu bisavô materno, José do Canto, ter sido um dos maiores proprietários agrícolas açorianos. Também nas confissões de Margarida Victória, aferimos que o seu estilo de vida é sustentado pelas rendas das terras que possui em São Miguel. Logo, a terra contribuía, inquestionavelmente, para a sustentação das “boas famílias” açorianas.

É de salientar que em *Uma Vida Qualquer* e em *Amores da Cadela “Pura”*, as suas protagonistas se preocupam em resolver problemas de índole pessoal. Pelo contrário, Sacuntala de Miranda em *memórias de um peão nos combates pela liberdade* anseia resolver questões de cariz social. Ela preocupa-se com o bem-estar do ser humano em detrimento do seu bem-estar pessoal. Este fator distingue-a, desde logo, das demais protagonistas das obras acima mencionadas.

No entanto, há um aspeto que é comum às três contemporâneas: foram mal-amadas, quer por seus maridos, companheiros ou amantes, contrariamente ao que era preconizado pelo Estado Novo: as mulheres teriam de ser amadas por seus maridos, pois toda a vida se preparavam para tal. Falharam as três!

Por outro lado, a coragem é um valor que percorre a vida destas mulheres embora em amplitudes diferentes. Maria da Graça de Athayde teve a coragem de encarar a sociedade sempre do lado do marido, quando tinha a consciência das atitudes deste, passando noites com prostitutas e devendo enormes quantias de dinheiro ao banco. “Arregaçou as mangas” e ajudou o filho a pagar as dívidas, tendo de se sujeitar a alguns empregos temporários. Porém, o título *Uma Vida Qualquer* não se adequa à personalidade de Maria da Graça de Athayde, pois ela “nasceu num berço de ouro”, com todas as condições para progredir enquanto ser humano. Simplesmente, acomodou-se tempo demais aos estereótipos sociais da época e aos imperativos de um regime autoritário. Das três, Maria da Graça é a única que tem o cuidado na preservação da memória e prepara os seus diários para uma futura publicação. Ao analisar a sua obra, aferimos que ela tem dificuldade em libertar-se do peso da tradição!

Por seu turno, a obra *Amores da Cadela “Pura”* explicita bem o caráter da sua protagonista, visto que Margarida Victória foi uma mulher ousada, destemida e que soube desmascarar a sociedade à qual pertenceu por berço, mas que dela se distinguiu por ter optado vivenciar os seus ideais de forma irreverente e corajosa. Nas suas memórias, ela não se coibiu de narrar episódios dolorosos da sua vida sexual no Portugal conservador de então: foi violada, fez um aborto, foi sodomizada pelo marido e masturbava-se, revelações chocantes para a sociedade portuguesa da época. Recorde-se o escandaloso processo das 3 Marias⁶⁴, após a publicação de *Novas Cartas Portuguesas*⁶⁵ (1972), as quais foram presas por terem denunciado a hipocrisia do tempo e o aborto “no vão da escada”. A sua obra foi considerada deletéria ao regime e, por isso, proibida a sua leitura. Os textos foram considerados “imorais” e “pornográficos”, apenas porque retratavam mulheres livres que questionavam a sua identidade e expressavam o desejo de acessar novas ideias sociais e religiosas. Margarida Victória viveu sempre acima dos preconceitos inerentes ao Estado Novo e à sua classe social, daí que a reação da sociedade não a tivesse afetado. Ela soube sempre demarcar a sua posição e os seus valores em todos os momentos que a vida a desafiou para tal. Afinal, ela apenas desejava ser amada!

Sacuntala de Miranda é a que mais se distingue das três, porque se define enquanto indivíduo e não enquanto mulher pertencente a uma classe social específica, apesar de a família do lado materno ter propriedades e ser considerada uma “família-de-bem” de São Miguel. Ela vai à luta, buscando mais conhecimentos, experiencia viver fora da sua pátria, estuda e trabalha, não só para se sustentar a si, mas também para colaborar com as despesas familiares após a morte do pai, estando a viver com a mãe e o irmão em Inglaterra. Ela chega a ajudar financeiramente o irmão, com o intuito deste concluir a sua licenciatura. Sacuntala é uma mulher que trabalha por um salário mensal, valorizando cada dia de trabalho, tal como qualquer trabalhador português emigrado em Londres. Ela mantém relações estreitas com o povo trabalhador, lutando diariamente pelos seus direitos, assim como pela libertação das colónias africanas. Para ela, a liberdade tem um sentido denotativo. É para todos! Ao contrário de Maria da Graça de Athayde e de Margarida Victória, Sacuntala de Miranda foi uma intelectual comprometida, professora universitária, pedagoga, investigadora, militante política e escritora assumida.

Relativamente à mulher açoriana, Maria Lamas afirma, perentoriamente, em *As Mulheres do Meu País*: “sei que a mulher açoriana possui grandes qualidades: é inteligente, decidida, afeita a vencer dificuldades e os maiores sacrifícios (...) apresenta um forte espírito de persistência e é tenaz nas suas resoluções”⁶⁶. Pensamos que esta afirmação se adequa aos perfis de Maria da Graça de Athayde, de Margarida Victória e de Sacuntala de Miranda, pois as suas memórias constituem o testemunho de três vidas dedicadas à luta pelos seus ideais. Não esqueçamos que estas mulheres viveram numa época politicamente conturbada da sociedade portuguesa, o que condicionou o modo de agir dos cidadãos, em geral, e das mulheres, em particular.

⁶² Mário Soares (1924-) – político português, foi o fundador do Partido Socialista de Portugal, a 19 de Abril de 1973 e futuro Presidente da República Portuguesa, entre 1986 e 1996. Formado em Ciências Histórico-Filosóficas e em Direito pela Universidade de Lisboa. Foi um dos mais famosos resistentes ao Estado Novo, pelo que foi preso 12 vezes, deportado em São Tomé até se exilar em França, onde desenvolveu trabalho em várias universidades. A 28 de Abril de 1974, depois da Revolução do 25 de Abril, desembarcou em Lisboa, vindo do exílio em Paris no chamado “Comboio da Liberdade”. Foi recebido por uma multidão de portugueses. Mário Soares foi um dos impulsionadores da independência das colónias portuguesas em África. Cf. consulta a 28 de Outubro de 2008 em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Soares

⁶³ *Ibidem*, p. 190.

⁶⁴ 3 Marias: Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, autoras de *Novas Cartas Portuguesas* (1972).

⁶⁵ Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, 3ª ed., edição revista, Lisboa, Moraes Editores, 1980.

⁶⁶ Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Distribuidores Actuais, 1948, p.312.

Em conclusão, embora as mulheres apresentadas neste trabalho não sejam do gabarito de Natália Correia⁶⁷, Maria Lamas ou Cecília Supico Pinto⁶⁸, elas souberam distinguir-se na ilha, no continente português e além fronteiras em pleno período do Estado Novo. Partindo de referências insulares diferentes, elas mostraram-se perseverantes na luta pelos seus ideais, quer por desejarem ser amadas, quer por desejarem a liberdade e a justiça social para todos os portugueses.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes:

- ATHAYDE, Maria da Graça; *Uma Vida Qualquer* – Quando o Tempo era Rio, 1ª Edição, Braga, Editora Pax, 1981, vol. I;
 ATHAYDE, Maria da Graça; *Uma Vida Qualquer* – Portos, Temporal e Âncoras, 1ª Edição, Lisboa, Editora Santelmo, Cooperativa de Artes Gráficas, CRL, 1986, vol. II;
 ATHAYDE, Maria da Graça; *Uma Vida Qualquer* – Terra à Vista, 1ª Edição, Lisboa, Editora Santelmo, Cooperativa de Artes Gráficas, CRL, 1991, vol. III.
 ATHAYDE, Augusto; *Percurso Solitário*, Chiado, Bertrand Editora, 2006.
 VICTÓRIA, Margarida; *Amores da Cadela “Pura”*, Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 1975, vol. 1.
 VICTÓRIA, Margarida; *Amores da Cadela “Pura”*, Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol. 2.
 MIRANDA, Sacuntala de; *memórias de um peão nos combates pela liberdade*, 1ª Edição, Lisboa, Editora Salamandra, 2003.
 MIRANDA, Sacuntala de; *Quando os Sinos Tocavam a Rebate*, 1ª Edição, Lisboa, Editora Salamandra, 1996.

Obras Gerais:

- PAIS, José Machado, “Austeridade e moralismo dos padrões estéticos”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.
 A.G. Molho de Faria, *Os Bales e a Ação Católica*, Braga, 1938.
 OLIVEIRA, César, “Da ditadura militar à implantação do salazarismo”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.
 REIS, António, “Os valores salazaristas”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.
 BAPTISTA, Luís Vicente, “Os discursos moralizadores sobre a família”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.
 GAMEIRO, José, “Uma nova visão da família e do casamento”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.
 GUINOTE, Paulo, “A vitória do conservadorismo puritano na literatura de educação sexual e formação conjugal”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.
 LEAL, Ernesto Castro, “Mocidade Portuguesa”, in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.
 MEDINA, João, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo”, in *História de Portugal*, João Medina, volume XII, Madrid, Espanha, 2001.
 MEDINA, João, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo”, in *História de Portugal*, João Medina, volume XIII, Madrid, Espanha, 2001.
 BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da, *Novas Cartas Portuguesas*, Coleção Círculo de Prosa, 3ª Edição, Morais editores, 1980.
 LAMAS, Maria, *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Distribuidores Actuais, 1948.
 DIAS, Fátima de Sequeira, *Escritos sobre História das Mulheres*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
 VAQUINHAS, Irene, *Entre Garçonnes e Fadas do lar: Estudos sobre as Mulheres na Sociedade Portuguesa do sec. XX*, Coleção Estudos, 51, Coimbra, Coordenação Editorial: Gabinete de Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, novembro de 2004.
 SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher: Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
 JOAQUIM, Teresa, *Mulheres de uma Aldeia*, Coleção Ulmeiro / Fémina – nº 3, 1ª Edição, Lisboa, Editor José Antunes Ribeiro, novembro de 1985.
 TORRAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coleção Minerva-História, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
 MIRANDA, Sacuntala, *Quando os Sinos Tocavam a Rebate: Notícia dos alevantes de 1869 na ilha de São Miguel*, Coleção Garajau, Lisboa, Edições Salamandra, 1996.
 AMÂNCIO, Lígia; TAVARES, Manuela; JOAQUIM, Teresa; ALMEIDA, Teresa Sousa de; *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*; Lisboa, Publicações Dom Quixote; 2007.
 PEDROSA, Inês, *20 Mulheres para o século XX*, 2ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote; 2001.
 FERREIRA, Ana Paula; *A Urgência de Contar – Contos de Mulheres dos Anos 40*, Lisboa, Editorial Caminho SA, 2000.

Periódicos, Revistas e Atas:

- ESTEVEZ, João, “O movimento feminista em Portugal: Periódicos (1899-1928)”, *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, números 1-2, 1999, pp. 185-196.
 LEONE, Carlos, “Liberdade e Paz?”, *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, número 4, 2000, pp. 99-103.
 DUARTE, Maria de Deus, “Um quarto que seja seu, através do olhar crítico de Manuela Porto e Isabel Barreno”, *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, número 4, 2000, pp. 105-122.
 SILVA, Ana da; TAVARES, Teresa Cláudia, “Estudos culturais, estudos sobre as mulheres e estudos culturais sobre as mulheres”, *ex-aequo*, número 5, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 123-147.
 VAQUINHAS, Irene, “Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História”, *ex-aequo*, número 5, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 147-174.
 GUIMARÃES, Elina, “A mulher portuguesa na legislação civil”, *Revista do Instituto de Ciências Sociais, Mulheres em Portugal*, terceira série, volume XXII, números 92-93, 1986 – 3º - 4º, pp. 557-577.
 PEREIRA, Miriam Halpern, “Sacuntala de Miranda: Historiadora e Militante Política”, *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 205-207.
 ABREU, Armando Trigo de, “Sacuntala de Miranda: Convicção, Ação e História”, *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 208-209.
 FERREIRA, José Medeiros, “Sacuntala de Miranda: Um Espírito Livre”, *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 210-212.
 SILVEIRA, Luís Espinha da, “Sacuntala de Miranda: Em Prol da História Económica e Social”, *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 213-214.
 CARDIM, Pedro, “Sacuntala de Miranda: Pedagoga e Investigadora”, *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 215-216.
 SÁ, Fátima; FERREIRA, Melo, “Sacuntala de Miranda: Uma historiadora da condição humana”, *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 217-218.
 CARVALHO, David Luna de, “Sacuntala de Miranda e o envolvimento social do historiador”, *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, págs. 219-222.
 CARVALHO, Ana Margarida de, “Queda sem tiro”, *Revista Visão História*, número 2, julho de 2008, pp. 46-51.
 SOARES, Mário, “Como vivi a queda de Salazar e a primavera invernal de Caetano”, *Revista Visão História*, número 2, julho de 2008, pp. 86-89.
 LUÍS, Sara Belo, “Ensaio pouco geral”, *Revista Visão História*, número 2, julho de 2008, pp. 92-95.~

15. CONCHA ROUSIA

⁶⁷ Natália Correia (1923-1993) – foi uma intelectual e ativista social de origem açoriana. Autora de extensa e variada obra publicada, com destaque para a poesia. Deputada à Assembleia da República (1980-1991), interveio politicamente ao nível da cultura e do património, na defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. Autora da letra do hino dos Açores. Em 1992, foi uma das fundadoras da Frente Nacional para a Defesa da Cultura (FNDC). Cf. consulta a 25 de Novembro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nat%C3%A1lia_Correia
⁶⁸ Cecília Supico Pinto (1921 -) – foi criadora e Presidente do Movimento Nacional Feminino, uma organização de mulheres durante a guerra colonial. Prestou apoio moral e material aos militares portugueses de então. Cf. consulta a 25 de Novembro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cec%C3%ADlia_Supico_Pinto



CONCHA RODRIGUES PERES, Nascida o 04-10-1962, em Covas (Os Brancos, Galiza).

Psicoterapeuta. Licenciada em 1995 em psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela, *especialidade em psicologia clínica*.

Master in Science, Marriage and Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada “**Multilingualism and psychotherapy**”.

PUBLICAÇÕES:

As Sete Fontes, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa Arcos Online (www.arcosonline.com), Arcos de Valdevez, Portugal.

"Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

“Cem Vaga-lumes” Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

Herança, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.

Volume 7 da Coleção “Poesia do Brasil”, XV Congresso Brasileiro de Poesia em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

Tem publicado poemas e outros textos em diversas revistas galegas como *Agália* ou *A Folha da Fouce*; e em jornais como o *Novas da Galiza*, *Galicia Hoxe*, *A Nosa Terra*, *Portal Galego da Língua*, *Vieiros*, e em brasileiras como *Momento Lítero Cultural*.

Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007.

É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

Um dia, Publicado em *A Nossa Terra*; 2006.

Uma análise da violência de género.

Prémios

Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.

Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.

Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza. Com o romance “*A Língua de Joana C*”

Mudança de Narrativa Linguística CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Narrativa entendida como o conjunto de histórias a considerar à hora de definir o que na Galiza somos do ponto de vista linguístico. A narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita.

Nos humanos surge mal-estar quando as histórias que narram as suas experiências, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos importantes, que de ser incluídos na narração contradiria a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos.

Os conceitos de “poder” e “conhecimento” como essenciais para entender tanto uma narrativa como a sua mudança.

As instituições detentoras do poder na Galiza, levam anos escrevendo o discurso do que é o galego, teimando em mostrar como o galego é uma língua diferente do português; esta ideia central do discurso linguístico é fulcral à hora de elaborar a escrita.

O discurso de “galego” língua diferente do “português” mostra-se incapaz de explicar as experiências da gente, que vê como pode compreender português escrito e falado, o que rende o discurso como insatisfatório desde a sua própria criação.

Um discurso alternativo surge quando os conhecimentos eruditos e indígenas, que foram subjugados se combinam para se converterem numa alternativa que mostre a ineficácia do conhecimento “unitário” para explicar algumas questões linguísticas importantes.

A aparição da Academia Galega da Língua Portuguesa fazendo patente a crítica efetiva ao conhecimento dominante estabelecido sobre a Língua na Galiza, constitui uma nova narrativa, que não vai automaticamente substituir o anterior mas que vai provocar a proliferação de discursos narrativos novos para tentar explicar esses novos dados.

A força que a AGLP terá na sociedade galega dependerá da sua capacidade de atrair gente ao seu projeto na Galiza, e da perceção que na Galiza se tenha de sua projeção dentro da Lusofonia.

Introdução

O conceito de narrativa no estudo que aqui se vai apresentar, e que versa sobre a mudança de narrativa linguística na Galiza, vai ser entendido como o conjunto de histórias a ter em conta à hora de definir o que na Galiza somos desde o ponto de vista linguístico. As mudanças no jeito de considerar o que somos, e o que não, têm repercussões tanto na escrita como na oralidade, que não são bem a mesma coisa; tal e como Stubbs (1980) conclui “a linguagem escrita não representa diretamente a linguagem falada. Como se deriva de vários factos, é evidente que os dous sistemas são, quando menos, parcialmente autónomos” (p. 41). Logo de revisar algumas das diferentes formas de linguagem escrita e as suas diferentes formas de relação com a linguagem falada, Stubbs argumenta que:

...temos que conceder que em comunidades com um índice alto de alfabetização, pelo menos para algumas pessoas, o vínculo entre linguagem falada e linguagem escrita esteja marcadamente debilitado, e as formas escritas podem perder algo do seu caráter secundário e obter um mais independente e primário (p. 41)

Claramente, fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são o mesmo. Haverá que ter também em conta que a escrita não é ouvida mais sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos; podemos falar de uma espécie de “oculocentrismo” tal como se pode ver (e reparamos mesmo aqui no uso do termo “ver”) em frases como: “Se não o vejo não o creio” “Vi-o com os meus próprios olhos” “insightful” (que tem visão interior) “visão de futuro” etc. e também “curto de vista” “cego”...

Seguindo a linha teórica de Chafe (1985) e o seu conceito de “*idea units*” (p. 106), podemos afirmar que a escrita potencia a expansão da informação, que usando só da nossa memória seria limitada, permitindo a incorporação da dimensão temporal, onde as pessoas podem determinar o tipo de organização que vão dar à informação e às experiências, e podem também, com efeito, produzir relatos marcadamente diferentes dos eventos. Por esta razão a narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, e por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que sejamos capazes de o fazer no âmbito da escrita, é dizer, na medida em que sejamos capazes de que se “veja” com os olhos.

A Necessidade duma Mudança de Narrativa

Antes de uma narrativa realmente mudar, desde que começa a ser considerada ineficaz para abarcar com suas definições a realidade vivida por algumas pessoas ou coletivos, pode passar um período longo de tempo. Acontece que nos seres humanos surge mal-estar quando as histórias nas que narram as suas experiências, tal e como eles ou outros as contam, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes mas que de ser incluídos na narração iriam contradizer a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos (White & Epston 1990, p. 28). Há dois conceitos essenciais a ter em conta, e que condicionam tanto uma narrativa como a sua mudança; são o conceito de “poder” e o conceito de “conhecimento”, conceitos que devem ser considerados inseparáveis (Foucault 1980).

As instituições detentoras do poder na Galiza, como são a Junta da Galiza, a Real Academia Galega, o mesmo o Instituto da Língua Galega, levam muitos anos escrevendo o discurso do que é, e o que é não, o galego. Nessa narrativa se quer fazer patente que o galego é uma língua diferente do português. Não se vai neste estudo analisar o por que dessa decisão política, que mesmo rompe com as ideias do galeguismo histórico. Mas contudo esta ideia, de o galego ser uma língua diferente do português, converte-se na ideia central do discurso linguístico, e portanto vai ser fulcral à hora de elaborar a escrita; porque se galego é diferente de português, o que se vai fazer é trabalhar na sua diferenciação. Independentemente de considerações históricas da língua e considerações acerca de qual era a ortografia mais adequada para representar as diversas falas, dado que a língua oral era a principal forma de língua que se tinha na Galiza, e a escrita era praticamente feita apenas em Castelhana, se escolheu uma ortografia que fosse diferente da do português porque se se tivesse escolhido uma ortografia coincidente com a do padrão português, se estaria contradizendo a ideia central do discurso; que como já se disse, afirma que o galego é uma língua diferente do português. Usaremos um exemplo para mostrar isto com maior claridade: o caso dos meses do ano escritos com a mesma ortografia nos dariam na Galiza calendários idênticos aos de Portugal. Mas com só mudar a ortografia em quatro dos seus meses, janeiro (xaneiro) março (marzo) junho (xunho) julho (xullo) dá, mesmo visualmente, para aparentar essa diferença; diferença que passa a ser “vista” com o que, mesmo sendo apenas aparente, passa a ser real; e modula a nossa percepção e o nosso pensamento. Ora bem, como esse discurso não é satisfatório para dar conta da sensação da gente à hora de avaliar a sua língua, não fica livre de críticas; porque como bem diz o filólogo José Martinho Montero Santalha: “mesmo que grafemos ‘galiña’ em vez de ‘galinha’ não devemos esquecer que nos estamos a referir com o mesmo nome ao mesmo animal, é isso que faz a nossa língua e o português ser a mesma língua” (c. p.) Mas isso que Martinho afirma é o que sempre se esquece, e se esquece porque se percebe só essa diferença “visível” seja esta real ou fabricada.

Podíamos especular sobre a questão de por que se recorre à construção do galego negando a sua essência de ser português, e por conseguinte negando também a essência do português de ser galego. Sem dúvida chegaríamos à conclusão de que essa foi apenas mais uma forma de tentar o afastamento e a separação entre Portugal e a Galiza, que lá dentro de cada um se sabe o mesmo povo, com a mesma fala. Mas essa é questão demasiado ampla, que sai fora da narrativa de mudança de língua, e porem não vai ser abordada na presente análise. Mas não devemos ignorar que sob da questão pola que se tenta construir uma narrativa de língua, que afaste a língua da Galiza da língua de Portugal, fica o desejo de afastar os povos galego e português, ou então esta escolha de ortografia, que vai contra todo argumento filológico, não teria sentido nenhum.

Ora bem, o discurso de “galego” língua diferente do “português” que desde os organismos de poder se intenta impor, mostra-se incapaz à hora de dar conta das experiências da gente, que vê como pode compreender português, não só escrito mas também falado, e por tanto o discurso não acaba nunca de coalhar, e a insatisfação com ele nasce mesmo no momento do nascimento do próprio discurso. À medida que o tempo vai passando e esse discurso de “galego oficial” se vai fazendo mais poderoso, a insatisfação e o mal-estar pola realidade linguística vivida por diversos setores da sociedade galega, que veem negada a sua experiência, vai aumentando progressivamente. Esse discurso dominante, que se autodenomina como “oficial” ou “normativo” num estado, como é o Espanhol, onde não existem as ortografias oficiais, e no que só se pode falar de línguas oficiais, vai tentar deixar fora da realidade linguística todo aquilo que se aparte desse modelo “oficial” (António Gil, 2005). Este discurso dominante vai conseguir se impor porque tem o poder. Depois essa questão do poder, e a sua importância, vão ser analisadas.

É um facto inegável que a forma de globalização que se dá no mundo ocidental desde os anos noventa, ajudou a pôr em evidência muitas destas situações inexplicáveis desde o discurso dominante; porque se o galego é diferente do português como é que duas pessoas falando uma em galego e a outra em português podem manter uma conversa com total intercompreensão? Ou também, como uma pessoa galega, sem nunca ter estudado português, pode ler com assombrosa facilidade um texto escrito nessa língua? Eu ainda me atreveria a entrar em questões de linguagem não-verbal, coincidentes à hora de falar entre galegos e portugueses...destaca-se o volume de voz e linguagem gestual, esta última especialmente significativa nas povoações da raia galego-portuguesa. Com o convívio e a partilha, a cada vez mais pessoas da Galiza vão tendo experiências linguísticas que não podem ser explicadas por esse discurso linguístico que se trata de impor. Ora bem, essas experiências não produzem dados linguísticos relevantes, dado que contradizem o discurso dominante desde o que analisamos a nossa realidade linguística, esses dados passam a ser desatendidos; quer isto dizer que com esses dados não se constrói significado nenhum e simplesmente são descartados sem a pessoa necessitar ser consciente do processo. Na medida em que o número de experiências que a pessoa tenha que descartar vão em aumento, o seu mal-estar “linguístico” vai também aumentar, mesmo sem a pessoa saber bem o porquê.

O Discurso Dominante como forma de Conhecimento Dominante e Unidade de Poder

O poder, como muito bem explica Foucault, subjuga os indivíduos convertendo-os no que este autor denomina como “corpos dóceis”, a serem conduzidos a atividades que sustentem a proliferação de formas de conhecimento globais e unitárias. No caso que estamos analisando, a narrativa linguística que na Galiza nos dita o que é e o que é não a língua, o poder nos tenta levar a aceitar como único conhecimento válido o de que o galego é uma língua diferente do português. Os meios utilizados essa para atingir meta são os clássicos de prémio e castigo, ou aceitável e não aceitável. É dizer que se vai premiar todo aquele que trabalhe na proliferação do discurso dominante e se vai castigar, mesmo com a exclusão do grupo, por ser inaceitável, que é a pior forma de castigo social, a toda a pessoa que tente contradizer esse discurso. E assim é como o reintegracionismo passa a ter que sobreviver nas margens do sistema.

Se falamos de poder temos à vez que falar de conhecimento porque são inseparáveis; se um domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, se um tem o poder sobre uma área, controla o conhecimento nela. Não pode haver exercício possível do poder sem uma certa economia (certo controlo) de discursos de verdade, o qual opera através, e sobre as bases, desta associação. Estamos sujeitos a uma produção de verdade através do poder e não podemos exercitar poder exceto através da produção de verdade. (Foucault, 1980, p. 93)

Foucault argumenta que com o uso e aperfeiçoamento da tecnologia o que se consegue é que as pessoas passem a ter um papel a cada vez mais ativo na sua própria subjugação. O que no campo da narrativa linguística que aqui estamos a analisar significará que os próprios indivíduos se encarreguem de se submeterem a esse discurso dominante sobre o que é, e o que é não, a língua da Galiza, convertendo-se nos próprios guardiões de si mesmos, passando a contribuir à perpetuação do poder e o conhecimento dominantes. As pessoas são incitadas a comportarem-se de forma a se sujeitarem a si próprios e a outros segundo esses discursos. O poder se perpetua então, não já pela sua capacidade de se impor de acima para abaixo nas estruturas jerárquicas de poder, mas a nível local.

Neste ponto é muito ilustrativo rever a análise que Foucault faz sobre as diferentes formas de poder, e que nos mostra como devemos diferenciar entre o as formas de poder soberano e moderno. A efetividade do poder nas monarquias dependia em grande medida da capacidade do soberano para se fazer visível à povoação; era uma forma pouco eficaz de controlo social, dado que o soberano não podia estar presente em todo o lado à mesma vez; o seu poder fazia-se extensível aos seus representantes, mas mesmo assim a gente encontrava sempre a forma de se ocultar desse poder. Por contra os mecanismos que usa o poder nas sociedades modernas permitem que a figura de poder permaneça invisível para os indivíduos, e quem passa a ser visto, em lugar de ser o poder, são os indivíduos a ser controlados por esse poder. A pessoa percebe-se a si própria como podendo estar a ser observada em todo o momento, e por tanto não precisa ver a figura de poder para se comportar de acordo com o que o poder ordena. Deste modo, segundo Foucault, a sociedade tem entrado na idade da examinação infinita e a objetivação compulsiva; de jeito que na atualidade temos uma sociedade de normalização onde a tortura foi substituída pela avaliação, e implicou os poderes judiciais nas questões de controlo social, tanto no controle de indivíduos, como de grupos, e no controle do conhecimento. Neste sentido são as normas as que passam a ser centrais e o indivíduo é obrigado a se comportar de acordo com elas, em vez de ter que se comportar de acordo com o que está bem e o que está mal. É a era da normalização, e tudo o que se afaste dessa normalização será submetido a medidas corretivas. (Foucault 1979). No campo da narrativa linguística na Galiza a norma pela que se vai medir a todo aquele que se expresse por escrito na nossa língua vai ser a norma da Real Academia Galega, e essa norma vai tratar de se impor. Chegando a denominar esse jeito de grafar a língua escrita como “o normativo” ou mesmo “o oficial”. Quando, como já se disse anteriormente, na legislação Espanhola, que é a que rege, não se fala em normas oficiais, e só se fala de línguas oficiais. (António Gil, 2005) Mas como bem sabemos, aquele que controla um domínio de poder controla o conhecimento desse domínio. E foi assim que a RAG junto de outros organismos, tratou de definir não só o uso da língua senão que também tratou de regular o que era, e o que não era, língua. Na Galiza temos um dicionário como é por exemplo o Xerais, que para as palavras que não são “galegas” têm talvez um número de entradas superior ao que tem para as palavras que sim são galegas; mostrando claramente esse afã normativizador e corretivo para tudo aquilo que se afaste da norma. Apesar destes esforços dos organismos de poder para impor um discurso sobre o que é a língua na Galiza, mesmo com a incorporação de palavras consideradas até então como palavras do português com o propósito de tentar satisfazer aos descontentes com a narrativa, o certo é que na realidade a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com esse discurso chamado ‘oficial’. A capacidade de fazer visível essa insatisfação no contexto onde esse discurso tem vigência, vai influir diretamente na capacidade de propiciar uma mudança desse discurso. Neste sentido a capacidade do movimento reintegracionista de fazer visível a sua insatisfação com a norma da Real Academia Galega, mesmo só com o mero uso doutra norma ortográfica nos contextos onde o discurso da RAG trata de se impor, vai determinar a capacidade deste movimento para provocar um cambio na narrativa linguística.

A Construção de uma Narrativa Alternativa

O conhecimento narrativo fundamenta-se em argumentos que convencem da verosimilitude das histórias (Bruner 1986). A superioridade dum texto frente a outro emana da capacidade desse texto de render múltiplas interpretações; de modo que seja capaz de atuar como guia que ajuda ao leitor a obter sentido próprio daquilo que lê, neste sentido o texto atua mais como virtual do que como real. Isto é, que dum texto se poderiam extrair muitos textos diferentes, dependendo de quem o leia.

Para que um discurso alternativo possa surgir tem que haver uma forma de conhecimento alternativo capaz de se erigir como tal conhecimento rendendo como ineficaz ao conhecimento “unitário” à hora de explicar algumas questões importantes, e mesmo fulcrais, para o discurso linguístico. Essa forma de conhecimento, até que tem a força para se constituir como tal conhecimento, subsiste de forma subjugada.

Duas formas de Conhecimento Subjugados:

1.-

Aquele constituído pelos conhecimentos eruditos que foram descartados dos registos dos acontecimentos da história; a esses registos só ascendem conhecimentos que façam referência a formas de conhecimento que concordem com o discurso dominante, global e unitário. Segundo Foucault esses conhecimentos eruditos foram enterrados, escondidos, e disfarçados para criar uma coerência funcional que mascare os efeitos de rotura que produziria o conflito. Aqui estariam todos os conhecimentos que fazem referência ao reintegracionismo linguístico, e também aqueles conhecimentos que sem fazer referência ao reintegracionismo linguístico, estivessem escritos noutra norma diferente denominada norma “oficial” ou norma da Real Academia Galega. Mas sobretudo estariam os conhecimentos relativos à língua, e ao que esta é ou deve ser. A lista é ampla, inclui autores dos que eu apenas me limitarei a nomear alguns seguindo o estudo de Carlos Durão (Carlos Durão 2008, p. 35-56). Assim temos, o Pe. Feijóo, o Pe. Sarmiento, B. Vicetto, Marcial Valadares, López Ferreiro, Garcia de Olhóqui, Garcia Pereira, o Marquês de Figueroa, F. Vaamonde Lores, F. Anhom, J. M. Pintos, E. Pondal, M. Murguia e a própria Rosalía de Castro. Depois temos Victoriano Taibo, R. Cabanilhas, C. Emilio Ferreiro, A. Noriega Varela, Á. Zebreiro, Á Gil, M. Lugris Freire, F. Bouça-Brei, F.L. Cuevilhas, A. Iglésia Alvarinho, A Couceiro Freijomil, Francisco Tettamancy, Leandro Carré Alvarelos, E. Carré Aldão, Julio Camba, V. Fernandes Flores. E dos não galegos: J.J. Nunes, Menéndez Pidal, Leite de Vasconcelos, Lindley-Cintra, José Agostinho, Margot Sponer, Sampaio Bruno, Luciana Stegagno Picchio, Maria Helena Mira Mateus; e também E. Alarcos Lhorat, Koldo Mitxelena.

Nos anos 20 teríamos autores como Vicente Risco, Antom Vilar Ponte, Rafael Dieste, Evaristo Correa Calderón, Roberto Blanco Torres, e Johan Carbalheira. Manuel Rodrigues Lapa, Otero Pedraio, Álvaro das Casas, João Vicente Biqueira, Fuco G. Gomes, Ricardo Flores, Daniel R. Castelão, o historiador espanhol Sanchez Alborno. Ernesto Guerra da Cal, Valentim Paz-Andrade, Álvaro Cunheiro, Agostinho da

Silva, Carvalho Calero, Joan Coromides, Jenaro Marinho del Valhe, Isaac Alonso Estraviz, Carlos Durão, J. M. Montero Santalha, Leodegario A. De Azevedo Filho, Gladstone Chaves de Melo, Silvio Elias, Evanildo Bechara, Eugenio Coseriu, António Gil Hernández, Maria do Carmo Henríquez Salido, Ângelo Cristóvão Angueira, Xavier Vilhar Trilho, José Luís Fontenla, Luís Gonçalves Blasco, V. R. Fajim, J. L. Valinha, Mário Herrero Valeiro, Celso Álvarez Cáccamo; e alguns mais que de certo se esquecem.

2.-

Uma segunda forma de conhecimentos subjugados são aqueles aos que Foucault se referiu como “locais populares” ou “indígenas” que estão em circulação mas são negados ou privados dos espaços nos quais esses conhecimentos podiam ser executados adequadamente. Por exemplo o uso de palavras como “embora”, “pegar” (com o significado de “suster”, e não com o significado de “bater” ou “golpear” que lhe outorga a norma da Real Academia Galega), “quarta-feira” “quinta-feira”, etc. nas falas populares da Galiza passa despercebido nos âmbitos de poder onde se padroniza a língua. Este tipo de conhecimentos sobrevive apenas nas margens da sociedade e não goza do suficiente reconhecimento. (Foucault, 1980).

Foucault sugere que será através da recuperação destes conhecimentos autónomos, e da sua união com os conhecimentos eruditos, que os conhecimentos subjugados conseguirão a sua insurreição contra o efeito do conhecimento dominante que se acha vestido de “verdadeiro” com seu discurso institucional. Quando isto acontecer nasce, ou aparece, uma estória alternativa. Mas atribuir significado a qualquer fenómeno que não se pode explicar dentro desse discurso dominante, porque o contradiria, não é uma atividade neutral, porque sempre é feito a través da linguagem; e quando falamos de linguagem não estamos a falar de uma atividade neutral, e menos ainda se estamos a falar da mudança narrativa no próprio discurso do que é a língua, já que dispomos de uma série de discursos que são considerados apropriados e relevantes na nossa cultura, e que funcionam como formas de controlo social, que são os responsáveis de manter o conhecimento unitário. Portanto, não vai ser nada fácil encontrar uma forma de expressão pela que comunicar esses novos conhecimentos que até então vinham sendo disfarçados, negados, e mesmo considerados inexistentes.

Como uma superestrutura que vincula este conhecimento que denominamos “erudito” e o conhecimento “indígena” ou autónomo, na Galiza surge o movimento cívico, tentando articular vias de comunicação entre estas duas formas de conhecimento, com o fim de fazer visível esta realidade linguística, e se reconheçam os direitos dos cidadãos que tem uma visão da língua não coincidente com o discurso dominante defendido pelos organismos detentores do poder. Aqui incluiremos todas as organizações do movimento reintegracionista.

Foucault sugere que será a través da recuperação dos detalhes destes conhecimentos autónomos e desqualificados (a través da “união do conhecimento erudito com as memórias locais”) que nós poderemos descobrir a história da luta e o conflito. E que conseguindo o espaço adequado no que esses conhecimentos possam ser levados a cabo, desenvolve-se uma crítica efetiva ao conhecimento dominante, uma crítica cuja validade não vai depender da aprovação dos regimes do pensamento estabelecidos. (Foucault, 1980). Esse espaço, e a capacidade de crítica, consegue-se dum modo indiscutível com a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP). A AGLP, a diferença de outras academias de Língua, não nasce para premiar os conhecimentos eruditos que já são muito valorizados pela sociedade na que nasce essa Academia; não, a AGLP nasce para dar voz a conhecimentos, que longe de ser valorados, estão sendo subjugados pelo poder estabelecido, nesses conhecimentos incluem-se tanto os eruditos como os indígenas. Portanto a AGLP não é filha da elite que domina o conhecimento erudito sobre a Língua, senão que é filha do movimento cívico, que consegue finalmente vincular uma realidade social, tenha a força que ela tiver, com um conhecimento erudito indiscutível. A aparição da AGLP faz real a crítica efetiva a esse conhecimento dominante estabelecido sobre a Língua na Galiza, e portanto uma nova narrativa, que satisfaça esta nova informação que agora a sociedade têm, faz-se imprescindível.

Processo de Externalização

O primeiro passo para a nova narrativa é sempre conseguir a separação de esse conhecimento unitário. Através da externalização da situação real para deixar em evidência a inexistência do discurso dominante e assim mostrar a sua incapacidade para incluir aspetos que são relevantes e importantes para a língua. A AGLP separa-se do discurso erudito dominante mas consegue ser reconhecido seu conhecimento como erudito. Esse reconhecimento pelo que tanto leva lutado ao longo das décadas o movimento reintegracionista, faz-se efetivo de forma real e contundente com o nascimento da AGLP. Mas a AGLP é fruto da constância do movimento cívico, ao que se somam multitudes de esforços individuais. O movimento reintegracionista, apesar de ter passado por épocas difíceis não desistiu de seu empenho na elaboração desse discurso que demonstrasse de vez como o discurso oficial não podia explicar algum aspeto essencial para a língua da Galiza. A AGLP, o vejamos todos ou não, é filha de todas e cada uma das pessoas que se somaram a este movimento cívico pela defesa da Língua, e a defesa dos direitos linguísticos dos cidadãos da Galiza.

Com a AGLP consegue-se uma separação total do discurso unitário e dominante; não só se afirma que o “galego” não é diferente do “português”, contradizendo a premissa central do discurso da RAG, senão que se afirma que se deve chamar “português”. O dia seis de outubro, com a inauguração da AGLP, se consegue finalmente fazer chegar à sociedade, em maior ou menor medida, o reconhecimento da existência de elementos linguísticos, que sendo reais, não podem ser explicados pelo discurso oficial sobre a língua. Neste momento, histórico, os detentores do poder, e defensores do discurso que com o nascimento da AGLP se evidencia insatisfatório para explicar certos elementos linguísticos que acabam de ser reconhecidos, só podem fazer como que nada tivesse acontecido, ignorar o acontecido; porque se falarem publicamente da AGLP fazem é reconhecê-la. Previsivelmente silenciá-la é o que vão tratar de fazer; mas como por outro lado há setores da sociedade que estando muito preocupados pelo futuro da língua, vão olhar para este acontecimento, e os meios vão ir recolhendo e fazendo público o que vai tendo lugar.

Uma Audiência

A Inauguração da Academia Galega da Língua Portuguesa, consegue de forma contundente esse primeiro passo que é a separação do discurso oficial, por primeira vez consegue fazer visível a incapacidade do discurso oficial para explicar suficientemente bem o que é a língua na Galiza. E consegue esse efeito por muitas e pequenas razões que se vão explicar a seguir.

O lugar desde onde se faz o discurso que pretende ser ouvido, é um lugar institucional; portanto, leva implícito o apoio do governo. Em segundo lugar, há na mesa de oradores uma audiência cuja importância não se pode negar: há um representante do próprio Governo galego, o senhor vice-secretário de relações institucionais da vice-presidência da Junta da Galiza. Há também o reconhecimento da Universidade de Santiago de Compostela. Estão os representantes das Academias de Ciências de Lisboa e de Letras do Brasil, o professor Artur Anselmo e o professor Evanildo de Bechara; estão os outros académicos de Lisboa, o professor Malaca Casteleiro e o professor Carlos Reis, reitor da Universidade Aberta. Está o escritor moçambicano João Craveirinha. No público há também personalidades do mundo da literatura e a política, que não passam despercebidas. E finalmente os próprios organizadores e organizadoras do ato que começam com uma oferenda floral ao panteão de Galegos Ilustres com o que se vestem a si próprios de dignos herdeiros dos antepassados mais ilustres. Por tanto o ato se faz impossível de negar, e como recordatório fica o material impresso com a publicidade do ato, e fica o primeiro número do Boletim que foi distribuído e que vai circular a partir desse momento.

Nascimento do Novo Discurso e Derrubamento do Discurso Único

Com o ato inaugural fica pois estabelecida a existência de uma narrativa, que teve uma audiência a que não se pode negar, uma audiência que se percebe a si própria como geradora de outra audiência social maior. Os oradores são entrevistados e seus comentários se fazem públicos em diversos meios, com o que a audiência que é um elemento essencial para a divulgação do novo discurso, se vai fazendo maior dia a dia. Isso vai fazer aparecer as primeiras críticas que, independentemente do contigo, vão contribuir a dar visibilidade ao novo discurso narrativo que se opõe ao estabelecido. Com isto o que se conseguiu foi que o discurso narrativo que vinha dominando o território da língua caísse, a partir desse momento passa a ser mais um discurso, com todo o seu inegável poder, mas já não é o único discurso. Portanto sua verdade de único válido e verdadeiro fica rota; ora bem, isso não significa, como se verá a seguir, que o discurso que o fez cair passe ao substituir.

A partir do momento em que o novo discurso teve o seu efeito, o velho discurso fica obsoleto; isto é, a partir do momento em que um discurso alternativo que contradiz o discurso oficialmente estabelecido permeia o suficiente na sociedade, passamos a um período no que se pode dizer que ficamos sem paradigma que possa satisfazer a essa sociedade. Isto acontece também nas teorias científicas, o que Kuhn denomina como mudança de paradigma (Kuhn, 1972). O passo seguinte é que começou nos dias a seguir a criação, e sobretudo a inauguração da AGLP, é a atribuição de significado ao acontecido. Haverá aqueles que o queiram negar e voltar ao velho discurso; isto é o que se fez noutras ocasiões e funcionou para mascarar a existência do reintegracionismo. Aqui a AGLP, e o movimento reintegracionista em geral, têm o labor de continuar a fazer visível a existência desse novo discurso, e na medida do possível ampliar a audiência à que chega; mas nem o reintegracionismo, nem a AGLP, são já os únicos no “jogo” que consiste em atribuir significado a realidade, encaixando essa nova informação. Bateson argumenta que toda informação é necessariamente “notícia de diferença”, é que é a percepção da diferença o que provoca todas as novas formas de resposta nos sistemas vivos. E é graças a essa nova informação, e a sua capacidade para ser padrão (“pattern”) catalogada, que um evento é selecionado para sobreviver, em lugar de passar despercebido e realmente não existir para nós como factos. (Bateson, 1972)

O passo a seguir, logo de que uma informação foi reconhecida como nova, é a catalogação dessa informação pelo contexto que a recebeu. Efetivamente, só pode ser processada e catalogada pelo contexto que a recebeu. O que acontecerá a partir deste momento será a proliferação de discursos narrativos para tentar explicar esses novos dados. É dizer que, uma vez que a AGLP foi criada, e a essência do seu discurso, que podemos resumir com “galego igual a português”, foi capaz de penetrar na sociedade, rendendo como ineficaz para explicar esse evento o discurso até então único, que afirmava justamente o contrario: “galego diferente de português”, o que acontecerá será a aparição de novos discursos que tentem explicar o que acontece. O que nunca em nenhum caso se vai passar, como já se afirmou, é que o novo discurso passe a substituir o velho. Uma revisão histórica permite-nos ver como se resolveram na prática situações similares nas que se produziram mudanças de narrativa na sociedade ocidental. Um bom exemplo é o que aconteceu nos EUA com o movimento feminista nos anos sessenta; depois de anos e anos de luta, quando finalmente o discurso defendido pelos grupos feministas se faz visível e permeia a sociedade, derruba o discurso machista, tirando-lhe a sua posição de discurso único. Ora bem, o que não se deu foi uma substituição de discursos, o novo simplesmente serviu para que o velho deixasse de ser considerado válido, e a partir desse momento começou um processo de geração de discursos que chega até os nossos dias. Há muita gente que se considera não feminista, mas também não se pode considerar defensora do modelo machista.

Prognóstico de Futuro

Cabe esperar, é será bom que assim aconteça, que novos discursos sobre o que é o galego com respeito do português, comecem a surgir na nossa sociedade; discursos que irão encaminhados a catalogar e acomodar a nova informação que é já informação que pertence a um contexto que é maior do que o próprio contexto reintegracionista. Dentro destes novos discursos haverá aqueles que sigam a dizer que galego e português são línguas diferentes, e no outro extremo os que digam que galego e português são a mesma língua e que de facto a língua da Galiza pode, e mesmo deve, ser denominada “português”. Entre estes dois tipos de discurso, que ocuparão os extremos de um contínuo, vão começar a proliferar discursos intermédios que se aproximem mais de um ou do outro.

Este é o passo mais importante para a geração de significado, porque destes novos discursos e da sua adequação e aceitação vai depender o efeito que vão ter na sociedade. Cabe antecipar que haverá aqueles discursos que tentem pôr de manifesto a diferença mesmo admitindo a proximidade de galego e português; e haverá aqueles que tentem pôr de manifesto a similitude. A sociedade vai provando esses novos discursos e vai aceitando ou rejeitando dependendo de multitudes de fatores. Um desses fatores vai ser, quem escreva esses novos discursos, quem diga o quê. O mesmo discurso, com as mesmas palavras, vai ter maior ou menor aceitação dependendo de quem o defenda. Estamos agora num período cheio de interrogantes, um período no que a AGLP vai ter de seguir a manter vivo o discurso que force a necessidade de que discursos intermédios surjam, e vai também ter talvez de jogar um papel “influenciador” nos organismos de poder que vão ser os encarregados de fazer penetrar socialmente os novos discursos. Na medida em que a AGLP, sempre mantendo a sua independência, seja capaz de orientar o apoio do Governo para os novos discursos, estará guiando a direção da mudança da narrativa linguística, que já começou a ter lugar. A força que a AGLP terá na sociedade vai depender em grande medida da sua capacidade de atrair gente ao seu projeto dentro da Galiza, e também da percepção que na Galiza se tenha de sua projeção internacional dentro da Lusofonia.

Referências

- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books.
- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Chafe, W. (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In D. R. Olson, N. Torraru, & A. Hildyrcill (Eds.), *Literacy, language and learning*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Durão, C. (2008). Síntese do reintegracionismo contemporâneo: Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa. Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.
- Foucault, M. (1979). *Discipline and punish: The birth of the prison*. Middlesex: Peregrine Books.
- Foucault, M. (1980). *Power / knowledge: Selected interviews and other writings*. New York: Pantheon Books.
- Gil Hernández, A. (2005). *Temas de linguística política*. Acrunha: Associação de Amizade Galiza-Portugal.
- Khun, T. (1972). *Structure of the scientific revolutions*. Seg. Ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Stubbs, M. (1980). *Language and literacy: The sociolinguistics of reading and writing*. London: Routledge, Kegan, Paul.
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. New York – London: W.W. Norton & Company.



CRISTINA VIANNA é o nome literário de Tereza Cristina Mitsuo Seki. Nasceu no dia 1 de julho de 1967, no Rio de Janeiro (RJ).

Cursou Teatro no Rio de Janeiro, na Faculdade FACHA, atuou com o diretor Sady Biachin, em diversos espetáculos, entre eles Morte e Vida Severina; Poesias dramatizadas com poemas de autores brasileiros e de própria autoria. Trabalhou como jornalista Lucília Doslwee, em teatro, jornal, e teatro infantil. Pertence ao Grupo Gira Teatro e é diretora da Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses – ACPCC. Recebeu as seguintes premiações: Festival de Teatro de Salvador, 1998, com a peça Morte e Vida Severina e do Concurso de Poesia da UNIVALI, 2001, 1º lugar.

Participou com poesias na **Agenda Cultural La Folie**, Rio de Janeiro, 1997; Revista **Cultural do Núcleo Artístico Cultural** (NAC), da Faculdade Hélio Alonso (FACHA), Rio de Janeiro; **Informativo Trinta Réis**, da Academia São José de Letras e em Varais Literários da Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas catarinenses.

Na área da saúde realizou pesquisa sobre a importância da escuta pelos profissionais de saúde em grupos de hipertensos e diabéticos, na comunidade do Morro das pedras, Florianópolis, 2001; Aluna pesquisadora da UNIVALI do projeto “Perda auditiva em decorrência de meningite bacteriana”, de 2004 a 2006 e realizou trabalho na Colônia Santana, São Pedro de Alcântara intitulado “Hanseníase: estigma e solidão”. Atualmente é voluntário do Grupo de Prevenção à AIDS – GAPA / SC. Apresentou-se no Teatro Pedro Ivo, no musical Ilhas, declamando poesias suas, de Vinícius de Moraes e Sebastião Gama

Ribeirão da Ilha e suas raízes Açorianas. CRISTINA VIANNA, ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS, POETAS E CONTISTAS CATARINENSES.

As cidades são a memória da cultura, são os símbolos históricos. O que se percebe sobre o conceito de cultura é a alteração nos padrões concretos de comportamento do homem, nos quais a dinâmica cultural abriu caminhos para mecanismos de controle para direcionar, reger e controlar, de certa maneira, o homem em seu meio social. A cultura é o resultado da criação vivencial do homem em sociedade. Uma relação homem natureza e ideias. São as formas de sentir, simbolizar e pensar. Tem origens identificáveis quer na transmissão, quer na criação. Tempo, sociedade e povo, estão sempre produzindo mudanças e adaptando usos e costumes e nesse caminhar histórico, desenham seu próprio curso. A colonização da Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses. Foram fundadas as primeiras freguesias, entre elas a - Ribeirão da Ilha, em 1749; a primeira a ser fundada. Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade. Na arquitetura, preservada no casario colonial e nas igrejas seculares; no sotaque, com um jeito cantado de falar; nas expressões típicas dos nativos; nos segredos do artesanato das rendeiras e dos oleiros, transmitidos através das gerações. Mais que o sotaque, a arquitetura e o artesanato, os descendentes dos açorianos mantiveram vivas as tradições que preservam a alma da sua cultura. A religiosidade da Festa do Divino e dos Ternos-de-Reis, o boi-de-mamão, o pau-de-fita, as lendas sobre bruxas e assombrações, nas comidas, nas farinhadas, nas infusões curativas, nas simpatias das benzedeadas contra o mau-olhado, nas histórias de pescadores, ainda é possível ouvir ecos de outro tempo, numa outra ilha, portuguesa com certeza.

As cidades são a memória da cultura, são os símbolos históricos. O que se percebe sobre o conceito de cultura é a alteração nos padrões concretos de comportamento do homem, nos quais a dinâmica cultural abriu caminhos para mecanismos de controle para direcionar, reger e controlar, de certa maneira, o homem em seu meio social.

A cultura é o resultado da criação vivencial do homem em sociedade. Uma relação homem natureza e ideias. É a formas de sentir, simbolizar e pensar. Tem origens identificáveis quer na transmissão, quer na criação. Tempo, sociedade e povo, estão sempre produzindo mudanças e adaptando usos e costumes e nesse caminhar histórico, desenham seu próprio curso.

Não há povo sem tradição cultural.

O ano de 1746 foi particularmente especial para o processo de ocupação do Brasil meridional. No dia 31 de agosto de 1746, o Rei D. João V, através de Resolução Régia, determinou que fosse iniciado o processo de inscrição de casais Açorianos que deveriam embarcar para o Brasil

A colonização da Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses. Ao longo dos anos, de 1748 a 1756 mais de 4.500 açorianos fixaram residência no litoral do Estado de Santa Catarina e aproximadamente 1500 açorianos migraram para o Rio Grande do Sul. Estes ilhéus, não só asseguraram a efetiva ocupação do litoral do nosso Estado, como fixaram raízes culturais profundas que até hoje constituem a essência cultural litorânea.

O passado conserva-se e, além de conservar-se atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 2001)

Segundo o escritor açoriano, Daniel de Sá, em sua obra Açores (2003:64):

“Nas almas da Ilha de Santa Catarina, nos caminhos percorridos por muitas gerações de ilhéus foram os quase seis mil açorianos e algumas dezenas de madeirenses que marcaram de forma definitiva a sua presença, ao levarem para o sul do Brasil a sua cultura, que é o código genético social de um povo”.

A Ilha de Santa Catarina fica no sul do Brasil, é uma ilha costeira com dimensão de 424 km². Sua posição é de zona temperada, tem relevo acidentado com muitos morros e rochas. O Ribeirão da Ilha ocupa a extremidade sul da Ilha. Possui uma costa marítima de mar interno, baía, com praias calmas e guarnecidas de colinas que vão de 200 a 600 metros de altura. Não existe uma data determinada para a fundação da Vila do Ribeirão. Sua fundação resultou de um processo que teve início em 1526 quando Sebastião Cabotto, navegador Veneziano a serviço da corte da Espanha, chegou ao sul da Ilha de Santa Catarina, junto a um riacho chamado “Ribeiraco”, pelos indígenas. Oficialmente sob a designação de freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha foi instituído em 11 de julho de 1809 por Alvará de Dom João

VI, depois de ter sido elevada a paróquia em 1807. Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade. A praça e igreja ficam viradas para o mar, pois este é outro referencial de vida: via de comunicação e fonte de extração de pescado, principal alimento, o mar exerce fascínio e inspira mistério. Segundo Nereu do Vale Pereira o mar é a porta para o incerto e desconhecido e, por isso é amado e temido ao mesmo tempo. Todas as casas fazem frente para o mar, assim o referencial da estrutura urbana e física do Ribeirão obedece a dois focos: A religiosidade do povo (igreja) e o seu sustento (mar). As casas do Ribeirão apesar do tempo e da influência da modernidade acompanham ainda hoje os modelos arquitetônicos açorianos.

“Amo o meu Ribeirão”, comenta a moradora mais antiga da comunidade, Nilza de Souza Damásio, 83 anos. Mãe de quatro filhos, a “manezinha da Ilha” é o retrato do povo do Ribeirão, conhecido por sua longevidade. Só na comunidade, segundo ela, existem 98 viúvas, que apesar da idade são jovens em espírito e nos traços açorianos. “Em 1720, José Vargas Rodrigues veio da Ilha dos Açores de Portugal com caravelas para a Freguesia. O português trouxe com ele 30 escravos e muitos pombos-correios para se comunicar com sua pátria. Em uma das cartas enviadas à Europa, ele informava aos açorianos: “Venham, muita terra, muito peixe”. Rodrigues trouxe com ele a imagem da Santa Nossa Senhora da Lapa, padroeira da localidade, e os altares para a Igreja. “Nossa Igreja é muito bela. “É nosso cartão-postal”, acrescenta Nilza. A moradora mais antiga da comunidade se preocupa em manter as tradições dos colonizadores. Ela lembra que a única mudança foi à troca da pescaria pelo cultivo de ostras. “As ostras vieram para salvar os pescadores”, acrescenta. Atualmente, na Freguesia existem 60 criadores. Além da peculiaridade de seu povo e da beleza de sua natureza a Freguesia é guardiã do Eco museu do Ribeirão da Ilha. Neste passeio pela história, os visitantes têm a oportunidade de conhecer como eram a chácara dos açorianos, seus engenhos de mandioca

“Ora os açorianos foram pioneiros absolutos. A sua função principal foi assegurar a presença portuguesa nas fronteiras com as colônias espanholas, garantindo o cumprimento do tratado de Madrid. Para isso, tiveram de suportar dificuldades sem conta. Se o clima não lhes era adverso, já os terrenos agrícolas eram totalmente distintos dos nossos. Tratava-se de solos sedimentares, menos férteis do que os vulcânicos das ilhas, que não permitiam a maior parte das culturas a que estavam habituados, a começar pelo trigo, o que os obrigou a aprenderem a usar a farinha de mandioca.”

Daniel de Sá (fonte: jornal online [Azores Digital](#))

O Eco-Museu do Ribeirão fica em uma casa açoriana, construída em 1921, junto a um engenho artesanal de farinha e mandioca. Seu acervo reúne móveis antigos, equipamentos domésticos artesanais, relíquias eletrônicas, e ainda peças sacras e folclóricas. Possui um auditório onde são promovidos cursos, palestras e mostras de vídeos culturais. Ao lado há uma pousada e um restaurante que também são do Museu. Dentre os Estados brasileiros o que mais guarda a influência açórica no Brasil é o de Santa Catarina. Provavelmente pelo grande número de imigrantes ilhéus que recebeu no século XVIII, e pelo relativo isolamento a que ficou submetido até 1960. O museu tem ainda em seu acervo, peças de até 250 anos de idade e peças mais modernas que vão contando a história da evolução. Vimos, por ex, uma pedra vulcânica que os açorianos trouxeram e usavam para moer farinha, vimos uma cama antiga - com colchão de crina de cavalo, colcha de fuxico e mosquitoeiro - arrumadinha como que esperando para um descanso, vimos utensílios domésticos, ferramentas de construção e de pesca, objetos de 1906 como o gramofone, restaurado na oficina do museu (como todas as peças do acervo) e aprendemos também a origem de expressões tão usadas ainda hoje, como o “sem eira nem beira”. Antigamente, na construção de uma casa, quanto maior as posses do dono, maiores eram as “eiras” (avançado do telhado - como se fosse à cobertura de uma varanda) e as “beiras” (parte do piso ao redor da casa que acompanhava o tamanho das eiras). Dessa forma, uma pessoa de poucas posses não poderia construir eiras e beiras muito grandes, então eram “sem eira nem beira. Dentre os objetos o museu guarda o presépio açoriano mais antigo do Estado, elaborado em 1780 por uma escrava que usou como materiais conchas, escamas e óleo de peixe. Neste presépio, misturou características da umbanda, como Ogum e mães de santo ao catolicismo. Fonte: Jornal Diário Catarinense. Quem visita hoje a Ilha de Santa Catarina ou mesmo o litoral do Estado e perguntar a um nativo como ele se identifica e qual sua origem, encontrará respostas muito comuns como estas: “eu sou manezinho!”, “Sou açoriano!” Se abrir os jornais locais, verá expressões como “cultura açoriana”, “arquitetura açoriana”, “folclore açoriano”.

Se procurar mapas ou roteiros: Turístico oficial do Estado lá encontrará o ícone de uma rendeira, simbolizando a região Litorânea. Se percorrer o comércio e as praias verá letreiros assim: padaria açoriana, posto dos Açores, imobiliária Açores, livraria açoriana, Hotel Arquipélago dos Açores, etc.

Houve algo mais a partir da vinda dos açorianos: verificou-se um fenômeno linguístico muitíssimo interessante. Colonizados por Portugal nos séculos 15 e 16, os Açores conservaram por muito tempo, quase intocada, uma boa parcela da língua lusitana quinhentista. Uma espécie de dialeto que incluía uma série de palavras e expressões vindas do arquipélago português dos Açores, de onde procedeu a maioria dessas famílias florianopolitanas.

Foi esse "idioma" que os açorianos trouxeram a Santa Catarina no século 18.

Vivendo seu isolamento, os ilhéus de Florianópolis preservaram parte dessa herança linguística Tornando-se assim, até o presente século 21, talvez o único povo no mundo a usar tão significativa fatia de palavras e expressões do português dos anos 1500. Ou seja, da língua falada no tempo das caravelas, na época da conquista da América.

Segundo Seixas Neto, "O ilhéu tem velocidade lusitana de flexão capaz de pronunciar cinquenta palavras razoavelmente longas por minuto; tem o som cantado português que sonoriza melodiosamente com o vocábulo como no Minho, no Douro, Trás-os-Montes e, de modo particular, nos Açores. O nativo ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século dezesseis, que podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas".

Nem em Portugal, nem nas outras ex-colônias, nem mesmo nos próprios Açores se tem notícia de que exista, hoje, uma prática igual.

A "língua" do interior da Ilha de Santa Catarina, porém, não se caracteriza apenas por essa influência lusitana quinhentista. Ela contém, além disso, outros componentes culturais que se manifestam através do senso crítico, de uma saborosa ironia e do bom humor. Há muito discriminada pela burguesia, que a chamava de "manezês", ou seja, o falar dos "manés da Ilha", essa língua agora se encontra numa situação contraditória e extravagante.

De modo bastante regular, quem fala com um nativo ilhéu, dos sítios, pouco lhes entende o significado das palavras ou disso se ri, como se o ilhéu fosse "burrinho da silva", mas não, seu falar é seiscentista e é preciso bom conhecimento português para seguir o "fio da conversa".

Depois, há uns usos portugueses das aldeias: Fazer o "serão": serão é trabalho voluntário à noite, gratuito, com "anedotas" e "causos" para matar o tempo até as "desoras" (é "desoras" lusitano mesmo, quero dizer, hora tardia, tarde da noite, e não dez horas).

Pequena amostra do idioma dos Ilhéus: (Alexandre, Fernandes; 1994)

Abespinhar: picar, beliscar

Andar em porta milá (ou importa-me lá): andar sem rumo, perdido

Andar escovando aribu (urubu): estar desempregado, numa pior

Assentar as costuras (de alguém): bater, dar uma surra

Ataque de pelanca: crise "histórica"

Bafuja: pouco vento, quase calma

Bestunto: pessoa estúpida, de intelecto limitado

Boi ralado: carne moída

Burlantim: palhaço, ator cômico

Cabeça de todos nós: pessoa de cabeça grande

Casa de instantinho: motel

Chichilaria: burocracia

Conduto: prato principal da refeição

Dar de mamar à enxada: pessoa que, na lavoura, tem preguiça de trabalhar e fica apoiada no instrumento (a expressão pode ser generalizada para todos os preguiçosos)

Dar com os cornos nos mariscos: se dar mal

De sol parido a sol morrido: durante todo o dia

És bom pro fogo: expressão usada para dizer que uma pessoa não presta (também ameaça debochada, de mandar alguém à fogueira, talvez numa referência à Inquisição, que aterrorizou a Europa, incluindo certamente os açorianos)

Gangana: grupo de bruxas velhas

Ir aos pés: ir ao banheiro, fazer as necessidades fisiológicas

Mofas com a pomba na balaia: expressão usada para dizer que uma pessoa não vai alcançar o seu intento, que vai se cansar de esperar

Pastilha de prosear: ficha telefônica

Pisa flores: pessoa afeminada

Mandrião: preguiçoso, malandro

Tão preservada ficou a cultura açoriana nessas paragens que ainda se vê em certas localidades costumes e hábitos populares seculares, como o de contar estórias e lendas fantásticas, fazer rendas e bordados, cultivar ervas medicinais e comemorar as festas do mar e do Divino Espírito Santo.

Ainda é possível ouvir ecos de outro tempo, numa outra ilha, portuguesa com certeza.

Referências Bibliográficas:

Alexandre, Fernando; Ilustrações de Andréa Ramos: Novo Dicionário da Ilha – Falar e falares da Ilha de Santa Catarina; Florianópolis: Cobra Coralina, 1994

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade— Lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras 2001

Pereira, Nereu do Vale, Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense, Florianópolis: Papa - Livro; 2003

SÁ, Daniel de. (2003) Açores: Everest Editora, Ltda.

Seixas Neto em O falar ilhéu na ilha de Santa Catarina (in Folclore Brasileiro, de Doralécio Soares, 1979, edição MEC / Funarte):

Sá, Daniel - <http://www.azoresdigital.com/ler.php?id=1455&tipo=col-> sábado, dia 18 de novembro de 2006

Seixas Neto, A.. "O falar do ilhéu". O Estado. (Florianópolis, 05 de janeiro de 1972)

Seixas Neto - <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro85/pa85012c.asp-> dezembro de 2005

17. DINA FERREIRA

DINA MARIA MARTINS FERREIRA é pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas / Unicamp (2002 e 2003), doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (1995) e, mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC / RJ (1988). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em regime integral / PPI.

É autora de livros: "Discurso feminino e identidade social", editora Annablume e FAPESP (2002 1ª. ed. / 2009 2ª. ed revisada e ampliada) e "Não pense, veja - o espetáculo da linguagem no palco do Fome Zero", editora Annablume e FAPESP (2006). Organizou dois livros: "Políticas em linguagem: perspectivas identitárias junto ao Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan e "Estratégias: comunicação e gestão" junto as Profas. Dras. Esmeralda Rizzo e Ângela Schaun, editora Expressão e Arte (2008). Sua publicação é vasta, tanto em revistas internacionais (artigos e capítulos de livros em inglês, francês e espanhol) e em revistas nacionais (língua portuguesa). A área de formação é Linguística, com ênfase em Discurso e Pragmática. Atua na docência de Linguística e Comunicação. As temáticas de sua pesquisa versam sobre identidade, diferença, sociocultural, políticas de representação.

Lusofonia: Identidade e Sentido de Pertença, DINA MARIA MARTINS FERREIRA, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Esse estudo pretende discutir a questão de identidade lusófona, partindo das expressões “nunca dantes” e nunca antes”, utilizada, respectivamente, por Camões em *Os Lusíadas* e por Lula, Presidente do Brasil em seus discursos políticos. Discute-se a questão de territorialização e pertença que estas expressões evocam como dinâmica identitária. Utiliza-se das prerrogativas derridianas sobre o caminho bustrofélico da linguagem cujo arado sempre traz à tona resíduos de outras histórias pelo reaproveitamento e resignificação de signos. Questiona-se, a partir do reaproveitamento ufânico de “nunca dantes”, se ele se constitui vetor de um continuum de identidade lusófona.

1.0 “Nunca dantes”

Vejo-me diante de uma reportagem do colunista Reinaldo Azevedo, conhecido como o ‘cristo’⁶⁹ do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (mandatos 2002 / 2010). Este colunista comenta sarcasticamente que os discursos de Lula, continuamente, em seu tom exaltador e messiânico, se não demagógico, apresenta em seus pronunciamentos a expressão “nunca antes (nesse país)”, e algumas vezes “nunca dantes (nesse país)”. Imediatamente o verso de Camões, em *Os Lusíadas*, “mares nunca dantes navegados” veio ao pensamento. Tenho aí uma questão sobre a identidade lusófona: pergunta-se por que uma expressão como “nunca” dantes” sacralizada, em obra do século XVI, no território Portugal, ainda se repetia no século XXI, no mesmo tom de uma saga.

⁶⁹ Uma pessoa ser o ‘cristo’ do outro é uma gíria da língua portuguesa do Brasil, que indica ser uma pessoa tão ofensiva que se torna o motivo de grande sofrimento do outro; faz o outro caminhar igual a Cristo, carregando uma cruz. Logo cruz pode ser considerado sinônimo de cristo pela equivalência de sentido de sofrimento.

Não aventamos que o uso dessa expressão por Lula seja decorrente de recurso estilístico resultante de conhecimento da literatura portuguesa e conseqüentemente da literatura portuguesa, com o objetivo de se comparar nem a Camões nem ao ufanismo das descobertas de novas terras. A crença dessa prerrogativa também não se ancora no preconceito em relação ao nível de escolaridade do Presidente – 5ª série do ensino fundamental⁷⁰ –, até porque o uso dessas expressões só ocorre em discursos que improvisa na prática do poder. Não há em seus discursos revisados e editados por sua equipe nenhuma ocorrência dessa ordem. Muitas outras justificativas podem ser levantadas: ter ouvido essa expressão de seus membros ministeriais, tais como do Ministro da Cultura, e tê-las reutilizado tendo em vista a percepção de seu tom ufanista; ser uma expressão ouvida durante a sua vida, mesmo sem noção de que teve um uso camoniano; ser resultado de um conhecimento enciclopédico; e simplesmente porque se apropriou da autoria da boca do povo. Seja qual for a justificativa do encontro de Camões com Lula, nenhuma delas é relevante para nosso estudo.

Enfim, o que verificamos são territórios que se cruzam em lusofonia, atravessando tempo e espaço – tempo dos séculos e terras diferentes na travessia de um rastro de identidade lusófona na prática ufânica.

O referido colunista, Reinaldo Azevedo, em constante crítica à fala do presidente fornece dados quantitativos nos pronunciamentos presidenciais brasileiros: a expressão “nunca antes” teria em torno de 3000 ocorrências e a “nunca dantes”, 126. Muitas brincadeiras jocosas, muitas críticas ao tom ufânico dessa expressão, seja qual for sua variação de uso:

Mais cultura, “menas” humildade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem considerar repetitiva a expressão “nunca antes neste país”, que costuma preceder a enumeração de feitos do governo em seus discursos: “Mas é verdade”. “Está uma coisa tão repetitiva, (...) esse negócio de que “pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes” (Jornal *Folha de São Paulo*, 9 / 1 / 09);

“nesse” país...

É a expressão preferida do presidente do Brasil, na sua retórica demagógica.

Subjetivamente, porém, ao espezinhar a Gramática, no desconhecimento do emprego dos pronomes demonstrativos, Luiz Inácio demonstra, claramente, não saber onde está, afora não ver nada e não saber de nada. Não é “nesse” país, Exmo. Sr. Presidente, mas, sim, neste Brasil que gostaríamos de ver realizadas as maravilhas do seu discurso.

Por certo, na sua desorientação encontra-se a origem de tudo. A certeza é a de que V. Exa. refere-se a uma terra hipotética – a terra dos seus delírios –, que respira emanações de ebbriedade coletiva. Neste Brasil, entretanto, não enxergo razões para muita euforia, ao menos enquanto países como Azerbaijão, Etiópia, Quênia, Zimbábue, Coreia do Norte, Cazaquistão, Cuba, e mais trinta outros merecem mais medalhas do que nós (Paulo Carvalho Espindola, *TERNUMA Regional Brasília*);

Não deixe de votar, divulgue entre os seus amigos; nunca se sabe quando (...) não menos importante, o uso indiscriminado dos Cartões Corporativos. (...) rios nunca dantes bundeados⁷¹, existem dois cubanos (...) em campanhas eleitorais e nunca antes pagamos tantas taxas bancárias: é o bolsa-família⁷², dos banqueiros...

Claro, escrever rápido implica no uso de fórmulas, mas quem disse que não se pode (...) esse negócio de que: ‘pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes’ (...).

Senhor General, que nos últimos anos? ao mesmo tempo que mais se aproxima a assaltam preocupações nunca dantes vividas. Refiro ao revanchismo de pessoas desqualificadas (*www.veja.com*).

Apesar de tantas ironias a respeito do uso dessas expressões pelo presidente, nosso objetivo não é nem questionar o certo e errado de seu uso em relação às normas da língua portuguesa, nem discutir a filologia das mesmas – seja “nunca antes”, seja “nunca dantes”, seja “nunca d’antes” – e muito menos levantar questões sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Sabemos que “dantes” é contração da preposição “de” mais o advérbio “antes”. A forma e composição dessas expressões não são os únicos caminhos que desvendam o processo identitário, e sim os sentidos que elaboram em sua prática discursiva.

A questão é nos perguntar como esse significante chegou até nós, do século XVI ao XXI, tendo em vista a manutenção e intenção de louvar e aplaudir uma pátria, seja em uma epopeia literária, seja na demagogia do discurso político brasileiro.

2.0 Caminho bustrofédico da linguagem

O primeiro degrau de nossa argumentação é ler o jogo designativo “nunca dantes” e “nunca antes” a partir da ideia de que a língua é ecológica⁷³. Entende-se que a linguagem tem em sua natureza a capacidade de ressignificar a cada momento de sua materialização em língua, uma vez que a linguagem não exclui significações ao longo de seu percurso no espaço-tempo histórico; ao contrário, a cada expressão significativa, resíduos significativos se processam e se remodelizam.

E é pelo movimento da movimento da escritura⁷⁴ (Derrida, 1999: 351) que se postula ter a linguagem natureza ecológica:

Trata-se da escritura por sulcos. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – via rupta – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização.

Derrida pleiteia para escritura um movimento bustrofédico⁷⁵,

isto é, um movimento contínuo, da esquerda para direita e da direita para a esquerda, como o arado do boi sulcando a terra. Sob a ótica bustrofédica da linguagem, verifica-se que nesse movimento não há interrupção, e essa continuidade permite reafirmar que a linguagem é ecológica, isto é, processo de contínuo reaproveitamento da terra-linguagem em que o vaivém do arado (movimento no espaço, tempo, história) produz um desvelar de significações. Se o processo de cultivo é contínuo, a cada plantio languageiro resíduos remanescentes de uma antiga plantação revolvem-se para se agregar à próxima; a terra na qual as designações são plantadas não consegue eliminar e substituir os rastros de antigas plantações; é no revolver da linguagem-terra que novos grãos designativos se encontram com resíduos de outros grãos remodelizando-se em novos jogos de linguagem. Um momento histórico da linguagem não elimina o anterior e nem se exclui do posterior.

⁷⁰ Ensino Fundamental corresponde as primeiras séries na escala da escolaridade brasileira. O ensino fundamental vai da 1ª. a 8ª. séries, seguido do Ensino Médio, da 1ª. a 3as. séries, para em seguida continuar em nível universitário.

⁷¹ “Bunda” é um termo de baixo calão no uso da língua portuguesa no Brasil; refere-se às nádegas, parte traseira do corpo humano; trata-se de um termo chulo pois há equivalência de sentido do local traseiro do corpo com o local de defecar. No caso, o verbo “bundear”, também é de uso chulo, porquanto designa pessoas desocupadas e preguiçosas que não trabalham e que ficam sentadas sobre a “bunda”

⁴ Termo utilizado pelo Prof. Dr. Kanavillil, Rajagopalan, em sala de aula, no Curso de Pragmática, Pós-Graduação, IEL, Unicamp, segundo semestre de 2001.

⁵ O termo “escritura”, sob a égide derridiana, não se vincula só à escrita, mas também à *phone*, tendo em vista o seu conceito de arqui-escritura, a linguagem que antecede fala e escrita (Derrida, 1999)

⁶ Palavra de origem grega que significa ao pé da letra *volta do boi*, *bous* está para boi e *strophe* para virada; “virando de uma linha para a outra, como fazem os bois ao passar de um sulco para outro, isto é, escrevendo alternadamente da esquerda para a direita e, depois, da direita para a esquerda, maneira de escrever usada em antigas inscrições gregas”.

O movimento bustrofédico, realizado metaforicamente pelo arado do boi, deixa sulcos e marcas, sulcos profundos ou não, dependendo do instante histórico em que são realizados, cujas marcas culturais e suas significações podem ser redescobertas para além do momento de sua aragem, pois, dependendo da força histórica do arado, os sulcos sedimentados e cristalizados não se dissolvem tão facilmente:

Ora, como procede o lavrador? Economicamente. Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura de volta de boi – bustrofédon - (Derrida, 1999: 351-352)

A linguagem, então, movimenta e sulca seu terreno (re)semeando seus produtos de significação, que vai deixando resíduos. Sulcos pressupõem marcas e traços, e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento. Por essa tessitura metafórica permite-se pensar ser a estrada-sulco o fazer da linguagem. O percurso da linguagem recebe os adubos de forma e conteúdo a cada espaço-tempo percorrido, pois não se nega às especificidades socioculturais dos jogos de linguagens.

E por esse raciocínio já se pode conhecer os resíduos de sentido da expressão “nunca dantes” do XVI presentes no uso de “nunca dantes” e “nunca antes” do século XXI.

3.0 Jogos de sentido

A expressão “nunca dantes” ou “nunca antes”, tanto no caso de “mares nunca dantes navegados” e “nunca (d)antes nesse país”, semanticamente, trabalha com dois pontos: ação e tempo.

No quesito ação, a negação “nunca” elimina a realização da ação, presente ou passada ou futura. É o caso das sentenças – nunca navego, nunca naveguei, nunca navegarei, nunca navegadas –, que elimina a possibilidade de realização da ação de navegar, ou seja, a ação de navegar é impedida de se realizar.

No quesito tempo, a marca “antes”, à primeira vista, apenas indicaria um tempo passado, anterior ao presente. Mas, ao se aliar sintático-semanticamente ao “nunca”, reforça a eliminação da ação, no caso a ação passada. Ao excluir qualquer ação do passado, hiperboliza-se a ação do presente e seus louros futuros. Se os mares nunca foram navegados, a navegação presente ou futura clama por ação, e se nunca antes nesse país nada se fez, a ação presente é forte com maravilhas de futuro.

Nesse jogo de sentido, pontua-se, então, pela exclusão da ação passada, pela presença da ação do presente e pela promessa de ação futura, o colorido ufânico das terras louvadas – Portugal e Brasil.

4.0 Territorialidade e pertença

Abordando as pátrias Portugal e Brasil, estamos nos referindo a territórios, não só geográficos, mas caminhando para a ideia de fronteiras simbólicas do ufanismo, logo é mais coerente tratarmos a noção de território pela corrente pela vertente “simbólico-cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação / valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert 2006: 40). Ou seja, a dimensão simbólica da territorialização habita um espaço organizando-se pela historicidade e geograficidade. Vale a observação que historicidade e geograficidade podem ser valores construídos no próprio território ou designados por outro território. No caso, o território geográfico Brasil, pela fala política do presidente, revela sagas de um outro território, Portugal, pela voz de Camões⁷⁶. E a fala de Lula transforma o território brasileiro em uma geografia simbólica de grandes sagas, em que o comandante da nau brasileira agora navega pelos rios da riqueza e do desenvolvimento.

Também na questão de territorialização simbólica outros eixos são pertinentes: historialidade e historicidade. A historicidade estaria para o motivo de usar a expressão “nunca antes nesse país”, na medida em que “nasce da “autoapreensão do homem em relação ao vivente e à vida (Derrida, 2002: 49-50), ou seja, o presidente tem consciência de sua popularidade, que se torna o motivo para exercer o ufanismo simbólico do “nunca dantes navegados”. Historialidade seria o efeito identitário da narrativa da historialidade porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A historialidade seria então “um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) é um modo de estarmos conscientes dessa pertença.” (Vattimo, s / d: 11). No caso da história política brasileira, a consciência de pertença à nação é pontuada pelo momento atual de uma nau-pátria que nunca foi comandada por um presidente que veio do povo, que passou fome, que tem pouca instrução escolar.

Quando cheguei a São Paulo⁷⁷, só tinha barriga e língua, tão barrigudinho de tomar água de açude com esquistossomose. Muitas vezes, nós, nordestinos⁷⁸, somos tratados como se fôssemos de segunda categoria. E eu fui vítima disso durante a vida inteira. (Revista Veja, 14 de maio de 2003)

Historicidade e historialidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo – ter popularidade –, explode no discurso para dar conta de uma identidade político-governamental dirigida por um representante que faz o que “nunca dantes” foi feito. Já a historialidade, a noção de pertença à pátria Brasil de então, tem o movimento inverso, ou seja, faz o cidadão recuar para trás para se reconhecer no motivo. O movimento exploratório de pertença é efeito da historialidade. Enquanto o motivo trabalha com o instante do utilitarismo de determinado momento político, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de símbolos que se performatizam pela memória. A tradição mostra os desbravadores, os descobridores de terras, os lutadores pelo desenvolvimento da nação. Sem motivo não há história, e só há pertença se houver história. Ambos – motivo e pertença – trabalham na reivindicação da identidade

5.0 Encontro de histórias lusófonas no ufanismo

Ratificando a ecologia da linguagem e seu percurso bustrofédico, chegamos ao encontro simbólico do ufanismo de momentos históricos diferentes. Cada cultura e seus momentos de uso linguístico são uma queda em história, e como tal está circunscrita a um tempo e um espaço próprios. O que se está propondo é a percepção de que os símbolos são diversamente vividos e valorizados: o produto dessas múltiplas atualizações constitui em grande parte os ‘estilos culturais’ (...) (e) como formações históricas, essas culturas não são mais intercambiáveis; estando já constituídas em seus próprios estilos, elas podem ser comparadas no nível das imagens e dos símbolos. (Eliade, 1996: 173) (grifo da autora).

O contato de uma “mesma” língua em momentos culturais e históricos diferentes seria possível por seu caráter ecológico que espalha resíduos de significação na estrada bustrofédica da linguagem. O toque de usos e sentidos se dá pelos resíduos do caminho ininterrupto, até porque símbolos são convenções muito fortes, cristalizações sociais, signos difíceis de se desmantelarem no cansaço do percurso histórico. O

⁷ Importante esclarecer que a linha divisória entre territórios não está privilegiando qualquer quesito histórico-geográfico-discursivo, ou seja, não nivela o sujeito Lula a Camões, nem questiona a arte do gênero epopéico com discurso político.

⁸ São Paulo, cidade do sudeste brasileiro, conhecida por ser polo de riquezas e desenvolvimento.

⁹ Nordestinos, habitantes da região nordeste do Brasil, região conhecida pelo seu subdesenvolvimento e pobreza. Normalmente, nordestinos se evadem para São Paulo à procura de melhoria e de novas chances de vida.

símbolo do ufanismo até hoje se estabelece em várias pátrias, haja vista as guerras que se estabelecem pela luta de pertença e de manutenção de sua história. Por que então, tendo à disposição uma expressão sacralizadora desse símbolo no universo lusófono, ela não seria reaproveitada e utilizada para fins políticos?

E na medida em que se entende símbolo como cristalização e solidificação de significado, resíduos de significação simbólica se fazem duráveis ao longo das araduras da linguagem, uma vez que significações de vida cultural não são trituradas e dissolvidas imediatamente à passagem do arado do boi. Ao contrário, nesse raciocínio metafórico, mas não menos lógico, entendem-se símbolos como resíduos duráveis de significação encravados nos sulcos, cujas marcas profundas de expansões significativas são lembradas em significantes adequados a seu contexto histórico; é nesse ‘lembrar’ do universo simbólico que é possível perceber o contato entre histórias de uma mesma língua

Junto à questão de durabilidade do significado simbólico, a própria etimologia do termo símbolo já ratifica a natureza ecológica e bustrofédica da linguagem. O vocábulo grego *súmbolon* (*de sun* = junto, com e *ballein* = atirar, lançar) tem o sentido de ‘lançar com’, arremessar ao mesmo tempo, ‘com jogar’. De início, símbolo era um sinal de reconhecimento: um objeto dividido em duas partes, cujo ajuste, confronto, permitia aos portadores de cada uma das partes se reconhecerem. O símbolo é, pois, a expressão de um conceito de equivalência.” (Brandão, 1986: 38) (grifo da autora).

É justamente nos jogos designativos que se estabelecem os jogos de equivalência. Ao se permitir a equivalências de significado, o símbolo, vivendo nos sulcos da linguagem, não se imobiliza no tempo e espaço em que se manifesta. Sua natureza estável mais a de com jogar significações em marcha bustrofédica permite que caminhe em direção a outras histórias sem anular as anteriores, refazendo em sua contínua aradura outros modos de existência. A natureza do símbolo foi caracterizada por dois traços, durabilidade e equivalência de significações: a durabilidade se mostra na repetição de usos linguísticos que se expandem no trans-histórico da significação; e a equivalência se apresenta na dimensão dos significados que se estabelecem em formas linguísticas. Não há ponto de saturação na reticulação significativa, nem mesmo na simbólica, uma vez que “é situada e sensível a fatores contingentes de coordenadas espaciotemporais que marcam sua produção (...) É dispersão e disseminação em um interminável processo” (Rajagopalan, mimeo: 3).

6.0 “Uma pátria imaginada”⁷⁹?

Não há no jogo político do uso “nunca (d)antes nesse país” o oferecimento de uma “pátria imaginada” (Rushdie, 1991: 9)? A pátria do sebastianismo? A pátria brasileira? Rushdie ao mirar no espelho sua pátria Índia apenas recolhe em sua memória “vidros quebrados” que chegam ao presente. Lula, ao usar “nunca dantes”, não estaria recolhendo vidros quebrados? A forma pode ser a mesma, mas a simbologia do ufanismo é alimentada diferentemente. Lula não recolhe nem o “espelho da nostalgia”, mas simplesmente mostra que o uso de uma mesma forma lusófona tem resíduos de significação, mas com políticas de representação diferentes. É justamente “na natureza parcial dessas memórias que suas fragmentações são evocadas, [adquirindo] status e ressonância justamente por causa de sua permanência” no presente (Rushdie, 1991: 12). São as fragmentações de historicidades que fazem com que “coisas triviais adquiram o status de símbolos, com até qualidades numerais”⁸⁰ (Rushdie, 1991: 12). Rastros de um passado – “mares nunca dantes navegados –, se fazem presentes no “nunca (d)antes nesse país”, mas sempre ressignificados. Como diz Charles Taylor (apud Appiah, 2005: 128): como indivíduos nós valoramos determinadas coisas, encontramos certos complementos bons, certas experiências satisfatórias, certos prognósticos positivos. Mas certas coisas podem ser boas em determinados meios ou satisfazer suas formas particulares, porque o conhecimento do passado se desenvolve em nossa cultura.

Mesmo que pensemos que a continuidade e uso de “nunca dantes signifique “formação de práticas, instituições e compreensão de sentido às nossas ações – um local de utilidades – suas naturezas não outorgam que tais utilidades sejam sociais” (Appiah, 2005: 128), ou seja, determinado fragmento do passado não necessariamente transita no universo ufanista, apenas reside em um mundo imaginário, alimentando a construção de uma “pátria imaginada”.

Referências Bibliográficas

Appiah, K. A. (2005) *The ethics of identity*. United Kingdom: Princeton University Press.

Brandão, J. de S. (1986) *Mitologia Grega*. Vol. I. Rio de Janeiro / Petrópolis: Vozes.

Derrida, J. (1999) *Gramatologia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____. (2002) *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP.

Eliade, M. (1996) *Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes.

Haesbaert, R. (2006) ‘Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão’. In Castro, I. E. de, Gomes, P. C. da C. e Corrêa, R. L. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Rajagopalan, K. (s / d) *The world as a stage magic realism and the politics of representation*. CNPq nº 306151 / 88-0 ;mimeo,

Rushdie, S. (1991) *Imaginary Homelands-essays and criticism 1981-1991*. London: Penguin Books.

Wattimo, G.. (s / d) *O fim da Modernidade – Niilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Presença.

18. EDMA ABDUL SATAR



EDMA ABDUL SATAR nasceu a 1 de fevereiro de 1950 em Quelimane, no distrito da Zambézia, em Moçambique. Seguiu os estudos básicos e secundários em vários colégios no país e em Portugal. Entusiasmou-se desde cedo por línguas estrangeiras, falando para além do Português, sua língua materna, o Inglês, Francês, Alemão e Espanhol.

¹⁰ “Pátria imaginada” é expressão traduzida do título do livro de Rushdie, Salman. *Imaginary Homelands – essays and criticism 1981-1991*. London: Penguin Books, 1991.

¹¹ Númeno, *noumenon* (*νοούμενον*), termo introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a coisa em si.

Frequentou o antigo 7º Ano Liceal no Liceu Pêro de Anaiá na Beira, em Moçambique. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, variante Francês / Alemão, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Terminada a Licenciatura, prosseguiu uma pós-graduação em Ciências Documentais. Tem um Mestrado em Comunicação e Linguagem, na especialidade de Lexicologia / Lexicografia, o Curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Linguagem e prossegue a tese de doutoramento na especialidade de Tradução.

Possui ainda o Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Ciências da Documentação e Informação. Fazendo a ponte entre a Linguística e a Documentação, realçou a importância da organização das terminologias especializadas no processo de tradução / indexação documental, apresentando vários artigos em encontros, jornadas e simpósios, particularmente no XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com o artigo “*A linguística e a semiótica em diálogo com a análise documental*”, na VII Jornada de AETER em Madrid sobre *Lenguas de Especialidad y Lenguajes Documentales*, onde apresentou a comunicação “*Cuestiones aspectuales y lexicográficas de los descriptores del Proyecto Ciberdoc*”. Desenvolveu a “*Aplicação Ciberdoc*” destinada à avaliação e pesquisa documental. Com as suas propostas contribuiu para a reavaliação dos conceitos de Informação e de Análise Documental, nomeadamente no que se refere à “noção” e aos “campos temáticos” no acesso à ciberdocumentação. Realça-se a sua participação no International Terminology Summer School 2007, na Cologne University of Applied Sciences em Colónia, Alemanha, com a apresentação de “*O que significa traduzir em Linguagem Documental*”.

O prefixo *des-* como expressão de negação no português de Moçambique EDMA A. SATAR, FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DE LISBOA

Contrariamente aos padrões linguísticos de quase todos os países quanto ao emprego da negação “não” como oposição à afirmativa “sim”, no português de Moçambique emprega-se com frequência o prefixo *des*. Apresentam-se algumas causas plausíveis para este emprego, nomeadamente as alterações provocadas pela expansão geográfica e pelos efeitos da globalização que já se fazem sentir, pela influência de novos agentes comerciais no país, dos meios de diversão tecnológica principalmente as telenovelas brasileiras e, talvez, da propensão para a equivalência de ordem filogenética, de origem *banto*. Quaisquer que sejam as causas, adverte-se para a criação e emprego de neologismos, frisando a importância da adesão ao acordo ortográfico, importante para o inventário do vocabulário que servirá de suporte à aprendizagem escolar e à tradução.

Constatamos que, quando uma criança começa a falar, as primeiras expressões que pronuncia para além de “mamã” e “papá” são “sim” e “não”, que se caracterizam como afirmativas e negativas, respetivamente. A sua equivalência nas línguas mais faladas, tais como *ne...pas* em francês, *don't* em inglês e *no* em espanhol, aplica-se o mesmo. Os especialistas entendem que é necessário ter-se em conta os aspetos de significação, o contexto em que se inserem e a pertinência do uso. Estas expressões não indicam o contrário ou o oposto. Existem, no entanto, outras como *jamais*, *nunca* consideradas negações incompletas ou especiais, e outras ainda constituídas por prefixos como nas palavras *compatível* e *incompatível*. Nesta, o prefixo *in-* denota negação, isto é, o que *não é* compatível. Neste caso, a negação não resulta de uma transformação da expressão afirmativa para uma negativa. A negação expressa de acordo com as suas funções, especificamente como expressão natural inerente aos hábitos, como comportamentos da linguagem em determinado ambiente na interação entre os valores de verdade e como integrada num contexto com referente extralinguístico é vulgarmente aceite em quase todas as línguas. Esta introdução serve para comentar o uso de palavras tais como “desconseguir”, “descamisar”, “descabelar” na linguagem resultante de processos cognitivo / pragmáticos no português de Moçambique. Pretendemos estudar se o prefixo “des-” indica de facto negação, que fundamentos linguísticos ou outros explicam o seu emprego, e que influências se verificam na aquisição do vocabulário no ambiente multilingue, como consequência de presenças linguísticas externas, históricas ou étnicas. Completamos o estudo com exemplos que tentam explicar que operadores de negação podem ser linguisticamente aceites no processo de transformação linguística da asserção afirmativa para a negativa sem se correr o risco de vulgarização e expansão desordenada de expressões que tendem a espalhar-se de modo erróneo na linguagem do país.

Descritores: Linguística, Língua portuguesa, Negação, Prefixo *des*, Moçambique.

1. Introdução

Após muitos anos de ausência em Moçambique, meu país de origem, não fiquei surpreendida pelas mudanças que ocorreram não só a nível das cidades como também das gentes. A destruição quase total das infraestruturas, devido à guerra civil depois da independência, deixou no ar um aspeto de abandono e desolação. Percorri a cidade de Maputo que antes da independência mal conhecera, com um aperto perante tanta fragilidade. Ao sobrevoar os coqueiros, na minha terra natal, Quelimane, parecia que tudo estava na mesma, mas constatei o mesmo cenário da capital. Nos anos que se seguiram não deixei de lá ir, entusiasmando-me cada vez mais pelas melhorias que ia presenciando. O país estava a acordar e ainda se espreguiçava na indecisão de deitar mãos ao trabalho. Agora, a realidade é outra, e sente-se à volta o rebuliço de quem quer mexer na palha e separar a terra do lixo. O meu entusiasmo cresceu e comecei a auscultar e prestar mais atenção ao que me rodeava. Ao indagar um dos conhecidos, respondeu-me que “tinha ido descabelar” e concluí, que tinha ido ao barbeiro. Mais tarde, constatei que também usavam “desconseguir” e “descamisar”. A minha primeira reação foi rir-me, para depois me dar conta que poderia haver uma razão para tal uso.

Constatamos que, quando uma criança começa a falar, as primeiras expressões que pronuncia para além de “mamã” e “papá” são “sim” e “não”, que se caracterizam como afirmativas e negativas, respetivamente. A sua equivalência nas línguas mais faladas, tais como *ne...pas* em francês, *don't* em inglês e *no* em espanhol, aplica-se o mesmo. Os especialistas entendem que é necessário ter-se em conta os aspetos de significação, o contexto em que se inserem e a pertinência do uso. Estas expressões não indicam o contrário ou o oposto. Existem, no entanto, outras como *jamais*, *nunca* consideradas negações incompletas ou especiais, e outras ainda constituídas por prefixos como nas palavras *compatível* e *incompatível*. Nesta, o prefixo *in-* denota negação, isto é, o que *não é* compatível. Neste caso, a negação não resulta de uma transformação da expressão afirmativa para uma negativa. A negação expressa de acordo com as suas funções, especificamente como expressão natural inerente aos hábitos, como comportamentos da linguagem em determinado ambiente na interação entre os valores de verdade e como integrada num contexto com referente extralinguístico, é vulgarmente aceite em quase todas as línguas. Esta introdução serve para comentar o uso de palavras tais como “desconseguir”, “descamisar”, “descabelar” na linguagem resultante de processos cognitivo / pragmáticos no português de Moçambique. Pretendemos estudar se o prefixo “des-” indica de facto negação e, nestes casos, que fundamentos linguísticos ou outros explicam o seu emprego, e que influências se verificam na aquisição do vocabulário no ambiente multilingue, como consequência de presenças linguísticas externas, históricas ou étnicas. Completamos o estudo com exemplos que tentam explicar que operadores de negação podem ser linguisticamente aceites no processo de transformação linguística da asserção afirmativa para a negativa sem se correr o risco de vulgarização e expansão desordenada de expressões que tendem a espalhar-se de modo erróneo na linguagem do país. Este artigo tem pois, como objetivo, um primeiro estudo das causas que levam a este emprego, e que necessita de aprofundamento por linguistas especializados. O primeiro passo a dar deve ser na minimização dos efeitos da globalização, pelo ensino da gramática e o registo do vocabulário.

2. Da negação

Nos modelos linguísticos, vários fatores contribuem para a alteração da grafia ou da semântica em expressões, fatores que podem ser internos ou externos. As expressões de negação que em cima fizemos referência e outros vocábulos têm entrado na linguagem comum do país devido a várias razões, que vão desde a influência de outras línguas sobre as estruturas linguísticas das línguas africanas e o fenómeno da globalização que se tem verificado há umas décadas. Conhece-se apenas um país, o basco, que não sofreu influências externas e, por isso, a sua língua pode ter-se tornado imutável. Às vezes, rimo-nos dos imigrantes que, ao regressar ao seu país, empregam expressões da terra onde estiveram imigrados, e até, misturam os vocábulos de ambas as línguas. Na verdade, por ter retido na memória expressões do seu quotidiano “emprestado”, algumas expressões da língua mãe ficam esquecidas. Quantos de nós já ouvimos um português imigrado em França dizer que “as condições não *favorizam*” (...). Os fenómenos de aculturação têm o seu lado negativo quando se afastam do que é filologicamente admitido, mas também o lado positivo quando originam neologismos que enriquecem a língua. A pronúncia resultante de uma aprendizagem social e não académica pode levar à modificação da morfologia e da sintaxe de expressões. Neste caso, a linguagem de determinada comunidade linguística adquire características da outra comunidade, interagindo e aculturando-se. As línguas acabam por misturar-se, e podem até originar línguas crioulas. Se a tendência para o neologismo desenfreado não sofrer uma análise cuidadosa para se travar a tempo, corre-se o risco de estas línguas necessitarem, mais tarde, de um acordo tanto do ponto de vista ortográfico como de significação. Depois do fenómeno Babel, da proliferação das línguas, da expansão geográfica e das trocas comerciais que exigiam tradução parece que a tendência é o regresso às origens, ou seja, o regresso à unificação. Para isto, têm contribuído as tecnologias, principalmente a comunicação e o acesso à internet que obrigam à uniformização e normalização dos processos linguísticos, dos quais o controle ortográfico tem ainda muito a contribuir.

A consulta às bases de dados no sistema integrado universitário deu-me uma panorâmica muito pobre acerca do assunto, resumindo-se a pouca investigação que aqui faço referência na bibliografia. Devem ser várias as causas para tal omissão, relacionadas não só com a falta de vontade política educativa dos governantes das ex-colónias como também da falta de oportunidade de desenvolver estudos nesta área, por parte dos naturais desses países. Essa bibliografia deu-me conta que a língua *banto*, falada na maioria dos países africanos, resultou da interação de duas línguas europeias principais, que influenciaram a diversidade linguística em África, para além das línguas autóctones em geral, e as regionais, desde o árabe ao norte ao *suaíli*, a leste de África.

No geral, sabemos que a negação como forma de oposição da expressão afirmativa se faz com o emprego de “não”, podendo haver vários tipos de negação, tais como “jamais”, “nunca”, “nenhum”, “nada” ou ainda dando um entoação de negativa numa afirmativa numa pertinência contextual, usada como função pragmática. De um modo geral, emprega-se a negação quando se tem intenção de dizer o contrário numa afirmativa, transformando, deste modo, as estruturas linguísticas, como se pode verificar em frases sintaticamente negativas, frases lexicalmente negativas e frases indeterminadas, transformadas a partir de frases afirmativas.

3. O uso do prefixo “des”

Não podemos afirmar que é só em Moçambique que se emprega o prefixo *des* como expressão de negação. Línguas como o espanhol, por exemplo “...el señor Benjamin (...) se desvistió por completo (...)”⁸¹ e o português do Brasil, por exemplo “destripicar” na publicidade de um cartão bancário, empregam este prefixo como negação. Admitindo a hipótese de que o prefixo “des-” tenha surgido da junção da preposição “de” com o prefixo latino “dis-” (Said Ali, 1964)⁸² ou como afirma Nunes, resultante das duas possibilidades (Nunes, J.J., 1975)⁸³, pode aceitar-se que, no caso de verbos como “descamisar” ou “descabelar”, o prefixo exprime afastamento no sentido que se quer “tirar a camisa” ou de privação, o de “cortar o cabelo”. Na língua espanhola, existe o vocábulo “descabellar” que significa “despeinar”, “desordenar el pelo”, mais usado nas touradas para “matar (...) al toro clavándole la punta de la espada en lo alto del testuz”⁸⁴ No verbo “desconseguir” o prefixo pretende exprimir negação, significando “não conseguir” as também pode ser empregue apenas para reforçar o sentido. Existe ainda a explicação (Correia, 2000)⁸⁵ da origem etimológica latina e grega. Segundo Nogueira (1954)⁸⁶, as línguas *banto* caracterizam-se pela formação da negação por prefixação, acrescentando-se à forma afirmativa o prefixo *ayi* que significa *não*, para torná-la negativa.

4. Questões de tradução

A proposta para a elaboração de dicionários de língua portuguesa / língua regional de Moçambique tem por objetivo, para além da preservação das línguas em questão, servir de apoio pedagógico e de tradução. Esta atividade está em vias de não poder concretizar na íntegra, porque o país não tem, por um lado, técnicos à altura de uma profissão tão especializada como a tradução e, por outro, não existe material que o exija. Por enquanto, a tradução no país, limita-se aos textos oficiais de língua inglesa. A tradução implica a equivalência de uma língua de origem para outra, respeitando as regras gramaticais e terminológicas. No que respeita às regras gramaticais, o processo de equivalência da estrutura de origem para outra, ou seja o processo de intertextualidade como o designou Kristeva (1975) deve seguir os critérios do tipo de tradução, seja literária, literal ou poética, segundo os seus contextos. A tradução dos textos oficiais exige o domínio não só das estruturas sintáticas de ambas as línguas como do vocabulário, tendo em conta a ordem dos elementos na organização da frase, a significação fiel pela definição.

Qualquer que seja o modelo linguístico em que se apoie uma tradução, quer o modelo paradigmático, sintagmático, cognitivo ou estatístico (Revzin, 1968)⁸⁷, segue um processo de análise que se relaciona com o sistema do mundo. O modelo sintagmático segue o princípio das relações entre os elementos, sendo em cada língua, definido pela sequência dos elementos no discurso. Na Língua Portuguesa, por exemplo, a organização é linear, isto é, os elementos da frase organizam-se primeiro pelo sujeito, depois o predicado, seguidos dos complementos. Na Língua Espanhola é obrigatório respeitar, por exemplo, o lugar que o complemento direto e o complemento indireto ocupam na sequência da frase. Assim, cada um dos elementos do discurso desempenha uma função no interior da frase e, ao estabelecer-se a equivalência, elabora ao mesmo tempo um sistema de definições, cujos valores dependem uns dos outros na cadeia sintática. No que respeita aos termos, estes devem ser permutáveis nas mesmas condições,

⁸¹ GARCIA-MÁRQUEZ, Gabriel (19--). *La Mala Hora*.

⁸² SAID ALI, M. – Gramática histórica de língua portuguesa.

Consultado em <http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/desnerva%C3%A7%C3%A3o.htm>

⁸³ NUNES, J. J. – Compêndio de gramática histórica.

Consultado em <http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/desnerva%C3%A7%C3%A3o.htm>

⁸⁴ GARCÍA HOZ, V. [1965: 159].

⁸⁵ CORREIA, Margarita – Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

Consultado em <http://ciberduvidas.sapo.pt/pergunta.php?id=6351>

⁸⁶ NOGUEIRA, Rodrigo de Sá [1954]. *Temas de linguística banta*. Publicações do Instituto de Línguas Africanas e Orientais.

⁸⁷ REVZIN, I. I. [1968: 10].

isto é, a determinado conceito deve equivaler as mesmas condições do conceito da língua que se pretende traduzir. Se, no caso do emprego do prefixo “des-“ como forma de negação não se encontrar a permuta adequada, a sua tradução poderá ser mal estabelecida. Um termo x de uma língua deve ser permutável com outro termo y de outra língua em condições de reflexibilidade e simetria. Será que A expressão “desconsegui chegar a tempo” poderá ser entendida por “não consegui chegar a tempo” ? E se a traduzirmos ficará com o mesmo sentido?

Então vejamos:

Exemplo 1:

Desconsegui chegar a tempo = I didn't manage to arrive in time (I couldn't ...)

Na língua inglesa existe um prefixo que equivale à negação des por exemplo, a palavra desconfortável tem o seu equivalente na língua inglesa formada também por um prefixo un-, como em uncomfortable. Não poderia dizer “I unmanaged to arrive in time” porque estaria linguística e gramaticalmente errada.

Exemplo 2:

Fui descabelar = fui cortar o cabelo = I had my hair cut (cortei o meu cabelo)

Esta expressão em inglês, na forma negativa, estaria completamente errada, por ter um sentido diferente. I hadn't my hair cut tem um sentido diferente de “descabelar”, que pode indicar separação mas não negação, nesta forma negativa .

Exemplo 3:

Descamisar = tirar a camisa = to take off my shirt

Nesta expressão, o prefixo indica também separação e a forma na negativa teria também um sentido diferente como em I didn't take my shirt off

Estarão corretas estas expressões? Numa tradução, não se poderia fazer equivaler este termo da língua portuguesa de Moçambique para a língua inglesa, porque não reflete o significado real na transformação da língua de partida para a língua de chegada.

Longe de me sentir uma especialista, deixo esta matéria aos investigadores que se dedicam a estas questões.

5. Conclusão

A negativa *não*, por oposição a uma expressão afirmativa, é sempre empregue para exprimir negação, embora existam outras palavras para designar essa condição. Mas, atualmente em Moçambique, ouvem-se expressões como “fui descabelar”, e outras que empregam o prefixo *des*. Sou de opinião que este uso como expressão de negação no português de Moçambique exige uma análise linguística das causas geográficas ou filogenéticas que possam estar na origem deste tipo de diversidade linguística. A iletrabilidade dos imigrantes, a ignorância dos prisioneiros, a baixa qualificação literária dos que buscavam emprego noutras paragens contribuíram para as alterações morfológicas, sintáticas e de significado.

No caso de Moçambique, podem ser devidas a influências recentes do Português falado no Brasil, por sua vez influenciado pelo Espanhol ou mesmo filogenéticas, admitindo-se que as línguas naturais provenientes dos *banto* que vise admitir ou não a vulgarização de expressões como as que foram aqui apresentadas, evitando deste modo, uma expansão da língua mal falada. As influências regionais são, por vezes, marcantes na expressão linguística dos povos e, neste caso, pode ser o resultado da influência das línguas autóctones de origem banta. Qualquer que seja a origem deve-se travar a tendência para a emergência de neologismos, ditando regras, a fim de preservar a língua portuguesa. Estas regras não só facilitarão o inventário terminológico como facilitarão o exercício de futuras traduções.

Referências bibliográficas

BOYSSON-BARDIES, Benedicte de – *Contribution à l'étude de la négation: aspects syntaxiques et lexicaux*. Thèse présentée à l'Université de Paris V pour l'obtention du Doctorat de 3e Cycle, spécialité: Psychologie. Paris: Laboratoire de Psychologie / Équipe de Recherche associée au C.N.R.S. École Pratique des Hautes Études, 1972.

CARON, Jean – *Les régulations du discours: psycholinguistique et pragmatique du langage*. Paris: PUF, 1983. – (Psychologie d'Aujourd'hui).

GARCIA HOZ, Victor – *Diccionario escolar etimológico*. Madrid, Editorial Magisterio Español, 1965.

HOPKIN-JENKINS, B. A. K. – *Basic bantu*. Pietermaritzburg: Shuter & Shooter, 1947.

KUKANDA, Vatomene – *Diversidade linguística em África*. In: Revista Internacional de Estudos Africanos = International Journal of African Studies. Universidade do Porto: Faculdade de Letras / Centro de Estudos Africanos, *Africana Studia*, 2000, 3, 101-117.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá – *Temas de linguística banta: não virão de um mesmo tronco as línguas bantas e as indo-europeias?* Lisboa: ILAO, 1954. – (Publicações do Instituto de Línguas Africanas e Orientais).

REVZIN, I. I. – *Les modèles linguistiques*. Traduit et adapté par Y. Gentilhomme. Paris: Dunod, 1968.

19. GRAÇA PINA

MARIA DA GRAÇA GOMES DE PINA, Licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Lisboa. Atualmente é colaboradora linguística na Universidade de Nápoles l'Orientale” [Itália], onde leciona a língua portuguesa. Recentemente discutiu a tese de Doutoramento sobre o “Crioulo de Cabo Verde”. Ocupa-se de língua e literatura portuguesa, de literatura africana de expressão portuguesa, de língua cabo-verdiana, e de filosofia antiga. Tem a seu cargo algumas traduções de livros e ensaios filosóficos, ensaios de filosofia antiga, artigos sobre literatura portuguesa, artigos sobre literatura e línguas cabo-verdianas publicados em Portugal, Itália, Brasil, Cabo Verde.

A ‘insularidade textual’ n’A ilha de Circe de Natália Correia M.^a DA GRAÇA GOMES DE PINA, UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI NAPOLI L’ORIENTALE” ITÁLIA

Natália Correia é certamente a escritora que mais desassossego tem causado no leitor que dela se aproxima. Não só porque este abandona as suas obras com um desejo ainda maior de a elas regressar, mas também porque a autora consegue – subtilmente, frontalmente – fazer transparecer nelas a sua constante e dolorosa ligação às ilhas.

Com efeito, poderíamos dizer que a ‘insularidade textual’ é um tema que perpassa por toda a obra da autora, razão pela qual nos interessa abordá-lo em duas perspetivas: a do ponto de vista da saída e a do ponto de vista do regresso ao espaço narratológico insular, analisando, para tal, a obra *A ilha de Circe* [1983]⁸⁸.

Nesta obra encontramos os elementos fundamentais que caracterizam, no parecer de Catherine Kong-Dumas (1984: 85), a busca da própria interioridade. Através da escrita ‘aguçada’ da autora, viajamos junto com o herói da novela, procurando alcançar aquele pedaço de ‘terra firme’ que cada indivíduo procura de e em si mesmo. Desta forma, como Ulisses, somos os construtores da nossa própria realidade; uma realidade que todavia não deixa de lado “o riso e a paixão”.

A primeira pergunta que nos podemos colocar é a da motivação, ou escopo, de um texto como *A ilha de Circe*. A resposta, porém, não é simples. À primeira vista, a escolha de regressar a um tema tão arcaico quanto o das viagens de Ulisses, poderia parecer banal, não fosse pelo facto de o périplo do herói ático representar, a nosso ver, o percurso literário do autoconhecimento de si; algo, aliás, que a famosa máxima délfica do “conhece-te a ti mesmo” – atribuída a Quílon⁸⁹ – convidava a fazer.

Portanto, através da reanálise do mito odisséico, *A ilha de Circe* manifesta-se, em primeiro lugar, como a demonstração da existência de um vínculo inseparável entre o *logos* e as paixões humanas. A autora mostra-nos a necessidade deste vínculo anatomizando a razão humana por meio de dois bisturis muito afiados: o *riso* e a *paixão*. É preciso saber manejar bem estas armas, principalmente porque elas podem ser letais. Se, por um lado, com o riso se podem exorcizar os males da alma e com a paixão interiorizá-los e assimilá-los, por outro, o riso sem a paixão desvia a atenção das verdadeiras questões que circundam o homem. Da mesma forma, a paixão sozinha faz com que o ser humano não se focalize e perca de vista o elemento unificador da própria multiplicidade. Por esse motivo Mourão (1988: 91) refere que, com Natália Correia, «A aliança entre literatura e interrogação do real [...] acon(tece)-nos de forma feliz. No resto, as questões continuarão em aberto, como convém aos poetas que não são carcereiros nem sequer da linguagem que é de todos, transporte comum e singular da nossa *exposição* ao sol e ao riso, ao um e ao múltiplo».

Mourão diz-nos ainda que «[...] Natália Correia é, entre nós, o escritor que mais provocantemente questiona a quietude morna das expressões da nossa crença». E, na nossa opinião, a sua ‘quase’ profética sentença recolhe na totalidade o estilo provocante da escritora e poetisa açoriana. Porque de *quietude* e de *crença* trata também *A Ilha de Circe*. A *quietude*, o sossego, do leitor – deixado à deriva com uma boia de salvação que às tantas nos parece furada! –, é precisamente a primeira qualidade a ser desmoronada pelas revelações de uma narradora que conta uma fantástica história, intercalando-a com considerações (muito) pessoais; vivendo ela própria, por vezes antecipando-no-las, as emoções e as sensações dos protagonistas. A *crença*, também ela é sismicamente deitada por terra, não porém sem o envolvimento quase direto e cúmplice do leitor, ele próprio estimulado a questionar-se sobre aquilo em que sempre acreditou (cf. Gomes de Pina).

Ora, a perene atenção para com a direção que o próprio *eu* – não só o do leitor, mas o de qualquer pessoa – pode tomar era algo que preocupava sobremaneira a escritora, ao ponto de a fazer intervir ativa e socialmente na política e também de a fazer interagir de forma direta na presente narração: «*E já que destas [histórias] somos contadores por amor dos humanos cada vez mais aborrecidos na bicha para o nada de um progresso que lhes capa a imaginação, o Adriano da nossa história é surpreendido na despedida atroz da sua adolescência [...]*» (p. 45)⁹⁰.

Natália Correia atribui a si mesma a árdua tarefa de nos contar uma história. Ela veste o traje homérico de uma figura fundamental para a fixação e para a passagem de noções à posteridade⁹¹. Na verdade, a sua intenção é didática e a sua tarefa é importantíssima, não só porque revela altruísmo, algo que podemos facilmente verificar nas suas próprias palavras – «por amor dos humanos...» –, mas também porque esse amor pelo próximo indica uma forte preocupação com a dispersão e a falta de princípios de que o ser humano está a ser vítima – «cada vez mais aborrecidos *na bicha para o nada* [itálico meu] de um progresso que lhes *capa* a imaginação [itálico meu]».

Como acontece na epopeia de Homero, a história narrada por Natália Correia acende-se de lampiões que concernem sobretudo a esse ‘nada’ para o qual o ser humano está a caminhar lentamente, sem que todavia tome consciência disso.

Nas palavras da autora, o ser humano está numa ‘bicha’, parado, à espera pacientemente da sua vez de ser atendido. E mais uma vez, como sucede em Homero, as suas palavras soam-nos como premonições, isto é, como se houvesse um eco do canto das sereias na voz da escritora. Natália Correia avisa-nos, sempre na sua forma simultaneamente jocosa e séria, de que há um completo desinteresse pelo próprio eu. Se não prestarmos atenção ao conteúdo das suas palavras, arriscamo-nos a deixar-nos encantar meramente pela beleza das mesmas e assim afundarmos, formando uma ‘ilha’ ao redor da nossa própria humanidade. Por isso concordamos com Kong-Dumas quando diz que (1984: 85), «*A Ilha é um ponto de remate mas é também trampolim de partida para a aventura do sonho em vigília, do vivido transcendido, da rebusca de uma interioridade por sua vez isolada, protegida e agredida por um mar estrangeiro [...]*».

E se Ulisses é, de certa forma, ‘acusado’ por Penélope de querer fugir sempre da dimensão redutora que o espaço insular lhe provoca, na voz de Natália Correia a ilha acaba por conquistar uma dimensão muito mais forte do eu. É na ilha que a personagem Adriano tem a oportunidade de definir o seu futuro e, por conseguinte, de libertar-se completamente da subjugação do poder paterno: «*[...] uma grande carreira é sobretudo credora de um pai que o filho não quis tomar como modelo. Presume-se assim que Adriano estava destinado a grandes sucessos*» (p. 45).

Portanto, a ilha ganha um lugar de honra na obra de Natália Correia. Esta construção narratológica, centralizada no espaço insular, é feita propositadamente para ser lida, nas palavras de Elisa Guimarães (1997⁵: 49), através de uma rede de *estrutura difusa*:

A leitura do texto organizada em *estrutura difusa* é de ordem seletiva, isto é – em nível superficial ou inferencial –, o leitor seleciona e hierarquiza os constituintes que integram as *relações lógicas* do texto ou a sua estrutura temática. O esquema de compreensão textual fica, pois, condicionado a tipos específicos de envolvimento entre leitor e texto – este segmentado, no ato da sua interpretação, segundo a maneira como o leitor lhe apreende a realidade. [...] É *ativa* a leitura exigida por esse tipo de estrutura, ou seja, uma atividade de requisito criador.

Desta afirmação, podemos inferir um tipo de leitura d’*A ilha de Circe* que não vise necessariamente a mera reproposição de personagens míticas, modernamente revistas. Deste género de leitura, quem quer que se avizinha ao texto, sente-se legitimado a retirar dele elementos que lhe permitam recuperar o mar perdido entre a trama e a própria leitura interpretativa do mesmo. Este mar perdido é uma espécie de «nostalgia» que o leitor infere da interação que faz com o texto, de maneira que, segundo Proença Filho (1986: 28-29), «*A linguagem literária interroga o mundo sobre a sua realidade e a linguagem sobre a sua obsessão de uma adequação perfeita ao ser do mundo. Não é uma solução, uma fuga para fora da linguagem e do humano: ela encarna uma nostalgia*».

⁸⁸ Recorro à edição de 2001 citada em bibliografia.

⁸⁹ Quílon era um dos “sete sábios” da antiga Grécia: cf. Diels-Kranz (1967¹²): DK10, 3c.

⁹⁰ Vendo bem, é na despedida da adolescência, saudando já a maturidade, que começa a tornar-se mais impelente a reflexão sobre o próprio eu.

⁹¹ O gosto da autora pelas origens do nosso pensamento e cultura ocidentais são-nos testemunhados também por Anes (2005: 105), quando este afirma: «Dizia-me Natália Correia que a sua literatura não era estritamente literária e que, pelo contrário, se integrava naquela antiga e perene corrente (vinda, pelo menos, da Antiguidade Clássica) que utilizava o texto literário como suporte de ensinamento iniciático imemorial. Essa novidade do que era muito antigo [...] fascinava imenso Natália pela sua capacidade de descrever de uma maneira poética (mesmo que em prosa), o drama e o destino do Homem e a sua natureza e potencialidade».

A nostalgia nasce da ausência de algo que anteriormente estava presente. Nasce precisamente dessa lembrança de algo que já não está junto de nós. No caso de Natália Correia, a nostalgia concerne a sua relação com as ilhas. Uma relação que é ao mesmo tempo de recusa e de inegável conformação, de afastamento e de proximidade. Mas onde se vê melhor esta (con)fusão de contrários é no primeiro conto d' *A ilha de Circe*: «*Mãe, mãe, porque me abandonaste?*».

De facto, se no prólogo Natália Correia (cf. Seixo, 1984: 40) pedia que, se realmente a quiséssemos encontrar, a procurássemos “entre o riso e a paixão”, é neste conto que a descobrimos entre a *paixão*. Se a procurarmos ainda, encontramos-a no conto «As Nações Unidas» plenamente imersa no *riso* e, por último, “entre o riso e a paixão” na novela «A ilha de Circe».

No primeiro conto, «*Mãe, mãe, porque me abandonaste?*», o espaço insular regressa juntamente com as recordações de infância da narradora. São recordações muito dolorosas para as quais ela se vê de novo, obrigatoriamente, transportada: «*E eu deixo-me guiar por essas apalpadelas na escuridão de sentimentos aferrolhados que se vão abrindo pelos caminhos do passado, até explodirem num grande desespero da minha infância*» (p. 20).

O passado, ao qual a narradora-personagem tem de prestar contas, pretende e exige um lugar à mesa no banquete das emoções e dos «sentimentos aferrolhados». Ele é uma espécie de Pénia, uma das personagens mitológicas do fantástico *Banquete* de Platão. Quando Sócrates narra a concepção de Eros, menciona a presença de Pénia, a deusa da pobreza ou da falta, que mendiga os restos do festim onde se celebrava o nascimento de Afrodite (203b). Pobre por natureza e por decreto divino, Pénia não pode senão ficar à porta, mendigar aquilo que os restantes deuses lhe dão. O mesmo se passa com o passado. Ele é sempre relegado para segundo plano, mas aflora quando menos se espera e reclama o seu lugar junto aos outros dois comensais da vida humana: o presente e o futuro. Estes, perenemente sentados à nossa mesa, são incompletos sem a presença do terceiro. Por esta razão, quando a narradora, agora a braços com a realidade que a circunda, é obrigada a tomar uma posição, o passado não pode senão emergir.

Assim se desvaneceu o argumento que a minha mãe debilmente opunha a que eu fosse estudar para Lisboa, como era meu desejo. Desejo embargado pela tristeza de a deixar no seu quebradiço estar de faiança. Mas eu já estava em idade de ser desassossegada pela fatalidade insular de partir que a uns se apresenta na árvore dos dólares e a outros – era o meu caso – na promessa de coisas grandes e excitantes que acontecem no outro lado do mar. Este apelo era mais poderoso do que a dor de apartar-me daquela mãe tão docemente fadada para ser sempre abandonada. Por meu pai. Agora por mim (pp. 25-26).

Do passado⁹² nasce então a necessidade de confrontar-se consigo mesmo. Essa necessidade obriga a que o eu seja colocado de novo na posição de objeto da perscrutação, de maneira que nos parece impreterível realçar a grande importância do uso da primeira pessoa em toda a obra. Natália Correia, quer na voz da personagem do primeiro conto, quer na narração descritiva que faz do conto e novela seguintes, sente a necessidade de intervir quase pessoalmente⁹³. Esse passo dado na direção do eu interior separa-o da terra firme que é a realidade circundante. O eu torna-se a ilha, o espaço onde a alma pode interrogar-se e ser interrogada pelos três eternos comensais da vida humana. O texto, como o eu, separa-se do autor como a ilha se distancia do continente. Interrogar o texto e deixar-se interrogar por ele, é delimitar os confins do espaço que ele cria à volta do leitor. É uma interrogação que poderá eventualmente fazer com que o texto se torne uma ‘península’ durante a nossa interpretação de um autor, mas trata-se de uma ponte construída propositadamente e que resiste apenas enquanto nos mantivermos ligados à leitura e à recriação desse texto. Somos mantidos em cativeiro pelo texto, isolados do resto da nossa realidade e simultaneamente reconectamo-nos a ela através da sua mensagem. Deixamo-nos capturar por ela e apeamo-nos numa ilha desabitada. Natália Correia convida-nos a tomar parte neste desbastamento do texto, usando as armas letais de que falámos: o riso e a paixão⁹⁴. Combatendo com ambas, o leitor pode defender o espaço insular conquistado e ao mesmo tempo unir-se ao continente bibliográfico da autora. Trata-se de uma tomada de posição decididamente forte que requer uma revolução no modo de ler e interpretar um texto (Correia, 1992), um verdadeiro ato de *desobediência*: «*[...] chegou a hora romântica dos deuses nos pedirem a desobediência*» (p. 8).

Mas regressemos à insularidade do texto que é, ao mesmo tempo, a insularidade do tema. A personagem Adriano passa por um momento de grande perturbação sentimental que marcará indelevelmente a sua personalidade. Ele é um jovem que vive fechado na própria ilha emotiva, em constante conflito com o pai⁹⁵. Para conquistar o direito à expressão da própria *forma mentis*, Adriano terá de vestir a pele do herói⁹⁶ e combater pela independência da sua interioridade. Mas a alma, ainda em tenra idade, deve ser testada em combate para que possa alcançar o divino: «*Porque a idade dos seres que se apaixonam é a idade da paixão que os diviniza*» (p. 49).

Natália coloca nesta narração toda a sua reflexão sobre o valor que a ilha tem no processo de crescimento do ser humano, quer este seja insular quer não. Na rota que cada um de nós deve traçar para o crescimento da própria alma, é preciso calcular categoricamente a existência de ilhas; ou seja, espaços que interrompem a passagem de quem quer alcançar a ‘pátria’, entendida como o autoconhecimento de si. A ilha representa assim a metáfora de nós mesmos, da nossa interioridade. Navegando na alma, o leitor reconhece nesse espaço insular a própria condição de humanidade e pode apenas servir-se do riso e da paixão como instrumentos náuticos. Para ler *A ilha de Circe* são necessários uma bússola e um astrolábio, isto é, o riso e a paixão, os quais orientam o leitor e permitem que este governe a leitura do texto com um leme bastante sólido, apto a superar as tempestades do pensamento, a reencontrar a quietude e a crença. A escolha de desembarcar na ilha ou de simplesmente contorná-la cabe apenas ao leitor. Mas Natália Correia, na cartografia que faz do texto apresentado, assinala claramente quais são as ilhas em que é mister apear-se. A primeira é a do amor, isto é, a da paixão: «Mas a beleza que em sua extrema revelação fere as almas que lhe são devotadas reservava a Adriano, naquela ilha pousada como uma barca de flores no mar, a maravilha que fulminaria o centro do seu ser» (p. 48). A segunda é a do riso: «*[...] já que o romantismo em que me destemo nesta história clama por um desenlace trágico que sacuda as vossas almas apalermadas pela racionalização da imbecilidade*» (p. 102).

Como se viu, Natália Correia mostra-nos como, para reencontrar a nossa própria interioridade, isto é, a *quietude* da nossa ‘ilha emotiva’, é preciso agitar o nosso eu e atrever-se a viajar de novo no oceano da paixão e do riso. Este processo é sempre feito de forma dolorosa, pois necessita de uma análise do nosso passado, em que se é obrigado a aceitar a presença de Pénia também como juiz das nossas ações e decisões. Só assim se poderá placar a ‘nostalgia’ a que a interrogação de nós mesmos leva.

Concluindo, não podemos deixar de nos socorrer novamente das palavras supracitadas de Natália Correia, afirmando que é preciso dar uma “sacudidela” à nossa alma para permitir que ela retire de cima de si aquele pó do conformismo e da pacata aceitação que se tem vindo a depositar na nossa forma de abordar e de ‘viver’ um texto. Com a autora açoriana os nossos espaços mentais abrem-se como portas à fantasia que ela nos apresenta. O texto é magneticamente orientado pela agulha de uma rosa-dos-ventos que Natália Correia nos oferece como bússola de leitura. Quem desejar embarcar nesta aventura,

⁹² «A verdadeira essência do moderno é a recusa cabal do contemporâneo mesmo quando, ou melhor, sobretudo quando o contemporâneo é encarnado num conceito de modernidade. Porque o fenómeno de conceitualização pressupõe uma marcha no tempo que, mau grado a sua aparência de vanguarda, caminha em direção ao passado, onde está a sua fonte» (Martinho, 1996: 75).

⁹³ «Os pronomes de primeira e segunda pessoas usam-se como *função exofórica* ou contextual, isto é, fazem referência a algo existente fora do texto, aos participantes no ato comunicativo. [...] Assim, a presença do *eu* no texto escrito não reproduz ou substitui um termo empregado antecedentemente, mas refere-se ao falante, enquanto este se acha “fora” do mesmo texto» (Guimarães, 1997⁵: 36).

⁹⁴ Dois elementos, pois, que apelam ao romantismo insito da autora: «Admito ter falhado em trasladar para estes escritos êxtases e intemperanças do sentimento que nos dão as últimas notícias do homem. Não enjeito o fracasso. Ele é puramente romântico» (p. 8).

⁹⁵ Adriano combate contra o futuro que o progenitor, Negrão, tinha projetado para ele. Mas a sua coragem limita-se apenas a contradizer e a enfurecer o pai: este era republicano e Adriano decide tornar-se monárquico, gostava do branco se o pai preferia o preto.

⁹⁶ Adriano veste não tanto o hábito do protótipo heroico – Odisseu – mas, se quisermos o do *meio-herói*, por assim dizer. Nas lendas mediterrânicas e principalmente aquelas que nos foram legadas pelas epopeias gregas e romanas, a figura do herói representa aquele que combate pela honra dos seus antepassados, aquele que conquista o sucesso e a glória em batalha, e aquele que em seguida é ovacionado em pátria, ou seja, o doador de uma estirpe histórica à sua terra. N' *A ilha de Circe* temos o percurso inverso. cf. Gomes de Pina.

atreva-se primeiro a desobedecer aos cânones de leitura dos clássicos (Magalhães, 1992: 153), questione a aridez da própria interioridade e torne-se o herói⁹⁷ que todo o autor espera que um leitor se torne, pois «dos vencidos não reza a história porque se renderam à razão» (p. 8).

Referências bibliográficas

- ANES, José (2005) 'Testemunho sobre Natália Correia'. In Ângela ALMEIDA & Francisco REGO COSTA (coord.) *In memoriam Natália Correia*, S. Miguel: Fórum Culturas - Aço Plus, 105-106.
- CORREIA, Natália (16 de junho de 1992) "Em paz com os deuses", in *Jornal de Letras*.
- CORREIA, Natália (2001) *A ilha de Circe*, Lisboa: Editorial Notícias.
- DACOSTA, Fernando (2005) 'Uma mulher inigualável'. In Ângela ALMEIDA & Francisco REGO COSTA (coord.) *In memoriam Natália Correia*, S. Miguel: Fórum Culturas - Aço Plus, 71-74.
- DIELS, Herman & KRANZ, Walter (1967¹²) *Die Fragmente der Vorsokratikwer*, Dublin-Zürich: Weidmann.
- GOMES DE PINA, Maria da Graça (2009) 'Uma transposição atlântica do mito de Circe (Natália Correia)'. No prelo.
- GUIMARÃES, Elisa (1997⁵) *A articulação do texto*, São Paulo: Editora Ática.
- KONG-DUMAS, Catherine (setembro 1984) "Recensão a A ilha de Circe", in *Colóquio / Letras* 81, 85-86.
- MARTINHO, Fernando (1996) Tendências dominantes da poesia portuguesa da década de 50, Lisboa: Edições Colibri.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de (julho de 1992) "Os véus de Artémis: alguns traços da ficção narrativa de autoria feminina", in *Colóquio / Letras* 125 / 126, 151-168.
- MOURÃO, José Augusto (julho - outubro 1988) "A sedução do múltiplo. Natália Correia: literatura e paganismo", in *Colóquio / Letras* 104 / 5, 85-92.
- PLATÃO (1991) *O Banquete*, trad. e notas por Maria Teresa Schiappa de Azevedo, Lisboa: Edições 70.
- PROENÇA FILHO, Domício (1986) *A linguagem literária*, São Paulo: Editora Ática.
- SEIXO, Maria Alzira (março de 1984) "Dez anos de literatura portuguesa (1974 / 1984): ficção", in *Colóquio / Letras* Balanço 78, 30-42.

20. HELENA ANACLETO-MATIAS



HELENA ANACLETO-MATIAS, Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou duas pós-graduações: como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), enquanto bolseira do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College, EUA, 1990), com uma bolsa Fulbright. Publicou artigos em Portugal nas áreas da Linguística, Estudos Culturais, Literatura e Tradução e, como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago de Compostela (2003), Bruxelas (2006), Chipre (2007) e Valência (2008).

O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer, desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP, Viseu, 2001).

Ensinou Língua Portuguesa como Língua Estrangeira no Porto e Matosinhos (1992 / 93) e na Bélgica (2006 / 2007).

É a sétima vez que participa com comunicações nos Congressos ligados à Lusofonia (desde novembro / 2003 em Bragança, até abril / 2009 em Lagoa, São Miguel – Açores) e atualmente (desde 1993) é docente do Instituto Politécnico do Porto na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

Desde setembro de 2008 encontra-se a frequentar a parte curricular do Curso de Doutoramento em Estudos Anglo-Americanos, vertente Tradução, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Katherine Vaz em Tradução: "Fado e Outras Histórias" como recuperação da Memória Açoriana HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO, hanacleto@iscap.ipp.pt

Katherine Vaz é uma representante viva da essência do ser e da identidade Luso-Americana. "Fado and Other Stories" demonstram como os usos e os costumes açorianos sobrevivem no imaginário coletivo de um grupo étnico nos Estados Unidos da América do Norte (E. U. A.). Em tempos defendi a ideia de "cristalização no tempo e no espaço" de características nacionais no terreno da diáspora; gostaria de rever esse conceito, passando a apresentá-lo como uma reconstrução da memória no tempo e no espaço longínquos. Trata-se de re-escrever uma realidade com o filtro da distanciação no tempo e no espaço: a estória que se conta não é exatamente a sua, mas a dos bisavós; a estória que se conta não é exatamente a sua, mas é passada num Não-lugar, que é a Mãtria – e é precisamente por ter essa distanciação que se torna sua, porque é uma estória elevada a história e é a sua compilação que forma a História dos Açorianos nos EUA.

Além do aflorar das preocupações com a Atemporalidade e a Distopia, serão tecidas considerações sobre a necessidade imperiosa de traduzir a literatura portuguesa para inglês e de recuperar leitores portugueses para a literatura que é escrita sobre eles noutras línguas, tomando Katherine Vaz como um exemplo. As metáforas da tradução como porta e como ponte (Cronin, 2006:17) ilustrarão aspetos como a (in)visibilidade do Tradutor, a noção de coautoria por parte do Tradutor, a dimensão universalizante da obra antes e depois de ser traduzida, a técnica da tradução, os canais transmissores das traduções (as casas editoras) e os estudos da receção da obra traduzida por parte do público consumidor de literatura.

0. Introdução: Literatura Étnica

"Os seus avós de sangue
estão enterrados na terra natal,

⁹⁷ Como dizia Natália: «Porque sendo o herói o indivíduo que encarna o que não acontece aos outros, esse extraordinário da vida, sem o qual existir é sujeição aos privilégios da idiotia, a novelística sem heróis, ainda que estilizada em ajardinado exercício literário, não passa de um perfume para disfarçar o mau cheiro do rebanho» (p. 8).

nas ilhas”
(Vaz, 2003: 114).

O termo “Literatura Étnica” tem sido referido desde, pelo menos, os anos 80-90 como querendo dizer «Literatura de um conjunto de autores que se identificam com um determinado grupo étnico, geralmente alheio à maioria (ainda?) dominante nos Estados Unidos da América anglo-saxónica, protestante e branca, os tão chamados WASPs». Numa altura em que Barack Obama se torna Presidente dos EUA, há toda uma previsão de alteração do cenário étnico.

Não se preconiza uma radicalização de triunfo do grupo étnico dos Negros, mas, sem dúvida que as peças no xadrez no jogo do poder se alteraram: já não são “primeiro as peças brancas”... as peças pretas do xadrez do jogo acabam por ser de igual importância, sem primazia de umas em detrimento das outras. O mesmo acontece com o grupo étnico dos WASPs e com o grupo étnico dos Negros.

Foi na altura dos anos 80-90 que se popularizaram Cursos e Disciplinas nos currículos universitários Norte-Americanos relacionados com as minorias em geral e em particular, quer sejam as minorias religiosas, quer sejam raciais, quer sejam as minorias de orientação sexual. Foi este interesse específico em áreas que não pertenciam à maioria dominante que deu origem ao desenvolvimento das disciplinas ligadas aos Estudos da Mulher, à Literatura Negra, ou aos Estudos Gay e Queer, por exemplo.

A conceção de “Literatura Étnica” tem sido aceite como pertinente por muitos autores e críticos, mas também tem sido questionada como sendo ou não de valor: será que é legítimo e importante subdividir a Literatura em subáreas étnicas? Será que é do interesse e é relevante para essas minorias étnicas que exista algo nos Estudos Literários que separe as suas literaturas da maioria, conferindo-lhes um estatuto especial e à parte? Não estaremos a proceder a uma estratificação cultural, defendendo uma segregação literária? Ou, pelo contrário, se procedermos a uma definição de “Literatura Étnica”, não estaremos a valorizar, isto é, a reconhecer o devido valor às minorias étnicas e a reconhecer um status quo que pertence às suas literaturas? Não será, portanto, relevante estudar e divulgar essas literaturas para que a sua importância seja reconhecida por todos?

No fundo, a própria definição de “Literatura Étnica nos Estados Unidos da América” não é pacífica; se para uns significa literatura com uma temática étnica escrita em inglês, não faltarão vozes que defendam que essa mesma literatura deveria ser escrita nas línguas nacionais dos grupos étnicos aos quais os autores pertencem, para as divulgar na maior parte dos Estados Unidos da América e no resto do mundo. Há que considerar igualmente a importância indiscutível de traduzir de e para outras línguas as literaturas minoritárias e criar, indubitavelmente, unidades curriculares universitárias e / ou no Ensino Superior que emancipem este tipo de estudos, nomeadamente os Estudos Açorianos.

É neste enquadramento ideológico do questionar que se propõe uma reflexão sobre a seguinte problemática: será legítimo considerar que existe uma Literatura Luso-Americana-Açoriana? E, partindo da hipótese que é legítimo, proceder-se-á a uma exploração deste conceito no enquadramento mais alargado dos Açorianos. Para tal exploração, tenta-se ilustrar os argumentos com uma possível abordagem de uma escritora Americana que, congregando em si a Costa Leste e a Costa Oeste dos EUA, bem como a herança cultural açoriana, é um bom exemplo do multiculturalismo de proveniência açoriana.

As razões que levaram à sua escolha para ilustração deste argumento são de interesse relevante. Por um lado, Katherine Vaz, é californiana, mas trabalha na Costa Leste e já se apresentou pessoalmente em Portugal, promovendo as suas obras, as quais já foram traduzidas para português; aliás em edições muito recentes, como é o caso da obra *Fado e Outras Histórias*, cuja primeira edição traduzida para a língua portuguesa data de agosto de 2003.

Faz-se uma abordagem de enquadramento desta obra com uma vertente integrada nos Estudos da Tradução. De facto, a relação linguística, cultural e translatória da obra desta escritora com a sua tradução publicada em Portugal é marcante.

Passe-se agora a um carácter mais descritivo do que propriamente polémico e que mostra o grupo étnico dos Açorianos e dos Continentais enquanto componentes da população presente nos EUA. Existe uma entidade presente na população Norte-Americana: seria possível descrever uma comunidade da Costa Leste com pormenor, já que nos foi possível estudá-la enquanto observadora-participante desta mesma comunidade. Ainda que tenha sido uma investigação de curta duração – seis meses, sensivelmente – e há já bastante tempo, muitas das observações feitas são, certamente, atuais e relevantes para o enquadramento étnico que se pretende fazer.

Quanto à bibliografia proposta tem, desde já, duas vertentes essenciais: por um lado há a preocupação de utilizar temas de abordagem sociológica para uma melhor compreensão dos Açorianos Americanos e, por outro lado, há a preocupação de inclusão de autores que versam os Estudos da Tradução.

Para ilustrar as diferenças culturais dos Açores de há cerca de cinquenta anos atrás relativamente às dos EUA, gostaria de citar um excerto de uma entrevista que fiz na Ribeira Grande em 1991 a um ex-emigrante reformado que tinha trabalhado na montagem dos caminhos-de-ferro, na América do Norte:

“Nos Açores, eu nunca tinha visto um comboio. Lá na América só se liam letreiros que eu não percebia e o metro era a correr muito. E tudo o que eu tinha levado comigo era um pãozinho embrulhado num jornal, debaixo do braço, que, de nervoso, nem me apetecia comer”.

1. Grupos Étnicos

*“Por vezes, é mais do que se pode suportar,
a insularidade de todas as nossas vidas”*
(Vaz, 2003: 113).

O estudo dos grupos étnicos Norte-Americanos constitui matéria de interesse fascinante em termos antropológicos, especialmente após a luta pelos direitos civis dos anos cinquenta e sessenta do século XX, quando o sentido de grupo e de pertença a um grupo se desenvolveu e nos anos setenta as lutas pela ação afirmativa culminaram na autoidentificação dos Norte-Americanos através daquilo que se pode chamar uma “hifenização”. O hífen liga dois continentes e é comum um Norte-Americano dizer que é Asian-American ou Italian-American, por exemplo. Grande parte da autoidentificação nacional do comum Norte-Americano passa por se identificar com o stock étnico dos seus antepassados. A noção de América enquanto “melting pot” proposto por Israel Zangwill⁹⁸ ou uma “Nação de Nações” como Walter Whitman

⁹⁸ Segundo Max Lerner em “People and Place” in *Nation of Nations*, Peter Rose, ed., Nova Iorque, Random House, 1972, p 117, a imagem de Israel Zangwill da “melting pot” é uma metáfora perigosa: “[It is] a dangerous metaphor since it implied that all the immigrant strains must be purified by being assimilated with something more American”. A assimilação significa, segundo Peter Rose, conformidade com as atitudes anglo-saxónicas (in *They and We*, Nova Iorque, Random House, 1990), e por isso, perda de particularidades de cada grupo étnico. Lerner também mencionou a imagem de pluralismo cultural de Horace Kallen nos Estados Unidos da América como uma sinfonia, em que a orquestra toca uma música harmoniosa pelas diferentes secções de sopro, teclas, cordas e percussão.

sugere metaforicamente no seu poema, desenvolveu-se a partir do papel importante que o sentimento de pertença a um grupo específico desenvolveu na formação daquele país. “Diversidade” e “pluralismo” são dois dos aspetos mais publicitados da cultura Norte-Americana.⁹⁹

Estes dois aspetos foram usados para encorajar pessoas a emigrarem para a América. “Tolerância, liberdade, igualdade, oportunidade” foram palavras-chave para os Açorianos que demandavam as terras da América do Norte; não podemos esquecer que muitos emigraram também para o Canadá. Apesar de parecer algo agradável, os emigrantes sabiam que haveriam de encontrar um mundo novo estranho, mas mesmo assim iam, e em grupo. Nos tempos primordiais e coloniais, muitos dos colonos podiam ser apenas uns marinheiros isolados, que se deslocavam nos mares sem as famílias, mas à medida que o tempo de povoamento europeu se foi desenvolvendo, as pessoas que iam para os Estados Unidos da América iam quando já tinham alguém que os ajudasse lá a instalar-se.

Estariam preparados para fazer o mesmo por um parente recém-chegado no futuro, quando eles próprios já lá estivessem instalados. Formariam, assim, uma cadeia entre o Velho Continente e o Novo Mundo, com uma teia social de malhas bastante apertadas. À medida que os diferentes grupos de colonos começavam a sua vida num lugar específico do continente, a identificação dos indivíduos com o seu grupo ia-se tornando particularmente forte. “Nós, os ingleses da Virgínia,” por oposição àquilo que “os alemães da Pensilvânia” estavam “a fazer por lá”, tornou-se uma forma de compreender a diversidade que todos os imigrantes levaram com eles. A diversidade Norte-Americana é criada a partir dos diferentes costumes levados do “Old Country”, bem como a partir das diferentes maneiras, segundo as quais esses hábitos se foram adaptando às novas formas de vida.

Noutros países o etnicismo está profundamente ligado à manutenção dos stocks locais originais. Nos Estados Unidos da América, à medida que os grupos de Americanos Nativos iam sendo aniquilados através do genocídio pelos colonos europeus, o etnicismo tornou-se cada vez mais ligado à importação de novos stocks através da imigração.

Numa perspetiva alargada, a imigração é uma das tendências dinâmicas que deu forma à cultura Norte-Americana. O que torna os Estados Unidos da América um caso original de etnicismo é o facto de, excetuando os Americanos Nativos, todos os grupos étnicos provirem de origem estrangeira ao país, e apesar de estarem orgulhosos das suas raízes étnicas, também se organizam hierarquicamente segundo o princípio que dita que “os melhores são os mais antigos”.

Um dos efeitos da crença em tal escala é o fenómeno da obsessão com o tornar-se bem-sucedido, tentando “fazer uma vida melhor do que aquela que tinham no país de origem”. O culto da mobilidade social enquanto símbolo do estatuto do grupo desenvolve rivalidade e competição entre os vários grupos étnicos. Um exemplo é a dicotomia racial entre brancos e negros: “*Today, whites tend to exaggerate how well and how quickly they escaped from poverty, and contrast their experience with poverty-stricken Negroes.*”¹⁰⁰

Os indivíduos e os grupos étnicos que estão mais bem apetrechados para serem bem-sucedidos na nova sociedade são aqueles que são mais parecidos com os da maioria. Neste sentido, “integração” está baseada na capacidade de alguém se tornar assimilado dentro do grupo dominante. Isto também significa que aqueles que são mais aceites são aqueles que são mais capazes de se conformarem com aquilo que é considerado a norma. Aqueles que recusam conformismo à(s) maneira(s) dos anglo-saxões encontram mais dificuldades do que aqueles que se conseguem adaptar ao grupo dominante.

Quanto mais o grupo se expõe a uma tradição urbana e industrial no país de origem, mais rapidamente tem a oportunidade de ascender na “escada do sucesso” no novo mundo. Um grupo que tem um talento especial ou que é especialmente instruído, que aliás não é vulgarmente o caso na história da imigração¹⁰¹ tem uma melhor oportunidade de se integrar na nova sociedade. A sociedade de acolhimento vê vantagens em aceitar o novo grupo, pois este será visto como uma aquisição de valor e como tal digna de ser bem acolhida.

Tornar-se integrado geralmente significa ajustar-se às formas preexistentes. Quanto mais rapidamente o grupo se consegue “americanizar”, melhores são as suas oportunidades de competir e ganhar num sistema capitalista superdesenvolvido e corporativo. Por isso, o grupo tem de compensar a perda – mais ou menos voluntariamente – das suas formas originais através da valorização daquilo que é particular ao seu grupo.

Superficialmente, o etnicismo Americano manifesta a individualidade do grupo através do consumo de “comidas étnicas”, e através de festividades e celebrações trazidas dos países de origem. E é este último aspeto que interessa mais no contexto antropológico. No entanto, após alguns anos ou gerações, estes costumes tornam-se diferentes daqueles que foram trazidos originalmente. Nos Estados Unidos da América os costumes açorianos sofrem uma evolução que é separada da evolução que os mesmos costumes sofrem no país de origem. Por isso não são os mesmos que eram quando foram levados para a América, e também são diferentes daqueles que coexistem no tempo no país de origem.

É exatamente porque a sociedade Norte-Americana é muito diversificada que o laço comum a todos os grupos étnicos terá de ser o respeito pelo pluralismo e pela igualdade de direitos entre aqueles grupos. Todos os grupos étnicos começam por ser “mais um grupo de imigrantes que chega aos Estados Unidos”. Defende-se que num estágio primordial de etnicismo, o laço comum que produz unidade dentro da diversidade é a tentativa de prolongar e conservar as características daquilo que foi deixado para trás. Nessa tentativa, as características sofrem uma evolução e afirmam-se, tornando-se nos traços culturais e étnicos adaptados. As estórias passam de episódios para histórias que no seu conjunto formam a História.

Nos EUA há importações de formas étnicas de outros países e as formas de etnicismo não são diretamente “transplantadas” para o novo continente, mas antes refinadas e adaptadas. Nem mesmo a terceira geração, durante tanto tempo considerada na história da crítica da imigração como aquela que “regressou às raízes”¹⁰², consegue reproduzir as formas do país de origem na América. Não há um “transplante”; há uma reconstrução da memória no tempo e no espaço longínquos. As formas das comunidades étnicas açorianas são construções sociais de expressões culturais e não as expressões em si próprias (Wolfe, 1982: 56)¹⁰³.

Independentemente de essas comunidades serem ou não um enclave, protegidas das pressões da maioria ou num gueto mais ou menos em paralelo com a maioria, não é verdade que as reproduções sejam fiéis. Não se deve tomar nenhuma Chinatown ou Nihon-machi em nenhuma cidade Norte-Americana, como uma amostra realista com o que a República Popular da China ou o Japão se parecem, independentemente do que turistas sequiosos com uma máquina de filmar, desejosos de provar comidas “diferentes”, escolhem acreditar.

Para ilustrar a ideia de que um grupo étnico nos Estados Unidos da América não é uma réplica fiel das sociedades das quais ele provém, pode-se citar Whitman: “*a child, very old, over waves, towards the house of maternity, the land of migrations, looks afar*” (WHITMAN, 1855: 266).

⁹⁹ Quando afinal “pluralismo”, segundo Peter Rose em *They and We* é apenas um aspeto do processo de um estrangeiro se ajustar à nova cultura do país em que vive. Nesta obra, Peter Rose propõe três termos diferentes: “assimilation, amalgamation, cultural pluralism”. Segundo este autor, os imigrantes que foram assimilados pela sociedade Norte-Americana foram integrados através do conformismo com as maneiras de viver dos brancos protestantes anglo-saxónicos, os tão chamados “Wasps” (White Anglo-Saxon Protestants). A “fusão” corresponde ao conceito de “melting pot” com o intercâmbio de ambas as culturas. “Pluralismo cultural”, continua Rose, traz riqueza à nação acolhedora como um todo, pois recebe contributos das várias tendências nacionais dos países de onde os imigrantes vieram.

¹⁰⁰ In Kerner Commission, “Comparing of Immigrant and the Negro Experience”, in *Nation of Nations*, op cit, p 230.

¹⁰¹ E anos de escolaridade estão sem dúvida ligados ao estatuto social bem como com as capacidades económicas: “The rich stay in Europe... it is only the meddling and the poor that emigrate”. Max Lerner, in *Nation of Nations*, op cit, p 112.

¹⁰² Nomeadamente pela escola que acredita na teoria de Marcus Hansen relativa à terceira geração de imigrantes como personagens-chave da reconciliação entre as formas que os imigrantes deixaram no país de origem e aquelas que eles desenvolveram nos Estados Unidos da América. In, Marcus Lee Hanson, “The Study of Man. The Third Generation in America” in *Commentary*, 1952, pp 492-500.

¹⁰³ In Eric Wolfe, *Europe and the People Without History*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1982.

2. O Fado Açoriano-Americano

*“Ela perdeu o marido
no mesmo barco
que matou o teu pai”
(Vaz, 2003: 114).*

A reescrita da memória não vem em primeira mão; Katherine Vaz reconstrói a história dos Açores recontando, à sua maneira, “Fado e Outras Histórias”. Quem nos garante que a ficção de Katherine Vaz não passa por aquilo que se chamava “o realismo mágico” e não é moldada através da memória das estórias que o seu Pai açoriano lhe contava em criança? Há uma óbvia distanciação no espaço: de uma ilha para um continente, de uma aldeia para uma urbe, da Europa para a América. Por seu lado, há também distanciamento no tempo: não é necessariamente um tempo cronológico, mensurável em relógios ou calendários. É uma distância num tempo imaginado, de um tempo “perdido da infância” no dizer de Sophia de Mello Breyner, de um tempo que já passou e que se reconstrói num presente ficcional atualizado na leitura de cada leitor.

Referindo-se aos descendentes dos Açorianos, Katherine Vaz afirmou: “Somos tão tristes, tão quimicamente tristes que escorre de nós” (Vaz, 2003: 111-112). Neste livro, há referências ao Nosso Senhor do Bonfim, quando se fala na prima do Brasil. Xica Adelinha Costa e Rosa – a menina – criam uma relação de proximidade. Fala-se em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. A criança conhece as tradições religiosas da terra dos seus ancestrais açorianos: conhece o Rosário dividido em Terços, divididos os Mistérios em “Gozosos, Dolorosos e Gloriosos”. A professora do oitavo ano era a Irmã Ângela. Rosa, a certo ponto afirma com a voz de Katherine Vaz: “Era a primeira vez que eu já sentia saudades de alguém que ainda tinha e a minha primeira lição de que a alegria verdadeira não gera memórias, mas partículas físicas” (Vaz, 2003: 113).

2.1. “Fado” e uma possível pseudo-sinopse.

A obra de Katherine Vaz, californiana a viver na Costa Leste engloba: “Fado and Other Stories”, que teve a 1ª edição em português em agosto de 2003; também escreveu “Mariana” e “Saudade”. Nas traduções usa-se a língua portuguesa e a sua sonoridade naquilo que a própria Katherine Vaz chamou os “shh, shh’ sounds” (os sons sh, sh). De raízes católicas, Katherine Vaz aceita notoriamente a noção do milagre, o extraordinário não é incomum. Pelo contrário, a autora escreve com aquilo que já foi intitulado como “Magical Realism”. No conto “Fado” do livro “Fado e Outras Histórias”, Katherine Vaz criou um universo onírico que se entende pela sua extrema lucidez: a história de uma criança que convive com uma senhora algo marginal da sua comunidade mostra como os sentimentos universais de fidelidade, de amor materno e fraterno são cultivados na comunidade Açoriano-Americana com a variante da interpretação local. Fala-se de uma “pátria açoriana” na “Atlântida”, como exemplo de um Lugar-sem-Lugar pois podia ser um local em qualquer ponto do Mundo. E é essa característica que torna esse lugar – Inter-Mundos – especial.

As descrições de Chica Adelinha Costa como o território da Mãria roubada à experiência de poder ser Mãe do seu próprio filho, já que ele é incapaz intelectualmente levam a pensar nas personagens confundidas com o espaço, ou talvez melhor, as personagens como símbolo do próprio espaço. Já a infidelidade da nora de Chica pode ser interpretada como o desenraizamento de costumes do Velho Mundo que descambam em vícios no Novo. No fundo há a noção de que perder as raízes originais projetando-as de maneira diferente na terra de acolhimento são sintomáticas da afasia do filho de Chica. A existência da Não-Linguagem mostra a universalidade da palavra e do contraste com aqueles que não têm voz, e que, portanto, não têm identidade. A intervenção do Padre como elemento instituído da Religião Católica que leva, afinal, à morte daquele que não tem voz, mostra que, afinal “era o fado” que ditava todas as tendências do destino de cada personagem. A aniquilação na água, ou seja, o afogamento do filho de Chica significa a inversão de tudo aquilo que era esperado: um batismo pela água termina num velório trágico – e de novo a simbologia da água, que é diferente para os Açorianos: a água é fonte de vida, tal como o líquido amniótico a envolver o bebé, que é a Ilha, é fonte de alimento, como o fornecimento de peixe para o dia-a-dia; mas a água é também símbolo de distanciamento das nossas realidades de vivências no Novo Mundo e é também, e sobretudo, símbolo de morte para todos aqueles que perderam alguém querido nas águas.

2.2 Atemporalidade em “Fado”.

“Marulho: não há palavra em inglês que descreva este bramido das ondas a rebentarem na praia, Manuel. Penso no mar de marido cheio de barulho”.

Katherine Vaz tem preocupações com a Atemporalidade, já que as suas histórias se poderiam passar num Tempo sem tempo; Katherine Vaz também se situa num território da Distopia, pois as suas histórias são geograficamente universais.

Há, sem dúvida, a necessidade imperiosa de traduzir a literatura portuguesa para inglês com o objetivo de haver uma maior divulgação; também existe a necessidade de recuperar leitores portugueses para a literatura que é escrita sobre eles noutras línguas, tomando Katherine Vaz como um exemplo. As metáforas da tradução como porta e como ponte de Michael Cronin ilustram bem aspetos da Tradução como abertura para um novo mundo de possibilidades e também como ligação entre duas culturas.

Quanto à questão da (in)visibilidade do Tradutor, por haver respeito pelo texto que está a ser traduzido e pelo manter da identidade do Autor expressada no estilo dele, mas na língua da receção, ter-se-ia de fazer um estudo aturado de análise comparativa de discursos (o original e a tradução publicada), nas suas vertentes enunciativas para ficar com uma noção mais precisa. Do outro lado da barricada está a noção de coautoria por parte do Tradutor, que defende a visibilidade da figura do Tradutor como um segundo Autor. A dimensão universalizante da obra antes e depois de ser traduzida, é sem dúvida diferente, dependendo do número de leitores a que pode chegar nas duas línguas. Por vezes a técnica da tradução do tradutor tem de ser ditada pelas regras de mercado que os canais transmissores das traduções (as casas editoras) se veem obrigadas a impor devido a necessidades económicas de chegar a um público mais alargado. Também seria interessante centrarmo-nos nos estudos da receção da obra traduzida por parte do público consumidor de literatura.

Relativamente à questão da Atemporalidade de Katherine Vaz, há a observar que também há tendências universalizantes neste aspeto. Tudo é cronologicamente imensurável, pois é como se a ação estivesse estacionada num tempo que não é cronológico. A vida e o tempo em “Fado” não se medem nem pelo relógio, nem pelo calendário; a vida decorre ao próprio ritmo psicológico do desenrolar das necessidades das personagens se revelarem umas às outras, ou o mesmo é dizer, de se revelarem ao leitor.

A noção de um tempo estático, imóvel é apenas contrariada pelo desenrolar dos acontecimentos; o tempo é o de “la recherche du temps perdue” – um tempo de memória daquilo que aconteceu com os antepassados no Mundo Açoriano e que é revivido no Mundo Americano, Novo. Há que lembrar que os filtros dessa ressurreição da Temporalidade têm como base o distanciamento: tanto temporal, como também o distanciamento espacial. Não podemos esquecer a noção de “Verfremdung” de Bertold Brecht como ilustradora do conceito de Katherine Vaz com o distanciamento quase impessoal, e no entanto tão cheio de emoções: mágoa, saudade, (in)conformismo com o Destino, o “Fado” que está reservado a cada uma das personagens.

3. CONCLUSÃO

Na obra há referências à alimentação açoriana: carne de porco em vinha-d’alhos, torresmos; referem-se os baleeiros que afundavam; há referência às rendas que Teca, irmã de Chica, fazia; há referência às Famílias Portuguesas em Lodi a criarem canários, periquitos, mainás e papagaios falantes; refere-se igualmente que o pai da Rosa tocava: “Navegar é preciso / Viver não é preciso”. E há a definição de Saudade que é pungente. “Fado”, de Katherine Vaz, em tradução, mantém a versão no original português “Fado” no meio de vocábulos ingleses, fazendo crer que seja intraduzível. O mito da (in)traduzibilidade sugere várias considerações: parece ser verdade, pelo menos, que quando se considera que uma palavra é intraduzível, chega-se, no entanto, ao nível da intraduzibilidade de conceitos. Quando se pensa na questão do conceito, está-se a passar para o nível semântico-ideológico e para o lado pragmático no sentido cultural. De facto, a cultura do autor e a do tradutor vão, certamente, influenciar a escolha dos vocábulos que transmitem determinados conceitos. O mesmo acontece na receção. O conceito de “fado” pode ser entendido por um leitor de uma obra como a canção típica portuguesa, mas também no contexto de entender “Fado” como “Destino”, que o leitor português entenderá no título traduzido por Isabel Alves; no entanto, será que acontece o mesmo com o leitor de língua materna inglesa lendo o título original, “Fado and Other Stories”? Certamente que o impacto cultural evocado na mente dos dois leitores não é o mesmo. Prevê-se um estranhamento por parte do leitor de expressão inglesa pela suposta “intromissão” da palavra estrangeira para ele, a portuguesa “Fado”. Por seu lado, a tradutora teve a tarefa de traduzir o título “Fado and Other Stories” algo “facilitada”: numa economia de quatro palavras, uma já está traduzida no seu original, o que representa 25% do título!

Quanto à questão da visibilidade do tradutor em relação ao autor, há vários pontos a considerar: por um lado há a possibilidade de comparar um tradutor a um intérprete nas suas prestações translatórias; se houver um caso de comparação, tem-se talvez forçosamente de concordar que o intérprete é mais visível que o tradutor, tanto a nível propriamente da presença física, que é o que menos interessa, talvez como a nível do resultado da produção do seu trabalho. O intérprete é visível na sua cabina de interpretação (refere-se aqui o intérprete de conferência, não contemplando na presente instância os intérpretes de acompanhamento ou de comunidade). Mas além da presença física verificável ao microfone, a visibilidade que é importante referir, é o conjunto de marcas que o intérprete deixa no seu discurso falado.

O intérprete tem de, por vezes, resumir o discurso do orador, por vezes tem de fazer paráfrases, por vezes tem de clarificar a verdadeira intenção do orador, quando este, em subtilezas de retórica quer dizer mais do que aquilo que realmente diz ou quando quer expressar precisamente o contrário, com tendências irónicas.

No caso do tradutor literário por excelência, a presença não se sente tanto como a do intérprete mas, estilisticamente é certo que é mais visível do que no caso do tradutor científico-técnico, por exemplo. O tradutor literário deve ser “tão próximo do original quanto é possível e tão livre quanto for permitido,” no dizer de Newmark.

O tradutor vê o seu trabalho registado, editado e publicado, na melhor das hipóteses – e daí que haja uma responsabilidade acrescida, pois o seu trabalho pode ser apreciado, mas também depreciado, segundo a visão de quem lê a tradução.

Há a referir a permanência do registo para a posteridade. Um livro traduzido chega a uma faixa mais alargada de público do que se permanecesse não traduzido.

Em questões de democraticidade, então, poder-se-ia dizer que o livro traduzido, ao ser acessível a um público mais vasto, serve como instrumento democratizante.

A um nível estritamente literário, há a apontar que o estilo do “Realismo Mágico” do original é mantido na tradução. As personagens saem realisticamente do seu conteúdo onírico, das brumas da Ilha Verde Açoriana, São Miguel, mas também do Faial ou da Terceira. Há um conto relativamente curto – “Febre das Ilhas” – que conta a história de um marinheiro português que se quer ver retratado no muro do paredão que engloba a marina na Horta da ilha do Faial, porque se sente excluído, por apenas os marinheiros não-açorianos terem locais próprios para pintarem uma cena ou uns dizeres.

Mas o tempo e o espaço são universais: a memória Açoriana reconstruída e o espaço do Novo Mundo abordado com os olhos açorianos mostram nesta tradução que a atemporalidade e a localização são universalizantes na recuperação da memória açoriana.

REFERÊNCIAS

Hanson, Marcus Lee. (1952) ‘The Study of Man. The Third Generation in America’. In *Commentary*, 492-500

Kerner Commission, (1972) ‘Comparing de Immigrant and the Negro Experience’. In Peter Isaac Rose, (ed), *Nation of Nations*, Nova Iorque: Random House

Lerner, Max. (1972) ‘People and Place’. In Peter Isaac Rose, (ed), *Nation of Nations*, Nova Iorque: Random House

Rose, Peter Isaac (1990) *They and We*, Nova Iorque: Random House

Wolfe, Eric (1982) *Europe and the People without History*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

21. HELENA FIGUEIRA



HELENA FIGUEIRA, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1997). Linguista da Priberam desde 2002, desempenhando funções no processamento de língua natural (ex.: codificando e mantendo léxicos, escrevendo e corrigindo regras gramaticais) para vários fins linguísticos, como seja o desenvolvimento de

corretores ortográficos e sintáticos para português europeu (ex.: *FLiP*) e para português do Brasil (ex.: *Novo Corretor Aurélio*), o desenvolvimento de motores de pesquisa portugueses em projetos europeus (ex.: TRUST e M-CAST) ou consultoria linguística (ex.: dúvidas linguísticas).

Lexicógrafa coordenadora do *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses* (Texto Editores, 2007); lexicógrafa independente na adaptação ao português europeu do *Dicionário Houaiss de Sinónimos e Antónimos* (Círculo de Leitores, 2007).

Lexicógrafa do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa (2000-2006), desempenhando funções na transcrição fonética, redação, etimologia e revisão do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (Editorial Verbo, 2001), assim como na adaptação ao português europeu do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Círculo de Leitores, 2002).

Principais áreas de interesse: lexicologia e lexicografia, fonética e fonologia, processamento de língua natural.

O acordo ortográfico de 1990 e os corretores automáticos HELENA FIGUEIRA, AFONSO, MENDES, PEDRO MENDES, CLÁUDIA PINTO, Priberam Informática {hgf, amm, prm, cp}@priberam.pt

Alameda D. Afonso Henriques, 41 - 2.º Esq., 1000-123 Lisboa, Portugal, Tel.: +351 21 781 72 60 Fax: +351 21 781 72 79 {hgf, amm, prm, cp}@priberam.pt

Neste artigo pretende-se fazer uma análise do Acordo Ortográfico de 1990 centrada na aplicação prática das novas regras ortográficas em programas informáticos de correção ortográfica e sintática, como o *FLiP* ou o *Novo Corretor Aurélio*. Como exemplo dos casos problemáticos na implementação da nova ortografia na correção ortográfica, apresenta-se a grafia de grupos consonânticos. Pretende-se também examinar o impacto do Acordo em diversos recursos linguísticos e em módulos que podem ser integrados noutros produtos e serviços.

Palavras-chave: Língua portuguesa, ortografia, acordo(s) ortográfico(s), correção ortográfica.

1. Introdução

No âmbito do trabalho que a Priberam vem realizando (Amaral, 2003) na área do processamento da língua natural (PLN), faz todo o sentido questionar em que medida as novas regras decorrentes do "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" **104** (AO) assinado em 1990 irão afetar o comportamento de corretores ortográficos para o português ou de outras ferramentas linguísticas. O presente artigo analisa a problemática da correção ortográfica em que se inserem os corretores da Priberam, cujo funcionamento se descreve resumidamente (ver secção **Error! Reference source not found.**). Segue-se uma discussão da aplicação do AO de 1990 aos corretores ortográficos da Priberam (ver secção **Error! Reference source not found.**), referindo-se um dos casos de implementação problemática (ver secção **Error! Reference source not found.**). Por fim, examina-se o impacto da implementação em recursos ou em módulos que podem ser individualizados e integrados noutros produtos e serviços, a necessidade de uma ferramenta de conversão para a nova ortografia e a possibilidade de criação de produtos destinados a outras variedades de português (ver secção **Error! Reference source not found.**).

Como consideração preliminar, estabelecemos conceitos operatórios de *ortografia*, *erro ortográfico* e *norma*, reiterando que a linguagem escrita não é adquirida e resulta de alfabetização, i.e., de uma aprendizagem (Delgado-Martins, 1996), geralmente institucionalizada, da representação gráfica da oralidade. Tal representação obedece a regras convencionadas, algumas das quais adquiridas de forma explícita. Constitui então a *ortografia* apenas a parte da língua mais convencionada e menos natural, que corresponde à forma gráfica que esta assume nos seus suportes escritos. Enquanto compromisso convencionado entre a fonética e a tradição gráfica, relacionada muitas vezes com a etimologia (Castro, 1987:36), a ortografia foi objeto de aproximações e distanciamentos na sua relação com a fonética e com a etimologia (Marquilha, 1987; Mateus, 2002) e é sobre este movimento que muitas vezes recaem os argumentos apresentados em debates sobre o assunto. Sendo uma convenção estabelecida e estabilizada, é uma das partes menos problemáticas da gramática, talvez a área da língua cujas dúvidas permitem respostas mais perentórias em termos de correção **105**, e é também uma "bitola de uma certa eficiência e categoria sociais" (Mateus, 2002:93).

No caso da língua portuguesa, a ortografia é o único aspeto em que há uma regulamentação explícita através de textos legais. Antes da entrada em vigor do novo AO, e no caso da norma europeia, estavam em vigor dois textos legais, o Decreto n.º 35 228, de 8 de dezembro de 1945 **106** e a sua alteração pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 32 / 73 de 6 de fevereiro de 1973 **107**. No caso da norma brasileira, vigorava o *Formulário Ortográfico* **108**, aprovado pela Academia Brasileira de Letras em agosto de 1943. A par do que foi dito, é de referir que "não se pode pensar no uso de uma língua em termos de «certo» ou «errado» e em variante regional «melhor» ou «pior» [...]. No ensino da língua escrita, contudo, procura-se neutralizar as marcas identificadoras de cada grupo social, a fim de atingir um padrão único abstrato e idealizado que seja supranacional" (Leite e Callou, 2002:57). É neste âmbito da escrita, e sobretudo na ortografia, ligada a fenómenos socioculturais, que mais facilmente se chega à determinação do *erro*, enquanto desvio relativamente a uma norma (Mateus, 2005; Castro, 2003) e ao que é considerado correto. A norma ortográfica, dada a sua estabilidade, deve estar menos sujeita à variabilidade e à subjetividade, e não implica juízos linguísticos, mas apenas o respeito por uma convenção. A noção de *erro ortográfico* é então muito clara para o utilizador da língua, uma vez que tem como referência um sistema rígido, adquirido pela escolarização e objeto de legislação. Ao contrário das noções de *ortografia* e de *erro ortográfico*, a noção de *norma* é bem mais flutuante, sendo um termo genérico que pode incluir os critérios que regulam aquilo que é considerado por um grupo maioritário como linguisticamente correto ou uma variante linguística mais prestigiada sociocultural ou politicamente (Peres e Mória, 1995:36-45). Esta formulação permite múltiplas leituras, pressupondo necessariamente a (co)existência de várias normas. Se para a ortografia é relativamente fácil encontrar referências relativamente à norma, para a pronúncia estas referências são escassas e resumem-se aos (raros) dicionários com transcrição fonética **109** e às indicações de ortoépia em dicionários e vocabulários **110**.

104 Aprovado, para ratificação, na Assembleia da República Portuguesa (ARP) a 4 de Junho de 1991 e publicado a 23 de Agosto de 1991 em *Diário da República*. O texto oficial anotado pela Priberam está disponível em <http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog91.pdf>. O "Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" foi ratificado pela Resolução da ARP n.º 35/2008, de 16 de Maio de 2008, com o correspondente Decreto do Presidente da República n.º 52/2008 no *Diário da República*, n.º 145, de 29 de Julho de 2008.

105 Nos serviços de consultoria linguística, como o que disponibiliza a Priberam em <http://www.flip.pt/Duvidas/>, este é o âmbito em que, estatisticamente, as respostas são mais curtas e dos poucos em que podem ser categóricas.

106 O texto oficial anotado pela Priberam está disponível em http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf.

107 Disponível em http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf.

108 Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=20>, com alterações de 1971, pela Lei nº 5.765, de 18 de Dezembro: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=2453&sid=19>.

109 Para o PE, em dicionários monolíngues, ver *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), *Grande Dicionário Língua Portuguesa* (2004) e *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses* (2007); em dicionários bilingues, ver sobretudo *Grande Dicionário Português/Francês* (1998) e *Dicionário Verbo Português-Inglês* (2000).

110 Para o PE, ver Gonçalves (1966), Machado (2001) e Houaiss (2002).

Para um corretor ortográfico, no entanto, a sinalização do erro ortográfico tem de corresponder a um equilíbrio entre critérios linguísticos, o respeito pela norma ortográfica, as exigências dos utilizadores e as limitações do PLN. Este equilíbrio torna-se mais difícil perante alterações ortográficas significativas, sobretudo se o texto que as regula for ambíguo ou incongruente, principalmente num contexto de ausência de obras de referência autorizadas.

2. CORREÇÃO ortográfica

A ideia da deteção de erros ortográficos e da respetiva correção é introduzida no primeiro contacto com a alfabetização. A correção ortográfica, nomeadamente a tipográfica, foi durante muito tempo apenas feita manualmente e sobre papel, mas a proliferação de textos eletrónicos criou a necessidade de outras formas automáticas de correção. Em termos de PLN, foi na década de 70 do séc. XX que se assistiu ao surgimento dos primeiros auxiliares informáticos de correção ortográfica (Peterson, 1980). Na sua fase inicial, os programas eram essencialmente verificadores ortográficos, pois detetavam erros mas não apresentavam sugestões de correção, só mais tarde evoluindo para corretores ortográficos, que fornecem sugestões para os erros detetados. Os programas de correção ortográfica passaram a ser disponibilizados em processadores de texto, que conheceram nas décadas de 80 e 90 do século passado franca expansão. No início do séc. XXI, os corretores ortográficos contêm já verificação automática e dispõem de opções de correção automática bastante seguras, podendo também ser encontrados em *web browsers*, servidores de correio eletrónico *online* ou sítios de alojamento de blogues.

Na correção de um texto eletrónico há a considerar diversos níveis: ortográfico, sintático e estilístico. Sumariamente, um programa de correção ortográfica permite a deteção de diferentes tipos de erros ortográficos (Medeiros, 1995:60-107), a saber, linguísticos ou cognitivos (ex.: **análize / análise*), tipográficos ou de digitação (ex.: **casamneto / casamento*) e de transmissão (ex.: confusão de ç com c ou de m com n, num texto digitalizado).

2.1. FLiP e Novo Corretor Aurélio

Comercializado desde 1995¹¹¹, o FLiP – *Ferramentas para a Língua Portuguesa* – tem vindo a afirmar-se nos mercados português e internacional como uma ajuda indispensável à escrita e revisão de texto eletrónico. As ferramentas FLiP têm como antecedente, em 1994, o corretor ortográfico *Lince* (Andrade, 1992), que constituiu o primeiro corretor ortográfico comercializado para o português europeu (PE). A gama FLiP é hoje constituída por um conjunto diversificado de produtos, disponíveis para várias plataformas e aplicações, tanto para o PE como para o português do Brasil (PB). Alguns dos componentes do FLiP foram licenciados pela Microsoft para serem incluídos na versão portuguesa do Microsoft Office desde a versão XP. Na versão do pacote de ferramentas linguísticas FLiP 7112, estão incluídos, para o PE, um corretor ortográfico, um corretor sintático e estilístico, nove dicionários temáticos, um hifenizador, um dicionário de sinónimos, um conjugador de verbos, quatro auxiliares de tradução e um editor de texto, bem como corretores ortográficos para alemão, espanhol¹¹³, francês, inglês e italiano. As ferramentas acima enunciadas para o português (PE ou PB) podem ser utilizadas com a ortografia segundo o novo AO, se for selecionada essa opção, estando o FLiP dotado também de um conversor de texto para a grafia segundo o AO de 1990.

O corretor ortográfico da Priberam está também atualmente integrado nos blogues do Sapo¹¹⁴. Além da Corretor ortográfica e sintática, a tecnologia FLiP tem sido usada em diversas áreas do PLN, como seja na indexação do LegiX¹¹⁵, na área de motores de pesquisa (através da participação nos projetos TRUST e MCAST¹¹⁶), na área da recolha de informação em respostas a perguntas (através da participação no CLEF¹¹⁷), na área da extração de informação (sistema de pesquisa nos sites da TSF e do JN¹¹⁸) ou na área do processamento de fala (através da participação no projeto Tecnovoz¹¹⁹).

O primeiro produto específico apenas para o PB foi o FLiP:mac Brasil (2003), seguindo-se o FLiP Brasil (2004) e o Novo Corretor Aurélio (2007). Ainda que os recursos linguísticos sejam diferentes, estas ferramentas baseiam-se no *software* que a Priberam vem desenvolvendo há mais de 15 anos. Contrariamente ao que sucede com o léxico, que é individualizado para o PE e para o PB, a estrutura básica da gramática é partilhada pelos corretores sintáticos da variedade portuguesa e da variedade brasileira; tal acontece porque, salvaguardadas as devidas diferenças, a generalidade das regras sintáticas para a escrita do PB é semelhante à do PE e porque os mesmos fenómenos ocorrem em ambas as variedades do português. As especificidades do PB foram consideradas, nomeadamente construções lexicais fixas e erros ortográficos com implicações sintáticas (por exemplo, o uso problemático da crase).

2.2. Corretor ortográfico: modo de funcionamento

O funcionamento do corretor ortográfico do FLiP baseia-se na comparação das palavras utilizadas num documento com uma lista de palavras (designada por *dicionário*) reconhecidas pelo módulo de Corretor ortográfica. Se uma determinada palavra não for reconhecida, esta é assinalada como errada e são apresentadas sugestões para a sua correção. Nas versões mais recentes da maioria das aplicações da Microsoft, a verificação ortográfica é feita automaticamente enquanto se escreve; neste caso, os erros ortográficos aparecem sublinhados a vermelho. Clicando sobre a palavra assinalada, o utilizador poderá selecionar uma das sugestões de substituição, ignorar a palavra ou adicioná-la ao dicionário. As sugestões são apresentadas por ordem decrescente de probabilidade de se tratar da palavra correta. Na ordenação das sugestões são considerados fatores como a semelhança fonética, a semelhança gráfica, adjacências no teclado e frequência das palavras. O corretor ortográfico não se limita a assinalar erros ortográficos, mas veicula opções no reconhecimento de palavras. Assim, o corretor pode assinalar como desconhecidas palavras dicionarizadas que deliberadamente não quer ver reconhecidas, como palavras

¹¹¹ A primeira versão do FLiP, de 1995, continha um corretor ortográfico, um dicionário de sinónimos e um hifenizador. A segunda versão, o FLiP 97, passou a incluir o primeiro corretor sintático para o português.

¹¹² Está disponível em <http://www.flip.pt/online> uma versão de demonstração com algumas das funcionalidades do FLiP.

¹¹³ Para o espanhol, o pacote FLiP inclui também um corretor sintático e estilístico, um hifenizador e um conjugador.

¹¹⁴ Ver <http://blogs-beta.sapo.pt>.

¹¹⁵ LegiX é um conjunto de ferramentas de informação jurídica da Priberam; ver www.legix.pt para mais informação.

¹¹⁶ TRUST – *Text Retrieval Using Semantic Technologies* – projeto cofinanciado pela Comissão Europeia (IST-1999-56416), para desenvolvimento de um motor de pesquisa multilingue, capaz de responder a perguntas em língua natural, formuladas em inglês, francês, italiano, polaco e português; M-CAST – *Multilingual Content Aggregation System based on TRUST Search Engine* – projeto cofinanciado pela Comissão Europeia (EDC 22249 M-CAST), para desenvolvimento de uma infraestrutura multilingue para permitir a produtores de conteúdos pesquisar, consultar e integrar recursos de vastas coleções multilingues de textos e multimédia, como bibliotecas digitais, recursos de editoras, agências de notícias e bases de dados de publicações científicas (<http://www.m-cast.infovide.pl/>).

¹¹⁷ CLEF – *Cross Language Evaluation Forum* – projeto de avaliação internacional, financiado pelo 6º Programa Quadro da Comissão Europeia, para promover a investigação na área dos sistemas multilingues (<http://www.clef-campaign.org/>); sobre a participação da Priberam na campanha de *Question Answering*, veja-se Amaral (2007).

¹¹⁸ Ver <http://www.tsf.pt/> e <http://www.jn.pt/>, respetivamente.

¹¹⁹ Tecnovoz - projeto financiado pelo programa Prime/PMDT, para desenvolver novas competências nas tecnologias da fala.

obsoletas ou de baixa frequência cujo reconhecimento pode mascarar erros em palavras muito comuns (ex.: *demonstração / demonstração, gostar / gostar, treinador / treinador*). O corretor contém ainda algoritmos de correção automática: erros em que não há dúvidas quanto à palavra que o utilizador pretende escrever são corrigidos automaticamente (por exemplo, a palavra *franças* é imediatamente corrigida para *francês*). Algumas verificações e sugestões ortográficas são detetadas pelo corretor sintático e não pelo módulo de correção ortográfica, dado que este não dispõe de informação contextual. Um caso típico é o das palavras compostas ligadas por hífen. Para expressões como *segunda feira* é sugerida a substituição por *segunda-feira*. Neste caso, não existe erro ortográfico, se considerando as palavras isoladamente; apenas a análise do contexto permite decidir sobre a correção ortográfica do texto em análise.

3. Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 em corretores ortográficos

A ortografia de um adulto escolarizado é, em geral, estável e quase automática, com pequenas áreas problemáticas onde surgem inevitavelmente hesitações ou dúvidas. Uma reforma ortográfica vai desequilibrar essa estabilidade, criando resistências à descaracterização gráfica das palavras cuja ortografia é alterada. As principais resistências de um escrevente às alterações ortográficas relacionam-se, então, não tanto com a memória etimológica das palavras, mas com a sua imagem, memorizada durante a aprendizagem e repetida enquanto escrevente (as formas antigas *absorpcão, condemnar, fructo, orthographia, psalmo, sancto, sciência* ou *victória* são casos em que os utilizadores da língua atual não sentem qualquer desconforto gráfico porque não têm delas memória; alterações como a supressão de acentuação gráfica nos advérbios terminados em *-mente*, como em *praticamente*, estão porventura mais próximas, até pela facilidade de encontrar edições ainda com esta grafia).

Num momento de alterações ortográficas significativas¹²⁰ (a percentagem de palavras a alterar é pequena, mas a frequência de algumas palavras ou famílias de palavras é muito alta), e dado o volume de textos atualmente produzido em formato eletrónico, a confiança num corretor ortográfico é essencial. Por outro lado, e atendendo ao facto de que o corretor verifica a ortografia e oferece sugestões de correção, constitui também um instrumento privilegiado para criar novos mecanismos de tomada de conhecimento, aprendizagem e memorização das alterações ortográficas convencionadas¹²¹.

Aparentemente, como explicitado na "Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" (5.3. alínea e), o texto legal tem preocupações específicas com o PLN, quando apresenta como uma das razões para a manutenção dos acentos gráficos em proparoxítonas e paroxítonas, recuando assim no estipulado pelo texto de 1986, o "alargamento, com a abolição dos acentos gráficos, dos casos de homografia, do tipo de *análise* (s.) / *analise* (v.) [...], casos que, apesar de dirimíveis pelo contexto sintático, levantariam por vezes algumas dúvidas e constituiriam sempre problema para o tratamento informatizado do léxico" (sublinhado nosso). Este argumento não parece, no entanto, ser pertinente, dado o número de ambiguidades entre classes gramaticais que a língua contém e com as quais o PLN tem obrigatoriamente de lidar. Mais do que isso, a eliminação das consoantes ditas "mudas" (ver *Base IV*) vai aumentar o número de palavras homógrafas (ex.: *a(c)to / ato*, substantivo e flexão verbal de *atar*). A mesma consequência terá a eliminação do acento gráfico para distinguir palavras graves que são homógrafas de palavras proclíticas (ver *Base IX*, 9.º). Veja-se como o caso particular da omissão do acento agudo na 3ª pessoa do singular do indicativo do verbo *parar* (*para*) irá criar um par homógrafo no PE (mas homónimo no PB), dificultando o reconhecimento e a leitura de frases como "Por vezes para para garantir que não é poeta"¹²². Além disso, esta opção parece ser inconsistente com o estipulado no nº 3 da *Base VII* para o caso do verbo *pôr* e da preposição *por*¹²³ (sublinhado nosso): "Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas [...], do tipo de [...] *colher* (ê), verbo, e *colher* (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal *pôr*, para a distinguir da preposição *por*."

O texto do Acordo de 1990 não prevê soluções para muitos dos problemas que cria e é lacunar, ambíguo ou incoerente em alguns aspetos, pelo que foi necessário definir linhas gerais explícitas e fornecer ao utilizador a explicação de algumas opções tomadas pela Priberam¹²⁴. Estas opções tiveram de ser tanto mais explícitas quanto mais sentida foi a ausência de instrumentos lexicográficos autorizados, nomeadamente o "vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa", previsto no Acordo (ver *art.º 2.º*), que permitiria substituir (ou complementar) as obras tidas como referência maior, de que são exemplo o *Tratado de Ortografia* e o *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves (1947; 1966) ou o *Vocabulário Ortográfico* da Academia Brasileira de Letras (1981).

É forçoso que exista a curto prazo um instrumento comum, como um *thesaurus* da língua portuguesa, mas será útil ir mais longe e permitir a criação de vários vocabulários ortográficos autorizados consoante a norma de cada país, de que o "vocabulário comum" poderia ser a súpula. Estariam então, de alguma forma, organizadas *subortografias nacionais*, como propõe Ivo Castro¹²⁵, no seguimento da sua defesa de uma "versão fraca de unificação" (Castro, 1987:8), para evitar uma grande variação interna dentro de cada espaço nacional. A "Nota explicativa" do Acordo indicia uma solução semelhante no ponto 4.4 quando afirma que "os dicionários da língua portuguesa, que passarão a registar as duas formas em todos os casos de dupla grafia, esclarecerão, tanto quanto possível, sobre o alcance geográfico e social desta oscilação de pronúncia" (sublinhado nosso).

2.3. Implementação das alterações

A implementação das alterações ortográficas preconizadas pelo Acordo de 1990 implica modificações significativas nos módulos de correção, mas também opções de fundo que podem refletir vários cenários e implicar diferentes soluções técnicas. A Priberam tem acompanhado atentamente todo o processo relativo ao AO, no sentido de não tomar decisões precipitadas e de produzir ferramentas que correspondam qualitativamente às expectativas dos utilizadores, não só em Portugal, mas também no Brasil e em outros países da CPLP, nomeadamente Angola e Moçambique. Pelo facto de a Priberam ter adquirido uma grande responsabilidade devido aos produtos que desenvolve, às marcas a que se tem associado e ao número de utilizadores que recorrem aos seus produtos e serviços, é exigido aos seus corretores um alto grau de qualidade e a resolução pronta das dúvidas ortográficas (e não a criação de mais áreas de dúvida ou hesitação). Com as devidas distâncias decorrentes do tipo de registo em causa, a prova de que não se trata de uma tarefa rudimentar, ou sequer fácil, é a existência de duas obras lexicográficas¹²⁶ cuja ortografia é publicitada como estando já de acordo com as novas disposições ortográficas, mas que, independentemente dos seus modelos lexicográficos, tomam decisões diferentes relativamente à grafia de um número considerável de palavras¹²⁷.

¹²⁰ Ver análise das alterações em <http://www.flip.pt/AcordoOrtografico/Introducao/tabid/514/Default.aspx>.

¹²¹ A este respeito, é sintomático que um guia para a nova grafia afirme que "alguma prática da nova ortografia e o recurso [...] a um corretor ortográfico atualizado resolverão rapidamente as dificuldades" (Casteleiro, 2007: 5).

¹²² Exemplo extraído do *corpus* CETEMPúblico (disponível em <http://www.linguateca.pt/>) com adaptação da forma *pára*.

¹²³ O critério usado para *pôr/por* não é suficiente no caso de *pára/para* (e vice-versa).

¹²⁴ Ver <http://www.priberam.pt/docs/CriteriosFLiPAO.pdf> para o PE e http://www.priberam.pt/docs/CriteriosFLiPAO_PB.pdf para o PB.

¹²⁵ Sobre este assunto, ver intervenção de Ivo Castro em "2ª parte do debate sobre o Acordo Ortográfico" do programa *Escrita em Dia*, emitido na Antena 1 da RTP em 2008-02-13, disponível em

http://mp3.rtp.pt/mp3/envia_file.php?file=wavrss//at1/194713_22309-0802202249.mp3&name=Escrita%20em%20Dia.

¹²⁶ Novo Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico (Texto Editores, 2007) e Novo *Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009 – Acordo Ortográfico* (Porto Editora, 2008).

¹²⁷ Como exemplo, veja-se o registo de *coa/côa*, forma/fôrma, *géiser/geiser*, re-edição/reedição, sub-reptício/subreptício.

As principais alterações aos corretores da Priberam foram efetuadas ao nível dos léxicos (bases de dados relacionais onde se codifica informação lexical variada; cf. Amaral, 2003) relativos à variedade do PE e do PB. De entre as hipóteses para implementação das alterações ortográficas, chegou a considerar-se a criação de um léxico único que reunisse todas as variantes ortográficas possíveis de uma mesma palavra, atendendo às facultatividades e acentuações possíveis (ex.: *tectónico / tectônico / tetónico / tetônico*). Esta opção parece ser claramente desvantajosa, uma vez que multiplicaria as variantes e não teria em conta as práticas ortográficas nacionais de Portugal (ex.: *tectónico / tetónico*) e do Brasil (ex.: *tectônico / tetônico*), não sendo esclarecedora nem pedagógica quanto às variantes preferenciais em cada espaço nacional, atendendo à pronúncia (ex.: *tectónico* [PE]; *tectônico / tetônico* [PB]). Para restringir as desvantagens desta hipótese, poderia ser implementado no *software* um conjunto de opções de seleção de formas exclusivas ou preferenciais pertencentes a cada uma das variedades nacionais, à semelhança da seleção feita com os dicionários temáticos do FLiP. Esta alternativa apresentava, contudo, inconvenientes quando o utilizador não explora as potencialidades da aplicação e se limita a utilizar as opções predefinidas. Mais importante do que isso, um léxico único ignoraria importantes diferenças no que diz respeito às informações de cada item lexical, como sejam variações lexicais (ex.: *autocarro / ônibus, boleia / carona*), morfológicas (ex.: género de *disquete*, feminino em Portugal, masculino no Brasil), semânticas (ex.: *bala, concreto*), sintáticas (ex.: *no meio de / em meio a*) ou estatísticas (ex.: a frequência de *cara* com determinado género interfere no treino de algoritmos de desambiguação), que não têm nenhuma relação com o sistema ortográfico. Este tipo de informação é, no entanto, usado no PLN, por exemplo, na correção de erros de concordância (ex.: *a / o disquete*), na desambiguação morfossintática (ex.: categoria gramatical da palavra *cara*) ou na desambiguação semântica (ex.: *bala=projétil; bala=rebuçado*).

O cenário que se afigurou então como mais produtivo, nomeadamente para satisfação das exigências dos utilizadores e para evitar uma desnecessária variação interna dentro de cada espaço nacional, foi aquele em que se mantêm dois léxicos distintos para as variedades portuguesa e brasileira, cada um deles incluindo, para além das formas graficamente distintas das duas variedades, também as formas comuns. Mantêm-se, assim, as bases de dados lexicais utilizadas atualmente no *FLiP* e no *Novo Corretor Aurélio*, nas quais se procedeu às devidas alterações preconizadas pelo AO. A este respeito, refira-se novamente o conceito de subortografias nacionais, como norma de cada país para ensino nas escolas, difusão em gramáticas e dicionários e veiculação na comunicação social. Os dois léxicos referidos fazem parte da subortografia de cada uma das variedades do português para as quais a Priberam tem atualmente recursos. Um exemplo claro da necessidade desta separação diz respeito a pontos em relação aos quais o texto do Acordo de 1990 é omissivo, nomeadamente o das diferenças ortográficas que provêm da tradição lexicográfica dos dois países (ex.: *alforge*[PE] / *alforje*[PB], *missanga*[PE] / *miçanga*[PB]) ou ainda o da flexão preferencial, numa e noutra norma, de verbos terminados em *-guar* e *-quar* ou o da discordância nas duplas consoantes *-mm-* ou *-nn-* (ex.: *connosco*[PE] / *conosco*[PB], *comumente*[PE] / *comumentel*[PB]). Da mesma forma, o Acordo é omissivo sobre a divergência específica em formas como *húmido / úmido*, pelo que se deve manter esta distinção nas práticas ortográficas das duas variedades. De facto, o texto permite justificar ambas as grafias (ver *Base II*), a do PE, com *h* "por força da etimologia", e a do PB, sem *h* "quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso".

O módulo sintático, que, como se viu anteriormente, possibilita também correção ortográfica, faz uso de relações lexicais como a homografia, a homofonia e a paronímia para alertar o utilizador para possíveis confusões na escrita de algumas palavras. Estas relações lexicais, sobretudo a homofonia e a paronímia, dependem da realização fonética mais comum em cada variedade do português e em alguns casos devem ser exclusivas de cada variedade (ex.: *mal / mau* ou *cessão / seção / sessão* no PB), o que constitui outro argumento válido para a manutenção de dois léxicos individualizados.

A seguir apresenta-se um dos vários casos problemáticos em que a Priberam considera indispensável explicitar os critérios para as suas opções.

3. Grafia de grupos consonânticos

O caso apontado por muitos críticos do Acordo de 1990 como mais problemático é o da facultatividade das chamadas "consoantes mudas" (ver *Base IV*). O critério orientador apresentado pelo legislador é o das chamadas "pronúncias cultas da língua", como explanado no ponto 3 da "Nota Explicativa": "É o critério da pronúncia que determina, aliás, a supressão gráfica das consoantes mudas [...]. É também o critério da pronúncia que nos leva a manter um certo número de grafias duplas [...]."

Ainda que a existência de duplas ortografias não seja inédita, sobretudo no PB¹²⁸ (ex.: *acessível / acessível, aspecto / aspeto, sanguínário / sangüinário*), mas também no PE (ex.: *abcissa / abscissa, cisto / quisto, cobarde / covarde, loiça / louça, rotura / ruptura*), algumas interpretações deste novo texto legal poderão aumentar exponencialmente o número de casos de múltiplas grafias (conforme a variação em cada país, em cada dialeto e, se a essa última análise se chegasse, em cada falante), dificultando as decisões a tomar pela lexicografia e também pelos ensinantes da língua portuguesa, uma vez que este princípio introduz maior variabilidade e subjetividade no ensino da ortografia e da noção de erro ortográfico.

A lexicografia pode, pela sua natureza descritiva, registar quaisquer variantes, como aconselha o texto do Acordo¹²⁹: "Os dicionários da língua portuguesa [...] esclarecerão, tanto quanto possível, sobre o alcance geográfico e social desta oscilação de pronúncia." Esta é uma indicação explícita de que a diferenças de pronúncia equivalerão diferenças de grafia com determinados alcances geográficos, isto é, as práticas ortográficas nacionais serão necessariamente diferentes, o que reforça a argumentação para a escolha de subortografias nacionais. Neste ponto, as duas obras lexicográficas já publicadas segundo a nova ortografia divergem amiúde, como exemplificado na **Error! Reference source not found.**, o que denuncia a dificuldade de sistematização ortográfica neste e noutros tópicos¹³⁰. Em outros casos, algumas opções convergentes nos dois dicionários são discutíveis, como, por exemplo, o registo de *seção / secção* (ver **Error! Reference source not found.**) uma vez que se trata de dicionários destinados ao mercado do PE e todos os instrumentos lexicográficos¹³¹ desta variedade preconizam a prolação da consoante *c* nesta palavra.

Texto Editores	Porto Editora
<i>anfractuoso / anfratuoso</i>	<i>anfractuoso</i>
<i>excepção / exceção</i>	<i>exceção</i>
<i>manufatura</i>	<i>manufactura / manufatura</i>
<i>perfeccionista</i>	<i>perfeccionista / perfeccionista</i>
<i>seção / secção</i>	
<i>tacto / tato</i>	<i>tato</i>
<i>tectónico / tectônico / tetónico / tetônico</i>	<i>tectónico / tectônico</i>

¹²⁸ A título de exemplo, comparem-se também opções discordantes no *Novo Dicionário Aurélio* (DA) e na versão brasileira do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DH), nos verbetes *céptico/cético* e *manufactura/manufatura*.

¹²⁹ Ver "Nota Explicativa", ponto "4.4 - Casos de dupla grafia [base IV, 1.º, c) e d), e 2.º]".

¹³⁰ Este facto não é inédito na lexicografia portuguesa, mesmo com o texto de legal de 1945, mas estas divergências ocorrem justamente em aspectos que o texto legal do novo AO pretende regularizar.

¹³¹ Ver Gonçalves (1966), *Grande Dicionário Português/Francês* (1998), *Dicionário Verbo Português-Inglês* (2000), Machado (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001) e *Grande Dicionário Língua Portuguesa* (2004).
<http://coloquios.lusofonias.net/XXXI/> 74

tumefacto	tumefacto / tumefato
-----------	----------------------

Tabela 1: Exemplos para a grafia de consoantes, retirados de dicionários.

O corretor ortográfico tem uma natureza prescritiva, não sendo desejável que crie mais dúvidas ortográficas, antes que as resolva de forma inequívoca e assertiva. Por este motivo, no corretor, as opções tomadas para a grafia destas consoantes não visam refletir as opções individuais de um falante ou de um grupo de falantes, mas aquelas que foram consideradas como pertencentes à chamada "norma culta". Entendemos como referências da norma culta a pronúncia registada em dicionários com transcrição fonética ou as indicações de ortoépia em dicionários e vocabulários. As opções resultam, então, da consulta de obras de referência e, na ausência de opções nestas obras, de analogias feitas pelo linguista, de acordo com o seu conhecimento dessas mesmas obras (de contrário, o juízo de cada falante poderá proporcionar uma plêiade de grafias que pode subverter o próprio conceito de ortografia). No caso das chamadas "consoantes mudas", as decisões tomaram também em consideração a atualidade das obras de referência relativamente à pronúncia e foi estabelecida uma ordem de importância, relativamente à sua pertinência. Um exemplo paradigmático da necessidade desta hierarquização é a ortoépia essencialmente conservadora e etimológica do *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves (1966), por contraponto ao de José Pedro Machado (2001) (ver **Error! Reference source not found.**).

	R. Gonçalves	J. Machado	P.
acção	k	Âç	
aceção	p	Êç	
elétrico	k	Êtri	
ótimo	p	Ôt	

Tabela 2: Exemplos de indicações ortoépicas em R. Gonçalves e J. P. Machado.

Esta opcionalidade na grafia de consoantes, conforme a sua articulação ou não na pronúncia, coloca problemas técnicos adicionais, pela necessidade de encontrar uma maior personalização do corretor ortográfico para que a coerência ortográfica seja maior. Assim, a possibilidade de haver opções pessoais ou institucionais para a grafia de determinadas palavras (por exemplo, *jacto* / *jato*) ou grupos de palavras (por exemplo, *sector* / *setor*, *sectorial* / *setorial*, *sectorizar* / *setorizar*) é um desafio suplementar.

4. Outras implicações

O AO terá o seu impacto mais visível em todos os utilizadores da versão portuguesa do Microsoft Office, uma vez que, como referido anteriormente, houve um licenciamento de componentes do FLiP pela Microsoft. Não é de importância menor o impacto que as alterações ortográficas poderão ter em recursos linguísticos (Amaral, 2003), nomeadamente em ontologias, *thesauri* ou dicionários bilingues, que são menos perceptíveis para o utilizador, mas não deixam de ter uma relevância crucial no desenvolvimento do PLN. Da mesma forma, o trabalho com *corpora* terá de ser re-equacionado até haver um *corpus* estável e de qualidade na nova ortografia. Adicionalmente, qualquer alteração significativa num componente do FLiP¹³² pode ter consequências noutros produtos e serviços da Priberam, *on-line* ou *off-line*. Estes módulos, que podem ser individualizados e integrados em aplicações diversas, incluem um corretor ortográfico, um corretor sintático, um analisador morfológico, um conjugador de verbos e permitem incorporar tecnologia robusta, testada por dezenas de milhares de utilizadores, em produtos variados. Como exemplos de utilização destes componentes podem citar-se a correção ortográfica e sintática integrada em serviços de *webmail*, em programas de entrada de dados ou em motores de pesquisa. É de salientar que a experiência da Priberam, com o *Dicionário da Língua Portuguesa On-Line* e o *LegiX.pt*¹³³, mas sobretudo com os sistemas de pesquisa nos *sites* da TSF e do JN, revela que muitos resultados nulos obtidos nos motores de pesquisa se devem a erros ortográficos ou grafias divergentes. As implicações do AO em motores de pesquisa são muito importantes, uma vez que os resultados encontrados dependem da capacidade de o sistema indexar palavras que sofreram alterações ortográficas e relacioná-las com a sua grafia anterior (e vice-versa), tendo também em conta os erros existentes ou digitados. É monumental o volume de informação disponível que não será com certeza atualizado, não estando os motores de pesquisa devidamente preparados para estabelecer essa relação entre ortografias.

Por outro lado, a necessidade inevitável de adaptação de grande quantidade de textos em formato eletrónico, durante e após o período de transição de 6 anos legalmente previsto em Portugal, levou a Priberam a desenvolver ferramentas de conversão automática de texto para a nova ortografia¹³⁴. Estas ferramentas contemplam no essencial as mesmas opções definidas para os corretores ortográficos e podem ser integradas em diferentes aplicações ou recursos, com configurações pessoais ou institucionais prévias.

Acresce dizer que a reflexão feita nesta secção se baseia quase exclusivamente em argumentos relativos às normas europeia e brasileira do português, por não dispormos ainda de um conjunto de instrumentos descritivos que nos permitam aferir características das variedades africanas do português e das áreas mais problemáticas para os utilizadores da língua nessas variedades¹³⁵. Aos recursos de que a Priberam dispõe atualmente poderão juntar-se, a médio prazo, léxicos pertencentes às subortografias do português das variedades africanas, nomeadamente de Moçambique e de Angola, países onde a Priberam já estabeleceu parcerias que pretende desenvolver. Assim, do mesmo modo que no Microsoft Office estão previstas 15 variedades de francês, 18 variedades de inglês ou 20 variedades de espanhol, é desejável que, futuramente, surjam disponibilizadas outras variedades do português. Prever variedades africanas como objeto de projetos futuros coloca, no entanto, questões adicionais: as que dizem respeito às práticas ortográficas nacionais, originadas por influência anglo-saxónica ou por motivos políticos (Roth, 2004:45-46), cujas soluções não estão previstas no texto legal, nomeadamente a utilização das consoantes *k*, *w* e *y* em nomes comuns e não exclusivamente em nomes próprios ou derivados de nomes próprios estrangeiros (antropónimos, sociónimos ou topónimos, normalmente; ver *Base I*, 2º) ou no uso do apóstrofo em casos não previstos nas bases do texto legal. Também aqui o conceito de subortografias nacionais parece ser muito útil, embora com problemas acrescidos devido às práticas ortográficas desses países, mas sobretudo porque sempre foram as academias portuguesa e brasileira os motores das alterações ortográficas, pelo peso tradicional das duas normas.

Conclusão

¹³² Para mais informações sobre os componentes FLiP, ver <http://www.flip.pt/ComponentesFLiP/tabid/296/Default.aspx>.

¹³³ Ver <http://www.priberam.pt/dlpo> e <http://www.legix.pt>.

¹³⁴ Está disponível em <http://www.flip.pt/conversor> uma versão de demonstração do conversor da Priberam.

¹³⁵ Através dos seus serviços de consultoria linguística, a Priberam consegue, ainda assim, avaliar algumas especificidades que seriam necessárias em pacotes de ferramentas destinados a essas variedades.

Com este artigo, pretendeu mostrar-se como o Acordo Ortográfico de 1990 tem consequências não despididas no PLN, nomeadamente em instrumentos de correção ortográfica e noutros recursos linguísticos e ferramentas associados.

Este facto inegável não torna, contudo, evidentes as dificuldades na implementação das alterações, que advêm tanto da qualidade do texto legal como da ausência de instrumentos reguladores autorizados.

Uma das consequências da implementação do novo AO é a manutenção de vários corretores para diferentes variedades, mas com maior grau de personalização.

Neste artigo, procurou ainda analisar-se um dos casos problemáticos em que é evidente a necessidade de explicitação de opções e de critérios, uma vez que a posição da Priberam no respeitante à aplicação da nova ortografia não se limita às suas responsabilidades no mercado dos corretores automáticos, mas tem também um efeito nas escolhas de grupos editoriais, instituições e utilizadores individuais.

No limite, um corretor automático pode condicionar o impacto que o AO tem na sociedade, nomeadamente como contributo pedagógico para a aplicação de novas regras ortográficas.

Referências

AAVV (1988). A Questão do "Acordo Ortográfico". s / l: Movimento contra o Acordo Ortográfico.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (1981). Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. [Rio de Janeiro]: Bloch Editores S.A., 1981 [versão atualizada em linha em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>].

AMARAL, Carlos, FIGUEIRA, Helena, MENDES, Afonso, MENDES, Pedro e PINTO, Cláudia (2003). "A Workbench for Developing Natural Language Processing Tools" in Proceedings of the 1st Workshop on International Proofing Tools and Language Technologies. Patras, Grécia: 2003 [disponível em <http://www.priberam.pt/docs/WorkbenchNLP.pdf>].

AMARAL, Carlos, CASSAN, Adán, FIGUEIRA, Helena, MARTINS, André, MENDES, Afonso, MENDES, Pedro, PINTO, Cláudia e VIDAL, Daniel (2007). "Priberam's Question Answering System in QA@CLEF 2007" in Working Notes for the CLEF 2007 Workshop (CLEF 2007), Budapeste, 19-21 de setembro, 2007 [disponível em http://www.clef-campaign.org/2007/working_notes/AmaralCLEF2007.pdf].

ANDRADE, Ernesto d', SOARES, Helena e FRAÚSTO, Isabel 1992. "Lince, um corretor ortográfico português" in Atas do 1º Encontro de Processamento da Língua Portuguesa - Escrita e Falada - EPLP'93. Lisboa: s / e, pp. 97-100.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1991). "Resolução da Assembleia da República n.º 26 / 91" in Diário da República, n.º 193 / 91 Série I-A, 23 de agosto de 1991, pp. 4370-4388 in Priberam [em linha], 2008, <http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog91.pdf> [descarregado em 2008-07-28].

Aulete Digital - Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2007). [descarregado em 2007, de <http://www.auletedigital.com.br/auletedigital/>].

AZEVEDO, Domingos de (1998). Grande Dicionário Português / Francês, 11.ª ed., Venda Nova: Bertrand Editora.

CASTELEIRO, João Malaca, dir. (2007). Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses, Lisboa: Texto Editores.

CASTELEIRO, João Malaca e Pedro CORREIA (2007). Atual, Lisboa: Texto Editores.

CASTRO, Ivo (2003). "O Linguista e a Fixação da Norma" in MENDES e FREITAS (orgs.). Atas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, pp. 11-24.

CASTRO, Ivo, Inês DUARTE, Isabel LEIRIA, orgs. (1987). A Demanda da Ortografia Portuguesa, Lisboa: Edições João Sá da Costa.

CHORÃO, João Bigotte, dir. (2000). Dicionário Verbo Português-Inglês. Lisboa: Editorial Verbo.

CUESTA, Pilar Vázquez e Maria Albertina Mendes da LUZ (1971). Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Edições 70.

DELGADO-MARTINS, Maria Raquel (1996). "Representações da linguagem verbal" in FARIA, Isabel Hub et alii (orgs.), Introdução à Linguística Geral e Portuguesa. Lisboa: Caminho, pp. 85-102.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Lisboa: Editorial Verbo.

Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009 – Acordo Ortográfico (2008). Porto: Porto Editora.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2004). Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3.ª ed., Curitiba: Positivo.

GONÇALVES, Maria Filomena (2003). As ideias ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

GONÇALVES, Rebelo (1947). Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora.

GONÇALVES, Rebelo (1966). Vocabulário da Língua Portuguesa, Coimbra: Coimbra Editora.

Grande Dicionário Língua Portuguesa (2004). Porto, Porto Editora.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro (2001). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S / C Ltda., Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores.

LEITE, Yonne e CALLOU, Dinah (2002) Como falam os brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MACHADO, José Pedro (2001). Grande Vocabulário da Língua Portuguesa. Lisboa: Âncora Editora.

MARQUILHAS, Rita (1987). "O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas" in CASTRO, Ivo et alii, (orgs.), A Demanda da Ortografia Portuguesa. Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 103-116.

MARQUILHAS, Rita (2000). A Faculdade das Letras - Leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: IN-CM.

MATEUS, Maria Helena Mira (2005). "A mudança da língua no tempo e no espaço" in MATEUS, Maria Helena e NASCIMENTO, Fernanda Bacelar do, orgs., A Língua Portuguesa em Mudança. Lisboa: Caminho, pp. 13-30.

MATEUS, Maria Helena Mira (2002). "O problema da ortografia. Métodos de ensino" in A Face Exposta da Língua Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 91-135.

MEDEIROS, José Carlos Dinis (1995). Processamento Morfológico e Correção Ortográfica do Português, tese de mestrado, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. [também disponível em <http://www.linguateca.pt/documentos/Medeiros95.doc>].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (2008). "Decreto n.º 35 228", de 8 de dezembro de 1945, in Priberam [em linha], http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf [descarregado em 2008-07-28].

PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo (1995). Áreas Críticas da Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho.

PETERSON, James L. (1980). Computer Programs for Spelling Correction, Berlin: Springer-Verlag (LNCS, nº 96).

ROTH, Phillip. (2004). A Postmodern Nationalist – Truth, Orality, and Gender in the Work of Mia Couto, Lewisburg: Bucknell University Press.

TAVANI, Giuseppe (1987). "Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa" in CASTRO, Ivo et alii, (orgs.), A Demanda da Ortografia Portuguesa. Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 201-203.

TEXTO EDITORES (2007). Novo Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico. Lisboa: Texto Editores.



ISABEL REI SANMARTIM (1973) titulou-se no Conservatório Superior de Música da Crunha estudando com o professor e guitarrista António Rocha Álvarez. Posteriormente recebeu aulas de outros intérpretes, formando-se principalmente com David Russell e Thomas Müller-Pering. No ano 1995 Caixa Galicia patrocina na cidade da Crunha o seu primeiro concerto.

Foi premiada no Ciclo de Jovens Intérpretes da Fundação Pedro Barrié de la Maza (Crunha), no Concurso Internacional de Guitarra de Cantábria (Comillas), no Concorso Internazionale di Chitarra Fernando Sor (Roma) e nos Concursos Internacionais de Guitarra Vila de Petrer (Alacant) e Andrés Segovia de Linares (Jaén).

Tem participado nos Festivais de Guitarra de Udine (Friuli, Itália) e Semana da Guitarra (Vigo), atuando também no Via Stellae e Festigal (Compostela), na Semana do Corpus (Lugo) e nos Colóquios da Lusofonia (Bragança).

Estudou na Hochschule für Musik «Franz Listz» de Weimar (Alemanha) com Thomas Müller-Pering rematando o curso Ergänzstudium. Atualmente trabalha como professora de guitarra no Conservatório Superior de Música da Crunha, atividade que combina com recitais na Bélgica, Alemanha, Itália, Portugal e Galiza. É membro da Academia Galega da Língua Portuguesa desde a sua constituição em 20 de setembro de 2008.

Tem participado na Sessão Inaugural desta Academia com a estreia da Suíte para guitarra do compositor e académico Rudesindo Soutelo intitulada «Deu-la-deu» e uma seleção de obras do espólio do intelectual e compositor galego Marcial Valladares. Junto com José Luís do Pico Orjais prepara a edição crítica do cancionero tradicional de Marcial Valladares, de próxima publicação.

A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia ISABEL REI ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA E CONSERVATÓRIO DA CORUNHA

Na casa petrucial do intelectual galego Marcial Valladares (1821 - 1903) mais conhecido na Galiza pelos seus trabalhos literários e linguísticos, foi achado há pouco tempo um importante arquivo de música correspondente à atividade musical desenvolvida pela família Valladares. O «Arquivo Valladares» está conformado por umas quinhentas obras de música tradicional e erudita, para um ou vários instrumentos onde a música para guitarra representa aproximadamente um terço do arquivo. Quatro dessas obras para guitarra serão interpretadas no presente Congresso e representam uma amostra do estilo predominante no arquivo: uma curiosa mistura entre canções populares e de moda na época e um tratamento clássico e erudito das mesmas. Essas mesmas quatro obras foram tocadas por vez primeira, depois de mais de um século, na Sessão Inaugural da Academia Galega da Língua Portuguesa no passado mês de outubro de 2008. O «Arquivo Valladares» é um tesouro nacional cujo estudo aprofundado daria a conhecer muitos aspetos, nem só musicais, da Galiza da primeira metade do século XIX que hoje continuam a ser desconhecidos. A sua apresentação nos Açores serve para dar a conhecer, e ao mesmo tempo inserir, os trabalhos iniciais sobre este importante e recente descobrimento nesse entorno cultural natural dos galegos que é a Lusofonia.

0.- Introdução

1.- Casa e família dos Valladares

2.- O primeiro contacto

3.- Contexto histórico musical do Arquivo Valladares

4.- Composição do arquivo

4.1.- Datação do arquivo

4.2.- Partituras manuscritas

4.3.- Partituras editadas

4.4.- Instrumentos

5.- Da música para guitarra no Arquivo Valladares

6.- Conclusões

BIBLIOGRAFIA

0.- Introdução

Esta comunicação tem como objetivo dar a conhecer os resultados de uma investigação que está ainda a começar as suas pesquisas, mas que apresenta já informação suficiente para dá-la a conhecer nas suas linhas gerais à comunidade científica e académica.

Dentro do estudo da cultura galega é importante ter em conta a situação anómala em que reside a Galiza desde há séculos: insita num Estado supranacional que lhe é alheio, o estudo das características e evolução dos galegos, do seu pensamento e da sua cultura e, portanto, da sua música estará sempre ligado, de uma maneira ou doutra, à história desse estado supranacional. É por isso que na hora de estudar qualquer aspeto da cultura galega se faz necessário fazer referências à cultura espanhola, nomeadamente, àquelas exportações culturais provenientes da capital do Reino.

1.- Casa e família dos Valladares

Vilancosta é um pequeno lugar da paróquia de Berres, no concelho da Estrada, na Galiza. É um núcleo de casas marcado por uma pendente, como indica o topónimo, das que conformam a ladeira Sul do vale do rio Ulha.

De janelas para o Pico Sagro e rodeada da floresta que borda o rio conserva-se, quase perfeita, a casa petrucial dos Valladares. No seu interior tudo está como no século XIX, época em que se elaborou o notável arquivo de música que é motivo desta comunicação. Materiais de construção, móveis e objetos da época conservam-se em perfeito estado, causando a sensação de viagem no tempo logo de trespassar a entrada principal.

José Dionísio Valladares teve nove filhos, entre os que se contavam Avelina Valladares, poeta e música, das primeiras mulheres galegas em escrever artigos jornalísticos de opinião, e Marcial Valladares, escritor, linguista e músico, um dos primeiros em realizar recolhas de cantigas tradicionais e autor de vários romances que ainda hoje ateingam as prateleiras da sua casa em edições familiares elaboradas por ele mesmo, arte na que também era grande mestre.

2.- O primeiro contacto

Prévio contacto com a família herdeira dos Valladares, visitamos a casa de Vilancosta, José Luís do Pico Orjais e mais eu, no verão do ano 2006. Lá achamos num dos compartimentos do piano que ainda se conserva, como à espera de uma mão que as colhesse, um maço de antigas partituras protegidas por umas pastas vermelhas. Achamos também várias partituras editadas e dois livros manuscritos de música: o cancionero intitulado *Ayes de mi país* e um livro de pastas azuis a conter várias obras para piano. Posteriormente pudemos comprovar também a existência de um método para violino (*L'Art du violon ou Division des Écoles choisies dans les Sonates Italiennes, Françaises et Allemandes* de S. B. Cartier, 1798)

A existência dessas partituras, algumas conservadas em perfeito estado, outras não tanto, mas ordenadas e cuidadosamente guardadas em aquela casa ao longo dos anos, está a demonstrar a grande atividade musical que deveu presidir as vidas dos membros daquela família. Mas não somente deles, também os seus convidados e parceiros musicais partilhariam essas afeições, já que algumas das obras acham-se incompletas restando só a *particella* correspondente, o que indica a necessidade de existir algures fora de Vilancosta as outras partes dessa música.

3.- Contexto histórico musical do Arquivo Valladares

A informação que temos sobre a atividade musical na Galiza da primeira metade do século XIX acha-se nos estudos sobre a música das catedrais e dos vilancicos, em que se incluem os estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcellos e os de Manuel Rodrigues Lapa¹³⁶, e mais os recentes estudos sobre folclore, cujas fontes acham-se nos cancioneros que datam alguns deles da segunda metade do XIX, como é o caso do de José Inzenga *Cantos e bailes da Galiza*¹³⁷ e mais o editado em 1942 mas elaborado muito antes, entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do XX, o cancionero de Casto Sampedro e Folgar. Já do século XX são os cancioneros de Jesus Bal Gay e Eduardo Martínez Torner, e o mais recente de Dorothe Shubart e Antón Santamarina. Dado que o cancionero mais antigo é do próprio Marcial Valladares e está ainda à espera de edição, não é muita a informação da que dispomos para contextualizar o ambiente musical erudito e leigo em que viveram os Valladares, podendo dizer que por enquanto o contexto e o texto, isto é a música achada em Vilancosta, são quase coincidentes. Este arquivo é, portanto, uma amostra de música não eclesiástica tocada na Galiza na primeira metade do século XIX, algumas de cujas peças poderiam ter origem no fim do século anterior.

Dadas as características do arquivo e da biblioteca de Vilancosta pode afirmar-se sem dar lugar a muito erro que tanto a ópera italiana quanto as modas musicais e literárias vindas da França eram conhecidas pelos Valladares e os seus contemporâneos: veja-se o repertório de árias do arquivo, entre as que se acham de G. Rossini, V. Bellini, G. Donizetti e G. Verdi entre outros compositores italianos. Quanto ao conhecimento das modas francesas, este fica patente no repertório de instrumentos solistas como as obras para guitarra do também italiano mas sediado em Paris, Ferdinando Carulli, no seu dia afamado intérprete e professor, compositor de mais de trezentos números de opus¹³⁸. Também os volumes de Lamartine e o método de Cartier na biblioteca da casa petrucial dão testemunho do interesse dos Valladares pela literatura e a música francesa.

4.- Composição do arquivo

No início do capítulo 16 da *História da Música Ocidental* de Donald J. Grout e Claude Palisca pode ler-se:

«Quanto mais aprendemos sobre a música de um determinado período, lugar ou compositor, mais claramente nos apercebemos de que as caracterizações estilísticas geralmente aceites são inadequadas e as fronteiras cronológicas um tanto arbitrarias.»

Esta parece certeza reafirmada em cada estudo musical, já que é doado ver como constantemente os dados quebram os princípios que regem os termos estilístico musicais estabelecidos e a sua cronologia mormente aceite. O caso do arquivo dos Valladares não é alheio a isto: acham-se em algumas das suas peças características puramente românticas, como são o virtuosismo solista em certos instrumentos e o belcanto das árias de ópera, mas há também formas e harmonias muito clássicas, de um romantismo pouco desenvolvido, como é o caso das obras para guitarra entre as que se encontram os estudos de F. Carulli.

Dentro do arquivo podem distinguir-se dois tipos de partituras: as editadas e as manuscritas. Dentro deste último grupo é onde se conserva a maior quantidade e variedade de obras musicais. Os fólhos manuscritos estão numerados e parecem ter sido objeto de uma ordenação recente, como evidencia a mistura de páginas de diferentes antiguidades ou a cópia moderna de algumas das obras.

¹³⁶ Rodrigues Lapa, M.: Os vilancicos. O vilancico galego nos séculos XVII e XVIII. Seara Nova. 1930.

¹³⁷ Inzenga, J.: *Cantos e bailes da Galiza*. reed. Difusora, 2005. Estudo e edição crítica de J.L. d. P. Orjais.

¹³⁸ Ferdinando Carulli estabeleceu-se em Paris em 1808. Durante o primeiro terço do século XIX viveu-se nos salões parisienses um entusiasmo pela guitarra que passou à história, entre outras coisas, graças a seis litografias intituladas «La Guitaromanie», de cujo autor, Charles de Marescot, pouco se sabe para além de ser um dos guitarristas que frequentavam a capital da França naquele momento. As litografias mostram cenas da vida social em Paris com pessoas tocando a guitarra. Numa dessas cenas aparece representada uma liorta entre dois bandos de guitarristas num salão parisiense, são os *Carullistas* contra os *Molinistas*, sendo F. Carulli e F. Molino ambos guitarristas e professores de sucesso na cidade. Não há constância de que ambos músicos tiveram algo a ver com estas liortas, talvez mais devidas ao fervor dos seguidores do que a uma hipotética rivalidade entre professores, mas o facto pode dar uma medida da popularidade do instrumento nessa época. Sobre Marescot ver Mario Dell'Ara (1988) e Stanley Yates (2003).

4.1.- Datação do arquivo

Tendo em conta o carácter provisório da investigação podemos pôr a data de início da elaboração do Arquivo Valladares nas primeiras décadas do século XIX. Esta datação baseia-se na inscrição que aparece em uma das partituras das Pastas Vermelhas, que figura concretamente na volta da página número 128, cuja grafia revela que a pessoa que a escreveu conhecia as regras ortográficas da língua castelhana anteriores à reforma de 1815. Ainda que este dado não oferece umas datas conclusivas, pode dar uma ideia aproximada do começo da elaboração do arquivo.

Quanto à origem das peças e à sua antiguidade, a investigação da música cénica ao longo do século XVIII e XIX poderá ajudar para entender a miscelânea de obras que apresenta atualmente o arquivo.

4.2.- Partituras manuscritas

a) **Cancioneiro**: de melodias tradicionais intitulado *Ayes de mi pais*: é um conjunto de melodias tradicionais recolhidas pelo próprio autor em português da Galiza e acompanhadas com piano. Os arranjos para piano também são do autor e de outros membros da família, sem podermos determinar exatamente as ou os autores. Só uma das cantigas, uma moineira escrita só para piano e, portanto, sem letra, é da autoria de M. Valladares, como ele mesmo indica na partitura.

b) **Pastas Vermelhas**: são um grupo de partituras recolhidas numa pasta em cor vermelha a conterem umas seiscentas obras entre as que há música para violino, flauta, guitarra e voz com acompanhamento de guitarra e de piano. Constituem, como já foi dito, o testemunho musical mais antigo de música galega não eclesiástica conhecido até o momento.

c) **Caderno Azul**: é um lindo caderno de folhas pautadas em que se acham quatro obras breves para piano, três das quais são da autoria de Marcial Valladares. A sua estética cuidada e a beleza das composições convertem-no numa das joias da coleção.

4.3.- Partituras editadas

Dentro deste grupo acham-se várias edições de árias de Donizetti, Verdi, Truzzi, Rossini, Ricci, e música dos Strauss e Iradier, para piano e para voz com acompanhamento de piano. Entre os editores figuram os conhecidos Wirmb, Carrafa, Lodré e Ricordi. Todas acham-se em bom estado de conservação.

4.4.- Instrumentos

A família Valladares vive em Samora entre 1845 e 1850 e de lá trazem um pianoforte construído por *Hosseschrueders y sobrinos*, em Madrid ca. 1840. Esse piano conserva-se ainda na casa de Vilancosta, onde está à espera de restauro. Foi num dos compartimentos do móvel do piano onde foram achadas as partituras editadas com uma classificação onde figuravam os nomes de Segunda e de Isabel. Pelas «Memórias de Família», diário inédito da autoria de Marcial Valladares onde ficou registada parte da história da família, sabe-se que também Luísa, uma outra irmã de Marcial, tocava o piano.

Também se conserva em Vilancosta a flauta travesseira fabricada em Paris que contém gravadas as iniciais SV, correspondentes a Sérgio Valladares, facto que o faz proprietário da flauta, que por sua vez é testemunho da sua afeição pelo instrumento.

O tipo e número de obras escritas para guitarra que integram esta coleção permite pensar que o uso deste instrumento era generalizado na família Valladares, porque não é fácil escrever, nem sequer copiar, a música de um instrumento cujo funcionamento se desconhece. Os manuscritos estão realizados, assim como o resto do arquivo, por várias mãos, facto que pode facilmente comprovar-se atendendo ao estilo de escritura. Uma análise paleográfica aprofundada dos manuscritos poderia deitar mais luz sobre o número de pessoas envolvidas na elaboração do arquivo e, talvez, sobre as preferências musicais dessas pessoas.

Entre as obras manuscritas do arquivo figura um duo para violino e piano, infelizmente em precário estado de conservação, de J. Courtier [Curti, Curty], músico da capela da catedral, em Compostela, que também foi professor de violino fora do recinto eclesiástico. Há notícia de que Marcial Valladares em 1845 já tocava este instrumento e bem pudesse ser que tivesse sido aluno de Courtier na sua etapa de estudante em Compostela.¹³⁹

5.- Da música para guitarra

As obras para guitarra achadas no grupo de partituras das Pastas Vermelhas fazem um número de oitenta e quatro com as formas de temas com variações, minuets, valsas, rigodões, galopes, moineiras, contradanças, hinos, marchas, onde também há peças para voz e acompanhamento de guitarra como são as árias de ópera e canções no estilo das *seguidillas* da época. Como já foi dito, são partituras manuscritas com diferentes estilos de escritura, o que indica que foram copiadas por diversas mãos. Salvo nos casos de árias de conhecidas óperas, dos duos para guitarra de F. Carulli e do tema com variações atribuído ao «maestro Naya», no resto das obras não figuram os nomes dos compositores, talvez por serem, em muitos casos, melodias populares arranjadas para guitarra. Porém, pode achar-se um conhecido estudo de F. Carulli para guitarra em que não figura o nome do compositor, pelo que se faz necessária uma revisão pormenorizada das obras para a sua identificação, dentro do possível.

Há mais uma partitura, para além das Pastas Vermelhas, com identificação de autor, ou neste caso, de autora: trata-se da «Danzita»¹⁴⁰ para guitarra composta por Avelina Valladares, irmã de Marcial e conhecida escritora e poeta, senhora e ama da casa de Vilancosta onde viveu com Marcial nos últimos anos da sua vida. É composição breve e singela, que ecoa certo sabor modal da música tradicional galega que tanto se deveu escutar e cantar naquela casa. Avelina Valladares, conhecida poeta galega do século XIX, revela-se assim cultivadora da arte musical na guitarra, como já sabíamos de Rosalia Castro¹⁴¹. Ambas poetisas e músicas podem integrar-se na corrente de mulheres artistas que fluía pela Europa da sua época, como no caso de Fanny Mendelsohn, irmã do conhecido compositor alemão Félix Mendelsohn, ou das guitarristas Madame Sidney Pratten ou Emília Giuliani-Guglielmi, filha esta do grande guitarrista Mauro Giuliani que tanto sucesso colheitava na época.

¹³⁹ As informações deste apartado estão tiradas do trabalho de José Luís do Pico Orjais na edição crítica do cancionero de Marcial Valladares, «Ayes de mi pais», de próxima publicação.

¹⁴⁰ Esta peça foi tocada em 2006, no recital de guitarra realizado no V Colóquio da Lusofonia, Bragança.

¹⁴¹ Veja-se o artigo de X. Filgueira Valverde «Rosalia de Castro e a música» nas Atas do Congresso Internacional de Estudos sobre Rosalia de Castro e o seu Tempo. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1986. p. 33-56.

Nas Pastas Vermelhas conservam-se também lições e apontamentos de teoria de acordes e de afinação das cordas, são páginas que parecem fazer parte da iniciação no estudo do instrumento e da música por parte dos seus utilizadores. Páginas semelhantes acham-se também entre as obras para flauta e violino.

Por último, acha-se também em Vilancosta o breve apontamento de um quarteto para voz, flauta, violino e guitarra composto por José Gil, amigo da família, e escrito como presente no fim de uma carta dirigida a Marcial Valladares.

O conjunto de peças para guitarra do arquivo de Vilancosta pode subdividir-se em dois grupos:

a) As obras para conjunto de câmara

Duo de guitarras: No fólho anotado com o número 80 há um título que diz «Três duos para guitarra por F. Caruli» e «Guitarra 1ª». Depois, nas páginas a seguir, temos a música do primeiro duo e o primeiro andamento do segundo duo, faltando o terceiro duo completo. No fólho número 82 figura a parte da guitarra segunda destes duos, a conter as partes complementares da guitarra primeira, algumas delas copiadas duas vezes.

Voz e guitarra: As mais de vinte obras para voz com acompanhamento de guitarra são canções de salão no estilo das *seguidillas* que estavam na moda em Madrid. Nalgumas ocasiões o acompanhamento aparece escrito também para piano, como é o caso da canção andaluza intitulada «El Caramba», que aparece no fólho número 113. Os acompanhamentos são singelos e rítmicos, ideais para poder realizá-los sem dificuldade e também para cantar e tocar ao mesmo tempo.

Ensemble de instrumentos com guitarra: O antedito quarteto para voz, flauta, violino e guitarra de José Gil¹⁴².

b) As obras para guitarra só

São na maioria peças breves, em escritura violinística, formadas por duas frases de oito compassos cada uma, com repetições, que desenvolvem ritmos de danças tais como mazurcas, valsas, galopes, etc. e também marchas e hinos. Há também uma «jota aragonesa», uma moineira e vários exercícios e lições para estudo prévio do instrumento.

Quanto às obras maiores, acham-se vários temas com variações, um deles atribuído ao «maestro Naya».¹⁴³ Todos na linha dos temas com variações compostos pelos guitarristas italianos da época (F. Carulli, M. Giuliani, M. Carcassi) com apresentação do tema e depois variações arpejadas e progressivamente mais complexas, e uma delas em tom menor.

Quatro destas pequenas obras, uma alvorada, dois rigodões e uma valsa, foram interpretadas o dia 6 de outubro de 2008 em Compostela, dentro dos atos da manhã da SESSÃO INAUGURAL DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA realizada no Auditório do CENTRO GALEGO DE ARTE CONTEMPORÂNEA da cidade, de que se tem editado um DVD. Para nós, galeg@s, é de máxima importância a recuperação do nosso património cultural já por tempo demais oculto e abandonado.

6.- Conclusões

Às manifestações iconográficas de instrumentos de corda pulsada existentes nas catedrais, igrejas e mosteiros galegos, onde se observam guitarras, alaúdes e violas de mão em maior quantidade que outros instrumentos considerados “mais galegos” como a sanfona ou a gaita, e aos dados achados nos arquivos das catedrais em que para além de figurar música para o instrumento nomeia-se o uso da guitarra¹⁴⁴ dentro do templo, une-se agora esta nova fonte de informação que terá de ser profusamente estudada e valorizada dentro do seu contexto sociocultural, e que desde o começo está a evidenciar uma atividade musical maior da estimada até o momento entre as classes acomodadas da Galiza do século XIX.

Dada a importância do material a estudar faz-se necessária a procura de financiamento para pagar os custos de uma investigação que promete prolongar-se no tempo, ou nunca chegar a realizar-se se deve depender por inteiro do esforço pessoal, intelectual e monetário de duas pessoas a trabalharem em momentos de lazer.

Muito obrigada pela atenção.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

ADALID, Marcial del (1877-82) *Cantares viejos y nuevos de Galicia*, A Crunha: Canuto Berea

ALONSO, Celsa (1998) *La Canción Lírica Española en el siglo XIX*, Madrid: ICCMU

BAL GAY, J. & MARTÍNEZ TORNER, E (1973) *Cancionero gallego*, A Crunha: Barrié de la Maza

BÁRTOK, Bela (1979) *Escritos sobre música popular*, México: Siglo XXI

DELL'ARA, Mario (1988) *Manuale di storia della chitarra - vol. 1: La chitarra antica, classica e romantica*, Ancona: Bèrben.

FEIJOO MONTENEGRO, Benito Jerónimo (Re-ed. 1983) *Teatro crítico universal*, Madrid: Cátedra

FERNÁNDEZ SALGADO, Xosé Antonio (2002) *Marcial Valladares (1821 – 1903). Lingua, literatura e folclore. Tese de doutoramento. Compostela: USC*

GARBAYO MONTABES, Javier (1997) 'O esplendor do barroco musical en Galicia', in *O Feito Diferencial Galego*, p. 121-178

INZENGA, José (1888) *Cantos y Bailes de España. Cantos y Bailes de Galicia*, Madrid: Ed. A. Romero. Re-ed. de PICO ORJAIS, José Luís do (2005) *Cantos e Bailes da Galiza*, Ourense: Difusora das Letras.

MICHÁELIS DE VASCONCELLOS, Carolina (1990) *Cancioneiro de Ajuda*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

MURGUIA, Manuel (1865) *Historia de Galicia*, Lugo: Soto Freire

NEIRA DE MOSQUERA, Antonio (1999) "El Gaitero gallego", *Homes do país: os galegos pintados por si mesmos*, Vigo: Edicións Xerais de Galicia

NÚÑEZ ROBRES, Lázaro (1867) *La música del pueblo. Colección de Cantos Españoles*, Fuencarral, Madrid: Nicolas Toledo

PICO ORJAIS, José Luís do

(1998) *A jota. Oríxenes das formas musicais*, A Nosa Terra nº 855.

(2001) "Organología. Pandeireta, pandeiro ou adufe." in *Raigame, revista de arte, cultura e tradicións populares*. Nº 13, Ourense: Deputación de Ourense.

Versão digital: http://www.depourense.es/download/cultura/raigame/R_13.PDF

(2002) "Josep Martí, reflexões arredor do libro *El folklorismo, uso y abuso de la tradición*." in *Enclave, esquerda nacionalista. Revista galega de política e pensamento*. Nº 9 (Santiago de Compostela: Esquerda Nacionalista)

¹⁴² Esta partitura reproduz-se na edição crítica do cancionero «Ayes de mi país» de M. Valladares, de próxima publicação.

¹⁴³ Sobre o «maestro Naya» temos achado tão só a notícia de Mariano Soriano Fuertes sobre o guitarrista José de Naya, o qual aparece referenciado junto de outros guitarristas da época como Antonio Cano, Francisco Trinidad Huerta, José de Ciebra ou Vicente Franco.

Reproduzimos a informação que dá Soriano Fuertes na sua *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850*: «Don José de Naya, maestro de capilla en Valladolid, fué un genio atrevido para la guitarra, añadiéndole á este instrumento la octava cuerda, y tocándolo de una manera admirable, tanto en el género ejecutivo, como en el armónico.» Op. cit. p. 215

¹⁴⁴ Garbayo Montabes, J.: «O esplendor do barroco musical en Galicia», p. 131 nas atas de *O Feito Diferencial Galego* 1997

(2004) “Breve nota sobre un cancionero... inédito? de Valladares.” in Murguia, Revista Galega de Historia. nº 4 (Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores)

(2006) “Metodologia e análise da música patrimonial.” in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 4 (Vigo: Dos Acordes)

(2006) “Galiza na obra impressa de Eduardo Martínez Torner.” in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 5 (Vigo: Dos Acordes)

(2007) “Afinidades do folclore português. Introdução a historiografia do folclore português” in Galiza, berço da lusofonia. (s.l.:Arcos online) e-book alojado em

<http://www.arcosdigital.com/ebooks/galiza-berco-da-lusofonia.pdf>

(2007) “Algumas representações de adufes na iconografia musical galega.” in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 8 (Vigo: Dos Acordes)

PICO ORJAIS, José Luís do & PINHEIRO ALMUINHA, Ramom (2006) “Catálogo “Arma-danças”: aproximação a um inventário das coletâneas de música tradicional galega.” in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 4, Vigo: Dos Acordes

SAMPEDRO E FOLGAR, Casto (1942) Cancionero musical de Galicia, Ponte Vedra: Museu de Ponte Vedra

SHUBARTH, D & SANTAMARINA, A

(1982) Cancionero galego de tradición oral, A Crunha: Fundação Barrié de la Maza

(1984) Cancionero popular galego, A Crunha: Fundação Barrié de la Maza

SORIANO FUERTES, Mariano (1855-56) Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850, Madrid: Carrafa. [Ed. Facs. 2007, Madrid: ICCMU]

TRILLO, Joam & VILLANUEVA, Carlos (1980) Vilancicos galegos da Catedral de Santiago, Sada, A Crunha: Ediciós do Castro

VESTEIRO TORRES, Teodosio (1874) "La música popular de Galicia", El Heraldo Gallego. Seminario de ciencias, artes y literatura, Ano I. Nº 16, Ourense

VICETTO PÉREZ, Benito (1865 ed. fasc.1978) Historia de Galicia, Lugo: Alvarellos

VV. AA. (1999) Enciclopedia Galega Universal, Vigo: Ir Indo

YATES, Stanley (2003) ‘Sor’s guitar sonatas: Form and style’, in Luis Gásser, Madrid: ICCMU

23. JOSÉ CARLOS GENTILI



JOSÉ CARLOS GENTILI, Academia de Letras de Brasília - Natural de Porto Alegre, RS, Brasil, 1940. Curso básico no Colégio Farroupilha, antigo educandário alemão - Deutscher Hilfsverein.

Estudos na área da Economia Política e Matemática Superior. Bacharel em Direito, exerceu o magistério superior na Faculdade de Direito de Anápolis. Advogado militante e empresário na área da atividade agropastoril e biogenética bovina. Curso básico de inglês na Georgetown University; diplomado pela International Police Academy e Border Patrol Academy (USA).

Escritor, historiador, polígrafo, conferencista. Poeta, prosador, atualmente, preside a Academia de Letras de Brasília. Membro de inúmeras academias literárias e partícipe do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Grão-Mestre AD VITAM da maçonaria brasileira. Grau 33º.

Obras:

Cultura de Alpendre (ensaio);

Poesia: Tempos de Versos, Quintal do Universo, Galo do Apocalipse, Voo Sideral, Vastidão do Nada, Aldeia do Bispo.

História: A Igreja e os Escravos. Os Bicentenários da Inconfidência Mineira, Izabel Maria-Duqueza de Goyaz, Patrimônio da Capela, Agonia da Solidão, Fiat Lux - Villa do Acarape Precursora da Liberdade.

Matemática: Análise Matemática Superior.

Maçonaria: Um Quarto de Hora, Projeto Amanhã, Jubileu de Prata e O Olho Que Tudo Vê.

Direito: Os Bancos de Dados e o Código de Defesa do Consumidor

Os Açores e o continente de São Pedro JOSÉ CARLOS GENTILI, ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA, Brasil

Os açorianos e o Continente de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul, Brasil).

Aspetos migratórios e a fixação de homogeneidade linguística intercontinental.

Dialetologia: arcaísmos portugueses insulares.

Sobrevivência vocabular no tempo e nos espaços da colonização. Importância dos colóquios na fixação da memória e tradição.

A língua transporta valores.



Ilustração nº 1 – Título: Capitães do Brasil. fls. 155.

Arquipélago a meio caminho entre Portugal e o Continente Americano, denominado de Açores, constitui-se num conjunto de ilhas atlânticas, próximas de Portugal, hoje, vinculando-se sob a forma política de região autónoma dos Açores.

Povoado a partir de 1432, recebeu levas de gente do norte da África, de flamengos, bretões, alentejanos e um fluxo migratório dos Algarves.

Este cadinho racial foi sendo acrescido por judeus convertidos, ditos cristãos-novos, fugindo das garras inquisitoriais, católicas.

Fundamental é o fato de o arquipélago encontrar-se na rota das navegações lusitanas, recebendo os navegantes, como escala das naus, e se constituindo em porto estratégico. Verdadeira encruzilhada marítima! Assim, esta multirracial miscigenação formatou, fora do continente, uma estrutura étnica singular, como bem demonstra o lema insular: “antes morrer livre que em paz sujeito.”

O açoriano, ilhado na vastidão do Mar Tenebroso, é um ser forte e gregário.

O povo dos Açores sempre apresentou o estigma independentista, emancipacionista, libertário, criativo e criador na incessante luta do homem no processo de domínio da natureza e em sua autodeterminação.

O arquipélago, com uma área total de 2.333 quilômetros quadrados, teve e tem que administrar um binômio inexorável: população e terra.

O desequilíbrio é fatal no processo civilizacional.

Desta forma, os fluxos migratórios, quer imigração ou emigração, preponderaram na sociedade açoriana.

Por sinal, no segundo quartel do século XVIII havia uma superpopulação, que foi convidada pela coroa portuguesa a emigrar para o sul do Brasil, colonizando as terras a leste da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas.

Esta vastidão meridional brasileira, hoje Estado do Rio Grande do Sul, era denominada de Continente de São Pedro e depois Província de São Pedro, eclesiasticamente fixada pela *Bula Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo*, de 26.11.1676, do papa Inocêncio XI, que estabelecia o dimensionamento territorial, assim registrada: “a capitania Spiritus Sancti usque ad flumen de plata, per oram maritimam et terras intus pro sua dioecesi”. Esta disposição foi suplementada pela bula – *Candor Lucis Aeternae* - de 06.12.1745, do papa Bento XIV. Era a visão papal e regalista, da época, coexistindo nesta vastidão, também chamada de – Continente do Rio Grande de São Pedro.

Os portugueses, em 1680, fundaram Laguna, em Santa Catarina, e a Colônia de Sacramento, nas margens do rio da Prata. Assim, entre estas duas extremidades mediava a vastíssima e desértica região, dita Continente de São Pedro, denominada, também, de capitania D’el Rey.



Ilustração nº 2 – Título: Continente de São Pedro.
Claudenir Alves Júnior

Incentivos de toda ordem facilitaram a evasão insular, sob a forma de casais, como unidades multiplicadoras populacionais, já estratificadas, familiarmente.

Desde 1737 os casais já eram transportados, sendo que, em 1747, o governo português lançava edital, iniciando a campanha oficial de colonização do Continente de São Pedro.

Feliciano Velho Oldenberg contratou o transporte de 4.000 casais açorianos, inicialmente.

Uma provisão régia, de 09 de agosto de 1747, pormenorizava as condições para transporte que se haveria de fazer dos colonos portugueses das ilhas dos Açores para o sul do Brasil, descrevendo:

Se houvesse estrangeiros deveriam ser católicos romanos e que todos os colonos fossem assistidos do pasto espiritual, e de sacramentos, e em cada um dos ditos lugares, fizesse logo, o dito brigadeiro levantar uma igreja da estatura que bastasse para este primeiro estabelecimento; e para o seu fornecimento e exercício do culto divino se remetesse em cada navio o preciso, calculando para sessenta casais, o que toca uma igreja.

Mando avisar pela mesa da consciência que se há de constituir em cada igreja destes, um vigário ao qual no primeiro ano se dará sustento, e mais cômodos, como aos outros colonos, e terá sessenta mil-réis de cõgrua, e a igreja se darão dez mil-réis por ano para a fábrica e guizamentos, uma outra quantia paga pela repartição dos dízimos daqueles distritos.

E para que não suceda ao princípio, como é fácil, experimentar falta de sacerdotes para estas vigararias mando pela dita mesa avisar aos bispos de Funchal e de Angra, que convém alguns clérigos daquelas ilhas para irem em companhia dos mesmos casais, como tudo entenderéis pelas cópias que com este se vos remetem, do que se avisa os ditos bispos.

A estes sacerdotes se darão em sua chegada dez mil-réis a cada um de ajuda de custo, e terá o dito brigadeiro particular cuidado para que não se apartem das igrejas onde foram postos, para outras terras do Brasil; quando a isto faltarem, escreva ao ordinário a cuja diocese houverem passado, para que os obrigue por todos os meios e demonstrações convenientes a tornarem para as suas igrejas.

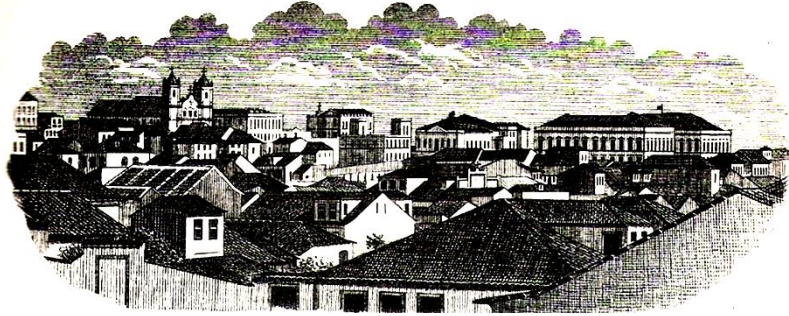
A cada um dos ditos vigários se dará também uma data de um quarto de uma légua em quadro para passaes de sua igreja.

O fluxo migratório foi tão intenso que, em 1780, a participação açoriana era de 55% da população existente na área meridional, exibindo-se, então, a importância dos ilhéus na conformação da etnia sul-rio-grandense.

Os açorianos povoaram e fundaram cidades como São José do Taquari (1765), Morro Grande de Santana, São Luiz de Mostardas (1773), Estreito, Rio Pardo (1762), Povo Novo, Santo Amaro (1773), Bom Jesus do Triunfo (1754), Cachoeira, Conceição do Arroio (hoje Osório - 1773), Encruzilhada, Caçapava, Santo Antônio da Patrulha (1763), Santa Ana da Vila Real (Itapoã – 1773), Gravataí (1772), São Francisco dos Casais, em 1772 (hoje Porto Alegre) e muitos outros núcleos populacionais.

Nenhum outro local do mundo está tão pontilhado de nomes de santos, como o Continente de São Pedro.

Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, foi fundada por 60 casais açorianos por determinação do general Gomes Freire de Andrade, militar encarregado da demarcação limítrofe do Tratado de Madrid, em 1750.



Porto Alegre dos Casais Ralf Krahe

Ilustração n.º 3. Título: Porto Alegre dos Casais, Ralf Krahe

Para que se tenha uma macrovisão linguística é inquestionável o dever de se registrarem as mutações históricas ocasionadas pelo tratado, que determinava a entrega da Colônia do Sacramento aos espanhóis e a da região dos Sete Povos das Missões aos lusitanos. Esta definição, em 1761, foi desfeita, retornando-se à situação anterior.

Os açorianos foram protagonistas destas lutas nativistas e de limites territoriais.

Já nos assinalava o filólogo Antenor Nascentes (1988:26) que a “*linguagem é o modo particular por meio do qual uma época, uma região, um grupo social ou uma pessoa se utiliza da língua.*”

Vê-se que houve uma verdadeira transposição de gentes, de hábitos, de linguajares, de modismos, do arquipélago dos Açores para o Continente de São Pedro.

Era a marca dos açorianos ou seja, o seu modo de falar.

Deste registro historiográfico, o autor, natural da antiga Porto Alegre dos Casais, aos quase 70 anos de vida, vivenciou uma etapa recente desdobrada desta realidade étnica, face anterior atividade agro pastoril em Santo Antônio da Patrulha, de formação açoriana; bem como, simultaneamente, desenvolvendo, de forma familiar, a coexistência multilíngue, híbrida, de cunho teuto-italica.

Era tão intensa a fixação das línguas, que, ainda hoje, existem verdadeiros guetos onde se fala alemão e italiano dialetais, convivendo com a força propulsora do português com nítidos traços açorianos.

O continente era uma enorme ilha...

Extraordinário é observar-se que a esta nucleação açoriana, sobrevieram, após, intensas correntes migratórias como a alemã (1825), a italiana (1875), que se fixaram em áreas diversas, mantendo-se ilhadas em torno das igrejas dedicadas aos santos e oragos de origem, falando seus dialetos.

Verdadeiro cadinho multirracial e multilíngue, miscigenando povos e línguas durante longo tempo, deixando um rastro vivo de suas origens.

A língua portuguesa preponderou de forma majestática e **majestosa com sabor açoriano**.

As principais características dialetais insulares, não só dos Açores, mas das ilhas madeirenses, podem ser resumidas em três vertentes:

Troca do **o** por **u**

Exemplo: flur, amur, bum; por flor, amor, bom.

Corrupção de **ão** em **ã**

Exemplo: mã, nã; por mão, não.

Corrupção de **ei** em **ê**

Exemplos: sapatêro, mantêga; por sapateiro, manteiga.

Apolinário Porto Alegre (1889:49), pesquisador emérito, em 1889, em artigo intitulado – Língua Portuguesa no Sul do Brasil – ligeiro estudo das formas quinhentistas, demonstra a influência açoriana, afirmando: “onde se fala o português mais extreme e castiço, e sem os viciamentos do norte.”

Vejamos alguns registros!

a) - cambota (camba de rodado açoriano em carros rústicos)

b) - cercear (com a aceção de cortar rente)

c) - cômputo (cálculo, conta)

d) - oito (série de coisas numa mesma direção)

e) - nuel (implume)

f) - obrigação (m. q. família. “como vai a obrigação?”)

g) - penso (inclinado, pendente).

- h) - verbo passar-se (com o sentido de delíquio, morte, passamento de fulano)
 i)- promode (contração da locução adverbial: por amor de!
 j)- rancho

Fonética

Cezimbra, Jacques. (1912:71), em seu livro Assuntos do Rio Grande do Sul, afirma que “os açorianos tinham um metal de voz um tanto cantado.”

Exemplifica com carvão e cargueiro, que modificados são para *carivão* e *cariguero*, com pronúncia em inflexões moduladas.

Entre os casos fonéticos de acréscimo, suspensão medial, permuta e nasalação, registra-se o caso de p' r' o que substitui – *para o*, por influência açoriana, que reduz a quantidade de palavras.

Luiz da Silva Ribeiro (1938:01), em sua obra Arcaísmo na Linguagem Popular da ilha Terceira (Angra do Heroísmo) é lapidar na manifestação analítica, quando afirma:

Dessarte, confrontando o atual linguajar gaúcho do Continente de São Pedro, com o velho e ainda atual linguajar açoriano e dos escritores portugueses de 1400 a 1800, veremos que nós, como é hábito afirmarem, sofremos influência castelhana, digna de nota, mas conservamos intacto por assim dizer, o linguajar açoriano.

Em síntese:

Sob ângulo historiográfico, vislumbra-se uma visão panorâmica da importância de uma política lusitana, à época, ensejando a fixação de memória e tradição, quer social, econômica e sobretudo linguística, preservando valores que atravessaram os séculos.

É digna de consideração a importância atual dos colóquios na formulação de políticas educacionais e orientação comportamental aos futuros e aos atuais responsáveis pela condução das políticas específicas no contexto das nações componentes da comunidade dos países de Língua Portuguesa.

Fixação da importância do patrimônio linguístico, independente das realidades estatais, sob a égide da instantaneidade das comunicações internéticas, globalizando povos e gentes, em tempo real.

Observância de uma nova realidade global, denominada inteligência coletiva, preconizada pelo cientista Pierre Lévy, amoldada ao ciberespaço, ensejadora de profundas modificações no universo da comunicação, futuramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACQUES, João Cezimbra (1912) Assuntos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo.

NASCENTES, Antenor (1988) Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Bloch.

Porto Alegre, Apolinário (1910) A Língua Portuguesa no sul do Brasil. Pelotas. Echenique & Irmãos.

RIBEIRO, Luiz da Silva (1938) “Arcaísmo na linguagem popular da Ilha Terceira” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº 1.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GENTILI, José Carlos (2006) A Igreja e os Escravos. Natal: RN Econômico.

LAYTANO, Dante de (1940) O Português dos Açores na consolidação do domínio lusitano no extremo sul do Brasil. (in Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940).

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá / GODOY, José Eduardo Pimentel de (1983) Tributos, Obrigações e Penalidades Pecuniárias de Portugal Antigo. Brasília: ESAF.

SANTA ROSA DE VITERBO, Joaquim, frei (1984) Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal, antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram; obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Edição crítica de Mário Fiúza. Porto: Civilizações.

24. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA



TEIXEIRA, José Carlos, Dept of Geography, University of British Columbia Okanagan,

Ph.D. Geography, York University, 1993 (Thesis: The Role of "Ethnic" Sources of Information in the Relocation Decision - Making Process: A Case Study of the Portuguese In Mississauga).

MSc. Geography, Université du Québec à Montréal, 1986 (Thesis: La Mobilité Résidentielle Intra-Urbaine des Portugais de Première Génération à Montréal, Université du Québec à Montréal).

B.Sc. Geography, Université du Québec à Montréal, 1983.

PUBLICATIONS JOURNALS

(2006). “Housing Experiences of Black Africans in Toronto’s Rental Housing Market: A Case Study of Angolan and Mozambican Immigrants”, *Canadian Ethnic Studies*, XXXVIII (3): 1-29. [In Print]

(2006). “A Comparative Study of Portuguese Homebuyers’ Suburbanization in the Toronto and Montreal Areas”, *Espaces-Populations-Sociétés*, 1: 121-135 [Special Issue – “Diasporas and Metropolis”, edited by Yves Boquet].

“Residential Experiences and the Culture of Suburbanization – A Case Study of Portuguese Homebuyers in Mississauga”, *Housing Studies* (Accepted, December 2006).

“Ethnic Entrepreneurship and Institutional Discrimination in Toronto: Policy Implications and Recommendations”, *Environment and Planning C* (Accepted, November, 2005). [In Print].

(2004 / 2005). “Future Research Directions of North American Ethnic Geography”. *International Journal of the Humanities*, 2 (1): 305-311.

(2004). ‘Second Generation’ Cultural Retention and Ethnic Identity: Young Portuguese and Portuguese-descendants in Canada”, *Portuguese Studies Review*, 11(2): 1-23.

(2003). “Polish and Somali Entrepreneurship and the Building of Ethnic Economies in Toronto”, *Espaces, Populations, Sociétés / Space, Populations, Societies*, 1: 167-181.

(2001-2002). “The Portuguese Presence in Canada: An Overview of Five Decades”, *Gávea-Brown*, XXII-XXIII: 5-28.

(2001). “Community Resources and Opportunities in Ethnic Economies: A Case Study of Portuguese and Black Entrepreneurs in Toronto”, *Urban Studies*, 38(11): 2055-2078.

(2001). “Building an Ethnic Economy in Toronto, Canada”, *Scripta Nova* (Journal – ‘Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales’ / Geography and Social Sciences – University of Barcelona), August 2001, (<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-77e.htm>).

(1999). “The Portuguese Communities of Montreal and Toronto: A Comparative Analysis”, *Gávea-Brown* (Journal of Portuguese Studies / Brown University), XIX-XX (January-December): 215-228.

(1998). “Cultural Resources and Ethnic Entrepreneurship: A Case Study of the Portuguese Real Estate Industry in Toronto”, *The Canadian Geographer*, 41(3): 267-281.

(1998). "If Quebec Goes...: The 'Exodus' Impact?", *The Professional Geographer*, 50(4): 481-498.

(1997). "The Role of Ethnic Real Estate Agents in the Residential Relocation Process: A Case Study of Portuguese Homebuyers in Suburban Toronto", *Urban Geography*, 18(6): 497-520.

(1997). "The Suburbanization of Portuguese Canadians in Toronto", *The Great Lakes Geographer*, 4(1): 25-39.

(1996). "O Multiculturalismo Canadense e o Futuro dos Açorianos no Quebec" [The Canadian Multiculturalism and the Future of the Portuguese Azoreans in Quebec], *Arquipélago – Ciências Sociais (Journal 'Arquipélago' Social Sciences / University of Azores)*, 9-10: 217-237.

(1995). "Ethnicity, Housing Search, and the Role of the Real Estate Agent: A Study of Portuguese and Non-Portuguese Real Estate Agents in Toronto", *The Professional Geographer*, 47(2): 176-183.

(1995). "The Portuguese in Toronto - A Community on the Move", *Portuguese Studies Review*, 4 (1): 57-75.

(1995). "Portugueses do Quebec e Multiculturalismo Canadense" [The Portuguese of Quebec and the Canadian Multiculturalism], *Canadart (Journal of the Canadian Studies – University of Bahia, Salvador, Brazil)*, 3 (January-December): 15-39.

Toronto e Montreal Multiculturais: a décima ilha açoriana TEIXEIRA, JOSÉ CARLOS, UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA OKANAGAN

Toronto e Montreal, duas das maiores cidades de entrada para imigrantes no Canadá, têm passado por uma significativa transformação nas últimas décadas, tanto na sua paisagem física quanto em seus aspetos sociais e culturais. Na verdade, desde o começo da década de 1950, tanto Toronto quanto, ainda que em menor escala, Montreal e seus subúrbios tornaram-se extraordinariamente variados em seus aspetos culturais e raciais. Segundo o censo de 2001, um pouco mais de que 2 milhões dos habitantes de Toronto (44%) nasceram fora do Canadá, enquanto em Montreal cerca de 622.000 habitantes (18%) nasceram fora do Canadá (Justus, 2004). Além disso, a internacionalização da imigração no Canadá desde os anos '60, com a mudança dos países de origem da Europa para a Ásia, África, América Latina, Caribe e Oriente Médio trouxeram uma mudança dramática ao mosaico etnocultural de Toronto e Montreal. Entre os estudiosos canadenses houve um aumento na conscientização da importância que certos grupos de imigrantes dão à casa própria, bem como os altos níveis de mobilidade residencial e de suburbanização entre eles e a tendência exibida por certos grupos a formarem agrupamentos étnicos. (Qadeer, 2004; Hiebert, 2000). Nesse contexto da presença de imigrantes em nossas maiores áreas urbanas, o processo de decisão de deslocamento, inclusive a mudança para os subúrbios, é considerado complexo e multidimensional, inserido que é em mercados habitacionais heterogêneos. (Clark e Dieleman, 1996; Teixeira e Murdie, 1997). Esse estudo põe em foco portugueses que estabeleceram grupos de imigrantes em Toronto e Montreal desde o começo dos anos '50. Esse grupo apresenta altos índices de propriedade das casas em que moram bem como uma alta tendência à suburbanização. O grupo português também é notável por seu alto grau de segregação dentro dos limites das cidades de Toronto e Montreal, assim como sua propensão incomum a ressegregar os subúrbios (ex., Mississauga, um subúrbio a oeste de Toronto, e Laval, ao norte de Montreal). O objetivo deste estudo é comparar o processo de recolocação e suburbanização dos proprietários de casa nas áreas de Toronto e Montreal. Atenção será dada aos seus padrões de colonização e escolha de imóveis, bem como às estratégias empregadas na busca de novas residências.

Toronto – "The World in a City" Carlos Teixeira University of British Columbia – Okanagan, Canada (carlos.teixeira@ubc.ca)

Nota do editor: Por absoluta falta de tempo não foi possível proceder à tradução do original do trabalho. Dada a importância do tema e a abrangência do mesmo, optou-se por deixar o texto na sua versão vernacular em Inglês do Canadá, o que sucede pela primeira vez nos anais destes colóquios.

The History of Immigration to Toronto

Canada is a country whose history and urban areas have been critically shaped by immigration. Since the end of the Second World War, significant changes in both immigration policies and global migration patterns have contributed to the transformation of major urban areas in Canada (**Figure 1**). Immigrants in general seem to prefer settling in urban centers, and in this "new age of migration" Toronto – Canada's largest city and its primary "port of entry" for immigrants – has witnessed radical changes in its social, economic and political landscapes, becoming a "city of nations" and among the most multicultural spaces in North America and in the world (**Table 1 and Figure 2**).

The Internationalization of Immigration to Toronto

Since the mid-1960s, radical changes in Canadian immigration admission and integration policies have facilitated heterogeneous immigration flows from diverse, non-traditional source countries. For example, among Canada's earlier immigrants (those arriving in Canada before 1981) Italy and the United Kingdom were the most common countries of birth, accounting for 31% of immigrants. These two countries were even more dominant among immigrants who landed before 1961, accounting for 25% and 15% of total immigrants respectively. These two major source countries were followed by Germany with 10% and the Netherlands with 8%. Thus, prior to 1961, four countries in Western Europe supplied well over one-half of all immigrants to Canada. In recent years, however, this pattern has radically changed, with the origins of newer immigrants being far more dispersed. For example, China has been the leading country of birth among recent immigrants, followed by India, the Philippines, Hong Kong, Sri Lanka, Pakistan and Taiwan. Together these countries accounted for over 40% of recent immigrants to Canada. In comparison to previous years, these same seven Asian countries accounted for just 2% of all immigrants who landed prior to 1961 (Justus, 2004). Demographic projections suggest that, in future, Canada's population growth will increasingly depend upon immigration, and that Canada will accordingly become increasingly diverse (Belkhotja et al., 2006). According to Statistics Canada projections, the number of visible minority persons in Canada could reach between 6,313,000 and 8,109,000 by 2017, or about 20 percent of the population, (Statistics Canada, 2005).

In 2006, the City of Toronto was home to slightly more than 2.5 million residents. When the suburban areas within the Greater Toronto Area (GTA) are included, this urban population doubles. Today, Toronto is also one of the most ethnically diverse cities in the world. It is considered by some scholars as a "World in a City"; in part, because it is home to immigrants from over 170 countries who speak over 100 languages (**Figure 3**). Indeed, in 2001 visible minorities represented 37 percent of the population of Toronto (Anisef and Lanphier, 2003). During the 1990s and early 2000s, almost 40 percent of all immigrants to Canada settled in Toronto, up from 28 percent in the early to mid 1980s (Hoernig and Walton-Roberts, 2006). Today, some 44 percent of Toronto's population are foreign-born, the second highest percentage of foreign-born population globally, after Miami (see **Table 1**). This is in sharp contrast to the demographic makeup of Toronto for well over a century prior. From the late eighteenth century to the mid to late twentieth century, immigrants from a single source country – Great Britain – were the dominant ethnic group in Toronto. For example, in 1931, 81 percent of the city's population of 631,207 was British in origin. As late as 1971, almost six of ten Toronto-area residents still claimed British ethnic origin (Lemon, 1985; Siemiatycki et al., 2003). However, by the time Toronto celebrated its 150th anniversary of municipal incorporation in 1984, the city had become noted for, in the words of historian Robert Harney, "its polyethnic character, and its reputation for tolerance of human variety" (1985, pp. 1).

The Impact of Official Multiculturalism on Toronto

Both humanitarian and economic criteria shape Canada's current immigration policies. While the majority of these newcomers have been working class immigrants or refugees in search of better lives, Toronto also has become a magnet for highly educated and skilled immigrants, including those with substantial assets to invest in the city's as well as in the country's economy. The country of origin and particularly levels of educational attainment seem to be the most important factors behind the success of these immigrants' adjustment to settlement in Toronto. As immigrants and their families come into more and varied contact with Canadians—in neighborhoods, schools, work, shopping, and travel around the country—they learn the languages and habits of the people they meet in a process called "acculturation." This process has been the single most powerful influence behind immigrant integration, although race, social class, and government policies can affect rates of integration. Of the government policies that have supported integration, arguably none has been more important than that of Multiculturalism.

In 1971, the Federal government of Canada announced the creation of an official policy of Multiculturalism to support the mosaic of peoples who, through immigration, comprised an ever-greater portion of the population of urban Canada. Multiculturalism refers to policies and practices that attempt to slow down the process of integration, which some believe takes place too rapidly for good immigrant adjustment. In the Canadian context, Multiculturalism is the name given to an umbrella of policy and program initiatives which support the plurality of immigrant cultures that have been increasingly transforming the social, economic and political landscape of Canada. Indeed, it is no exaggeration to say that this federal Multiculturalism policy has come to play a critical role in defining not only the respective identities of immigrant groups as components of the Canadian multicultural mosaic but the national identity of Canada itself.

This being said, it must be noted that – as in many other jurisdictions – Multiculturalism has been, to some degree at least, a controversial subject in Canada. Canadians have long been concerned over how immigrants adapt and how they are treated by those whose immigrants whose ancestors arrived in the country long before. In Canada in recent years this concern has metamorphosed into anxiety, expressed in both popular media and the scholarship, about the emerging segregation of immigrant and minority groups in major "gateway" cities such as Toronto and Vancouver. Multiculturalism has been commonly held to be responsible for this segregation and even for the emergence of subversive radicalism among second-generation immigrant youth. This being said, however, it must be noted that Multiculturalism in Canada, and in Toronto, has played an important and positive role in fostering tolerance and mutual respect among the diverse ethnic communities and cultures of the country. Today "there can be no doubt that Canadians generally, and Torontonians in particular, acknowledge that theirs is a pluralist society in which equality remains an important social goal. For all its flaws, multiculturalism helped frame that view" (Troper 2003, pp. 46).

Toronto: The Emerging Social Mosaic

In the last decades of the twentieth century, Canadian metropolitan areas were impacted by four important societal trends: economic restructuring; an aging population and new approaches to family organization; changes in immigration patterns; and a declining support for the welfare state (Murdie and Teixeira, 2006). Of these, immigration is the one factor that has most visibly transformed large cities in Canada and, in particular, its most important city - Toronto.

Settlement Patterns of Immigrants in Urban and Suburban Toronto

As noted earlier, one of the most important changes in Toronto during the post-war period has been a shift in the origin of immigrants, from Europe to various countries in Asia, Africa, the Middle East, Latin America, and the Caribbean. This shift has had a dramatic impact upon the social space of Toronto. The settlement experiences and residential patterns of immigrant groups in Toronto and its suburbs are varied (**Figure 4**). Some groups concentrate spatially and form ethnic enclaves; initially in immigrant reception areas close to downtown Toronto and more recently by either re-segregating in the suburbs or immigrating directly to suburban concentrations (e.g., Mississauga, Brampton, Markham; Richmond Hill...). Others tend to disperse after acquiring a working knowledge of English and improving their socio-economic position (Teixeira, 2007; Murdie and Teixeira, 2006). Still others assimilate from the outset and do not experience spatial segregation. Varied and complex factors are responsible for different patterns. They include: a) factors internal to the group, such as the retention of cultural traditions and the use of culturally biased information sources, and b) external factors, such as discriminatory practices by the receiving society that impose significant locational constraints.

Concentration of settlement can have important impact upon the political success of an immigrant community. For example, it is interesting to note that the emergence of some minority immigrant groups on the federal and provincial political scenes may be due to both internal factors (e.g., forms of capital) and external factors (e.g., structural opportunities) that may help their success in politics. Some political gains have already occurred in Toronto and its suburbs for some minority groups, as some groups built tight residential concentrations (ethnic enclaves) in Toronto and its suburbs (Mississauga, Brampton Markham, Richmond Hill, Woodbridge) that have led to the emergence of ethnic ridings for some groups (e.g., Chinese, Sikhs, Italians). However, the involvement of minority communities in general in Toronto, at the municipal, provincial and federal levels, has not been occurring at an equal pace across different groups (Bagga, 2007). At this stage, there is an urgent need for more active participation of minority groups in the federal and provincial political scenes. More needs to be done to encourage their participation in elected Canadian political institutions.

Characteristics of Immigration in Toronto

With respect to Multiculturalism, as noted above the issue of segregation is one of the major concerns with regard to Toronto's, and Canada's, diverse population. One way of illustrating differences in the spatial segregation of ethnic groups is by means of a segregation index (**Table 2**) shows the segregation indexes for the Toronto, Montreal and Vancouver Census Metropolitan Areas. The segregation index can vary in values ranging from zero to 100 with an index value of 100 indicating complete spatial separation between a specific ethnic group and the rest of the population, and a value of zero indicating no spatial separation between two groups. With regard to Toronto, the Jews are the most segregated. Their concentration, however, seems due more to voluntary factors (e.g., retention of cultural and religious traditions) than to discriminatory practices by the receiving population. Chinese and South Asians also show high average levels of segregation. Both groups tend to live in owner-occupied dwellings in the suburbs, and retention of cultural traditions is a likely explanation for their continued segregation. With respect to the growing cultural diversity of Toronto and its suburbs, it is interesting how this has been accompanied by increased religious diversity (**Figure 5**). This is clearly evident in the multiplicity of churches, temples, mosques, and other religious institutions that have emerged in Toronto's urban / suburban landscape. Today, the former Protestant majority of Toronto is long gone as a result of immigration, and the city now possesses a Catholic plurality, with there being more Muslims in the city than Presbyterians (Troper, 2003).

Another characteristic of immigrant groups in Toronto is the importance they attach to homeownership and home improvements. In Toronto immigrants achieve rates of homeownership that equal or exceed those of the non-immigrant population. Home ownership also became a vehicle for economic mobility and provided capital through resale for a move to a larger and more modern home in the suburbs. For example, during the 1960s and 1970s Southern Europeans were among the largest immigrant groups to arrive in Toronto. The arrival of entire families by means of chain migration encouraged the establishment of distinctive residential neighborhoods with ethnic businesses and cultural and religious institutions. Southern European groups such as the Portuguese have contributed substantially to maintaining the vitality of older inner-

city neighborhoods. Examples of this include Kensington Market in the 1950s / 1960s – a neighborhood which is now formally a National Historic Site due to its importance as an immigrant reception area – and “Little Portugal” in the 1970s / 1980s. However, in the last two decades or so many Portuguese have moved from the heart of the city to the suburbs of Toronto (e.g., Mississauga) in search of the “dream home” – a single detached dwelling (**Figure 6**). In this regard, the Portuguese, along with the Italians and immigrants from Hong Kong, show one of the highest levels of homeownership of all ethnic groups, with more than two-thirds owning their own dwelling (Murdie and Teixeira, 2000).

In contrast, more recent immigrants, and particularly visible minorities, face huge challenges today in Toronto’s expensive and tight rental housing market. For example, pockets of concentration of Afro-Caribbean and African immigrants, including refugees, have been identified settling – often in public housing – in particular neighborhoods of the city and its suburbs (Mensah and Firang, 2007). The increasing number of new immigrants and visible minorities in public housing is due to low household income, compounded by supply cost, and discriminatory constraints in Toronto’s rental market. It is important to reiterate, however, that none of these areas of concentration can be described as a ghetto, since they do not resemble the large-scale ghettos that characterize many US cities (Murdie and Teixeira, 2006; Ley and Smith 1997). Recent trends also show that immigrant labor market rewards have decreased over the last decade, while immigrant poverty has increased (Ornstein, 2002). These trends seem to be more noticeable for most visible minority groups in Toronto.

Immigration and the Economy of Greater Toronto

Canadian immigration policy has long acknowledged the importance of immigration as an engine of economic growth. Immigrants coming to Toronto from a vast range of cultures and social backgrounds represent a significant supply of human capital whose diverse skill sets contribute positively to Toronto’s – and Canada’s – economy through participation in both paid and self-employment. Today immigration accounts for approximately fifty percent of Canada’s population growth and almost seventy percent of its labor force growth (Teixeira, Lo and Truelove, 2007; Jansen and Lam, 2003). In the current context of declining fertility and population aging, immigration has become a vital component of Canada’s population and labor force growth. In 2003 immigration accounted for 65 percent of population growth, and over the decade of the 1990s represented almost 70 percent of the total growth of the Canadian labor force. If current immigration rates remain constant, by 2011 immigration will account for virtually all labor force growth in the country (Hoernig and Walton-Roberts, 2006).

With regard to the contribution of immigrants to the economic development of Toronto, one of the most significant economic impacts upon Toronto during this time has been the increasing role of immigrant small businesses and entrepreneurs in the city’s growth and development. Ever-larger numbers of immigrants have turned to the self-employed sector of the economy, and today immigrants are much more likely to be self-employed (15 percent) than those born in Canada (12 percent) (Teixeira, Lo, and Truelove 2007; Razin and Langlois, 1996). This is especially true for some immigrant groups such as the Chinese, Italians, Portuguese, Greeks, and Poles who have constructed self-contained, institutionally complete communities and visible ethnic economies in the Toronto’s landscape (e.g., Chinatown on Dundas / Spadina; Little Italy on College; Little Portugal on Dundas / Ossington; Little Greece on the Danforth) (**Figure 7**). Today the question is whether these ethnic enclaves and ethnic economies will continue to flourish or will gradually disappear within a more assimilative social geography, given the “internationalization of immigration” to Toronto. Within this context, policy makers face the challenge of how to plan for multicultural Toronto? As Wallace (2000) notes, there are paradoxes in planning for immigration policy at the local level in a multicultural city like Toronto. On one hand, most planners recognize the ways in which immigrant groups have changed Toronto’s physical and social structure, and there have been examples where ethnic communities have been included in the planning process. On the other hand, many local planners may not yet be ready to fully embrace the idea of planning to support Multiculturalism.

The Future of Multicultural Toronto?

While the significance of immigration in the recent history of Toronto is clear, what will the future hold for Multicultural Toronto? Despite the undeniably positive economic and cultural benefits that accompany immigrant concentration in Canada’s largest city, some argue that this growth has been accompanied by a number of costs. For example, critics of Canada’s immigration policy claim that the number of immigrants and rates of admission have negatively influenced integration, and that this may result in increasing social tension and civic dysfunction that some claim to be already visible in Toronto (Hoernig and Walton-Roberts, 2006). In this analysis, ensuring a successful future for Multicultural Toronto will require careful policy management with respect to the city’s ever-increasing immigrant population.

The Scale and Challenges of Immigration to Toronto’s Future

According to the best projections, it is likely that the annual volume of immigrants to Canada will remain at about 225,000, and that the majority of this population will settle in Toronto. Given the increasing internationalization of immigration to Canada, it appears clear that the visible minority population of Toronto will increase dramatically. By 2017 it is estimated that about half of the population of the Toronto CMA will belong to a visible minority group (Murdie and Teixeira, 2006).

In terms of immigrant settlement, it appears likely that in the case of Toronto immigrant groups will continue to suburbanize, either resegregating in the suburbs following initial settlement near downtown core, or immigrating directly to the inner suburbs of the Greater Toronto Area. The segregation levels between some immigrant groups and the rest of the population will remain high and the spatial outcome will be an increasingly fragmented and economically differentiated pattern of ethnic enclaves in many parts of the city (Murdie and Teixeira, 2006). This being said, however, observers of immigrant settlement and integration in the Canadian context emphasize the multiple challenges that immigrants face upon arrival. Toronto is no exception to this reality, and the challenges faced by new immigrants settling in the city are numerous: from finding affordable and suitable rental housing, securing employment, and improving language skills / education to securing access to health care and adapting to a new culture. Given these challenges, policy makers at the federal, provincial and municipal levels in Toronto face the need to design policies that will sustain and expand the economic growth and development that has accompanied immigration settlement in Toronto in recent decades.

Policy Making to Support Multiculturalism at the Local Level

It should be noted that, under the Canadian Constitution, the Municipality of Toronto has no constitutional responsibility for immigration issues and is, in fact, largely constrained by the dictates of higher levels of government in this regard. Remarkably, national and provincial multicultural policies provide almost no practical guidance on the handling of local issues related to immigration (Hoernig and Walton-Roberts, 2006). While immigration policy and administration are the constitutional responsibility of the Canadian Federal government, and are developed in practice in consultation with the provinces, the reality for the City of Toronto is that while this metropolis is the country’s leading immigrant reception area, municipal leaders and officials have little say in immigrant selection or in the shaping of overall policy. As the City of Toronto has been, and will continue to be, the Canadian municipality primarily impacted by immigration, municipal policy makers have developed city-wide policies to promote and support the multicultural communities who are recognized as integral to the city’s continuing economic and social growth and development. While it is generally acknowledged by all stakeholders that the City of Toronto has a policy role by virtue of

their direct experience in delivering services to newcomers and diverse communities, nonetheless the incorporation of an understanding of diversity into municipal planning processes and decisions is a particular challenge for local governments (Graham, 2007). Partly as a consequence of the lack of engagement and support by higher levels of government who are constitutionally responsible for immigration policy, critics observe “that despite some gains in municipal responses to immigration, municipal actors continue to respond to many problem-solving and decision-making scenarios in an ad hoc or ‘trial and error’ manner” (Hoernig and Walton-Roberts, 2006, pp. 413). For example, although social housing programs and other social services may be expanded in the short run and welfare rates increased as a result of lobbying the higher levels of government, it is unlikely that public funding for agencies serving immigrants and refugees will be increased to match levels in previous years (Murdie and Teixeira, 2006).

21st Century Toronto: The World in a City

While Toronto clearly faces substantial challenges in managing the ever-increasing numbers of immigrants from ever more diverse source countries who seek to settle in the city and its suburbs, most observers believe that the future of Multicultural Toronto is bright. In large measure, this is a result of the general recognition – by all levels of government in Canada – that Toronto is a primary engine of the country’s overall economic growth, and that immigration is a major contributing factor to this progress. In a sense, it may justly be said that immigration to Toronto is the fabled “goose that laid an [economic] golden egg” for Canada as a whole. Thus, it is in the interests of all levels of government to ensure that this state of affairs continues into the future. As adjustment and integration are primary challenges to this objective, critics have suggested that all levels of government incorporate a “diversity lens” (Graham 2007, pp. 6), and adopt a “rich multiculturalism” (Givechian 2007, pp. 27) to build upon the successful achievements of Multiculturalism in the past and thereby avoid some undesired consequences of increased ethnic segregation for the future of Toronto. Toronto’s history has been shaped profoundly and positively by immigration, and the city enjoys a well-deserved reputation as one of the most welcoming and inclusive multicultural metropolises on the planet. Through wise policy development and implementation, it is likely that 21st century Toronto will be – more than ever – the “World in a City”.

Bibliography

Anisef, P. and Lanphier, M. (2003). “Introduction: Immigration and the Accommodation of Diversity.” In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 3-18. Toronto: University of Toronto Press.

Bagga, G. (2007). “From the Komagata Maru to Six Sikh MPs in Parliament: Factors Influencing Electoral Political Participation in the Canadian-Sikh Community”. In K. Graham, ed., *Our Diverse Cities*. 161- 165. Ottawa: Metropolis.

Belkhdja, C. et al., (2006). “Introduction: Multicultural Futures? Challenges and Solutions.” *Canadian Ethnic Studies*, XXXVIII: I-V.

Filion, P. and Bunting, T. (2006). “Understanding Twenty-First Century Urban Structure: Sustainability, Unevenness, and Uncertainty.” In T. Bunting and P. Filion, eds., *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*, 1-23. Toronto: Oxford University Press

Graham, K. (2007). “Introduction - Our Diverse Cities: Ontario.” In K. Graham, ed., *Our Diverse Cities*. 3-6. Ottawa: Metropolis.

Harney, R. F. (1985). Ethnicity and Neighborhoods. In R. F. Harney, ed., *Gathering Place: Peoples and Neighborhoods of Toronto*. Toronto: Multicultural History Society of Ontario.

Hoernig, H. and Walton-Roberts, M. (2006). “Immigration and Urban Change: National, regional, and Local Perspectives.” In T. Bunting and P. Filion, eds., *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*, 408-418. Toronto: Oxford University Press

Jansen, C. and Lam, L. (2003). “Immigrants in the Greater Toronto Area: A Sociodemographic Overview.” In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 63-131. Toronto: University of Toronto Press.

Justus, M. (2004). “Immigrants in Canadian Cities.” In C. Andrew, ed., *Our Diverse Cities*. 41-57. Ottawa: Metropolis.

Ley, D. and Smith, H. (1997). *Is There an Immigrant ‘Underclass’ in Canadian Cities*. Vancouver: Vancouver Centre of Excellence, Research on Immigration and Integration in the Metropolis.

Mensah, J. and Firang, D. (2007). “The Heterogeneity of Blacks in Ontario and the Racial Discrimination Boomerang.” In K. Graham, ed., *Our Diverse Cities*. 20-25. Ottawa: Metropolis.

Murdie, R. A. and Teixeira, C. (2006). “Urban Social Space.” In T. Bunting and P. Filion, eds., *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*, 154-170. Toronto: Oxford University Press

Murdie, R. A. (2008). Diversity and Concentration in Canadian Immigration: Trends in Toronto, Montreal and Vancouver, 1971-2006. Toronto: Centre for Urban & Community Studies, University of Toronto (Research Bulletin, 42).

Murdie, R. A. and Teixeira, C. (2003). “Towards a Comfortable Neighborhood and Appropriate Housing: Immigrant Experiences in Toronto.” In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 133-191. Toronto: University of Toronto Press.

Sandercock, L. (2004). “Sustaining Canada’s Multicultural Cities” In C. Andrew, ed., *Our Diverse Cities*. 153-157. Ottawa: Metropolis.

Siemiatycki, M. et al., (2003). “Integrating Community Diversity in Toronto: On Whose Terms?” In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 373-456. Toronto: University of Toronto Press.

Teixeira, C., Lo, L., and Truelove, M. (2007). “Immigrant Entrepreneurship, Institutional Discrimination, and Implications for Public Policy: A Case Study of Toronto.” *Environment and Planning C*, 25: 176-193.

Troper, H. (2003). “Becoming an Immigrant City: A History of Immigration into Toronto since the Second World War.” In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 19-62. Toronto: University of Toronto Press.

Table 1

Top 10 Cities by Share of Foreign-Born Population, 2000-1	
City	%Foreign-Born
Miami	59
Toronto	44
Los Angeles	41
Vancouver	37
New York City	36
Singapore	33
Sydney	31
Abidjan	30
London	28
Paris	23

Source: United Nations Human Development Report (2004: 99); Hoernig and Walton-Roberts (2006:410)

Table 2

Ethnic Group Percentage of Census Tracts in which 50 Percent of the Group’s Population live	
Jewish	3.6
Chinese	10.1

Portuguese	10.6
Italians	13.4
East Indians / Punjabis /	
Sri Lankans	13.4
West Indians / Jamaicans /	
Africans	17.2
English	24.7

Note: The lower the percentage of census tracts, the higher is the level of concentration. Source: Qadeer and Kumar, 2003, pp. 9.

25. LUCIANO PEREIRA



LUCIANO José dos Santos Baptista PEREIRA

lucianop@mail.telepac.pt

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português / Francês),

Mestre em Literaturas Medievais Comparadas

Doutor em Línguas e Literaturas Românicas

Provas Públicas para Professor Coordenador (aprovado por unanimidade com mérito absoluto e mérito relativo)

PUBLICAÇÕES

1. Comunicações e artigos sobre o ensino da língua materna:

O telejornal na aula de Português

As cores da língua portuguesa como expressão de cultura

L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues

A cultura açoreano-catarinense (Brasil meridional) na obra de Frankelin Cascaes

Paiva Boleo e a cultura açoriano-catarinense.

2. Ensaios:

Os bestiários franceses do Século XII

O bestiário e os contos tradicionais portugueses

O universo do imaginário

A fábula em Portugal

3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração):

A cidade

O mundo das línguas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982 / 1986)

Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1996 / 2009)

Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990 / 1995)

Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995 / 1996)

Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002 / 2005)

Membro da Direção Central do S.P.G.L. (2003-2006)

Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)

Países de Permanência:

Bélgica (Escolaridade obrigatória – conclusão do terceiro ciclo)

França (Curso de verão do Centro de Estudos Superiores de Civilização Medieval)

Alemanha (coord. do Ensino de Língua e Cultura portuguesas - Embaixada Portuguesa em Bona.)

Brasil – Estado de Santa Catarina (Pesquisa sobre a Cultura açoriano-catarinense)

Espanha, Itália, Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha (Programas europeus).

A ilha no imaginário poético de temática açoriana .**LUCIANO J. dos Santos Baptista PEREIRA, ESE INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL**

A presente comunicação deriva de um trabalho pedagógico realizado em Angra, em 1995, em torno da escrita criativa e do espaço açoriano.

Da leitura rápida dos vários textos havia pressentido o carácter bipolar do imaginário ilhéu açoriano. A carga simbólica da ilha alternava entre a atração original dos espaços utópicos e paradisíacos e o sentimento claustrofóbico dos espaços que oprimem, subjagam e aprisionam. Este sentimento de atração e de repulsa, de amor e de ódio, esta necessidade de mergulhar na mais íntima das intimidades, numa procura mística de si e de partir para longínquas paragens à descoberta dos outros pareciam-me ritmar o imaginário ilhéu tal como se do movimento das ondas se tratasse.

João Afonso, Vasco Pereira da Costa, Bernardete Falcão, Maria Antónia Esteves, Carlos Faria, Almeida Firmino, José Martins Garcia, Eduíno de Jesus, Vitorino Nemésio, João de Melo, Luíza de Mesquita, Rui Peixoto, Eduardo Ferraz da Rosa, Alberto Borges dos Santos, Pedro da Silveira, José Simas, Coelho de Sousa, Gabriel Ferreira de Sousa, Sophia de Mello Breyner Andresen, Al Berto são os poetas visitados. Pela sua voz, na sua relação com o imaginário ilhéu, tal como o bater do coração, ora mergulhamos nos sentimentos mais depressivos e claustrofóbicos, sofrendo do mal da insularidade, procurando a qualquer preço a heroica libertação que representa a partida, a distância e a linha do horizonte, ora extasiamo-nos, religiosamente, com a perfeição de uma sociedade primordial, onde reina a sabedoria, a ciência e a paz.

2. Arquétipos, mitos e intertextualidades

Antes de ser escrita o poema é voz, canto, música, movimento e ritmo. Cada texto guarda na memória as suas origens, a sua dimensão mágica, segredos de tempos primordiais em que a palavra era mediadora entre este mundo e o outro, em que a poesia presenteava, atualizava e humanizava o divino. Qualquer poema, tal como qualquer texto literário, está imbuído de uma memória coletiva, constituída pelo conjunto dos outros textos individuais com os quais partilha sonhos, valores, ritmos e formas. Tal memória ultrapassa obviamente a experiência individual do vivido, projeta-se para o futuro, para o espaço das vivências pressentidas. Tal memória estrutura-se como um núcleo ideológico e formal que se pode consubstanciar na forma de múltiplas figuras e uma diversidade textual. Tal memória ultrapassa o velho conceito «kristeviano» de “intertextualidade” (Kristeva, 1979,139-169), de “arquitexto” (Genette, 1979), de “hipotexto” (Genette, 1992,13) ou mesmo de “Modelo de competência genérica” (Genette, 1992,13). Trata-se mais de um núcleo gerador, a partir do qual se desenvolvem novas ideias, imagens e formas, novos dispositivos e novas linguagens em novos contextos, núcleo que está na origem de qualquer “Transcendência textual” (Genette, 1992,7). É inevitável reconhecer que a criação literária procede a uma transmutação dos arquétipos e dos mitos coletivos em mitos, idiosincrasias, textos e estilísticas individuais. Tais núcleos participam da complexa rede do universo simbólico e, como todos sabemos, o símbolo afirma-se resistindo, em parte, aos signos do universo discursivo e, em parte, às categorias puras do imaginário. A função simbólica, tal como a função poética, vela e revela, evoca e convoca e torna presente o mistério pelo qual constantemente se recria.

“La fonction symbolique est inséparable de son « orientation sacrale » ou de sa visée hiérophanique des puissances « numineuses » ou « non-humaines » auxquelles les mythes et les rites relient l’être humain en « ré-unifiant » l’anthropos et le cosmos para la puissance du logos qui n’est pas ici langage mais verbe et parole « ressuscitée », « re-crée », au delà du sens culturel et social des « mots de la tribu ». “ (Alleau, 1989, 60)

3. A ilha enquanto núcleo gerador e ponto-cruz do imaginário

O símbolo é sempre um espaço de fusão do mundo, ponto-cruz do imaginário:

“L’omphalos des Grecs, le nombril du monde des anciens, l’escalier rituel de tant de religions, l’échelle des dieux. Par là on passe du ciel à la terre, et vice versa. Par là l’espace le temps et l’éternité communiquent. “ (Champeux et Sterckx, 1981,31)

Durand, na linha de Eliade (1963 e 1977), refere que a realidade prolonga e atualiza um arquétipo celeste, em torno de um eixo, um “omphalos”, centro do mundo, casa, templo, cidade árvore, montanha ou ilha e acrescenta que qualquer espaço naturalmente limitado, fechado, é sempre uma manifestação do sagrado: “...o que acima de tudo sacraliza um lugar é o seu fechamento: ilhas de simbolismo amniótico ou então floresta cujo horizonte se fecha por si mesmo” (Durand, 1989,170). O fechamento, de forma arquetípica, corresponde, à forma redonda que representa um microcosmo ou a “cosmicização” do arquétipo da intimidade feminina. A polivalência semântica dos elementos tornados símbolos, tal como a ilha, é o sinal da ambivalência imagética que afirma a riqueza das tonalidades elementares da percepção humana. Esta ambiguidade fundamental desenvolve-se dialeticamente entre a introversão e a extroversão:

“Finalement toutes les images se développent entre les deux pôles, elles vivent dialectiquement des séductions de l’univers et des certitudes de l’intimité (...). Chaque image (...) devra donc recevoir toutes ses valeurs. Les images les plus belles sont souvent des foyers d’ambivalence. “ (Bachelard, 1984,10).

As ilhas têm povoado o imaginário universal como espaço de origem e de retorno, vejam-se os mitos celtas e os mitos germânicos da criação:

“Odim e seus dois irmãos mataram Ymer. Do seu corpo fizeram a terra, os Céus do seu crânio e o mar do seu sangue. No Céu colocaram tições de Muspelheim e surgiram, assim o Sol, a Lua e as estrelas. A terra era redonda e rodeada pelo mar...” (Hamilton, 1983,472)

O imaginário ocidental acrescentou-lhes, desde a Atlântida de Platão (1985,525-547), a áurea de uma geografia humana muito específica pela sua originalidade, exibindo uma organização social e política “atípica” e “u-tópica”.

A Idade Média associa-as ao simbolismo do castelo inexpugnável (que frequentemente se encontra rodeado de água), reforçando todavia o seu simbolismo espiritual tal como na Nauigatio Sancti Brendani (ed. Crítica de Nascimento, 1998). São os espaços privilegiados para o sagrado e para as artes mágicas, habitação eterna dos magos e dos reis, tal como o Rei Artur, espaços de encantamento e revelação. A ilha Perfeita é o destino iniciático do cavaleiro virtuoso, Nela estão construídas sete formosas casas encantadas celebrando as sete virtudes. A oitava encerrará todas elas e só poderá ser conquistada pelo cavaleiro perfeito. (João de Barros, I, pp. 304-312). É, certamente, neste imaginário que se enraíza a lenda da lagoa das sete cidades, enquanto memória da perfeição, virtude, sofrimento e puro amor.

4. A ilha como estética e como escrita

O Homem, ao tomar consciência de si, vê-se rodeado de espaço. Crescer é afirmar-se no espaço, é assumir uma temporalidade, é criar e destruir limites, criar-se e recriar-se na procura do equilíbrio que exige um movimento de constante aprofundamento e distanciamento de si. O poema, tal como a ilha, é uma das expressões desse movimento, é a própria recriação do seu criador, o poema tudo cria e recria dentro e fora de si. A ilha, tal como o poema, convida para o descanso, para as delícias e para as intimidades do centro assim como incentiva para a linha do horizonte, para o sonho, para uma espécie de memória, de outros mundos, de outras almas e de outros corpos. Não nos esqueçamos que o poema enquanto objeto simbólico nunca deixa de operar a dois níveis, o do universal e do particular:

ILHA DO MAR

*Julguei-me Criador predestinado,
E levantei, no mar dos meus desertos,
Uma ilha.
(...)
Ilha do mar desabitada
E eu...
Ilha do mar e nada,
Morreu
O Eu-não-eu.
Coelho de Sousa in «Atlântida» vol. II, N.º 1 (RGC, 252-253)*

No plano da estética, e da expressão literária em particular, os percursos iniciáticos por espaços com tão forte carga simbólica desencadeiam emoções tão intensas que permitem regressar às formas socialmente e intelectualmente consagradas pela sabedoria popular, trata-se do regresso ao espaço uterino da própria originalidade poética:

AÇORES

*(...)
E foi na Terceira
Com o mar à proa
Que nasceu a mãe
Do poeta Pessoa*

*Em cujo poema
Respiro amplidão
E me cerca a luz
Da navegação
(...)
Poema onde está
A palavra extrema
Que une e reconhece –
Pois só no poema*

*Um povo amanhece
Sophia de Mello Breyner Andresen in «O Nome das Coisas», 1977, (Obra Poética III, 235-236)*

4. A Ilha enquanto expressão da interioridade e da exterioridade.

As representações da ilha estão longe de ser linearmente ingénuas ou insignificantes. Cada poema apresenta uma “tessitura” de estratégias e elementos simbólicos que denunciam uma trágica nostalgia pela degradação humana e pelo paraíso perdido. A criação literária permite a afirmação de um modo superior de ser e de estar na palavra, o texto permite uma recuperação da dignidade perdida e da própria condição humana. A «Ilha» visitada não é uma mera criação cultural. É, na realidade, um conjunto de ilhas: as Ilhas dos Açores. A imagem que delas emana contribui para melhor entendermos a complexidade do espaço ilhéu enquanto arquétipo. As múltiplas conotações da insularidade não se limitam, como é óbvio, ao fenómeno da açorianidade. A «Ilha» que emana dos nossos poetas¹⁴⁵ adquire uma dimensão especial, não só por ser o produto cultural de experiências e vivências múltiplas, mas pela relação que estabelece com cada representação em particular. A “nossa Ilha” está mais perto do seu arquétipo, que qualquer das ilhas que contribuiu para a sua construção. Por estarmos perante uma construção do inconsciente coletivo, não podemos deixar de constatar contradições e aparentes ilogismos. A ilha enquanto centro cósmico, espaço sagrado, imagem completa e perfeita da Grande Ordem, afirma-se como um espaço onde o indivíduo se dilui, saturado de tanto silêncio, de tanta solidão, e de tanto aperto. “a sua «plurissignificação» tem um «peso quase insuportável...” (Pimentel 1988, 238)

Na ilha entre céu, terra e mar o poeta imagina-se, sofre e recria-se. Nem a vida nem a morte, nem a natureza nem a cultura que o criaram lhe bastam. No horizonte vislumbra-se o “El Dorado”. Abundantes são os textos que nos contam a história da emigração e da busca da terra prometida; assim como da fuga à servidão e à submissão, tal como “Ilha” de Pedro da Silveira que, segundo Pimentel, pertence ao conjunto de textos que Starobinsky classifica «como a expressão microscópica do universo no qual nasceram». São emblemas reduzidos, resumos simbólicos. “Texto e contexto são vasos comunicantes. A um tempo, há reprodução e produção.” (Pimentel, 1988, 237)

ILHA

*Só isto:
O céu fechado, uma ganhoa
pairando. Mar. E um barco na distância;
olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,
Califórnia perdidas de abundância.
Pedro da Silveira in «A Ilha e o Mundo», 1953 (RGC, 208)*

¹⁴⁵ A maior parte dos textos dos poetas açorianos referidos foram extraídos da Antologia Poética dos Açores de Ruy Galvão de Carvalho (1979) identificada ao longo do texto com as iniciais RGC, seguida do número da página donde foi extraído o poema.

PARA TI, QUE FICAS PARADO

*Para ti
que ficas parado
a olhar o vapor que se some lá ao longe
e depois, vergas a cabeça para terra
e a ela arrancas um pão que sabe a sonhos mortos;
para ti,
sonhador de viagens que nunca farás
e terras férteis alongando-se para todos os horizontes
e cidades onde a vida não é este monótono repetir
das mesmas coisas todos os dias;
para ti
que quiseste ser rancheiro,
pesquisador de ouro,
operário das fábricas e das Canárias
(...)
Pedro da Silveira in «A Ilha e o Mundo», 1953 (RGC, 209)*

Os espaços de origem podem estar carregados de uma força magmática tão incandescente e caótica que se tornam insuportáveis e ameaçadores.

ABALO DA TERRA

*Senhor, a nossa Ilha
É pasto já do pó antecipado.
- Susto, foi tão duro o alçar da sua mão.
Que nem égua, terra ou água, ai!
Se deu por mansa no seu tino.
(...)
Eduardo Ferraz da Rosa, 1980 (RGC, 468)*

Pela poesia do desassossego e da inquietude, o poeta quebra a casca do ovo primordial e ensaia o seu voo cósmico para paragens distantes onde acenam ilusórias esperanças e emoções de outros mundos e outras gentes. A ilusão e a desolação são proporcionais à imensidão. Saradas as feridas do isolamento, apenas resta o regresso ao sonho e à ressaca da noite atlântica:

O REGRESSO DE ANTÓNIO DA COSTA

*decidira partir para sempre e onde morei
não vivia junto aos homens que fugidos aos sismos
à lava ao isolamento das fajãs andavam
pelo mundo espalhando oceânicas linguagens
sem se preocuparem onde começava ou terminava a realidade*

*levei anos sarando o tempo do arquipélago
a desolação grandiosa dos continentes e
chegado aqui abro as mãos para esquecer o fogo
que me devorou a obra em Lisboa – recomeço a pintar:
a flor, a máscara e eu adolescente*

*reacendo em mim a ressaca da noite atlântica
convoco um rosto com todas as coisas escuras
que dele nascem e arrepiam a pele o sexo e a alma*

*regresso ao sonho onde
na magoada e distante ardência das ilhas
duas sereias andam à caça de um anjo mudo
Alberto in «A Secreta vida das Imagens», 1991, 41*

Regressar à ilha é regressar à intimidade do espaço original, trata-se de se apropriar de um “tempo-espaço” místico que permite ao Eu poético recriar-se ou diluir-se nos desejos passionais da fusão”:

SOU FEITO DE MAR

*Sou feito de mar
e nasci da lava mal fria*

*nas minhas veias gira aceso
o magma profundo*

*meu corpo arremessa pedras
bagacina
areias negras de lutas
marinhas*

*braços de vento salgado abraço
a ilha avistada*

(...)
Vasco Pereira da Costa in «Memória da Água-Viva», dezembro de 1979, n.º 5 (RGC, 415-416)

ESTE O POVO DA ILHA

*Este o povo que nasceu do mar. Veio-lhe o sangue
do sal. Suas veias boiaram outrora
entre cabeleiras de algas e fungos de basalto.
Abriu-se-lhe a boca no remoto esquecimento
dos búzios. Memória são as conchas desertas
o calhau rolado arenoso silêncio sobre rocha.*

(...)
João de Melo in «Navegação da Terra», 1980 (RGC, 424-425)

A apropriação do espaço original implica sempre uma apropriação do tempo mítico e vice-versa, tal apropriação apresenta sempre uma sacralização através do sacrifício pessoal. Trata-se de uma experiência psicológica única e intransmissível, numa dimensão do espaço-tempo para lá do mundo empírico. Esta conquista simbólica do espaço utópico e “a-temporal” corresponde sempre à inibição dos impulsos conquistadores e heroicos e a um desenvolvimento de um estado de consciência místico que leva a uma maturação espiritual e a um progresso ontológico que aspira sempre, de certa forma, à imortalidade:

MENINO ILHA

*O meu menino tem nos olhos
uma pedra
e uma alga
foi gerado no cais
com navios de ficar
e traz no ventre*

os faróis

*de todos os portos
tem corpo de ilha
com uma hortênsia*

nos lábios

e um vulcão

no sexo

*tem nas mãos um continente
virgem
secreto*

tem nos dedos um sonho

*selvagem
louco*

*passeia pesadelos
pela noite*

insular

*e bebe desejos
na curva dos meses*

o meu menino não tem alma

para morrer

no mar!

José Simas in «A Margem», 1979 (RGC, 428-429)

Esse é o tempo e o espaço dos iniciados, dos que peregrinam mar às costas, para o inefável, em rituais de passagem cuja única forma de expressão é a própria capacidade criadora. O retiro, a solidão e o silêncio constituem as vias para esse encontro místico que a psicanálise chama «processo de individuação» (von Franz in Jung, pp. 158-229):

A CONCHA

A minha casa é concha. Como os bichos

Segreguei-a de mim com paciência:

*Fachada de marés, a sonho e lixos,
O horto e os muros só areia e ausência.
(...)*

Vitorino Nemésio in «O Bicho Harmonioso», 1938 (Obras Completas, vol. I, 131).

As ilhas, tanto arborizadas como desérticas, estruturando-se em torno de lagos, fontes, montanhas e vulcões, apresentam uma tão forte densidade simbólica que dificilmente imaginamos manifestações mais perfeitas dos espaços originais. É, todavia, tanto pela peregrinação e pelo desterro quanto pelo retorno e pelo regresso que se inicia o processo catártico. O caminho para a depuração e para o despojamento, em busca da verdade e da clarividência, tanto leva ao centro da ilha quanto para lá do horizonte.

5. A ilha como espaço de sofrimento

A revelação que permite a iluminação, o êxtase ou o deslumbramento tanto amplia as capacidades sensoriais, intelectuais como as psicossociais. O isolamento do ilhéu, tal como o isolamento do exilado, tanto leva a um aprofundamento como a uma saturação de si mesmo:

AGORA É TUDO SILÊNCIO

(...)
*Ó andorinha-do-mar,
A fingir de adormecida,
Eu entendo a tua dor:
Nas rochas nuas, junto à costa
É agora tudo silêncio,
 não há vida,*

Falta o capricho do amor.

Almeida Firmino in «Ilha Maior», 1968 (RGC, 306-307)

TUDO ISTO É ILHA

(...)
*É que,
Por mais que
Não queira sofrer,
O sofrimento vem
Nesta desoladora solidão
Para dentro do meu coração.
É que...*

...tudo isto é ilha...

Alberto Borges dos Santos in «Tempo do Mar», 1959 (RGC, 200-201)

Exilado na sua própria ilha sagrada, o poeta dificilmente atinge um saber e um nível superior de consciência. O exílio externo e a morte apresentam-se como os caminhos mais certos e mais seguros para o para a revelação e para a “hierofania”:

ILHA MAIOR

(...)
*Ilha Maior no sonho e na desgraça
Sempre a acenar a quem ao longe passa
Nos navios rumo ao Canadá e América
Ancoradouro de aves, poetas e baleeiros,
Heróis sem nome, com um pé em terra e outro no mar,
Quantas vezes em vão a balear...*

Negra, negra e cativa

*Ilha Maior, minha Ilha-Mãe adotiva,
Maravilha de lava e altura!*

*El-rei Sebastião, o Desejado,
Veio um dia, nunca mais voltou.*

E é aqui, cavada a seu lado,

Que eu quero ter a minha sepultura.

Almeida Firmino in «Ilha Maior», 1968 (RGC, 307)

NO PEGO DO MAR

(...)
E o menino-do-mar
(que sempre serei)
ficou-se a olhar
e há de morrer
pelo dom de saber
que o sonho-sem-onde
não força ou deslinda
o firme poder
de ser sem querer.
João Afonso in «Atlântida», vol. I, n.º 5 (RGC, 232)

Alguns textos exibem-nos, nitidamente, o sentimento depressivo claustrofóbico, chamado o mal da ilha ou da insularidade para o qual: “o estar é manifestamente mal-estar, maldizer, mal viver” (Pimentel, 1988, 239):

SIGNO INSULADO
o sofrimento está dentro da ilha
o sofrimento é da ilha
o ilha está no fundo dum poço
no fundo dum poço sofre uma ilha
(...)
José Martins Garcia in «Atlântida», n.º 1 – 3, 1967 (RGC, 353)

ILHA
(...)
Na ilha tudo é vão
Até que um dia
A gente mistura
As lágrimas, a saudade, a solidão
E o adeus
E nos agarramos
À muralha
Com olhos de fúria,
Braços de ódio
E vontade de pão
E assim pelo caminho do mar
Fugimos da prisão.

Para um novo adeus,
Para uma nova saudade,
Para outra solidão...
Rui Peixoto in «Dos jornais» (RGC, 487-488)

Em muitos dos textos que expressam o sofrimento, a ilha sufoca, o horizonte aprisiona, a solidão aperta, os sonhos diluem-se, a fome delira, os desejos incendeiam-se ocultando amores impossíveis ou imaginários.

6. A ilha encantada

Os textos que atualizam a ilha arquetípica, enquanto centro espiritual, sociedade primordial, microcosmo à imagem do macrocosmo sublimam a dor, a ansiedade e angústia da solidão. A ilha surge, neles, como o símbolo perfeito da origem, símbolo do próprio símbolo, de uma imaculada concepção, ostentando uma densidade sacral, que a torna matriz das virtudes, longe dos defeitos e impurezas humanas. “A ilha é, pois, simbolicamente, um lugar de eleição de ciência e de paz, no meio da ignorância e da agitação do mundo exterior.” (Buescu, 1991,167):

ORIGEM
Lá, onde o grande estuário
do rio da vida
pressagia a infinita
morte oceânica

cresce
a árvore marginal

*em cujos ramos o canto
dos poetas floresce.
Eduíno de Jesus in «O Rei Lua», 1955 (RGC, 277)*

*A ILHA
(...)
A ilha é aqui onde o coração do mar
se povoa de sonhos e os homens
se agigantam de ternura!*

*O Homem ilhéu é arquiteto dos 360
graus da viagem: a catedral cósmica,
do basalto, feita rosa fria perdida nas marés!*

*Ilha: o espaço de cantar e o tempo de florir, pessoas
e pedras!
Carlos Faria, São Miguel, inverno de 1979 (RGC, 290)*

EM LOUVOR DOS AÇORES

*As nossas ilhas queridas
Com que este solo é formado,
São nove estrelas caídas
Do firmamento azulado.*

*Suas belezas infinitas,
Abençoadas por Deus,
Ornam as ilhas mais lindas
Que estão debaixo dos Céus.
(...)
Gabriel Ferreira de Sousa in «Plantas sem Flor», 1972 (RGC, 133)*

7. A ilha enquanto espaço de expressão lírica

Se tivermos em conta que o texto poético é sempre uma atualização da palavra primordial, teremos que encarar a escrita como a expressão ritual de uma revelação ou como uma experiência psicológica com caráter místico e iniciático. Num tal contexto, para além do tempo e do espaço desempenham papel relevante, como elementos constitutivos, as expressões da intimidade, dos afetos e das paixões. O lirismo atravessa os textos expressando a saudade e o desejo pela terra amada. A ilha é confidente e amante. Estamos perante uma forma de amor iniciática que exige recato, sofrimento e reclusão. Nela o amor permanece e perde-se no tempo primordial:

*A ILHA
(...)
Vejo a ilha...
Mirando-se nas transparências azuis
num prazer mais que físico e sensual,
concha aberta ao sol na orla da praias
dando seus segredos aos olhos do mar...*

*Vejo a ilha...
Onde ficou para sempre meu primeiro amor
Sozinho e perdido na solidão do tempo
Como a praia deserta depois da chuva...*

*Fecho os olhos e vejo a ilha
- meu deserto de areias verdes...
Luíza de Mesquita
in «Mar Incerto», 1975 (RGC, 266)*

O Eu poético, enamorando-se da ilha, enamora-se da sua própria capacidade de amar e descobre assim o valor da sua experiência mística. Fundindo-se com a imanência, descobre novas formas de saber e de se conhecer a si próprio. O retorno às origens, tal como o exílio, constitui sempre um ritual de purificação. Regressar à ilha ou retirar-se para o centro da ilha pode representar, todavia, a forma mais dramática de distanciamento, uma afirmação mística do ser não sendo, uma castração voluntária, uma morte simbólica, transitória ou real.

*Em mim palpitam fogos de vulcão,
Meu peito referve em lava incandescente;
Um géiser é minha inspiração;
Meus versos, caldeiras de lodo fervente.*

*Medo e horror nas ilhas – em mim,
Nelas e em mim pavor de morrer;
De um dia acabar por dizer sim
E de, com esse gesto, me perder.
Maria Antónia Teodósio de Fraga Esteves, 1972 (RGC, 433-434)*

8. A ilha e a sua “áurea mediocritas”

A “áurea mediocritas”, que encontrou em Horácio o seu doutrinador, e que se prolongou até ao Romantismo parece querer afirmar-se como a estética natural da intimidade, do misticismo e das declarações de amor à ilha.

*SÃO JORGE! SÃO JORGE!
(...)
Terra de caça e mar de pesca
onde não pesco nem caço
contente que estou com fauna
e flora no seu calmo movimento
de tudo acontecer sem acontecer!
Carlos Faria i
n «S. Jorge – Ciclo da Esmeralda», 1979 (RGC, 291)*

ILHA SEM VOZ

*Descobre-te, montanha sol!
Temos que fecundar
O ventre da terra
De todas as raízes.
Transformar os homens
Em homens felizes.
(...)
Almeida Firmino in «Tailândia», 1976 (RGC, 310-311)*

9. A ilha como espaço da utopia

A ilha assume a forma e todas as conotações do espaço sagrado. A costa abrupta e a imensidão do mar constituem a proteção em relação ao mundo do exterior, preservando-a da degradação e da deterioração que ameaçam com o caos a ordem social e a ordem cósmica. Envoltos na neblina do tempo, a ilha está protegida da devassidão, da ignomínia e do sangue, encontra-se a harmonia social, a solidão, a virtude e Deus». Os poetas da intimidade afirmam de forma implícita a ideologia própria dos espaços de exceção: a utopia com toda a sua polivalência semântica, termo que Thomas More criou para designar um espaço insular fora do espaço e do tempo, afirmando assim, de forma ambígua, a impossibilidade da sua existência. More, contudo, referia-se a um sistema social e político, enquanto os textos visitados apresentam-nos um sistema de valores morais típicos da própria insularidade. Os poetas da intimidade recusam a partida e os retornos, recusam o sofrimento e a saudade. Resistem aos apelos, estão, ficam e são. São eles que recuperam o mito da Atlântida, da «ilha perdida», são eles que exorcizam as ilhas desafortunadas ou as da má-fortuna, apontando para um futuro que se pode confundir com um regresso ou um retorno às origens e às Ilhas Afortunadas. A ilha, tal como a “ínsula” de More pode corresponder ao conceito de uma micro sociedade, preservada de qualquer corrupção exterior:

*POEMETO DA ILHA TERCEIRA
Ilha!
Um perfume de flores. Um cheiro a maresia
E o teu povo, leal que não conhece A hipocrisia.
(...)
Ilha!
Tuas noites... o sonho
Para tudo em redor
A lua deita a rede sobre o mar
E traz Amor.
Ilha!
Tudo -o que é fé e ardor
Tudo o que é puro e bom*

*Tudo o que tem calor
De sol e simpatia!
Tudo o que em nós trazemos
Todo o amor à vida
E a angústia de viver.
Mistérios e segredos
Num coração gigante
Toda a noite a bater
Contra os rochedos.
Bernardete Falcão in «O mar é que teve a Culpa», 1961 (RGC, 241-242)*

10. A ilha entre vivências opostas

Pavão observou que Nemésio e Mesquita denunciavam os dois paradigmas e os dois movimentos mais específicos da insularidade, cada um desloca-se em sentido oposto, ilustrando o seu poder de atração e de repulsão: “Num (Mesquita), o tédio, a ânsia de evasão, o drama do encarcerado; no outro, a identificação do homem / natureza, ou seja, aquele que, através de um sentimento telúrico, a entifica em si próprio, operando pelo instrumento da linguagem esse milagre da fusão. O mar, a distância, a neblina aproximam-nos. Num (Mesquita), o constante desejo de partir, que se contrapõe, no outro, à ânsia eterna de retorno, que se transporta do mundo da realidade contingente para a esfera do onírico.” (Pavão, 1988, 41):

*Do livro «Alma»
(...)
É uma mágoa sem fim, uma tristeza doentia,
Uma saudade do quer que é, remoto, ausente...
Uma nostalgia d’au-delà, uma nostalgia
Dum País esfumado ao longe, vagamente...
(...)
AR DE INVERNO
(...)
Alma que vogas a gemer
Na tarde anémica de vento,
Como se infiltra no meu ser
O teu esparsos sofrimento!
(...)
Roberto de Mesquita in «Almas Cativas e Poemas Dispersos», 1973 (Silveira, P. , 1977,209 e 211)*

*Na minha terra
(...)
Na minha terra tão bela
Há amores brancos de arminho
A segredar na janela
Esperanças cor de linho.
(...)
Na minha terra as crianças
Saltam pelos matagais,
A sorrir – pura esperanças,
Sonhos de ouro de seus pais.*

*E há mais do que estas gemas
Naquele branco paraíso:
(saudade!... Peito não fremas!...)
Há o Amor! Há o Sorriso!
(...)
Vitorino Nemésio in «Canto Matinal», 1916 (Obras Completas, vol. I, 29-30)*

Estas duas vivências poéticas e sensoriais opostas podem realmente ser consideradas como paradigmáticas do imaginário ilhéu: a aspiração de interioridade a de exterioridade. É também Pavão que nos recorda que Nemésio considerou, todavia, Mesquita como «o primeiro poeta que exprime alguma coisa de essencial na condição humana, tal como ela se apresenta nas Ilhas dos Açores». Segundo Nemésio, há em “Almas Cativas” «uma tristeza emotiva, quase climatérica, que aflora numa alma entorpecida pela humidade dos Açores», «uma solidão negra, enfatiada» que me relembra, pessoalmente, a expressão de abandono, de descrença e de falta de esperança denunciada por Almeida Firmino, o “ilhanizado”:

*ILHA SÓ
Minha ilha só
Enjeitada desde criança,*

Nenhum lugar para a esperança.

*Povo que não crê
Abala.
Muda de Terra
E fala
Minha ilha só,
Enjeitada desde criança,
Nenhum lugar para a esperança.*

(...)
Almeida Firmino in «*Não Queremos Bombas na Cidade*», 1974 (RGC, 308-309)

A limitação geográfica protege a ilha e o poeta do assalto das ondas, do real e dos desejos, a ilha convida para o silêncio e para a eternidade, todavia a intensidade da força de atração do seu centro, impossibilita uma fixação duradoura, convida à fuga, e dissolve o “eu” no todo. Qualquer ilha surge sempre como uma miragem, como um sonho impossível no meio mar:

QUARTO / AS ILHAS AFORTUNADAS

(...)
*São ilhas afortunadas,
São terras sem ter lugar
Onde o Rei mora esperando.
Mas, se vamos disputando,
Cala a voz e há só mar.*
Fernando Pessoa in «*Mensagem*» (Obra Poética, 1981, 19)

Bibliografia

- Al Berto. *A Secreta Vida das Imagens*. Lisboa, Contexto, 1991.
- Alleau, R. *La Science des Symboles*. Paris, éd. Payot, 1989.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner. *Obra Poética III*. Caminho, 1991.
- Bachelard, Gaston. *La poétique de l'espace*. Presses Universitaires de France, 1957.
- Bachelard, Gaston. *La Terre et les Rêveries de la volonté*. Presses Universitaires de France, 1984.
- Buescu, Maria Leonor. António de Lacerda Bulcão: Trajetória do Açor e do Corvo in: “A simbólica do Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins. Coordenação de Yvette Kace Centeno e Lima de Freitas. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- Barros, João de. *Crónicas do Imperador Clarimundo (1520)*, ed. Marques Braga, 3 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1953.
- Carvalho, Ruy Galvão de. *Antologia Poética dos Açores*. Vol. II. Angra do Heroísmo. Secretariado Regional da Educação e Cultura, 1979.
- Champeaux et Sterckx, *Introduction au Monde des Symboles*. France, Ed. Zodiaque, 1981.
- Chevalier Jean, Gheerbrant, Alain. *Dicionário dos Símbolos*. Editorial Teorema, 1982.
- *La Lusophonie voies / voix Océaniques*. Colloque International de Littérature Université Libre de Bruxelles, Lidel, 1998.
- Durand, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- Eliade, Mircea. *Aspetos do Mito*. Edições 70, 1963.
- Eliade, Mircea. *Tratado de História das Religiões*, Lisboa, Edições Cosmos, 1977.
- Freitas, Vamberto. *O Imaginário dos Escritores Açorianos*. Edições Salamandra.
- Genette Gérard. *Introduction à l'architexte*. Paris, Éditions du Seuil, 1979.
- Genette Gérard. *Palimpsestes – La littérature au second degré*. Paris, Éditions du Seuil, 1982.
- Gouveia, M. M. Maia (org.) *Vitorino Nemésio - Estudo e Antologia*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- Hamilton, Edith. *A Mitologia*. 3.ª ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- Jung, Carl G. *O Homem e seus Símbolos*. Editora Nova Fronteira, 1964.
- Kristeva, Julia. *Le texte du roman*. Mouton Publishers, Paris. New York, 1979.
- More, Thomas. *Utopia*. Europa-América 3.ª ed.
- *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. ed. crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa. Edições Colibri, 1998.
- Nemésio, Vitorino. *Obras Completas vol. I – Poesia*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- Pavão, J. Almeida. *Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana* in: *Conhecimento dos Açores Através da Literatura*. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
- Pessoa, Fernando. *Obra Poética - volume único*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilhar, 1981.
- Pimentel, Fernando Vieira. “A ilha e o Mundo” de Pedro da Silveira: *Vontade e destino* in: *Conhecimento dos Açores Através da Literatura*. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
- Platão. *Œuvres complètes II – traduction nouvelle et notes par Léon Robin*. Éditions Gallimard, 1950.
- Silveira, Pedro da. *Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975*. Lisboa, Sá da Costa, 1977.



MARIA JOSÉ GROSSO, FLUL é doutorada em Linguística Aplicada (2000) com a dissertação “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, estudo resultante da sua permanência em Macau como docente na Universidade de Macau e como diretora do Centro de Língua Portuguesa no Instituto Português do Oriente.

Mestre em Linguística Portuguesa Descritiva (1987). Coordenadora do Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa.

As suas áreas de estudo e de lecionação centram-se na Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE / PL2) e nas áreas referenciais a ela ligadas, nomeadamente Ensino, Aprendizagem, Avaliação (PLE / PL2), Divulgação e Política de Língua, Didática das Línguas e Estudos Interculturais; nas áreas referidas, tem orientado teses de mestrado e de doutoramento, desenvolvido projetos, escrito artigos vários e feito formação de professores em Portugal e no estrangeiro.

Um olhar açoriano sobre Macau MARIA JOSÉ GROSSO, UNIVERSIDADE DE LISBOA (FLUL)

Este texto pretende dar a conhecer a escrita de intelectuais açorianos que, passando por Macau ou se estabelecendo naquele exíguo espaço, com carácter permanente ou pontual, fizeram daquele território objeto da sua escrita. A temática referente a Macau tem, ao longo de décadas, evidenciado as várias faces de vivências longínquas, permitindo desta forma um maior conhecimento da sua diversidade social, cultural e linguística. Entre os muitos açorianos que sobressaem em Macau e que tiveram um papel relevante na vida social e intelectual do território, destacamos a figura de D. João Paulino de Azevedo e Castro, pela sua relação à educação, ao ensino das línguas, e principalmente pela sua ligação indissociável à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa; D. João Paulino, através de uma escrita carregada de sentido, não só interpreta o que vê, mas também intervém de forma significativa, projetando mudanças que se refletirão na transformação do ensino / aprendizagem da língua portuguesa e no próprio planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia.

Antes de falarmos do tema a abordar neste texto, começaremos por ligar Macau e Açores, apesar de distantes e muito diferentes, numa relação natural evocada por quem conhece ou viveu nos dois lugares, analogia mais sentida do que real, passando pela exiguidade do espaço, pelas curtas distâncias e por experienciar o tempo que se multiplica nas mil coisas que se fazem e por nos trazer à memória a ideia que os espaços pequenos são supostamente intimistas, acolhedores, em que a proximidade física das pessoas dá a ideia de relacionamentos também próximos, embora esta visão já esteja longe do Macau (RAEM) do séc. XXI. Como refere Lourenço (1981:6), “*as possíveis relações entre os Açores e Macau não se limitam somente aos predicados psicológicos dos respetivos habitantes, vão mais além, porque Macau sem os açorianos que por lá passaram ficaria certamente muito mais pobre em beleza histórica*”.

Não a meio do Oceano como os Açores, mas entre o Império do Meio e Portugal, Macau tem ao longo de décadas evidenciado as várias faces migratórias de vivências sociais, culturais e linguísticas em que a Língua Portuguesa, embora de expressão pouco significativa, pelo número reduzido de falantes, era reavivada por aqueles que passavam ou se estabeleciam naquele território, pensando nele como se da sua terra natal se tratasse. Foram muitos aqueles que por várias razões se deslocaram para Macau, são principalmente de referir pessoas ligadas à atividade religiosa, eclesiásticos, de entre eles vários bispos.

É de salientar os muitos intelectuais, naturais dos Açores, que tiveram uma intervenção significativa não só na divulgação da Língua e da Cultura Portuguesa, mas também os que tentaram uma integração pluralista de diferentes culturas, dando a conhecer o quotidiano de Macau, com a descrição de hábitos, tradições, narração de lendas e de romances, privilegiando a diversidade das línguas e das culturas¹⁴⁶. O desenvolvimento da educação e das primeiras lições de português em Macau (tal como noutros lugares sob a administração portuguesa) estão ligados à missionação, aos que cumprindo uma missão religiosa se fixaram no território; os seminários continuam durante a primeira metade do século vinte a ter um papel privilegiado na instrução e educação portuguesa; são eles também que providenciam a falta de professores.

Entre os muitos açorianos que sobressaem neste contexto e que, passando por Macau, tiveram um papel relevante na vida social e intelectual do território¹⁴⁷; destacamos a figura de D. João Paulino de Azevedo e Castro¹⁴⁸, pela sua relação à educação, ao ensino das línguas, e principalmente pela sua ligação indissociável à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa; D. João Paulino, através de uma escrita carregada de sentido, não só interpreta o que vê, mas também intervém de forma significativa, projetando mudanças que se refletirão na transformação do ensino / aprendizagem da língua portuguesa e no próprio planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia. Dentro da política expansionista territorial, a língua portuguesa é representada como um dos princípios basilares de unidade dos indivíduos, sendo o elemento privilegiado e aglutinador de “Deus, Pátria e Família” com que se fomenta e desenvolve *o amor da pátria e se alimentam os vínculos da nacionalidade*. A Igreja é a grande força motriz desses valores e do ensino da língua portuguesa em Macau.

No princípio do século XX, o ensino e divulgação da Língua Portuguesa em Macau move-se numa conjuntura desfavorável, em que faltam os recursos humanos; a propósito da falta de recursos humanos, Serrão (1981:39) refere que “*os Seminários foram viveiros de professores mais ou menos laicizados [...]; como poderiam ter funcionado os liceus, por exemplo, se uma parte dos seus docentes não fosse ou padres ou indivíduos que, por razões várias, hajam interrompido os estudos eclesiásticos?*”. Além disso, também escasseiam os meios financeiros que também contribuem para o insucesso significativo e desmotivador; como exemplo, nas poucas escolas onde se ensina *português para chineses (Escola Municipal para Chinas)*, só entre 10% a 12% dos alunos (de 1905 a 1909) completam a instrução.

¹⁴⁶ A este propósito, veja-se, por exemplo, Silveira Machado (1928-2007) de S. Jorge e mais recentemente Rodrigo Leal de Carvalho (1932-) de Praia da Vitória, Ilha Terceira.

¹⁴⁷ Vejam-se, por exemplo, o número de padres e bispos naturais dos Açores, na diocese de Macau em Teixeira (1967).

¹⁴⁸ Natural da vila das Lajes no Pico, nascido em 1852 (4 de Fevereiro), formado em Teologia na Universidade de Coimbra, confirmado bispo de Macau por Leão XIII em 9 de Junho de 2002, chegou àquele território em 4 de Junho de 1903, tendo falecido em Macau em 17 de Fevereiro de 1918.

Não são apenas os chineses que não sabem ou não têm motivação para estudar a Língua Portuguesa, há também um decréscimo do interesse pela Língua nos oriundos de famílias portuguesas, tradicionalmente bilingues, os *macaenses ou portugueses de Macau* que ganham um interesse privilegiado pela língua inglesa, língua de negócios e de oportunidades entre os países do sudeste asiático, sendo secundarizada, em alguns casos e em algumas famílias, a língua portuguesa.

É com base na sua permanência em Macau e no conhecimento da realidade que D. João Paulino afirma:

“Havendo nós conhecido por experiência, durante três anos de nossa permanência em Macau, que nos filhos desta gloriosa terra oriundos de famílias portuguesas se vai manifestando pronunciada tendência para não se instruírem no conhecimento da língua de seus pais, a pretexto de que têm necessidade de estudar outras que mais probabilidades oferecem de lhes granjarem uma posição social vantajosa, um meio definido e rendoso”, Castro (1996:35).

A situação do Ensino da Língua Portuguesa em Macau não pode ser separada da que se vive em Portugal; esta última tem uma influência condicionadora, pois além do pensamento pedagógico inerente a cada época, há também uma forte percentagem de analfabetismo da população portuguesa que em 1950 ainda era superior a 40%.

No princípio de século há desconhecimento e também abandono por parte de Portugal em relação ao território; é inserido neste contexto que D. João Paulino, na *Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional*, faz, seguindo o pensamento da época, o panegírico da pátria e da Língua Portuguesa que “*é exaltada como uma das línguas mais belas, mais suaves, mais ricas e perfeitas*”; exorta também aos valores religiosos, tradicionais e patrióticos, argumentos incitadores à aprendizagem da língua portuguesa:

“Os portugueses do extremo Oriente têm motivos de sobra para se interessarem pelo estudo da língua nacional “ (Castro 1996:42).

Esta pastoral que será publicada no *Boletim do Governo Eclesiástico de Macau*, devendo ser extraída uma grande cópia de exemplares para serem distribuídos por colégios e escolas de Macau (da diocese) para que possa chegar a todos, principalmente a alunos; reveste-se de particular importância, certamente pela suas características literárias, que não nos compete tratar neste momento, mas principalmente por tudo o que se refere ao valor da língua, numa perspectiva holística como elemento integrante do cidadão e que o aproxima da visão do papel das línguas nos dias de hoje:

“Todo o homem é por natureza obrigado a promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu ser mediante o exercício normal e o aperfeiçoamento harmónico e integral da faculdade de que Deus o dotou “ (o dom da linguagem) (Castro 1996:39).

É também de acentuar a representação dos conceitos que descreve em função da exortação e das recomendações que vai fazendo. Um deles é o de *Língua Materna* que a define, de forma clara, como “*aquela que nos acostumamos desde a infância a pronunciar, e a que desde tenra idade se habituaram nossos órgãos*” e que melhor “*se adaptará às exigências do nosso espírito e mais facilmente contribuirá para o nosso aperfeiçoamento intelectual e moral*” (Castro 1996: 40), língua que liga à educação recebida na infância e cuja influência se fará sentir ao longo da vida. O papel da língua como símbolo de poder é referido quando menciona a tática de alguns povos vencedores “*que para mais fácil e completamente submeterem e assimilarem os vencidos, lhes proibem o uso da língua pátria e os obrigam a aceitar o ensino duma língua nova*” (Castro 1996:43).

No texto, a ideia da língua de passado glorioso convive com a representação da ideia do Português como língua internacional, falada e distribuída geograficamente por vários lugares; língua que na aceção atual poderia também ser tomada por todos como *língua adotiva*. Assim, para D. João Paulino encontram-se vestígios da Língua Portuguesa em todo o Extremo Oriente, mesmo fora de Macau, e é “*uma das línguas mais universalmente faladas*” como *língua dum grande povo “cuja amizade ainda hoje é apetecida e disputada pelas mais poderosas nações da terra*” (Castro 1996: 42).

A divulgação da *Carta Pastoral* referida tem, na época, particular importância porque ela divulga os prémios para os alunos chineses que estudam português e frequentam as escolas da diocese, como “*incentivo que estimule os jovens alunos e alunas dos colégios de Macau*”; aliás, nos seus escritos sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa e de outras línguas, há a preocupação com a instrução e educação dos chineses que são a população maioritária de Macau.

Estes primeiros prémios instituídos por D. João Paulino só poderão ser dados “*a alunos não europeus pois que aos alunos europeus não faltam estímulos para se instruírem na língua da mãe pátria* “ (Castro, 1996:47). A propósito do estímulo através de prémios aos alunos que se distinguiam com sucesso nas atividades escolares, prática conhecida e bem aceite nas escolas da Companhia de Jesus, Carvalho (1996:355) menciona que “*além dos prémios entregues no fim do ano escolar com propositado aparato, havia os que se iam atribuindo, ao longo do ano, na própria aula quando nela o estudante se distinguia*”.

A referência aos prémios e ao ensino da Língua Portuguesa à comunidade chinesa, embora possa ter leituras díspares, reveste-se de particular interesse dado que a instrução da comunidade chinesa não era subsidiada pela Administração Portuguesa (à exceção de algumas escolas que ensinavam português às crianças chinesas), era geralmente apoiada pela Igreja (por alguma ordem religiosa) ou estava entregue a si própria.

De acordo com Castro (1997:94), a comunidade de Macau não tem por parte do governo português a proteção e o patrocínio que tinham outras colónias vizinhas. Com fracos recursos, o governo de Macau preocupa-se fundamentalmente com a instrução e a educação da comunidade portuguesa.

É neste âmbito que surgem os prémios, em valor pecuniário, para a língua portuguesa (*para não europeus*), criados por D. João Paulino; são designados por Prémio Rei de Portugal e Prémio Rainha de Portugal¹⁴⁹.

Do Prémio Rei de Portugal \$140.00 será distribuído pelos seguintes alunos:

Aluno do Seminário diocesano que mais se distinguir no exame final do Curso de português (\$40.00).

Aluno do mesmo estabelecimento mais distinto no exame final de instrução primária (\$30.00)

Três alunos chineses do Orfanato da Imaculada Conceição, da escola S. Francisco Xavier e da casa de Beneficência que mais se distinguirem no exame de português final (\$70.00 dividido em partes iguais).

O Prémio Rainha de Portugal contemplará as alunas (chinesas) de português

Duas alunas do Colégio de Santa Rosa de Lima e da Casa de Beneficência, que mais se distinguirem no exame final do curso de português (Dois prémios de \$40.00 cada um)

Duas alunas dos mesmos estabelecimentos que mais se distinguirem no exame final de instrução primária (2º grau). (dois prémios de \$30.00 cada um).

Quanto à população de Macau, população que vive justaposta num espaço multilingue, a falta de comunicação é essencialmente devida ao desconhecimento da língua e da cultura; o silêncio e a paz serão também uma forma de diálogo. D. João Paulino em 1904 descreve a população de Macau do seguinte modo:

“A sua população é mais uma mistura do que uma combinação de elementos que se ligam uns aos outros; antes vivem mais ou menos divididos pela diversidade da língua, da religião, dos interesses, dos hábitos, dos costumes, da educação, das tendências e das aspirações! [...] reina contudo entre eles a paz inalterável”. (Castro, 1997:94).

¹⁴⁹ Cf. Castro (1996:46 e 47).

Como tem sido repetido, a Igreja tem, na época, uma função de relevo na educação em Macau; é de distinguir o papel do Seminário de S. José, salientado por D. João Paulino, não só na instrução e educação de portugueses, mas também de chineses, de naturais de Timor e de outras partes do mundo, “*gente que se destina à vida eclesiástica, às missões, ao comércio, ou à burocracia*” (Castro, 1996:198).

A aprendizagem do português por chineses neste seminário obedece aos procedimentos atuais para uma aprendizagem com sucesso, designadamente o conhecimento do funcionamento da língua, o seu uso em contextos significativos e a imersão linguística; veja-se, nesta sequência, o que é referido neste texto por D. João Paulino:

“ A língua portuguesa, especialmente, é esmeradamente cultivada tanto pelos professores, entre os quais tem havido literatos distintos, como pelos alunos, chegando mesmo os chineses a falar e escrever com maior correção e até com elegância a língua de Camões; para o que muito contribui o internato, graças à permanente convivência dos alunos com os professores e colegas europeus”, (Castro, 1996:198).

Língua que, seguindo o pensamento da época, deve ser pura, “*preservada das imperfeições do dialeto local*” (Castro, 1996:199).

Evangelizar, comunicar exige saber, falar, escrever línguas e contactar com costumes e línguas diferentes, para missionar torna-se indispensável saber a língua do Outro: esta é uma temática nos escritos de D. João Paulino. Para a criação duma Missão em Coloane é condição que o sacerdote missionário seja conhecedor da língua chinesa, sugerindo também que missionário e religiosas auxiliares da missão “*acostumem meninos e meninas ao uso da língua portuguesa*”, não só como forma de facilitar as relações com os portugueses, mas também com outros europeus (Castro, 1997:40-41).

A necessidade da aprendizagem das línguas nativas para a catequização leva a que D. João Paulino determine que se ensine no Seminário, onde se preparam missionários para os diversos pontos da diocese, o seguinte:

“Art. 1º- São criadas duas aulas para o ensino das duas principais línguas faladas na ilha de Timor na parte sujeita à nossa jurisdição, a saber o Tétum e o Galóli.

Art. 2º- O ensino destas duas línguas bem como o do inglês e do chinês cantonense já professado no seminário, será obrigatório para os alunos que se dedicam ao estudo sacerdotal, conforme o país de missão para que forem destinados” (Castro, 1997: 37).

É dentro desta lógica que incentiva o ensino das línguas, no Seminário, designadamente o ensino da Língua Inglesa (podendo “*ser admitidos como alunos indivíduos que não professem a Religião Católica Apostólica Romana...*”): “*será de grande utilidade e proveito para os jovens chineses habitantes da cidade de Macau o ensino da língua inglesa ministrado por pessoa que saiba a língua chinesa*” (Castro, 1997:35).

Fazendo parte da missionação, o ensino e a aprendizagem das línguas, o olhar e interesse pelas línguas, pela cultura do outro, seria, na perspetiva chinesa, a ideia de abertura e de movimento, sugeridos pela água do mar que se contrapõe à firmeza e ao isolamento dados pela imobilidade da terra, da montanha (Grosso, 2007-77).

Também a educação e a instrução de meninas pensionistas não é esquecida; é dado o exemplo do Curso de Instrução Primária do Colégio da Santa Rosa de Lima. A propósito da boa proficiência em línguas, emerge a importância de as professoras serem falantes nativas:

“As que ensinavam línguas - o português, o inglês, o francês, o alemão eram das respetivas nacionalidades, vantagem que nem todos os colégios do Extremo Oriente gozam, apesar de ser de capital importância. Cada uma falava na sua própria língua às meninas, e daqui resultava que, mesmo sem frequentarem as aulas, estas conseguiam entender o que se lhes dizia em línguas estrangeiras e nelas fazer-se entendidas!” Castro (1996:204).

O olhar de D. João Paulino incide nas boas práticas, inter-relacionando uma série de ações pedagógicas que se influenciam mutuamente e constituindo a representação de um modelo a seguir, avaliado pelos seus excelentes resultados. O colégio referido era frequentado por jovens de diferentes línguas e nacionalidades, portuguesas, inglesas, francesas, alemãs, chinesas, de Macau e de muitas cidades do Extremo Oriente.

Na sequência desta perspetiva pedagógica e didática, assume destacada relevância a descrição dos procedimentos que facilitam o sucesso de ensino / aprendizagem, na sua globalidade e que passamos a sintetizar:

Da parte dos professores:

Competência e bons métodos das professoras

Criar estímulos para a aprendizagem

Rigor

Disciplina escolar

Carinho

Organização:

As notas de comportamento e aproveitamento periodicamente enviadas às famílias

Exames trimestrais e finais (presididos por pessoal estranho ao colégio)

O quadro de honra

Prémios

Os grupos fotográficos das alunas

Os mapas estatísticos com os nomes e aproveitamento delas

Distribuição de prémios

Concursos

Festas escolares (dramatizações)

Diversões: excursões ao campo, passeios semanais, exercícios drill, os jogos, os baloiços

Aspetos logísticos: aulas amplas, bem arejadas, corredores espaçosos, pátios de recreio larguíssimos, baloiços, jogos, exercícios drill

Asseio e conforto

(Castro, 1996:204, 205, 280)

Seguindo o que foi dito no início e citando Lourenço (1981), “*Macau sem os açorianos ficaria mais pobre em beleza histórica*”; a educação, a instrução, a aprendizagem das línguas, designadamente a Língua Portuguesa não teriam tido o conseqüente desenvolvimento sem a ação do açoriano D. João Paulino de Azevedo e Castro em Macau num período em que lutou com falta de recursos humanos, uma vez que os Jesuítas e outras ordens religiosas foram expulsos do território durante o período em que exerceu o cargo episcopal na diocese de Macau.

Referências Bibliográficas

Carvalho, Rómulo de (1996) *História do Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Castro, D. João Paulino d’Azevedo (1904 / 1997) “Vitalidade e expansibilidade religiosa de Macau sob o poderoso influxo de Maria Imaculada”. In Pe. Tomás Cardoso (coord.) (1997) *Textos de D. João Paulino*, Provisões e outros escritos, vol I., pp. 93-96, Macau: Fundação Macau.
- Castro, D. João Paulino d’Azevedo e (1996), “O Padroado Português no Extremo Oriente e a lei de separação do Estado das Igrejas”. In Pe. Tomás Cardoso (coord.) *Textos de D. João Paulino – pastorais*, 1911,1912, pp. 165 – 237 Macau: Fundação Macau.
- Castro, D. João Paulino d’Azevedo (1996) “Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional”. In Albina Silva et al. (org.) *Documentos para a História da Educação em Macau*, vol. 1, Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Castro, D. João Paulino d’Azevedo e (1995) *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, Edição fac-similada, Macau: Fundação Macau, 1917.
- Grosso, Maria José (2007) *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*, Macau: ed. Universidade de Macau,
- Lourenço, Monsenhor J. M. (1981) *Açorianos em Macau*, Angra do Heroísmo: Edição do Pe. José Barcelo Mendes.
- Serrão, Joel (1981) “Estrutura social, ideologias e sistema de ensino”. In *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Teixeira, Pe Manuel (1967) *Macau e a sua Diocese VII – Padres da Diocese de Macau*, Macau: Tipografia da Missão do Padroado.

27. **JOÃO MALACA CASTELEIRO**

28. **M^a FRANCISCA XAVIER E**

29. **M^a DE LOURDES CRISPIM**

MARIA FRANCISCA XAVIER, Professora associada de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, com agregação em Linguística Portuguesa - Linguística Comparada, em 2005. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL, desde 1978, lecionando diversas disciplinas e seminários nos domínios da Sintaxe, Semântica e Léxico do Português e de outras línguas, Modelos Teóricos, Parâmetros de Variação e Mudança Linguística.

Investigadora do Centro de Linguística da UNL e Responsável da Linha de Investigação 1 – Linguística Comparada. A investigação da equipa desenvolve-se em domínios complementares:

(i) Estudos linguísticos, sincrónicos e diacrónicos, no âmbito do léxico e da morfossintaxe relativamente aos processos de

- aquisição de língua materna,

- aquisição / aprendizagem de língua não materna;

- criação, variação e mudança linguísticas.

(ii) Criação de *corpora* textuais informatizados, de bases de dados e de dicionários do

- Português língua materna;

- Português, Francês e Inglês língua não materna;

- Português Medieval e Latim tardio.

A Gramática, o Dicionário e os *Corpora* do Português Medieval são áreas em que temos vindo a trabalhar em sucessivos projetos, com financiamento nacional e europeu, dos quais refiro os seguintes:

1996-00 - *Corpora do Português Medieval. Etiquetagem e Segmentação Automáticas*, financiado pelo Praxis XXI. A equipa do projeto era constituída por linguistas, informáticos, historiadores e estudiosos da literatura.

1998-... - *Dicionário de Verbos do Português Medieval*, financiado pelo Centro de Linguística da UNL e FCT – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior

2001-04 - *Léxico e Sintaxe do Verbo no Português Medieval*, financiado pela FCT / POCTI.

MARIA DE LOURDES CRISPIM, Professora Associada de Linguística da Universidade Nova de Lisboa é, desde 2006, Presidente da Comissão Diretiva do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Começou a sua carreira académica na Universidade de Paris III onde ensinou Língua e Linguística portuguesas entre 1969 e 1974. No mesmo período, colaborou com Solange Parvaux, primeira Inspectora-geral do Português em França, nas diligências de integração do ensino do Português no leque das “*langues vivantes*” do sistema de ensino secundário francês. O contacto com a integração das crianças de origem portuguesa na escola francesa dos anos 70 despertou-a para a problemática das políticas linguísticas em geral e das políticas linguísticas nacionais relativas à imagem da língua no estrangeiro e em Portugal, em particular. Em 1976, depois de breve passagem pelo Programa Nacional de Alfabetização, ingressou na Universidade Nova de Lisboa. Licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras, com uma dissertação que consistiu numa edição crítica e glossário das Coplas del Menosprecio del Mundo do Condestável D. Pedro, interrompeu durante algum tempo esta linha de trabalho que retomou através da edição crítica e estudo linguístico da tradução portuguesa de uma obra de Christine de Pizan, intitulada Livro das Tres Vertudes, na versão manuscrita, e Espelho de Cristina, na versão impressa de 1518. O gosto pelos textos medievais e o gosto pelas questões de contacto de línguas têm alternado no seu percurso académico. Atualmente, o trabalho, com Maria Francisca Xavier, em projetos de corpora e dicionários de português medieval satisfazem o primeiro gosto, o trabalho sobre aquisição do português, língua não materna, com Ana Madeira, Maria Francisca Xavier e outros, satisfaz o segundo. O interesse pelo português, língua não materna, não se esgota na investigação em curso, tendo estado na origem da sua participação num projeto europeu que, em parceria com outras instituições da Lituânia, Estónia, Finlândia e Polónia, levou à realização de um curso online de português para estrangeiros, projeto ONENESS, disponível em <http://www.oneness.vu.lt/pt/>.

2005-09- *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*, coordenado pelos Profs. João Malaca Casteleiro (ACL), Maria Francisca Xavier e Maria de Lourdes Crispim (CLUNL), financiado pela FCT – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior e Centro de Linguística da UNL. [Http://cipm.fcsh.unl.pt/](http://cipm.fcsh.unl.pt/)

CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval, DVPM – Dicionário de Verbos do Português Medieval, Um Dicionário da Língua Portuguesa Medieval, João Malaca Casteleiro (Academia de Ciências de Lisboa), M.^a Francisca Xavier, M.^a de Lourdes Crispim, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

Sinopse

Nesta comunicação pretendemos apresentar o projeto em curso, relativo à elaboração de um dicionário do léxico registado nos textos literários e não literários mais antigos, escritos em galego-português, e em textos portugueses dos séculos XIII a XV selecionados pelo seu interesse temático. Os textos literários, históricos, forenses e outros constituem um extraordinário património linguístico e cultural que a lexicografia do português não tem explorado com a profundidade desejável. Estes textos têm sido recentemente objeto de codificação informática, constituindo assim riquíssimos corpora textuais disponibilizados por diversos investigadores, não só na Universidade Nova, como na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e na Universidade de Santiago de Compostela. O projeto de construção de um *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval* (DLPM) teve início há já alguns anos. A preparação para o seu desenvolvimento implicou, em primeira instância, a seleção e informatização de textos antigos representativos do Português dos séculos XII a XV que constituem o Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM). O DLPM está a ser elaborado a partir deste corpus de textos galegos e portugueses de diferentes géneros e

comportará todos os vocábulos que neles ocorrem. Nesta perspetiva, trata-se de um dicionário exaustivo, não da língua portuguesa medieval, mas da língua que está documentada nas fontes textuais utilizadas. É evidente que quaisquer alargamentos posteriores do *corpus* textual implicarão necessariamente alterações / atualizações deste primeiro trabalho lexicográfico. No decurso do trabalho já realizado, foram encontrados vocábulos, aceções, locuções e variantes não atestados noutros dicionários assim como ocorrências de datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas. Este trabalho lexicográfico pretende não só preencher uma lacuna no conhecimento da língua portuguesa mas também constituir um modelo de dicionário construído a partir de corpora textuais.

A conceção, planificação e início deste projeto de construção de um Dicionário da Língua Portuguesa Medieval (DLPM) datam de 2004, como resultado da colaboração entre os três autores¹⁵⁰ que, desde então, coordenam a equipa constituída para estudar o léxico medieval português e descrevê-lo em fichas lexicográficas¹⁵¹. No entanto, a preparação para o desenvolvimento deste projeto começou verdadeiramente nos anos noventa do século passado, quando um grupo de linguistas da UNL, interessado em estudar aspetos da gramática e do léxico do Português Medieval, decidiu avançar com a constituição do Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)¹⁵². Uma vez informatizado o primeiro conjunto de textos do século XIII do CIPM¹⁵³, iniciou-se a elaboração do Dicionário de Verbos do Português Medieval (DVPM), em que têm colaborado vários colegas e estudantes dos três graus de ensino superior e do qual foram já publicados dois volumes, organizados por Xavier, Vicente e Crispim (1999) e (2002)¹⁵⁴. O conhecimento adquirido nestes trabalhos e a metodologia testada na preparação do DVPM motivaram a decisão de construir um Dicionário da Língua Portuguesa Medieval.

Para a constituição do CIPM fez-se um levantamento de fontes primárias editadas tendo sido consultados estudiosos do período medieval português, nomeadamente de linguística, literatura, cultura e história, que contribuíram para a tomada de decisões de seleção de textos que cobrissem um número de temas diferenciados.

Assim, integraram o CIPM textos literários, históricos, forenses e outros que constituem um extraordinário património linguístico e cultural que a lexicografia do português não tem explorado com a profundidade desejável. Estes textos têm sido recentemente objeto de codificação informática, constituindo assim riquíssimos corpora textuais disponibilizados por diversos investigadores, não só da Universidade Nova, como da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Universidade de Santiago de Compostela e mais recentemente da Brigham Young University e da Georgetown University.

O CIPM contém, para além de edições publicadas, também edições inéditas, várias realizadas no âmbito de dissertações, tendo algumas sido oferecidas pelos editores, já em formato digital, para integrarem este corpus textual.¹⁵⁵

Para servir de fonte ao Dicionário, o CIPM integra textos de diferentes tipos, datados do século XII ao século XVI - documentos particulares, notariais, régios, administrativos, textos didático-moralísticos, narrativos e poéticos. A diversidade tipológica dos textos selecionados permite estudar e descrever uma quantidade significativa de vocabulário com vista à elaboração do Dicionário.

Construído a partir de textos já editados, o corpus respeita os critérios de cada editor, embora, desde o início, tenha sido necessária uma adaptação das soluções gráficas das intervenções editoriais (itálicos, sublinhados, uso de parênteses ou barras) em função da necessidade de uniformização exigida pela utilização de diferentes suportes lógicos (Xavier; Crispim, 1999) e de coerência de notação interna do corpus¹⁵⁶.

A elaboração do DLPM pretende criar um produto lexicográfico que dê a conhecer exaustivamente os vocábulos presentes nos textos de diferentes géneros e pertencentes ao período mais antigo da língua, extraídos dos corpora galegos e portugueses. É óbvio que os dicionários e glossários já existentes são regularmente consultados, mas não são inseridos no DLPM quaisquer vocábulos que não ocorram nos textos do CIPM. Nestes termos, o projeto visa a constituição de um dicionário exaustivo da língua que está documentada nas fontes textuais utilizadas. É, pois, evidente que qualquer alargamento posterior do corpus textual implicará necessariamente alterações / atualizações deste primeiro trabalho lexicográfico.

No decurso do trabalho já realizado, foram encontrados vocábulos, variantes gráficas, aceções e locuções não atestadas noutros dicionários assim como ocorrências de datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas (cf. Dicionários - Academia de Ciências de Lisboa, Houaiss, Morais, J. P. Machado, Viterbo). Ilustram-se os seguintes casos:

vocábulos não dicionarizados

cabeçalaria [1290 HGP058] mado que Johã Gamma nõ seya enplaçado nẽ ajuizado por ma **cabeçalaria**, mays que ayude Oraca Paez & seus ffillos & meus en quanto poder locuções, umas hoje completamente desusadas, outras com sentido diferente

Fazer água = meter água: [séc. 15 ZPM] *E as fustas ambas dos cristãos nõ quiserom leyxar a barca, porque **fazia** tanta **agua** que se temerõ de se alagar, & hiam assy em esperança de rrecolher a gente se caso fosse que se viesse de todo perder, & assy mesmo aver a mercadoria.*

Fazer aguisado = proceder bem: [séc. 14 LHB] *mais que ele **faria aguisado** de lhe mamdar homeẽs que o ajudasem*

Fazer amor = demonstrar amor: [1278 CA31 PEs] *E por este **amor** que a mj~ a Ordím d'avis **faz**. prometo á ámala. e a querer ssa prol.*

Fazer verdade = fazer prova: [1269 CA08 PBL] *Item louuamos e outorgamos que pola séeda da pááteyra por todó ó dia de j dineyro. e **faça uerdade** que non uende outro pã se nõ o seu.*

aceções caídas em desuso

alançar v. Apresentar <alguém alança alguém> [1331-1347 CS3] Dos que **alançã** Juizes aluydros. Custume he que se algũus homẽs se demãdã algũa coussa no Conçelho e hũa das partes díz ca tẽe Juizes aruydros a seu prazer e ao seu per pãa. & per fiadoría e a outra parte o nega. A Justiça deue mandar hũu porteyro saber daqueles Juizes se rreçeberõ o feyto.

¹⁵⁰ O primeiro autor é, como se sabe, o responsável pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da ACL, e as duas autoras são docentes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, colaborando em projetos sobre o Português Medieval desde 1992.

¹⁵¹ O projeto tem sido desenvolvido por uma equipa constituída por seis bolseiros e alguns tarefeiros. Quatro bolseiros são financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – MCTES e dois pelo Centro de Linguística da UNL. Embora tenha havido algumas substituições de bolseiros e de tarefeiros ao longo dos quatro anos do projeto, alguns integraram a equipa do Português Medieval em projetos anteriores a este, tendo simultaneamente vindo a obter graus académicos pós-graduados, nomeadamente a Doutora e Mestre em Linguística Maria Alexandra Fiéis, os Mestres em Linguística e Ciências da Linguagem Maria de Fátima Martins, João Loureiro e Raquel Oliveira e em vias de conclusão o mestrando Sandro Dias. Mais recentes na equipa são o Mestre em Literatura Portuguesa Miguel Gonçalves e o Mestre em Estudos Clássicos Ricardo Magalhães.

¹⁵² ¹⁵² Cf. Xavier, M.F.; M.T. Brocardo; M.G. Vicente (1994).

¹⁵³ Parcialmente disponível na *Internet*, em <http://cipm.fcsh.unl.pt/>, desde 2001.

¹⁵⁴ Acessíveis em <http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=20/>

¹⁵⁵ As referências das fontes do CIPM encontram-se no final deste texto.

¹⁵⁶ A dimensão do CIPM em número de palavras é a seguinte:

Nº. de palavras	
(i) Corpus textual dos sécs. 12, 13 e 13/14	612.613
(ii) Corpus Textual dos sécs. 14 e 1	2.735.303
Total	3.347.916

O verbo "lançar" não se encontra descrito nos dicionários consultados, sendo apenas mencionado por J. P. Machado, que o remete para "lançar", mas este verbo não tem o sentido que encontramos para "lançar".

Também os vocábulos "alvidos" e "albitros" têm o sentido de juiz que não se encontra para as atuais variantes "alvedrio", "alvidrio": [1329 DN088] *Eu ffrancisco giraldez publico tabeliõ de Guimarães que A rogo e demãdado das ditas partes in sentença dos ditos **Aluidos** esto todo screuj e meu sinal hj pugí ã testemõiho de uerdade que tal he [séc. 15 CDJ12] e que nã apelase nem agravase de quoamto elles em hũa comcordia mamdasem, sem mais recramaçaom que sobre ello fazer podese, nã por rezam da cisma, nã de sospeiçaom, nem doutro quall quer remedio que lhe em direito asy canoniquo como civel fose dado, sob pena de pagar cem mill marquos douro, quoamtas vezes for comtra os que os ditos **albidros** mamdasem, e que elles a pudesem executar.*

ocorrências com datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas

ajuizado, no Dicionário Houaiss, está datado de 1647, mas esta mesma forma ocorre no século XIII: [1290 HGP058] mãdo que Johã Gamma nã seya enplaçado nã **ajuizado** por ma cabeçalaria, mays que ayude Oraca Paez & seus ffillos & meus en quanto poder

Este trabalho lexicográfico pretende não só preencher uma lacuna no conhecimento da língua portuguesa mas também constituir um modelo de dicionário construído a partir de corpora textuais. Este modelo de Dicionário implica necessariamente uma boa compreensão da linguagem e da escrita dos textos medievais galegos e portugueses, a par do conhecimento do contexto histórico-sócio-cultural em que foram produzidos e a que se reportam.

Tratando-se de um projeto de Dicionário exaustivo e sistemático, a metodologia delineada implica os passos sequenciais que se seguem:

A – preparação dos dados

- extração da listagem automática das palavras do corpus
- lematização
- agrupamento das variantes gráficas
- extração de concordâncias das formas gráficas atestadas no corpus

B – identificação das unidades lexicais

- seleção das vedetas dos artigos
- agrupamento das variantes gráficas e remissão para o artigo da cabeça
- inclusão da etimologia, origem próxima das palavras e / ou sua formação

C - análise linguística das unidades lexicais

- classificação gramatical
- determinação e definição dos significados
- seleção das abonações

No DLPM, as fichas lexicográficas vão sendo redigidas de acordo com a estrutura seguinte:

(i) A vedeta, ou cabeça do artigo, entendida como uma representação abstrata, corresponde a uma forma gráfica que obedece a critérios linguísticos e de funcionalidade tal como tem sido prática na elaboração dos artigos do DVPM. Assim, a vedeta deverá ter a forma gráfica mais próxima da forma ortográfica atual, quando esta exista, o que leva a aplicar, com frequência, as seguintes regras de supressão e de substituição de grafemas:

<ç> antes de <e> ou <i> → <c>

<s> intervocálico com valor de surda → <ss>

<ss> duplo em ataque de sílaba interna depois de consoante → <s> (uerssa → uersa).

<ll> ou <ll> com valor de líquida palatal → <lh>

<n>, <nn> ou <gn> com valor de nasal palatal → <nh> (alynnador → alinhador)

<r> intervocálico com valor de múltipla → <rr>

<r> intervocálico com valor de múltipla antecedido de nasal (~, n) → <r>, de acordo com a grafia moderna (honrra → honra)

<h> com função de marcação de hiato é eliminado;

grafemas duplos, iniciais ou internos, com o mesmo valor fonético dos correspondentes simples → grafemas simples (Nota: Mantêm-se as vogais duplas, iniciais ou internas, quando etimológicas)

<j> ou <y> com valor de vogal ou semivogal → <i>

<i>, <gi> ou <y> com valor de sibilante vozeada palatal → <j>

<u> com valor consonântico → <v> ou , quando o étimo e a forma moderna tiverem b

<v> com valor vocálico passa a <u>;

<n> ou <-> representando a nasalação da vogal antes de oclusiva labial → <m>

<-> representando a nasalação da vogal antes de consoante não labial → <n>

A aplicação destas regras e a decisão sobre qual deve ser a forma gráfica das cabeças dos artigos está dependente da existência de variantes gráficas e da informação sobre as etimologias que vai sendo validada, pelo que a decisão final sobre a forma gráfica das cabeças pertencerá à última fase das revisões.

(ii) A classificação gramatical – os verbos são apresentados como habitualmente na forma de infinitivo e é descrita a proposição correspondente à subclasse a que pertencem. Os paradigmas flexionais verbais constarão de um anexo. Os nomes e os adjetivos são registados na forma masculina, seguida da flexão feminina. No plural são registadas unicamente as palavras que são sempre plural. Todas as palavras de todas as classes deverão ser classificadas de acordo com a terminologia corrente, as variáveis: verbos, nomes, adjetivos e pronomes, e as invariáveis: advérbios, conjunções, e preposições.

(iii) A etimologia deverá indicar a origem próxima das palavras ou, alternativamente, os elementos da sua formação quando esta se verificou já no Português.

(iv) As aceções que pode ter a entrada do Dicionário. Estas poderão ser dadas por um equivalente atual, quando este exista, ou por breves descrições dos significados da vedeta. As expressões multipalavra ou lexias complexas são incluídas nas entradas lexicais, seguidas do seu significado.

(v) As abonações são excertos extraídos das concordâncias, que ilustram as aceções das entradas lexicais, sendo sempre escolhida a abonação mais antiga e a última que se encontra atestada no corpus. Sempre que as abonações cronologicamente relevantes não são muito claras, acrescenta-se outra que possa contribuir para ilustrar a aceção. Estas estão identificadas com a data ou o século, quando a data é desconhecida, e com a sigla do texto de onde foram extraídas.

(vi) As remissões entre vedetas correspondem a duas situações: - as cabeças morfológica e funcionalmente equivalentes correspondem a variantes gráficas que remetem para a cabeça da variante idêntica ou mais próxima da forma atual, sendo esta que contém a descrição das aceções e as abonações respetivas; - as cabeças morfológica e semanticamente semelhantes, cujas entradas lexicais apresentam aceções e descrições diferentes remetem umas para as outras, mas todas incluem a sua própria informação e as respetivas abonações.

Os artigos do Dicionário têm vindo a ser redigidos pelos membros da equipa desde 2005, tendo, então, sido distribuídos por letras os vocábulos dos textos mais antigos (séculos XII, XIII e XIII / XIV). Em janeiro de 2007, iniciou-se o estudo do léxico do corpus constituído por textos dos séculos XIV a XVI e todas as tarefas se desenvolveram pela mesma ordem. Foram redigidos mais verbetes e, também, revista e complementada a informação daqueles que haviam sido criados anteriormente. Seguem-se alguns exemplos de artigos do DLPM:

abadia s. f. (Do lat. tard. *abbatia*). 1. Abadia, local em que vive uma comunidade de monges ou monjas [1264-1284 CSM009] Diss' el: "Ben mercamos; / e quen poderia / a esta osmança / pøer? E vaamos / a noss' **abadia** / con esta gaança." [séc. 15 CDF] e viverom na **Abadia** Velha e em Ventosello e em todallas aldeas dos montes altos; e todollos monges e abades dos moesteiros daquela comarca todos fugirom, e foi esto do mes dagosto ataa Santa Maria de setembro. 2. Cargo ou dignidade do abade [1489 TC] e principes da terra porque aqueles que os seruẽ pagãnos coas eigreias e a huũs dã bispados e a outros **abadias** e a outros conisias e asy ao tempo dagora quẽ quiser auer beneficio na eygreia de Deus sirua aos senhores tẽporaes ca doutra guisa nõ no pode auer. (Var. *abadia*, *abadyas*, *abbadia*).

abarregado adj. (Do part. pas. de *abarregar*). Abarregado, que se amancebou [1489 TC] Item saiba da pessoa de que estado he se he casada se solteira se **abarregada** e eso mesmo per que mester uiue.

homezio s. m. (Do lat. *homicidiu-*). Homicídio, morte de um ser humano por acção de outrem; assassinato [1214 NT] E super sa ajuda oue testifigo cũ Petro Gomez, omezio qveli custou maes ka C morabitinos. (Var. *homezio*, *omezio*, *omezio*, *omezyo*, *omizio*, *omizyo*, *omezio*, *omezyo*).

tafularia s. f. (De *taful* + *-aria*). 1. Vício ou prática do jogo [1264-1284 CSM214] Ca se Deus deu aas gentes jogos pera alegria / averen, todo o tornan elas en **tafuraria**, / e daquela guisa queren gãar 2. Casa de jogo [1264-1284 CSM174] E pois l' ouve dito, logo sayu da **tafuraria** / e fillouss' a chorar muito, [séc. 13 CEM251] Ainda eu outras manhas havia, / per que eu nom posso já muito valer: / nunca vos entro na *tafularia* / que lhi nom haja algum preit'a volver. / Porque hei eu pois em gram coita seer? / É fugir e guarir na *putaria*. (Var. *tafularia*, *tafuraria*).

Ao longo de 2009, deverá terminar a revisão final dos verbetes e das remissões internas ao Dicionário, será preparado o anexo de morfologia verbal e redigida a introdução. Em finais de 2009 deverá estar pronto para publicação este Dicionário da Língua Portuguesa Medieval, procurando dar cumprimento aos objetivos formulados inicialmente.

No espírito deste Encontro que pretende tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana procurámos investigar se alguns vocábulos que Saramago e Gonçalves (2006) classificam como açorianismos, ocorriam com o mesmo significado em textos do CIPM, tendo encontrado coincidência nos seguintes casos:

Açores - **achada**, s. extensão de terreno plano

Português Medieval - **achaada**, s. [séc. 15 ZPM] Ouve o comde novas como aallem daquela grande serra que se chama da Ximeira, a qual estaa açerca daquela çidade, avia hũas alldeas em que poderiam morar ate çem pessoas, em tres povorações, as quaes heram n'**achaada** da serra.

Açores – bradar, v. chamar por alguém em voz alta

Português Medieval - **braadar**, v. [séc. 13 CSM058] Esto dit'un diaboo a puxou dentro no poç'; e ela **braadou** por Santa Maria, que a sacou

Açores – **pelejar**, v. o mesmo que brigar

Português Medieval - **pelejar**, v. [1267 FG2 PAo] Peleía q(ue) **pelegẽ**. vezĩos na Villa ou fora da uila se foren y os Juyzes ãfij~nos p(er)a deryto q(ue) façã d(e)reyto p(er)ant'elles. [1280? FR PBA] Quando ll homees **pelegiarẽ** e huu quiser ferir o outro e p(er) caiõ matarẽ outro omẽ, o alcayde deue sab(er) qual delhes uulueo a peleya

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Saramago, João; José B. Gonçalves (no prelo) "Açorianismos" In Aparecida N. Isquierdo (ed.) *Estudos dialetológicos e geolinguísticos sobre o português*, ed. by. Campo Grande: Editora da UFMS. 195. (http://www.clul.ul.pt/equipa/jsaramago/2006_22.pdf)

Xavier, M. Francisca; M. Teresa Brocardo; M. Graça Vicente (1994) "CIPM - Um Corpus Informatizado do Português Medieval" in Atas do 10º. Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa: APL, pp. 599-612.

Xavier, M. Francisca; M. Graça Vicente; M. Lourdes Crispim, (eds) (1999) *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13*, Lisboa: Centro de Linguística da UNL.

Xavier, M. Francisca; M. Lourdes Crispim (2001) "Das Edições Impressas às Versões Digitalizadas de Textos Medievais. O Caso do CIPM" In I. Duarte & I. Castro (eds) *Razão e Emoção. Miscelânea de Estudos Oferecida a Maria Helena Mateus pela sua Jubilação*. Vol II, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 437-452. (<http://www.fl.ul.pt/dlqr/mateus>)

Xavier, M. Francisca; M. Graça Vicente; M. Lourdes Crispim, (eds) (2002) *Dicionário de Verbos Portugueses dos Séculos 12 e 13*, Lisboa: Centro de Linguística da UNL.

REFERÊNCIAS DAS FONTES DO DLPM

Século XII

DN - 2 Textos Notariais (2ª. metade do século XII)

in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

- "Finto" dos casais de Eligoo

- "Notícia de haver"

DP - 4 Documentos Privados (2ª. metade do século XII)

in Souto Cabo, José António (ed.) (2003), *Nas Origens da Expressão Escrita Galego-Portuguesa. Documentos do século XII*, Braga, Universidade do Minho. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

- Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais (ca. 1173)

- Carta de foro da Benfeita

- *Nomina* de Pedro Viegas (1184)

- Escrito de Paio Soares

Século XIII

NT - Notícia de Torto (ca. 1214)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (1990), “Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, redação e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, pp. 21-77. (Texto crítico pp. 37-41). Edição digitalizada para o CIPM.

TL e TT - Testamento de D. Afonso II (1214)

in Costa, Pe. Avelino Jesus da (1979), “Os mais Antigos Documentos Escritos em Português”, *Revista Portuguesa de História*, 17, pp. 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo). Edição digitalizada para o CIPM.

CA - 34 Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279)

in Duarte, Luiz Fagundes (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, Dissertação de Mestrado, FLUL, pp. 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 73 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1214 e 1300) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CHP - 2 Textos Notariais (1275; 1278)

in Martins, Ana Maria (ed.) (1994) *Clíticos na História do Português – Apêndice Documental*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento, Lisboa. Edição digitalizada, cedida pela editora.

HGP - 61 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1262-1300)

in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

FG - 6 Foros de Garvão (1267-1280)

in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.

TOX - 21 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1269 e 1300)

in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

FR - Foro Real (1280?) in Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987) *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C., pp. 125-309.

TP - Tempos dos Preitos (1280?)

in Ferreira, José de Azevedo (ed.) in Roudil, Jean (1986) *Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème*, Paris, Klincksieck, pp. 151-169.

CS - 1 Dos Costumes de Santarém (1294) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*,

Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CAMI - 513 Cantigas de Amigo (sem data ou datados entre 1220-1300)

in Cohen, Rip (ed.) (2003) *500 Cantigas de Amigo*, Porto, Campo das Letras. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

CAMO - 517 Cantigas de Amor (sem data)

in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CSM - 419 Cantigas de Santa Maria (datadas entre 1270 e 1282)

in Mettman, Walter (ed.) (1981), Afonso X, o Sábio (s. XIII) *Cantigas de Santa Maria*, Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega.

CEM - 403 Cantigas de Escárnio e Maldizer (sem data)

in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

Séculos XIII / XIV

CAMO - 159 Cantigas de Amor (sem data)

in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CEM - 69 Cantigas de Escárnio e Maldizer

in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

VS - 7 Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense (sem data; cópias do século XV)

in Castro, Ivo et alii (eds.) (1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274), Lisboa, INIC, pp. 16-52; 59-83. Edição digitalizada para o CIPM.

Século XIV

CAMO - 20 Cantigas de Amor (sem data)

in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CEM - 2 Cantigas de Escárnio e Maldizer

in Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

HGP - 62 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1301-1399)

in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 79 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1304 e 1397)

in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

TOX - 15 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1309 e 1336)

in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

CS - 3 Dos Costumes de Santarém (1340-1360) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.

FG - 1 Foros de Garvão (sem data)

in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.

PP - Afonso X. Primeyra Partida (ca. 1350)

in Ferreira, José Azevedo (1980) *Alphonse X, Primeyra Partida*, Braga, INIC, pp. 3-580. Edição digitalizada para o CIPM, financiada pelo editor.

CGE - Crónica Geral de Espanha de 1344 (sd)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CAXL - Crónica de Afonso X (manuscrito L) (sem data)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CAXP - Crónica de Afonso X (manuscrito P) (sem data)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

CDA - Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV, Vols. 1, 2 e 3 (30 Textos selecionados)

in Dias, João J. Alves (ed.) (1990-1992) *Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV*, Lisboa, I.N.I.C. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

AT - Arte de Trovar

in Tavani, Giuseppe (ed.) (1999) *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada para o CIPM.

NLL- Narrativas dos Livros de Linhagens

in Mattoso, José (1983) *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

LM - Livro de Montaria de João I

in Calado, Adelino de Almeida, Vigo, ed. (no prelo). Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.

CI - Corte Imperial (anónima dos fins do séc. XIV)

in Calado, Adelino de Almeida (ed.) (2000) *Corte enperial*, Universidade de Aveiro. Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.

LHB - Livro das Histórias da Bíblia (sem data)

in Castro, J. Mendes de (ed.) (1998), *Bíblia de Lamego*, vol. I e vol. II, Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

Século XV

HGP - 42 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1401-1497)

in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 46 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1402 e 1499) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora.

LC - Leal Conselheiro (1437-38)

in Piel, Joseph (ed.) (1942) *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez.

LEBC - Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (sem data)

in Piel, Joseph (ed. crit.) (1944) *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa, Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio.

CP - Castelo Perigoso (sem data)

in Neto, João António Santana (ed.) (1997), *Dois Leituras do Tratado Ascético-Místico Castelo Perigoso*, Dissertação de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Edição digitalizada cedida pelo editor e revista por Irene Nunes.

DSG - Demanda do Santo Graal (sem data)

in NUNES, Irene Freire (2001) *A Demanda do Santo Graal*. Edição digitalizada para o CIPM com base na edição publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1995, revista pela editora.

LTV - Livro das Tres Vertudes (1453?)

Crispim, Maria de Lourdes (ed.) versão paradiplomática digitalizada, cedida pela editora.

OE - Orto do Esposo (sem data)

in Maler, Bertil (ed.) (1956), *Orto do Esposo*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Edição digitalizada para o CIPM.

CPVC - Carta de Pêro Vaz de Caminha

in Guerreiro, M. V. & E. B. Nunes (eds.) (1974) *Carta a el-rey dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, I.N.C.M. Edição digitalizada para o CIPM.

HRP - História dos Reis de Portugal

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

ZPM - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (sem data)

in Brocardo, Maria Teresa (ed.) (1994) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., pp. 333-693. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CDF - Crónica de D. Fernando

in Macchi, Giuliano (ed.) (1975) Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.

CDJI1 -Crónica de D. João I, parte 1

in Lopes, Fernão (1945) *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização Editora, (segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Edição digitalizada para o CIPM.

CDJI2 - Crónica de D. João I, parte 2 in Lopes, Fernão (1949) *Crónica de D. João Primeiro*, Porto, Livraria Civilização Editora.

CDPI - Crónica de D. Pedro I

in Peres, Damião (ed.) (1965) Lopes, Fernão, *Crónica de D. Pedro I*, Porto, Livraria Civilização. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

TC - Tratado da Confissom (1489)

in Machado, José Barbosa (ed.) (2003) *Tratado de Confissom*, Vol I (Chaves, 1489), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

PMP - Penitencial de Martim Pérez

in Martins, Mário (ed.) (1957) *Penitencial de Martim Pérez*. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

S - Sacramental, de Cremente Sanchez de Vercial (1488)

in Machado, José Barbosa (ed.) (2005) Clemente Sánchez de Vercial. *Sacramental*, Minho, Pena Perfeita. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

VDT - Vida de D. Telo

in Nascimento, Aires Augusto (ed.) (1998), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Colibri, pp. 273-286. Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

VST - Vida de São Teotónio

Tradução quatrocentista da vida de S. Teotónio. Edição digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera, cedida por José Barbosa Machado.

Século XVI

Cat - Catecismo (1504)

in Silva, Elsa Branco da (ed.) (2001) *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada, cedida pela editora.

30. MADALENA TEIXEIRA

MADALENA TELES DIAS TEIXEIRA desenvolve a sua atividade profissional no Instituto Politécnico de Santarém, na Escola Superior de Educação. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1994) e em Estudos Portugueses, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Católica Portuguesa, onde seguiu a via educacional (2000). É mestre em Educação, no ramo de Supervisão Pedagógica em Ensino do Português, pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, com a dissertação *Dos Estrangeirismos à Aula de Língua Materna* (2004), e doutora em Linguística, no ramo de Linguística Aplicada, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a dissertação *A Entrada de Estrangeirismos na Língua Portuguesa. Contributos Para*

um *Estudo Sociolinguístico* (2007). É investigadora no Centro de Estudos Anglísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integrando o projeto *Linguagem, Cultura e Sociedade: Dimensões internacionais, sincrónicas e diacrónicas*, no âmbito de um subprojeto intitulado *Discursos Pós-Coloniais e a Construção da(s) Identidade(s)*. É membro da Associação Professores de Português e formadora de formadores. É autora de vários artigos nos domínios da linguística e da educação e organizou mais de uma dezena de encontros científicos. Proferiu dezenas de comunicações, quer em Portugal, quer no estrangeiro.



Para a Identificação de uma Matriz Linguística no Uso de Estrangeirismos na Língua Portuguesa MADALENA TELLES DIAS TEIXEIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM - ESE, UNIV. DE LISBOA – CEAUL

A entrada de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é uma realidade linguística que pode ser observada tanto na forma adaptada, como na sua forma original. Por tal motivo, isto é, a existência de formas adaptadas e originais para uma mesma denominação “estrangeirismo” constitui um dos pontos problemáticos na própria definição linguística do termo. Trata-se, todavia, de uma questão pouco tratada na bibliografia disponível em que o consenso entre os diversos investigadores está longe de ser alcançado.

As querelas a que os portugueses já tiveram oportunidade de assistir, através da imprensa oral e da imprensa escrita, podem ser, por vezes, condutoras a atitudes de um conservadorismo radical, chegando “alguns” falantes a considerar que a Língua Materna está a ser descaracterizada, sob o pretexto de uma evolução e de uma necessidade que são quiméricas. Acrescentam, inclusivamente, que essa atitude culminará numa perda de identidade irreversível, uma vez que poderemos deixar de (re)conhecer o que é realmente um vocábulo português.

O trabalho em questão pretende fazer uma breve referência ao estado da questão, tomando, empiricamente, o tratamento do uso de *estrangeirismos* nos processos de comunicação, nomeadamente em três setores de atividade onde este tipo de matriz linguística é mais abundante: *Gastronomia, Economia e Publicidade*. Para além de uma categorização dos mesmos, no sentido de saber os que foram adotados na sua forma original (O.), os que foram adotados na sua forma adaptada, mas que possuem uma expressão portuguesa de sentido equivalente (O.S.E.), os que já possuem um termo linguístico português equivalente (T.E.) e, por último, os que já foram aportuguesados (Aport.), proceder-se-á a uma breve explanação da temática e à ilação de algumas conclusões.

0. Nótula Introdutória

O caminho do empréstimo lexical de outras línguas para a Língua Portuguesa constitui um amplo debate entre linguistas (pena, no entanto, que poucos trabalhos tenham sido realizados neste domínio) em virtude da definição epistemológica do próprio termo estrangeirismo. Reside, então, a dificuldade em se considerar se estrangeirismo é apenas a forma original da língua de origem ou se, também, a forma adaptada poderá ter esta denominação. As “querelas” a que, por vezes, os portugueses já tiveram oportunidade de assistir, através da imprensa oral e da imprensa escrita, podem ser, por vezes, condutoras a atitudes de um conservadorismo radical (vulgo “puristas da língua”), chegando essas mesmas posturas a considerar que a Língua Materna, neste caso a Língua Portuguesa, está a ser descaracterizada e que uma atitude permeável ao empréstimo lexical poderá culminar numa perda de identidade irreversível, uma vez que poderemos deixar de (re)conhecer o que é realmente um vocábulo originariamente português. Na verdade, as mudanças ocorridas na interação verbal numa determinada comunidade linguística, devem-se a necessidades pragmáticas de comunicação, num sentido bidirecional, pois elas não são “mais do que a atividade habitual da fala” (Paul, 1966: 40). Assim, cada falante é, naturalmente, portador de alguma liberdade linguística, permitindo-lhe, essa mesma liberdade “transformar” e criar todo um conjunto de palavras de acordo com os seus hábitos e vivências. A grande riqueza das línguas naturais reside, essencialmente, no fenómeno da sua (auto)criatividade e na sua capacidade transformadora, dinâmica e evolutiva (atente-se que os *estrangeirismos* existentes e consagrados na Língua Portuguesa, e em outras línguas, são, sem dúvida, um dos casos mais sintomáticos de alterações e mudanças linguísticas). É de sublinhar, todavia, que essa suposta “criação” linguística surge, muitas vezes, da quebra de fronteiras entre o discurso escrito e o discurso oral e / ou por analogia à existência de outros vocábulos.

Sendo uma língua um sistema onde, naturalmente, confluem alterações internas (fruto do próprio devir linguístico) e mudanças de cariz extralinguístico, há, por um lado, tipos de textos e, por outro, necessidades de ordem externa à língua que promovem, indubitavelmente, a difusão de estrangeirismos. A título, somente, ilustrativo é, assaz, curioso, o fortíssimo papel da publicidade, uma vez que ela própria vive de palavras como *Out-door*¹⁵⁷, *Muppy*¹⁵⁸, *Sponsoring*¹⁵⁹, entre tantas outras, ou até mesmo, as banais compras de mercearia, com o “evoluir” do tempo, passaram a realizar-se em superfícies construídas por grandes grupos económicos¹⁶⁰ - os “supermercados”¹⁶¹, em que as despesas vêm registadas no *ticket*¹⁶² para posterior verificação da dona de casa (não fosse esquecer o *Ketchup*¹⁶³, a *Pizza*¹⁶⁴, e a

¹⁵⁷ - Palavra inglesa que designa um tipo de painel de rua.

¹⁵⁸ - Palavra inglesa que designa um tipo de mobiliário urbano onde se afixa publicidade.

¹⁵⁹ - Palavra de língua inglesa que significa o patrocínio de uma determinada atividade.

¹⁶⁰ - Como exemplo, temos o grupo Jerónimo Martins que é detentor de “supermercados” como o *Pingo Doce* e o *Jumbo*.

¹⁶¹ - Palavra oriunda do Inglês *Supermarket*.

¹⁶² - Papel de registo dos produtos e dos respetivos preços.

¹⁶³ - Vocábulo de língua inglesa para designar um tipo de molho de tomate.

¹⁶⁴ - Vocábulo de língua italiana que designa um “prato” da gastronomia daquele país.

*Bavaroise*¹⁶⁵). O setor empresarial revela-se, igualmente, recheado de uma panóplia de palavras oriundas de outras línguas: desde o banal *Take-over*¹⁶⁶ que as grandes empresas praticam sobre as P.M.E.¹⁶⁷, passando pelo *Over-draft*¹⁶⁸ permitido pelos bancos a alguns clientes considerados especiais, até aos *Test-drive*¹⁶⁹ realizados pelas concessões de automóveis (no caso dos automóveis até é possível individualizar os veículos T.T.¹⁷⁰ com os seus *Road-book*¹⁷¹ para que se desfrute de um agradável passeio *Off-road*¹⁷²).

O contexto apresentado torna-se conducente à ponderação de algumas questões, no que concerne à Língua Portuguesa. Usar-se-ão, de facto, palavras estrangeiras, habitualmente, em diferentes setores de atividade? Atualizar-se-ão esses termos linguísticos na sua forma original, ou, pelo contrário, evidenciarão “alguma nacionalização”? Haverá necessidade de esse uso?

1. A Pesquisa: um Breve Estudo de Caso

1.1. Algumas Questões Metodológicas

Este texto, numa primeira fase, tem como objetivo principal verificar o uso de *estrangeirismos* nos processos de comunicação em diferentes setores de atividade, pelo recurso à análise de revistas da especialidade dos vários setores em análise (Economia, Gastronomia e Publicidade), que, para além, de servirem de base de demonstração, também poderão servir para reforçar a ideia de que é a frequência do uso que contribui para uma eventual normatização do empréstimo lexical.

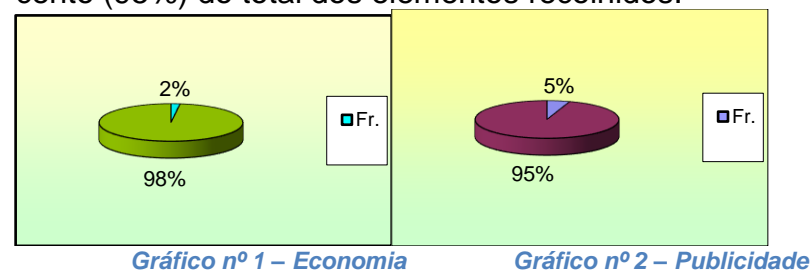
O setor da *Economia*, também designado como *setor um*, tem como fontes as revistas *Executive Digest* e *Exame*. Do setor da *Gastronomia*, denominado como *setor dois*, são fontes as revistas *Teleculinária*, *Mulher Moderna na Cozinha* e *Segredos de Cozinha*. As revistas *Meios & Publicidade* e *Marketing & Publicidade* servem de fonte de pesquisa para o setor relativo à *Publicidade*, também designado *setor três*. Está, deste modo, apresentado o *corpus* desta investigação (surgindo no final do texto, em anexo, por motivos metodológicos).

Após a análise das fontes, procedeu-se ao tratamento dos elementos recolhidos, através dos seguintes passos metodológicos: primeiro, observando-se a origem das palavras, através da identificação da língua a que pertence cada vocábulo e, num segundo estágio, procedeu-se à categorização dos mesmos. Essa organização tipológica dos vocábulos compreende quatro pontos essenciais: palavras que são utilizadas na Língua Portuguesa na sua forma original e para as quais não se conhece tradução (O.); palavras que se usam na forma original, existindo, contudo, uma expressão / expressões com sentido equivalente (O. S. E.); palavras que, embora tenham termos equivalentes (T. E.), continuam a utilizar-se na sua forma de origem e, por último, palavras que são de origem estrangeira, mas que sofreram um “aportuguesamento” (Aport.).

Queria, apenas, deixar uma breve nota de que a escolha de setores como a *Economia*, a *Gastronomia* e a *Publicidade*, para esta análise, limitam-nos informação oriunda de outras áreas como é o caso da Saúde, do Vestuário, da Informática, entre outras que poderiam revelar-se de igual importância. A escolha de um *corpus* e a sua representatividade constitui sempre um dos múltiplos problemas que se coloca a todo o linguista seja qual for o tipo de temática que esteja a trabalhar.

1.2. Origem das Palavras (sentido restrito)

A análise do *corpus* permite verificar que a convivência de palavras estrangeiras com as palavras, originariamente, da Língua Portuguesa é uma realidade. Conveniente destacar que a presença de anglicismos se revela de inegável representatividade nos setores da *Economia* e da *Publicidade*, uma vez que, como se pode observar nos gráficos um e dois, ocupam noventa e oito por cento (98%) e noventa e cinco por cento (95%) do total dos elementos recolhidos:



O facto da *Economia* ser uma área de interesse internacional e os Estados Unidos da América serem uma das maiores potências económicas mundiais são, em meu entender, aspetos que se refletem vincadamente na macro e micro economias Portuguesas e, conseqüentemente, neste aspeto da Língua Portuguesa. Curioso, por exemplo, o destaque dado, aos índices internacionais de *Dow Jones* e *NASDAQ*, por Paulo Santos (analista económico) num artigo¹⁷³ dedicado à economia portuguesa. A par desta situação, e relativamente à *Publicidade*, temos "a caixa que mudou o mundo"¹⁷⁴ e o desenvolvimento da imprensa, que em simultâneo com o desejo de convencer o público consumidor, com fins lucrativos ou não, foram os facilitadores e impulsionadores da incrementação da já referida *Publicidade*. Este terá sido um *leitmotive* para que, inclusivamente, se homologassem¹⁷⁵ *curricula* portadores das mais recentes e inovadoras técnicas persuasivas. Foi precisamente este contexto que facilitou a importação de palavras

¹⁶⁵ - Vocábulo de língua francesa que designa um tipo de doce.

¹⁶⁶ - Palavra de origem inglesa para designar uma apropriação hostil a uma pequena Empresa por parte de uma grande Empresa.

¹⁶⁷ - Sigla de Pequenas e Médias Empresas.

¹⁶⁸ - Palavra inglesa que significa o limite de crédito utilizado abaixo do saldo positivo numa conta corrente bancária.

¹⁶⁹ - Palavra inglesa que significa o ensaio dinâmico de um veículo.

¹⁷⁰ - Sigla de veículos *Todo Terreno* – Jipes.

¹⁷¹ - Palavra inglesa que designa o mapa de trajeto que contém informações adicionais necessárias a um passeio de Jipe.

¹⁷² - Palavra inglesa que significa fora de estrada e que está associada à prática desportiva *Todo Terreno*.

¹⁷³ - Artigo da Revista *Visão* publicada em 1 de Agosto de 2002.

¹⁷⁴ - *Slogan* comemorativo de um aniversário da RTP1 e que ainda hoje perdura.

¹⁷⁵ - A primeira Licenciatura (*Curso Superior de Relações Públicas e Publicidade*) foi homologada ao *Instituto Nacional de Novas Profissões* através da Inspeção do Ensino Particular, por despacho ministerial em *Diário do Governo*, a 20 de Março de 1972. (Informação fornecida pelo Ministério da Educação a 28/08/2002.

estrangeiras, concretamente de anglicismos, para a Língua Portuguesa, uma vez que, segundo Nelson Gomes¹⁷⁶, é nos países onde se fala a Língua Inglesa que se encontram os estudos mais avançados sobre o referido setor.

Ainda de salientar, nestas duas áreas, que embora o Inglês seja a língua dominante, o Francês também deixa as suas marcas, ainda que mostre uma influência com fraca expressão – *Economia* dois por cento (2%) e *Publicidade* cinco por cento (5%). A área da *Gastronomia*, ao contrário do que acontece nas outras áreas em análise, evidencia, sem grandes dúvidas, os laços que a unem à Língua Francesa, como se pode verificar através do gráfico seguinte:

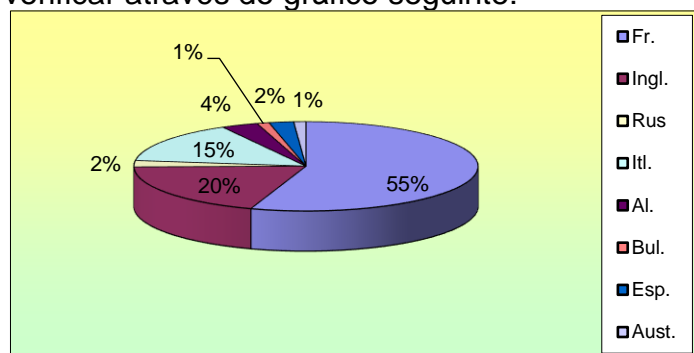


Gráfico nº 3

Pode, ainda, verificar-se, pela observação deste gráfico, da existência de um leque mais variado quanto à origem das palavras. Assim, temos os vocábulos de origem francesa que têm um peso de cinquenta e seis por cento (56%), seguidos dos provenientes da Língua Inglesa com vinte por cento (20%) e dos de Língua Italiana com quinze por cento (15%). A Língua Alemã tem uma presença de três por cento (3%) e os vocábulos de Língua Espanhola e de Língua Russa ocupam apenas dois por cento (2%) do *corpus* recolhido neste setor. Um por cento (1%) é o resultado dos vocábulos encontrados de origem das línguas de dois países: Áustria e Bulgária.

Na realidade, não é por acaso que em alguns restaurantes considerados pela Associação Portuguesa de Restauração, de primeira categoria¹⁷⁷, se pode verificar a existência de palavras de origem francesa. Comer um "Vichissoise Quente de Maçã" ou "Linguado au Meunier" tem um efeito psicológico diferente do efeito obtido por "Sopa de Maçã" ou "Linguado Frito com Amêndoas". Não nos podemos esquecer que "...usurpando vocábulos, que ôs fez máis elegantes do que foram óra «h» á çincoenta annos." (Barros, 1969:84), também revelamos notoriedade. Repare-se, ainda, que por algum motivo, Eça de Queirós¹⁷⁸, para além da utilização de inúmeros vocábulos de origem inglesa, reservou a utilização de elementos da Língua Francesa para "assuntos" relacionados com a "cozinha". Tais argumentos, servem, apenas, para provar (ou reiterar) o facto de o caminho do empréstimo de um vocábulo ter motivações várias (nomeadamente sociais, naturalmente, questões de prestígio).

A diferença entre os resultados obtidos entre o setor dois e os setores um e três não reside somente nas variações de utilização entre *Anglicismos* e *Galicismos*, mas também no facto de podermos verificar, no setor dois, a importação vocabular efetuada a outras línguas, como é o caso do Russo, do Austríaco, do Alemão e do Italiano.

1.3. Categorização dos resultados

Ao categorizar os elementos constituintes do *corpus*, verificou-se que, embora a utilização de termos originais (O.), para os quais a norma ainda não reconheceu nenhuma forma, seja uma constante dentro dos três setores observados. É na área da *Publicidade* (57%) e na da *Gastronomia* (55%) que mais se faz sentir essa situação:

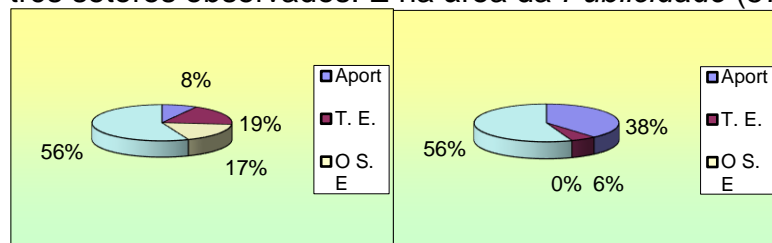


Gráfico nº 4 - Publicidade

Gráfico nº 5 - Gastronomia

Será que perante estes resultados é lícito pensarmos que a Língua Portuguesa é um código que se revela insuficiente face às necessidades sentidas pelos seus utilizadores? Não esqueçamos a polémica sentida entre puristas e renovadores do léxico, quando da publicação de alguns dicionários, nomeadamente, o *Dicionário de Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa que veio legitimar muitas das já referidas necessidades. Note-se, contudo, que muito embora a necessidade do falante seja um fator determinante para a renovação lexical, e consequente entrada de estrangeirismos, é de salientar que a existência de Termos Equivalentes (T. E.) também nos faz refletir não só sobre a frequência dos resultados obtidos, mas, ainda, acerca do grau da já referida necessidade do falante.

Se podemos encontrar nas três áreas analisadas Termos Equivalentes, então, o uso de *estrangeirismos* reflete, dentro de cada setor, uma questão de "modismo" e que, por variadas razões, melhor poderá servir o desempenho dos agentes destes setores de atividade. O setor onde se verifica menor número de Termos Originais (O.) – trinta e sete por cento (37%) -, como se pode verificar através do gráfico número seis (6), também é o mesmo onde se observa o registo de maior número de Termos Equivalentes (T. E.) – cinquenta e dois por cento (52%) - na Língua Portuguesa – A *Economia*:

¹⁷⁶ - Engº. da Publicidade da empresa *Sino*, no Porto.

¹⁷⁷ - Por exemplo o Restaurante *do Forte do Guincho*, em Lisboa e o Restaurante *Bolota Castanha* em Terrugem (Alentejo).

¹⁷⁸ - Veja-se a este propósito a obra "Os *Maías*" já citada neste trabalho.

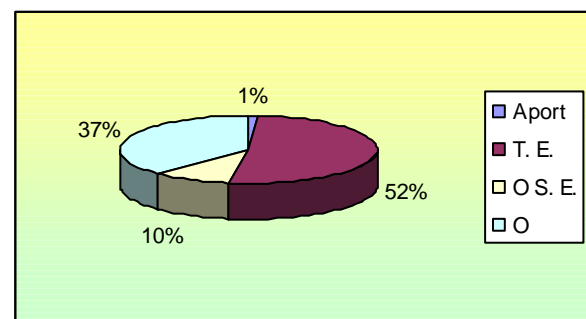


Gráfico nº 6 – Economia

Neste ponto coloca-se a questão de saber se o uso surge por necessidade, por moda, por imitação, por *snobismo* ou por simples inevitabilidade. Estou em crer que o uso de *estrangeirismos* surge por um conjunto de fatores que acabam por culminar na inevitabilidade. Por razões diversas, o termo linguístico de origem linguística estrangeira adquire uma dimensão de maior impacto na situação de comunicação, seja escrita, seja oral: ou porque o recetor leu / ouviu uma palavra que lhe é desconhecida e a mensagem é afetada, ou porque leu / ouviu uma palavra que se traduz em sinónimo de instrução, de saber ou de cultura. No setor da *Publicidade* a situação é inversa à que se verificou no setor da *Economia*, pois a utilização de Termos Originais (O.) evidencia maior ocorrência – cinquenta e sete por cento (57%) - do que a utilização de Termos Equivalentes (T. E.) – dezoito por cento (18%). Não posso afirmar, por questões de alguma cautela, que neste setor, face aos resultados obtidos, só se utilizam *estrangeirismos* quando necessário, pois embora os Termos Equivalentes (T. E.) se verifiquem em menos de metade do nível percentual obtido pelos Termos Originais, estes revelam um resultado significativo dentro do universo recolhido.

A área da *Gastronomia* fica mais próxima da área da *Publicidade*, uma vez que evidencia uma diferença ainda maior entre as duas categorias em questão, tendo os Termos Originais (O.) cinquenta e cinco por cento (55%) e os Termos Equivalentes (T. E.) seis por cento (6%). A grande diferença entre este setor e os restantes reside no número de vocábulos “Aportuguesados” (Aport.), isto é, vocábulos de origem estrangeira, mas que já sofreram uma adaptação à Língua Portuguesa, tendo atingido um total de trinta e nove por cento (39%). A *Publicidade* e a *Economia* revelam oito por cento (8%) e um por cento (1%), respetivamente. Ainda de salientar que, no setor dois, a utilização de Termos Originais (O.) e a utilização de termos “Aportuguesados” (Aport.) se verifica com um grau de ocorrência mais próximo do que nos setores um e três, ou seja, a diferença entre ambas as categorizações não é tão acentuada.

Poderá ser considerada a *Culinária* uma área de atividade mais comum, na medida em que podemos encontrar falantes com atividades profissionais distintas e graus de instrução diferentes? Será por esse motivo que os “Aportuguesamentos” são feitos de uma forma mais rápida, traduzindo-se em maior número?

Estará esta diferença relacionada com o facto de o maior número de pessoas que trabalham no setor serem do sexo feminino¹⁷⁹? Já no *Diálogo Em Louvor Da Nossa Linguagem*¹⁸⁰, João de Barros (1969: 82) salienta o aspeto de certas línguas serem mais adequadas para mulheres do que para homens “Cérto assi a francesa, como a italiana, máis paréçem fála pera mulheres...”. E de facto, mais tarde, investigadores como Labov¹⁸¹ (2001) consideram o fator sexo, entre outros, um aspeto bastante importante dentro do processo de mudança e de alteração linguísticas.

No que diz respeito à categoria, O S. E. é de realçar o resultado obtido no setor três (17%) perante o resultado do setor dois (0%), ficando o setor um numa posição mediana (10%). Assim, podemos concluir que, apesar de expressões de sentido equivalente na Língua Portuguesa, as estrangeiras têm uma maior expressão representativa.

2. (In)conclusão

Como síntese, salientam-se quatro aspetos: o primeiro prende-se com o facto de se verificarem *estrangeirismos* nos processos de comunicação, não sendo, por isso, uma realidade que se possa negar ou ocultar; o segundo relaciona-se com a supremacia da Língua Inglesa, sobretudo, nos setores da *Economia* e da *Publicidade*, o terceiro reporta aos resultados obtidos na categorização *Termos Equivalentes* (T. E.), pois houve oportunidade de observar que, apesar de existirem vocábulos correspondentes aos estrangeiros, na Língua Portuguesa, os falantes optam pelo uso dos vocábulos na sua forma original (aspeto indicador de que afinal os *estrangeirismos* não surgem apenas por necessidade) e, por último, os *Aportuguesamentos* evidenciam que a questão da importação de palavras estrangeiras não significa perda de identidade linguística ou falta de nacionalismo, mas, apenas, que uma língua não é estanque, mas sim dinâmica.

Esse dinamismo, aliás, surge graças ao próprio funcionamento das línguas, às necessidades sentidas pelos falantes, que podem ser de ordem linguística ou extralinguística, e à sua própria criatividade, o que faz com que qualquer sistema linguístico tenha uma marcha ininterrupta no devir do tempo.

Bibliografia

- ALVES, Ieda. (1990). *Neologismo. Criação lexical*. São Paulo: Ática.
- ARAYA & GÓMEZ. (2000). “La neología de préstamo en la prensa gallega” in *La Neología en el tombant de Segle*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitat de Lingüística Aplicada, Universtat Pompeu Fabra. pp. 133-146.
- BAGANO, M. (2001). “Mudança Linguística: Um fenómeno onde toda a prescrição é inútil”. In *Letras*. Campinas: R. Letras. I. L. - PUC - Campinas, vol. 20 (1 / 2). pp. 45 - 60.
- BARROS, J. (1969). *Textos Pedagógicos e Gramaticais*. Lisboa: Editorial Verbo.
- BOLÉO, P. (1965). 2ª ed. O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial os francesismos) em português. Coimbra: Auro Pretiosior.
- CARVALHO, Nelly. (1989). *Empréstimos Linguísticos*. São Paulo: Ática.
- CASARES, J. (1992). 3ª ed. *Introducción a la Lexicografía Moderna*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- CATACH, N. (1979). “L'intégration graphique des mots nouveaux”. In *Néologie et lexicologie*. Collection “Langue et Langage”. Larousse université: Librairie Larousse. (pp. 67-72).
- DOWNES, W. (1998). 2ª ed. *Language and Society*. Cambridge: University Press.
- EGEA & JUNCADELLA. (2000). “Els neologismes en un servei lingüístic: problemes i solucions”. In *La Neologia en el tombant de Segle*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitat de Lingüística Aplicada, Universtat Pompeu Fabra. pp. 121-132.

¹⁷⁹ - Note-se, no entanto, que os cozinheiros de maior projeção internacional são do sexo masculino.

¹⁸⁰ - cf. *Op. Cit.*

¹⁸¹ - cf. *Op. Cit.*

EXECUTIVE DIGEST. (1997). *Manual de Gestão. Guia dos Conceitos de A a Z*. Lisboa: abril / Controljornal – Editora Limitada.

HAGÈGE, C. (2000). *Não à morte das Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget.

LABOV, W. (2001). *Principles of Linguistic Change*. Oxford: Blackwell Publishers.

MACHADO, José Pedro. (sem data). *Palavras a Propósito de Palavras – notas lexicais*. Lisboa: Editorial Notícias.

PAUL, Hermann. (1966). *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROBERTSON, R. (1990). 3ª ed. Mike Featherstone (org.). "Mapeamento da Condição Global: Globalização Como Conceito Central". In *Cultura Global, Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, pp. 23-39.

Corpus

Ementa do Restaurante "Bolota Castanha".

Ementa do Restaurante "Forte do Guincho".

Exame nº 185.

Exame nº 6 (Edição Especial).

Executive digest nº 84.

Executive digest nº 85.

Executive digest nº 86.

Marketing & Publicidade nº 40.

Meios & Publicidade nº 179-2.

Meios & Publicidade nº 181-16.

Meios & Publicidade nº 182-23.

Meios & Publicidade nº 183-30.

Mulher Moderna na Cozinha nº 70.

Mulher Moderna na Cozinha nº 69.

Santos, P. (2002). *Visão*.

Segredos de Cozinha nº 843.

Teleculinária nº 1181.

Teleculinária nº 1183.

Teleculinária nº 1184.

Teleculinária nº 1185.

31. MÁRIO MOURA



MÁRIO MOURA, Nasceu na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel (Açores), em 1957.

Reside nesta Cidade, onde exerce as funções de Chefe de Divisão de Ação Sociocultural da Câmara local.

Estudou em França e nos Estados Unidos da América do Norte e lecionou no ensino secundário e universitário. Licenciou-se em História (Via Científica), no Rhode Island College, EUA, em 1983, tendo obtido equivalência, na Universidade dos Açores, em 1984.

Mestre em Museologia e Património desde 1997, pela Universidade Nova Lisboa. É membro da Phi Alpha Theta, Associação de Historiadores norte-americanos e países anglófonos, do I.C.O.M., da A.P.O.M. e da APA: Associação Profissional de Arqueologia.

Ganhou o Lullac Award (prémio para alunos norte-americanos), uma bolsa de estudos na Brown University, EUA, em 1983, uma Bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian 1995 (programa de estudo em Espanha e Mértola) e recebeu um voto de louvor da Assembleia Municipal da Ribeira Grande pelo estudo, recolha e exposição do espólio cultural do concelho em 1986.

Medalha de Mérito Cultural – Junta de Freguesia de Matriz Ribeira Grande -, setembro de 2008

Outros livros publicados pelo autor:

Arcano da Ribeira Grande, (1999).

Memórias do presépio da Ribeira Grande, (1996).

Memórias dos Moinhos da Ribeira Grande: um percurso terrestre à terra dos moinhos de água, (1997).

A “Mã” da água, a “santinha” e a água que dorme: acessos à mentalidade dos moleiros da Ribeira Grande, (1999).

Casos Falantes: azulejos de corda seca e de aresta das terras do ex-mosteiro de Jesus da Ribeira Grande, (1998).

A criação de uma nova paróquia: N.ª Sr.ª da Conceição MÁRIO MOURA, DIRETOR DIVISÃO SOCIOCULTURAL CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE AÇORES

Sem se saber ao certo em que momento exato a nova paróquia foi criada, a nossa conclusão deve ser prudente. Mas ainda que não se conheça o dia, mês e ano em que o bispo a criou, é possível que tal tenha ocorrido já no ano de 1699 ou ainda em 1698. O domingo, dia 12 de maio de 1699, pode ser considerado como o da chegada à paróquia do seu primeiro vigário: Matias Nunes de Melo. Trata-se, pois, da data oficial do início de facto da vida paroquial. Vemo-lo escrito nos primeiros livros paroquiais e di-lo também Frei Agostinho de Monte Alverne. No entanto, o fecho oficial do circuito legal de reconhecimento terá

sido só alcançado em 1703, quando o rei confirmou a decisão do bispo. Por que razão se criou uma nova paróquia? O número, a dispersão, o poder dos habitantes do lado poente da vala dos moinhos e os problemas de evangelização aí sentidos terão contribuído para essa decisão. A vontade de engrandecer a vila, fazendo-a ombrear com outras comunidades importantes, tais como Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, será outro motivo plausível. Quem a terá criado? A aceitar-se que a criação é do bispo e do rei: foram o bispo D. António Vieira Leitão e o rei D. Pedro II. O filho, D. João V, confirmá-lo-ia. Escolha do nome? Talvez por Nossa Senhora da Conceição ter sido proclamada por D. João IV protetora do reino e rainha de Portugal. Houve um período, primeira tentativa conhecida de elevação a paróquia, que se pensou dar-lhe o nome de São Sebastião. A festa daquele santo mártir era objeto de patrocínio municipal desde o século XVI.

Uma pessoa da Conceição

Digo minha Conceição por ser natural dela e escrever o que outro não escreveria sobre ela. É assim porque cada um vê a seu modo a terra onde nasceu. Não sabia coisa que valesse a pena referir acerca da minha paróquia: quem fora aquele vigário Matias da rua vigário Mathias que se escrevia com um th, que ligava a casa de minha avó Deodata à de meus pais, nem a razão de a minha avó chamá-la também de rua do Vale. Não poderia adivinhar quando me batizei, com pouco menos de um mês de idade, que o fazia no mês em que a minha paróquia vira chegar o seu primeiro vigário: o tal Matias, cujo nome completo era Matias Nunes de Melo. Nasci numa casa no sopé nascente do outeiro que sobe à primitiva igreja paroquial, a escassos metros da vala dos moinhos que separa a minha freguesia de nascença da minha de criação. Levei anos a fio sem ter qualquer interesse nisso. Cheguei a este mundo num domingo bem lembrado: domingo de Páscoa. Na rua do Alcaide, n.º 26, no mesmo quarto em que nasceram o meu avó Fernando Augusto Moura e o meu pai Álvaro dos Santos Raposo Moura. Batizei-me, em maio, na pia batismal de Nossa Senhora da Conceição: a segunda igreja que a paróquia conheceu até hoje.

Anos depois e muitas horas depois, soube que foram três as tentativas para transformar as terras a poente da vala dos moinhos em freguesia e outras mais para construir a igreja paroquial em que fui batizado. Razão deste estudo? Um amigo meu de infância, estivemos juntos na escola primária, jogámos à bola no Ideal, hoje polícia, de nome João Costa, todas as vezes que me via na rua enquanto estava no seu giro perguntava-me quem tinha sido o primeiro presidente da Junta da Conceição, até que, farto de lhe dizer que a Junta era uma coisa e a paróquia outra, decidi juntar aquilo que tinha, muito pouco, e alargar ao que não tinha, quase tudo. Por conseguinte, parti para a pesquisa.

Isto sucedeu em finais de 2003, inícios de 2004. No fim do outono, em dezembro, apresentámos, a pedido da Junta de freguesia da Conceição, que entretanto soube da minha pesquisa, o que já apurara. Entretanto, na biblioteca, em Ponta Delgada, um colega mais idoso, guiou-nos para um processo litigioso das obras da igreja da Conceição. A partir de então, à curiosidade de saber e de explicar ao João Costa quando nascera a paróquia acrescentou-se - uma e outra coisa estão interligadas - a construção do seu segundo templo.

Em 2006, o Padre Norberto Pacheco, o novo pároco, sabendo da pesquisa, quis o texto para com ele candidatar o edifício paroquial a Imóvel de Interesse Público.

Em 2007, fez um ano em setembro, fizemos a entrega do texto revisto e ampliado. Sugeriu então a sua publicação. Para isso, voltámos aos arquivos e aprofundámos ainda mais a pesquisa. Já em outubro de 2008 a sua apresentação pública na Casa dos Açores da Nova Inglaterra foi feita por Alfredo da Ponte.

No que à vida da paróquia diz respeito, quer-se saber quando, quem, como e por que razão foi criada uma nova paróquia na vila da Ribeira Grande; quanto às duas igrejas paroquiais conhecidas, pretende-se saber quando, quem, como e por que razão se adaptou a ermida de Nossa Senhora da Conceição, primeiro, e se construiu a atual igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de raiz, depois.

Mas, o terreno em que nos movemos é deveras movediço: a prova não é concludente, precisaria de ser confrontada com outra mais sólida, que não existe ou se desconhece, pelo que o que se deixa escrito é mais um ensaio do que uma resposta categórica. Sem esquecer os demais, quero agradecer ao Sr. Henrique Álvares Cabral pelo seu notável espírito de companheirismo.

O trabalho está organizado em duas partes distintas, na primeira, incluem-se notas e aparato complementar, na segunda, publica-se um Álbum de fotografias documentando certos aspetos públicos da vida da paróquia. Haverá nesta última, um conjunto de fotografias mais antigas, fruto de recolha que temos vindo a efetuar ao longo de anos, e um fundo novo, atual, da autoria do Padre Norberto Pacheco.

Por que razão se decidiu incluir este Álbum de fotografia, que possui exemplares de finais do século XIX ao último quartel do século passado, num trabalho de História que cobre os séculos XVII e XVIII? Para além de possivelmente poder tornar o livro mais apetecível, servirá para documentar aspetos relevantes da vida da comunidade.

Mário Moura R.G. 2008

Antes de iniciar a lida deste ensaio, convém esclarecer em que sentido se usa palavras tais como ermida e igreja, freguesia e paróquia, freguesia ou paróquia e curato. A documentação produzida na mitra de Angra, no cartório da Ouvidoria da Ribeira Grande e na chancelaria real de Lisboa, trata o primeiro templo paroquial da Conceição por ermida, a produzida na paróquia, talvez refletindo mais as aspirações dos seus primeiros vigários do que a sua verdadeira natureza jurídica, refere-o como igreja. Em contrapartida, o segundo templo é reconhecido unanimemente por todas as partes como sendo uma igreja. Que mudara do primeiro para o segundo templo? Para transformá-la em igreja paroquial não foi suficiente atribuir-lhe um vigário. Que seria necessário? Ampliá-la? Não obstante a sua dimensão, seria preciso alcançar um novo estatuto jurídico? Não sabemos. Tamanho, só, ou definição jurídica, também? Também não sabemos. Apesar de tudo, uma coisa parece ser certa: ermida e igreja

têm estatutos diferenciadas. Porquê? A conclusão não é unívoca. Quanto a freguês e freguesia, paróquia e paroquiano? A fonte informativa continua a ser a mesma: documentos da Conceição. Por vezes, chega-se a pensar que há diferença entre eles, mas rapidamente se conclui que não há, até porque, na maioria das vezes, eles são usados como sinónimos. Freguesia, a seguir por aí, significará a área onde residem os fregueses de uma determinada freguesia, ou paróquia, portanto, também conhecidos por paroquianos. A freguesia organiza-se à volta de uma ermida ou templo paroquial. À cabeça de uma paróquia, há um pároco, um padre vigário, que exerce e zela pelos direitos paroquiais: administração dos sacramentos da Igreja Católica e de todas as funções

daí decorrentes. Deveres e direitos dos padres e dos fregueses. Paróquia e freguesia parecem apontar para realidades convergentes: território no qual o pároco exercia os seus deveres e auferia os seus direitos paroquiais e os seus fregueses auferiam os seus direitos paroquiais e cumpriam os seus deveres. Paróquia é o território e a população que está subordinada do ponto de vista eclesiástico a um pároco. Também se aplica como sinónimo freguesia. Para algumas ideias e bibliografia, pode consultar-se: Hermano Teodoro, Cristina Moscatel Pereira, Guia de Fundos Históricos: Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande, 2005, pp. 45-53. Ou quem teria, ao tempo, poder para fazer de um lugar paróquia: a coroa ou o bispado; ou a coroa e o bispado? Pelo que os documentos nos parecem indicar, poder-se-á dizer que eram o bispo e o rei in solidum.

Atos falhados e primeiros passos: 1636 a 1699

São conhecidas três tentativas para criar uma nova paróquia no espaço a poente da vala dos moinhos da paróquia de Nossa Senhora da Estrela. Só à terceira tentativa se conseguiria dar início, com sucesso, ao processo de criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. D. Frei António da Ressurreição, em 1636, havia-o já tentado, e D. Clemente Vieira, em 1692, tentara-o de novo, no entanto, a morte súbita

de ambos votaria ao fracasso estas duas primeiras tentativas. Por conseguinte, ao criar a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na vila da Ribeira Grande, estamos perante a terceira tentativa, ainda nos últimos meses do ano de 1698 ou já nos primeiros meses do ano de 1699, o bispo de Angra D. António Vieira Leitão retomava um antigo desígnio de dois ilustres antecessores. Porém, o ato fundador de D. António, de 1698 ou de 1699, por força de competência *in solidum* do bispo e do monarca, só viria a completar-se com o ato fundador de D. Pedro II, de 1703. Por seu turno, havendo falecido D. Pedro II em 1706, em 1707, o ato criador de D. Pedro II de 1703 seria reassumido pelo seu sucessor e filho D. João V. De facto, a paróquia começou a funcionar em maio de 1699. Ao retomar a ideia de criar uma nova paróquia no interior da vila da Ribeira Grande, D. António terá, sem dúvida, pretendido organizar eficazmente os fregueses do lado poente da paróquia de Nossa Senhora da Estrela. Para atingir esse seu propósito, fez reunir em torno da velha, muito provavelmente, ermida quinhentista de Nossa Senhora da Conceição, da família Gago, os núcleos dispersos de fregueses do lado poente da vala dos moinhos do Conde até à fronteira nascente da paróquia do Apóstolo São Pedro.

Por onde?

As fontes, de que dispomos para o conhecimento dos primeiros passos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, são escassas e lacónicas. Uma das narrativas conhecidas sobre a fundação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, versão de um clérigo regular da terra, encontra-se vertida nas páginas de as *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, na espécie terceira, capítulo I, parágrafo 10.º Foi seu autor um filho de Fernão Álvares, de nome de batismo Agostinho, que havia professado no convento de frades franciscanos da terra tomando o nome religioso de Frei Agostinho de Monte Alverne. A narrativa de Alverne talvez reflita não só o que ele próprio terá recolhido através do seu testemunho presencial direto, mas do que ele terá apurado do que então correria de boca em boca pela terra a propósito do acontecimento. Em qualquer circunstância, não parece que o autor tenha feito uso de documentos oficiais. Uma outra narrativa, curta, os termos de abertura dos livros paroquiais, óbitos, batizados e casamentos, traduzirá muito provavelmente o ponto de vista do primeiro vigário da Conceição: Matias Nunes de Melo. Tem a vantagem de o seu provável autor ter sido o primeiro vigário e de ter sido feita provavelmente logo no início da paróquia. Refere dados, por exemplo, a data de concurso, o ano de criação do bispo, sem no entanto, nos fornecer qualquer documentação comprovativa. Conhecer-se-ia a versão do bispo D. António Vieira Leitão, se porventura se soubesse do paradeiro do livro n.º 2 de *Visitas Pastorais da Matriz de Nossa Senhora da Estrela*². Ou, o que seria um verdadeiro milagre de Santo António, que se desencantasse documentação no labirinto arquivístico da mitra de Angra³. Para se conhecer o ponto de vista da cúria régia, dispomos dos registos da alfândega de Ponta Delgada. No entanto, não os conseguimos confrontar com o que decerto existirá nos arquivos nacionais sobre o mesmo assunto.⁴ Enquanto para o conhecimento da presumível campanha de obras de adaptação da ermida de Nossa Senhora da Conceição a primeiro templo paroquial da nova paróquia, não se conhecem quaisquer documentos, para o caso da construção do segundo templo, os que lográmos encontrar dão-nos uma imagem algo segura e suficientemente clara do percurso iniciado com a autorização régia para a sua construção, à conceção arquitetónica, passando pelo financiamento e execução da obra. Incluindo ao longo do processo, as vicissitudes por que a construção passou até à sua abertura ao culto.

Só foram feitas três tentativas?

Será que terão existido apenas três tentativas? Sobre o assunto, dispomos unicamente do que Frei Agostinho deixou escrito. Todavia, apesar de não se conhecerem outras provas, é duvidoso que a primeira tentativa tenha só ocorrido em 1636. Porquê? Se, entre 1515 e 1576, a Ribeira Grande crescera como nos deixou dito Gaspar Frutuoso, havendo duas ermidas e uma via de acesso vital para quem entrasse e saísse daquele lado da vila, se se fizera paróquia na ermida do Apóstolo São Pedro, lugar da Ribeira Seca, em 1576, não será de se presumir que os fregueses da Matriz de Nossa Senhora da Estrela do lado poente da ribeira Grande tivessem pensado o mesmo antes ainda de 1636? Quem sabe até se por iniciativa dos da banda nascente da ribeira? Ou mesmo das autoridades eclesiásticas de Angra? Falando-se em distâncias: ir das últimas casas dos Foros à rua Direita era como ir da ermida do Apóstolo São Pedro à rua Direita. Já no tempo de Frutuoso se reconhecia aos Foros uma peculiar identidade, mesmo só toponímica, tal como a São Sebastião e ao Valverde. A distância fora a razão aceite para a criação da nova paróquia do Apóstolo São Pedro. Como já o havia sido outrora para a criação da própria paróquia-mãe de Nossa Senhora da Estrela. Não se presume ter a questão resolvida, deixa-se meramente pairar a suspeita de que poderão ter existido mais do que três tentativas, ou de que, pelo menos, a ideia pudesse já ter surgido antes da primeira tentativa de 1636.

1636: paróquia

Retomemos o fio à meada: a primeira tentativa a deixar rasto visível de si, terá sucedido no tempo do 13.º Bispo de Angra: no tempo de D. Frei António da Ressurreição (1635-37) 5. Desejava aquele prelado organizar alguns arrabaldes da paróquia de Nossa Senhora da Estrela situados a poente da ribeira Grande: segundo nos conta Frei Agostinho. Este cronista era natural da terra e era vivo ao tempo: a fazer fé no seu biógrafo, seria um rapazola com os seus sete anos de idade já feitos. Diligência frustrada pela morte do bispo proponente. Repita-se. Em 1636, além das ermidas consagradas a Nossa Senhora da Conceição e ao mártir São Sebastião, já ativas em vida de Frutuoso, existia outra: uma dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe. Talvez até existisse ainda uma outra: a de Nossa Senhora do Vencimento do Monte de Carmo⁶. A primeira, haveria de ter uma bem curta existência, já que Apesar de não vir claramente expresso, por uma leitura cruzada das passagens das crónicas de Frei Agostinho e de Gaspar Frutuoso que se referem ao assunto, onde a questão é às vezes apenas a florada, poder-se-á admitir, como hipótese inicial de trabalho, que os moradores do lado poente da ribeira seriam reconhecidos e conhecer-se-iam pela designação genérica *dos do lado de lá ou os da banda de lá da ribeira*. Ainda que os dois cronistas não nos tenham deixado pistas claras neste sentido, mesmo assim será de admitir, ou de se suspeitar, que tal identidade fosse uma realidade social reconhecida. O facto de se viver no lado de lá, a poente da ribeira, por oposição aos que viviam do lado nascente, do lado de cá, poderá ter contribuído para forjar uma identidade própria nos moradores da Matriz de Nossa Senhora da Estrela residentes no lado poente da ribeira; apesar de viverem ao redor de polos dispersos. Não seriam bem do lado nascente da ribeira nem seriam propriamente do lado da Ribeira Seca. Eram outros: eles próprios? É uma hipótese que carece de mais provas para ser validada como dado social a ter em conta. Pouco depois, surgiria um novo polo: o de Nossa Senhora da Salvação. Este, porém, apesar de ficar situado na banda de lá da ribeira, por motivos que se desconhecem, acabaria por permanecer no espaço da primitiva paróquia. E, já perto da data em que parece que a nova paróquia foi criada, ainda entre o lado poente da ribeira e o lado nascente da vala dos moinhos, um outro: o da ermida de Nossa Senhora das Precês. Que permaneceria também integrado no espaço da paróquia-mãe. Estes dois espaços ficavam do lado de lá, mas do lado de cá da vala dos moinhos: Nossa Senhora das Precês no eixo viário da rua Direita e Nossa Senhora da Salvação à entrada do Valverde, talvez no primitivo eixo viário de saída e de entrada da vila.

De 12 de maio de 1699 a 1707: início de facto da vida da paróquia

Quem foram os primeiros padres da nova paróquia da Conceição? Querer-se-á, sem dúvida, saber. Frei Agostinho diz-nos que o bispo: '(...) *apresentou nela por primeiro vigário o licenciado Matias Nunes de Melo, natural da mesma Vila* [por proposta do Padre Egas Moniz, no final do século XIX, a antiga rua do Vale passou a ser designada por rua do Vigário Matias], *o padre Francisco Rodovalho, natural da Bretanha, primeiro cura, o padre Adriano de Paiva, da Alagoa, primeiro tesoureiro (...)*.' O livro dos mortos ou os outros dois, de batizados e de casamentos, omitem o nome dos outros dois clérigos. Talvez por a versão dos livros paroquiais veicular a perspetiva do vigário.

Quem eram Matias Nunes, Francisco Rodovalho e Adriano de Paiva? Haverá algo mais sobre a vida deles do que as magras notas biográficas deixadas à posteridade por Frei Agostinho? Graças a prestáveis colegas nossos, demos de cara com as chamadas *Notas do Alvim sobre os padres*. Isto em gíria da Biblioteca de Ponta Delgada.²⁰ São caixas contendo verbetes retangulares, linguados como ali se diz, onde um antigo diretor da biblioteca de Ponta Delgada, de nome completo Alexandre de Sousa Alvim, na viragem do século XIX para o século XX, foi assentando notas biográficas acerca de sacerdotes que exerceram o seu múnus na ilha de São Miguel.

No que ao vigário Matias Nunes de Melo diz respeito, pouco mais nos adianta do que transcreveu de Frei Agostinho e do que vem no frontispício dos livros paroquiais que vimos a citar: '*foi cura na Matriz da Ribeira Grande, segundo a informação do reverendo ouvidor Egas Moniz* [o que confirmámos]. *A Câmara Municipal da Ribeira Grande, em sessão de 23 de abril de 1896, deu o nome deste eclesiástico a uma das ruas da freguesia da Conceição (Rua do Vigário Mathias* [com a grafia exata da placa toponímica azulejar feita nas fábricas da vila da Lagoa] *que antes se denominava rua do Vale* [ainda hoje, entre os da nossa geração, se chama indiferentemente à rua Vigário Matias, rua do Vale ou rua do moinho do Vale]. *Carta de 6 de outubro de 1902 de Manuel Rego Teixeira*).'

Pelo menos desde julho de 1692, era cura da Matriz, continua a informar-nos.²¹ Para sermos mais exatos, o primeiro termo de óbito feito e assinado pelo punho de Matias Nunes, é assim que lá vem o seu nome escrito, data de 15 de abril de 1689. Trata-se do óbito de uma mulher chamada Maria de Sousa.²² E se aquele padre Matias Nunes for o mesmo que o padre Matias Nunes de Sousa, terá casado a 8 de novembro de 1698 os bisavós paternos de madre Margarida Isabel do Apocalipse. Trata-se do casamento de Pascoal Rodrigues e de Maria Travassos. Como mera curiosidade, Pascoal era filho de pais incógnitos, sendo dado como natural da freguesia de Nossa Senhora da Estrela. Maria Travassos era filha de Manuel Travassos, na altura ausente da ilha, e de Bárbara do Monte, naturais da mesma igreja. Na linguagem então em uso corrente nos termos de casamento, diz-se que casaram solenemente por palavras de presente, de tarde, na igreja de Nossa Senhora da Estrela. O termo de casamento, porém, fora feito a 24 de novembro de 1698. Portanto, o padre que os casou terá sido Matias Nunes, nem mais nem menos que o primeiro vigário da Conceição?²³ Parece que sim. É o seu último termo de batismo, realizado no dia 18 de abril de 1699, que no-lo confirma. Matias diz assim: 'foi batizado (...) por mim Matias Nunes de Melo²⁴.' Por ironia do destino, se tal de facto existe, ou por mera coincidência do modo como as coisas acontecem, das que a vida vive recheada, o seu primeiro registo paroquial conhecido, como cura da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, trata-se de um termo de óbito, fora feito dez anos antes do seu último: a 17 de abril, de 1699, poucos dias após ter concorrido ao cargo de vigário da nova paróquia. Matias Nunes redige e assina, a sua letra é inconfundível, o termo de óbito de Bárbara, viúva de Francisco de Almeida, que Deus haja.²⁵ À altura, já havia concorrido - feito oposição -, e sido aceite pelo bispo como o futuro primeiro vigário da Conceição. A 21 de abril faria o seu último batismo na Matriz, havendo sido o seu último casamento celebrado a 14 do mês anterior.²⁶ Porém, por ser tempo proibido, não haveria de ter tempo de dar as bênçãos ao casal.

O cura Matias, da Matriz da Estrela, pelos indícios de que dispomos, seria uma pessoa de confiança bem relacionada na terra. De outro modo não se compreenderiam os exemplos que se seguem: em maio de 1692, fora indicado como um dos dois testamenteiros do padre Vicente Ferreira, igualmente cura na mesma igreja.²⁷ Já vigário da Conceição, a 20 de abril de 1703, é de novo nomeado testamenteiro.²⁸ A freguesia da Conceição, Maria Leda, repare-se, moradora 'nesta vila da Ribeira Grande desta ilha de São Miguel, nos foros dela (...)' A talhe de foice, os Foros continuavam a surgir, pelo menos no que à narrativa toponímica local dizia respeito, como um espaço territorial distinto da Conceição: uma espécie de Gramas e de Ribeirinha de então. Maria Leda elegeu 'por seu testamenteiro e curador de sua alma ao muito reverendo padre Matias Nunes, vigário de Nossa Senhora da Conceição, e lhe pede pelo Amor de Deus queira aceitar este trabalho (...)' Ser testamenteiro, significava ser da confiança de quem fazia o testamento: implicava cumprir com escrupulo matérias pertinentes à salvação da alma do testador. Uma curiosidade: a casa da testadora encostava '(...) do nascente com a ribeira dos moinhos e do poente com rua pública.' Maria Fernanda Malaca, outra moradora dos Foros, fica-se a pensar na ligação do vigário aos Foros, nove anos depois de Maria Leda escolhe o vigário Matias para seu testamenteiro.²⁹ Transcreve-se por curiosidade apenas: 'nos foros desta vila da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, nas casas onde mora Maria Fernanda Malaca (...)' Ainda e mais uma vez, os Foros continuavam a aparecer como entidade própria. Repare-se no pormenor biográfico: 'estando então doente em uma cama mais para a morte do que para a vida e por se ver (?) debilitada de forças por ser muito velha estando em seu juízo perfeito (...)' Velha, sem herdeiros, Maria Fernanda Malaca 'deixava por sua herdeira a sua alma e cumpridos os mandos (?) acima ditos para o que pede de amor de Deus ao seu vigário o padre Matias Nunes de Melo seja seu testamenteiro e procurador de sua alma o tomar por trabalho mandar-lhe vender o que aqui declara para o seu enterro (...)' Matias Nunes de Melo merecera a confiança de alguns dos seus fregueses mais abonados pela fortuna.

O primeiro vigário da nova paróquia estaria, como se costuma dizer em circunstâncias semelhantes, na altura certa e no sítio certo quando D. António Vieira Leitão quis retomar o processo de criação da nova freguesia. Fora pelo menos durante dez anos cura da Matriz, trabalhara com o seu vigário, Jerónimo Tavares Homem, e aí exercera o seu cargo o mais tardar até 21 de abril. Vinte e um dias depois, tomara posse da nova paróquia. Matias era alguém que conheceria bem a Matriz, onde se incluía então o lado que viria a ser atribuído à nova paróquia, pelo que, a nova paróquia, nesta perspetiva, terá começado sem sobressaltos nem ruturas.

O bispo D. António não precisara de ir às Gramas pela Lomba nem às Caldeiras pelo morro do Meio para encontrar um vigário para a Conceição e a Matriz não se opôs à criação da nova paróquia. Primeiro, encontrou na Matriz o futuro vigário. Segundo, caso tivesse havido contestação firme na Matriz à criação da nova paróquia, o rei, por certo, não teria hesitado em desautorizar o bispo D. António. Havia-o feito naquele mesmo ano de 1699. O caso conta-se assim: a Lomba da Maia, então sob a jurisdição paroquial da Maia, não chegara a ser paróquia porque o rei quisera acautelar a integridade dos rendimentos dos párcos da Maia. Conforme se poderá ver melhor no trabalho biográfico do cónego Pereira.³⁰ Uma outra razão para considerarmos não ter havido contestação? Vejamos: não se deve pôr de parte como uma mera nota de rodapé sem importância desta história que se pretende contar, o facto de o vigário da Matriz da altura, Jerónimo Tavares Homem, ser natural da banda poente da ribeira.

Matias Nunes ficaria à frente da paróquia até falecer em 1717. Pouco tempo antes disso vir a acontecer, talvez já suspeitando do fim próximo, já em pleno outono, fez testamento a 26 de outubro de 1716. Nele, conforme ainda nos diz Alexandre Alvim, deixa, como era uso e costume fazer-se então e por muito mais anos se continuaria a fazer, '*o encargo pio anual de 6 missas comuns; o qual é ainda hoje (1893)* [Alvim situa-se sempre no que diz e, escrupuloso, dá conta de quem o informou. Quanto a nós, tentámos, sem sucesso, encontrar o paradeiro deste legado.] *satisfeito pela igreja da Senhora da Conceição*.' O termo de óbito é mudo quanto à idade de Matias à altura da sua morte.

Nota Final: exemplo da paróquia do Apóstolo São Pedro

Como já certamente terá percebido, a História dos primeiros passos da paróquia da Conceição é feita de algumas luzes e de outras tantas sombras. Das outras três paróquias da Ribeira Grande de então, Matriz de Nossa Senhora da Estrela e Bom Jesus, da primeira sabe-se o que Frutuoso nos deixou escrito, da segunda, pouco menos, porém, da terceira, da do Apóstolo São Pedro, conhecemos o essencial do processo desde a sugestão de elevação a paróquia até à tomada de posse do seu primeiro vigário. Apesar do documento ser uma cópia do Livro do Tombo original da paróquia, de não termos meio de o confrontar com os documentos originais, confiando que não hajam erros crassos na sua transcrição, será uma boa ferramenta de trabalho.

O exemplo dos primeiros passos da paróquia vizinha do Bem-aventurado Apóstolo São Pedro, poderá iluminar as sombras que envolvem a Conceição?²³⁸ Apesar de a elevação da Conceição distar mais de um século da do Apóstolo São Pedro, os processos ainda seriam semelhantes? Talvez.

Como se iniciou o processo? Começou pelo bispo: '(...) *visitando (...) o bispo Dom Gaspar de Faria (que aja glória) a igreja de Nossa Senhora da Estrela (...) achou que (...)*' O bispo, o caso da Conceição, ao que se sabe é diferente, alega razões de: a) Serviço de Deus; b) Descargo de consciência de sua alteza, o rei; c) Salvação das almas dos fregueses. Quais os motivos exatos? Ao pedir o consentimento ao rei, Dom Gaspar de Faria, que visitara pessoalmente a igreja paroquial de Nossa Senhora da Estrela da vila da Ribeira Grande, fundamenta o pedido em quatro pontos: a) '(...) *que a dita igreja [Matriz de Nossa Senhora da Estrela] por ser de grande povoação,*' b) '(...) *e os fregueses dela muito espalhados,*' c) '(...) *distância do lugar (...)*' e d) '(...) *dificuldades dos caminhos.*'

Impedia que a) recebessem os sacramentos; b) ouvissem missa e c) assistissem aos ofícios divinos. Principalmente, diz o bispo: '*especialmente os que vivem na Ribeira Seca* [implicitamente, aponta para a Ribeirinha, Lomba e espaço que viria a ser a Conceição].'

Por que razões em especial? Característica demográfica do povoamento: '*que passam de cem fogos* [argumento usado mais tarde na Conceição] *que por ser longe da Matriz* [não é o caso da Conceição] *e ter ribeiras no caminho* [Grande e Seca.] *deixavam os ditos fregueses no inverno de ir nos domingos e dias santos à dita igreja Matriz conforme a sua obrigação.*' Passos importantes a reter: alvará régio feito na chancelaria da Ordem de Cristo, em resposta ao pedido do bispo e carta de criação do bispo seguia-se à obtenção do consentimento por parte do padroeiro real. O processo era *in solidum*. O bispo não o poderia fazer sem o rei, nem o rei sem o bispo.

Ainda com a natureza dos novos espaços a intrigar-nos, freguesia e paróquia, a mesma coisa ou coisas diferentes, mas que realidades, o alvará régio de D. Sebastião enfatizava: '*e na carta que passardes* [bispo] *da criação e ereção* [repare-se] *da dita nova paróquia e freguesia* [freguesia, nesta aceção, há uma lista de fregueses destacados dos da Matriz, será o conjunto de fregueses que são obrigados a uma igreja paroquial? Assim sendo, se for o caso, então não haverá paróquia, igreja com pároco, sem fregueses].' (fl. 3) Não fosse cair no esquecimento o seu papel recente, algo que ainda se consolidava, vinha do Concílio de Trento, por isso a insistência: '(...) *declarareis* [bispo] *e fareis menção de como eu dei* [rei] *a isso meu consentimento para guarda e conservação da dita ordem.*' (fl. 3)

Se não temos a data em que o bispo escreveu ao rei, o rei respondeu ao bispo a 28 de abril de 1576. Na posse do alvará, o bispo podia completar a criação e a ereção da nova paróquia e freguesia, porém, D. Gaspar de Faria morre e o rei, para continuar o processo, delega do deão e no cabido a sua continuação: '*encomendo ao Deão dignidades e Cabido da Sé vagante criem a nova freguesia de São Pedro.*' Nova freguesia, sem mais. Pouco antes referia freguesia e paróquia. Em que ficamos?

Em que ponto estamos da criação da nova realidade eclesial? Primeiro, o bispo achou necessário, depois, o rei aceitou a argumentação e deu o seu consentimento, *in solidum*, com este consentimento expresso em alvará coube ao bispo, ou quem o substituiu legalmente, o Deão e o Cabido, passar carta de criação. Estes, Deão e Cabido, '*por virtude do qual alvará e postilha* [que será?] *pela autoridade ordinária de que nesta parte usamos e pela que nos é cometida pelo Sagrado Concílio Tridentino* *havemos por bem* [deão e cabido, consentida pela parte do rei. Veja-se] *criar e erigir ora novamente a dita nova paróquia (...)* *pelo teor desta nossa carta* [Onde para a correspondente carta para a Conceição?] *a criamos e erigimos in perpetuum, e isto de consentimento do dito Senhor Rei, de cujo padroado é in solidum.*' (fl. 3)

2 2 APMRG, *Visitas Pastorais*, Livro n.º 1 de *Visitas desta Matriz de 1575 até 1634*; salta para o número 3: Livro de *Visitas desta Matriz de 1788 até 1826*. Todavia, o livro 2 ainda estava disponível no século XX, na altura em que o autor trabalha, veja-se em Leite de Ataíde, Luís Bernardo, *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, vol. II, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1974, p. 173, nota de rodapé: '*Saudades da Terra - Capítulo em que descreve a Ribeira Grande. Livro 2.º das visitas da Matriz da Ribeira Grande – no seu arquivo (...)*;' vide ainda: Enes, Maria Fernandes, *Reforma tridentina e religião vivida (os Açores na época moderna)*, Signo, Ponta Delgada, 1991, p. 36, nota 29: '*o 2.º L. de visitas perdeu-se nas mãos de um particular já no início deste século.*'

3 Estando a nossa identidade coletiva ligada à fundação das nossas paróquias e à ação dos seus vigários, homens hoje quase só com nome mas sem história, os seus dados biográficos estão na mitra, estando a documentação sobre as paróquias e os vigários na posse do bispado, é da mais elementar justiça organizar a documentação do bispado. Como? Encarar a sua inventariação e classificação tal como o bispado já o faz em relação ao restauro dos seus templos.

4 Em parte, a informação encontra-se dispersa, o que terá acontecido à medida que as atribuições na cúria régia foram sendo alteradas.

5 Pereira, José Augusto (Cónego), *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Edição da Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1950, pp. 87-93.

6 Em 18 de fevereiro de 1591 o bispo D. Manuel de Gouveia autoriza Gonçalo Álvares e sua mulher Inês Pires para construírem uma ermida da invocação de Nossa Senhora da Guadalupe. A 4 de junho foi permitida a fundação do Convento junto à ermida. A 30 de abril de 1612 lançou-se a primeira pedra. A 10 de fevereiro de 1613 celebra-se a primeira missa. Ernesto do Canto, *Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel*, 2000, p. 168.

'Morto este Gonçalo Álvares Batateiro, como não tivesse filhos, deixou a sua mulher por sua herdeira única. Neste tempo, como o povo desta vila suspirasse houvesse convento nela e para este fim alcançaram patente do Reverendíssimo. Padre Geral Frei Arcângelo de Massana em 29 de maio de 1606, ordenando, com pena de excomunhão e obediência, que nenhum inferior seu impedisse a fundação deste convento, tendo o povo esta patente do Padre Reverendíssimo, fez petição ao Senhor

Bispo D. Jerónimo Teixeira, que com brevidade lhe concedeu, em 4 de julho do ano acima dito (1606), que de três ermidas, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Nossa Senhora de Guadalupe, escolhessem uma em que fundassem o convento.

(...) A Câmara, clero e nobreza da vila, sendo Juizes Paulo Gago da Câmara e Pero de Braga Moniz, vereadores Nuno Bicudo e Manuel da Rocha e procurador do Concelho Paulo da Costa, em presença do padre comissário custodial Fr. João de Lisboa e dos padres definidores e outros graves religiosos, com o vigário da Matriz, o licenciado Manuel de Brito, em 3 de novembro de 1606, aceitaram a fundação deste convento, em Câmara, como consta de seu livro, de fol. 63 até fol. 65, dando complemento às ordens do ver. Padre provincial de Enxobregas. Frei Agostinho de Monte Alverne, vol. 2, p. 301.

20 Agradeço Dr. Miguel de Sousa. É, no entanto, necessário usar as notas com algum cuidado, veja-se, Rodrigues, José Damião, *São Miguel no século XVIII, casa, elites e poder*, Ponta Delgada, 2003, p. 521: '*trabalho incompleto: por um lado, faltam nomes de sacerdotes no seu inventário; por outro, certos párocos fichados não apresentam elementos biográficos suscetíveis de possibilitarem a sua identificação.*'

21 BPARPD, *Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Estrela*, Liv. 6, fl. 109 v: O Padre Matias Nunes de Melo, Cura da Matriz, da Ribeira Grande, foi um dos testamenteiros do padre Vicente Ferreira, que faleceu na mesma freguesia a 8 de julho

do ano de 1692.

22 BPARPD, *Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Estrela*, Ribeira Grande, Liv. 6, fl. 89

23 BPARPD, *Casamentos*, Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, 1697-1718, fl. 12

24 BPARPD, *Batismos*, Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, Liv. 12, 1696-1701, fl. 81.

25 BPARPD, Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, Liv. 6, fl. 166.

26 BPARPD, Casamentos, Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, 1697-1718, fl. 17.

27 BPARPD, Tribunal da Relação dos Açores, n.º 5934, Testamento do padre Vicente Ferreira, 1692; AMRG, Ouvidoria da Ribeira Grande, Autos de Contas de Testamentos, [organização: Ana Cristina Moscatel], Padre Vicente Ferreira – 1692 (?), Ribeira Grande, Mç 003, Proc. 027, P6, E3.

28 BPARPD, Tribunal da Relação dos Açores, n.º 7357, Testamento de Maria Leda, 20 de abril de 1703; AMRG, Ouvidoria da Ribeira Grande, Autos de Contas de Testamentos, [organização: Ana Cristina Moscatel], Maria Leda – 1703 -1713, Foros, Mç 018, Proc. 006, S1 / E 4.

29 BPARPD, Tribunal da Relação dos Açores, n.º 5797, Testamento de Maria Fernanda Malaca, 26 de dezembro 280 de 1712; AMRG, Ouvidoria da Ribeira Grande, Testamentos, Autos de Contas de Testamentos, [organização: Ana Cristina Moscatel], Maria Fernanda Malaca – 1712-1713, Foros, Mç 018, Proc. 007, S 1 / E4.

30 Pereira, José Augusto (Cónego), A Diocese de Angra na História dos seus Prelados, Edição da Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1950, p. 126: 'Pedi também que fossem elevadas a paróquias os curatos da Lomba da Maia e o de Nossa Senhora da Saúde no lugar dos Arrifes. Mas Sua Majestade não autorizou para não serem prejudicados os direitos dos respetivos Párcos.'

238 Cópia do Primeiro e do Segundo Livro do Tombo da Freguesia de S. Pedro da Ribeira Seca, Vila da Ribeira Grande, 'Carta da criação da freguesia do Apóstolo São Pedro, na Ribeira Seca, de 12 de dezembro de 1576.' (fls. 2-4 v.); 'Carta de confirmação do primeiro vigário da igreja de S. Pedro, na Ribeira Seca, de 13 de dezembro de 1576 e posse dada ao mesmo de 24 de dezembro de 1576.' (fls. 4 v - 5 v.)

32. MIGUEL MAGALHÃES E

33. RICARDO DUARTE

MIGUEL MAGALHÃES, Bolseiro de Investigação científica no projeto do *Dicionário do Português Medieval* - Centro de Linguística da UNL – Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa. Consultor, entre 2002 e 2007, do Museu da Música Portuguesa Casa Verdades-Faria.

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Franceses, Universidade Nova de Lisboa e mestre em Literaturas Modernas e Contemporâneas (junho de 2007) pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese *Natália Correia: escritos autobiográficos. Edição e estudo*. É também membro do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT) da Universidade Nova de Lisboa onde desenvolve estudos e edições em torno da obra do etnomusicólogo Michel Giacometti.

RICARDO DUARTE, Bolseiro de Investigação científica no projeto do *Dicionário do Português Medieval* - Centro de Linguística da UNL – Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa. Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em Estudos Clássicos, especialização em Literatura Latina, pela mesma instituição, com a tese *De mater a monster: o abismo dos affectus estoicos na Medea de Séneca* (2008). Colaborou nos projetos *Mythos* (Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa) e no *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal* (Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa).

Herança clássica e modernidade em o progresso de Édipo de Natália Correia MIGUEL MAGALHÃES E RICARDO DUARTE, *Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT) FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA* MIGUEL MAGALHÃES migmaglit@yahoo.com; RICARDO DUARTE ri_duarte@hotmail.com

O Surrealismo foi um dos movimentos de vanguarda que mais influenciou a literatura contemporânea. Surgido entre as duas guerras mundiais, que abalaram os pilares sociais da sociedade europeia, este movimento deixou marcas profundas em quase todos os escritores da segunda metade do século XX. Natália Correia (1923-1993) foi uma das suas grandes herdeiras, não só porque absorveu os valores típicos do Surrealismo, como também porque soube concretizá-los numa criação original em que tradição clássica e modernidade fazem eco. Uma das primeiras obras que avulta neste contexto é a peça de teatro *O progresso de Édipo* (1957), em que, firmando-se num mito clássico, a autora coloca em perspetiva uma série de valores que fundaram o pensamento ocidental. Partindo da análise de *O progresso de Édipo*, resolvemos empreender um estudo que pretende mostrar de que forma este poema dramático se enquadra num contexto literário de vanguarda, ao mesmo tempo que recupera uma herança clássica que tão fortemente influenciou a escritora açoriana. A originalidade do nosso trabalho consiste precisamente na leitura cruzada de um texto que, apresentando uma leitura freudiana da ligação Édipo-Laio-Jocasta, em que o destino incestuoso de Édipo é exposto como um impulso do subconsciente de cada cidadão, propõe a reinterpretção de um mito que toca de forma profunda um dos maiores tabus do mundo ocidental.

Palavras-chave: classicismo, surrealismo, teatro

1. Introdução

O mito de Édipo, um dos mais célebres da Antiguidade Clássica e imortalizado, sobretudo, pelo *Oidipous Tyrannos* de Sófocles, foi, na literatura portuguesa do século XX, alvo de, pelo menos, três recriações poéticas. Rescreveram-no João de Castro Osório, em *A Trilogia de Édipo*, de 1954; Natália Correia, em *O Progresso de Édipo*, de 1957, e Bernardo Santareno, em *António Marinheiro*, das três, a única a ser encenada, tendo estreado em 1967.

O poema dramático de Natália Correia, partindo da tradição clássica, transmuta o mito à luz dos princípios do Surrealismo português e da leitura freudiana da ligação Édipo-Laio-Jocasta, em que o destino incestuoso de Édipo é apresentado como um impulso do subconsciente de cada cidadão. O veicular de uma interpretação deste tipo não pode ser desligado do sentido provocatório e de agitação de que se considerava que a literatura não se devia apartar.

O Surrealismo foi um dos movimentos de vanguarda que mais influenciou a literatura contemporânea. Surgido entre as duas guerras mundiais, que abalaram os pilares da sociedade europeia, este movimento deixou marcas profundas em quase todos os escritores da segunda metade do século XX. Natália Correia (1923-1993) foi uma das suas grandes herdeiras, não só porque absorveu os valores típicos do Surrealismo, como também porque soube concretizá-los numa criação original em que tradição clássica e modernidade fazem eco. Uma das primeiras obras que avulta neste contexto é a peça de teatro *O Progresso de Édipo* (1957), em que, firmando-se num mito clássico, a autora coloca em perspetiva uma série de valores que fundaram o pensamento ocidental.

Começamos, então, por ver as linhas-mestras do mito que nos foi legado pela Antiguidade, para analisarmos, de seguida, a forma como a autora lhes imprime uma nova orientação, consentânea com a sua poética, muito virada para um muito marcado compromisso social, cruzando, assim a tradição clássica com a modernidade.

2. Legado clássico

Laio, rei de Tebas, pertencia à terceira geração depois de Cadmo, fundador mítico desta cidade. Casou-se com Jocasta, uma prima afastada, e foi durante o seu reinado que o oráculo de Apolo em Delfos começou a desempenhar um papel crucial no destino dos Labdácidas.

Alertado pelo oráculo de que havia de morrer às mãos do filho, Laio providenciou para que os pés do recém-nascido fossem atados e para que ele fosse exposto no Citéron, onde, esperava, encontraria a morte, desvanecendo-se, assim, a ameaça.

Convencido de que conseguira iludir o Destino, Laio passou a viver sem sobressalto e quando, muitos anos mais tarde, foi assassinado longe de casa, a hipótese levantada pelo oráculo não foi sequer considerada, tendo-se atribuído a autoria do seu assassinio a um qualquer desconhecido. Correu então a notícia de que um grupo de assaltantes havia morto o rei e todos os seus servos, à exceção de um, que, tendo logrado fugir, a divulgara nestes termos.

Como a cidade de Tebas se encontrasse por essa altura a braços com um terrível flagelo, esta versão não encontrou grande resistência e não chegou a ser levada a cabo uma investigação que apurasse as circunstâncias do assassinato do rei. É que os Tebanos estavam a ser assolados pela Esfinge, monstro terrível, com forma de leão alado, mas peito e rosto de mulher. Ela surpreendia todos os que se dirigiam para a cidade, impondo-lhes como condição para prosseguirem caminho responder acertadamente a um enigma. Todavia, como ninguém conseguia fazê-lo, a Esfinge ia chacinando homem por homem, deixando a cidade num estado deveras periclitante. As suas sete portas, orgulho dos Tebanos, permaneciam fechadas e a fome grassava por entre a população, desesperada.

Mas eis que chega à cidade Édipo, homem de grande inteligência e coragem, que deixara a sua casa em Corinto, onde era considerado filho do rei Pólipo, na sequência de um exílio voluntário a que se obrigara depois de ouvir um oráculo de Delfos que lhe predizia que haveria de matar o próprio pai. Tendo, à semelhança de Laio, julgado que jamais tal profecia se viria a concretizar ou que seria, de alguma forma, possível contorná-la, Édipo decide nunca mais ver Políbio e parte. No seu vaguear errante foi dar, então, à região de Tebas, onde tomou conhecimento do terror provocado pela Esfinge. Audaz, decidiu enfrentá-la. Ao enigma ‘qual é o ser que de manhã anda com quatro pés, ao meio-dia com dois e à tarde com três’, Édipo respondeu que se tratava do Homem, que começa por caminhar apoiado em quatro pés, depois em dois e finalmente em três, nas três fases da sua vida: infância, em que ainda gatinha, juventude e idade adulta, e velhice, em que, para caminhar, necessita do apoio de um bordão. Era esta a solução certa e a Esfinge sucumbiu, por fim. Os cidadãos, gratos, indicaram-no como rei e Jocasta, a viúva de Laio, casou com ele.

Seguiram-se anos prósperos, que pareciam comprovar a suposta falsidade das palavras de Apolo.

No entanto, quando os filhos do casal estavam já crescidos, Tebas foi assolada por uma praga terrível, uma peste que dizimava os homens, bem como os rebanhos e as colheitas. A fome proliferava de novo e Édipo sofria por todos os seus súbditos. Resolveu, pois, enviar Creonte, seu cunhado, a Delfos, para implorar o auxílio do deus. Apolo declara que somente a punição do assassino de Laio pode pôr cobro à calamidade.

Convocando uma reunião com todos os Tebanos, a fim de que tomassem conhecimento da mensagem que Creonte trouxera, Édipo toma a sua carga a responsabilidade da investigação, certo de que, tivessem embora já decorrido bastantes anos desde o sucedido, não haveria de ser difícil encontrar o ou os assassinos. Ordena, assim, que seja trazido à sua presença Tirésias, um velho profeta cego, muito estimado por todos, e pergunta-lhe se conhecia algum meio de encontrar o culpado. Para seu grande espanto, o vidente recusa-se a responder, aterrorizado. Mas quando Édipo se excede, acusando-o de guardar segredo por ele próprio ter tomado parte no assassinio, Tirésias encoleriza-se e acaba por afirmar perentoriamente que é Édipo, ele próprio, o assassino que procura. Atónito, o Labdácida começa por acusá-lo de estar louco, para logo de seguida ponderar a hipótese de o adivinho ter sido instruído por Creonte, que estaria interessado em destituí-lo, para poder assumir o poder.

Também Jocasta despreza as palavras de Tirésias, afirmando que nem profetas, nem oráculos são infalíveis, tanto que há alguns anos também a sacerdotisa de Delfos profetizara que Laio havia de morrer às mãos do próprio filho, mas que ambos tinham providenciado para que tal não acontecesse, matando a criança. Além disso, Laio havia sido morto por salteadores, no lugar da encruzilhada dos três caminhos. Curiosamente, tudo isto tivera lugar pouco antes de Édipo chegar a Tebas. Perturbado, ele anseia por saber mais pormenores e exige que seja trazido à sua presença o único sobrevivente do suposto ataque. É que, desabafa com Jocasta, ele próprio havia ido consultar Apolo, antes de se dirigir para Tebas, porque um indivíduo lhe havia insinuado que ele não seria filho de Políbio, e o oráculo havia-lhe falado de coisas tremendas – que havia de matar o pai, casar com a mãe e dela ter filhos. Assim sendo, tomara a resolução de nunca mais voltar a Corinto e no regresso de Delfos, no sítio da encruzilhada dos três caminhos, encontrara um homem que se fazia acompanhar por quatro servos e que ele matara, uma vez que se havia revelado hostil e prepotente.

Enquanto assim conversavam, pareceu ter surgido mais uma evidência de que as palavras de Apolo teriam sido falsas – eis que de Corinto chega um enviado para anunciar a Édipo a morte de Políbio. Qual seria, pois, o significado do oráculo de Apolo, uma vez que o monarca de Corinto não morreria às mãos do próprio filho? Apercebendo-se da perplexidade dos governantes de Tebas, o mensageiro questiona Édipo acerca do motivo por que decidira afastar-se do seu reino, se ele estaria relacionado com o medo de matar o próprio pai. O Labdácida responde afirmativamente e o mensageiro faz uma revelação inesperada – Édipo não é filho de Políbio, mas antes havia sido exposto por um pastor, um servo de Laio, e, depois de recolhido, criado pelo rei de Corinto.

A situação torna-se clara para Jocasta, que, depois de instar Édipo a fazer pouco caso das palavras do mensageiro, se retira bruscamente, entrando no palácio.

Mas Édipo está decidido a descobrir toda a verdade. Importa conhecer as suas origens e cumprir a promessa que fizera aos Tebanos de punir o assassino de Laio.

Chega, entretanto, o pastor que, há muitos anos, tinha exposto Édipo no Citéron. Depois de interpelado pelo mensageiro, que lhe aviva a memória acerca do sucedido no passado, e de forçado por Édipo a falar, o velho pastor acaba por confessar, contrariado, que fora Jocasta quem lhe ordenara que se desfizesse de um recém-nascido por causa de uma profecia.

Édipo solta um grito de agonia. Estava tudo desvendado, por fim. Assassinara o pai, casara com a mulher do pai, a própria mãe. Não havia qualquer salvação possível, nem para ele, nem para ela, nem para os filhos de ambos. Eram todos amaldiçoados.

Pelos recessos do palácio, procurou Édipo, como um louco, a mulher, que era também sua mãe. Encontrou-a nos seus aposentos, suspensa do nó de uma corda que a estrangulava. Prostrado junto dela, o rei volta também a mão contra si próprio. Não para se matar, mas para arrancar os olhos, transformando a luz em cegueira – uma cegueira física, contraponto da cegueira intelectual que não queria ver além do óbvio –, em escuridão, depois de vislumbrada o ofuscante brilho da verdade. O mundo das trevas passaria a ser o seu refúgio, o abrigo do opróbrio e monstruosidade que o cobriam.

A cegueira física, que ajuda a isolar dos seus e da sua cidade aquele que há pouco era chamado «Édipo de todos bem-amado» (v. 40...) e agora é apodado de infeliz (vv. 1286-1299), desditoso (v. 1303) e reconhecido como causa do flagelo (1220-1221), converte-se, assim, na manifestação visível da ruína, da queda do herói (FIALHO: 1999, 30).

São estas as linhas gerais do mito e que enformam o monumental *Rei Édipo* de Sófocles. Já em *O Progresso de Édipo*, Natália Correia centra-se naquelas que compõem a estrutura mais elementar da história, até porque as dimensões de um texto cuja própria autora designa por poema dramático não são comparáveis com as da tragédia sofocliana.

Assim, à autora, ter-lhe-á sobretudo interessado realçar os aspetos que têm servido de apoio à psicanálise para o esquadrihar deste mito e das relações entre Édipo e Jocasta, o que permite designar por complexo de Édipo o desejo de união inconsciente da criança com o progenitor do sexo oposto.

Vejamos, então, como o faz e de que forma a modernidade se alicerça no substrato clássico que acabámos de expor.

3. Tradição e vanguarda

O Surrealismo foi um dos movimentos de vanguarda que mais influenciou a literatura do século XX. Surgindo como movimento autónomo entre 1919 e 1925, o Surrealismo teve como textos teóricos de base os Manifestos Surrealistas publicados pelo francês André Breton em 1924. Não nos cabe, neste breve trabalho, historiar esta aventura, como foi designada por Mário Cesariny, até porque tal tarefa seria difícil, senão mesmo impossível, se atentarmos nas suas palavras (CESARINNY: 1997, 14): *Posto entre dois impossíveis, o do início e o do fim, nem os seus protagonistas se qualificam para Herculanos nem os amadores disso, temos visto, se haverão de esforçar*. Importa, no entanto, referir as principais características deste movimento para compreender a sua influência na obra de Natália Correia.

Ideologicamente, o Surrealismo reivindica uma revolução que tinha tomado corpo durante a Primeira Guerra Mundial e colhe alguns princípios do Dadaísmo. Pretendia ser uma insurreição contra os valores estabelecidos, *a esclerose da arte e do pensamento aburguesados*, como se lhe refere Natália Correia (CORREIA: 2002, 6). De um modo muito resumido, poderemos mesmo dizer que o Surrealismo se compunha de apenas quatro fundamentos, em torno dos quais se desenvolveram variadas técnicas de expressão – estas muito mais numerosas –, que são: a vontade de expressão do inconsciente (na linha da exploração feita pela psicanálise de Freud e Jung), a unificação do Homem (através da harmonização dos opostos), a negação da ordem social e um compromisso ético-político (que acabou por nunca ser verdadeiramente clarificado).

O surrealismo, tal como eu o vejo, declara suficientemente o nosso não-conformismo absoluto para que seja possível defini-lo, no processo do mundo real, como testemunha de defesa. (...) Viver e deixar viver é que são soluções imaginárias. A existência não está aí. (BRETON: 1993, 53).

No seu ensaio *Poesia de Arte e Realismo Poético*, publicado em 1958, Natália Correia faz eco dos pressupostos teóricos enunciados por Breton nos Manifestos. Mas é na peça *O Progresso de Édipo* que encontramos o desenvolvimento em pormenor de alguns dos fundamentos reivindicados pelos surrealistas. A autora é conhecedora da tradição literária clássica ocidental (ela própria foi tradutora da *Arte de Amar* de Ovídio e das peças de teatro *Ifigénia em Áulis*, *Electra* e *As Bacantes* de Eurípedes) e introduz nas suas peças elementos formais do teatro clássico, ao mesmo tempo que adota as teorias freudianas. A conjugação de ambos os elementos seria suficiente para produzir uma peça surrealista. Mas Natália vai mais longe (como é próprio da sua escrita, em várias dimensões) e coloca imediatamente a peça sob a influência hermética e alquímica.

A advertência inicial da autora, não só situa a peça sob o signo de Hermes, como também abre caminho para o campo da alquimia, em que o homem, o Sol-Irmão, representa o elemento material e físico, enquanto a mulher, a Lua-Irmã, representa o elemento espiritual. Dos dragões que guardam as letras do tetragrama (considerados os mais fiéis serventes e guardiões dos filósofos, mercê do seu veneno e dentes afiados) é-nos dito que só podem ser mortos pelos dois irmãos ao mesmo tempo. Ora, Édipo reúne em si estas duas naturezas, divina e humana, sendo, portanto, o único capaz de levar a cabo a empresa.

Esta orientação transforma imediatamente a peça clássica: no centro da obra está o Homem (Édipo). O tema é, por sua vez, o conhecimento e não tanto, como no texto grego, os caprichos de um Destino voluntarioso, que, por mais que se tente combater, acaba, inexoravelmente, por se cumprir.

Édipo, depois de resolver o enigma da Esfinge, toma conhecimento da sabedoria e participa do mundo dos deuses. Ele, que encerra em si os elementos masculino e feminino, é reconhecido por Tirésias, que vem ao seu encontro (porque Tirésias, segundo a mitologia, conheceu-os a ambos) e o identifica com Osíris, na mitologia egípcia marido de sua irmã Ísis: *Celebram o mistério da tua origem. Porque tu decifreste a quádrupla do enigma. O monstro abriu-te o seu peito de pedra. E quando saíste eras igual a Osíris*. (CORREIA: 1957, 12). Neste momento, Édipo participa do mundo divino e usa da sua linguagem, que não é a mesma dos homens. Trata-se, pois, do regresso a um estado adâmico em que significante e significado têm uma relação unívoca. O próprio Surrealismo visava o retorno a um estágio primitivo, que estabelecesse novas relações semânticas através da prática, na escrita, de uma atividade experimental capaz de explorar outros estados da mente (automatismos, sonos hipnóticos ou induzidos).

Mas é Tirésias quem ocupa o lugar de oficiante e quem conduz os protagonistas ao ritual das núpcias, tal como a personagem do avô na obra *As Núpcias*, publicada por Natália Correia em 1992. Deste modo, Tirésias instiga Édipo a enfrentar Laio, o tirano que reinava em Tebas. Édipo é encorajado a destruir o objeto odiado para conquistar o objeto amado (neste caso, Jocasta). No manifesto *Erro Próprio* (1952), António Maria Lisboa (LISBOA: 2008, 51) explica:

No Amor tudo se passa em bases ilícitas e Pecaminosas que é a única coisa LÍCITA e PURA que nós temos. E o Objeto-Amado quando o perdemos é porque nos roubaram, porque o Roubo é a única maneira possível de trocar na Terra e porque nela nada se perde e tudo se encontra. O que nós amamos existe - o que nós detestamos oprime-nos! A conquista do Objeto-Amado faz-se pela destruição do Objeto-Odiado!

N' *O Progresso de Édipo*, Laio é apresentado como Objeto-Odiado, ao contrário da peça de Sófocles. O grande flagelo que assola Tebas é, pois, o rei e já não a Esfinge, que também é referida, mas apenas como parte do renome que precede Édipo e das lendas que dele os aedos contam: [Tirésias] *Celebram [os aedos] o mistério da tua origem* (CORREIA: 1957, 12). Agora, é ele que impede Édipo de chegar ao Objeto-Amado; tem, portanto, tem de ser destruído. A destruição do objeto é, por sinal, uma outra característica por que se manifesta o Surrealismo na obra de Natália Correia, seja a destruição do indivíduo, seja a destruição de um espaço definido (como podemos ver no poema *Comunicação*, de 1959). Mas a destruição do objeto não pressupõe a construção de um outro objeto: *Destruir é construir? engano: destruir é realizar-se outro objeto ou noutra mas nunca construí-lo*, como nos diz Lisboa (LISBOA: 2008, 112-113).

Depois do duelo com Laio, Édipo, o libertador, num rasgo de inovação extremamente significativo, pois que abre caminho para o incesto, sai vencedor (com duas chagas abertas no lugar dos olhos) e é aclamado rei de Tebas. Embora reconheça que o exercício do poder cega os homens, ele isenta-se dessa culpa, porque o não cobiçava – *A verdade é que eu não vim a Tebas nem para ser rei nem para ser cego. E ambas as coisas terei de suportar com ânimo de rei* (CORREIA: 1957, 16). A sua cegueira foi provocada por fatores externos e, por isso, pode ser redimida. Este passo pode, à luz da filosofia alquímica, ser interpretado como a passagem ao *nigredo*, a primeira fase de um *opus magnum*, ao qual se seguirá o *albedo* e o *rubedo*.

Quando Apolo se apieda de Édipo e lhe indica uma cura para a cegueira, este hesita, prefere não ver. Mas Tirésias, mais uma vez investido do papel de oficiante do ministério que é o Amor, é apresentado como o catalisador das ações de Édipo, uma vez que, sem recuperar a visão, Édipo não poderia passar à etapa seguinte do processo alquímico.

As águas do ribeiro abriram milagrosamente duas estrelas nas órbitas do Rei. Serão os dois fachos da intrepidez e da sabedoria que iluminarão o caminho dos tebanos? Ei-lo restituído à força primitiva. Fácil é reconhecer nos membros reanimados pela claridade que as pupilas filtram as proporções do antigo herói. (30).

A cegueira de que foi vítima é, por um lado, retratada de uma forma muito positiva, já que permite a Édipo ver claro no que respeita aos afetos – *Cegueira! Crês verdadeiramente que eu seja cego? Haverá de facto cegueira no mundo? Não será sempre a mesma luz que nos pertence por direito de nascença e que voltamos para dentro de nós quando as pálpebras se fecham sobre as formas supérfluas do nosso sentir? Já pensaste, minha bem-amada, que os cegos trazem dentro de si, intacto, esse clarão, que só anima as coisas essenciais porque o não desperdiça a volubilidade das pupilas?* (20). Mas logo uma tirada do Coro adverte para que à luz poderão, por outro lado, seguir-se as trevas – *Será o momento indicado para lamentarmos a sua cegueira ou de invejarmos a cegueira dos homens enamorados?* (21).

Eis uma questão prenhe de expressividade e que vai, em parte, ao encontro dos anseios de Jocasta, de que a imagem que de si Édipo guarda não corresponda à realidade e de que ela não seja, pois, verdadeiramente amada – *Será a minha única beleza esta condição de sombra? Este fumo a que emprestas os ombros e a trança daquela que realmente nunca se quer vir a conhecer? Ah! maldita coisa é o amor que nos convida à crueldade! Terei então, ao contrário do que desesperadamente anseio, de implorar aos deuses a cumplicidade da tua cegueira?* (20) [Tirésias dirigindo-se a Édipo] *És tu quem deve compadecer-se da Rainha. Sabes porquê? Porque podendo amar-te de qualquer outra maneira tu só lhe dás ensejo a que ela te ame da forma que mais a faz sofrer.* (27) (...) *como pode a Rainha saber se é realmente a mulher que tu amas? Repara que não foi a visão do seu rosto que acendeu no teu coração a chama do amor.* (28) (...) *Enquanto os olhos da tua carne não puderem identificá-las numa só Jocasta, haverá sempre duas: a Rainha e o fantasma da sua preexistência. Poderá haver ciúme mais atroz? Poderá imaginar-se lâmina mais perfurante que não pode ser voltada sobre outro peito?* (29).

Se no *Rei Édipo* de Sófocles a cegueira se apresenta como consequência, como a punição última ante o pior dos ultrajes, em *O Progresso de Édipo* é ela que possibilita o incesto, não permitindo ao herói aperceber-se de que são execráveis as mais profundas tensões do seu inconsciente, aquelas que o levam a declarar *Como te via antes de te encontrar.* (21) ou ainda *Trouxe-te sempre espalhada no meu sangue. As tuas linhas dispersas boiavam como flores aquáticas à tona da minha memória. Às vezes era um perfil que se formava como um círculo na água e que depois ia quebrar-se de encontro à margem de qualquer interdição.* (...) *Nas noites cálidas, era em teu nome que eu formulava o desejo que espicaça o macho solitário* (22).

Realce-se, de novo, a tónica colocada no incesto, num desejo sexual primordial, que encontra a sua expressão máxima no encontro dos dois amantes e na sua noite de núpcias, de que a autora nos apresenta uma descrição repleta de ambiguidade, em que os artifícios da linguagem se combinam com uma disponibilidade metafórica fora do comum – [Édipo] *Põe a tua mão sobre os meus olhos. Ainda está quente o sangue com que a minha carne expia a tua viuvez.* (...) *É leve e fresca a tua mão. Ela corre sobre o meu rosto como água que visionam os homens que vão morrer de sede. E é ao mesmo tempo macia e doce como o leite que as crianças chupam avidamente no seio das mães. E tem o enigmático sabor desse alimento que faz acelerar nas nossas veias a seiva da virilidade* (18).

Por fim, Édipo recupera a visão e chega à conclusão de que Jocasta é sua mãe – *Poderá Édipo transformar as entranhas que o conceberam na terra mais apetecível às violentas sementes do seu orgasmo?* (32) –, quando anteriormente a tinha identificado como a primeira mulher: *Jocasta sabe que nunca ameí outra mulher. Se a não tivesse encontrado seria igualmente o amante de Jocasta* (29). A imagem da Mãe que se confunde com a ideia da Primeira Mulher é, de resto, recorrente na obra de Natália Correia, sobretudo na poesia – vejam-se, a título de exemplo, os poemas *Cântico do País Emerso* (1961) ou *Mãe infusa* (1966).

A figura da Mãe surge neste contexto como o cordão umbilical que une o presente com esse passado genesiaco. Ela é mediadora entre o Eu e a Infância perdida onde corporiza a figura da primeira mulher. E a infância surge como o lugar ameno e perfeito; uma quase negação da própria vida adulta uma vez que esta é apenas uma antevisão da morte (...). (MAGALHÃES: 2006, 21, I)

Exposto ao conhecimento e à realidade, Édipo é, então, de novo cegado, desta feita pelo seu outro progenitor, Jocasta, que se recusa a satisfazer o desejo de morte do filho-marido. É a condição de mulher, e não a de mãe, que fala mais alto, um pouco à semelhança de Medeia, de resto, que preferiu privar-se da maternidade a sofrer sem retaliação o agravo que lhe era feito enquanto amante¹.

Anseia-se, pois, por que a cegueira física traga consigo uma cegueira intelectual, o esquecimento, a ignorância, depois da sabedoria – [Coro] *Só agora perderam a inocência. Pois que acabaram de romper as névoas da ilusão. Dantes não havia pecado porque nenhum deles sabia que nome dar ao seu crime. Mas o conhecimento do mal entrou-lhes pela cabeça que é o pior sítio para o homem se absolver à custa de um disfarce. E terão de chamar infâmia à sua infâmia* (CORREIA: 1957, 33). Anseia-se, enfim, por um retorno à inocência perdida, a um vislumbre diáfano do conhecimento, que permite que tudo seja possível.

Rasgado o véu do futuro, como nos diz a citação inicial da obra, está aberto o caminho para uma nova visão em que as regras sociais e as leis do Homem desaparecem. É o momento da concretização do ideal surrealista: violentar as máscaras do espírito, aquilo que está estabelecido pelos costumes, pela moral social, e colocar o Homem face a face consigo mesmo. Natália coloca o incesto em evidência, ao contrário da peça de Sófocles, porque é através do incesto que Édipo condensa em si a Matéria e o Espírito, as duas realidades unificantes. Mas o crime de Édipo só é um crime porque o Homem o nomeou como tal e por isso o coro afirma *Dantes não havia pecado porque nenhum deles sabia que nome dar ao seu crime* (33). É neste ponto que Édipo transita para o *rubedo*, encerrando-se, assim, o ciclo alquímico.

4. Conclusões

Natália Correia inicia a sua produção poética no mesmo ano em que surge o Grupo Surrealista de Lisboa, em 1947. Os valores surrealistas (nomeadamente a luta contra a ética familiar, o Estado e os mitos oficiais) ofereceram à autora o veículo desejado para transmitir a sua mensagem, lúcida e contestatária. Por outro lado, o surrealismo, enquanto movimento de vanguarda, defendia uma série de características de movimentos anteriores, como fossem os artifícios da linguagem do barroco, ou a ideia de revolução interior, típica do Romantismo, embora este preconizasse uma revolução individual, ao passo que o Surrealismo, uma revolução coletiva. Deste modo, Natália encontrou aqui uma forma que, na sua aparente irracionalidade, corporizava uma série de valores que lhe eram caros. A este interesse pelo Surrealismo, não é alheio o surgimento de uma voz de intervenção política em que o insólito e a estranheza da imagem visavam uma eficácia certa na desmontagem e desmistificação da cultura institucionalizada.

Foi neste contexto cultural e político que Natália tomou contacto com o Surrealismo português, através dos seus principais atores – sobretudo Mário Cesariny e António Maria Lisboa –, de quem se irmanou intelectualmente sem nunca assumir, porém, um compromisso. Não podemos esquecer que, apesar de ter organizado e publicado a antologia *O Surrealismo na Poesia Portuguesa* (1973), em que, percorrendo toda a literatura portuguesa, reúne textos tão díspares e distantes como a poesia trovadoresca ou a lírica camoniana, Natália não inclui nenhum poema seu. Pese embora esta relutância, Mário Cesariny, em *Surrealismo, abjeccionismo: antologia de obras em português*, publicada em 1963, apresenta o poema *Queixa das jovens almas censuradas* (publicado no livro *Dimensão Encontrada*, de 1957), associando-a ao movimento. A *O Progresso de Édipo* (1957) segue-se o livro de poemas *Dimensão Encontrada*, desse mesmo ano e cujo título aponta já para a descoberta de uma nova dimensão da realidade. São ainda geralmente apontadas como de matriz surrealista as obras *Passaporte* (1958), *Comunicação* (1959), *Cântico do País Emerso* (1961) e *O Vinho e a Lira* (1966), quase todas proibidas e apreendidas pela Censura.

A peça *O Progresso de Édipo* tem na sua génese, como vimos, o drama sofocliano, apontado por Aristóteles, na *Poética*, como o exemplo por excelência do trágico. O tema de Édipo não é original na literatura europeia, tendo sido reescrito diversas vezes, nomeadamente por Corneille (1659) e Voltaire (1719). Trata-se, portanto, de um regresso cíclico e constante a um drama clássico que coloca em cena várias problemáticas que tocam no mais íntimo e profundo do Homem. Mas as teorias do subconsciente formuladas por Freud e Jung trouxeram uma nova dinâmica a este mito, transformando-o num complexo

contemporâneo. Deste modo, o Homem infeliz sem o merecer e sujeito à fatalidade do seu destino transforma-se em símbolo de um dos tabus mais confrangedores do Ocidente. E é nesta interpretação moderna da tragédia que se fixam as atenções dos surrealistas, eles próprios perscrutadores do onírico e do inconsciente.

Nesta linha, a peça de Natália Correia é surrealista, não tanto pelas características formais, como pelo conteúdo temático. O próprio teatro surrealista ganha relevo, mais pela influência que deixou em géneros posteriores, do que por uma produção prolífica. De facto, Antonin Artaud (1896 - 1948), o nome mais evidente da produção dramática surrealista, pretendia despertar no espetador as forças do inconsciente, ao mesmo tempo que o libertasse dos condicionalismos impostos pela civilização. Assim se percebe que tenha escolhido o Surrealismo como base para o teatro da crueldade. Os seus pressupostos são claros: ao contrário do teatro clássico francês (ainda influente na época de Artaud), as peças não tinham obrigatoriamente de propor uma problemática inicial que fosse sendo desenvolvida até ao desenlace. A experiência dramática era vista como um ritual iniciático em que o espetador deveria experimentar o terror de tal modo que chegasse a perder a razão. Liberto, por momentos, das amarras da racionalidade, a que, inevitavelmente, sempre acaba por voltar, o Homem poderia finalmente alcançar e compreender novos valores, demandar novos horizontes e, dessa forma, progredir, pois, afinal, como sabiamente Édipo afirmava, *nenhuma viagem nos permite verdadeiro regresso. O retorno é apenas mais uma cadeia do nosso constante progresso* (30-31).

5. Notas

¹ Para uma leitura desenvolvida deste tema, veja-se, em DUARTE: 2008, 88, a descrição que é feita do recontro entre as condições mãe / mulher e que tem o seu clímax no momento em que Medeia se prepara para levar a cabo o infanticídio.

Referências Bibliográficas:

BRETON, André (1993) *Manifestos do Surrealismo*: Salamandra.

CESARINY, Mário (1997) *A Intervenção Surrealista*: Assírio & Alvim.

CORREIA, Natália (1957) *O Progresso de Édipo: poema dramático: s / e* [Gráfica Portuguesa].

CORREIA, Natália (2002) *O Surrealismo na Poesia Portuguesa*: Frenesi.

DUARTE, Ricardo (2008) *De mater a monstrum: o abismo dos affectus estoicos na Medea de Séneca*: Tese de Mestrado em Estudos Clássicos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FIALHO, Maria do Céu (1999) *Sófocles, Rei Édipo*: Edições 70.

FIALHO, Maria do Céu (2006) "O Progresso de Édipo de Natália Correia: uma reescrita feminina do mito". in *Máthesis* 15, 241-255.

GRIMAL, Pierre (1992) *Dicionário da mitologia grega e romana*: Difel.

LISBOA, António Maria (2008) *Poesia: Biblioteca Editores Independentes*.

MAGALHÃES, Miguel (2006) *Natália Correia: escritos autobiográficos. Edição e estudo* (2 volumes): Tese de Mestrado em Literaturas Modernas e Contemporâneas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

34. NUNO MARTINS

NUNO FILIPE MEDEIROS MARTINS,

- Técnico Superior de Estudos Europeus e Relações Internacionais, Câmara Municipal de Lagoa
- Licenciatura em Estudos Europeus e Política Internacional;
- Pós-graduação em Relações Internacionais;
- Mestrando em Relações Internacionais;
- Investigador especializado em Teoria das Relações Internacionais e na Região do Médio Oriente;
- Membro do Núcleo de Estudos Europeus da Universidade dos Açores e do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia da Universidade dos Açores;
- Secretário do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia da Universidade dos Açores;
- Colaborador do Centro de Informação Europe Direct – Açores (Terceira);
- Formador do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Jovem Auditor do Instituto da Defesa Nacional, tutelado pelo Ministério de Defesa;
- Colaborador na lecionação de disciplinas na Universidade dos Açores, no Curso de Licenciatura em Estudos Europeus e Política Internacional, nomeadamente de “Teoria e Prática das Relações Internacionais” e de “Direitos do Homem”;
- Conferencista / Orador convidado em diversos eventos de índole regional, nacional e internacional, bem como colaborador em colunas de opinião na imprensa regional.

Lusofonia, Do Velho ao Novo Mundo. Reflexão sobre a aplicabilidade da Teoria Realista e da Teoria do “Soft Power” NUNO FILIPE MEDEIROS MARTINS TÉCNICO SUPERIOR DE ESTUDOS EUROPEUS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA

Sinopse

O mundo está em mudança. A forma como percecionávamos o sistema internacional no pós-guerra Fria aos poucos sofre consideráveis metamorfoses. A globalização, a integração regional, a fragmentação dos atores internacionais e a erosão do Estado-Nação são fatores que devem ser levados em consideração numa análise profunda das mutações sistémicas das Relações Internacionais. A História encarrega-se de demonstrar que Portugal tem, gradualmente, vindo a perder alguma projeção externa e a sua posição no palco das potências internacionais, tem sido, aos poucos, relegada ao papel de figurante. Perdida alguma parte do valor estratégico militar do qual dotava o arquipélago dos Açores o país, durante grande parte do século XX, permanecia o “softpower” português, no domínio das relações entre os países de língua oficial portuguesa. Estará também este “poder funcional” a entrar em declínio? Será um Acordo Ortográfico, meramente um instrumento linguístico, ou a morte preanunciada do papel de Portugal nas relações com os Países de Língua Oficial Portuguesa e com o resto do mundo?

O mundo está em mudança. A forma como percecionávamos o sistema internacional no pós-guerra Fria aos pouco sofre consideráveis metamorfoses. A globalização, a integração regional, a fragmentação dos atores internacionais e a erosão do Estado-Nação são fatores que devem ser levados em consideração numa análise profunda das mutações sistémicas das Relações Internacionais.

A História encarrega-se de demonstrar que Portugal tem, gradualmente, vindo a perder alguma projeção externa e a sua posição no palco das potências internacionais, tem sido, aos poucos, relegada ao papel de figurante.

Perdida alguma parte do valor estratégico militar, do qual dotava o arquipélago dos Açores o país, durante grande parte do século XX, permanecia o “softpower” português, no domínio das relações entre os países de língua oficial portuguesa. Estará também este “poder funcional” a entrar em declínio? Será um Acordo Ortográfico, meramente um instrumento linguístico, ou a morte preanunciada do papel de Portugal nas relações com os Países de Língua Oficial Portuguesa e com o resto do mundo?

Em primeiro lugar, urge explanar o conceito central em torno do qual toda a atividade em Relações Internacionais gira – o Poder. É este “poder” que condiciona a atuação dos agentes internacionais, é este “poder” que caracteriza o agente e que o dota de um posicionamento particular na globalidade do sistema internacional. Se difícil é discutir a “ontologia” dos atuais atores do sistema internacional, a evidente e constante presença do conceito operacional “poder” torna premente a sua quantificação. Muitos foram os teóricos que tentaram dotar este conceito de um caráter quantitativo, tais como Nicholas Spykman, Clifford German, Ray Cline ou André Beaufre. As várias tentativas de uma maior operacionalização concetual do “poder”, inserido no quadro das Relações Internacionais, denunciam a sua relevância.

Walter S. Jones define o Poder como “a capacidade de um agente das relações internacionais para usar recursos e valores materiais e imateriais, de maneira a influenciar a produção de eventos internacionais em seu proveito”¹⁸². É nesta divisão entre as duas componentes deste conceito, tangível e intangível, que nos devemos concentrar. Percecionando este dualismo dentro de um mesmo conceito, Joseph Nye define, assim, *Hard Power* e *Soft Power*. Se por um lado o “hard-power” representa o núcleo duro de políticas e capacidades do agente internacional, por outro o “softpower”, a componente intangível do poder, compreende todas as políticas e setores, que *a priori* não seriam reconhecidos como parte integrante do conceito de “poder”, mas cuja presença influencia a posição e intervenção de um agente internacional perante a realidade sistémica existente.

É consensual no meio académico que a Cultura seja vista como um dos vetores mais importantes deste “softpower”. Assim sendo, a Língua será indubitavelmente um dos constituintes deste “poder imaterial”. Esta componente imaterial foi, durante anos, suficientemente impeditiva para que as tentativas de quantificação do Poder de um estado ou agente internacional perdessem parte considerável do ser cariz científico, muitas vezes entrando no campo da subjetividade, no que concerne ao cálculo de algumas das variáveis.

Num interessante artigo da conceituada revista *Nação e Defesa*, Mendo Castro Henriques e António Paradelo apresentam uma fórmula de cálculo de “softpower”, que “gera valores absolutos que permitem comparar em termos de *softpower* a posição relativa dos países entre si. Neste sentido, é um *ranking* de *rankings*, ou seja um meta-indicador.”¹⁸³ De alguma subjetividade, a fórmula apresentada pelos autores compreende as seguintes variáveis como elementos: Língua, Educação, I&D, Cidadania, Justiça, Ambiente, Saúde, Património, Turismo, Competitividade e Saldo Migratório.

Tomando como conceito a Língua, deverá ser racionalizada a sua capacidade enquanto fator potenciador da imagem externa de um estado / estados, ou de uma organização. Será este vetor cultural do Poder uma variável fundamental para a organização concetual das relações internacionais?

A Língua, enquanto elemento identitário, permite uma diferenciação clara dos agentes internacionais. Permite, ainda, e no caso concreto da Língua Portuguesa, a consolidação de subsistemas ou suborganizações sistémicas; define e identifica espaços e agentes políticos, cuja ação terá consequências (independentemente da sua dimensão) no sistema internacional.

A envolvimento da circunstância linguística com a realidade histórico-política internacional de Portugal é bastante evidente. É também com base nesta sequenciação de acontecimentos políticos e do enquadramento da dimensão internacional de Portugal (colonial e pós-colonial), que podemos utilizar os conceitos de “luso-tropicalismo” e de “lusofonia” como delimitadores de uma mudança sistémica que propiciará a corrente realidade internacional.

Durante a era colonial, percecionava-se uma imagem externa de Portugal, junto das colónias, como a potência dominadora, cuja cultura parecia integrar-se e ser abraçada pelas populações autóctones, com grande facilidade. É com base nesta propensão natural para a miscigenação dos Portugueses, que nasce o conceito de “luso-tropicalismo”, anunciado por Gilberto Freyre, na sua afamada dos anos 30, “Casa Grande e Senzala”. É também importante perceber que este “luso-tropicalismo”, é vivido de forma diferente pelos vários territórios coloniais; é fulcral estabelecer uma separação entre a colonização do Brasil e a colonização dos países africanos. No Brasil, a colonização, e respetiva integração da cultura portuguesa, dá-se de forma quase natural e sequenciada, através da emigração para esta colónia. A Colonização é vivida de forma bastante diferente no continente africano: é uma colonização forçada, imposta pela necessidade autocrática de exibir possessões coloniais, demonstrativas do Poder e força do regime do Estado Novo. De uma forma ou de outra, é criada a imagem de que Portugal desempenhara um papel fundamental na criação da identidade destes territórios.

Após a Revolução, a 25 de abril, é iniciado o processo de descolonização. Com este, é enterrada a imagem de uma nação poderosa, que condicionava as especificidades de outros territórios além-mar. Nasce um Novo Portugal; um Portugal diferente daquele que havia sido apregoado durante o Estado Novo. O primeiro golpe no “softpower” português é então desferido: um país que havia baseado a sua identidade nas Descobertas, na expansão e na colonização, estava agora reduzido ao pequeno território originário, na fronteira oeste da Europa, e inclinado para a integração num novo ente supranacional, as então Comunidades Europeias.

¹⁸² In JONES, Walter S., *The Logic of International Relations*, Boston, 1988, pág. 257.

¹⁸³ In HENRIQUES e PARADELO, Mendo Castro e António, *Uma Fórmula de Soft Power*, Revista Nação e Defesa, Instituto da Defesa Nacional, nº 113, 3ª Série, Lisboa, 2006, pág. 124.

É precisamente com a democratização, que o “luso-tropicalismo” é reduzido a cinzas, donde mais tarde nasce, dotado de uma nova força e jovem vitalidade, o conceito de Lusofonia. Fundado apenas numa vontade de partilha de fatores identitários entre nações, agora, soberanas, o conceito rapidamente ganha projeção e, com ele, Portugal. O “softpower” português estava então revitalizado, agarrando-se a uma “lusofonia” desprovida de vetores de “hardpower” e consolidada apenas na partilha de uma identidade linguística una, encabeçada pela Nação Portuguesa, “Mãe” da Língua comum.

Agora com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, Portugal vê-se perante a redefinição do paradigma do seu “softpower”. Escusar-me-ei a comentar os efeitos linguísticos e a sua pertinência, pois impede-me de fazê-lo o desconhecimento científico, mas em termos meramente políticos, numa perspetiva realista das relações internacionais, este foi um novo golpe no “softpower” português, que creio ter sido fatal. Se é certo que o Brasil “dominava” a Lusofonia pelo diferencial de “hardpower”, também não será menos verdade que Portugal encimava o “Clube Português”, numa perspetiva cultural e linguística – numa perspetiva de “softpower”.

Não se trata de sede de poder; a não manutenção do “softpower” deverá ser pensada como uma falha na política externa e de divulgação da língua e cultura portuguesas. Um acordo deste género não espelha nenhuma mudança sistémica internacional, mas certifica a incompetência de gestão da Cultura Portuguesa e de delineação de uma estratégia de divulgação e manutenção da imagem do Estado Português no mundo. Erros políticos e estratégicos não devem ser desculpados com a ratificação de documentos!

Da linguística à política, da cultura nacional à identidade lusófona comum, a essência da discussão deverá, contudo, permanecer voltada e direcionada para uma só via – o caminho da coesão e da unidade.

Citando Moisés Martins, referindo-se ao Lusotropicalismo: “Não é meu entendimento, no entanto, que o luso-tropicalismo se reduza a estereótipos, com a voz de quem manda a reinar sozinha por cima da cabeça dos países de expressão portuguesa. Aquilo que me parece sobremaneira importante sublinhar nesta teoria social é a valorização dos diferentes contributos - africanos, ameríndios, orientais, europeus - para a civilização comum lusotropical, e também a noção de que a “unidade de sentimento e de cultura” deve sobrepor-se a questões de soberania, podendo florescer no seio de uma entidade transnacional ou supranacional uma federação cultural com lugar para muitos Estados.”¹⁸⁴ É nesta diversidade que nos devemos concentrar; é nesta variedade que reside a riqueza da Lusofonia – este é o verdadeiro tesouro da Cultura Portuguesa. Nuno Filipe Medeiros Martins



35. RAFAEL E CÉSAR CARVALHO, VIOLA D ATERRA



36. RAUL GAIÃO

RAUL LEAL GAIÃO, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa / Estudos Linguísticos, com a dissertação de *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses*.

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Licenciado em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa. Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem desenvolvido investigação na área do dialeto macaense, tendo escrito e publicado vários artigos.

¹⁸⁴ MARTINS, Moisés, Lusofonia e Lusotropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiperidentitários, Revista Visages d'Amérique Latine, nº3, Junho de 2006, pág. 95.

Com a chegada dos portugueses, Macau tornou-se um polo irradiador da atividade comercial para diferentes zonas do Extremo Oriente: China (Cantão), Malaca, Japão, Índia, possibilitando a miscigenação com mulheres malaias, japonesas e indianas. Estes contactos e as diversas relações que se estabeleceram ao longo do tempo, permitiram um intercâmbio cultural que contribuiu para o cruzamento linguístico em que muitos elementos lexicais se fixaram no falar macaense. Pretende-se analisar a proveniência diversificada do léxico macaense nas entradas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) e confrontá-lo com diferentes glossários de asiaticismos, salientar os aspetos da sua evolução e dar um breve panorama do contexto histórico que possibilitou estes contactos.

1. Introdução

Os contactos efetuados pelos portugueses, a partir de Macau e com início no século XVI, entre diversas comunidades e culturas do Oriente, contribuíram para as trocas linguísticas que se fixaram no léxico do crioulo macaense¹⁸⁵ de base portuguesa, e mais tarde no falar macaense, com influências malaias, indianas, chinesas, japonesas e até filipinas. O crioulo, inserido num espaço onde era falado o português pelos portugueses europeus ou reinóis e o chinês / cantonês pela comunidade chinesa, começou possivelmente a sua formação a partir dos fins do século XVI, sendo falado pela comunidade macaense como língua do espaço familiar, até finais do século XIX.

2. Comunidade macaense, crioulo e falar macaense

Macaense, como é entendido em Macau, indica o natural da terra, mas com ascendência portuguesa e com cruzamentos diversificados: “[...] as euro-asiáticas teriam sido, em grande maioria, as mães dos macaenses, filhos das primeiras famílias estáveis radicadas em Macau” (Amaro, 1988:6); segundo Bento da França, nos macaenses predominam “[...] traços gerais mongólicos, mas também participam de feições dos europeus, malaios, canarins [...] e é produto de grande mistura de raças e sub-raças, resultante de repetidos cruzamentos, feitos à mercê do acaso” (Amaro, 1988:4).

Sendo raras, nos primeiros tempos, as portuguesas europeias que rumavam ao Oriente, além das chinesas, eram as mulheres de várias etnias que acompanhavam e casavam com os portugueses. “As fontes históricas apontam para as mulheres malaias e indianas como as primeiras companheiras dos portugueses fundadores de Macau, porém na condição de escravas” (Amaro, 1988:92). Em relação às mulheres chinesas e japonesas muitas eram vendidas e amancebavam-se com portugueses, tornando-se mulheres legais. Como se torna visível, a origem dos macaenses está ligada à miscigenação de portugueses com mulheres orientais de diversos povos, o que contribuiu para a ampla influência linguística e cultural.

A identidade e a pertença à comunidade portuguesa, em Macau, definiam-se pelo casamento católico ou por conversão ao catolicismo, a submissão aos órgãos da administração portuguesa, a utilização da língua portuguesa e a adoção de hábitos e comportamentos ocidentais. A comunidade macaense aprendia a língua portuguesa, falava o cantonense e usava o patuá no seio familiar e, embora educada na religião católica, foi integrando crenças da religião chinesa e influências culturais asiáticas, de que a culinária é o exemplo mais paradigmático (Loureiro, 2005).

Nos finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX, na comunidade macaense o português padrão é conhecido e utilizado como língua escrita pelas elites locais e o crioulo é a forma de comunicação oral, principalmente da camada popular no seio familiar, situação que poderemos considerar diglósica. O processo de descrioulização decorre nos finais do século XIX, devido não só à pressão do português em presença (língua dominante, de prestígio e língua da administração), mas também à intensificação da instrução e à forte crítica social,¹⁸⁶ pois era considerado língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas; continuou a ser usado nas comunidades macaenses emigradas, em Hong Kong e Xangai (Gaião, 2005).

Na segunda metade do século XX, verifica-se uma maior aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa, com maior frequência de casamentos entre as duas comunidades, a introdução da televisão chinesa, a adoção de hábitos e da cultura chinesa. Com esta estratégia matrimonial e o achinesamento cultural e linguístico dilui-se a identidade cultural e linguística de matriz portuguesa e perspectiva-se uma sinificação ou hanização dos macaenses, contribuindo para uma maior influência da língua chinesa no domínio lexical, domínio que, para além dos aspetos fonéticos e prosódicos, é a característica fundamental do falar macaense.

3. Contexto histórico dos contactos linguísticos

Macau foi ao longo do seu percurso histórico, e até aos dias de hoje, um lugar de encontro de povos e culturas. “Os portugueses trouxeram para o território os seus hábitos e a sua língua, as suas crenças e as suas instituições, as suas técnicas e o seu saber” (Loureiro, 2005:664). Ainda antes de outros povos europeus, chegaram os portugueses à China pela primeira vez em 1513, estando já estabelecidos em Malaca e Goa, lugares a partir dos quais desenvolveram grande atividade no comércio asiático (Loureiro, 2005). Conseguindo em 1557 autorização para uma base permanente na península de Xiangshan, e como Macau se situava nas proximidades de Cantão, os portugueses tiveram acesso fácil aos mercados chineses e em pouco tempo Macau transformou-se num dos portos mais ativos dos mares do Sul da China. Encontrando-se no epicentro de uma teia de rotas marítimas, a partir de Macau era relativamente simples navegar para diversos pontos no mar do Sul da China, Filipinas, Bornéu, Vietname, Camboja, Sião, Península de Malaca, ilha da Insulíndia e também para o Japão (Estorninho, 1971).

As autoridades chinesas de Cantão, reconhecendo que o comércio com os portugueses lhes trazia vantagens económicas e financeiras, conferem-lhes um bom acolhimento e autorizam o seu estabelecimento, iniciando-se uma intensa atividade comercial: duas vezes por ano os portugueses visitavam Cantão onde vendiam prata, incenso, pimenta, sândalo e âmbar e carregavam seda, porcelanas, cânfora, almíscar, mobílias... (Loureiro, 2005).

Durante os séculos XVI e XVII, os portugueses transformaram-se em intermediários privilegiados entre a China e outras regiões asiáticas e europeias para o lucrativo comércio externo chinês, até 1685, quando se verifica a abertura do mercado de Cantão a todos os estrangeiros (Estorninho, 1971).

“[...] Todos os anos um navio da Índia vem a Macau com carta e passaporte do Rei de Portugal e de lá navega para o Japão, a carregar; depois regressa a Macau, vai a Malaca e finalmente volta a Goa” (Lessa, 1996:195). A nau anual deixava Goa em abril ou maio, transportando tecidos de algodão, panos escarlates, tecidos indianos, objetos de cristal e vidro, relógios da Flandres e vinhos portugueses. Ao efetuar escala em Malaca, parte de carga era então trocada por especiarias e madeiras aromáticas. De Malaca a nau navegava para Macau onde recebia a carga de seda vinda de Cantão, partindo depois para o Japão.

¹⁸⁵ Conhecido por patuá, papiaçã, língua maquista, papiá cristã di Macau, lingu nhonha.

¹⁸⁶ Apresentamos duas opiniões, uma dos finais do século XIX e outra da primeira metade do século XX, sobre o dialeto macaense: “É difícil nos primeiros tempos perceber os macaístas a falarem entre si, porque usam um patois especial que não é nem chinês nem português entremeado de gritos rápidos”. (Paiva, 1997: 10). “O “patois” macaísta não é senão um português estragado pelo contacto com a língua chinesa” (Mendes, 1979: 34).

Como entre a China e o Japão não havia qualquer tráfego marítimo e comercial, os portugueses passaram a dedicar-se ao comércio sino-nipónico, na dupla qualidade de mercadores e transportadores. Do Japão traziam barras de prata, armários de laca, caixas e mobiliário, biombos pintados a folha de ouro. A maior parte da prata em Macau era utilizada para negociar o carregamento de sedas do ano seguinte. O ouro, sedas e outras mercadorias chinesas, almíscar, pérolas, marfim e porcelanas eram embarcados com destino a Goa. As porcelanas e as raridades eram vendidas na Europa. (Boxer, 1991: 29-30).

Outras rotas, como a que conduzia a Manila, são o sinal da intensa atividade comercial nos mares do Sul da China, transformando Macau num florescente e poderoso empório marítimo-comercial. Em Macau se acolheram várias comunidades, como os japoneses cristãos perseguidos que aqui desenvolveram a sua atividade; mais tarde, no século XX, por efeito da 2ª Grande Guerra, foi um lugar de acolhimento de refugiados chineses e estrangeiros.

Macau afirmou-se também como centro difusor da religião católica e de intercâmbio espiritual e cultural entre o Oriente e o Ocidente (Estorninho, 1971). Como as zonas destes mercados eram campo propício para as missões religiosas, os missionários iam até onde chegavam os mercadores, procurando espalhar a fé na própria língua dos catequizados, contribuindo também para os intensos contactos linguísticos e para a difusão da língua portuguesa. Macau tornou-se um lugar de planeamento e preparação e ponto de partida da missão, nomeadamente para o Japão (até à expulsão dos portugueses em 1639) e para a China, destacando-se como um dinâmico centro de intercâmbio cultural, com a criação do Colégio de S. Paulo pelos Jesuítas (1594), onde se ensinava Português, Latim, Chinês e Japonês e onde foram produzidas “as primeiras traduções de textos chineses para português e de textos europeus para chinês” (Loureiro, 2005:664).

Toda esta atividade permitiu que a miscigenação e aculturação fossem efetivas, “pois os homens seguiam a tradição em entrepostos mais antigos, casando-se com raparigas asiáticas, [malaias, japonesas, indianas e chinesas] desde que fossem cristãs ou se convertessem, pelo casamento, ao cristianismo” (Coates, 1991:59).

4. Léxico macaense no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea

Através dos termos presentes (asiaticismos de Macau) no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) **187** [Quadro I] **188** poderemos ver as diversificadas influências linguísticas tanto na origem das palavras como na formação de novas palavras. Pelo Quadro I (Anexo) verificamos que das cento e três entradas do léxico macaense presentes no DLPC, vinte e um são termos de origem malaia **189** [achar, bagí, balichão, cate, catupá, chacha, chilibote, chuchur, chupa, dodol, estrica, estricar, junco, lacassá, lorcha(?), murum, nhonha, parão, sapeca, tael, tudum], enquanto trinta e um são de origem chinesa **190** [aiá, atai, cautau, chacoí, chau-chau?, chaumin, cheong-sam, cuailou, faichis, fantane, fongsoi, ham-ioc-chong, iam-chá, laissi, lán, min, minape, mintói, muichai, panchão, peipá, peipá-chai, quili-culú, saicó, tapilu, tai-tai, tancar, tau-fu, tau-fu-fá, tau-si], constando ainda três termos que são a tradução literal do chinês para o português [barco-dragão / lóng châu, bater cabeça / cau-tau, filho da terra? / tou sang].

Para além das palavras malaias e chinesas temos ainda termos originários do japonês [miçó / missó, (figo -) caque, múchi?, sutate?], do concani [ladu], do indo-português [aluá, apa] e do tagalo [mamun].

O cruzamento linguístico é notoriamente saliente nas palavras compostas por elementos de duas línguas distintas: *apa-bico* (mal / port), *chili-missó* (chin? / jap), *figo-caque* (port / jap), *missó-cristão* (jap / port).

Notamos ainda, entre o leque das entradas, a presença de termos ligados à estrutura do crioulo, com dois nomes justapostos, sem preposição: *ade cabidela*, *barco-dragão* **191**. Na formação de novas palavras encontramos o processo de derivação em que o sufixo tem uma forma linguística diferente da língua da base: *lorcheiro* (chin + suf port), *estricar* (cr mal / hol + suf port), *tancareira* (chin + suf port).

O sufixo *ense* que na língua portuguesa designa naturalidade, no falar macaense tem um valor específico: o termo *cantonense* designa a língua / o cantonês e *macaense* o grupo natural de Macau com ascendência portuguesa e asiática; há ainda o termo *macaista* para designar o natural de Macau e o dialeto crioulo local. Verifica-se ainda a presença de termos da língua portuguesa que hoje estão mais ou menos em desuso: *ade*, *algibebe*, *burra*, *dó*. Com a hanização dos macaenses introduziram-se termos chineses para nomear realidades para as quais havia designações em língua portuguesa: *cabaia* / *cheong-sam*; *bater cabeça* (trad chin) / *cautau*.

Pela semântica dos termos, **192** constata-se que cerca de trinta e oito estão ligados à culinária / alimentos (achar, ade, ade cabidela, ade salgado, alua, apa-bico, bafassá, bagí, balichão, bolo-menino, camalenga, catupá, chá-gordo, chauchau, chaumin, chili, chili-missó, chilibote, chinha, dodol, farte, figo-caque, ham-ioc-chong, iam-chá, lacassá, ladu, mamum, miçó, min, minche, missó-cristão, múchi, nairo, sutate, tacho, tapilu, tau-fu, tau-fufá, tau-si); outros são utensílios domésticos (estrica, faichis, parão), vestuário e afins (cabaia, cheog-sam, dó, minape, tudum), elementos do espaço doméstico como (burra, mintói), medidas (cate, chupa, tael) e designações do relacionamento familiar (atai, chacha, muichai).

5. Glossários de asiaticismos e do léxico macaense

A fim de se poderem ver as afinidades com o léxico macaense, pretendemos confrontar as entradas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* com os diversos glossários que se foram organizando: Dalgado (1919 / 1988) **193**,

contendo o léxico asiático / asiaticismos (QI, 3.);

Batalha (1988) **194**,

o léxico do crioulo e do falar macaense [QI, 4.];

187 No texto passamos a referenciá-lo apenas por DLPC.

188 Abreviaturas do Quadro I relativas às línguas: chin/chinês; conc/conceni; cr mac/crioulo macaense; drav/drauidiano; fr/francês; hol/ holandês; indo-port/indo-português; jap/japonês; ing/inglês; jav/javanês; mal/malaio; or obsc/origem obscura; port/português; tag/tagalo; tam/tamil.

189 Alguns termos podem ter origem diferente, mas parecem ter sido introduzidos através do malaio.

190 Aqui o chinês cantonês.

191 Ou anda a reduplicação do nome, *bicho-bicho*, que no crioulo tem o valor morfológico do plural (Gaião, 2007), mas que não aparece no DLPC.

192 No Quadro I (anexo), relativamente à semântica (9.), apenas se apresenta o conceito geral sem a definição exata do termo.

193 “[...] o meu projeto inicial era tratar da nossa inteira lexicologia colonial, asiática e africana; e neste sentido, tinha principiado a coligir apontamentos e a coordenar o trabalho. Considerando porém, por um lado que se antolhavam muitas dificuldades etimológicas com respeito aos idiomas da África Oriental, e por outro assumiria, à vista do plano traçado, grandes dimensões, achei prudente circunscrever-me somente à Ásia, para que o barco não naufragasse.” (Dalgado, 1918: VIII)

194 “Pesquisávamos então o vocabulário do falar atual e a ele pensávamos limitar-nos, mas as pesquisas levavam-nos frequentemente a investigações no dialeto antigo, o crioulo propriamente dito. [...] A lista de vocábulos do falar atual foi assim engrossando com os do falar antigo; [...] entre palavras em uso e em desuso, decidimos incluir num mesmo glossário as palavras de criação ou importação recente, as palavras antigas mas ainda hoje usuais, as que se ouvem apenas a determinada geração, a mais idosa, e finalmente as que nem mesmo os mais velhos já empregam, que por vezes inteiramente desconhecem, ou de que só se recordam, nem sempre com exatidão, por as terem ouvido a seus avós” (Batalha, 1988:119-120).

Gaião, (1999)**195**,
o léxico do falar macaense [QI, 5.]; Ferreira (1978)**196**,
o léxico do crioulo macaense [QI, 6.]; Fernandes e Baxter (2004)**197**,
o léxico do crioulo e dialeto macaense [QI, 7.]; Baxter e Silva (2004)**198**, o léxico do crioulo de Malaca [QI, 8.].

Relativamente à origem das palavras, não há consenso exato sobre um reduzido número de termos: *alua, chile-missó, faichis, lorcha, nhonha*.

Em Dalgado (1919 / 1988), somente um número diminuto de termos constam do falar macaense e são fundamentalmente termos de origem malaia e concani; aparecem neste Glossário apenas três elementos lexicais de origem chinesa [*chauchau?, fantane, lorcha?, tanca?*]. Quanto aos termos de origem chinesa, o mesmo se verifica em Ferreira (1978 / 1996), apenas nove, mas os dois glossários referentes ao falar macaense (Batalha, 1988) e (Gaião, 1999) apresentam um grande número, catorze e vinte e seis, respetivamente.

Grande número de termos do DLPC fazia parte do crioulo macaense, cerca de cinquenta e seis, conforme se pode constatar no confronto com o glossário de Ferreira (1978 / 1996), um glossário do crioulo macaense, embora não pretenda ser exaustivo: [*ade, ade cabidela, ade salgado, aiá, alua, apa-bico, atai, auto-china, bafado, bagi, balicham, bolo minino, boquizá, camalénga, cate, catupá, chacha, chá-gordo, champaca, chacháu, chilicote, chíli-missó, chuchú, chuchuméca, chupa, dol, do-dol, fan-tan, fárti, figo-cáqui, iam-chá, istrica, istricá, lacassá, ladu, lorcha, malinguá, mamún, maquista, mestre-china, mínchi, murúm, nhónha, nhum, pauchong, papiá, parám, sapeca, sutate, tacho, tael, teng-teng-lou, torá, tudúm*], a que podemos acrescentar mais dezanove em Fernandes e Baxter (2001): [*achar, alúa, árve de pagode, bafassá, cabaia, chinha, cúli, faichi, laissi, miçó, missó-cristão, mintói, minap, múchi, óla, patoá, saicó, tancá, tancarêro, tautú, tau-fu-fá*].

Verifica-se que grande parte dos termos de origem malaia presentes no léxico macaense não aparece no crioulo de Malaca, o que, embora cautelosamente, entre outras hipóteses, poderá indicar que muitos desses termos não provieram diretamente do crioulo de Malaca.

Pelo glossário de Fernandes e Baxter (2001) constata-se que há termos de origem holandesa que existem no crioulo macaense e no crioulo de Malaca [*estrica, cacús199*], o que poderá significar que, apesar de Malaca ter deixado de estar sob o domínio de Portugal em 1643 e passar para o domínio holandês, a influência malaia, continuou a sentir-se, até porque os portugueses continuaram a comerciar com os sultanatos vizinhos.

Em Batalha (1988), Gaião (1999), Fernandes e Baxter (2004) há uma certa aproximação, uma vez que têm um número aproximado de termos, com elevado número de termos de origem chinesa.

Verifica-se que em Baxter e Silva (2004), no crioulo atual de Malaca aparece um conjunto de termos existentes no falar macaense [*achar, adi, bafadu, balchan, chili, chilikoti, chíli-missó, chupa, doh, faichi, dodol, kabaya, kati, kolau, kuli, papiáh, parang, pulut, striki, strikah*], o que evidencia, sendo salientado por muitos autores, a relação de influência que o crioulo de Malaca exerceu sobre o crioulo macaense.

Confrontando os diversos glossários do quadro I, verificamos que em Dalgado (1919 / 1988) e Ferreira (1978 / 1996) o número reduzido de termos de origem chinesa indicia o que muitos autores defendem: a influência chinesa foi mais tardia, pois, as uniões com mulheres chinesas parecem ter sido menos frequentes inicialmente e, apesar de as comunidades macaense e chinesa viverem no mesmo espaço urbano, havia uma delimitação física e social (a cidade cristã e a cidade chinesa); a avalanche de termos chineses entra no falar macaense quando as relações se estreitam, confirmando as opiniões de Francisco Carvalho e Rego, “no dialeto macaense não encontramos influência da língua chinesa, a não ser em certos casos na musicalidade da linguagem, ou na própria construção da frase [...]” (Rego, 2000:1014) e Amaro (1972:445): “uma progressiva consciencialização de autonomia cultural a par duma progressiva abertura à cultura da milenária China transparece na realidade macaense, com crescente abandono dos seus velhos padrões luso-indomalaicos”, ou mesmo ainda o ponto de vista de António da Silva, que apesar de considerar que há no crioulo macaense uma estrutura sintática próxima da língua chinesa, no referente ao léxico considera não haver nenhuma influência: “o que é certo, porém, é que apesar da construção gramatical do dialeto de Macau ser idêntica á chinesa, não se encontra nele uma única palavra derivada da língua sínica” (Silva, 1915:164).

Se unirmos os diversos elementos que se foram tecendo na análise comparativa dos diversos glossários com o DLPC, as ligações dos portugueses às mulheres malaias, indianas, japonesas e chinesas, a presença de elementos lexicais da língua destas mulheres, o facto de o crioulo se falar no meio familiar e de, no lento processo de descrioulização, o reduto do falar crioulo se ter ido limitando às nhonhas e suas crioulas, amplificado pelo facto de o campo semântico dominante serem os termos ligados ao espaço doméstico, principalmente à culinária, todos estes elementos indiciam que a mulher teve um papel fundamental na constituição desta variedade lexical, presente no falar macaense.

ANEXOS QUADRO I

Dicionário da Academia - entradas (1)	Dicionário da Academia - etimologia (2)	Dalgado (3)	Batalha (4)	Gaião (5)	Ferreira (6)	Fernandes e Baxter (7)	Baxter e Silva (8)	Semântica (9)
achar	* mal	* persa / mal	* persa / mal	*mal		*	*mal	conserva de vegetais / cul
ade	*	* ? (adem)	*port. ant.		* (áde)	* (áde)	* (adi)	pato / cul
ade cabidela	*		*		*	*		pato de cabidela / cul
ade salgado	*		*		*	*		pato salmoirado / cul
aiá	*chin		*chin		* (aia)	* (aia)		expressão de espanto
algibebe	* ar			*ar				loja de venda de roupa

195 Para tentar delimitar a componente lexical do falar macaense (atual), “partiu-se da seleção de textos escritos dos seguintes autores macaenses: Luís Gonzaga Gomes, *Lendas Chinesas de Macau*, 1951; Deolinda da Conceição, *Cheong Sam, a Cabaia*, 1995; Maria Pacheco Borges, *A Chinezinha*, 1974; José dos Santos Ferreira, *História de Maria e de Alferes João*, 1987; Henrique Senna Fernandes, *Nam Van, Contos de Macau*, 1978, *Amor e Dedinhos de Pé*, 1986, *A Trança Feiticeira*, 1993”, de forma a “estabelecer e definir os elementos lexicais considerados próprios da variedade linguística macaense” (Gaião, 1998:5).

120 glossário aparece em *Papiaçám di Macau*, um conjunto de textos escritos por José dos Santos Ferreira/Adé, em prosa, com peças de teatro e uma pequena novela, histórias ligeiras, em crioulo e português, fechando com um “Epítome da Gramática Macaense Comparada” e de um “Vocabulário” sobre termos do dialeto macaense.

197 O objetivo é fazer o levantamento do “léxico do crioulo português de Macau”, “proporcionar uma referência unificada do léxico maquista” (Fernandes e Baxter, 2004:15) e “depois, atualizar o vocabulário disperso existente, registando-se palavras que, embora não constem dos velhos textos de crioulo, são considerados e aceites como parte integrante do dialeto na sua forma genuína” (Fernandes e Baxter, 2004:16)

198 “Firstly, it aims to record words in use in Kristang” (Baxter e Silva, 2004: ix)

199 Este termo não aparece no DLPC.

Atas 11º colóquio da lusofonia – 4º encontro açoriano

alua	*ar.	*ar / indo-port? / mal?(aluá)	*mal? / indo-port? (aluar / aluá)	*ar	* (alua)	* (alúa / aluá)		doce de Natal / cul
apa-bico	*indo-port		*	*indo-port - port	*	*		pastel de carne / cul
atai	*chin		*chin	*chin (atâi)	*	* chin (atâi)		jovem criado
auteiro	*		*	*	*	*		ator de auto
auto-china	*		*	*	*	*		ópera chinesa
bafado	* cr mac		*	*	*	*	* (bafadu)	abafado
bafassá	* cr mac		*	*cr	*	* (bafassâ)		prato de carne / cul
bagi	*mal		*mal	*mal	*	*mal		doce / cul
balichão	*mal	*indo-port / mal (balchão)	*mal	*mal	* (balicham)	* mal (balichám)	* (balchan)	tempero / cul
barco-dragão	*trad lit chin			*trad lit chin				barco
bolo-menino	*		*	*	*(bolo minino)	*(bolo minino)		bolo / cul
boquizar	*		*	*	*(boquizá)	*(boquizâ)		murmurar
burra	*		*	*				cama
cabaia	*ar / persa	*ar	*ar	*ar		*	* (kabaya)	vestuário
camalenga	*	*drav / conc / mal (comalenga)	*	*	* (camalénga)	*		abóbora para sopa / cul
cantonense	*			*				dialeto chinês
cate	*mal	* mal-jav	*mal.- jav	* mal.- jav	*	*mal	*mal (kati)	medida de peso
catupá	*mal		*mal	*mal	*	* mal		bolo / cul
cautau	*chin			*chin				vénia
chacha	* mal		*mal?	*mal	*	* (chácha)		mulher idosa
chacha-velha	*		*(chacha)	*	*(chacha)	*(chacha)		mulher idosa
chacoi	*chin							casa de chá
chá-gordo	*		*	*	*	*		merenda ajantarada / cul
champaca	*		*	*	*	*		flor
chauchau	*indo ing / chin	*indo ing / chin (chau-chau)	*chin(chau-chau / cha-chau)		* (chacháu)	*chin		refogado chinês / cul
chau-min / chaumin	*chin					*chin (chau-min)		massa / cul
cheongsam	*chin			*chin				cabaia / vestuário
chili	*	*indo-ingl (chile)			*(chile)		*	Malagueta / cul
chili-missó	*	* indo-port (chile)	*?-jap(chili-miçó)	*chin+jap	*(chili-missó)	* (chili-missó)		tempero / cul
chilicote	*mal		*mal	*mal	*	* mal (chilicóte)	* (chilikoti)	pastel salgado / cul
chinha	*or obsc		*mal	*mal		*mal		recheio de pastel / cul
chuchumecar	*or obsc		*mal? (de chuchur?)		* chuchuméca	*mal chuchumeca		intrigar
chuchur	*mal		*mal		* (chuchú)	*mal (chuchú)		espetar
chupa	*mal	*mal	*mal		*		*mal	medida de capacidade
cuai-lou / cuailou	*chin			*chin (kuai-lou)				(diabo) ocidental
cule / cúli	*drav	*indo-ingl	* ing?	*ing		* (cúli)	*ing (kuli)	trabalhador
dó	*lat	*	*port	*	*(dol)	*	* (doh)	manto preto / vestuário
dodol	*mal	*mal-conc	*mal	*mal	*(do-dol)	*mal	* mal	doce / cul
estrica	*mal		*mal	*mal	*(istrica)	*hol	*hol(striki)	ferro de engomar
estricar	*mal		*mal+suf port	*mal + suf port	*(isticá)	* hol+suf port (estricâ)	*hol (strikah)	passar a ferro
faichis	* chin	*jap (fachis)	*chin? / jap?	*chin		*chin	*chin (fachi)	pauzinhos para comer
fantane	*chin	*	*chin	*chin	*(fan-tan)			jogo
farte	*		*	*	*(fárti)	* (fárti)		bolo / cul
figo-caque	*	*	* port+jap	*port+jap	*(figo-cáqui)	* (figo-cáqui)		dióspiro
filho-da-terra	*			*trad lit chin				macaense
fongsoi	*chin			*chin				arte adivi nhatóri a
ham-ioc-chong	*chin			* chin				bolo salgado / cul
iam-chá	*chin			*	*	*chin		refeição
junco	*mal	*mal-jav		*mal				embarcação
lacassá	*mal		*mal		*	* mal		sopa / cul
ladu	*conc	*conc (laddu)	*conc	*conc	*	* conc (ladú)		bolo / cul
laissi	*chin		*chin	* chin (lai-si)		* chin (laissi)		dinheiro / presente
lán	*chin			* chin				peixaria
lorcha	*mal?	*chin?	*mal?	* mal?	*	*		embarcação
lorcheiro	*			*mal+suf port				tripulante
macaense	*			*				descendente port / asia
macaísta	*			*	*(maquista)	*		natural / crioulo de Macau

Atas 11º colóquio da lusofonia – 4º encontro açoriano

malinguar	*x			*x	* (malinguá)	* (malínguâ)		dizer mal
mamum	*tag			*tag mamun	* (mamún)	* (mamún)		bolo / cul
merendeiro	*x			*x				vendedor ambulante de merenda
mestre-china			*x	*x	*x	*x		curandeiro chinês
mestre-curandeiro	*x			*x				curandeiro
miçó	*jap		* jap			* jap (missó)		condimento / cul
min	*chin			*chin				massa / cul
minape	*chin		*chin	* chin		*chin (minap)		casaco / vestuário
minche	*ingl		*ing	* ingl (mínchi)	* (mínchi)	* (mínchi)		prato / carne picada / cul
mintói	*chin		*chin	* chin		*chin		cobertor
missó-cristão	*jap-port		*jap-port (miçó)	*jap-port		* jap-port (missó cristám)		prato / cul
muichai	*chin			*chin				mulher serviçal
múchi	* t. oriental		*or (n / chin)	* jap? (muchu-muchi)		*x		pastel salgado / cul
murum	*mal		*mal	* mal	* (murúm)	* mal (murúm)		triste
nairo	*x			*x				peixe
nhonha	*mal-jav	*x	*afro-port	*cr mac	* (nhónha)	*x		senhora
nhum	*cr mac	*x	*afro-port	*x	*x	*x		senhor
panchão	*chin	*chin	*chin	*chin	* pauchong			foguete
papiar	*cr.		*port		* (papiá)	* (papiá)	* (papiáh)	falar
parão	*mal	*mal	*mal	*mal	* (parám)	*mal (parám)	*mal (parang)	facalhão
patoá	*fr		*fr	*fr		*fr		crioulo macaense
peipá	*chin			*chin				instrumento musical
peipa-chai	*chin			*chin				mulher cantadeira e tocadora de peipá
quili-culú	*chin			*chin				linguagem arrevesada
saicó	*chin		*chin	*chin[saikó]		*chin		moço de recados
sapeca	*mal	*mal	*mal	*mal	*x	*x		moeda
sutate	*jap?	*x	*jap?	*or obsc	*x	* jap		molho / cul
tacho	*x		*x		*x	*x		prato / cul
tael	*mal	*mal	*mal	*mal	* (tel)	* (tel)		medida de peso
tapilu	*chin		*chin (tapilu)	*chin(tá-pin-lou)		*chin (tapilu)		prato / cul
tai-tai	*chin			*chin				mulher casada
tancar	*chin	*chin	*chin	*chin		* (tancá)		barco
tancareira	*x			*x		* (tancarêro)		mulher tripulante
taufú	*chin		*chin			* chin (taufú)		queijo de soja / cul
tau-fu-fá	*chin		*chin	*chin		* chin		queijo de soja / cul
tau-si	*chin			*x				condimento / cul
terra-china	*x			*x				China continental
tím-tím / tin-tin	*onom			* (tin-tin)	* (teng-teng-lou)	*chin (teng-teng-lou)		comprador de ferro velho
torrar	*x		*x		* (torá)	* (torá português)		falar português à maneira de Portugal
tudum	*mal	*mal	*mal?	*mal	* (tudúm)	* (tudúm)		chapéu / vestuário

1. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001
2. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001
3. Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, 1988 (1ª ed. 1919)
4. Batalha, *Glossário do Dialeto Macaense*, 1988
5. Gaião, *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses*, 1999
6. Ferreira, *Papiaçám di Macau*, 1996 (1ª ed. 1978)
7. Fernandes e Baxter, *Maquista Chapado*, 2001
8. Baxter e Silva, *A Dictionary of Kristang*, 2004

6. Referências bibliográficas

Amaro, Ana Maria (1988) *Jogos, Brinquedos e outras Diversões Populares de Macau*, Macau: Imprensa Nacional.

Amaro, Ana Maria (1989) *Filhos da Terra*, Macau: Instituto Cultural de Macau.

Batalha, Graciete (1983) "Situação e perspectivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)". In: *Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo, Atas Vol 1*, 287-303.

Batalha, Graciete (1988) *Glossário do Dialeto Macaense, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*, Macau: Instituto Cultural de Macau.

Baxter, Alan e Silva, Patrick de (2004) *A Dictionary of Kristang (Malacca Creole Portuguese) – English*, Camberra: The Australian National University.

Boxer, Charles (1990) *Fidalgos no Extremo Oriente*, Macau: Fundação Oriente, Centro de Estudos Marítimos de Macau.

Casteleiro, João Malaca (coord) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Verbo.

Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988) *Glossário Luso-Asiático*, New Delhi: Asian Educational Services, (1ª ed. 1919).

Estorninho, Carlos (1971) "Macau". In Serrão, Joel (dir), *Dicionário de História de Portugal*. vol II, Iniciativas Editoriais.

Fernandes, Miguel Senna e Baxter, Alan Norman (2001) *Maquista Chapado*, Macau: Instituto Internacional.

Ferreira, José dos Santos (1996) *Papiaçám di Macau*, Macau: Fundação Macau, (1ª ed. 1978).

Gaião, Raul Leal (1999) *Aspetos lexicais na obra de autores macaenses*, Macau: Universidade de Macau.

Gaião, Raul Leal (2005) "Línguas de Macau". In Cristóvão, Fernando (dir e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: ACLUS, Texto Editores.

- Gaião, Raul Leal (2007) “Nhónha-nhónha – A Reduplicação no crioulo macaense”. In Mata, I. e Grosso, Maria J. (org) *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*. Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, FLUL, 2007.
- Lessa, Almerindo (1996) *Macau, Ensaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, Administração de Macau*. Lisboa: Fundação Oriente, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Português do Oriente.
- Loureiro, Rui (2005) “História de Macau”, In Cristóvão, F. (dir e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: ACLUS, Texto Editores.
- Mendes, Manuel da Silva(1979) *Impressões e Recordações*, Macau: Quinzena de Macau.
- Paiva, Filipe Emílio de (1997) *Um Marinheiro em Macau - 1903, Álbum de Viagem*, Macau: Museu Marítimo de Macau.
- Pereira, J. F. Marques (1995) “Subsídios para o estudo dos dialetos crioulos do Extremo-Oriente”, in *Ta-ss-yan-kuo, Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Português*, coligidos, coordenados e anotados por J. F. Marques Pereira, 1989-1900. Macau: Edição Direção dos Serviços de Educação e Juventude - Fundação Macau.
- Rêgo, Francisco de Carvalho e (2000) “Os Macaenses” In Santos, Carlos Pinto e Orlando Neves, *De Longe à China*, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa de Macau.
- Silva, António da (1915) “O Dialeto de Macau”. In *Oriente*, Macau, abril de 1915, n. 4, pp. 161-166.

37. ROSA MADRUGA PINHEIRO



ROSA BEATRIZ MADRUGA PINHEIRO, natural de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, morando a mais de 12 anos no Estado de Santa Catarina. Com formação diversificada é aluna do programa de doutorado de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, área de concentração em Política e Sociedade na Idade da Técnica e da Globalização, da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduação em nível de Mestrado em Relações Internacionais para o Mercosul, pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós-Graduação em nível de especialização em Didática e Metodologia de Ensino, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Registro / SP. Licenciada em Espanhol, Univ. do Vale do Itajaí / SC, convênio com a Embaixada da Espanha. Licenciada em História, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus de Joaçaba / SC. Licenciada em Estudos Sociais, pela Universidade de Cruz Alta / RS. Professora de cursos de graduação e pós-graduação presenciais e a distância da Universidade do Sul de Santa Catarina. Funcionária Pública Estadual, atuando na Secretaria de Articulação Internacional do Estado de Santa Catarina

Ecos de uma recente publicação: Pioneiros Açorianos, Dr. Carlos Roberto Martins Brasil - ROSA BEATRIZ MADRUGA PINHEIRO, UNISUL, UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA BRASIL

Ao visualizar alguns livros na estante da casa do meu cunhado em Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, próximo a fronteira com o Uruguai, tive uma grata surpresa, encontrei o livro *Pioneiros e Açorianos*, e logo vislumbrei um tema para apresentar no Colóquio de Lusofonia e Açorianidade.

No mês de julho de 2005, nesta pitoresca cidade rio-grandense, aconteceu o lançamento de uma obra histórico-literária que traz valiosíssima informação para os interessados na história particular do estado do Rio Grande do Sul, do nordeste do Uruguai e do arquipélago dos Açores.

Esta obra, intitulada *Pioneiros Açorianos*, de autoria do Dr Carlos Roberto Martins Brasil, advogado e médico veterinário brasileiro, oriundo de Bagé (RS). Carlos Brasil dedicou muitos anos a investigação e pesquisa histórica recolhendo informações e verificando dados em numerosos arquivos, registros e bibliotecas, públicos e privados.

Este esforço e dedicação serão brevemente abordados neste trabalho que agora se apresenta.

Pioneiros Açorianos, por seu conteúdo, seu valor de documentação e sua natureza, tem estreita ligação, não somente com o Rio Grande do Sul no Brasil, como também com a história da região compreendida pelos departamentos de Paysandú, Salto e Tacuarembó e as muitas famílias de origem açoriana que colonizaram estas terras do norte uruguaio.

Entre uma dessas famílias se destacam as dos Teixeira Brasil e a dos Collares, que por mais de 165 anos são parte da vida destas regiões.

Na época do lançamento desta obra, foram para Bagé, convidados pelo autor, alguns de seus familiares descendentes dessas famílias no Uruguai.

No livro, Carlos Brasil faz uma coleção de dados, documentos, anedotas e referências bibliográficas que, graças a sua ágil e divertida caneta, convida ao leitor a entrar no maravilhoso mundo da história e obter um verdadeiro sentido da vida de pessoas que, com sacrifício e esforço, moldaram as vidas destas latitudes.

O que geralmente ocorre, é que as histórias nacionais (ou gerais) nos contam somente os assuntos e temas relativos de uma nação, a história de heróis e líderes aprovados e sancionados pelos cânones oficiais. No entanto, as histórias, que construíram, se constroem e relatam os incidentes e eventos que tiveram lugar através dos participantes no âmbito destes fatos históricos, restringem-se a alguns pesquisadores e a iniciativas como esta, que resultam neste grande evento.

Neste sentido, podemos exemplificar o que é de conhecimento geral, das lutas que, por mais de 150 anos, enfrentaram as coroas da Espanha e Portugal para tomar posse do que então era denominado de “Banda Oriental.” Estes sucessos são parte da história geral que faz narrativas de assuntos como a fundação da “Colônia del Sacramento” em 1680 por Manuel Lobo, na época governador do Rio de Janeiro; ou a posterior tomada e destruição desta mesma localidade em 1770, sob as ordens do general Pedro de Ceballos, que foi o primeiro Vice-Rei do Rio da Prata e sob sua autoridade foram fundadas, oficialmente, as povoações de Salto e Paysandú, ainda que se saiba que há muito tempo atrás eram ocupadas pelos índios guaranis.

Estas povoações foram estabelecidas em territórios que na ocasião pertenciam às missões jesuíticas na grande fazenda de “Yapeyú.” Esta é a história geral. **200**

200 Necessário frisar que quando José Artigas Purificación se estabelece em Purificación, vem como "governador" do território do Yapeyú. Este território incluía grande parte do que é hoje o Uruguai, o noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e parte de Misiones e Corrientes (Argentina).

Porém poucos sabem da história particular de um emigrante português, mais propriamente açoriano, chamado João Teixeira Brasil, que falava perfeitamente o castelhano (como é chamado o espanhol nesta região) e, além de ser comerciante de mulas, gado e cavalos, fazia parte das milícias portuguesas que ocupavam grandes extensões da Banda Oriental, território este, como foi dito, disputado entre as duas nações ibéricas. Desse mesmo João, se sabe que andava por esta parte da costa do rio Uruguai, e que por volta de 1766, junto com outros 200 dos seus compatriotas, caiu prisioneiro das tropas de Ceballos. Ele foi posteriormente devolvido ao seu país de origem em uma negociação de prisioneiros de guerra que resultou em um tratado de paz.

Pouco sabia este aventureiro soldado e pioneiro destas terras, João Teixeira Brasil, que cerca de 80 anos mais tarde, seus netos e bisnetos galopariam por estas mesmas colinas e vales, a cruzar campos e rios para estabelecer-se permanentemente no território, nesta época, uruguaio. **201**

Carlos Brasil nos conta, em uma amena, divertida e pessoal narração, fatos até então conhecidos somente pela tradição oral familiar que foram lentamente se perdendo.

Em Pioneiros Açorianos, este historiador e investigador rio-grandense, dá vida a numerosos personagens históricos, destas histórias particulares, que darão origem a um grande número de famílias uruguaias de origem luso-brasileira, e que atualmente carregam sobrenomes como: Brasil, Pereira Brasil, Collares, Pías, Gonçalves (ou González), Silveira (ou da Silveira), da Silva, Britos, Franco, Vieira, Machado, Osório, Castro, Martins, Tavares, Simián (ou Simianes, ou ainda, Simões), Piriz (ou Pires), Souza (ou Sousa) e Teixeira, para mencionar somente a alguns deles.

O autor recolhe em sua obra informações de vários genealogistas e historiadores que estudam e se ocupam, especialmente no Brasil, das histórias particulares de famílias imigrantes açorianas e portuguesas. Entre estas fontes, Carlos Brasil faz menção muito especial da obra previamente publicada por outro bageense, o historiador Cândido Pires de Oliveira, intitulado, Alma, Terra e Sangue (2003), que fornece breves informações sobre as origens da família Brasil e seus descendentes não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no Uruguai (Pires de Oliveira também é um descendente das duas famílias, Collares e Brasil).

Outra fonte de abundantes e importantes informações sobre a odisséia açoriana em terras gaúchas e uruguaias é a obra Memorial Açoriano,**202** do pesquisador caxiense Luiz Antônio Alves, ele próprio descendente de açorianos. Os escritos encontram-se reunidos em 27 volumes dos quais apenas dois deles foram publicados, porém é a pesquisa mais completa sobre a genealogia dos açorianos e seus descendentes em terras rio-grandenses e uruguaias, até os dias de hoje. Nesta obra obtém-se a informação de que 1 / 4 dos 12 milhões de habitantes do Rio Grande do Sul são descendentes de açorianos. Daí pode-se calcular a importância histórica e cultural da obra de Luiz Antônio Alves, na região sul do Brasil e nordeste do Uruguai.

Apenas foram inventariados os açorianos que chegaram em terras gaúchas para provar que eles vieram num número maior do que se sabia, principalmente porque milhares vieram de Santa Catarina. O autor também tenta provar que o açoriano é um dos povos que ajudou na formação da identidade do gaúcho, o que está muito difícil. A maioria das pessoas, inclusive "doutores" pensa que vieram uns 60, 100 casais para Porto Alegre e fim. Em Caxias do Sul, por exemplo, dos primeiros habitantes (incluindo os imigrantes italianos), 20% não foram imigrantes italianos e sim portugueses e, destes, 70% eram descendentes de açorianos! Assim, numa simulação, 50% da população caxiense também têm sangue açoriano! Eles estão presentes em todos os Municípios do Rio Grande do Sul. E a maioria estuda História com a chegada dos casais em Viamão, depois pulam para 1824. E esquecem-se dos açorianos!

Entre os dados importantes, encontra-se a informação que no século 18 ingressaram no Rio Grande do Sul mais de 10 mil portugueses, vindos das ilhas açorianas. Em 250 anos eles se espalharam por todo o Estado e hoje estão presentes em quase todos os municípios, atravessando as fronteiras, até o vizinho país, Uruguai. Foi significativa sua influência na formação étnica do gaúcho e dos uruguaios da fronteira com o Rio Grande do Sul, com participação em sua formação cultural.

Muitos personagens ilustres têm ascendentes no Arquipélago dos Açores: Bento Gonçalves, Manoel Luiz Osório, Visconde de Mauá, Oswaldo Aranha, Andrade Neves, Júlio de Castilhos, Barbosa Lessa, Simões Lopes Neto, Érico Veríssimo, Anita Garibaldi, Getúlio Vargas e muitos outros que atualmente podem adotar sobrenomes de origem italiana, germânica e até polonesa.**203**

Entre outras fontes de muitos destes autores incluem valioso site da Família Assis Brasil, que partilha as suas origens com a família Brasil que estuda Pioneiros Açorianos. Além disso, na parte que trata da história destas famílias no Uruguai, o autor recorre à valiosa informação investigada pelo sanducero Oscar Pereira Henderson Brasil em sua monografia de 1976: Origem e História da Estância “Cerro de la Bandera”, trabalho mimeografado e de circulação apenas familiar.

As origens da família Brasil remontam a Idade Média, quando um certo Pero Luís de Sousa, oriundo de Santander, Portugal, ainda criança se muda com seus pais para os Açores. Porém, Luís, anos mais tarde, adota o sobrenome Monte Brasil, da colina da Ilha Terceira, da qual era proprietário (1470) para diferenciar-se de muitos outros “Sousa” que colonizaram as ilhas. Assim, a documentação existente demonstra que passou a ser conhecido como Pero Luís de Sousa do Monte Brasil. Como Carlos Brasil observa muito bem, deste sobrenome a Pero Luís de Sousa Brasil foi apenas um passo. Este é considerado como o “genearca” (ou fundador do gentílico familiar) de todos os Brasil que tem suas origens em Portugal.

É interessante notar que Pero Luís adota o sobrenome Brasil, nas ilhas dos Açores, uns 30 anos antes que a terra do Brasil (país) fosse descoberta por Pedro Álvares Cabral em 1500.**204** Alguns dos seus descendentes adotaram, muitos anos depois, o sobrenome composto de Teixeira Brasil que passou a denominar a família por mais de 200 anos.**205** Para conhecimento das pessoas que tem este sobrenome ou que descendem desta origem por linha feminina (e por este motivo perderam o gentílico), suas origens têm mais de 535 anos de existência e se enredam na grande epopeia dos descobrimentos e colonização das Américas.

Os Teixeira Brasil participaram posteriormente, de forma muito ativa, nas chamadas Guerras das Missões ou Jesuíticas e nas lutas pela Colônia de Sacramento, como já foi mencionado e, nas lutas do período colonial, as guerras entre Espanha e Portugal pela posse da Banda Oriental.

201 A partir de 1666 existem dados ininterruptos desta família, que conforme se sabe, teve origem em 1470. A genealogia da família Brasil existe a partir de Alfonso Sanches (Brasil), pai de João Teixeira Brasil, o primeiro desta família que veio para as terras da América do Sul em 1748. Este era heptaneto de Pero de Sousa Brasil.

202 ALVES. Luiz Antônio. Memorial Açoriano: Genealogia do Século XVIII – Rio Grande do Sul. 1ª Ed. Est Editora, Porto Alegre. 2005.

203 Baseado em dados disponibilizados em artigo publicado no Jornal Zero Hora de Porto Alegre, intitulado “A Odisseia dos Açorianos”, edição de 19/01/2006 – Almanaque Gaúcho, editor: Olyr Zavaschi, p. 54. De autoria do Frei Rovílio Costa, religioso, escritor, professor aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diretor e professor da Escola de Teologia São Lourenço de Brindes, Porto Alegre.

204 Será elaborado um estudo a ser publicado em breve, sobre a origem da palavra "Brasil", seus diferentes usos e significados, pelo Dr Hector Brasil Laurenzo, membro da família, uruguaio de Paysandu, professor de Literatura Ibero-Russa e de Culturas e Civilizações Hispano-americanas e Brasileiras da Universidade de Redlands, Califórnia.

205 É interessante notar que, depois de viver no Uruguai desde 1890, o brasileiro Teixeira passa apenas usar o nome Brasil. Isto se repetiu também em toda fronteira, e hoje a maioria dos seus descendentes utiliza apenas o sobrenome Brasil.

Já em pleno século XIX, aparece a figura o “patriarca” da família Brasil, Severino Teixeira Brasil (1781), às vezes chamado “o Velho” (el Viejo) ou “o Mostardeiro,” por ter nascido na cidade rio-grandense de Mostardas. Severino chegou a ser capitão de milícias nas tropas portuguesas de Diego de Sousa e nas do general Francisco de Lecor, barão de Laguna e governador da “Província Cisplatina.” Juntamente com ele está seu irmão Laurindo Teixeira Brasil, além de mais dois irmãos de sobrenome Collares (ou Colares), de origem portuguesa continental: Leonardo Collares e José Luis Collares. **206** No período da vida independente do Uruguai e do Brasil fariam parte nas lutas intestinas do Uruguai (a Grande Guerra) e do Brasil (Guerra dos Farrapos). Alguns deles também participaram na cruel e infame Guerra do Paraguai.

Mais próximo do nosso tempo, tanto os Brasil como os Collares e os Pereira Brasil participam nas lutas de Timoteo Aparicio de 1890 e nas de Aparicio Saravia, em 1904, sendo que a estância do Cerro del Arbolito, no noroeste de Paysandú, foi um dos estabelecimentos rurais que serviram de marco para a última batalha do caudilho **207** branco. **208**

O livro Pioneiros Açorianos apresenta documentos, testemunhos, documentos pessoais e notas familiares que ajudam a recriar um passado histórico que transcende os laços familiares e nos relatam fatos e eventos de um viver cotidiano de homens e mulheres que, pouco a pouco, estavam construindo a história da nossa região. Neste aparecem destacados personagens como o general Lavalleja e o general Alvear nas lutas contra o império do Brasil, em 1827-28 e a batalha de Ituzaingó. Também é mencionada a campanha dos Sete Povos das Missões de Fructuoso Rivera, que pelo seu regresso da valiosa campanha missionária a Paysandú, hoje repousa ao pé da torre sul da Basílica de Nossa Senhora do Rosário.

A obra analisada apresenta numerosas fotografias e retratos de antepassados destas famílias, que trazem a memória traços familiares de indivíduos que se repetem atualmente. Reúne também, escritos, assinaturas e autógrafos de homens e mulheres que apesar de viver em um mundo rural e isolados, apreciavam a cultura, a música, a leitura e a escrita

Alguns destes homens alcançaram posições cívicas e militares de importância em ambos os lados da fronteira. Outros, a maioria, preferiu o trabalho rural, onde se esforçaram para melhorar os campos e tornar estas regiões um lugar melhor para as gerações futuras. Conforme enfatizou Carlos Brasil, as famílias Collares Pereira e Brasil foram criadores de gado por excelência e seu trabalho centrou-se na produção, não apenas equina e bovina, como também no valioso negócio de criação e produção de muars. Esta produção, essencial em sociedades nas quais ainda não existiam veículos motorizados, exigindo vários anos de dedicação e conhecimento para que uma mula fosse usada como “animal de tração” em qualquer empresa.

Em Pioneiros Açorianos, Carlos Brasil relata a curiosa relação que ocorreu, já em pleno século XIX, entre as famílias Pias e Brasil. Ambas eram amigas e se relacionavam desde os princípios de 1800. Porém, por volta de 1838, no testamento de Severino Teixeira Brasil, este deixa uma responsabilidade especial para seu filho Mateus Teixeira Brasil, para cuidar de Feliciano Pias, criança órfã de pai e mãe, filho de seus amigos Joaquim e Felicitá Pias. A história nos demonstra que Mateus cumpriu com esta responsabilidade e Feliciano Pias se radicou no Uruguai. Como seu “pai adotivo”, foi um fazendeiro na estância “Magnólia”, próxima de Guichón, terras herdadas de um dos seus antepassados, Juan Pias, na costa do rio Quegay e do arroio Guayabos. Anos mais tarde, duas de suas filhas Malvina e Camila, se casariam com dois dos netos de Mateus Teixeira Brasil: Ildefonso Teixeira (Collares) Brasil e Octavio Teixeira Brasil, respectivamente, originando a numerosa prole dos Brasil Pias de Queguay Chico e Guichón, localidades do departamento de Paysandu.

Hoje mais de 250 anos da chegada dos primeiros Teixeira Brasil as terras austrais da América do Sul, os numerosos descendentes destes pioneiros do passado, congratulamo-nos por seu trabalho e sacrifício, pelo amor que dedicaram à região que os recebeu.

No Rio Grande do Sul, celebra-se o Dia da Imigração Açoriana no Estado, para lembrar que esse movimento começou em 19 de janeiro de 1752. Além de Porto Alegre, a maioria das cidades da Metade Sul e do Litoral Norte foi criada ou povoada pelos açorianos, além do nordeste uruguaio.

Ao mesmo tempo, a autora deste artigo, desde as (agora) ensolaradas terras catarinenses, deseja agradecer ao Dr. Carlos Roberto Martins Brasil, por tão valiosa obra que ajuda a manter a memória daqueles que já se foram e que fazem da história particular dos Pioneiros Açorianos a história geral de todos nós, brasileiros, uruguaios e açorianos que compartilhamos nossa realidade de hoje. Esta história diz-nos mais do que nossos objetivos e sonhos comuns como nações irmãs com diferenças ocasionais. O melhor é aprender com o passado para criar um futuro promissor, como entenderam nossos antepassados.

Também agradeço os esforços do nosso querido irmão e amigo, Dr Chrys Chrystello e a Dra. Helena, que não medem esforço, energia e trabalho para que os Colóquios aconteçam e sejam este sucesso.

38. ROSÁRIO GIRÃO E

39. MANUEL J. SILVA



M.^a DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS doutorou-se na Universidade do Minho, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da recepção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. De finais do Romantismo ao Modernismo*. Desde então, tem vindo a lecionar disciplinas no âmbito da Literatura Comparada, Literatura Portuguesa / Literatura Francesa e Literatura e Mito, e a orientar teses de Mestrado e de Doutoramento. O seu último livro de ensaios (no prelo) intitula-se *Monsieur Proust: o homem das leituras solitárias*.

MANUEL JOSÉ SILVA doutorou-se na Universidade de Caen, França, com um “Doctorat d’État” intitulado “Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain”. Publicou, em 2008, um ensaio intitulado *La langue française et l’Histoire*. É, presentemente, Coordenador da *Área de Línguas e Culturas Estrangeiras* na Academia Sénior (Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Braga).

Homenagem a Dias de Melo: silêncio, memória e palavra M.^a DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS E MANUEL JOSÉ SILVA, (UNIVERSIDADE DO MINHO)

206 Estes dois irmãos Collares casam com as filhas dos Teixeira Brasil. A origem do nome está no distrito de vila Collares, em Sintra, Portugal. Ambos os casais, Collares e Brasil, originam a família Collares, que vivem atualmente no Brasil e no Uruguai. Assim, afirma-se que todos os Collares são membros da família Brasil, ainda que nem todos desta última família sejam Collares.

207 A palavra caudilho (em espanhol, caudillo) refere-se a um líder político-militar no comando de uma força autoritária. Está comumente associada à América Latina do século XIX e início do século XX ou relacionado à época franquista. Fonte: SCHILLING, Voltaire. O Caudilhismo no Rio Grande do Sul. Edição Eletrônica. In: Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul.

208 “El Cerro del Arbolito” sobre a estrada 26, junto as estâncias “Corrales” e “El Cerro de la Bandera” eram propriedades dos Teixeira Brasil, Collares Brasil e Pereira Brasil, respectivamente. “El Cerro del Arbolito” foi a sede da fazenda pertencente a Mateus Teixeira Brasil, que com seus cunhados se estabeleceram em Paysandu entre 1836 e 1838. Atualmente, esta estância pertence a Olavo Machado Vieira (Brasil), descendente de Manuel, filho de Mateus, que por sua vez era o pai de Braulia Brasil, avó paterna do atual proprietário.

Quando a memória afetiva (na sua tríplice vertente romântica, imaginativa e sensitiva) rompe o silêncio do discurso, essa não realização eloquente de um ato enunciativo que tanto provém da insuficiência emocional da linguagem como da recusa mais ou menos voluntária do sujeito escrevente no tocante à sua exteriorização, a palavra jorra, então, pletórica, destilando na narrativa ficcional vivências de indubitável cariz autobiográfico.

É o caso de *Pedras Negras* e de *Milhas Contadas*, obras em que Dias de Melo, tomando de empréstimo o ponto de vista de Francisco Marroco e de Pedro António - personagens dignas de figurarem *Na Memória das Gentes* -, vai gradualmente revisitando as diversas etapas, qual trajetória de evocações, de um passado mítico.

Será, todavia, na crónica da viagem e na diarística que a palavra não fragmentária, ao serviço do autorretrato e sob a égide da revivescência, se torna acutilante: ao percorrer *Das velas de lona às asas de alumínio* e *Poeira do Caminho* (José Dias de Melo), bem como *Relação de Bordo* e *A Tabuada do Tempo. A lenta narrativa dos dias* (Cristóvão de Aguiar), indiferentes não ficamos à textualização de tantos lugares de memória e memórias dos tempos, cristalizados numa ilha cronótopo - e “Sair da ilha”, como escreveu Daniel de Sá em *Ilha Grande Fechada*, “é a pior maneira de ficar nela” -, configurando tanto o processo de escrita como uma escrita da açorianidade, traduzida pela sempiterna dicotomia atração e repulsa, afastamento e saudade, cansaço do isolamento e anelo do retorno.

“Dias antes de partir, telefonaram-me da TAP em Ponta Delgada:

É o Senhor João Dias de Melo?

Dias de Melo – sou: José Dias de Melo. João é que nunca fui.”

(1990: 25).

Sem enveredarmos pela exegese (frutífera, sem dúvida) dos artigos de intervenção cultural publicados na página literária do jornal *A Ilha* (manifestação açoriana do neorealismo português) e assinados por Borges Garcia, sem atentarmos na especificidade da literatura de feição açoriana²⁰⁹, evitando adjetivos de cariz valorativo como “regionalista” ou “localista” e “universalizante”, sem nos determos com minúcia nas linhas de força definitórias da identidade (e subsequente alteridade) do ilhéu (de entre as quais avultam o hábito da emigração e a religiosidade popular), sem abraçarmos os momentos ‘fortes’ da produção literária do Arquipélago, incorrendo no risco de uma tipificação simplista e de uma confrangedora hierarquização (de que não raro padecem as antologias), e sem aprofundarmos a análise de uma só obra, antes optando pela abordagem comparatista da obra plural de dois escritores lusitanos de renome, quedemo-nos no romance *Pedras Negras* de Dias de Melo²¹⁰, cuja obra revela, segundo Álamo Oliveira, a “heroicidade da vida de algumas dezenas de pessoas a quem a miséria obrigou a enfrentar situações de perigo, a par de outras impostas, de forma injusta, por quem mais lucrava com o resultado da caça à baleia.”²¹¹

O protagonista Francisco Marroco e seu amigo João Peixe-Rei, casado com a Idalina (que está à espera de um bebé), decidem abandonar a “Ilha que escorraça a gente” - onde “cada freguesia é uma jaula dentro da jaula maior que é a Ilha.” (2003: 128) -, cenário de secas brutais e de violentas tempestades, e embarcar de salto no “Queen of the Seas”, navio da praça de New Bedford, onde se tornam baleeiros: “*She blows!* - gritaram os gajeiros. - A barlavento! Um cardume!” (2003: 48). Um pesadelo recorrentemente premonitório de João Peixe-Rei firma a sua morte iminente e a errância de Marroco por terras da América, quer no rancho do desumano Albano Passarinho, quer na miséria revoltosa partilhada com “os trampas”, quer no oásis que se revela, por fim, o lar de Miguel Parreira. Cerca de dezasseis anos volvidos sobre o seu êxodo e na posse de dezasseis mil dólares, o “senhor americano” regressa às picarotas “pedras negras”, casa com a sempiterna bem-amada Maria da Roque, auxilia monetariamente a viúva de Peixe-Rei e seu filho Joaquim, alcunhado o “sábio”, e vê-se financeiramente solicitado (ou, melhor dito, assediado...) pela gerência da Companhia Baleeira, pelos mordomos da Irmandade do Espírito Santo e pelo recém-criado Banco da Nossa Senhora da Vida. Tem, porém, a História, individual e coletiva, desígnios que ironicamente contraditam o Destino à partida afortunado: no *explicit*, Maria da Roque acaba por falecer, o Banco da Nossa Senhora da Vida (mau grado os encómios do Professor) vai à falência e o primogénito de Marroco é encarcerado pela via da indignidade gananciosa de Joaquim, filho de João Peixe-Rei, que Marroco se aprestara paternalmente a socorrer.

“Francisco Marroco [...] Sentia-se repentinamente velho, muito velho, muito velho.

Regressou a casa para sempre sucumbido.

Era noite.

E naquela noite, como em tantas outras, não havia estrelas no céu.” (2003: 171)²¹².

Nesta narrativa, cuja temporalidade explícita medeia entre o fim da Monarquia e a Segunda Guerra Mundial²¹³, a memória detém, temática e estilisticamente, inegável papel de relevo. Assim é que Francisco Marroco, criança ainda, se lembra de ouvir o Avô lembrar-se do Ano da Fome, ocorrido nos seus tempos de rapaz, chegando ao ponto de ser assolado pela grata impressão da imagem de sua Mãe, contemplando-o ternamente, e pela de seu Pai, “cigarro no canto da boca e a viola apertada contra o peito...” (2003: 25). Do mesmo modo, não se coíbe João-Peixe Rei, homem feito, de contar ao jovem Marroco o que o Padre Velho, *in illo tempore*, contava sobre o funesto Ano do Fogo: “ - Em quase todos os cabeços da Ilha se abria a bocarra duma caldeira: cada cabeço fora um vulcão e cada caldeira uma cratera.” (2003: 29).

Se tal memória é voluntariamente convocada, enraizada que está na *Memória das Gentes*, o mesmo não sucede com determinados quadros do passado que, doravante revisitados, constituem trampolim para uma justaposição de imagens sobrelevando os tempos de antanho em detrimento dos tempos hodiernos, já que a imaginação e a memória comungam da presentificação do ausente, diferindo, contudo, no

²⁰⁹ Ver, a este respeito, Barros (1981: 85): “O problema da açorianidade literária só pode ser compreendido no âmbito mais geral dos problemas que se colocam mundialmente relacionados com as regiões. Descentralização, defesa dos valores culturais das comunidades com caráter próprio, aspirações a autogoverno, são fatores que caracterizam a irrupção dum dado político novo na Europa dos anos 70.” [publicado inicialmente em *Açores. Contexto* de 26 de junho de 1980].

²¹⁰ Segundo J. H. Barros, “Dias de Melo, logo depois de Vitorino Nemésio, tem sido para nós, Ilhéus, a razão mais segura para falarmos descomplexadamente duma literatura açoriana integrada na literatura portuguesa mas mantendo elevado grau de autonomia [...]” (1981: 144).

²¹¹ cf. Oliveira, Álamo (2008) “*Em memória de Dias de Melo*” in *Maré Cheia, Página de Artes e Letras do Portuguese Tribune*, 26-27. Ver, também, na mesma página literária, “*Um escritor livre*” de Daniel de Sá: “[Dias de Melo] estava presente [...] com a sua palavra iluminada e iluminadora, com o seu talento de escritor reconhecido como grande, enorme, sem precisar de peregrinar pelas ‘capelinhas’ onde se decide o mérito na capital da Pátria e da cultura portuguesa.” Esta referência bibliográfica foi-nos gentilmente cedida pelo Dr. Chrys Chrystello.

²¹² As estrelas no céu parecem ser uma constante do *explicit* dos romances de Dias de Melo. Ver, a este respeito, o final de *Das velas de lona às asas de alumínio*: “E eu... aqui... nesta migalha da Ilha perdida no meio do Atlântico Norte... Sentado a esta mó velhinha... neste recanto deste pátio votado ao abandono em frente à porta da loja, que já foi adega, nos baixos da minha Cabana do pai Tomaz...

Só... aqui... eu... Com as estrelas na cúpula da catedral da noite... E com este livro nas mãos...” (1990: 289).

²¹³ “[...] o Manuel Ratinho estava dando milho que era para o povo votar com ele e deitar abaixo o rei e pôr a república a governar [...]” (2003: 75); “Terminada a Primeira Grande Guerra, tanto se agravara que se tornava quase insustentável a situação da companhia baleeira local.” (2003: 149); “O óleo, com a guerra que deflagrara - a Segunda Guerra Mundial -, atingia preços nunca supostos antes.” (2003: 165).

tocante à fenomenologia da lembrança: enquanto a primeira suspende a realidade e advoga o irreal, preconiza a segunda o retorno a um real transato (Ricoeur, 2000: 53-54). Assim sendo, a bordo do “Queen of the Seas”, e após remar como um “nice baleeiro”, do ponto de vista do piloto, Marroco “não *via* botes, nem homens, nem mar - mas só a Ilha, em seu coração, e a Mãe, e o Pai, e Maria.” (2003: 51). Curioso se torna assinalar o recurso frequente a este verbo de percepção grafado em itálico: ao som dos gemidos dolentes da viola do cabo-verdiano Tony, Marroco “*via* - no luar que lhe chegava ao coração - o pai, com a sua viola, Maria, naquela noite de vindima inundada também de luar formoso...” (2003: 62). Por seu turno, ao receber uma missiva de sua Mãe Isabel - esse excelente pastiche epistolar elaborado por Dias de Melo e primando pela típica ausência de pontuação -, os seus olhos “cegos para o mundo autêntico que o rodeava, só *viam*, por detrás da névoa das lágrimas, o mundo que estava dentro da sua alma.” (2003: 77). O *acmé* desta visão interior, expressão presentificada da lembrança carreando a óbvia alienação do universo circundante e a subsequente cristalização de um cosmorama que o silêncio quebrou, não tarda a ser operacionalizado pelo verbo estativo *estar*, assinalado igualmente com itálico: com efeito, no rancho de Albano Passarinho, “Francisco Marroco *estava* lá, na Ilha, em casa dos pais, sentado na esteira, na cozinha, numa noite de inverno.” (2003: 78). Trata-se, com efeito, da imagem espacial e espacializada do passado, apogeu da fenomenologia da memória.

Ora, se a memória afetiva redundava numa impressão espoletada pelo choque da recordação, se a memória imaginativa reconstrói, a partir da imagem veiculada pela lembrança, o sentimento que se julgou ter vivenciado em dada altura, se a memória sensitiva invade o ser da sensação de outrora e se a memória romântica o impele a percorrer de novo caminhos já trilhados²¹⁴, Dias de Melo é, sem margem para dúvida, o poeta das *memórias da Memória*, sobretudo em *Milhas Contadas*²¹⁵, romance-trajetória de evocações incessantes variavelmente focalizadas por Pedro António, por Eugénia e por Maria da Cruz. Recolhido ao leito no silêncio do seu quarto da Residencial da Duque de Loulé - “Vai adiantada a tarde morrinhenta.” (2002: 15) - e tão-somente interrompido, nas suas digressões memorialísticas, pela solicitude filial da empregada Ilda, Pedro António enceta, titubeante, a redação de uma carta, de contínuo recomeçada e retomada²¹⁶, à família de Maria da Cruz, cuja notícia do passamento lhe foi comunicada por telefone. Uma pergunta de resposta dúbia se lhe aflora ao espírito: “porque me apartei da Ilha, da Freguesia?” (2002: 33). A partir do III Capítulo, desfilam, por ordem cronológica que tende a baralhar-se no prosseguimento da narrativa, os seus difíceis princípios de vida na Capital, o seu primeiro encontro e ulterior matrimónio com Eugénia, as viagens efetuadas pelo casal, todos os anos, por alturas do verão, a bordo do *Lima* “cinquentão” e do ainda relativamente novo *Carvalho de Araújo*, a doença e o falecimento da Esposa e o calvário atual da sua solidão.

Original se afigura, a todos os níveis, o processo evocativo em cadeia - centrado nessa velhinha, Maria da Cruz, que ele deixara enferma na Ilha -, explanado ao longo da escrita da epístola, num discurso pontuado pela significativa alternância dos tempos passado e presente (2002: 121). Pedro António, num fim de tarde invernosos prolongando-se pela noite de vendaval e pela madrugada de promissora tempestade, tanto recorda a vida de Maria da Cruz, por ela contada num outro tempo, como o seu exame de quarta classe e de admissão aos liceus (num passado remoto), a emigração de seu Pai para a Califórnia, a doença de sua Mãe, a amizade de Eugénia por Julieta (única a conhecer o segredo da sua esposa, ou seja, a sua doença) e, num passado próximo, o seu casebre, qual “cabana” ou “palácio” (2002: 79), na Freguesia sita nessa “terra perdida no meio do mar” (2002: 36): “*Tem [Pedro António] a impressão de que ali, no seu quartinho, vê, sobretudo de que ouve Maria da Cruz, tal e qual a ouvia em criança, em moço, mais tarde, homem feito e casado, [...]*” (2002: 121). Tal revivescência dos tempos do Tempo (que a memória dos sentidos, primordialmente visual e auditiva, concretiza) é escandida, por entre a névoa de fumo do cigarro que o homem que recorda acende - muito embora lúcido quanto à interdição do gesto -, pelos silêncios discursivos, pelas sequências fracionadas de palavras, pelas reticências frequentes ou, por outras palavras, pelo silêncio do “telling” na sua relação com a diegese. Assim é que a palavra perdida se transmuda em palavra do implícito e em silêncio voluntário, pela via do qual vai apelando o protagonista-narrador (mediante a focalização interna) para a faculdade de dedução do narratário, o qual intenta preencher os pontos de indeterminação ou os vazios textuais conducentes à plenitude do verbo. É o caso, no capítulo VII, da aquisição, por parte de Pedro António e de Eugénia, de uma propriedade, na Freguesia, “*para se acolherem durante as férias, as vindimas, depois de reformados por mais algum tempo... até... [...] e a morte a aproximar-se, a aproximar-se... tanto... tanto...*” (2002: 78). É o caso, ainda, das suspeitas, paradoxalmente iniciais e tardias, nutridas por Pedro António a respeito da doença de Eugénia que, certo dia, se levanta, “*entra em casa... apressada... A princípio... Todavia, um não sei quê no interior de Pedro António, que pondera, ‘parecia fugir... mas de quê?’ [...]*” (2002: 96). É o caso, também, da urgência em ganhar o pão nosso de cada dia, pois “*sempre assim foi, murmura Pedro António lembrando-se de...*” (2002: 139). É o caso, por fim, da ida ao consultório do Dr. Damásio, “*O Dr. Damásio... no consultório... na vila...*” (2002: 159). Às vezes, é a própria mancha tipográfica, mercê de um maior espaçamento, a constituir prova flagrante da palavra obnubilada ou dirimida por tempos justapostos.

“E a lembrança da morte da Mãe, há tantos anos, dos Avós, do Pai... doutros, muitos outros. E a morte de Eugénia.

O bruá da rua, da zoada indefinida vinda do perto e dos longes da cidade...” (2002: 84).

Em contrapartida, embora contando um número menor de ocorrências, torna-se o implícito textual explicitamente verbalizado, a ponto de explicar, pela decifração da metáfora conducente a um protocolo adequado da leitura, o título da obra.

“Assim se foram passando anos e anos, os velhos tornando-se mais velhos, contando as suas milhas até que a morte os levasse, os novos, os homens e as mulheres de meia-idade começando a ser velhos, acabando mesmo por, bem contadas as suas milhas, entrarem, por sua vez, na velhice...” (2002: 79-80).

Uma outra característica da arte originalíssima e do estilo inconfundível de Dias de Melo reside no uso e no abuso expressivamente inéditos dos parênteses, cujas funções se revelam variegadas, indiciando:

A intrusão do narrador na interioridade da personagem, com o fito de lançar a dúvida quer sobre os seus sentimentos quer sobre as suas ideias, aparentemente explanados e exaradas de modo perentório: “Porém, continuando calada [Eugénia], convencida (ou não estaria convencida?) de que aquilo não era mais que um faniquito sem a mínima importância (acreditaria?), [...]” (2002: 91).

O tentame de encontrar uma eventual explicação para um facto deficiente e superficialmente apresentado: “[...] a velha muito velha, mais velha que uma múmia [...] rosto de formiga encarquilhado e mais que encarquilhado, corpo esquelético, mãos deformadas (reumatismo?), [...]” (2002: 108).

O desejo de fornecer uma informação, suplementar mas não supérflua: “[...] é Ilda, a empregada, sempre atenta em o cuidar, mormente em lhe servir pontualmente as refeições fornecidas (menos o pequeno-almoço à conta da residencial), [...]” (2002: 29).

A disponibilidade para desfazer uma dúvida suscetível de entrementes surgir: “[...] lá estava [Pedro António] a vê-los chegar, ao Lima roncheiro, ao Carvalho de Araújo dançarino (o navio, não o herói com cujo nome o batizaram), [...]” (2002: 37-38).

A solicitude em abdicar da focalização interna e em deslocar a palavra para o campo de visão do protagonista: “Sentado à escrivaninha, a noite a correr, [...] (‘não há maneira de conseguir livrar-me desta porcaria’ [cigarro]), Pedro António rememora.” (2002: 87).

O deleite na construção de um fragmento textual de dominante descritiva, mediante recurso à enumeração ou ao inventário: “Manhã adiantada, no salão refeitorio (mesas postas, toalhas alvas, boas loiças, talheres de bom metal luzidio - loiças e talheres marcados com o emblema da companhia proprietária do navio -, mesas envernizadas, paredes pintadas de cores agradáveis), [...]” (2002: 61).

²¹⁴ “Francisco Marroco [...] Reencontrava a antiga paisagem, a antiga gente - e reencontrava nelas a sua alma de menino e jovem.”

²¹⁵ Este ditado popular de Santo Amaro, Pico, aparece em *Pedras Negras*, numa carta endereçada pelo Pai ao protagonista: “[...] somos dois barcos velhos e arrombados que chegaram ao fim da viagem no mar revoltoso deste mundo que isto quando as milhas estão contadas já a terra está à vista [...]” (2003: 86-87).

²¹⁶ “Para, hesita, pondera o tratamento a dar às pessoas a quem se vai dirigir... *queridos amigos... companheiros, queridos companheiros...*” (2002: 16).

Ora, se o narrador, pela via da memória voluntária e afetiva, vai coadjuvando o narratário na colmatação dos silêncios do romance em apreço, o autor-narrador-protagonista, na obra confessional, não se furta, avançando na idade, a fazer jorrar uma palavra pletórica, mercê das oscilações contínuas entre plenitude e vazio, assim como da percepção idílica do passado revolvido a partir do doloroso presente: “*Le passé est-il l’avenir des gens âgés, ou plutôt leur refuge?*” (1999: 304). Percorrendo as laudas de *Das velas de lona às asas de alumínio*, crónica da viagem de Dias de Melo à Califórnia para a sessão de lançamento de *Dark Stones*, deparamos com uma lúcida reflexão sobre o fenómeno emigratório, sobre a difícil adaptação do emigrante, sobre o desembarque dos antigos baleeiros - designados por *Eles* (em itálico e com maiúscula)²¹⁷ - à Calafona, em navios cujos porões abarrotavam de azeite, sobre as “dolares” enviadas à família pelos “senhores americanos” ou, mais recentemente, pelos “senhores canadianos”, sobre o *modus vivendi* dos Portugueses, em verdadeiros guetos, na Califórnia (onde pulula a grande maioria das gentes do Pico) e, sobretudo, com a obsessão quase patológica pela sombra do Pai que, ao espoletar a memória silenciada, vai ritmando as distintas estórias da História e unindo coerentemente os seus fios dispersos: é o casamento do Ti Luís Fernandes com a menina Piedade, é a velha casa do Ti António Garajau, é o professor azedo que teve, lá na Freguesia, o Clarêncio, é a ausência saudosa da esposa que o autor perdeu e, para mais não citar, é a descrição, esboçada por patamares, da sua “Cabana do Pai Tomás”. Narrativa de viagem em dois tempos distintos - assinalados pelos título sinedóquico (“velas” - navios / “asas” - aviões) e sustentados pela recorrência da forma verbal “Lembro” e do presente iterativo “Relembro”²¹⁸ -, assiste-se à emergência do passado longínquo no silêncio da memória, entre o *lá* e o *cá*, entre a Ilha, “aldeia do Continente”, e a América “de contos de fadas” (1990: 88), de modo tal que os Açores se sobrepõem ao sonho americano, erguendo-se, altaneiro, o Pico sobre os espaços urbanos da Nova Inglaterra e delindo-se as fronteiras entre o Aquém e o Além.

O mesmo processo evocativo perpassa em *Poeira do Caminho*, jornal íntimo assumindo uma originalíssima forma epistolar - “Nos escritos que se seguirão, quase todos, se não todos, sob a forma de cartas, que em grande parte te serão dirigidas, suprimi, pelo menos algumas vezes, as *formas* com que habitualmente às cartas começamos e acabamos.” (2004: 16) -, onde Dias de Melo desnuda a sua alma mediante uma linguagem plural de incontestável riqueza. É o próprio autor, aliás, a confessar a sua abdicação de uma ordem cronológica linear (contraditando, desta feita, a autobiografia tradicional), bem como o seu anelo em coligir as lembranças que vêm, esporádicas, à memória e em lembrar as figuras que, efémeras, nela se levantam. Tais anacronias, analépticas e prolépticas, são traduzidas à saciedade pela sobreposição de expressões temporais remetendo para as reminiscências do passado ou para as vivências do presente e enrodilhando o tempo que já foi no tempo que ainda é. Afinal, no “antigamente”, A Festa de Lourdes era a Festa das regatas de “botes baleeiros, autênticos baleeiros”, enquanto, hoje em dia, a Festa de Lourdes integra “as regatas dos baleeiros a fingir” (2004: 188); também, em tempos idos, tinha o diarista o hábito de contemplar a “frondosa faia do lado de fora da janela” (2004: 113), agora reduzida, embora sempre de pé - e de pé muito provavelmente quando ele já não pertencer a este mundo -, a um mero esqueleto (2004: 114); do mesmo modo, nas eras passadas, não faltavam visitas a comprar vinho - “custava menos que na taberna” -, produto dessa velha vinha que cedeu, presentemente, espaço a um matagal (2004: 114, 117); noutros tempos, era sóbito ir-se a pé à festa da Senhora da Piedade, atravessando uma canada antiga que, no decurso dos anos, se foi transformando em caminho corrente, por onde circulam automóveis e carros de praça - porquanto “ainda aqui não chegou a designação de táxi” (2004: 220) -, que transportam lestantemente as pessoas para o arraial; antanho, as adegas legadas pelos antepassados eram “singelas e bonitas” (2004: 246), contrastando e destoando das “construções completamente novas” onde se guarda, hodiernamente, o vinho envasilhado. Afinal, quando setembro chega, inaugura-se a época “de grandes trabalhadoras que são sempre uma festa de grande alegria. São... Eram.” (2004: 195). Nos meandros deste passado irreversível, Dias de Melo ou o que homem que sabe recordar revê os seus amigos de escola, o Artur, o Cardoso e o Rui (2004: 75), a aventura (que poderia ter sido fatal, mas que o não foi) no mar com o Artur (2004: 142), a Tia Cecília - “admiradora incondicional de Salazar” - que o preparava para o exame de admissão aos liceus (2004: 131), os serões por tempo de inverno à luz das candeias (2004: 103), o seu namoro com a Maria Simas (2004: 173), o passeio à serra com Edna no ano do seu casamento (2004: 156), a valentia heroica de José Garcia (2004: 127), a honestidade e orgulho do Ti Luís (2004: 204), o adoecimento e o passamento de Edna (2004: 178), a doença de Maria Simas e da prima Maria Silveira (2004: 178) e - “Isto lembrando” (2004: 231) - a amizade da Alvarina que “me cuida da casa, das minhas coisas tal qual fossem suas e de mim próprio como de um pai” (2004: 179).

Mestre na arte da revivescência (cruzando-se não raro com o realismo cru inerente à temática baleeira), Dias de Melo não deixa de se revelar um exímio linguista: na verdade, tanto se queda nas diferenças de tratamento por *Ti* e por *Tio* e no uso, tendente a sumir-se, do lexema “Mestre”, como se debruça sobre a provável origem anglo-saxónica do termo “raite”, sobre a semelhança, a nível do formato, entre a portuguesa “espeida” e a “spade” americana e sobre a identidade do referente que os diferentes significantes - “jaquinzinhos” e “chicharros” - traduzem.

Por sua vez, as considerações que tece quer sobre o processo da escrita quer sobre a escrita da açorianidade - e que passaremos a cotejar com aquelas de Cristóvão de Aguiar em *Relação de Bordo* e na *Tabuada do Tempo*²¹⁹ - afiguram-se de importância capital, em termos de escrita autobiográfica²²⁰. Tal cotejo, conquanto incipiente, tanto revela a amizade e a admiração recíprocas como as afinidades estético-espirituais entre os dois nomes sonantes da literatura de feição açoriana: na verdade, se Cristóvão de Aguiar era visita frequente e benquista da “Cabana do Pai Tomás” (2004: 43), não se inibiu Dias de Melo - autor dessa comovedora homenagem ao povo açoriano intitulada *Vinde e Vede* - de confessar a sua profunda admiração por *Raiz Comovida*, consoante testemunho do autor de *Relação de Bordo*: “O escritor Dias de Melo, homem açoriano da Ilha do Pico, que trouxe para o conto, o romance, a crónica, a luta desatinada dos homens das Ilhas [...] confessou-me, na sua gigantesca humildade, numa carta sobre *Raiz Comovida*: ‘Continuo sem encontrar palavras que lhe digam quanto *Raiz Comovida* me emocionou. [...] Mas, Cristóvão de Aguiar, você foi mais longe do que eu. Você quebrou todas as amarras que ainda me prendiam.

Regozijo-me - sinceramente, muito sinceramente, me regozijo por isso!’” (1999: 226).

²¹⁷ “E *Eles*, daqueles nove penhascos que são as nossas nove Ilhas, vinham. Embarcavam de salto, nos recantos mais escusos da costa, pelo escuro da noite, fugidos à Lei e aos homens da Lei, [...] *Eles*, de vaga em vaga, de furacão em furacão, de calmaria em calmaria, atrás dos rabos das baleias pelos oceanos todos do Mundo todo. [...] *Eles* - meses e meses, anos e anos.” (1990: 8-9).

²¹⁸ Muitos exemplos podem ser respigados neste romance de Dias de Melo: “[...] lembro-me... com saudades... Há quantos anos!” (1990: 46); “Relembro... A infância e a adolescência na nossa Terra, [...]” (1990: 112); “Lembro...” (1990: 154); “Lembro a Tia Prudência.” (1990: 233); “E lembro...” (1990: 235); “Lembro-me... na Ilha...” (1990: 267).

²¹⁹ Atentar nas palavras de Eloísa Alvarez (porta-voz do Júri do “Prémio Literário de Miguel Torga”) que integram o “Prólogo” de *A Tabuada do Tempo*: “A aparente insignificância de cada instante do dia ou da noite é transcendida por Cristóvão de Aguiar com a paixão de quem vive esses momentos como se fossem os últimos, os decisivos da sua vida: ungindo-os - como se de um feito religioso de tratasse - com o amor, numa sacralização invasora que inclui quer o erotismo referido a Ela, quer o humanismo com que contempla o Outro, um Outro que, além de incluir o Homem, contempla também os bichos [...] e a própria Natureza.” (2007: 11).

²²⁰ Na perspectiva de Dias de Melo, toda a obra ficcional detém uma inegável matriz (auto)biográfica: “[...] (e, como o pintor os seus retratos, o escultor as suas estátuas e os seus bustos, não é de pessoas autênticas que qualquer romancista, novelista, contista, dramaturgo, cria as suas personagens?)” (2004: 105).

²²⁰ “De resto, o Daniel, sempre, numa modéstia impressionante, porque isolado na sua terra natal, a Maia do seu grande amor, a apagar-se perante os demais é, quanto a mim, um dos mais notáveis escritores do século passado nascido nestes rochedos.” (2004: 224).

²²⁰ “Edição muito boa. Pela Tradução [*Dark Stones*], rigorosamente fiel [...] ao original português, do Dr. Gregory McNab [...] pela capa, muito bela, [...] pela apresentação gráfica, com a composição, perfeita, e a revisão, garantem-me os mais exigentes, sem uma gralha - e assim perco a minha realza de *rei das gralhas*, para a qual me proclamaram os dois traficantes da Literatura que me publicaram, em Portugal, os meus dois últimos livros [...]” (1990: 41).

^{xiv} cf. Dores, Victor Rui (2008) “Viva Dias de Melo” in Maré Cheia, Página de Artes e Letras do Portuguese Tribune, 26-27.

Atas 11º colóquio da lusofonia – 4º encontro açoriano

José Dias de Melo	Cristóvão de Aguiar
“Neste livrinho [Poeira do Caminho], que será simultaneamente um diário do que me recordar da vida que já vivi e da vida que irei vivendo [...]” (2004: 8) / “Tudo irei passando ao papel, sem uma ordem previamente estabelecida, antes como me for, ao acaso, vindo à lembrança.” (2004: 9).	O livro <i>Relação de Bordo</i> é subtítulo “diário ou nem tanto ou talvez mais”: “De tarde, prometi solenemente a mim mesmo continuar a escrever este desprezioso diário [...]” (1999: 194) / “Tenho de facto facilidade em me transportar a outras épocas da minha vida e revivê-las quase com a mesma intensidade com que as vivi.” (2007: 74-75) / “A memória atira-se-me num som, num cheiro, num toque, numa cor.” (2007: 80).
“[...] não se escreve por distração, muito menos por brincadeira.” (2004: 11).	“Considerarei sempre a escrita a única maneira válida de me apresentar documentado na vida.” (1999: 304) / “Mas o simples facto de te sentares à banca do trabalho e reiniciares a lavoura das palavras é-te tão custoso, [...]” (1999: 332).
“[...] a criação artística - escrever é criação artística - é um ato de solidão. Criação artística que começa quando o pensamento, o sentimento, mentalmente elaboram o que o escritor vai criar.” (2004: 13).	“Quando estou em período de criação [...] extravaso todas as medidas e depois fico desasado.” (2007: 78) / “[...] só precisava de quatro semanas isolado, para pôr a escrita em dia.” (2007: 77).
“[...] quem escreve não pode deixar de ler, e muito, não para imitar, ainda menos para copiar seja quem for, mas para, com os outros, aprender.” (2004: 106).	“Nunca nenhum destes escritores [Aquilino, Vergílio Ferreira, Eça de Queirós, José Régio, Miguel Torga] me desiludiu, nem nunca deixei de aprender com as suas obras [...]” (2007: 283).
“ - Eu escrevia diretamente na máquina de escrever, agora é no computador, mas sempre com a esferográfica à mão, para as correções. E, com frequência, começo por ditar o que vou escrever para o gravador.” (2004: 40) / “[...] Isto de, com a minha idade, me meter com estas maquinetas prodigiosas... [...] com este bichinho, [...]” (2004: 19).	“À conta da leveza fui sentar-me imediatamente ao computador, a minha lareira portátil a que me aqueço e às vezes me desaqueço [...]” (2007: 297-298).
“[...] e em casa, pacientemente corrigindo, polindo, passarei ao computador.” (2004: 255).	“Tenho andado embebido no meu trabalho de coligar, podar e limar [...] mas estou sempre a alterar, a cortar de um lado para aumentar do outro, o costume.” (2007: 74, 76).
“Os textos nestas solitárias caminhadas gizados são de guardar para, em chegando a casa, os começar a passar ao papel, agora ao computador. [...] O falar, refletir a sós, vale muito, [...]” (2004: 14-15).	“Os meus passeios, a pé, são sobretudo isso: uma viagem por mim dentro a par da outra, que os pés vão empreendendo...” (2007: 106) / “[...] apetecia-me fazê-lo [passear] lá fora, para poder pensar direito e escrever algumas linhas de prosa poética [...]” (2007: 185).
“Penosa, sempre, a adaptação do imigrante. Nesta área dos Estados Unidos, enxameada de micaelenses, as gentes do Pico, das outras ilhas, do Continente, não passam de uma gota de água.” (1990: 36).	“Quer nos Açores quer em terras da América, continua o Povo Açoriano a ser vítima do destino. Já não bastava a emigração, que é sempre dolorosa e deixa marcas fundas.” (1999: 175).
“O emigrante / imigrante parece que fica, para todo o sempre, com a alma repartida: aqui, vivendo lá, se daqui nunca mais se parte - lá, vivendo aqui, se daqui se parte e por lá para o resto da vida se fica...” (1990: 267).	“[...] doença do emigrante. Nunca está bem em parte nenhuma. Ou melhor dizendo: cá, lembra-se da América [...] lá, lembra-se do lado de cá, [...]” (1999: 206).
“Na pobreza da Ilha [...] ajuda preciosa as dolas, [...] e a encomenda, [...] perante os olhos da família deslumbrada com tantas abundâncias, louvado seja Deus, e consolada com aquele cheirinho à América.” (1990: 88).	“Nesse tempo de inocência ainda intacta, as coisas vindas do Novo Mundo eram únicas e tinham um cheiro especialíssimo, as narinas captavam-nas a grande distância...” (2007: 205).
“[...] passei, desde menino, a vida inteira a sonhar com este momento: o de estar, com os meus pés, o meu corpo, o meu coração, neste cais, [...]” (1990: 56) / “Desde que me conheço, de muito criança, oiço, constantemente, falar da Califórnia.” (1990: 87) / “Mas os que ficavam para sempre na terra natal criaram e acreditam piamente na maravilha da sua Califórnia, [...]” (1990: 90) / “[...] paraíso fabuloso da fabulosa América.” (2003: 11).	“Tanto sonhei com a terra da América nos meus tempos de rapaz, na Ilha, onde de resto era este o sonho mais comum de quem começava a botar vulto, [...]” (RB: 231) / “ - Ó mestre, já sabia que estavas cá na América [...] bem-vindo sejas a esta terra da promessa do Novo Mundo, a maior e mais rica nação do planeta - [...]” (1999: 240).
“[...] Ilha perdida no meio do Atlântico [...]” (1990: 90) / “Este apego a estas quatro paredes... a esta terra... a este mar...” (2004: 211) / “[...] aqui, no Pico, na minha Ilha, na minha Terra, [...]” (2004: 213) / “Tanto que, mais do que eu, os verdadeiros autores deste livro [...] são eles, esses homens e mulheres do Povo da minha Ilha.” (1985: 10).	“Quanto aos locais por onde passei e vivi, refiro-me à Ilha, com maiúscula, para mim uma entidade mítica; [...]” (2007: 283) / “Por seu turno, ela [memória afetiva] materializa-se na Ilha - mulher, ou na Mulher - ilha, às vezes mais Ilha, outras mais Mulher...” (2007: 286).

A partir deste cotejo incipiente, sem pretensões a uma exaustividade forçosamente não exaustiva, podemos, desde já, avançar algumas conclusões de índole mais ou menos genérica.

O isolamento como condição *sine qua non* da escrita subjetiva ou escrita do eu, detentora de uma função profilática e terapêutica, que se assume como diário ou jornal íntimo(s), não raro repassado(s) de episódios autobiográficos, e que se configura em termos de autorretrato. Sendo o jornal íntimo datado, respondendo a autobiografia à questão “Que fiz eu?” e o autorretrato à interrogação “Quem sou eu?”, torna-se lícito distinguir o autorretrato da autobiografia pela ausência de uma narrativa temporalmente linear, pela subordinação da narração a um ‘mosaico’ de elementos temáticos, pela construção de uma coerência alicerçada num sistema de rememorações, de retomas e de sobreposição de factos análogos. Não será o estabelecimento de tais analogias viabilizado pela memória (que não antecede a escrita, mas que dela provém...) e pelo silêncio (anterior à escrita, mas exteriorizado pela palavra)? Assim é que tanto Dias de Melo como Cristóvão de Aguiar imprimem, na sua obra intimista, uma certa descontinuidade à continuidade, um certo teor fragmentário ao absoluto da criação, firmando-se como auto retratistas que, ao invés dos autobiógrafos e memorialistas tão-somente interessados em legarem à posteridade, perpetuando-os, os casos de vida narrados, insistem, humildemente, em serem lembrados como artesãos da escrita. A este respeito, Cristóvão de Aguiar não deixa de se questionar no que respeita à sua vocação de escritor, enquanto Dias de Melo hesita no que concerne ao ‘género’ de *Poeira do Caminho*: “Serão [...] Crónicas com o formato de cartas? Crónicas, com o formato de cartas (não todas mas a maioria para ti) que sejam um diário de memórias?” (2004: 19).

A escrita artesanalmente computadorizada, alquimicamente depurada, aprendida num atelier secreto de leitura e caracterizada pela inicial expansão eufórica, conducente, pela via de incessantes supressões (com as quais não deixariam de rejubilar os críticos de genética textual...), à condensação da ideia / substância na forma consubstancializada que tão bem se lhe adequa... Transmutam-se, nesta sequência, os passeios solitários em metáforas da escrita da solidão, da viagem interior aos “maelströms” e da poética da revivescência que, detentora de uma intensidade similar à da vivência original, percorre, num meteórico lapso de tempo, os dias lentos e os longos anos que o Tempo cristalizou.

A escrita da açorianidade, definida pela sempiterna oscilação entre dois cronótopos míticos (passíveis de alargamento a demais lugares da memória...), a Ilha e a América, pendularmente revisitados no passado e no presente. Por um lado, e para Dias de Melo, a Ilha é uma “cadeia” (2003: 128), espaço sacrificial de sobrevivência dos antigos baleeiros deserdados pela fortuna, terra de luta sofrida de todos os insulares que, mau grado as circunstâncias adversas, ainda vão acreditando num futuro menos agreste; por outro, surge a América como a “terra prometida”, “santa terra” segundo Dias de Melo (2003: 73), torrão propício ao sonho do açoriano, qual ‘judeu errante’, que aí tanto entrevê a nesga da abertura e aventura pela Ilha sonogada como o repto de almejada prosperidade inviável no solo pátrio. Todavia, como tão perspicazmente afirmou Daniel de Sá em *Ilha Grande Fechada*, “Sair da Ilha é a pior maneira de ficar nela”, frase antológica que, recorrentemente citada pela crítica, resume cabalmente a psicologia do ilhéu, a

interiorização mítica da insularidade (como anotou Cristóvão de Aguiar), a atração transitória por um qualquer horizonte geográfico e, subseqüentemente, volvida a obsessão de partir, o imperativo de retorno à origem, encarada, por não poucos, como símbolo de regressão.

Para terminar, damos a palavra a José Dias de Melo, entrevistado por Vamberto Freitas em 1992: “Terej, de facto, um vasto público? Não me parece. [...] Olhe, Vamberto, antigamente... Hoje, tudo mudou em mim. A escrita já não me traz alegrias nem tristezas [...] traz-me principalmente ocupação, e essa ocupação [...] é, mais uma vez me repito, o único modo que tenho encontrado, metido, geralmente sem ninguém [...] no meio de quatro paredes, não digo de vencer, mas de tornar tolerável a solidão. No que respeita ao ‘ato muito especial que é publicar um livro’, também, garanto-lhe, esse ato deixou de ter para mim o quer que seja de especial. Apenas uma coisa, uma só, lhe poderia conferir de novo algo de particular; seria ver, finalmente, um livro meu publicado completamente limpo de gralhas, Isso, sim, dar-me-ia, mais uma vez, uns momentos de grande alegria - se é que ainda alguma alegria posso ter.” (1998: 200).

Dias de Melo, amigo de Daniel de Sá²²¹ (seu confidente) e de Cristóvão de Aguiar, etnólogo nato - “De Outubro a dezembro de 1980, andei pelo Pico de gravador às costas, de automóvel, [...] procurava quem me contasse coisas do antigo viver da nossa Ilha, coisas que, queiram ou não, constituem património cultural precioso, conservado na tradição oral do nosso Povo e prestes a desaparecer, [...]” (1985: 9) - e picaroto ‘de gema’ - “No Pico [...] não há separação definida entre gentes do mar e gentes da terra [...]” (1985: 9) -, poderá, finalmente, ter essa bem merecida “alegria”:

À espera de nova edição, corrigimos as poucas gralhas - deste “rei das gralhas”²²² que deixou de “escrever”²²³ a 24 de setembro de 2008 - de *Das velas de lona às asas de alumínio* e de *Poeira do Caminho*...

Referências Bibliográficas

Aguiar, Cristóvão de (1999) *Relação de Bordo (1964-1988)*, Porto: Campo das Letras, col. “Campo da Literatura”.

Aguiar, Cristóvão de (2007) *A Tabuada do Tempo. A lenta narrativa dos dias*, Coimbra: Livraria Almedina.

Barros, J. H. Santos (1981) *O Lavrador de Ilhas - I. Literatura Açoriana Hoje (1977-1980)*, Lisboa: Secretaria Regional da Educação e Cultura, col. “Gaivota” / 24.

Beaujour, Michel (1980) *Miroirs d'encre: rhétorique de l'autoportrait*, Paris: Éditions du Seuil, col. “Poétique”.

Freitas, Vamberto (1998) *Mar cavado. Da Literatura Açoriana e de outras narrativas*, Lisboa: Edições Salamandra.

Didier, Béatrice (1983) *Stendhal autobiographe*, Paris: PUF, col. “Écrivains”.

Heuvel, Pierre Van Den (1985) *Parole Mot Silence. Pour une poétique de l'énonciation*, Paris: Librairie José Corti.

Melo, José Dias de (1985) *Na Memória das Gentes. Gentes do Mar falam do mar e da Terra*, Lisboa, Volumes I e II.

Melo, José Dias de (1990) *Das velas de lona às asas de alumínio*, Lisboa: Edições Salamandra.

Melo, José Dias de (2002) *Milhas Contadas*, Lisboa: Edições Salamandra.

Melo, José Dias de (2003) *Pedras Negras*, Lisboa: Edições Salamandra, 3ª edição portuguesa.

Melo, José Dias de (2004) *Poeira do Caminho. Reminiscências do passado, vivências do presente*, Porto: Campo das Letras, col. “Instantes de leitura”.

Ricoeur, Paul (2000) *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*, Paris: Éditions du Seuil.

Tadié, Jean-Yves & Marc (1999) *Le sens de la mémoire*, Paris: Gallimard.

40. SÉRGIO PROSDÓCIMO



SÉRGIO DA SILVA PROSDÓCIMO, nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, em 05 de novembro de 1966. Licenciado em Educação Artística (1990). Especialista em Didática e Metodologia do Ensino: “A arte como meio auxiliar na reeducação de dependentes de drogas”, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Registro / SP (1999); Habilitado em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (1990); Atua no Núcleo de Arte Educação do MASC – Museu de Arte de Santa Catarina desde 2003; Analista Técnico Gestão Cultural na Fundação Catarinense de Cultura (FCC) - Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte desde 2006; Realizador de plano de luz cênica (desde 2003); Ministra oficinas e workshops com o tema “A Poética do Corpo”, desde 2000; Músico - baterista, desde 1997; Ator, desde 1994; Produtor cultural, desde 1994; Fundador e diretor de expansão do Gira-Teatro, desde 1993; Professor de Artes em escolas públicas do Estado de Santa Catarina (1990 / 2005); É arte-educador desde 1990; *Performer* (desde 1987).

A arte como instrumento de aproximação de povos distantes SÉRGIO PROSDÓCIMO, DIRETOR DE EXPANSÃO DO GRUPO GIRA TEATRO

Pretendo lançar um olhar sobre a arte, e as múltiplas possibilidades que cada ser humano pode percorrer.

A arte tem sido, ao longo da história da humanidade, a musa inspiradora de sentimentos nobres, direcionando os impulsos da alma para os canais superiores da vida.

Nesse diapasão, a arte se descortina como um poderoso instrumento de educação, aproximação, comunicação, transformação e se consolida num grande patrimônio cultural de um povo, pois através dela, o indivíduo expressa sua criatividade, seus sentimentos e estreita as relações e intercâmbios entre países e regiões de um mesmo país.

Para se promover a aproximação entre povos distantes, é necessário conhecer, trocar e, sobretudo, *ousar*...

Permitindo que a imaginação criadora do indivíduo possa fluir com liberdade de trânsito e ação num mundo de possíveis realizações, tornando-nos construtores de intercâmbios entre nações.

Os intercâmbios de experiências, levam o indivíduo a despertar a sua identidade cultural estabelecendo elos que o aproxima de povos distantes, e, assim, é rompido o isolamento, alargando horizontes e reflexões.

É através da música, dança, pintura, teatro, literatura, cinema, que se descortina para nós o “mundo do outro” e, a partir desse contato, o “mundo do outro” vai deixando de ser desconhecido e passamos a nos relacionar com ele afetivamente através dos sentimentos (o primeiro rompimento do isolamento) e, num segundo passo, passamos a interagir com “este outro mundo” (o isolamento deixa de existir). Nesse processo nos apercebemos das diferenças e das identidades culturais havidas “entre o nosso e o outro mundo”, daí então, concluímos com Gandhi, pois a arte nos possibilitou o conhecimento de nós mesmos.

“Toda a arte verdadeira deve ajudar o homem a realizar o seu Eu interno.”
Mahatma Gandhi

Em um mundo de contínuas transformações, no qual as formas das diferentes expressões artísticas tornam-se registros, história, pesquisa e documentos simbólicos oportunizam múltiplas possibilidades para o desenvolvimento do ser humano.

A história nos tem mostrado que a arte continua sendo a musa inspiradora do ser humano. A arte acompanha, portanto, a sua trajetória serve-lhe de apoio, inspiração, expressão, desperta os sentimentos nobres adormecidos e auxilia no encontro do homem consigo mesmo.

A arte é sempre um produto de sistemas: filosófico, científico, social, cultural, entre outros, e está relacionada a uma determinada época histórica da humanidade. Por ser a arte uma forma de expressão, ela torna-se um poderoso instrumento de comunicação, educação e transformação. Desse modo, por meio da arte o indivíduo expressa sua criatividade, sentimentos, emoções, senso crítico e manifesta-se como cidadão no mundo que o rodeia. O homem possui recursos interiores inexploráveis que estão latentes, esperando que sejam acionados os dispositivos da imaginação e criatividade. A Arte tem sido desde os primórdios da humanidade, a alavanca propulsora para a expressão dessas potencialidades.

Em relação à emoção que a arte proporciona a artista plástica e educadora Fayga Ostrower (2003: 31) assim afirma: “Quando percebemos, na arte, a indicação de horizontais e verticais, não se trata de meros elementos de geometria, direções simplesmente conceituadas. Trata-se, sempre, de direções vivenciadas, portanto direções carregadas de emoção.”

As experiências de pesquisadores, historiadores, artistas e críticos de arte, entre outros, com seus conhecimentos, situam-me e me instigam a investigar mais profundamente sobre a arte, no sentido de refletir sobre as minhas experiências como arte-educador, ator, *performer* e diretor de expansão do grupo Gira-Teatro, no qual atuo. Impulsionam-me, também, a investir em relações, parcerias, intercâmbios que, por sua vez, possibilitem a aproximação da arte, da educação aos bens culturais, assim como da inclusão social e da construção do patrimônio humano.

A metodologia que logramos sedimentar pelo grupo Gira-Teatro consiste num trabalho de coletividade, no qual a concriação de um roteiro mestre direcionador permite que todos os integrantes vivenciem experiências sensíveis, cognitivas, explorando a imaginação e o potencial criador nas cenas. Isso se dá por meio de exercícios de improvisação, com introspecção, deixando que cada indivíduo se encontre e se permita, extraíndo a sua potencialidade e, nessa sua descoberta, é construída cada cena, fruindo, então a coragem de criar. Dessa forma, cada integrante vai exercer o seu papel, indo ao encontro de uma finalização estética, poética e verdadeira, dando continuidade a esta construção mais além do palco.

Por meio de experiências artísticas que vivencio, tenho analisado que, toda vez que o público espectador tem o acesso ao conhecimento nas diferentes expressões artísticas, sejam elas teatrais, exposições de artes visuais, música, dança, arte circense, arte pública, e todo tipo de intervenção de caráter efêmero, há uma absorção de sentimentos pelo público espectador. Nesse sentido, ele passa a refletir com sensibilidade, permitindo-se desfrutar, apreciar e envolver-se num mergulho de experiências íntimas, proporcionado assim o enriquecimento pessoal por meio de marcas profundamente sentidas pela interação estética e artística do autor. No entanto, cada pessoa, cada povo, cada cultura, tem um grau de compreensão, conhecimento e sensibilidade nas esferas que configuram as expressões artísticas que, por sua vez, provocam reflexões, inquietude e estranhamento.

Esse estranhamento é devido ao novo, ao que a arte está provocando em cada espectador, e para tanto, na relação público e artista é criada uma intensificação de sentidos, sentimentos e emoções, dependendo evidentemente de cada pessoa que aprecia e contempla. Sobre o que a arte pode provocar Stanislavsky (1986: 45) assim afirma:

Nossa experiência levou-nos a crer firmemente que só o nosso tipo de arte, embebido que é nas experiências vivas dos seres humanos, pode reproduzir artisticamente as impalpáveis nuances e profundezas da vida. Só uma arte assim pode absorver inteiramente o espectador, fazendo-o, a um só tempo, entender e experimentar intimamente os acontecimentos do palco, enriquecendo a sua vida interior e deixando impressões que não se desvanecerão com o tempo.

Com esse pensamento do dramaturgo e ator russo Constantin Stanislavsky, nosso grupo (Gira-Teatro) busca vivenciar e expressar as manifestações artísticas, por meio da atuação cênica, na qual conseguimos extrair os sentimentos mais profundos do ator. Para isso, primeiramente, vivenciamos integralmente conosco na construção e configuração do personagem em laboratórios de improvisação e em ensaios, de forma que no momento da atuação o ator possa transbordar todo o manancial de conhecimentos artísticos e jorrar sensibilidade com criatividade para o público espectador. Desse modo, os sentimentos verdadeiros que fluem das engrenagens mais profundas do ser humano, possibilitam ao ator não somente criar ou recriar os personagens, mas também buscar vivenciar verdadeiramente o sensível, o imaginário criativo, dando valor estético e sentido à vida, com significância nas pequenas e nas grandes coisas, de forma que possamos exteriorizar o que é belo e tem forma artística.

Nas experiências vividas como ator e espectador indago: como a arte pode contribuir para a comunicação, transformação, alargamento de possibilidades para uma mudança social e na diversidade cultural?

Há um universo de reflexões que assolam minha mente quando penso sobre a arte, pois inúmeras possibilidades no tempo e no espaço sobre a sua compreensão, os seus significados, assim como suas ressignificações. O passado abrindo o presente num mundo de diversidade cultural, de múltiplas dimensões, permite que todos nós sejamos construtores de relações. Assim, configuram-se pontos, linhas, retas, planos, contrapontos, movimentos, sentimentos, emoções vivenciados intensificadamente, no espírito presencial e emocional de quem a manifesta.

Toda produção humana, num contexto social contemporâneo, independente do espaço geográfico a que pertença o homem, seja esta uma representação simbólica ou material, há uma relação de interação com o meio-ambiente em que ele encontra-se inserido. Assim, esse ser pensante e construtor consolida um patrimônio cultural ou patrimônio humano, pois, no processo de comportamento social em que utiliza elementos para moldar, criar, construir, desconstruir, transmitir, recriando a própria vida, dá-se a manifestação da cultura que é comum a todas as pessoas. Em relação à cultura, o Ministro da Cultura brasileiro, Juca Ferreira (2008) assim declara:

É pela cultura que o nosso país se revela como uma sociedade original, plural e tolerante.

(...) Não há desenvolvimento pleno sem desenvolvimento cultural.

(...) A democracia exige o acesso amplo à cultura. Exige que aqueles que hoje não conseguem consumir cultura possam ter este direito e, mais ainda, possam expressar sua própria cultura.

(...) Mas essa tarefa não pode ser uma responsabilidade apenas do Governo Federal. Por isso, convidamos os cidadãos e cidadãs, empresários, artistas e produtores culturais a se unirem por esta causa.

A arte tem uma grande contribuição na configuração das relações que são estabelecidas com a identidade, patrimônio cultural de um lugar, cidade, estado, país, tempo, espaço e territórios, proporciona também o reconhecimento e valorização da memória individual e coletiva, face aos acontecimentos presentificados por meio de expressões comemorativas, narrativas e interpretativas.

É necessário buscar uma interação de intercâmbios, nos quais sejam desenvolvidas relações de entendimento intercultural entre os povos, pois cada nação tem sua singularidade e história. Assim, por meio desta interatividade e diálogos entre suas culturas e suas diferentes expressões, é que se possibilitará o respeito à diversidade cultural. Em vista disso, questiona-se: como poderemos possibilitar o acesso a intercâmbios de aproximação entre regiões do mesmo país e países diferentes?

Quando o ser humano percebe-se como agente de transformações e dá valor e sentido na sua existência, ele cria um significado para as coisas e lugares, desenvolvendo um mecanismo de construir e reconstruir o mundo, onde os processos de identidades são constantes e dinâmicos. A relação de arte e identidade cultural, seu significado e a importância do artista no mundo contemporâneo possibilitam ao indivíduo o reconhecimento de si mesmo para vivenciar a diversidade cultural.

O grupo Gira-Teatro por meio da participação nos Colóquios da Lusofonia realizados na Ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores, vem consolidando intercâmbios de experiências artísticas, com a perspectiva de proporcionar o enriquecimento da LUSOFONIA, participando nas atividades paralelas, bem como nos Encontros que visam compreender e desenvolver o estudo, a pesquisa, a investigação, a literatura, as artes, a historicidade dos Açores e a identidade lusófona açoriana.

Acreditamos na arte como sendo uma alavanca propulsora para o crescimento físico, intelectual, emocional e espiritual do ser humano, que também se configura como um grande mecanismo de aproximação de povos e culturas, bem como oportuniza o desenferujar das engrenagens dos sentimentos nobres latentes em cada indivíduo. Estamos cientes que contribuimos neste processo contínuo de transformação, no qual a insularidade irá esvaecer por meio de intercâmbios e estreitamento de relações. Todavia, precisamos mudar conceitos preestabelecida a cada momento, pois é necessário conhecer, conviver, trocar, ousar...

Os colóquios da Lusofonia já realizam esse importante trabalho de aproximação de povos distantes, pois permitem a interação, a convivência e o compartilhar dos indivíduos de forma que possam fluir com liberdade de trânsito e ações num mundo de possibilidades de reconhecer e poder identificar a importância e o significado da arte, bem como os tornam construtores de intercâmbios e comunicabilidades entre nações. Com efeito, os intercâmbios de experiências, encontros e reencontra, visam estreitar os laços educacionais, artísticos, culturais, num contexto histórico-social entre Santa Catarina / Brasil, Açores / Portugal e outros povos do mundo, cuja aproximação leva o indivíduo ao entendimento da identidade, da memória, de sua origem e do seu patrimônio cultural. Nesse sentido, configura-se um significado de rompimento com o isolamento cultural que possibilita o alargamento de novos horizontes de reflexões sobre o multiculturalismo e a diversidade cultural, tendo como sustentáculo o respeito ao outro com todas as suas diferenças.

Estamos vivendo um momento em que há um hibridismo em tudo. Assim, as inúmeras possibilidades das ações na arte contemporânea desencadeiam e caracterizam o surgimento de um novo processo de configuração na produção artística no mundo, refletindo na compreensão das diversas expressões artísticas, e que ao se fundirem, se descortina para nós o desconhecido “mundo do outro”. A partir desse contato o “mundo do outro” vai deixando de ser desconhecido e passamos a nos relacionar com ele de forma afetiva, inteligível e sensível, através dos sentimentos (o primeiro rompimento do isolamento) e, num segundo passo, passamos a interagir com o “mundo do outro” (o isolamento deixa de existir). Quando os canais de comunicabilidades estão abertos para a beleza, estética, magia, encantamento e o conhecimento que a arte produz, o ser humano descobre que se encontra vivo, e que a vida pode ser compartilhada, com sentimentos, sensibilidade, emoção, entendimento, troca, configurando um novo sentido, uma nova visão. Nesse processo nos apercebemos das diferenças e das identidades culturais entre o “nosso mundo” e o “mundo do outro”. Então, concordamos com Gandhi de que a arte nos possibilita o conhecimento de nós mesmos.

As interatividades entre povos possibilitam envolvimento e descoberta de “si mesmo”, desenvolvendo a capacidade de recriar a história, a existência e os paradigmas. Isso vem a demonstrar como o Arquipélago dos Açores está tão próximo, nos corações e mentes de um povo que habita uma ilha situada a milhas e milhas fisicamente distantes, por laços que separam o tempo em 250 anos de hoje. Um exemplo bem particular desses laços vem resgatado na poética de Doraci Girrulat no “MONUMENTO – HOMENAGEM AOS 250 ANOS DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA”²²⁴. Um monumento, que aponta uma inter-relação insular no signo CARAVELA, entre povos além-mar de culturas similares, garantidas pela renovação POÉTICA constante. Sobre a obra Doraci Girrulat²²⁵ assim diz: “A presença da ação / movimento da Caravela Açoriana impulsionada pelo vento, aponta à inter-relação poética insular portuguesa-brasileira”

A obra de arte, não apenas resgata a memória, mas a perpetua no tempo, além de cumprir um papel como difusora da cultura. Afinal, diversas pessoas que desconheçam a história e os laços culturais entre povos e ilhas tão distantes, ao se depararem com a obra se sentirão inquietados e buscarão os dados históricos.

Indubitavelmente, as artes são a grande linha de costura capaz de promover o que tanto almejamos: romper os isolamentos e promover a união cultural de povos distantes. Vejo esse como o próximo grande passo a ser dado nos movimentos lusófonos: a intensificação de ações voltadas a intercâmbios artístico-culturais, não apenas restritos à literatura, mas sim às artes em sentido amplo.

²²⁴ O monumento aqui apontado e comentado trata-se do que levou o primeiro prêmio concurso nacional para o monumento em homenagem aos 250 anos da colonização açoriana na ilha de SANTA CATARINA/BRASIL, 1995.

Como pensamos que uma realidade não se encontra em seus pontos diferenciais mais distantes, mas em sua relação, e melhor ainda, na sua inter-relação, escolhemos a caravela para homenagear o fato em ação, no tempo. O momento na permanência da relação e não em uma data fixa. Assim, a presença da ação, mais que o estado, do fato já realizado, resolve com mais verdade e também conserva a manutenção da ação poética na continuação das rendas de bilros. Totalmente feito em aço inoxidável com 10m de alt., 5m de larg. E 15m de profundidade, leva um bordado de uma renda de bilro na frente.

Excluindo a curvatura dos tubos, o resto é tudo manual.

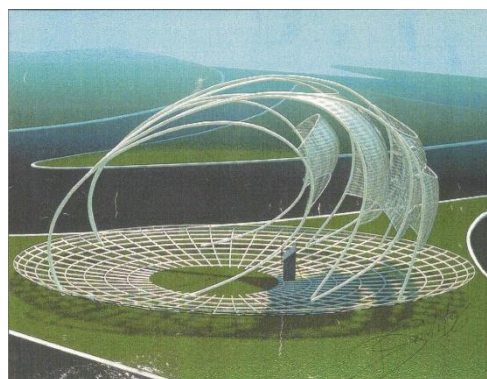
O Monumento aos 247 anos da Colonização Açoriana na Ilha de Santa Catarina, a ser construído em Floripa, tem uma elaboração formal que mantém a tradição lírica que a linearidade da ponte Hercílio Luz tradicionalmente nos tem gratificado.

Ele se refere a uma caravela com suas velas sugerindo uma chegada triunfal em grande movimento. E/ou também o efeito de um forte vento impulsionando planejamentos náuticos. O monumento vai apresentar de forma indelével o efeito gráfico chamado ‘muarê’, na medida do deslocamento dos veículos e dos transeuntes, provocando uma ilusão ótica de movimento. Assim probabilizará uma sensação de chegada contínua.

Ele homenageia esta tradição lírica através da linha que desenha os seus contornos que não são só seus, mas de toda a geografia catarina.

Enquanto como estandarte inscreve nossa história através das rendas de bilro, ele eleva nossa cultura poética pôr toda nossa bela Santa Catarina, que da janela ao diário, da gola ao recital, vai espalhar-se revelando-nos como abrigo cultural em passeio de todas as expressões.

²²⁵ Doraci Girrulat - Doraci Girrulat formou-se na FAAP- Fundação Armando Álvares Penteado, SP/SP. Iniciou mestrado em Filosofia e Teoria da Arte na Universidade do Chile e na PUC/SP em Semiótica, nos ramos das Ciências e Paradigmas da Contemporaneidade. Sua trajetória artística apresenta um vasto currículo com exposições em Museus e Instituições Culturais. Professora aposentada do CEART- Centro de Artes da UDESC. Foi pesquisadora no Centro de Estudos de Arte Brasileira da FAAP (74-78), Coordenadora Cultural do CEB – Centro de Estudos Brasileiros da EMBAIXADA DO BRASIL no CHILE (81-83), Diretora de Arte da ACAP- Associação Catarinense de Artistas Plásticos (85-87) e Vice-Presidente da AAESC- Associação de Arte Educadores de Santa Catarina (91-92). Trabalha com desenhos, reprogravuras, heliogravuras (pioneira no Brasil), esculturas, objetos, ‘Objectrouvés’, e sua preferida expressão: instalações. Já fez performances, penetráveis e esculturas em algodão doce.



Doraci Gurrulat, Ganhadora do Concurso Nacional. MONUMENTO AOS 247 ANOS DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA, CONCURSO NACIONAL, BRASIL (Monumento não-construído).

Referências

GANDHI, Mahatma. 100 Pensamentos de Mahatma Gandhi.

Disponível em: <http://genildo_mota.sites.uol.com.br/Html/Mahatma.html>. Acesso em: dez. 2008.

GIRRULAT, Doraci. PROJETO: MONUMENTO AOS 247 ANOS DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA – CONCURSO NACIONAL PARA O MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS 250 ANOS DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA / BRASIL, 1995.

FERREIRA, Juca (2008). Pronunciamento do Ministro brasileiro da Cultura à Nação, em rede nacional de televisão, por ocasião do “Dia Nacional da Cultura” (05 / 11 / 2008) [íntegra]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/05/discurso-do-ministro-juca-ferreira-por-ocasio-do-dia-nacional-da-cultura>>. Acesso em: nov.2008.

OSTROWER, Fayga. Universos da Arte. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

STANISLAVSKY, Constantin. A Preparação do Ator. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

41. SILMARA ANNUNCIATO

SILMARA PEZZONI ANNUNCIATO, brasileira, nasceu na cidade de São Paulo em 03 de outubro de 1967 e reside há 10 anos em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. É Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Instituto Metodista de Ensino Superior, SP, 1989), Bacharel em Direito (Universidade Mackenzie, SP, 1997), aprovada no Exame de Ordem (OAB / SP 1997), Pós-Graduada em Direito Constitucional Aplicado (CESUSC, SC 2001), advoga desde 1998 em Direito Civil e Empresarial. No fim da década de 1980 escreveu em vários jornais regionais de São Paulo. Trabalhou na Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo e na Associação Paulista de Magistrados (Jornal *Tribuna da Magistratura*). Desde a infância despertou seu gosto por escrever em língua portuguesa, exercitando-se por conta própria em vários gêneros e estilos, vindo na vida adulta a se concentrar em poesia e dramaturgia. Suas criações são marcadas pela sinestesia, leveza e encantamento, emprestando motivos da natureza; trazem uma ótica holística, humanitária e filosófica. Cria também em artes gráficas, comunicação visual e produções artístico-culturais. Na comunidade em que vive, atua intensamente no fomento das artes, em prol da descoberta de dons artísticos pelas pessoas comuns, e gestão cultural. Defende a utilização de linguagens simples para ampliação do acesso e outros meios de inclusão, valorizando sobretudo as expressões da cultura popular. Atualmente é Presidente das ONGs *Sociedade dos Poetas Advogados de Santa Catarina* e *Instituto HARPA – Harmonia Produzindo Arte*.

Inclusão Cultural – “Roda de Fogo”: Um exemplo de que é possível SILMARA ANNUNCIATO, GRUPO GIRA TEATRO jornalista, advogada, poetisa em língua portuguesa, Brasil – Florianópolis / SC.

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o *isolamento* insular, e, através do compartilhamento de situações vivenciadas pela oradora, vem a fomentar a conspiração criativa nos congressistas para o encontro de soluções. Aponta a *inclusão cultural* como uma importante segunda etapa a ser vencida na estrada de aproximação de povos lusófonos, após o primeiro grande passo que foi o acordo ortográfico. Traz ainda em seu bojo, um exemplo de que é possível: *Roda de Fogo*, uma ópera de raiz na cultura popular que se encontra em fase de criação e pesquisa com o Grupo GIRA-Teatro.

1. O ISOLAMENTO, A ILHA. Um conceito poético de *ilha*. O subjetivismo do isolamento. O abismo. **1.1. Como vencer o abismo do “ilhamento”?** Um exercício vivencial. Os desafios para se transpor mares turbulentos que separam tantas ilhas lusófonas: o idioma; a comunicação; o entrelaçamento de povos, a inclusão cultural.

2. A INCLUSÃO CULTURAL. Delimitação do conceito. O sentimento de pertencimento. A interdependência da inclusão cultural e do intercâmbio cultural para o alcance do entrelaçamento de povos. A arte como veículo-motor da costura entre povos lusófonos e também não-lusófonos. O impulsionamento da circulação dos bens culturais em favor da preservação da língua portuguesa. A necessária valorização das expressões artístico-culturais populares. Como promover o acesso das pessoas simples do povo aos meios de produção cultural?

3. “RODA DE FOGO” – UM EXEMPLO DE QUE É POSSÍVEL. Apresentação sintética da ópera *Roda de Fogo*. O que ela contém que vem a romper com os padrões, a praticar a inclusão cultural, a promover a língua portuguesa e a aproximar povos lusófonos. Sua proposta metodológica de inclusão.

1. Abertura

Com as discussões paradigmáticas que as ciências enfrentaram, ao longo do século XX, o homem se apercebeu que tinha a estrutura de pensamento alicerçada em algo *ilusório* e *irreal*, sob uma ótica, equivocadamente, mecanicista, reducionista, de forma fragmentada e sem conexão com os demais elementos a seu redor e com o todo.

Os estudos do microcosmo subatômico, na primeira metade do século XX, deram início a essa grande revolução e foram atingindo as demais ciências em velocidades diferentes. O mundo para além dos círculos científicos, melhor dizendo, as estruturas sociais e inter-relações humanas atravessaram esse século inteiro nos moldes do pensamento decadente. As redes de ensino continuaram formando seus alunos nos padrões positivistas e mecanicistas e o público em geral passou a ter contato com essa nova realidade só no final desse século, sem, contudo, lograr comunicar a todos.

O homem da virada do terceiro milênio está em crise, com ausência de referências por conviver com um conhecido “velho mundo” já obsoleto e um “novo mundo” desconhecido e impassível de compreensão pela mente racional. Em outras palavras, os ícones do “velho mundo” são encontrados por essa geração a todo seu redor, numa “realidade” imediata, que convive com o conhecimento de que essa realidade presenciada já pertence ao passado histórico, embora vivenciada no presente. Afinal, já ruiu a estrutura do pensamento da humanidade calcada até então no racionalismo, na certeza, na fragmentação, no isolamento e hoje já bem sabe que o caminho não é esse. E de outro lado nem todas as pessoas já tiveram notícias da existência de um “novo mundo”, pois este só existe no plano das ideias com raras exceções, e, portanto, não pode ser visto, nem tocado no plano externo, pois as estruturas sociais, organizacionais e inter-relacionais ainda não foram edificadas nos novos moldes.

Atravessamos os dias em que desconhecemos o “mundo novo” que se descortina, com uma ciência que passa a recepcionar a incerteza²²⁶ rejeitando a lógica racional, que constata que a natureza existe sem preocupação de ser explicada por nossa lógica racional; reconhece que a natureza funciona de modo ilógico e incompreensível à racionalidade humana²²⁷; e tem a coragem de dizer “desculpem-nos, estávamos errados; ensinamos vocês a pensarem por trilhos diferentes da realidade durante séculos, milênios”.

Sobre a razão, Edgard Morin nos adverte de seus perigos:

“(…) parto da ideia de que a razão é evolutiva e que a razão traz em si seu pior inimigo! É a racionalização, que corre o risco de sufocá-la. (...) a razão não corre sobre trilhos, a razão pode se autodestruir, por processos internos que são a racionalização. Esta é o delírio lógico, o delírio da coerência que deixa de ser controlada pela realidade empírica”.²²⁸

Nesse diapasão, acena-se como primordial nos debruçarmos sobre o isolamento insular e a crise de sobrevivência da língua portuguesa tendo em mente o contexto histórico mundial da atualidade; tomando consciência de que todos nossos conceitos pessoais também precisam ser revistos e começarmos a nos preparar para apreendermos o novo, para estabelecermos novos tipos de relações. Afinal, será dos resultados dos trabalhos de nossa geração atual os rumos que o planeta trilhará os séculos posteriores. A nós ficou a tarefa de construirmos os alicerces em que serão edificadas as estruturas de pensamento, sociais e de relações humanas, valendo ampliar, relações ambientais. Isso nos exige a coragem de enfrentamento e a ousadia de romper com padrões e estruturas obsoletas, a partir de suas raízes que se encontram fincadas dentro de cada um de nós, cristalizadas por uma herança cultural secular de nossos ancestrais.

A arte é uma excelente ferramenta que nos conduz ao contato com esse novo mundo desconhecido, que está para além do racional, que nos reintegra ao universo e nos faz *sentir, sentir e sentir*, como um outro meio de aprendizagem do ser através do universo criativo. Precisamos das artes para conhecermos e tatearmos o novo mundo, e sobretudo, conhecermos a nós mesmos.

Proponho agora uma pausa para desligarmos um pouco o nosso racional e nos permitirmos voar.

Peço licença poética aos costumes acadêmicos a fim de fazer a abordagem sob um enfoque lírico, pois foi o meio que encontrei na tentativa de acionar os meandros do lado direito do cérebro a fim de fomentar a conspiração criativa.

Trago a seguir um conceito poético sobre isolamento, ilha.

— Soltem os cintos! Vamos decolar.

1.1. O Isolamento, a ilha

“Ilha não é só um pedaço de terra cercado por água por tudo quanto é lado. Ilha é qualquer coisa que se desprende de qualquer continente. Por exemplo: um garoto tímido abandonado pelos amigos no recreio, é uma ilha. Um velho que esperou a visita dos netos no Natal e não apareceu ninguém, é uma ilha. Até um cara assobiando leve, bem-humorado, numa rua cheia de trânsito e stress, é uma ilha. Tudo na gente que não morreu, cercado por tudo o que mataram, é uma ilha. Toda ilha é verde. Uma folha caindo é ilha cercada de vento por tudo quanto é lado. Até a lágrima é ilha, deslizando no oceano da cara”. Oswald Montenegro, poeta e compositor brasileiro.

A ilha nos instiga ao sentimento do *abismo*. Vamos então tentar definir poeticamente esse abismo:

O abismo é o medo. O medo de partirmos de nossa ilha, na travessia de um oceano infinito...

Infinito?! — Não. — O oceano é do tamanho de nosso medo!

O espaço que nos separa de nossos desejos... é o abismo. Tudo aquilo que não se rompeu e nos aprisiona... é o abismo. O abismo é o monstro dos sete mares que nos impede de mudar... nos impede de ser o que realmente somos e nos fecha no casulo do medo.

Qual seria então a relação do abismo com a ilha?

A ilha é um pedaço de qualquer coisa cercada de abismo por todos os lados. Um abismo que se agiganta ou diminui de acordo com o tamanho de nosso medo.

E há como vencer o abismo?

Só vejo um caminho: vencer o nosso medo...a partir da coragem de enfrentarmos a nós mesmos.

E agora indago: quantas vezes nos pegamos trancados numa ilha, aprisionados pelos monstros de nossos medos? Quantas ilhas criamos dentro de nós?

A ilha é ilusão!

O abismo é ilusão!

Vencer o isolamento das ilhas, só depende de nós mesmos.

1.2. Como vencer o abismo do “ilhamento”?

O abismo é ilusório, assim como o sentimento de “estarmos ilhados” é também ilusório.

²²⁶226 Princípio da incerteza, sedimentado por Werner Heisenberg.

²²⁷227 Com referência à física quântica. “Quem quer que não fique chocado com a teoria quântica, não a compreende” Niels Bohr. Apud KAKU, Michio. *Hiperespaço: uma odisséia científica através de universos paralelos, empenamentos do tempo e a décima dimensão*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 131. “Se a teoria quântica viola nosso bom senso, é somente porque a natureza não parece se importar muito com ele” (*op.cit.*, p. 135).

²²⁸228 MORIN, Edgard. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 118.

O abismo nos provoca os medos: o medo de um perigo imaginário, o medo do desconhecido, o medo da mudança... O medo do que pode haver no oceano, do que pode existir para além do que nossos olhos conseguem alcançar a partirem da margem da praia.

Portugal foi o pioneiro em vencer esse medo. Em 8 de julho de 1497, Vasco da Gama zarpu do [rio Tejo](#) em [demanda da Índia](#), numa aventura que até então ninguém havia criado coragem. E então Portugal se consagrou no prestígio marítimo e passou a viver seus dias de glória.

Há sempre um prêmio a quem vence o medo do abismo: o prêmio reservado aos heróis. Heróis de nós mesmos (!) pois tivermos a coragem heroica de enfrentarmos a nós mesmos, superando as dificuldades, acreditando e seguindo adiante, enfrentando tempestades, superando as altas ondas contrárias, derrubando mitos e crendices.

Não podemos esquecer que Portugal teve a coragem de enfrentar o grande oceano, enquanto alguns diziam que a terra era plana e acabaria num abismo. Foi a coragem portuguesa que lhe conferiu um prêmio grandioso: descobriu o Brasil, semeou sua cultura nessa e em várias terras distantes e hoje, sufocado por seus vizinhos na comunidade europeia, tem em seus filhos residentes em regiões longínquas a sobrevivência de sua cultura²²⁹ e o fortalecimento da sua própria identidade em seu solo pátrio.

O movimento lusófono traz aos dias de hoje, poeticamente, a mesma grandiosidade dos feitos de outrora por Vasco da Gama. Ele busca vencer o isolamento de povos diversos que se encontram ilhados em ilhas de mares distantes a lhes promover a união em plano solidário, pacífico e cultural, com esforços advindos da sociedade civil e em menor grau dos estados. Vejo novamente o pioneirismo português historicamente se operacionalizando na coragem do enfrentamento dos mares das diversidades étnicas, a dizer ao mundo — é possível sim unir as multidiversidades étnicas e culturais em torno de uma identidade única, sem as aniquilar, sem sobrepujamento de uma sobre outras, mas, antes de tudo, respeitando cada diferença como uma importante cor da aquarela que enriquece a nova identidade.

E não há desafios menores que os de outrora para se transporem mares turbulentos que separam hoje tantas “ilhas” lusofalantes. Dentre eles, a destacar:

O idioma: não se nos apresenta como um entrave, mas como um dos traços de identidade que nos impulsiona à união dos povos lusófonos. O acordo ortográfico veio a pacificar alguns pontos que ainda nos afastavam na expressão da língua comum. Primeira etapa de aproximação hoje já vencida. Mas há outras a serem transpostas.

A comunicação: a comunicação, em seu amplo sentido, é vital. Afinal, sem comunicação não há como extinguir o isolamento. E comunicação pressupõe circulação de pessoas, pensamentos, sentimentos, expressões e notícias, que precisa se estabelecer em fluxo contínuo. O que não conhecemos, não existe. O que não ouvimos falar com frequência, esquecemos. A comunicação é o que nos conecta com as pessoas e com o mundo. Após efetivado o completo rompimento do isolamento, a comunicação é que irá manter a conexão entre povos. Vale lembrar que a arte aqui também se insere como um importante e eficaz veículo de comunicação, através do intercâmbio cultural, pois com ela carrega por onde passa uma gama de informações culturais no mais amplo sentido, além de ter o poder de se manter por muito tempo na memória de quem a viu passar; afinal, nos recordamos de um filme, de uma peça de teatro, de um livro durante muitos anos e sabemos que algo internamente nos modificou a partir do acesso a que tivemos a eles.

O entrelaçamento de povos: Para uma efetiva aproximação de povos, a multidiversidade cultural há de ser vista como um fator de compartilhamento e união. Uma das maiores críticas à globalização, que também se ergue ao tratarmos dos desejos de uma união cultural de povos lusófonos, é o receio de extinção de culturas regionais. Tal receio se concretizará ou não, dependendo da forma como for conduzida. A massificação depende muito mais do agente do que do fato em si. Vejamos o exemplo brasileiro: trata-se de um país que tem um território muito extenso, contendo numerosos *brasis* sob o ponto de vista de culturas regionais diversas e divergentes. No entanto, coexiste uma identidade brasileira única, sem perdimento nem imposição da cultura de uma região em detrimento de outra. Os brasileiros conhecem e sabem identificar as regiões de origem pelas diferenças de costumes, de expressões artísticas, de vocabulário, sotaque, etc., sem perdimento da convivência pacífica e da identidade brasileira. Assim, o entrelaçamento de povos pressupõe o profundo respeito à multidiversidade cultural, preservando-as, promovendo-as, e apoiando os meios para sua expressão, circulação e existência. Nessa esteira, é de suma importância a sensibilização dos corpos legislativos das nações para edificações de leis que repudiam e apliquem sanções severas a qualquer forma de discriminação, seja racial ou de origem, e impeçam práticas tendentes ao sobrepujamento de uma cultura sobre a outra, tais como, as vergonhosas que estão a se passar atualmente na Galizia. Mas leis apenas não bastam, faz-se necessário também o constante empreendimento de ações e campanhas para o cultivo do sentimento de união e respeito pelas pessoas de cultura e origem diversa da nossa.

A inclusão cultural: vejo nela como a segunda etapa a se vencer, após o importante primeiro passo dado com o acordo ortográfico.

2. A inclusão cultural:

Sobre *inclusão cultural*, empregaremos o conceito de “cultura” em sentido restrito para nos referirmos especificamente às artes; e ao termo *inclusão cultural* como o direito ao acesso às artes e também o direito de acesso aos meios de produção artística e circulação dos bens culturais produzidos; acrescentando aqui o direito ao completo desenvolvimento das potencialidades da espécie humana.

As artes, como um meio de expressão do ser humano, vem ao mundo em forma de dança, escultura, música, literatura, pintura, cinema, teatro, dentre outras tantas. É através delas que o ser humano compartilha seu universo interior com o meio externo onde vive. O criador torna-se vivo e passa a sentir a própria existência através de sua obra. A criação é o dom mais precioso da natureza humana; é o atributo que distingue os humanos dos demais seres vivos.

Hábitos alimentares, construções de abrigos, costumes de grupo, muitas espécies animais também tem os seus; mas uma obra de arte, no reino da natureza só os humanos são capazes de fazer, só os humanos são capazes de as apreciar e de as compreender.

Não ter acesso às artes significa afastar o ser humano de sua própria natureza, é relegá-lo a uma condição de subespécie, é tratá-lo como se fosse um animal de outra espécie ao lhe impedir de desenvolver a potencialidade para a qual sua espécie nasceu.

O Ministério da Cultura brasileiro encomendou em 2008 uma pesquisa ao IBGE, os dados obtidos são alarmantes:

Apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca entraram em um museu; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte. Reparem que quase todos os dados estão na casa dos 90, alguns chegam aos 70, 78%, o que significa que menos de 30% dos brasileiros, no máximo, estão incorporados a algumas dessas atividades. Cerca de 80% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar frequentemente, ou seja, valorizam a dança. Mais de 90% dos municípios brasileiros não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso. O brasileiro lê, em média, 1,8 livros per capita ano contra, por exemplo, 2,4 da Colômbia e 7 da França; aqui 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio de um livro no Brasil é de R\$ 25,00, o que é elevadíssimo, quando se compara à renda dos brasileiros das classes C, D e E.

²²⁹ O termo cultura, ora empregado em sentido amplo.

Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no nordeste e apenas dois no sudeste. Aproximadamente 82% dos brasileiros não possuem computador em casa e, destes, 70% não têm qualquer acesso à internet. 56,7% da população ocupada na área da cultura não têm carteira assinada. ‘Isso tudo é um escândalo’, exclamou o Ministro da Cultura Juca Ferreira, ‘A cultura é uma dimensão humana fundamental. Não dá para pensar na agenda social apenas baseado nas necessidades materiais’”. **230**.

Em campanhas e políticas aplicadas do Governo Federal do Brasil, vem sendo assentado junto ao seio social que cultura²³¹ é um bem de primeira necessidade humana, assim como o são os alimentos e remédios. Em pleno século XXI não mais podemos dizer que as necessidades humanas são apenas as fisiológicas. O espírito humano é a excelência de nossa espécie e é ele que necessita ser cultivado, nutrido, e fornecidos os meios necessários para que as pessoas cada vez mais desenvolvam suas potencialidades, e então a sociedade possa ser beneficiada com a produção do espírito humano.

Diante de índices exorbitantes de exclusão como esses, que não devem ser muito diferentes da realidade dos demais países lusofalantes, não podemos ficar de braços cruzados. É uma situação alarmante e de emergência que ameaça gerações futuras, pois gerações anteriores já não puderam produzir os bens do espírito humano fundamentais para o desenvolvimento e florescimento social também por falta de acesso aos nutrientes do espírito humano.

Exclusão cultural é a fome da alma! Exclusão cultural é a fome social.

A inclusão cultural, tal como uma avenida, se consubstancia ao ser promovido seu fluxo em ambos sentidos da via: na promoção cada vez mais ampla a se viabilizar o acesso aos produtos artístico-culturais; e também na promoção cada vez mais ampla a se viabilizar às pessoas os meios para se expressarem através das artes.

Não há como se falar em entrelaçamento de povos se não se promover o intercâmbio cultural. Não há o que se falar em intercâmbio cultural sem a *prévia* inclusão cultural. É a isso que venho chamar à atenção.

Os governos, as mídias, as empresas e instituições civis, as populações, em suma, todo o corpo social precisa estar consciente da necessidade emergencial de se empreenderem esforços contínuos para uma efetiva inclusão cultural, pois é a espécie humana que está ameaçada de degeneração pela fome social, sem condições de exercitar sua potencialidade.

Nessa tarefa de se abrirem os portais para a inclusão cultural, requer antes de tudo uma profunda reflexão sobre as numerosas ilhas criadas para isolamento da cultura em mãos de ínfimo percentual da população, ao que chamo de *ilhas de exclusão cultural*.

Não vejo as disparidades socioeconômicas como as únicas edificadoras dessas ilhas. Creio que o problema se instaura bem antes destas, a começar pelas posturas e estruturas de pensamentos individuais que acabam por se refletir nos ilhamentos de âmbito social.

O erudito é a capital das ilhas de exclusão cultural. Ela se reveste de uma linguagem hermética e velada, impassível de ser compreendida pela maioria percentual da população. A distância que o erudito se encontra de grande percentual da população acaba por constranger as pessoas e, intimidadas, passam a não ter coragem de criar, e se criam, tem vergonha de expor o produto de suas criações por suporem ser de qualidade inferior com mira na excelência inatingível da erudição. Assim, bem mais de 90% dos humanos nasce, vive e morre sem jamais exercer o potencial de sua espécie.

Lamentavelmente, convivemos com discursos atribuindo a culpa da não inteligência às pessoas do povo, e alguns, mais cruéis, fazem chacotas e anedotas dessas pessoas simples por não entenderem o universo da erudição. E, não raro, nos deparamos com a edificação consciente de outras tantas ilhas eruditas para se render culto ao próprio ego, a fim de manter a sensação interior de poucos pelo pertencimento a uma casta seleta e fechada.

Protagonização essa que só teria lugar no cenário da Idade Antiga, onde existiam reis, rainhas, imperadores de um lado e de outro uma massa imensa de escravos. Mas cá não faz o menor sentido nos dias do terceiro milênio. Seus resquícios precisam ser extintos. A humanidade precisa desabrochar e florescer.

O refletido acerca da erudição, igualmente toca o hermetismo da linguagem acadêmica que tem dificuldade até de dialogar entre os ramos das ciências, que dirá com o povo. Aplaudido de pé os esforços empreendidos por alguns cientistas, a exemplo de Fritjof Capra e Michio Kaku, que ao se conscientizarem da função social dos cientistas em comprometimento indissociável com os princípios éticos e com os rumos da humanidade, passaram a escrever *em linguagem para leigos* sobre as maravilhas descobertas pela astronomia e física quântica, compartilhando assim o conhecimento com o seio social.

Que me crucifiquem os eruditos, mas a erudição de nada terá valido se não puder ser compartilhada com todas as pessoas da sociedade, incluindo-se aqui até os não alfabetizados. Quem teve o privilégio de atingir a erudição, adquiriu maior consciência das disparidades socioeconômicas e culturais e os problemas advindos, cumprindo-lhe o dever social de auxiliar as demais a ampliarem seus conhecimentos e acessos para desenvolvimento completo de seus potenciais.

É a espécie humana que tem fome e clama! É o nosso necessário legado a gerações futuras que precisa ser em forças suficientes para sobrevivência de todo o planeta. Legado que só se constrói com os produtos do espírito humano, através do exercício de seu potencial criativo.

Temos que ter a coragem de abandonar a visão antropocêntrica rasa e obsoleta, em que a história se estruturou até bem pouco tempo, e nos permitirmos a reflexões profundas em submersão dentro de nós mesmos. Nosso planeta não tem tempo para esperar mais. **É a nossa geração atual quem precisa trazer resultados efetivos.** E, para tanto, é sempre bom buscar inspiração nos arautos dos novos tempos, sem *pré-conceitos*, como nessas impactantes palavras de Fritjof Capra:

“A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso, à natureza’. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

Em última análise, a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual ou religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexão, com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda. Não é, pois, de se surpreender o fato de que a nova visão emergente da realidade baseada na percepção ecológica profunda é consistente com a chamada filosofia perene das tradições espirituais, quer falemos a respeito da espiritualidade dos místicos cristãos, da dos budistas, ou da filosofia e cosmologia subjacentes às tradições nativas norte-americanas.

230 FERREIRA, Juca. Discurso do Ministro da Cultura, por ocasião da solenidade de sua posse. Brasília: 28/08/2008. Íntegra disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2008/08/29/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-na-solenidade-de-transmissao-de-cargo/>; acesso em 10/02/2009.

231 Aqui também o termo cultura é empregado em sentido estrito em menção às artes em geral, não estando neste trecho incluído no conceito de *ensino*, sem contudo retirar deste a importância no rol de necessidades humanas; pois, se abraçado o ensino neste trecho, acabaríamos por desviar o foco da dissertação. Cabe lembrar que a defesa da cultura, no mesmo sentido empregado a este trecho, como um bem de necessidade básica humana, foi protagonizada no Brasil em âmbito governamental pelo então Ministro da Cultura Gilberto Gil, e em continuidade por seu sucessor no Ministério, o atual Ministro Juca Ferreira.

Há outro modo pelo qual Arne Naess caracterizou a ecologia profunda. ‘A essência da ecologia profunda’, diz ele, ‘consiste em formular questões mais profundas’. É também essa a essência de uma mudança de paradigma. Precisamos estar preparados para questionar cada aspecto isolado do velho paradigma. Eventualmente, não precisaremos nos desfazer de tudo, mas antes de sabermos isso, devemos estar dispostos a questionar tudo. Portanto, a ecologia profunda faz perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialista. Ela questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva de nossos relacionamentos, uns com os outros, com as gerações futuras, e com a teia da vida atual da qual fazemos parte” **232**.

3. “Roda de Fogo” – um exemplo de que é possível

Teorias são muito boas, mas precisamos ir às práticas. Não há mais tempo para pensarmos e nos embrenharmos em discussões teóricas sobre “o sexo dos anjos”, ou buscarmos filigranas com lupas para construir ou destruir raciocínios. A omissão das gerações passadas, e a insistência de utilizar os conhecimentos dos avanços tecnológicos do século XX em prol da ganância, do individualismo, do imperialismo, do enriquecimento de poucos, da defesa de uma “raça pura” a oprimir as demais, deixaram à nossa geração atual um nefasto legado: o planeta poluído, com a natureza voltando-se contra nós; intolerância racial e religiosa; terrorismo; crime organizado, e uma sociedade degenerada que busca nas drogas a fuga dos problemas, sem a coragem de seu enfrentamento.

Nossa geração atual não teve o privilégio de descansar para vir só desfrutar das dádivas que o avanço tecnológico deveria ter nos propiciado aos dias de hoje. Se a nossa geração nada fizer para reverter esse quadro, o legado às posteriores será muito mais nefasto do que o presente.

Muito mais emergencial do que saciar da fome do corpo, é a erradicação da fome da alma, o que se obtém através da *inclusão cultural*, para que cada vez um maior número de pessoas esteja apto às produções emanadas de seu espírito, a fim de edificarem uma sociedade sadia, consciente e ativa. Uma nova sociedade que seja capaz de se relacionar em simbiose com a natureza e com os demais seres humanos e culturas diversas, sem vir a escravizar, sem vir a deteriorar, sem que uns se sobrepujem aos outros, mas que toda biodiversidade do planeta possa conviver pacificamente em harmonia, desenvolvendo plenamente os potenciais inerentes a cada espécie; e, no caso dos humanos, desenvolver o potencial criativo.

Foi pensando nisso tudo é que surgiu a Ópera Popular Roda de Fogo, que passo a comentar a seguir de forma ilustrativa, para que possa ajudar a inspirar o encontro de novas soluções práticas na tarefa de erradicação da exclusão cultural.

O Grupo GIRA-Teatro, que tem como slogan e orientação interna de trabalho “auxiliar no desabrochar da humanidade”, solicitou um poema de minha autoria, intitulado “Roda de Fogo”, convidando-me também para fazer sua adaptação para teatro²³³. Nosso objetivo comum era fazer com que essa obra promovesse efetivamente a inclusão cultural e também viesse a auxiliar no despertar de consciências para que mais pessoas se engajassem num trabalho de erradicação das exclusões. Na busca desse desejo, nos defrontamos com o desafio: “*Como criar uma obra que promova a inclusão cultural?*”.

Desafio para nós é néctar combustível, nos dispusemos então a seu enfrentamento. Navegamos pelas reflexões acima postas, como também sobre aquelas que há pouco foram trazidas pelo orador Sérgio Prosdócimo, na palestra intitulada “A arte como instrumento de aproximação de povos distantes”, além de outras pesquisas e imersões em teorias para obtermos o clique inspirador do caminho a seguir. O resultado dessa brincadeira nasceu em forma de uma ópera.

Por que a ópera?

A ópera é uma obra artística das mais completas, pois reúne literatura, música, artes plásticas, dança, artes cênicas em uma única obra. É uma oportunidade de se começar a praticar a inclusão internamente com a equipe de trabalho, pois, profissionais de áreas diversas estariam se comunicando de modo a proporcionar a vivência em áreas alheias, com a consequente ampliação do desenvolvimento de potenciais criativos do grupo.

Outra razão relevante reside no fato de que, via de regra, as óperas não são traduzidas, de modo que valorizam o idioma em que originalmente foram escritas, no caso, a língua portuguesa. Por onde *Roda de Fogo* passar, irá então difundir o idioma português.

Retornando ao cerne do desejo originário, observa-se que o palco da ópera é um palco de exclusão, vez que tradicionalmente é reservado ao erudito, linguagem que somente ínfimo percentual da população consegue entender e menos ainda nela se expressar. Pareceu-nos então a escolha de uma ópera a ideal para provocarmos o rompimento da ilha de exclusão cultural. Afinal, as artes sempre se serviram para romper com padrões, provocar, instigar, escandalizar, chamar a reflexões.

Subirão ao palco de nossa ópera artistas que jamais transitaram no erudito; alguns deles não tiveram sequer oportunidade de estudos, mas exercem seus dons naturais pelas práticas que aprenderam na vida e nas ruas, e não por isso deixam de ter excelência em suas artes. Irão eles expressar seus potenciais criativos dentro das linguagens populares que lhes são próprias.

A conscientização da necessidade de erradicação das ilhas de exclusão cultural vislumbramos que poderá se iniciar junto aos detentores do palco erudito da ópera. Por certo receberemos críticas severas, resistências, e queremos que venham. É do embate de opiniões que sempre surgiram novos horizontes e rumos. O importante não é consagrar uma tese, mas sim se propiciar oportunidade para que venha à tona o debate e dele advenha reflexões.

Por que *popular*?

Porque *Roda de Fogo* é uma obra que busca o resgate da autoestima, a valorização das expressões do povo, dos talentos que emergem das ruas e se transformam em arte, busca a inclusão dos sem número de pessoas que não tiveram acesso a estudos apurados mas têm em seu âmago o dom valoroso das artes, que não tiveram vergonha mas sim a coragem de exercitarem o potencial criativo da espécie humana. Sim, *popular, genuinamente popular*, pois as pessoas poderão se expressar dentro das linguagens próprias do povo, que está longe de ser o erudito. *Roda de Fogo* resgata as canções populares, propositadamente com o emprego de instrumentos rústicos utilizados em rodas de capoeira.

Por que a *capoeira*?

A capoeira é uma arte que emergiu da necessidade humana de se expressar; nascida espontaneamente nas ruas, nos campos, a partir da criação de pessoas que nunca sentaram num banco escolar; à época originária nem pessoas eram consideradas, por serem escravos, eram tidos como se coisas fossem, mercadorias tais como as mulas, os bois, os tecidos.

²³² CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos. São Paulo: Cultrix, 2001, 5ª ed., p. 25 usque 26.

²³³ O poema originário, sob o título *Roda de Fogo* é uma narrativa em versos com vários personagens, nos traz diversos aspectos culturais da Ilha de Santa Catarina (oficialmente, Florianópolis) tais como, as credices populares, expressões folclóricas, a capoeira, as rendas de bilro, as bruxas e benzedoras, o desterramento de um povo de sua mãe-Açores, etc. Tem em foco essa ilha como uma mostra da multidiversidade cultural de um povo. A *Ópera Roda de Fogo* está hoje em fase de projeto e de busca de apoios para sua criação, montagem e circulação.

Equivoca-se quem pressupõe que capoeira provém da África. Estudiosos já pacificaram que a capoeira nasceu em solo brasileiro, como fruto da miscigenação cultural lá havida. Márcio Penna Corte Real, em sua tese de doutorado junto à Universidade Federal de Santa Catarina, ao analisar as canções das rodas de capoeira²³⁴, aponta como influência as canções lusitanas populares, dentre elas o fado. E não podemos olvidar que as canções de rodas de capoeira são expressas em idioma português. Assim, ao se falar em capoeira, estamos também falando em herança portuguesa, indubitavelmente.

Roda de Fogo é uma obra lusófona de imensurável importância, que nos chega em bem vindos dias em que se deseja a aproximação dos povos lusófonos e o fortalecimento de nosso rico e melódico idioma português. Nesse mister, a capoeira acena como uma arte primordial de fortalecimento da língua portuguesa e de herança cultural lusa, vez que, hoje já disseminada em diversos países de línguas diversas, os nomes dos golpes e as canções são cantadas e ensinadas no idioma português em todos os países.

Roda de Fogo é isso, um pouco de tudo isso, veio para resgatar a autoestima, transmutar padrões, valorizar as artes, credences e expressões populares, promover a igualdade e inclusão daqueles do povo aos meios de produção artística. Ela chega adentrando o sacro palco da ópera, que também amamos e respeitamos, nos trazendo uma obra feita por mãos e corações daqueles ora incluídos, tradicionalmente provindos do povo, nas linguagens do povo, a tocar corações e mentes afetos aos novos tempos.

Nosso principal objetivo é demonstrar que o ilhamento intransponível de acesso à cultura é mito e não está adstrito ao gênero erudito; o que há são apenas diferentes *idiomas* de expressões artísticas, de expressões do espírito humano por linguagens diversas, e isto está longe de ser um certo e outro errado, um belo e outro feio, um de valor maior e outro menor. Queremos que cada pessoa comum se aperceba de que é capaz de criar e fazer a sua ópera num auxílio mútuo e coletivo, que tem o direito de subir nos palcos e expressar suas artes, pois a criação é um dom da espécie humana, não havendo pessoa humana que seja privada do dom da criação, nem mesmo aqueles rotulados pelos homens de outrora como *res mercadorias*, os escravos, afinal, quanto a isso a capoeira já provou o contrário.

Gostaria ora de finalizar, poeticamente dizendo:

A ilha é uma ilusão. A nossa mente é quem estabelece os limites. O tamanho do nosso universo particular só depende de nós.

Convoco todos, que por estas letras passarem: ouçam os clamores daqueles que sofrem a fome da alma, favorecendo-lhes os nutrientes para o completo desenvolvimento das potencialidades humanas! Tenham sempre a coragem de criar! Tenham sempre a força de romperem os isolamentos de todas as ilhas que impedem o completo re-ligamento humano em rumo ao Grande Todo do Universo!

42. TIAGO ANACLETO-MATIAS



TIAGO ANACLETO-MATIAS é Bacharel em Línguas e Secretariado (2000) e Licenciado em Tradução Especializada (2002) pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Politécnico do Porto (ISCAP–IPP), tendo sido aluno *Erasmus* na Dinamarca em 1998. Possui uma Pós-graduação em Tradução para Legendagem pelo Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (ISAI – Porto, 2004) e, recentemente, terminou com sucesso o Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas igualmente no ISCAP – IPP, com a Tese intitulada “O Pluri-Multi-Linguismo no Contexto Atual Europeu”. Esta é a segunda vez que apresenta uma comunicação nos Colóquios da Lusofonia dos Açores (maio de 2008 e abril de 2009) e a terceira num Encontro Internacional (I Congresso Internacional de Estudos Interculturais do ISCAP, dezembro de 2008). Desde outubro de 2004 é funcionário efetivo do Parlamento Europeu, em Bruxelas.

Cenários Possíveis na Evolução da Língua Portuguesa nos Serviços de Tradução e de Interpretação das Instituições da União Europeia no século XXI TIAGO ANACLETO-MATIAS, TIAGO.FERREIRA@EUROPARL.EUROPA.EU PARLAMENTO EUROPEU

Aplicando o provérbio “Aprende Línguas e serás Alguém”, pensamos que não há melhor expressão como este aforismo popular da Eslováquia, para definir a realidade em que todos os cidadãos do mundo se encontram e, particularmente, os europeus. Se não dominarmos outros idiomas para além da língua materna, seremos considerados, muito em breve, tecnicamente iletrados, embora o conhecimento e domínio da língua-mãe seja capital. Este estudo recairá principalmente sobre a temática do Português como língua oficial na União Europeia e a dinâmica da mesma na Europa. Ademais, serão abordados a perspetiva e o futuro da mesma ao nível das Instituições Europeias, em particular devido ao atual Acordo Ortográfico.

Para além desta abordagem, tentaremos decifrar também se na Europa há uma crescente preocupação para preservar a interpretação e a tradução de todas as línguas europeias, independentemente do número de cidadãos que as falam à escala europeia, ou se, contrariamente, devido a preocupações financeiras, as línguas menos representativas na Europa, como é o Português, começarão, num futuro próximo, a ser menos utilizadas nas Instituições Europeias.

Tentaremos igualmente defender que a tradução e a interpretação são o veículo principal para a defesa das línguas, para que na realidade o Inglês não se torne progressivamente a *lingua franca*, não só numa perspetiva europeia como também mundial e, por essa razão, as próprias Instituições Europeias, nomeadamente a Comissão Europeia, terem começado internamente a preterir as outras línguas a favor do Inglês.

Por conseguinte, será discutida a questão mais exclusiva do Português, porque continua a ser uma das línguas mais faladas mundialmente em termos de números de falantes nativos. Veremos, assim, se devido à globalização, o número reduzido de falantes do Português na Europa começará a incentivar a perda do poder estratégico da mesma no campo de ação europeu e mundial.

1 – SITUAÇÃO DIACRÓNICA DA PANORÂMICA INTERLINGUÍSTICA NA U. E.

1.1 – Resenha histórica das Línguas Oficiais da União Europeia

²³⁴ REAL, Márcio Penna Corte. As musicalidades das rodas de capoeira(s): diálogos interculturais, campo e atuação de educadores. Tese de Doutorado em Educação, íntegra disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp054089.pdf> ; acesso em 10/02/2009, p. 46.

Desde os primórdios da Comunidade Económica do Carvão e do Aço (C. E. C. A. – 1951), que se teve sempre em conta dar voz às diferentes línguas faladas nos primeiros países que fundaram aquela união. Depois, com a instituição da Comunidade Económica Europeia, em 1957, consagraram-se quatro línguas oficiais, em 1958, com a adoção definitiva dos regulamentos por aquela organização, tornando-se legalmente oficiais: Alemão, Francês, Italiano e Neerlandês. O Alemão era comum à Alemanha, à Bélgica e ao Luxemburgo; o Francês era partilhado pelos Belgas, Franceses e Luxemburgueses; o Italiano era somente falado pelos Italianos e o Neerlandês era, e ainda é, a língua falada tanto pelos Flamengos Belgas como pelos Holandeses. O Luxemburguês ficou como Língua de Tratado, ou seja, o tratado foi redigido em Luxemburguês, mas como é uma língua minoritária e a sua população fala também outras duas línguas declaradas oficiais, o Alemão e o Francês, decidiu-se não oficializar na altura a língua Luxemburguesa. Convém referir que, ao longo dos tempos, diferentes línguas foram propostas para se tornarem a *lingua franca* da União Europeia: tendo em conta os primeiros Estados-Membros que fundaram o que nós hoje chamamos a União Europeia, a língua mais comum naquela época para comunicar entre os Estados-Membros era o Francês. Com o passar do tempo, também se sugeriu o Latim como língua possível de comunicação no Parlamento Europeu, à semelhança do que os Israelitas fizeram com a sua língua no seu Parlamento (*Knesset*), adotando o Hebreu. Mas, talvez devido ao provável favorecimento das línguas românicas em relação às outras que não estão tão associadas ao Latim, e sobretudo devido à associação óbvia do Latim com o Estado do Vaticano e a Igreja Católica, a ideia do Latim enquanto *lingua franca* foi afastada. Foi igualmente aventada a hipótese da adoção do Esperanto como uma *lingua franca* global possível, mas como é uma língua artificial sem relação com nenhum território nacional e como também favoreceria os falantes nativos de línguas românicas, a ideia foi também abandonada.

Depois, com os vários alargamentos da U. E., houve a necessidade de acrescentar mais línguas à lista de línguas oficiais e de trabalho. Em 1973, acrescentaram-se o Dinamarquês e o Inglês, com a adesão à Comunidade Económica Europeia da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Compete-nos lembrar que o Gaélico, ou o Irlandês, ficou então somente como Língua de Tratado.

Gostaríamos de acrescentar que, após o primeiro alargamento em 1973, todas as ideias ou hipóteses de inventar uma língua única, de certa forma artificial, foram completamente postas de parte, principalmente devido à intransigência do Reino Unido que não se identificava minimamente com a adoção de uma língua única comum, pelo que o Esperanto, por exemplo, desapareceu mesmo das escolas como disciplina de estudo nos até então 6 Estados-Membros.

Talvez com esta posição tão determinada, o Reino Unido e sobretudo devido aos três últimos alargamentos com um total de 15 novos Estados-Membros, os quais serão a seguir indicados, a tendência desde então a esta parte, para comunicar dentro das fronteiras da U. E. é a do uso do Inglês como *lingua franca* emergente confirmada. No entanto, e como defendeu Touitou-Benitah, professora de interpretação de conferência da Escola de Tradutores e Intérpretes da Universidade de Bar-Ilan, “a construção europeia adotou o princípio do multilinguismo e da tradução em detrimento de uma língua comum que seria considerada como simplista” (nossa tradução do Francês, 2000: 359).

Apesar disso, após a introdução do Grego com a adesão da Grécia em 1981 e de seguida, com a adesão da Espanha e de Portugal em 1986, aumentou-se o número de línguas para nove, com a chegada do Castelhana e do Português, vindo mostrar que a diversidade linguística reconhecida a nível institucional Europeu se tem vindo a manter, independentemente da influência incontestável e marcante da língua inglesa.

Com o último alargamento do século XX, foram adicionadas as línguas Finlandesa e Sueca. Apesar de em 1995 terem feito a adesão à União Europeia três países, a Áustria, a Finlândia e a Suécia, apenas duas línguas eram novas relativamente às existentes, pois na Áustria fala-se Alemão, que foi sempre, desde o início em 1958, língua oficial.

Com a entrada em 2004 de Chipre, da Eslováquia, da Eslovénia, da Estónia, da Hungria, da Letónia, da Lituânia, de Malta, da Polónia e da República Checa, nove outras línguas oficiais foram adicionadas ao variado leque linguístico da U. E., a saber, respetivamente: Eslovaco, Esloveno, Estoniano, Húngaro, Letão, Lituano, Maltês, Polaco e Checo.

Por último, com a adesão da Bulgária e da Roménia à U. E., em 2007, o número de línguas oficiais com estes dois últimos alargamentos duplicou de 11 para 22, ou melhor para 23, porque a língua irlandesa foi considerada como também oficial naquela data, para além do Búlgaro e do Romeno, respetivamente.

Se houver uma união total da ilha de Chipre, e a Croácia e a Islândia aderirem até 2012, mais outras três línguas serão adicionadas àquele número já elevado de línguas oficiais, respetivamente, o Turco (falado na parte norte da Ilha de Chipre), o Croata e o Islandês perfazendo 26 línguas oficiais. Continua, assim, o desafio multilinguístico para a União Europeia, particularmente no que toca aos meios humanos, meios materiais, meios técnicos e às infraestruturas.

1.2 – Por que são atualmente tantas línguas?

Segundo as edições do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (SPOCE) de 2007, nomeadamente *Aprender línguas na UE*, “a língua que falamos contribui para definir quem somos”. Portanto, gostaríamos de acrescentar que a língua, independentemente do seu número de falantes, é parte integrante de uma determinada cultura que, quer queiramos quer não, vai influenciar a maneira de pensar, de sentir e de o indivíduo se apresentar à sociedade; devemos, por isso, respeitar de igual forma os direitos de terceiros e a língua que eles falem, e é aqui que a multiculturalidade também se encontra intrinsecamente presente.

Além do direito ao respeito mútuo, a União Europeia defende igualmente o direito dos povos dos Estados-Membros se expressarem na sua própria língua; a União Europeia encoraja também os povos a aprenderem outras línguas, para que possam mais facilmente comunicar interculturalmente. Desde que foi criado em 2007 o cargo de Comissário Europeu das Línguas, ocupado atualmente pelo romeno Leonard Orban, o tema do multilinguismo, o estudo de qualquer língua, maioritária ou minoritária, o desafio do plurilinguismo, assim como a promoção e divulgação do estudo destas para a obtenção de uma melhor profissão têm sido postos em prática mais intensamente.

Apesar de existir uma amálgama de diversidades há, no entanto, unidade. Desta forma, a União Europeia identifica-se com este mote: *Unida na Diversidade*. “Este lema significa que a U. E. é composta por países europeus unidos, trabalhando em conjunto pela paz e pela prosperidade, e que o facto de existirem diferentes culturas, tradições e línguas na Europa é algo de positivo para o continente” (portal em Português da C. E., 2008).

Pese embora haver a possibilidade de utilizarmos qualquer língua no seio da U. E., parece-nos que os acordos primordiais da U. E. por vezes estão a ficar para segundo plano devido à crescente pressão dos efeitos económico-financeiros no seio da Europa que o multilinguismo comporta. As despesas são elevadas devido indubitavelmente aos custos exponenciais da defesa da tradução de todos os documentos das línguas principais europeias para as menos representativas, bem como devido aos serviços de interpretação de cada Instituição Europeia. No entanto, parece-nos que essa razão se prende com o facto de o Inglês se ter tornado mais forte e presente dentro das I. E. Nestes serviços das instituições, apenas as línguas maioritárias (Alemão, Francês e Inglês) tendem a crescer.

Na tendência atual, principalmente na Comissão Europeia e no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, assim como noutras instituições da U. E. de visibilidade mais reduzida (as antenas da U. E. espalhadas pelos 27 Estados-Membros), apenas as línguas maioritárias (Alemão, Castelhana, Francês, Inglês, Italiano e Polaco) tendem a crescer e a ser mais usadas relativamente às menos representativas, tais como o

Búlgaro, o Checo, o Dinamarquês, o Eslovaco, o Finlandês, o Grego, o Húngaro, o Português ou o Sueco. Estas últimas são línguas faladas por habitantes entre os 5 e os 12 milhões a nível europeu. Não devemos esquecer que abaixo deste limiar estão todas as outras línguas minoritárias no meio interinstitucional, tais como o Esloveno, o Estoniano, o Gaélico (Irlandês), o Letão, o Lituano ou o Maltês.

Entre o grupo das “grandes línguas” e o grupo dos 5-12 milhões em termos demográficos, como se pode depreender da leitura da publicação da Comissão Europeia, *Factos e Números Essenciais sobre a Europa e os Europeus*, encontram-se o Neerlandês e o Romeno que são falados por mais de 15 milhões e 25 milhões, respetivamente. Ora, estas línguas acabam por ter mais expressão entre as línguas de maior difusão na U. E., pese embora o facto de especialmente o povo holandês e os Flamengos Belgas dominarem a *lingua franca* dos dias de hoje, o Inglês.

Mas, não só as línguas alemã, francesa e inglesa formam o primeiro bloco linguístico de maior importância na U. E.; existe um segundo bloco, composto pelos idiomas Castelhana, Italiano e Polaco, o qual se revelou ser de elevada importância, não só quanto ao número de cidadãos a nível europeu que falam o castelhano e o italiano, mas também devido à adesão da Polónia que possui uma população crescente e numerosa (40 milhões de habitantes), não esquecendo igualmente a força política, geoestratégica e cultural que os dirigentes e o próprio povo exercem no seio da U. E.

2 – OS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

2.1 – A (im)possibilidade e a (in)exequibilidade de manter um número elevado de línguas na interpretação

“A Interpretação deve ser criativa para adaptar o texto às tristes vicissitudes da realidade e ao desenrolar dos tempos” (nossa tradução do Francês, Sueur, 2007: 8). Efetivamente, a interpretação simultânea teve o seu início no pós II Grande Guerra, durante o Julgamento de Nuremberga. Foi durante esse evento histórico que os tradutores tiveram de se adaptar para interpretar a partir de uma língua para outra num regime ao qual chamamos hoje de acompanhamento. Acresce o facto de ser um tipo de interpretação especial, pois é considerada interpretação jurídica.

Em países onde hoje há minorias étnicas significativas é reconhecido o direito aos arguidos de se expressarem na sua língua natal por forma a não haver equívocos linguísticos que possam pôr em causa a defesa ou a acusação dos mesmos em questões processuais. O Direito Criminal é uma área muito específica da interpretação e não é única a ter interpretação simultânea nos tribunais portugueses hoje em dia – também o Direito da Família teve muito recentemente um caso noticiado de interpretação simultânea em Portugal com a decisão judicial de conceder a tutela das filhas à Mãe Neerlandesa que se deslocou a Portugal para recuperar as mesmas que estavam a viver com o Pai, ou ainda, o caso noticiado ainda mais atual do alegado e presumível assassino francês de um empresário de Ourém.

Uma situação semelhante poderia também acontecer, por exemplo, no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. De facto, a interpretação é uma técnica assegurada em muitas das Instituições da União Europeia, mais em particular na Comissão Europeia, no Conselho Europeu e sobretudo no Parlamento Europeu.

A realidade da interpretação acontece em todas as 23 línguas oficiais, cujas combinações linguísticas podem ser múltiplas, que no início eram apenas quatro. Podemos admitir que é um trabalho digno de se observar, porque os profissionais de interpretação “para além do domínio perfeito da língua materna e do profundo conhecimento de uma ou várias línguas estrangeiras, [devem ter] uma especialização técnica jurídica, económica ou científica, consoante o setor em que se pretenda trabalhar” (Van Dromme-Desvignes, Sornom-Aï, 2001: 9).

Quanto ao Parlamento Europeu, trata-se da instituição que mais facilmente solicita o recurso à interpretação, pois cada Eurodeputado pode expressar-se única e exclusivamente na sua língua materna desde que esta seja língua de trabalho; por este último motivo, o Irlandês tornou-se língua oficial para tornar possível aos Eurodeputados de língua materna gaélica expressarem-se em Irlandês, embora esta língua seja só e praticamente utilizada nas Sessões Plenárias em Estrasburgo.

Apesar desta realidade, qualquer Eurodeputado pode expressar-se noutra língua que não a materna, tal como o atual Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso costuma fazer. Muitas vezes este dirige-se em Sessão Plenária aos Eurodeputados, em conferências de imprensa ou em entrevistas, em Francês ou Inglês. No entanto, é mais raro isso acontecer com os Eurodeputados, pois estes defendem que estão ali para lutar pelos direitos dos cidadãos europeus e representá-los, já que foi para isso que foram eleitos. Sendo assim, têm o direito de se exprimir na sua língua materna e de terem sempre a possibilidade de ouvir os outros Eurodeputados na sua própria língua, através da audição dos profissionais de interpretação de conferência que se encontram nas cabines de interpretação, tanto em Bruxelas como em Estrasburgo ou esporadicamente no Luxemburgo.

A verdade é que, principalmente no Parlamento Europeu, a realidade da diversidade linguística em que se expressam os Eurodeputados, tanto nas comissões de trabalho do Parlamento em Bruxelas ou nas minissessões Plenárias na mesma cidade, bem como nas Sessões Plenárias em Estrasburgo continua bem viva e pensamos que não irá mudar. “As sessões plenárias, que contam com uma interpretação simultânea para e a partir de todas as línguas oficiais da União, mobilizam, em média, 800 a 1000 intérpretes. No caso das outras reuniões, a interpretação é, em geral, assegurada em função das necessidades” (portal em Português do P. E., 2008).

Atualmente, o trabalho dos linguistas é fundamental, mais do que nunca, porque as línguas oficiais são cada vez mais e os documentos a traduzir e / ou as conferências e reuniões são cada vez em maior número. No entanto, devemos ter em conta que, como dissemos anteriormente, “dadas as suas obrigações face aos cidadãos e Governos da União Europeia, não é de estranhar que as instituições [da U. E.] empreguem um número elevado de linguistas” (*A Europa em Movimento*, 2004). E todos estes linguistas têm de estar atentos às especificidades de cada tipo: de tradução ou de interpretação. Segundo Jean-Jacques Sueur, “a tradução deve ser o mais fiel possível, a interpretação por seu lado não se deve autocriticar por ser criativa (...). Mesmo a tradução não é completamente neutra” (nossa tradução do Francês, Sueur, 2007: 3).

2.2 – A (im)possibilidade e a (in)exequibilidade de manter um número elevado de línguas na tradução

“A tradução e a interpretação devem ambas ser confrontadas com o poder da linguagem e com ligação a um fundo comum” (idem, 2007: 3); portanto, a tradução e a interpretação, embora sejam muito diferentes na sua básica conceção, pois uma é escrita a outra é falada, seguem de mãos dadas dentro das Instituições Europeias, apesar de pertencerem a Direções-gerais diferentes. No caso particular do Parlamento Europeu, os Serviços de Tradução encontram-se sediados no Luxemburgo, mas os Serviços de Interpretação encontram-se ao lado dos Eurodeputados, em Bruxelas.

Complementarmente, gostaríamos apenas de referir Ballard, que identificou a tradução como muito mais do que um simples ato de registo escrito, isto é, “ao passo que a escrita tem em vista algo absoluto, a tradução propriamente dita toma consciência do seu relativismo e faz com que a mensagem passe por transformações, sem alterar aquilo que se quer dizer, ou faz com que a mesma renasça; a tradução é a vida!” (1998: 22).

Constatamos que é um grande esforço hoje em dia manter a tradução de e para 23 línguas oficiais / de trabalho, com 506 possibilidades de combinações linguísticas possíveis. Mas os serviços de tradução continuam a (re)adaptar-se ao crescimento progressivo das constantes atualizações aos níveis técnico e linguístico, assim como os tradutores. Estes, especializando-se numa das novas línguas de trabalho, acompanham os tempos.

A realidade imperativa que a tradução possui e que é imposta por todos os intervenientes possibilitou a construção de uma Europa mais consciente das suas diferenças e do respeito pelas mesmas, assim como pelo direito à preservação de cada identidade linguística e cultural de cada Estado-Membro. Ainda citando Ballard, houve uma decisão sábia do Conselho Europeu em declarar “o multilinguismo como sendo a pedra angular de toda a construção comunitária [europeia]; ele é o garante do respeito pela diversidade cultural e a pluralidade linguística” (nossa tradução do Francês, Ballard, 1998: 22). É interessante avançar com a sua conclusão que defende a tradução como estando no âmago da construção europeia: “a tradução é a alma de um dispositivo que pretende efetuar trocas e negociações dentro do respeito mútuo e não servir como pilão de identidades e de diferenças” (idem, 1998: 22).

Segundo o Relatório sobre a Gestão de Qualidade na esfera da tradução no Parlamento Europeu, onde o número de páginas traduzidas é elevadíssimo anualmente, chegando a mais de 2 milhões, desde o penúltimo alargamento da União Europeia, em 2004, até aos dias de hoje, há dois tipos de regimes de concessão de trabalho de tradução decidido pelo Serviço de Planificação: há certos trabalhos que passam para as mãos dos tradutores internos (sejam eles funcionários ou contratuais) ou para as mãos de empresas que elaboram as traduções a nível externo. Atualmente, para algum profissional trabalhar como tradutor externo para as I. E. deverá estar integrado numa empresa que tenha ganho um concurso ou um contrato de prestação de serviços no campo da tradução para a U. E.

Só a título indicativo quanto a números de linguistas-tradutores, estando entre eles 170 juristas-linguistas, os quais se encarregam de garantir a conformidade dos textos em todas as línguas comunitárias, a 1 de julho de 2005, entre funcionários e contratuais havia 366 tradutores que equivaliam a aproximadamente 2 / 3 da dotação orçamental no que toca a recursos humanos; e quanto aos secretários, a taxa de provimento global é inferior a metade das vagas disponíveis (Relatório, 2005: 6).

Mas a realidade destes serviços jurídico-linguísticos no campo da tradução nem sempre foi fácil. Podemos pensar que hoje, com os avanços da tecnologia, tudo se tornou mais banal e menos complicado, devido à criação de bases de dados tradutológicas informatizadas, nomeadamente bases de dados documentais e terminológicas – *EurLex* e *IATE*. No que toca às memórias de tradução usa-se muito o *Translator's Workbench* e *Euramis*. Antigamente tudo parecia incomportável, sendo tudo traduzido manualmente ou, nalguns casos, os tradutores utilizavam ditafones, para depois tornar mais fácil a tarefa aos / às datilógrafos(as) de passar à máquina os documentos traduzidos, que depois começaram a ser passados a computador.

Ora, nos dias de hoje a tradução assistida por computador é uma realidade. Pelo menos ao nível da União Europeia, na qual a “tradução assistida por computador tem vindo a ser desenvolvida desde 1976, [apesar de só muito mais tarde ter começado a ser utilizado na prática], nomeadamente pelo Systran (acrónimo que significa *Tradução por Sistema*), o qual é o programa multilingue de tradução assistido por computador usado pela União Europeia” (nossa tradução do Inglês, Cao, 2007: 162).

Conforme informações do SPOCE é importante referir que a Comissão Europeia utiliza inicialmente no seu quotidiano aqueles sistemas de tradução automática e todas as bases de dados linguísticas do processo de tradução no primeiro bloco linguístico (Alemão, Francês e Inglês). “Os projetos de documentos políticos e os projetos legislativos são elaborados numa ou mais línguas deste bloco; [e é só numa] fase final que os textos são traduzidos para as [restantes] línguas oficiais” (2004: 19). Por seu lado o Parlamento Europeu, que tem necessidade de produzir frequentemente documentos com alguma rapidez em todas as línguas oficiais, desenvolveu um sistema de seis línguas pivô, precisamente aquelas que fazem parte do primeiro e do segundo blocos atrás referenciados. Isto é, “um documento escrito, por exemplo, em eslovaco ou [em] sueco não será diretamente traduzido para as outras [22] línguas. Em vez disso, será traduzido para as línguas pivô e seguidamente traduzido a partir destas línguas para as outras” (SPOCE, 2004: 19).

Antes de continuar, gostaríamos apenas de mencionar Mesquita, tradutor há quase vinte anos no Parlamento Europeu, que foca o verdadeiro aumento dos serviços de tradução e dos tradutores junto das Instituições da União Europeia, onde não só os tradutores, mas também os próprios serviços de tradução das Instituições Europeias tiveram a necessidade de se atualizar:

“A quantidade de textos traduzida no [Parlamento Europeu] evidentemente aumentou a cada alargamento da [União Europeia]. Quando eu cheguei, em 1990, a U. E. tinha 12 Estados-Membros. Quase tudo era traduzido pelo nosso serviço e raramente se recorria a tradutores externos. Após o alargamento seguinte (1995) a 3 novos Estados-Membros, a situação manteve-se mais ou menos igual; mas quando se tornou claro que haveria o grande alargamento de 2004 e passaria a haver 27 Estados-Membros até 2007, tornou-se imperativo tomar medidas para permitir ao P. E. preservar o princípio do multilinguismo. Como não se pode aumentar infinitamente a carga de trabalho dos tradutores ou obrigá-los a aprender mais algumas línguas novas (e na nossa divisão a maioria já traduzia a partir de 3 ou 4 línguas), decidiu-se reduzir os tipos de documentos traduzidos pelo Serviço da Tradução do P. E. aos de maior responsabilidade e entregar cada vez mais trabalho a tradutores externos. Não sei números exatos, mas creio que mais de 60% dos textos ainda são traduzidos internamente” (2008: 2).

Apesar das considerações de Mesquita quanto ao reconhecimento da importância da qualidade dos profissionais, sabemos que a profissão de tradutor ainda continua negligenciada. A aparente facilidade desta profissão faz com que qualquer pessoa com certos conhecimentos linguísticos se sinta qualificada para traduzir. Não obstante, o tradutor não é apenas um profissional de línguas, mas também um descodificador de mensagens e um criador.

Portanto, o tradutor deve também atualizar com frequência as ferramentas com que trabalha já que a tecnologia evolui a passos largos. Os desafios tecnológicos e os desafios da internacionalização tornam o tradutor um profissional que continua a aprender ao longo dos anos em que pratica a sua atividade e os seus conhecimentos linguísticos também. Além disso, deve apostar na especialização, demonstrando assim uma atitude pró-ativa e empreendedora, para não se tornar obsoleto.

A União Europeia defende que todos têm direito de falar na sua própria língua e confrontar as Instituições Europeias com as suas questões, por escrito ou oralmente utilizando as suas línguas maternas. Assim, o trabalho dos profissionais de tradução é imprescindível para que a informação acerca das Instituições Europeias chegue junto dos cidadãos: “o trabalho dos tradutores permite à U. E. cumprir as suas obrigações legais em matéria de comunicação com os cidadãos” (SPOCE, 2008). Se a União Europeia alguma vez negligenciar o reconhecimento desse direito do cidadão europeu, conferindo um estatuto de menor importância a uma língua somente por ter menos falantes nativos, é provável que principalmente esses cidadãos comecem a encará-la como uma Instituição meramente representativa, pois “negligenciar uma língua é fazer com que os falantes nativos dessa determinada língua comecem a ficar desiludidos com o Projeto Europeu” (nossa tradução do Inglês, Grupo de Peritos, 2008: 12).

Desde os primórdios da União Europeia muito se tem feito para manter os documentos mais importantes em todas as línguas principais de cada país, pelo que as Instituições Europeias têm dado emprego a centenas de linguistas, não só ligados à tradução, mas também ligados à interpretação. Podemos pensar que todo este sistema de tradução comporta custos astronómicos, mas parece-nos bem salientar que a tradução e a interpretação juntas apenas custam a cada cidadão europeu a módica quantia de aproximadamente 2€ / ano (dois Euros por ano), “ou seja, um pouco mais do que o preço de um café” (SPOCE, 2004: 18), apesar de, presentemente, “[vinte e dois] pares linguísticos se encontrarem disponíveis no seio da União Europeia” (nossa tradução do Inglês, Cao, 2007: 162).

Assim, o grau de qualidade e eficiência linguísticas requerida mesmo com tantos pares linguísticos tem de ser elevado. Na sua qualidade de maior empregador do mundo de intérpretes e tradutores, que representam um terço (cerca de 1500 pessoas) do seu pessoal, o Parlamento Europeu é o campeão do multilinguismo, assegurando a interpretação nas sessões plenárias, nas reuniões dos órgãos diretivos e das comissões e delegações na medida do possível. Naturalmente, as competências crescentes do P. E. e o número crescente de línguas aumentam a carga de trabalho.

Na Norma Europeia EN 15038 há também a preocupação em estabelecer vários aspetos relativos às competências fundamentais no campo da tradução, pelo que gostaríamos de passar a mencionar alguns deles (Filipe, 2006: 23): 1 – Gestão de Recursos Humanos; 2 – Competências Translatórias; 3 – Competências Linguística e Textual na LP e na LC; 4 – Competência de Investigação; 5 – Aquisição e Processamento de Informação; 6 – Competências Intercultural e Interpessoal; 7 – Competências Técnicas e Profissionais.

Tomando especialmente em conta o ponto número seis, as competências intercultural e interpessoal são deveras fundamentais para um tradutor. Se este não conseguir adaptar um determinado texto à sua cultura ou àquela para a qual está a traduzir, o tradutor terá sérias dificuldades em conseguir executar um trabalho com qualidade.

2.3 – O Português nos Serviços Linguísticos da U. E.: impacto do novo Acordo Ortográfico numa Perspetiva Europeia e Mundial

A língua portuguesa foi sempre muito protegida em termos de formação de equipas de tradução e interpretação devido ao facto de Portugal preferir ver representada a sua língua e apoiar os linguistas e não adotar uma posição diferente, como é o caso dos Dinamarqueses e dos Suecos. No caso específico destas duas nacionalidades, a situação é diversa: quando há uma reunião à mais alta instância sobre um tema altamente especializado, a política adotada daqueles países nórdicos tem sido a de enviar um especialista na matéria que domine a língua inglesa na perfeição, ou seja, enquanto o caso português investe mais na tradução e na interpretação, a Dinamarca e a Suécia optam por apoiar a deslocação de especialistas porque dominam satisfatoriamente o inglês, sendo considerado nestes países uma segunda língua. Segundo o artigo escrito de Allan Karker “Is the Danish Language being maltreated by the EC?”, pode-se concluir que a língua dinamarquesa é usada em pé de igualdade com as outras línguas oficiais, mas por razões práticas os dinamarqueses acordaram que não seria sempre necessário ver representada a sua língua a nível oral, assim como a tradução de alguns documentos, em todos os momentos de resolução. A realidade do apoio à interpretação, especificamente no caso português, refletiu-se na escolha deliberada da Presidência da República Portuguesa que decidiu na 63ª. Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada no dia 24 de setembro de 2008, fazer-se acompanhar pelo serviço de interpretação simultânea de e para Português, durante a sua comunicação àquela Assembleia.

Na realidade, segundo o artigo do jornal *Público* daquela mesma data, as opiniões divergem relativamente aos custos que a interpretação da língua lusa pode acarretar para os países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa): a jurista Catarina Albuquerque pensa que a adotou do Português como língua oficial [na ONU] “teria encargos enormes”, pois “tem de se pesar a relação custo-benefício”. Mas o professor Carlos Reis considera que o simbolismo da utilização da língua portuguesa nas mais altas instâncias “custa muito dinheiro, mas tendo em conta os efeitos que pode ter, os custos podem ser irrisórios”, já que esta posição pode significar “um investimento”.

A nosso ver, esta última posição seria a mais acertada, pois o português é uma das línguas mais faladas a nível mundial e o Brasil é o grande responsável em termos demográficos por ser “mais falado que duas das seis línguas oficiais das Nações Unidas” dos dias de hoje, a saber, o Russo (145 milhões) e o Francês (aproximadamente 72 milhões). No seguimento desta posição, gostaríamos de mencionar que mais de 177 milhões de falantes nativos se expressam em língua portuguesa e, como referimos anteriormente, o Brasil defende acerrimamente a manutenção e a divulgação da língua portuguesa, talvez até mais que os próprios portugueses. Assim, “irá depender sobretudo do esforço de liderança brasileiro que a Lusofonia [possa] avançar, levando a reboque os países africanos cheios de complexos do colonizador português” (Chrystello, 2008: 3).

É imperativo nesta instância realçar e relembrar que nos anos 80, durante o governo de Maria de Lourdes Pintassilgo e, segundo entrevista com o intérprete-funcionário do Parlamento Europeu, Francisco Falcão, aquele Governo foi contrário à introdução da interpretação em língua portuguesa na ONU devido quase exclusivamente aos custos elevadíssimos que implicaria para Portugal nessa época. Ainda segundo a já citada jurista Catarina Albuquerque, “cada intérprete na ONU ganha centenas de milhares de Euros por ano, a trabalhar 4 horas por dia”.

No entanto, gostaríamos de reiterar a importância do simbolismo que a adoção do português com estatuto permanente de língua de interpretação simultânea teria no impacto do contexto das nações se fosse representada regularmente nos trabalhos de todas as instâncias de comissões menores, bem como na dimensão da assembleia-geral das Nações Unidas.

Tendo em conta o artigo do *Público* supracitado que afirma que há uma petição em linha pela inclusão do Português como língua oficial na ONU que conta já com mais de 50 mil assinaturas e que, segundo a mesma fonte, foi anunciada a criação de um fundo para a língua portuguesa aberto à cooperação com os outros países lusófonos, achamos que seria uma enorme mais-valia para a língua portuguesa se esta fosse promovida a língua oficial no seio da ONU, juntando-se ao Árabe, ao Castelhana, ao Chinês, ao Francês, ao Inglês e ao Russo.

Contrariamente àquilo que a opinião pública e o senso comum costumam julgar, o Castelhana já ultrapassa em cerca de 13 milhões o inglês a nível mundial, enquanto o Português não se distancia muito da língua Árabe em termos de número de falantes (na ordem dos 30 milhões). Convém salientar que, enquanto as últimas línguas estão disseminadas por vários continentes, o Chinês e o Russo, por exemplo, sem contar com os contingentes migratórios, são geograficamente limitados à localização nacional das suas fronteiras. Talvez sejam línguas da ONU sobretudo devido à representação destas nações no Conselho de Segurança das Nações Unidas e também no G8 (países do mundo mais economicamente favorecidos).

Voltamos a enfatizar que, sendo a língua portuguesa a terceira da União Europeia mais falada no Mundo, é imperativo e urgente assegurar a defesa da manutenção e utilização do Português como língua de trabalho no contexto europeu, nomeadamente nos Serviços de Tradução e de Interpretação das instituições comunitárias.

Tal como Filipe afirmou,

“De forma contextualizada poderemos entrever a imperativa renovação da política externa da língua de Camões no seio da União como espaço político-social-económico por excelência da realidade portuguesa. A característica da transcontinentalidade da Língua Portuguesa é, por si só, uma razão da sua aprendizagem. Considerando também o espaço americano e africano como os principais parceiros económicos e culturais da União Europeia nunca se poderá descurar a importância estratégica da nossa língua, pois esta será, com certeza, a interligação obrigatória de diálogo e relacionamento social, cultural e económico com organizações internacionais de peso” (2004).

Como exemplos dessas organizações internacionais podemos referir a Organização dos Estados Americanos (OEA), os países Ásia, Caraíbas e Pacífico (APEC), a União Africana (UA), o Mercosul, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Portanto, o conhecimento da língua portuguesa traz maiores perspectivas de migração, tanto junto das nossas fronteiras, como junto doutros Estados-Membros da U. E. ou, ainda, junto de países que tenham boas relações com a U. E.. O interesse pela língua, as saídas profissionais a nível económico ou as perspectivas académicas são sempre tidas em conta no ensino da Língua Portuguesa no contexto europeu ou no resto do mundo. “A República Popular da China prepara os seus quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistar mercados lusofalantes” (Chrystello, 2008: 3); talvez por esta razão a língua portuguesa não esteja condenada ao desaparecimento em Macau.

Com esta reflexão, “urge pois apoiar a comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área [da linguística], zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos internacionais, dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes” (idem, 2008: 4). Neste contexto, sabendo que o Português, tal como outra língua, é uma língua viva em constante evolução, torna-se num desafio para a União Europeia mantê-la como oficial e de trabalho tanto na tradução como na interpretação.

O acordo ortográfico já ratificado por três países lusófonos, a saber, o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já tem sido considerado como desadequado para a União Europeia. Rui Beja, professor de Gestão Editorial e consultor da Administração e Administrador não Executivo no Grupo Porto Editora, afirmou num artigo de opinião na revista *Visão*, de 20 de março de 2008: “o que inibirá os textos da União Europeia de passarem a ser escritos com a sintaxe, a semântica e o vocabulário utilizados no Brasil?” (Beja, 2008). Praticamente nada. Pensamos que não passa de um falso problema, já que a língua portuguesa será sempre a mesma, independentemente da sua proveniência.

Não podemos menosprezar e deixar de citar o distinto linguista João Malaca Casteleiro, que afirmou num artigo da edição de 11 de janeiro de 2008 do Semanário *Sol* alusivo ao Colóquio sobre o Ensino de Português para as Comunidades: “A aceitação das regras propostas pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa seria um «sacrifício pequeno» mas com grandes resultados”, pois “a abolição das consoantes mudas, proposta pelo Acordo, apenas abrange dois por cento do vocabulário português mas estes dois por cento fariam uma grande diferença” (Casteleiro, 2008). Por aqui podemos constatar que o proposto Acordo Ortográfico não irá mudar a grafia do Português tanto como os seus opositores parecem querer fazer crer.

Citando Evanildo Cavalcante Bechara e Malaca Casteleiro, presentes como patronos da Comissão de Honra dos Colóquios da Lusofonia, em Bragança e em São Miguel – Açores, “o Português falado não sofrerá qualquer alteração com este Acordo Ortográfico, este apenas servirá para uniformizar a ortografia da língua portuguesa”. Convém citar ainda Chrystello, tradutor *freelance* há mais de 30 anos, quando diz que “só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da Língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais” (2008: 4).

No contexto europeu, esta atualização meramente ao nível da escrita não terá um impacto muito vasto nos serviços de tradução e muito menos da interpretação, pois a regra apenas terá de ser imposta na altura da entrada em vigor e bastará apenas atualizar as bases de dados de tradução e a atualização dos tradutores de Português. Ademais, convém referir que há vários intérpretes que se expressam em Português do Brasil no desempenho das suas funções na U. E. e não é por essa razão que os Eurodeputados não entendem o que eles dizem. Isto é, a nível oral, obviamente que o atual Acordo Ortográfico não tem qualquer interferência, pois as palavras continuar-se-ão a proferir da mesma forma, respeitando o registo oral de cada variante linguística do Português.

No entanto, a nível da escrita, também devemos sempre ter em conta que, embora a língua portuguesa seja a sexta língua mais falada no mundo em termos de número de falantes nativos, não se pode pensar que qualquer pessoa que saiba português possa fazer a tradução de um produto, a não ser que conheça muito bem os costumes, hábitos, cultura e, sobretudo, a própria variante linguística. Contudo, há empresas como a Microsoft e a Oracle que não aceitam senão tradutores cuja língua materna seja a portuguesa, mas dependendo da variante linguística. “Se o próprio público-alvo do documento for de Portugal, o tradutor deve ser Português e se o público-alvo for Brasileiro, o tradutor deve ser também Brasileiro” (Araújo, 2003: 3). Como todos sabemos, a língua é a mesma, mas há muitos lexemas no Português do Brasil (pt-BR) que não existem no Português Europeu (pt-PT) e outros que até se escrevem da mesma forma, mas têm um significado diferente ou ligeiramente diferente.

Araújo ainda menciona que, estando o tradutor dos dias de hoje tão dependente e ligado à informática e aos programas de tradução automática, as diferenças nestas duas variantes linguísticas começam precisamente pelos termos informáticos: “tela vira ecrã, mouse passa a ser rato e arquivo se transforma em ficheiro” (2003: 3).

Talvez seja verdade aquilo que Araújo menciona quanto a algumas diferenças lexicais entre o pt-BR e pt-PT, mas todos sabemos que a U. E. possui termos próprios e utiliza muitas bases de dados linguísticas e se um tradutor se aperfeiçoar e conhecer bem os vocábulos de jargão europeu, não vemos qualquer entrave para tradutores de outra variante de língua portuguesa traduzirem na I. E. desde que respeitem os lexemas do Português Europeu por ser aquele que é utilizado nos documentos oficiais.

Gostaríamos de referir que as I. E. apenas contratam tradutores e intérpretes da língua para a qual traduzem e interpretam, ou seja, falantes nativos e que qualquer um deles trabalha sempre de uma língua estrangeira para a sua língua materna e nunca na outra direção.

No seguimento desta ideia, pensamos que seria positivo citar Chrystello: “para preservarmos a nossa versão da língua portuguesa é preciso mantê-la viva, e esta [altura do grande alargamento da U. E. em 2004] é uma oportunidade ímpar de atrair leitores para as nossas obras. Mais tarde viriam os que prefeririam ler as obras na sua língua original, o Português, bem fácil aliás de aprender para todos os falantes de línguas eslavas” (2004).

Baseando-nos no Grupo de Peritos apoiado pela Comissão Europeia, podemos afirmar que um possível cliente ou comprador aceita muito mais facilmente fechar um negócio se o interlocutor falar a sua língua, ou pelo menos conhecer a sua cultura, tentando entoar algumas palavras na língua materna do destinatário, do que aquele que utiliza uma terceira língua, diferente de ambos os intervenientes no negócio, a qual, talvez, pudesse ser o Inglês, por se ter tornado a *lingua franca* do fim do século passado e do presente.

Talvez seja conveniente aqui referir que o Inglês e outras línguas principais têm ameaçado outros idiomas votando-os ao desaparecimento. Na Europa apenas 3% se encontram em risco, provavelmente devido aos programas e à vontade de alguns países e sobretudo da União Europeia de manter vivas todas as línguas minoritárias e regionais. No entanto, “das cerca de 6500 línguas do mundo [em perigo de desaparecer], 33% encontram-se na Ásia, 30% na África, 19% na Oceânia, 15% na América” (Reis, 2005).

Ainda mediante o estudo de Reis, “as dez línguas maternas mais faladas são utilizadas por quase metade da população mundial, aproximadamente 2,6 mil milhões de pessoas. São elas o Mandarim, o Inglês, o Espanhol, o Bengali, o Hindi, o Português, o Russo, o Árabe, o Japonês e o Alemão” (2005), o que vem provar que as línguas minoritárias têm de ser deveras protegidas, pois as línguas mais bem representadas e que não se encontram em perigo de desaparecer, são precisamente as línguas maternas. Em termos de língua materna, o Português é uma língua falada na totalidade dos continentes, mas “no entanto, na prática geoestratégica, não tem conseguido adquirir a visibilidade de outras línguas como é o caso da inglesa ou da espanhola” (Filipe, 2004).

Ademais, não podemos deixar de pensar que, embora os Estados Unidos da América do Norte estejam a ultrapassar uma recessão económica, continuam a influenciar culturalmente o mundo globalizado. Aí, as duas línguas mais faladas são precisamente aquelas que Filipe definiu como as que mais visibilidade detêm no mundo de hoje – o Inglês e o Castelhana, embora esta última não seja oficial nos EUA, pelo menos por enquanto. No entanto, não podemos esquecer que dos países da América Latina que se distribuem desde a América do Norte até à do Sul, passando pela Central, apenas o Brasil não fala o Castelhana e é curioso notar que o idioma Castelhana aparece de igual forma espalhado pelos quatro cantos do mundo tal como o Português. O certo é que não foram estas duas línguas latinas que conseguiram impor-se no mundo globalizado de hoje, nem o Francês com a tradição histórico-diplomática dos séculos pós-iluministas que tem, mas sim o Inglês.

Por conseguinte, convém lembrar que cerca de 90% das línguas atualmente faladas no mundo vão desaparecer até ao final do século, devido ao processo de globalização e “com 97% da população mundial a falar um número de línguas que representa apenas 4% do património linguístico mundial, os restantes idiomas vão entrar num processo de extinção. Nove línguas irão predominar, incluindo o português” (Reis, 2005).

3. Conclusão

Como nota de conclusão gostaríamos de não deixar de relatar um excerto da *Declaração de Laeken*: “A Europa está finalmente em vias de se transformar, sem derrame de sangue, numa grande família; esta verdadeira mutação (...) [do] continente dos valores humanistas (...) da liberdade, da solidariedade e, acima de tudo, da diversidade, implica o respeito pelas línguas, culturas e tradições dos outros”.

Assim, com este estudo tentámos demonstrar como é importante e necessário respeitar as minorias e as diferentes culturas, bem como todas as diferenças linguísticas e regionais para que saibamos comunicar uns com os outros e viver em harmonia. Também por essa razão, a União Europeia tem reunido esforços ao longo de toda a sua História para se encontrar mais próxima dos seus cidadãos, dando-lhes a conhecer as diferenças de cada povo através de programas de ação junto de cada Estado-Membro e, mais recentemente, através de sítios *Web* que têm vindo a ser desenvolvidos em todas as línguas oficiais dos 27.

Como explicámos atrás, há várias línguas que, devido aos esforços comuns para as manter vivas, de uma maneira ou de outra, e esforços esses muitas vezes levados a cabo por entidades independentes, como por exemplo o caso do Português em Olivença, podemos concluir que as novas tecnologias são um elemento-chave para a manutenção de qualquer língua na sua divulgação para que possam sobreviver e coexistir com outras, independentemente da sua importância ou do seu número de falantes nativos.

É imperativo que continuemos a pensar na preservação, divulgação e respeito pelas diversas línguas, que têm história e representam um povo, os seus costumes, hábitos e que, ao longo dos séculos, muitos têm sofrido para as manter vivas. Se adotarmos esta estratégia de respeito mútuo, faremos com que nenhuma língua desapareça.

No caso mais específico do Português, deveríamos unir esforços para que a nossa língua fosse mais divulgada a nível mundial e que não se olhasse aos custos que aquela divulgação, manutenção e respeito pela língua tem a nível pecuniário, pois a cultura não tem preço. Talvez devêssemos aprender com as lições de outras comunidades que se esforçam para que na realidade a sua língua não se perca no tempo. Com a abordagem do mundo globalizado de hoje que se apresentou anteriormente, tentámos mostrar que a realidade quotidiana é totalmente diferente de há umas décadas atrás e que urge identificar como devemos ir em frente e divulgar qualquer língua, uniformizando-a e protegendo-a com afinco. Como por exemplo o encontro das Lusofonias – Culturas em Comunidade, o qual teve lugar em Lisboa, entre os dias 17 de julho e 14 de setembro de 2008 ou mesmo estes Encontros Bianuais (Açores e Bragança).

Ademais, convém sublinhar que este tem sido o lema da União Europeia, que tem lutado para preservar, divulgar e incentivar o estudo e o respeito por cada língua. Não podemos esquecer o enriquecimento que o conhecimento de várias línguas pode trazer a um indivíduo tanto a nível profissional como a nível pessoal.

Podemos pensar e ter como exemplo a dinâmica da língua inglesa que se tornou e tem vindo a afirmar-se como a *lingua franca*, não só no seio da Europa e das suas principais instituições, mas sobretudo à escala mundial. É verdade que o advento da língua inglesa é devido à globalização, mas também à influência que os países de língua oficial inglesa estabelecem no mundo.

Esperamos ter dado algumas ideias para como o português deveria unir esforços para se tornar também uma língua importante na globalização dos dias de hoje.

Bibliografia:

30 Projetos para Promover a Aprendizagem de Línguas – Línguas para a Europa, *Programa Aprendizagem ao Longo da Vida*, Direção-geral da Educação e Cultura, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bélgica e Luxemburgo, 2007

50 Passos em Frente – Os maiores sucessos da Europa, SPOCE, Bruxelas, 2007

A Carreira de Intérprete no Parlamento Europeu [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008,

disponível: http://www.europarl.europa.eu/multilingualism/career_of_interpreter_pt.htm

A Profissão de Tradutor no Parlamento Europeu [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008,

http://www.europarl.europa.eu/multilingualism/trade_of_translator_pt.htm

Alonso, Ana Luna, Colado, Susana Cruces, Servizo de Publicacións, La Traducción en el Ámbito Institucional: Autónomo, Estatal y Europeo, Universidade de Vigo, Vigo, 2004

Araújo, Eratóstenes Edson Ramalho, A Internacionalização e a Localização de Produtos e Serviços: a sua importância na Indústria de Software, T&C Amazônia, vol. I, nº. 2, Brasil, julho de 2003

Ballard, Michel, Europe et Traduction – *La traduction comme conscience*, Artois Presses Université, Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1998

Beaudoin, Louis, La Traduction Juridique au Canada. Contraintes Linguistiques et Juridiques – L'Apport de la Jurilinguistique, in Sueur, Jean-Jacques, *Interpréter & Traduire*, Bruylant, Bruxelas, pp. 171-189, 2007

Cao, Deborah, Translating Law, Topics in Translation, Clevedon, Buffalo, Toronto, Multilingual Matters, Ltd., 2007

Capucio, Camilla, “Pluralidade Linguística na União Europeia e o Processo Legiferante Comunitário: Unidos na Diversidade”, ed. 2007, consultado em 20 de março de 2008

Casteleiro, João Malaca, *Jornal Sol*, ed. 11 de janeiro de 2008

Chrystello, J. Chrys, tradutor *freelance* há mais de 30 anos. Entrevista em 27 de abril de 2008, na Lomba da Maia, Ilha de São Miguel – Açores

idem, Crónica 55 – 7º. Colóquio Anual da Lusofonia em Bragança, in *Diário de Trás-os-Montes*,

<http://www.diariodetrasmontes.com/cronicas/cronicas.php3?id=913&linkCro=1#>, enviado por e-mail em outubro de 2008

Díaz-Fouces, Oscar, A Localização de Páginas da Internet na Formação de Tradutores, Vigo, 2004

Educação e Formação, portal da Comissão Europeia sobre o dia Europeu das Línguas, http://ec.europa.eu/education/policies/lang/awareness/day_pt.html#1 consultado em 24 de outubro de 2008

Europa, a U. E. num ápice [em linha], http://europa.eu/abc/index_pt.htm, consultado em 1 de setembro de 2008

European Bureau for Lesser-Used Languages (EBLUL) – Gabinete Europeu para as Línguas Menos Divulgadas [em linha], consultado 24 outubro 2008, http://www.eblul.org/index.php?option=com_content&task=view&id=164&Itemid=1

Factos e Números Essenciais sobre a Europa e os Europeus, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2007

Filipe, Vera Lúcia, <http://www.diario-online.com/noticia.php?refnoticia=34796>, acedido em 20 de março de 2008

Ferreira-Alves, Fernando, Fernandes, Paulo, Monteiro, Sérgio, Kit e Guia de Tradução – *quase tudo o que eu (sempre) quis saber sobre tradução*, Kit de Sobrevivência, Universidade do Minho, 2006

Group of Intellectuals for Intercultural Dialogue Set Up at the Initiative of the European Commission, “A Rewarding Challenge – How the Multiplicity of Languages Could Strengthen Europe”, Bruxelas, 2008

Jornal Oficial das Comunidades Europeias – JOCE, L 232, versão portuguesa, 14 de setembro de 2000

Karker, Allan, Mishandler EF de Danske Sprog? – *Is the Danish Language being maltreated by the EC?*, Dinamarca, janeiro de 1997

Maior Unidade e Maior Diversidade, *União Europeia: o maior alargamento de sempre*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bélgica e Luxemburgo, novembro de 2003

Mesquita, José António, mensagem recebida por e-mail, datada de 13 de maio de 2008, tradutor efetivo do P.E.

Monzó, Esther, Borja, Anabel, (ed.) *La Traducción y la Interpretación en las Relaciones Jurídicas Internacionales*, Universitat Jaume, Castelló de la Plana, 2005

Ost, François, *Les détours de Babel*, in *Interpréter & Traduire*, Bruylant, Bruxelas, pp. 13-45, 2007

Orban, Leonard, Multilinguismo – Mais Gente a Falar Mais Línguas, [em linha], http://ec.europa.eu/commission_barroso/orban/index_pt.htm, consultado 24 de outubro de 2008

Polissema, Revista de Letras do ISCAP, nº. 4, *Formar Tradutores e Intérpretes*, Porto, 2004

Portal da Comissão Europeia – A Profissão de Intérpretes (em Português), [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008,

http://scic.ec.europa.eu/europa/jcms/j_8/home

Idem, A Profissão de Tradutor (em Inglês), [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008, http://ec.europa.eu/dgs/translation/index_en.htm

Portal do Parlamento Europeu – As Línguas e a Europa, [em linha], consultado em 8 de agosto de 2008: <http://europa.eu/languages/pt/chapter/15>

Português no Mundo – A Língua Portuguesa no Mundo, [em linha] http://www.dgicd.min-edu.pt/lingua_portuguesa/linguaportugmundo.asp, consultado em 24 de outubro de 2008

Rapport sur la Gestion de la qualité dans la sphère de la traduction au P. E., IAMLADP, Bruxelas, 2005

Reis, Carlos, Além-Mar, Povos e Culturas – Línguas: Diversidade Cultural em Vias de Extinção,

www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZYyKlVawqCgSok, [em linha], consultado 24 outubro 2008

Schlüter-Ellner, Corinna, “Wie schwer ist Dolmetschen und Übersetzen?”, in NJW – Neue Juristische Wochenschrift, pp. 62-66, vol. 57, nº. 51, 13 de dezembro de 2004

Seleskovitch, Danica, Lederer, Marianne, Pédagogie Raisonnée de l'Interprétation, collection Traductologie, Commission Européenne, Didier Érudition, França, 2002

Stevenson, Patrick, ‘National’ Languages in Transnational Contexts: Language, Migration and Citizenship in Europe,

Mar-Molinero, Clare, Stevenson, Patrick (eds.) *Language, Ideologies, Policies and Practices – Language and the Future of Europe*, Palgrave MacMillan, Hampshire e Nova Iorque, 2000

Sueur, Jean-Jacques, Interpréter & Traduire, Bruylant, Bruxelas, 2007

Toutou-Benitah, Colette, Le Modèle de la Traduction en Europe: Réalités et Potentialités, Paris, 2000

Van Dromme-Desvignes, Josick, Sornom-Ai, Sonia, Tradutores e Intérpretes – Línguas e Sentidos, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2001

Várias Línguas, uma Família, *As Línguas na União Europeia*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bélgica e Luxemburgo, julho de 2004

Wagner, Emma, Bech, Svend, Martínez, M. Jesús, Translating for the European Union Institutions, Manchester, UK & Northampton, MA, St. Jerome Publishing, 2002

Wright, Sue, *Language Rights, Democracy and the European Union*, Freeland, Jane, Patrick, Donna (eds.) *Language Rights and Language Survival, Sociolinguistics and Sociocultural Perspectives. Encounters 4*, St. Jerome Publishing, Manchester – Reino Unido e Northampton, MA – EUA, 2004 a

Idem, Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation. Hampshire and New York: Palgrave MacMillan, 2004 b

43. VILCA MERÍZIO



VILCA MARLENE MERÍZIO Santa Catarina, Brasil) vive em Florianópolis há 46 anos. Professora Doutora em Literatura Portuguesa (Universidade dos Açores, Portugal, 1992); Mestre em Literatura Brasileira (1978) e Licenciada em Letras (1973) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Formação Holística de Base / UNIPAZ (2001). Artista Plástica: exposições - Brasil e Portugal (1993-2009).

Professora de Língua Portuguesa e Literatura (1963-2009) em universidades, Ensino Médio e Fundamental; Coordenadora e Professora da Faculdade Barddal de Letras (1999-2000). Criadora e Coordenadora do PORTEPRÁ – Programa de Atualização e Especialização para Professores MEC / UFSC / SE (1979-87). Criadora, Coordenadora e Professora de Cursos de Língua e Literatura para Professores do Ensino Médio e Fundamental em SC, no Paraná e em Rondônia / Brasil (1973-2002). Idealizou e coordenou programas e projetos: Missão Açores (2001-2009); Representação Catarinense no II Encontro de Lusofonia e Açorianidade e atividades Paralelas (Ribeira Grande) nas Ilhas de São Miguel e Graciosa, Açores, Portugal (maio de 2007); Missão Açores II (2008) e Missão Açores III (2009); Programa Cultural Açores-SC para o Festival do Mar (1996); Cursos de Harmonização Pessoal nos Açores / Portugal (2002) e em SC (2000-6). Conferencista e palestrante de congressos, colóquios, painéis e outros, no Brasil e em Portugal. Membro de júris de doutoramento, mestrado e graduação. Revisora de livros. Pesquisadora do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP- Portugal, 1987-8) e da CAPES-Brasil (1987 / 92). Atualmente, Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, Vice-Presidente da Academia São José de Letras. Membro da Academia de Biguaçu de Letras.

Livros publicados:

A História de Um Amor Feliz. Estudo Literário. 2004. 375 p. *Açores... De memória*. Contos. 2004. 122 p. *Quase... de Corpo Inteiro*. Poesia. 1996. 190 p. *Redação: uma Experiência de Ensino-Aprendizagem*. Brasília. Ministério da Educação e Cultura, 1980, 180 p. (Trabalho premiado). Outras premiações de âmbito nacional e estadual; comendas. Publicações esparsas em Antologias, Jornais e **Revistas** Literárias.

Artista Plástica: exposições - Brasil e Portugal (1993-2009).

vilcamerizio@yahoo.com.br

A ARTE QUE PERMEIA A CULTURA - Arte de Horácio Medeiros, Machado Pires, Fernando Aires e Ferreira Pinto VILCA MARLENE MERÍZIO, ACADEMIA DE LETRAS DE BIGUAÇU, Sta. CATARINA,

BRASIL *Missão AÇORES* 2009

Diante de uma obra de arte, sua escuta faz apelo à fala do Autor: palavra, metáfora, traço mais vincado, cor mais forte. O espectador aguarda... Quer mais. E da indescritível satisfação à raiva violenta é só um passo na dobradura do sonho. Se o diálogo não acontecer, o que parece ser a mudez de um e a falta de escuta do outro transforma-se em inaceitável quebra da sinergia cuja rede sutil alicerça o mundo da arte. Há de persistir na tela, no objeto ou no livro, uma vibração, um rumor capaz de comover o espectador / leitor na mesma intensidade com que emocionou o artista. Na alquimia informacional instalada, esse instante mágico de entrelaçamento das almas se eterniza, inscrevendo-se nas camadas sutis do tempo-espaço, com a mesma força do momento em que o Autor se abriu para a criação. O movimento do autor à tela e do escritor à expressão da palavra quase sempre é o mesmo da procura de saciedade que orienta e alimenta o observador no seu próprio deserto. Aquele que abre um livro, ou que admira uma obra de arte, anseia por algo de precioso para si. Aí, então, a comoção é atingida, a comunicação realiza-se e o milagre do entendimento acontece. Ferreira Pinto não explica. Dá-nos somente a sua obra: cor, imagem e palavra. Que sentidos vibram em nós estimulados por tantos sentidos, alguns de indecifrável grafismo? A captação da sua obra exige, para além da visão, a audição das palavras, verbo e figura que das telas entram em nós com a fúria do vendaval até se amenizarem sob os acordes de uma sonata. Sete sentidos só não bastam... Assim também, carregados de emoção, vibrantes acordes penetram as fímbrias de nossa alma ao sermos tocados pela música de Horácio Medeiros. E a fé que depositamos na escrita de Machado Pires confere magnificência à cultura portuguesa tão bem retratada nos seus estudos. E o que

dizer da ternura de Fernando Aires, do acalanto juvenil que jorra de suas imagens, dos fatos por ele vividos e narrados, da atmosfera açoriana que rodopia por sobre as ilhas até alcançar os pontos distantes deste planeta onde almas inquietas se detêm na saudade? Tudo é Arte: poesia dos Açores... E aqui estamos para apreciá-la.

Dentre os objetivos do Programa Missão Açores (PMA), destacam-se a revitalização e a defesa da cultura de raiz açoriana em Santa Catarina, muito especialmente no que se refere à língua, à literatura, à arte, à história e às suas tradições, e o estímulo à criação de projetos que tragam para os Açores vivências de uma Santa Catarina contemporânea, aberta para o crescimento, de cá levando informações e experiências que atualizem o conhecimento daqueles que repassam as informações às novas gerações de lusodescendentes do Estado e das regiões fronteiras. Assim, ao desenvolver ações concretas no âmbito da pesquisa, do resgate e da valorização da açorianidade no Estado de Santa Catarina, com o apoio do Governo e em parceria com Prefeituras Municipais, Academias de Letras e outras instituições não governamentais, o PMA almeja despertar o interesse dos catarinenses no sentido de fortalecer os laços com Portugal e com as comunidades lusófonas, a fim de que não se perca o elo original que identifica 8% da população catarinense descendente dos primeiros imigrantes portugueses e que ainda hoje habitam o sul do Brasil. Despertar o interesse de pesquisadores, docentes, estudantes, artistas, desportistas, escritores, poetas e da comunidade em geral para a atual situação das regiões portuguesas, quer sejam insulares (Madeira e Açores), quer se localizem em Portugal continental, como é o caso de Setúbal e Porto, é a determinante que distingue o nosso Programa já reconhecidamente considerado contributo do desenvolvimento sociocultural da nossa sociedade.

Subjacente aos interesses de divulgação e da troca de informações e experiências sobre a cultura e a geografia física e humana da população do Estado de Santa Catarina e da Região Autônoma dos Açores, reside fundamentalmente o desejo de manter a unicidade da Língua Portuguesa, apesar de todo o mosaico cultural em que ela se insere. Daí o empenho no fortalecimento dos intercâmbios culturais entre o Estado de Santa Catarina e a Região Autônoma dos Açores, intensificando a cooperação mútua, tal como aconteceu com a reativação do protocolo de Intenções, assinado, em dezembro de 2007, pelos Governos de Santa Catarina e dos Açores, através de proposta emanada deste programa e altamente influenciada pelos Colóquios da Lusofonia, o que está permitindo a abertura de propostas efetivas de ações nas áreas das Letras, Cultura, Arte, Gastronomia, Educação, Saúde e do Desporto, não só em Portugal, mas em outros países e comunidades onde é falada a nossa língua²³⁵, com a finalidade supra de troca de experiências e armazenamento de documentação.

Dessa forma, o Programa Missão Açores colabora na realização de intercâmbio de educadores, escritores, artistas, pesquisadores e outros e no deslocamento de elementos necessários – profissionais e estudantes - para a realização de eventos culturais em Santa Catarina e em Portugal, através de contatos com entidades oficiais e particulares das duas regiões. Exemplo disso, de cá para lá, foi a participação do músico açoriano Horácio Medeiros no encerramento das comemorações dos 260 anos de imigração portuguesa em Santa Catarina, no último mês do ano de 2008, e da esperada participação da musicista Dra. Ana Paula Andrade e da musicoterapeuta Dra. Luísa Maria da Costa Gomes que se deslocarão a Santa Catarina, provavelmente ainda este ano, em projeto elaborado aquando da realização do 3º Encontro Açoriano de Lusofonia, acontecido aqui na Lagoa, em 2008. Da integração do artista açoriano Horácio Medeiros com os músicos catarinenses, muito especialmente com os que atuaram em Ilhas: **um musical onde navegar é preciso**, tivemos ontem a apresentação do Grupo Fielsons. Também esse conagração artístico-cultural é resultado dos Encontros da Lusofonia.

Igualmente teve origem no II Encontro Açoriano de Lusofonia a gentil e nobre iniciativa do Prof. Doutor Luciano Pereira da criação dos Dias do Estado de Santa Catarina na Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Setúbal, em Setúbal, realizada em maio de 2008 com bastante sucesso e, agora, em recente comemoração do primeiro aniversário de implantação do referido dia, com intervenções na ESE, mediante um ciclo de palestras nas áreas científicas da literatura, da educação, do desporto, da psicologia e das ciências sociais

Espera-se para 2010 que o Estado de Santa Catarina e as prefeituras da Grande Florianópolis, em evento que reúna as instituições voltadas à consciência multicultural, mas harmonicamente irmanadas aos lusodescendentes, assumam a realização do 5º Encontro Açoriano de Lusofonia no território catarinense. Resta, agora, ao Programa Missão Açores, já com a tendência a tornar-se uma OSCIP (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) fomentar, em parceria com outras instituições brasileiras e portuguesas, o intercâmbio de publicações científicas e de caráter artístico e cultural a fim de continuar fiel à sua missão de promover um maior conagração de cunho afetivo-científico e cultural entre nossos dois países e regiões lusófonas.

Ainda persiste, como finalidade do Programa Missão Açores, o estímulo à formação de um bancos de dados, a ser instalado na Casa dos Açores-Museu Etnográfico, pertença do Estado de SC, que ainda vive à margem da Federação das Casas dos Açores Mundiais, conciliando a articulação dos sistemas de suporte informático dos organismos culturais com vistas a uma maior integração entre os projetos catarinenses direcionados a regiões lusófonas de todo o mundo. Estimular a investigação de temas contemporâneos junto às comunidades catarinenses, mediante palestras, reuniões de estudo, cursos, colóquios, congressos, atividades artísticas e desportivas e outras, assegurando o aproveitamento máximo dos recursos humanos, da infraestrutura e dos equipamentos de cada partícipe também é objeto de trabalho do PMA, bem como manter contato com instituições educacionais, criando novas áreas de ação conjunta para elaboração de programas de formação continuada aos profissionais do ensino através da implantação de, e participação em, cursos de curta duração e de programas de estágios em cursos superiores, assim como o desenvolvimento de programas de pesquisa conjunta, viabilizando a divulgação dos resultados no contexto dos países que comungam a Língua Portuguesa. O PMA quer, ainda, a inserção de parcerias com outros órgãos e instituições nacionais e estrangeiras, sempre em obediência à legislação em vigor no respectivo país, que deverá facultar as condições administrativas e logísticas necessárias para a execução das ações propostas e oficialmente aceitas pelos representantes das partes. A publicação das obras literárias e dos resultados dos trabalhos de pesquisa será divulgada e distribuída nas escolas das regiões envolvidas, sendo esse um dos pontos centrais do Programa Missão Açores.

Toda essa programação que ora está em andamento teve um início. E esse marco inicial de que falo, aconteceu em 1984 quando as Universidades dos Açores e a Federal de Santa Catarina assinaram entre si o Convênio de Intercâmbio de Professores, permitindo que o Estado de Santa Catarina continuasse presente nos Açores e de cá, pelos seus representantes, levasse um repertório de ações cujos anseios maiores centravam-se na revelação destas ilhas ao nosso Estado, que as conhecia mais pelo seu passado do que pela sua contemporaneidade. E dois nomes, por justiça e com dignidade, se fazem lembrados: a dos reitores da época, o Professor catarinense Dr. Ernani Bayer e o açoriano Prof. Doutor António M. B. Machado Pires, a quem, especialmente hoje, de público, homenageamos, junto com o músico Horácio Medeiros, com o escritor Fernando Aires e com o pintor Ferreira Pinto.

Impus-me, como condição de oradora deste 4º Encontro Açoriano de Lusofonia tarefa tão agradável quanto difícil – quando se trata de traduzir reconhecimento e pesquisa num minguado espaço de dez páginas escritas e vinte minutos de explanação – ao escolher como tema desta oração a arte que permeia a obra de quatro ilustres portugueses, habitantes desta ilha, os já citados Machado Pires, Horácio Medeiros, Fernando Aires e Ferreira Pinto, completamente diferentes nos gêneros que os distinguem, mas todos ilustres amigos com que tenho a graça de privar, com uns mais, com outro menos, ao longo desses últimos 22 anos e cujo produto de trabalho enriquece o arsenal que identifica a cultura açoriana, tanto na área intelectual quanto artística e literária. Mas como ressaltar qualidades de quatro homens de cultura com vasta produção criativa, se a obra que produzem tanto tem de valiosa quanto de múltipla variedade? Mas, há que se começar e, se começo apenas citando, é porque a brevidade aqui se faz necessária porquanto há uma cronologia rigorosa a cumprir (e eu tenho de chegar ao fim desta comunicação).

²³⁵ Brasil e outros países da América Latina; Estados Unidos da América; Canadá; países da união Europeia; países africanos e asiáticos e Austrália.

Ao Prof. Machado Pires, apresento a nossa permanente homenagem e admiração pelo seu brilhante trabalho em prol da cultura açoriana²³⁶ e, por extensão, da catarinense. Pessoalmente, expresso gratidão pela confiança de ter-me trazido aos Açores e aqui ter-me dado, junto com a sua família, apoio irrestrito durante os cinco anos em que nos Açores permaneci, enquanto, na Universidade dos Açores, completava os meus estudos académicos no Doutoramento em Literatura Portuguesa Contemporânea. Através do seu nome, a minha reverência também aos outros grandes mestres da Universidade dos Açores, amigos a quem dedico profundo afeto, aos professores falecidos Almeida Pavão, José Martins Garcia, e Prof. Farrica; aos professores doutores Avelino Meneses, Sílvio Conde, Paulo Meneses, Fernando Vieira Pimentel e Carlos Ventura; ao Prof. Dr. Nestor de Sousa, à Dra. Luísa Noronha, ao Padre Otávio, e às professoras Doutoradas Adelaide Baptista, Maria Conceição Vilhena, Maria Margarida Maia Gouveia, Rosa Maria Goulart e Maria do Céu Fraga e a tantos outros que ainda se avolumam na minha memória. A todos o meu abraço e o lamento de não tê-los neste Encontro a compartilhar conosco um lugar na mesa dos oradores. (E aqui se não me remeto à obra escrita do Prof. Machado Pires é porque, em próxima ocasião, o farei com mais dedicação, tempo e vagar).

Horácio Medeiros é o tecladista e compositor que aplaudimos de pé no 2º Encontro de Lusofonia, na Ribeira Grande, depois de ouvi-lo com a vibração e a maestria dos afamados virtuosos da música. Horácio, durante um mês (dezembro de 2008), em missão oficial considerada de interesse público pelos órgãos governamentais dos Açores, a convite do Governo do Estado de Santa Catarina, honrou os catarinenses com a arte musical que tão maravilhosamente domina em cinco concertos no Estado, dos quais destaco o do Teatro Pedro Ivo – 3º concerto de nível internacional no período da sua inauguração –, o da Igreja Matriz de Biguaçu e o da reabertura da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Durante a homilia de Natal, com profunda emoção, o Reverendíssimo Arcebispo da Curia Metropolitana de Florianópolis, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, saudou Horácio Medeiros como digno representante do povo ilhéu que para Santa Catarina levou a fé que ainda anima grande parte da população, a mesma fé que confortava, na ocasião, os abnegados trabalhadores catarinenses que, nas tragédias das enchentes e dos desmoronamentos daquele final de primavera, perdiam seus bens materiais mas não a esperança num futuro melhor. Também comovido, o Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, cumprimentou Horácio, felicitando-o pelo seu desempenho artístico e pela comemoração dos 260 anos da imigração portuguesa no Estado.

Ao Horácio Medeiros, revelação do 2º Encontro Açoriano de Lusofonia, o agradecimento de todos os catarinenses por sua disponibilidade e energia vibrante, pelos seus acordes, por seus louvores musicais ao Criador e à Criação, pelo seu Hino ao Cosmos, Luz Divina feito música. Como o descreveu Chrys Chrystello (2007), o Hino ao Cosmos “é uma nova e intensa experiência, cujos limites são os da imaginação, da criatividade e do espírito da música que nos leva numa viagem. É uma viagem interior, dos sentidos, da imaginação e da criatividade guiada por um músico – Horácio Medeiros – que nos convida, não saindo do lugar, à descoberta da música sem palavras dentro de cada um”. Ao Horácio, a nossa Amizade para sempre.

Homenageamos também Fernando Aires, por que Fernando Aires é Poesia. Fernando Aires é o que de melhor se encontra na literatura portuguesa de ficção intimista. É a representação dos Açores, da ilha retratada com a ternura de quem a observa e a vive num tempo em que registra a si mesmo muito mais do que o calendário cronológico indica. Na sua obra, o momento presente anda lado a lado com as recordações da ilha e das regiões que visita, do convívio com os amigos, da infância – lembra a família, principalmente a mãe –, o vir a ser das coisas que, com o tempo, vão esmorecendo...

Que é feito da alegria? Da fogueira que ateei? De um pouco mais de sol em horas sempre iguais?

À minha frente, a estrada silenciosa para caminhar apenas com metade de mim [...]. (Aires, 1988:214).

Impossível ler Fernando Aires²³⁷, quer em seus cinco volumes do diário²³⁸, aos quais denominou *Era uma vez o Tempo*, quer nos contos, quer no romance *A Ilha de nunca Mais* (2000), ou mesmo na sua produção ensaística²³⁹, sem ser tocado pela ilha, sem reconhecer as crises existenciais, a miséria do cotidiano, os conflitos internos, a hipocrisia, o alheamento provocado pelas “telenovelas e futebóis”²⁴⁰, o isolamento, a diáspora, a solidão,.. Sem perceber o constante afastamento dos outros e, às vezes, até de si mesmo:

Eu, no mais íntimo da minha verdade e da minha agonia. Fingindo que tudo vai bem para não dar pretextos à loucura. Sobrevivendo aos escombros de mim com a aparência da serenidade. Contando todos os minutos e todos os segundos do espanto de estar vivo.

O que se faz para não dar pretextos à loucura? (Aires, 1988:203)

Veza por outra, contudo, deixa entrever um erotismo sutil que enleva e estimula, um amor tão delicado quanto (aparentemente) simples parece ser:

Ouviu-lhe a voz (há quantos milênios o silêncio?). Inconfundível voz entre a multidão de vozes. Mágica dobadoira de fiar a vida. E o sinal inegável é este ardume no peito. Este íntimo enlevo. A alegria que me transborda. Este lago de ternura que escorre da paisagem toda como um luar. Este alvoroço de guizos que acende o sol no coração e grita a certeza do adeus impossível.

Quem disse que eu tinha esgotado o destino? (Aires, 1988:292).

E o sentimento de amor por Linda, a esposa na vida real tanto do autor empírico quanto do textual: “*Fiquei a pensar na bondade dela. Na coisa rara que é a bondade dela – e na força que tem. A força capaz de amarrar por dentro a noite desesperada da minha rebelião*” (Aires, 1988:295).

Sobre Fernando Aires, escreveu Onésimo Almeida, no Prefácio de *Era uma vez o Tempo*. Diário III (1993: XII): “*Não conheço nenhum escritor açoriano que tenha pintado o tempo em prosa tão bem como F.A.*”. *Seu diário são “páginas cheias de tempo da alma que o tempo da ilha faz”*. Tempo sentido nos ossos.

De perto, Ilha é prisão de mar. De tédio tecida. De distância tecida. Ilha de Nemésio e de Mesquita, com aves do mar na tormenta e o torpor dos dias pasmados de distância. Que não é o mar que sufoca de prisão, mas o céu côncavo, retinindo como um sino de finados a todo o comprimento do corpo-com-a-alma-por-dentro. (Aires, 1993:XIII-XIV).

Tal qual Onésimo custou a escolher excertos para a sua análise, assim eu, recolho aqui e ali uns trechos com pesar de não poder divulgar todas as belas passagens descritas com a leveza dos que sabem que é natural a paixão que os alimenta. E cito, de Fernando Aires:

²³⁶ A. M. Machado Pires, em “A Identidade Cultural dos Açores” (1987: 155), conceitua *açorianidade* como a resultante da condição de ser-se açoriano; isto é o ilhéu, “em virtude da situação geográfica, da sua constituição geológica e das circunstâncias históricas do seu povoamento “é dotado naturalmente de forte peculiaridade. O sentimento e consciência dessa peculiaridade, depois de serem reconhecidos por Vitorino Nemésio (termo criado a partir da hispanidade de Unamuno) como manifestação de açorianidade “passou a designar a qualidade e a consciência do ser-se açoriano”.

²³⁷ Indagado por J.L. Machado (1998) sobre o seu processo criativo, Fernando Aires responde: “Costumo escrever de jato e depois é que trabalho o texto. É como um pedaço de barro que o oleiro molda em bruto, surgindo dali uma forma cada vez mais elaborada. Há, todavia, que ter atenção – porque se se trabalha o texto como quem faz rendinha à mão, há o grande risco de o texto perder a espontaneidade. Ele tem que brotar e ser alguma coisa de tão fluido como uma água que corre. É fundamental que seja uma coisa viva, que flua e vibre. Se mova por si e nos escape das mãos. Eça de Queirós também trabalhou minuciosamente os textos e não houve desastre. Mas o texto era do Eça... (“Entrevista”. Disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/entrev02.htm>).

²³⁸ Onde relata as suas vivências: as viagens, a opinião sobre determinados acontecimentos nacionais e internacionais, as preferências literárias, as recordações da infância, o seu estado de espírito...

²³⁹ Fernando Aires (Ponta Delgada, ilha de São Miguel, Açores, 1928) licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas. Professor, orientou estágios pedagógicos e lecionou a cadeira de Psicopedagogia na Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada. Aposentou-se como assistente-convidado da Universidade dos Açores (1975 a 1994). Na década de 40, pertenceu ao grupo que fundou o Círculo Cultural Antero de Quental, destinado a introduzir o Modernismo nos Açores. Fez parte da Direção do Instituto Cultural de Ponta Delgada (1978-89). Colabora com a *Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. desde 1993. Publicou obras ensaísticas e de ficção.

²⁴⁰ “O autor cumpre aqui o papel reivindicado pelos românticos: o escritor é aquele que denuncia os vícios e as injustiças do seu tempo” (Machado, 1997).

Fico a embeber-me de luz enquanto a vida me lateja na cova das mãos com um zumbido de órgão (1993: XIII).

À medida que a chuva cai, vou sofrendo a metamorfose do enconchamento. Como um búzio (1993: XVI).

O ilhéu é tripulante de um navio parado em alto mar. [...] e enconcha-se. E de se enconchar toma aquele ar agreste das aves do mar. (1993: XVI).

De onde me vem esta fenda enorme em que me desamparo por dentro do meu rosto? (1993: 8).

Em A Ilha de Nunca Mais (2000), o narrador avisa na voz de Bruno: “talvez um dia regresses à Ilha. Porém – ele sabe – por mais que se queira, nunca mais se regressa”... (Aires, 2000: 72), confiança plausível já que como ilhéu, “é uma lapa agarrada aos sentimentos” (Aires: 1995: 89). É assim, com doçura, embora se sinta de quando em vez uma observação regada de uma latente rebeldia, que não chega a molestar o leitor, que escreve Fernando Aires a sua história, a história de um ilhéu que reflete, critica e aponta caminhos para si mesmo. Com a palavra justa. Comoção em cada virar de página...

Obrigada Fernando Aires, pelos teus silêncios tão preenchidos de respeito à Língua Pátria, amor pela Ilha, pelos Açores, por Portugal!

E mais não digo a respeito de outros tantos grandes escritores e poetas arrolados na rubrica “Homenagem contra o esquecimento”, dentre os temas propostos pela organização deste encontro, porque o tempo / espaço da minha comunicação já se esvai... Mas a todos que, com arte, expõem a sua alma em forma poética ou em prosa, a minha reverência e os meus efusivos cumprimentos, muito especialmente a Álvaro de Oliveira, Onésimo Almeida, Ângela Almeida, João de Melo, Daniel de Sá, Urbano Bettencourt e Vamberto de Freitas e a todos os outros que se fazem presentes na tal listagem e aos que nela não constam, mas que escrevem nos Açores ou sobre os Açores. A Dias de Melo, o preito pela ausência física e a reverência ao seu espírito imortal enquanto obra!

Os Açores não foram agraciados somente com as belezas naturais que atraem turistas de todo o mundo, antes, pelo contrário, a arte poética que identifica o arquipélago espalha-se pelo dizer dos seus habitantes, pela maneira de ser da sua população, pelo jeito harmonioso e hospitaleiro dos ocupantes estrangeiros que escolhem estas ilhas como pátria de adoção. Nas palavras do Presidente do Governo deste Arquipélago, Carlos César²⁴¹, os Açores são um “arquipélago de cultura” e, acrescento eu, onde a Poesia impera, principalmente nos domínios das artes plásticas, da música, da literatura, da arquitetura e até mesmo na maneira como é preservada a sua história e tradição. Pela impossibilidade de aqui nomear todos quantos se dedicam valorosamente às artes –, no âmbito da pintura, cito Carlos Carreiro, Emanuel Carreiro com suas marinhas, Tomaz Vieira, também escritor, e José Nuno da Câmara Pereira – decido representá-los na referência que agora faço ao pintor Ferreira Pinto²⁴², um dos expoentes máximo da pintura portuguesa, a quem remeto todo o afeto de aluna, amiga e admiradora.

Diz João de Melo (1995) que, na pintura de Ferreira Pinto, “Há a vida, o tempo e a alegria. Há a dor, a coragem e a melancolia. Há a consciência do ser, a ansiedade do destino, a determinação dos passos que percorrem o caminho”.²⁴³ Na verdade, Ferreira Pinto, para conciliar tantos estados de alma tem de ser eclético. Realmente, a cada nova coleção de telas, o pintor se debruça sobre um tema que vai delineando a sua trajetória como se veios de descobertas e vivências, paulatinamente, se fossem construindo numa lúcida comunhão de sentimentos e de expressão do que lhe insufla a alma no sentido de querer apontar o que considera o aprendizado do seu espírito. O autor confessa: para pintar, “a técnica aprende-se. Mas o acontecer que percorre o corpo é que movimenta a mão. A mão que é os olhos do espírito. É preciso pôr a cabeça na mão”. De uma maneira ou de outra, mente e mão acabam solidárias na busca do mistério que se transubstancia em símbolos cheios de significação e beleza.

Na verdade, as telas de Ferreira Pinto, de acordo com cada etapa de uma nova criação, são expressões diferentes do pensar do artista, conforme vai vivendo. Elas acompanham a evolução do homem de estudo que é Ferreira Pinto. Elas seguem direções diferenciadas que, embora não conflitantes, distinguem-se perfeitamente uma das outras na visão e no mistério que encerram. A série África, e foi essa a que primeiro conheci, arranca “ós” de admiração diante das perturbantes vidas expressas por rostos e / ou por imagens que identificam toda a imensa força agreste do continente africano, enquanto as telas dos Açores, feitas com o mesmo corpo e espírito transportam a essência terna e telúrica das ilhas paradisíacas em meio ao Oceano. O calor e a intensidade de quadros como “África” ou “A terra que te ofereço” (Luanda, 1994) deram lugar a uma escala rica e dominante das cores da Ilha Verde açoriana, retrato (quase) fiel da paisagem atlântica, tão fiel que se pensa ser ampliação de uma foto, com a única diferença de que na fotografia não há movimento; contudo, nas telas de recorte açoriano de Ferreira Pinto sente-se o suave frescor da bruma, a suavidade das hortênsias, a umidade dos caminhos, o lânguido caminhar das vaquinhas... É só ver, por exemplo, as telas “A caminho do túnel”, ou “Açores a Ilha dos Amores” (2007).

Na obra de Ferreira Pinto vigora ainda uma outra categoria de pintura onde a religiosidade se consagra exprimindo a espiritualidade que envolve o artista e da qual resulta uma arte nova, plurissignificativa, que leva à meditação e ao louvor declarado à Ordem Superior da Criação. Assim, do ambiente açoriano vivido pelo artista – que pode ser o do aqui e do agora – resulta um trabalho artístico completamente corporificado e identificado como paisagem açoriana²⁴⁴. A temática africana, representante de um espaço / tempo limitado pelo registrado na memória, por sua vez, perpetua-se em lembrança que se alonga em símbolo até alcançar o mito. Mas do mito ao alegórico são as obras de cunho espiritualista que se destacam. E se essas são as mais recentes pela força da criação, as obras cronologicamente mais antigas criadas, em relação ao seu valor artístico-cultural tornam-se atemporais pelo seu dizer atualizado e universalista.

Se nos Açores a exuberância da paisagem e da vida estruturada permite ao Artista o tocar as cores com o olhar é a mão que eterniza o apalpar da paisagem; em Angola, a escuta, o que ficou, o gesto da gente não esquecida, as vozes que calam no silêncio dos rostos expressivos, tudo é a “metáfora do coração” de uma África real, uma África “perturbada, perturbadora” mas também de uma África mítica, que representa não só a totalidade do continente, em tantas partes acorrentado, mas o próprio universo, convulso, onde a realidade se sobrepõem para dizer de uma África única, a África que foi sua por muitos anos. Essa mesma África onde jovens portugueses deixaram (ou perderam) o coração e a vida. João de Melo assim se expressou sobre a África de Ferreira Pinto:

(esta que eu aqui e agora contemplo, em presença e em sentimento, nos seus quadros) é um pronunciamento do olhar. Existe, nesse olhar, uma declaração antiga e renovada, uma orgulhosa ousadia, em levantamento dos motivos da tragédia, da dor, da alegria, da determinação e da esperança. Por isso o firmamento é turvo (entre o ocre, o fogo e a nuvem) como um tumulto contínuo; por isso a terra arde, vermelha e incandescente; por isso as roupas são garridas sobre os corpos densos - e por isso, também, os gestos são mais nítidos do que a sombra expressiva dos rostos”.²⁴⁵

Na assertiva de João de Melo, o processo criativo de Ferreira Pinto busca a raiz, o começo, a volta, vai “às profundezas da terra, numa espécie de nostalgia diferente da saudade e da memória - a qual tem como expressão a idade eterna do Homem, com seus mitos trágicos, sua história sentimental, os trabalhos, os dias. O telurismo absoluto da paixão e da vida”.²⁴⁶ Contudo, ao se estabelecer em São Miguel – mais precisamente, aqui, na Lagoa, Ferreira Pinto percebeu que o fundamento basilar onde se apoiam estas ilhas atlânticas é muito mais poderoso do que supõe a geografia.

²⁴¹ Disponível em <http://www.acores.net/noticias/view-25720.html>.

²⁴² FP nasceu no Porto, Portugal; vive em S. Miguel, Açores há 34 anos, mas da sua vida, uma outra parte do tempo viveu em Luanda, Angola e de lá traz para a sua pintura a lembrança – quiçá a saudade –, a geografia, a imaginação e o conhecimento, uma soma onde as parcelas que se sucedem são a “festividade do pôr-do-sol, o aveludado negrume da chuva abundante e súbita, a violenta ardência das queimadas, o calor noturno, o som dos batuques, o cheiro da muamba e da terra molhada. Estas sensações, estes sons, estes cheiros”²⁴² esta memória sentida, nas telas de F.P., traduzem-se em cores, movimento e alma. (Disponível em www.ferreirapintoarte21.blogspot.com)

²⁴³ Angola no coração de Ferreira Pinto”. Disponível em www.ferreirapintoarte21.blogspot.com

²⁴⁴ Caracterizada mais como comercial do que artística, embora a cópia seja muito mais trabalhosa de concretamente ser pintada do que a obra naturalmente nascida do espírito.

²⁴⁵ Disponível em www.ferreirapintoarte21.blogspot.com

²⁴⁶ Idem, ibidem.

Amandina, no blog que o artista assina, observa que Ferreira Pinto trabalha com o sagrado, manifestando “símbolos e signos que são, ao fim e ao cabo, epifanias do mistério que preside à criação artística. Acredita na inspiração, logo nos dons e nos frutos do Espírito, enigmas à procura de decifração, uma trajetória que se instalou no autor a ponto de questionar a tela, escrevendo sobre ela, apontando de raspão fragmentos de discurso”²⁴⁷. As palavras, as imagens – a ponte, a escada, o arco, a janela, o portal, a porta, as portas, as pontes, as escadas – são uma sucessão de símbolos que erguem a voz para nos dizer da profunda religiosidade universal que anima o pintor”. É um tudo pormenorizado mas que no seu conjunto alcança a graça da visibilidade interpretativa. Mas – pergunto eu – será que todos os apreciadores são tocados pelas telas abstratas do Artista?

Se há uma vida em cada gesto, cada pincelada esconde / revela um mundo à parte. Adelaide Baptista (1999) observa que de exposição em exposição a diversidade dos temas abundam em formas e em cores: “O artista não se cansa, avança sempre, expõe-se ao risco; é, frente à tela, um timoneiro e ao mesmo tempo um aventureiro de desusado arrojo. Aposta por isso numa força interna que, ao recusar-se a si mesma (através de traços que se contrariam), cria a sua própria semiose”.

Já no Reino da Luz Líquida, sua última coleção, que ainda não apreciei pessoalmente, apenas por fotos, tenho a impressão de que Ferreira Pinto oferece-nos um outro significado para a roda da Vida. Agora a Luz que vivifica transforma-se e transforma-nos a partir do caos que nos habita. Momento em que, segundo M. Tomás (1996), a ilusão, que turva o olhar, é deixada para trás, permitindo ao artista inventar um novo “curso de memória”. Memória essa que tem sua origem no princípio longínquo dos tempos. Seria então, uma protomemória onde se assentaria o embrião do que viria a ser a sua voz em essência significando, em resumo, toda a vida...

Quase sempre, quando o observador está diante de uma obra não figurativa, sua escuta faz apelo a uma fala do Autor; um gesto, um traço mais vincado, uma cor mais forte. Mas o pintor...pinta; não informa, não julga, não descreve as suas próprias imagens, não explica, não oferece gráficos de codificação, nem ensina a ler a obra. O espectador espera... A obra existe agora por si própria. O espectador olha... e, às vezes, não vê tudo. Quer mais, mas não sabe bem o quê. É até capaz de sentir uma indescritível satisfação (ou não, talvez sinta uma raiva violenta) e também desconhece a razão. Há até quem, no fundo, espera que o Autor²⁴⁸ lhe dê uma pista, que lhe sussurre o segredo, que lhe dê as chaves de leitura. E se não houver alguma coisa em comum entre os dois – a obra exposta e o espectador -, essa fala pode correr o risco de não acontecer, e o que parece ser, para esse caso específico, a mudez de um e a falta de escuta do outro, pode transformar-se, por extensão, em complicada inaceitação da obra de arte contemporânea, mesmo pelos mais jovens.

A falta de comunicação entre quem supõe que nada apreendeu porque nada está dito na obra, ou que sabe demais para perder-se em esforços de compreensão do que não merece ser entendido, pode levar a uma crise cultural. Por isso, para felicidade do Autor da obra e do homem que a admira, há de persistir na tela uma vibração, um rumor capaz de comover o espectador na mesma intensidade com que emocionou o Artista quando apreciou o seu trabalho pela primeira vez. Quando a alquimia informacional se instala, esse instante mágico de entrelaçamento das almas se eterniza, inscrevendo-se nas camadas sutis do tempo-espaco, com a mesma força do momento em que o Autor se abriu para a criação. A ansiedade que leva o autor à tela quase sempre é a mesma da procura de saciedade que orienta e alimenta o observador no seu próprio deserto. Quem vai para uma exposição de arte, vai para buscar algo de precioso para si, e tanto mais feliz e realizado se torna, quanto maior for a compreensão do que está apreciando. Aí, então, a comoção é atingida, a comunicação se realiza e o milagre do entendimento acontece. E Ferreira Pinto não explica. Dá-nos somente a sua obra. Quando muito, repassa o dizer de outro artista, escreve-lhe os versos, mas... assim, aleatoriamente, sem aviso. Depois essas palavras se repetem, voltam em outras telas, dizem mais, dizem o que já vimos e ouvimos. Dizem o que disse Cristo. O que diz Cristo em nós. Palavras-frase, sentido universal... Mas que outros sentidos vibram em nós estimulados por esses tantos sentidos, alguns estranhos, muitos de indecifrável grafismo? A captação da obra de Ferreira Pinto exige, para além da visão, a audição das palavras escritas por Outro, verbo e figura que das telas entram em nós com a fúria do vendaval até se amenizarem sob os acordes de uma sonata. Realmente, para entendê-la sete sentidos só não bastam...

Ferreira Pinto, na coleção Ao Encontro do Coração (2002) traça nos seus quadros o roteiro da espiritualidade cristã no ocidente, centrada no encontro do homem com Deus, um Deus que se revela nomeando-se a Si mesmo. Ferreira Pinto, ao criar os 29 quadros da referida coleção, tornou-se um ser de irradiação, capaz de, junto com seus semelhantes próximos, crescer mais em humanidade, incluindo no seu território espiritual, todas as raças, todo o universo humano. A relação do homem com Deus é pessoal e dialogal. No encontro vertical do Eu-Tu, há comunhão e aliança. Martim Buber e Donald Walsh confirmam isso. E é por essa aliança que a identidade humana se estabelece. É a partir do Tu que aprofundamos o conhecimento sobre o Eu, e o nosso Eu profundo é Deus. Nesse processo não há intelectualidade, embora o primeiro passo seja uma necessidade mental; é só com o sentimento amoroso que vibramos em uníssono com a realidade divina. É um encontro em toda a sua totalidade porque move a nossa interioridade no sentido de glorificar a magnificência do Criador.

É a partir do encontro de Deus em nós mesmos que nos abrimos completamente para o Outro, buscando no ato de servir a bússola para a plenitude. Quando descobrimos o caminho, “o caminho para o coração”, tornamo-nos radicalmente humanos e a felicidade torna-se prolongamento infinito dessa experiência que nos garante a eternidade da vida e, então, teremos a certeza de que participamos aqui e agora de “uma vida em vez de uma existência”. Hoje, em nosso planeta, nada é estático; o que se estagna adoece ou morre. A estagnação produz a peste, a fome e a guerra, e o homem do século XXI quer saúde, prosperidade e paz. A vida não se extingue, não tem começo conhecido, nem fim, mas pode abranger em seu seio uma multiplicidade de existências. E, neste momento, aqui e agora, quando quase tudo se move na correnteza do tempo com a velocidade de um relâmpago, assim também rodopiam as manchas de tinta sobre a tela, formando imagens e figuras (talvez) alheias à vontade do Autor (assim nos parece), ou melhor dizendo, deixando registrados no cosmos a dança inconsciente do seu espírito. Dessa nova realidade, alimentamos e celebramos a vinda desse novo paradigma da Arte de que Ferreira Pinto é um dos precursores, A espiritualidade que transpassa das telas de Ferreira Pinto concilia o seu processo particular de criação com o desejo do espectador de encontrar o caminho apropriado para o seu próprio processo de SER na vida, às vezes modificando-o a cada passo, mas seguindo sempre em frente, impelido pela repetição bem-sucedida de cada começar. Quando a linha temática de uma exposição parece difícil de ser apreendida, a imersão nas cores, essa luz divina que conforta e estimula, aponta o caminho. Como diz Jean-Yves Leloup, *somos poeiras de estrelas*, e as estrelas, sendo poeiras do SER, humildemente iluminam o que para nós ainda é desconhecido. É preciso encontrar o fio, a cena primeira, a partir do qual tudo se organiza até se re-encontrar o “caminho do coração”, aí então, seremos donos da fala verdadeira que abre desfiladeiros no meio de infinitas falas aprendidas.

Quando nos abrimos em contrição para apreciar a aurora que vem ou o olhar inocente de uma criança, quando quedamos em silêncio para contemplar a profundidade do céu estrelado ou a ternura de um casal de velhinhos, se não transcendemos, se não formos para além do mistério que se esconde atrás das estrelas, da ternura dos namorados, do voo das borboletas, do desabrochar colorido de uma flor, do perfume das frutas, aí sim, estaremos Tateando na direção certa do caminho que nos leva à Luz, ou como também quer Ferreira Pinto, ao encontro do coração. Abertos a essas mensagens é mais fácil tecer a malha que nos ampara na fruição da leveza e da humanidade.

²⁴⁷ Amandina, ibidem.

²⁴⁸ Sobre a ressurreição do Autor na Literatura, recomendo a leitura *Literatura e Teoria da Literatura em Tempo de Crise*, de Rosa Maria Goulart, Braga: Angelus Novus, 2001.

Ferreira Pinto, mais exatamente nas suas telas de teor abstrato criou um centro interior de tal força e vigor que reúne toda a realidade dos que os antecederam e o seguiram, refazendo todo o trilhar humano que se esgota na repetição do mesmo gesto de alinhar os fragmentos que teimam em esvoaçar vida a fora. E quando, finalmente, sintetiza a multiplicidade simbólica de suas figuras num só símbolo, o maior dele, o da Cruz, nessa Totalidade de se deparar com o que já se esperava, nessa posição confortável de ser conduzido por um caminho que teimosamente também se trilha no anonimato da vida, o espectador se aloja, satisfeito, confiante, esperando que uma próxima pincelada lhe fale mais desse Mistério que sustenta a Humanidade. E a exemplo do que disse Ibn al_Mottaz (908 da era Cristã), a primeira coisa que vem ao espírito, quando se quer descrever uma coisa excessivamente bela e mostrar a extrema perfeição, é dizer: *c'est belle, est une face semblable à la lune*" (p. 592, J. Chevalier), assim digo eu: uma face iluminada do cosmos é a que ora compartilhamos através do trabalho artístico-poético de Ferreira Pinto. E de Fernando Aires. E de Horácio Medeiros. Todos interligados pela arte que, sendo universal, neles nasceu aqui nos Açores. Tenho dito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aires, Fernando. (1995) *Memórias da Cidade Cercada*, Lisboa: Edições Salamandra;

Aires, Fernando (1988) *Histórias do Entardecer*, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Col. Gaivota

Aires, Fernando. (1988) *Era uma Vez o Tempo*. Diário I, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Aires, Fernando. (1993) *Era uma Vez o Tempo*. Diário III, Lisboa: Salamandra.

Aires, Fernando. (2000) *A Ilha de nunca mais*. Lisboa: Salamandra.

Machado, José Leon (1997). *Era uma Vez o Tempo de Fernando Aires*. Disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/crit027.htm>

Pires, A.M. Machado (1987) "A Identidade Cultural dos Açores", in *Arquipélago*. Revista da Universidade dos Açores. Línguas e Literaturas. Ponta Delgada, V.IX.

44. ZÉLIA BORGES



MARIA ZÉLIA BORGES Mestre e Doutora em Letras / Linguística pela Universidade de São Paulo. Foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil

Dias de Melo e Caymmi: dois autores e o mar MARIA ZÉLIA BORGES, PROFESSORA JUBILADA NA UPM, UNIVERSIDADE MACKENZIE SÃO PAULO, BRASIL

Em 2008, deixaram-nos, nos Açores e no Brasil, dois autores, irmanados pelo idioma, motivados pelo mesmo tema, o mar, mas antípodas na maneira de tratá-lo.

Falamos de Dias de Melo, glória dos autores açorianos e de Caymmi, compositor e cantor querido, motivo de orgulho também dos brasileiros.

José Dias de Melo, nasceu em 08 / 04 / 25, em Calheta de Nesquim, Ilha do Pico e morreu em Ponta Delgada em 24 / 09 / 08, aos 83 anos. Dorival Caymmi nasceu em Salvador, Bahia, em 30 / 04 / 14 e morreu no Rio de Janeiro em 16 / 08 / 08, aos 94 anos. Nascidos no mesmo mês, abril, embora sob signos diferentes, seguiram caminhos diversos, embora ambos se firmassem, de fato, como artistas.

Dias de Melo foi professor inicialmente, passando, depois a fazer aquilo de que parecia mais gostar: escrever. Criou poesia em menor quantidade, dedicando-se mais ao romance, novela, conto e crônica em dezenas de títulos. Além da obra de ficção, fez, com trabalhos de campo, o levantamento da população baleeira da ilha onde nasceu, organizou uma espécie de dicionário temático da baleação, publicado em quatro volumes pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, sob o título de *Vida Vivida de Baleeiros*, com dados biográficos dos baleeiros picarotos. Há quem não aceite que o autor seja considerado a voz dos baleeiros açorianos, mas é como tal que mais o admiramos e, a tal ponto, que nos atrevemos a afirmar: Portugal continental tem seu canto épico n' *Os Lusíadas* e Portugal insular tem sua epopeia na trilogia baleeira de Dias de Melo, obra que poderíamos chamar de *Os Açoriadas*.

Três livros compõem a narrativa heroica ou saga a que Santos Barros nomeou "trilogia da baleia" e João de Melo considerou "o ciclo da baleia": *Mar Rubro* (1958), *Pedras Negras* (1964) e *Mar pela Proa* (1976). Os três livros narram sempre lutas, que veremos por partes:

luta dos baleeiros contra as baleias (Mar Rubro);

luta dos baleeiros contra a inclemência do clima e contra a inclemência do "homem lobo do homem" (Pedras Negras);

luta contra a procela, as marés e o vento enquanto rememoram a luta contra a aceitação de um destino imposto e contra o homem dominador (Mar pela proa).

1. Mar Rubro: luta dos baleeiros contra as baleias

Melo (1980: 07), escritor que procurou caracterizar, em *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*, as diversas vozes de nativos das ilhas que cantaram sua terra, ao prefaciá-la apresenta como "narrativa fragmentária cerzida embora por múltiplos pontos de contato [...] não um conjunto de textos avulsos nem um texto integrado por uma sequência de conjuntos lógicos". Aliás, o próprio autor vê a dificuldade de caracterizar precisamente sua obra, chamando os textos que a compõem de "crônicas romanceadas". O prefaciador assim apresenta a obra: "voz e oralidade dum tempo e dum lugar, aqui está a vocação açoriana dum escritor que até hoje sempre ignorou outros universos literários e se fixou e está de pé ao lado do trabalhador da terra e do mar da Ilha do Pico" (pp. 07, 08).

No segundo texto de *Mar Rubro*, intitulado "Terra de Baleeiros", Dias de Melo (2008, pp. 32-34) traça um perfil da terra e do mar da Ilha do Pico, dos sonhos e da ambição maior de seus habitantes, que emigram mas voltam por fim. Arrola nomes de baleeiros e de barcos. Eis o que de tudo isto fala o autor, impregnado de afeto por sua terra e sua gente:

A terra na Ilha do Pico

[...] são belos os seus matos que, no alto e interior da Ilha, se requebram em curvas graciosas de colinas, montes, cabeços, montanhas revestidos de verduras, ou se alargam em ondulações suaves de planuras silenciosas atapetadas de erva abundante e fresca, marginadas e manchadas de longos renques e compactos bosques de cedros e azevinhos, de onde em onde alagadas pela pureza transparente das águas tranquilas de pauis e lagoas: os seus matos — com as nossas pastagens que nos sustentam os nossos gados. E belas estas vertentes que, lá em cima, se desentranham do céu e se despenham e descem até aqui, ao recorte caprichoso e irregular das penedias da costa negra. Belas, salpicadas de magotes de faias, incensos, figueiras, retalhadas de currais de vinha e campos de milho, penteadas pelo perfil das casas modestas, vincadas pelos sulcos cinzento-escuro dos velhos e pedregosos caminhos.

O mar dos Açores

E o mar? E o deslumbramento do mar, com a majestade das suas fúrias em dias de temporal, com a luminosidade do seu imenso azul quando, limpo o céu de negrumes de chumbo, o sol a tudo e a todos envolve em claridades de vida e alegria? E, neste mar, a epopeia das velas brancas dos botes dos baleeiros recortadas, vaporosas, leves, na neblina das distâncias. E, no porto, o remanso da casa dos botes — O lar comum de toda a gente; e as esbeltas embarcações adormecidas, à espera, sob as suas telhas; e os velhos pescadores de monstros oceânicos a evocarem as suas façanhas espantosas

Os habitantes da Ilha

Nestes campos, ao longo destes caminhos, não há quem não tenha seu quinhão. Cada qual é senhor da terra que cultiva e da casa que o acolhe.

[.....]

Querem-lhe muito os que por cá nasceram. Daqueles que se foram para terras da América, num sonho ancestral de vagabundagem aventureira e cobiçosa, muitos são os que regressam. Primeiro, de quando em quando, a acalmar o bicho resinguento da saudade. Mais tarde, amealhada, ao preço de muitas canseiras, muitos sacrifícios - até de fome - a pequena fortuna ambicionada (ou parte dela) para nunca mais partirem.

Sonhos, no exílio, daqueles que emigraram

Lá longe, traziam na alma a imagem sempre nítida destes matos, destas vertentes, destes campos, destas penedias negras, deste mar e destas velas brancas dos botes dos baleeiros. E a toada das ondas mansas, e o trovejar dos vagaredos em noites de temporal, que, com as doces cantigas maternas, lhes embalaram o sono de meninos; e as falas graves dos baleeiros que lhes encheram a imaginação de adolescentes com espantosas estórias de baleias - mais lindas e fascinantes que os contos de bruxas e fadas das avós piedosas e velhinhas.

Tiveram que ir penar mágoas, desbaratar a saúde, enterrar o melhor da própria vida num mundo que não era o deles para atinarem com o encanto de tudo isto.

Ambição maior dos que regressam

É que alegria a do regresso definitivo!

[.....]

Com o seu regresso, se concretiza a sua última e mais profunda ambição. Compram uns palmos de terra que acrescentam aos que herdaram dos antepassados; constroem, em sítio vistoso da encosta, a casa em que aconchegam o seu lar; vão à pesca ao Canal nos barcos dos pescadores; arranjam lugar para ir à baleia nos botes dos baleeiros; e, pé em terra pé no mar, como os pais, como os avós, por aqui ficam vivendo esta vida calma de simplicidade antiga, igual à de toda a gente, até que adormeçam para sempre, junto ao mar, no Cemitério do Canto das Canadas, humilde e pequenino.

[.....]

Terra de baleeiros — vida de baleeiros.

Nomes de baleeiros

No texto “A casa dos botes” aparece uma primeira lista dos baleeiros (p. 40), lista que não se esgota aqui, pois outros aparecerão no decorrer de novos textos. Apresentamos apenas alguns nomes:

Mestre José Faidoca – tido como o Mestre dos mestres -, que atingiu o cargo de oficial aos dezoito anos, sendo raríssimos aqueles que atingiram tão cedo esta posição (p.51); o Capitão Medina; Mestre Manuel Faidoca; Mestre Manuel Faidoca Novo; Artur Faidoca; António Faidoca; Mário Faidoca (um nunca mais acabar de Faidocas); Mestre Sebastião Machadinho; Mestre José Domingos; José Caçolha; Mestre João Silveira; Mestre João Graxinha; Mestre Bem-Feito; António Racha que, com seus calafates, reconstrói o bote “Norberto” (p. 40)...

O Capitão Medina é apresentado como arquétipo dos picarotos (p. 64)

O Capitão Medina é a encarnação dos defeitos e das virtudes atávicas de todos nós: do nosso apego a estas pedras negras e a estas águas azuis, da nossa ânsia de partir em busca de novidades, riquezas, aventuras, por essas Américas fabulosas; depois, para os que conseguem lá chegar, da nossa saudade portuguesa, sempre a roer-lhe as entranhas, a espicaçá-los, a empurrá-los para a visita à Ilha que, para alguns, acaba no regresso definitivo.

É interessante notar que o prefaciador João de Melo (1980: 11) não parece muito contente com tais nomes, alegando:

Apresenta-se, a meu ver, uma única insuficiência na construção deste universo romanesco: a probabilidade talvez remota de certos nomes corresponderem a uma representação onomástica insular. Recorda, arbitrariamente, alguns desses tipos caracterológicos: mestres José e Manuel Faidoca, José Caçolha, João Graxinha, António Racha, João Preseta, de Mar Rubro; [...] É pouco provável que estes apelidos, sejam eles legítimos ou de gíria popular, se possam adequar ao contexto essencialmente originário da narratologia do autor. Este aparente desfasamento nada tem a ver com meras suposições de quem esteja de fora; pode, simplesmente, ser uma constatação legítima que nos venha da infância açoriana do trabalho e do pé descalço, tão povoada de monizes, medeiros, tavares, pachecos, melos e outras cadeias de afinidade inter-ilhas, como marcas perenes do povoamento. Daí eu estranhar que estes nomes raramente figurem nas estórias de Dias de Melo [...]

Nomes de lanchas

Natércia, Medina, Açoriana, Maria, Espartel, Rainha das Ervas, Maria da Fonte, Cigana...

e de botes

Andorinha, Atrevida, Norberto, São José, Cachaço...

Em dois momentos do livro se justifica seu nome *MAR RUBRO*:

[...] E o sangue avermelhava e enegrecia as águas, e as gorduras e as vísceras desventradas derramavam manchas esbranquiçadas, esverdinhas, nas águas — e as águas do porto, com o vaivém das marés, alastravam, vermelhas, negras, esbranquiçadas, esverdinhas pelo boca do porto fora. (p. 109)

Sangue! Sangue! O mar já não é azul. O mar, à nossa volta, torna-se vermelho, rubro — sombriamente rubro, sombriamente vermelho. (p. 164)

2. Luta dos baleeiros contra a inclemência do clima e contra a inclemência do “homem lobo do homem” (Pedras Negras)

O segundo livro da trilogia, *Pedras Negras*, constitui-se de três partes: a primeira sintomaticamente chamada de “A ilha escorraça a gente”; a segunda parte com dois subtítulos: “Pelos mares do mundo todo” e “Terra da América”; a terceira parte com três subtítulos: “Regresso à Ilha”, “O senhor americano” e “Desanda a roda do destino”. Este livro teve várias edições. Além disso, foi traduzido para inglês e japonês,

sendo publicado nos Estados Unidos da América e no Japão. Sua última edição foi nos Açores, 2003, na qual o autor, em breve nota vaticinava: “possivelmente esta a última edição deste livro em minha vida” (p. 5)

Seu protagonista é Francisco Marroco, chamado pelo prefaciador, Luiz Fagundes Duarte (2003: 14), de “paladino da açorianidade”. Aparece no primeiro texto, “O ano da fome”, com suas reminiscências da fala do avô que, por sua vez, rememorava tempos difíceis quando a Ilha foi assolada pela fome precedida pela passagem de um ciclone. Ouvia os mais velhos falarem dos abalos de terra, do fogo que surgira das pedras negras da Ilha do Pico. Pedras negras fora das casas, paredes negras dentro, mães embalando seus filhos cheias de ternura e medo, junto a homens com cigarro no canto da boca e viola de encontro ao peito, enquanto “*andava lá fora o inverno a rugir □ o vento... o mar... a chuva. Na cozinha andavam as sombras a enroscar-se nas paredes negras. Medo... Todos tinham medo...*” (p. 25)

Muito jovem ainda, com doze anos apenas, aproximou-se de João Peixe-Rei, que lhe falava do Ano do Fogo, na Ilha já coberta de pedra: “Pedra por cima da terra, por baixo da terra, a transbordar da terra nos abismos do oceano!” (p. 28) E veio o Ano do Fogo, quando mais sofreram ao que ficavam à volta da montanha. Com a terra a tremer, dezenas de bocas nas montanhas vomitavam pedras e lavas. “*E quando a terra e o mar cessaram de vomitar fogo e pedra e lava □ a Ilha, para aquelas bandas, era um cemitério imenso □ horrenda vala comum de cascalho e rochedos fumegantes □ que tragara casas, igrejas, terras!*” (p. 31). Por sorte só morreram duas pessoas, ouvira João Peixe-Rei o velho padre dizer. “*E passado o cataclismo, quem pôde meteu-se pelos caminhos do mundo, principalmente para o Brasil.*” Os que ficaram, na luta com a fome, doença e morte, arrumaram a terra que de novo deu o pão. E João Peixe-Rei dizia: “*A Ilha escorraça a gente*”. E o fazia com anos de seca, de ciclones, e o fogo que não fez promessa de nunca mais rebentar. Sonhava ele também sair da Ilha no navio de Capitão Grilo, que fora pobre na Ilha e embarcara “de salto³”, chegando a capitão de navio. E acrescentava Peixe-Rei: “*Não é a terra do Pico que me há de roer os ossos!*” (p. 36)

Juntos, Francisco Marroco e João Peixe-Rei “deram o’ salto⁴” na barca “Queen of the Seas” de New Bedford.

Vários textos tratam da caça e retalhamento das baleias, das agruras da viagem: racionamento de água e alimentos; alimentos estragados e água insalubre de que se serviam; escorbuto; andança por todos os oceanos do mundo.

Depois de mais de três anos navegados, nas proximidades do Cabo Horn, enquanto se trancava uma baleia das grandes, quando a linha corria desenfreada, antes que o trancador a cortasse, João Peixe-Rei foi levado pela borda do navio num embrulho de linha, gritando, em agonia, pelo filho. Cumpria-se, assim, seu presságio de que não teria seu túmulo na Ilha do Pico.

Ainda machucado pela perda do amigo, Francisco Marroco, na amurada do navio, viu a América. Sem trazer consigo nenhum dinheiro de casa, só então ficou sabendo que não receberia qualquer “soldada⁵”. Esta ficaria para o capitão, segundo explicação de um companheiro: “*É o capitão que a pilha, pra se pagar de te pôr na América.*” (p. 68) O mesmo seria feito daquilo a que Peixe-Rei teria direito. Mas a “companha” juntou algum dinheiro que ele anexou em carta para seus pais e para Idalina, viúva de Peixe-Rei, e que deu para a sua passagem de trem para a Califórnia, o Eldorado de seus sonhos.

Após jornadas duríssimas sob o jugo do compatriota Albano Passarinho, que por fim o rechaçou; após mendigar entre miseráveis, encontrou trabalho e guarida junto de outro açoriano, da Ilha Terceira, Miguel Parreira e família, com quem passou doze anos.

Depois de trinta anos, voltou à Ilha e socorreu a viúva de Peixe-Rei, Idalina e seu filho Joaquim, que viviam na miséria, sendo o filho humilhado em trabalhos vis. Emprestou dinheiro a Joaquim para a compra de um bar.

Casou-se com Maria do Roque: na comemoração de seu casamento, o pai “despendurou” a viola do prego ao lado do relógio, onde sempre a guardara.

Seus conterrâneos, acreditando estar ele rico começaram a chamá-lo “senhor americano”. Na “*caça ao dinheiro do senhor americano*” (p. 121, título do texto na página iniciado), apareceu Augusto Bóia, convidando-o, em nome da gerência da companhia baleeira, a comprar-lhe algumas ações. A companhia estava enfraquecida com o advento de várias armações, estabelecidas nos portos vizinhos, após a morte do Capitão Silvestre e de seu patrocinador, o americano Crown. A companhia baleeira, então sob o comando do filho, John Crown, desgastava-se mais com a baixa nos lucros, a morte de outros sócios fundadores e com o desgaste dos botes em mãos de baleeiros com soldada muito reduzida. Convencido de que era dever de patriotismo ajudar a companhia baleeira, empregou nela dinheiro que lhe voltara da América.

Nessa altura, Joaquim já olhava com ódio aqueles que o humilharam na sua infância e no seu trabalho.

Provocou-se a ira de Augusto Bóia, que via na concorrência de Joaquim a causa da decadência de seu negócio e tinha “*a alma a transbordar de fel*” (p. 133), desejando até tirar a vida do concorrente e mandar “pró diabo o *americano*” (idem). Joaquim tornou-se mais influente, pelo fato de ser bom comerciante e entender de mezinhas e unguentos para todos os males.

Deposto Augusto Bóia da companhia baleeira, escolheu-se para gerente Joaquim, que não era baleeiro nem sócio. Francisco Marroco caía em descrédito à medida que deixava de acrescentar dinheiro.

Extinguiu-se a navegação a vela, os Crown deixaram o Faial e, não entendendo de contas os gerentes, com procuração, deram plenos poderes a Joaquim.

O novo comprador do óleo de baleia passou a ser Chico Gaudêncio, de origem suspeita, criado na malandragem, envolvido em negócios escusos com prostituição. Entretanto, se esperava pelo pagamento de peças que fornecia para consertos de botes, muito mais fazia esperar por aquilo que devia. Alargava seus negócios e se estranhava como conseguia dinheiro para tal. Até que mandou à gerência carta cobrando débito em atraso e pedindo o comparecimento, no Faial, de pessoa competente para saldar a dívida. Munido de procuração apresentou-se Joaquim. Ao voltar, comunicou aos gerentes que débitos de quatro anos deveriam ser pagos em seis meses.

Inadimplentes, os sócios deixaram a solução por conta dos gerentes, que passaram a tarefa para Joaquim. Chegando o fim do prazo, recorreram a Francisco Marroco, que se negava a tocar no dinheiro confiado ao Banco. De novo foi Joaquim ao Faial à presença do credor irredutível. Este, por fim, sugeriu ao porta-voz que se tornasse seu representante. Uma vez que a velha armação não poderia sobreviver, Gaudêncio faria de Joaquim o gerente. Dizendo estar o notário por sua conta, a título de pagamento apoderou-se o credor da companhia baleeira. Chico Gaudêncio comprava novos botes na Inglaterra e Alemanha e corriam boatos de que o Banco o financiava. O que não se sabia é que ele não pagava.

Chegou um novo ano de seca e o andado começou, dizimando a população. Morreu Maria, mulher de Francisco Marroco depois de ajudar ao marido no cuidado de doentes. Faltando água e alimento, falido o Banco, aos açorianos estabelecidos na América mandavam milho para evitar um novo Ano da Fome.

Chegada a hora do acerto das contas, na presença de Chico Gaudêncio, Joaquim lia as contas. António Marroco, filho de Francisco, também calculava; mas suas contas não conferiam com as de Joaquim e viu que os companheiros temiam Chico Gaudêncio e ainda mais o Joaquim. António ainda tentou questionar, mas sua pergunta caiu no vazio. Joaquim chamou os oficiais para assinar a contas, mas uma voz se levantou impedindo assinatura. Era João Laró, mais velho que todos os oficiais, mas que nunca a tanto chegara, apesar de marinheiro dos melhores. Os baleeiros se juntaram ao seu protesto e saíram em fúria, só ficando os oficiais, “comprados” por Chico Gaudêncio e Joaquim que, metendo-se numa lancha correram até o Delegado Marítimo e mostrar-lhe as contas assinadas. Ao chegarem os baleeiros à Delegação Marítima, foram todos presos. Francisco Marroco, aniquilado, arrastou-se até a vila para ver o filho aprisionado.

luta contra a procela, as marés e o vento enquanto rememora a luta contra a aceitação de um destino imposto e contra o homem dominador (Mar pela proa).

O terceiro livro da trilogia conheceu a espécie de mar que lhe dá título — *Mar pela Proa* — ou “mar de proa”, regionalismo português para mar contrário; mar que corre em direção oposta à do vento reinante. Assim como os homens cuja odisséia conta, o livro também enfrentou tempo ruim, mar contrário, preso que foi, por seis anos pelo menos, em mãos de quem prometera publicá-lo. Isto é o que nos conta Dias de Melo (1973: 09) em “Nota de Abertura” para o livro escrito em 65-66 e enviado para publicação por editora de Lisboa em 67.

Dias de Melo revela o destinatário e a finalidade deste livro, melhor dizendo, de toda a trilogia: “Por eles [os muitos homens do Mar ou da Terra ou dos Açores] foi que o escrevi. Pelo muito que sofrem e lutam. Pelo muito que sonham e esperam. Pelo muito que se negam a deixar-se vencer pelo sofrimento e pela injustiça [...]” (p. 10).

Daniel de Sá (2008; 06) assim classifica esta obra: “novela em pormenor de romance num ritmo alucinante de conto”.

Mar pela proa se desenvolve em dois tempos: o tempo da ação que imita o da urgência da procela, das marés e dos ventos, e o tempo da memória que, relembra, em *flashback*, tempos anteriores à ação. A propósito, já houve quem falasse da necessidade de um cineasta aproveitar o roteiro quase pronto de Dias de Melo.

No tempo da memória voltam as ações dos dois livros anteriores, mostrando como os baleeiros chegaram à urgência de se salvarem e a seus barcos tão duramente conquistados, após dez anos da prisão e soltura de João Laró, António Marroco e seus companheiros da companhia baleeira chamada “Armação Baleeira União e Fraternidade” □ quanta ironia! □ traídos pelos oficiais e dois trancadores.

Às duas personagens vindas de *Pedras Negras* agregaram-se outros baleeiros formadores de outro grupo □ “Armação dos Baleeiros Sempre Unidos”, crismado como Companhia Nova: na lancha “Ilha Morena”, o Capitão João Laró, António Marroco e Manuel Garalha; no bote “Cisne”, o Mestre Tónico Garoupa, Jó Bacalhau, António Bodego e Francisco Morrincha; no “Pátria”, João Terra Negra, Joaquim Lisboa e Manuel Moleiro; no “Deixa Andar”, Mestre Sonicante. Decidiram sair e mostrar os barcos, sua nova conquista.

À saída, um baleeiro “*não arreda os olhos da nuvem emborcada no cimo da montanha*”. (p. 25) “*É o capelo do Pico*” (Idem), dossel que, todos sabem, anuncia mal tempo. O mar, até então, tinha “*espumas da carneirada branca alvejando no cinzento feio do Canal*” (p. 44) E o mar vai mudando: “*E o negrume da nuvens, e a rebentação da carneirada branca.*” (p. 46) Depois: “*Mais vento. Mais nuvens negras.*” (Idem).

Mestre Laró avisara: “*Vamos apanhar mar grosso na Ponta da Ilha*”. (p. 43) E o tempo continua fechando: “*Mais vento. Mais nuvens negras*”. (p. 46) *Vento □ mais vento! □ caindo pesado de cima da terra. Respingo de água surriada no vento. Perto, novelos oirizados da brancura do embate a crescer, a crescer...*” (p. 47) “*Ao largo, lá fora, “mar grosso, encapelado, pra lá a bocarra da baía, nas águas da cor de chumbo do canal.*” (p. 61) E tudo piora:

Lamento, grito, voz que de súbito se apaga e por instantes subsiste nos uivos relinchados do mar, nos uivos rosnados do vento (confusão medonha de roncões, latidos, berros, que estoiram nos tímpanos e escoicinham nas cabeças) □ o nada que resta, o nada que fica, vagamente pairando, do resfolegar que parou. [...]

Corpos sem coração, sem alma, sem vida, □ a “Ilha Morena”, o “Cisne”, o “Pátria”, o “Deixa-Andar, amarradas todas ao mesmo cabo, as quatro embarcações, sacudidas pelas mesmas vaga, batidas pelo mesmo vento, a caírem para o largo, para a fogueira das labaredas brancas, a meio do Canal. (pp. 63,64)

O fragor, o trovejar do vento rijo de sudoeste, das vagas de côncavo negro e dorso esverdeado [...] (p. 64)

A lancha e os três botes vinham ligados a um mesmo cabo. Perdeu-se o “Pátria”; mesmo condoídos os companheiros o abandonam; um pouco mais e “nas goelas da cerração, a chuva grada como burgalhau” (p. 75), perde-se também o “Cisne”. Em costa muito brava, imprecações e preces, a noite caindo, Sonicante puxou o cabo ficando os dois barcos restantes entregues cada um ao seu destino. Com as primeiras luzes do alvorecer uma lancha aparece e atira um cabo ao “Deixa Andar” e o reboca até o cais.

António Marroco ficou só na “Ilha Morena”, entregue ao furor do mar, lutando com “*lembranças escaldantes na cabeça, perdido nas trevas da noite, no inferno do vento e do mar*”. (p. 97) Os companheiros decidem telegrafar para o Faial e pedir ao rebocador holandês que saia em busca de Marroco. O rebocador, em meio à tormenta, passa pela lancha e não a vê. Somente na terceira madrugada percebe terra próxima, mas luta ainda o dia todo; somente à noite, duas luzinhas, que ele sente como “estrelas vermelhas”, dois barcos se aproximam e dois homens o encontram prostrado a repetir: “*Vencemos... Companheiros... Vencemos...*” O narrador fecha o capítulo falando das lágrimas do baleeiro exausto, atordoado e revela o pensamento de Marroco que serve de epígrafe ao livro e se repete no último texto do livro: “*Foram três dias □ ou foram três séculos? Ou três milhares de séculos*” (p. 139)

Num último capítulo, “Chamas reavivadas”, narra-se a conversa dos baleeiros sobreviventes, cercados de amigos, reunidos na casa de Marroco. No dia seguinte ao de sua volta, avaliam os acontecimentos. Daqueles que voltaram da luta violenta contra a tempestade □ Mestre Laró, António Marroco, Sonicante e Garalha, convém registrar algumas frases (todas da p. 152):

de Sonicante: “*Saímos onze do Cais do Pico e quatro são os que restam*”;

de Mestre Laró: “*Eles apartaram-se da gente... E se a gente se não salvar agarrados uns aos outros, com cada um a puxar pra seu lado é que nunca mais vamos a parte nenhuma*”;

de Marroco em resposta a um companheiro que diz estar tudo acabado: “*Não! Mil vezes não! Aqui, nada se acabou, porque tudo vai começar de novo! [...] O homem que é homem, não há nada neste mundo que o possa vencer, senão a morte! E nós não estamos mortos*”.

Saídos do chamado ritmo alucinante de Dias de Melo, vamos para Caymmi, de ritmo bem mais lento, de “maré baixa”, já que nos voltamos para canção popular, fundada no prazer de ouvir; canção de artista que faz coro ao que dele dizem seus amigos, insistindo ele próprio em dizer que é preguiçoso. Na verdade, há nome mais bonito para tal preguiça: é o ócio criativo.

Caymmi viveu sua infância num clima o mais baiano possível, segundo sua biógrafa e neta Stella Caymmi (2001). Ao que consta, a biografia resulta de dissertação de Mestrado na PUC, Rio de Janeiro.

Vinha desde tenra infância sua ligação com o mar. Via do sótão da casa de seus avós paternos, na Cidade Alta, a Baía de Todos os Santos, o porto e o mar de Itaparica na sua amplidão aberta. Também sua ligação com a música vem desse tempo: seu pai, como o da personagem Francisco Marroco, de *Pedras Negras*, guardava sempre o violão na sala. Caymmi aprendeu, sozinho e escondido, a tocá-lo. Sua biógrafa (2001: 360) se vale de Jorge Amado para explicar a têmpera de que se fez o compositor:

Jorge Amado escreveu com muita precisão sobre as raízes do futuro compositor: ‘Trazendo nas veias sangue negro e italiano, nascido a beira do mar da Bahia □ a Bahia que é a célula mater do Brasil, onde a mestiçagem determinou e determina as linhas mestras da cultura nacional □ , fez-se o intérprete da vida popular, o bardo cantor das graças, do drama e do mistério da terra e do homem baiano’. Na literatura Jorge compreendeu como ninguém a miscigenação do povo baiano, expressando-a com imenso talento. Ele enxerga em Caymmi ‘o próprio povo do Brasil com sua voz mais pura, em sua melodia mais profunda e eterna’. Como se nele fossem condensadas todas as tendências da miscigenação brasileira, e alardeasse a vitória dessa mesma miscigenação nele, na sua obra e no seu canto.

Caymmi iniciou-se no trabalho no arquivo e expedição de *O Imparcial*, trabalhando por vezes como copidesque. Poucos dias antes de completar vinte e quatro anos, em 01 / 04 / 38, pegou “um ita¹ no Norte” e veio para o Rio de Janeiro onde inicialmente fez bico² no jornal ^A *Nota*, escrevendo anúncios e pequenas notas. Tendo dito a um amigo que “compunha, cantava e tocava um violãozinho”, este falou dele a Lamartine Babo, radialista e compositor, que o levou para cantar na Rádio Nacional.

Caymmi cultivava também o desenho e a pintura, chegando a expor seus quadros com sucesso, mas foi mesmo cantando e compondo que embalou gerações de brasileiros e fez sucesso também nos Estados Unidos. Itália, França, Portugal e Argentina. E poucos entre nós sabíamos, até a biografia escrita por sua neta, que algumas de suas canções praieiras foram traduzidas e gravadas em Israel com cantores e maestro de lá.

Como compositor e cantor, tornou-se conhecido em todo o Brasil na segunda metade da chamada Época de Ouro (1929 a 1945) da música popular brasileira. Em outubro de 1938, sua canção “O que é que a baiana tem” foi escolhida para substituir “Na baixa do sapateiro”, de Ary Barroso, no filme “Banana da terra”, estrelado por Carmen Miranda e que deveria ser lançado antes do Carnaval de 1939. Segundo Severiano e Mello (1997: 182), na sua execução, “Caymmi sugeria a Carmen os gestos, as inflexões que ela repetiria na filmagem [...] Como Carmen insistiu em gravá-la o compositor propôs que os dois a cantassem em dueto, o que realmente aconteceu”. O disco foi gravado em 1929.

Os mesmos historiadores e críticos de música, Severiano e Mello (Idem: 254) apontam três vertentes para obra de Caymmi: “as canções praieiras e os sambas de roda, em que predomina a Bahia, e os sambas urbanos de inspiração carioca”.

Pode causar estranheza ter sido Caymmi chamado “cantor e poeta do mar”, “eterno amante do mar” e até “rei do mar”. Isto porque entre suas cento e vinte obras arroladas pela neta e biógrafa (2001: 575-578), apenas dezessete podem ser colocadas entre as canções praieiras.

Pode parecer bizarro também estar ele colocado entre os melhores e maiores, no panteão dos músicos brasileiros e, aqui, ter sido escolhido para estudo ao lado de Dias de Melo. Mas achamos que, com apenas três canções, podemos afastar tais estranhezas.

Yemanjá, odoiá

O canto vinha de longe

De lá do meio do mar

Não era canto de gente

Bonito de admirar

É doce morrer no mar

Odoiá-ê, odoiá Sargaço, mar

É doce morrer no mar

Meu corpo todo estremece

Quando se for

nas ondas verdes do mar

Muda a cor do céu, do mar

De lá do meio do mar

[refrão]

E de repente aparece

Esse fim de som

A noite que ele não veio, foi

É a rainha do mar

Doida canção

foi de tristeza pra mim.

Que não fui eu que fiz

Que não fui eu que fiz

Saveiro voltou sozinho

Yemanjá, odoiá

triste noite foi pra mim

Verde luz, verde cor

[refrão]

Depois desse encontro lindo

De arrebentação

Saveiro partiu de noite,

Eu passei a melhorar

Sargaço mar, sargaço mar

foi madrugada, não voltou.

E tudo que tenho hoje

Deusa do amor, deusa do mar

O marinheiro bonito,

Agradeço a Yemanjá

Vou me atirar, beber o mar

sereia do mar levou.

Alucinado, desesperar

[refrão] Odoiá-ê, odoiá

Querer morrer para viver

Nas ondas verdes do mar, meu bem

Com Yemanjá

ele se vai afogar

Fui à roça, dei presente

Yemanjá, odoiá

Fez sua cama de noivo

E ela me agradeceu

Yemanjá, odoiá

no colo de Yemanjá.

“Você melhorou de vida,

É que você mereceu”.

Yemanjá, odoiá

Odoiá-ê, odoiá

De fato o percentual das chamadas canções praieiras não chega a um quarto de suas canções. Mas não há impropriedade em se considerar Caymmi “cantor, poeta do mar”. É poeta em face da simplicidade, do cunho de oralidade de seu texto, se tivermos em conta que sua arte traduz a alma de seu povo, de sua terra. E seu texto é mais para ser ouvido que lido; ouvido, de preferência, na sua “voz de trovão”. Para fundamentar nossas palavras vamos buscar vozes de autoridades em matéria de arte. Sua biógrafa (2001: 488) nos conta o que dele falou o poeta maior, Drummond de Andrade, na comemoração dos setenta anos do compositor:

Que são setenta anos, diante da melodia que não conta tempo, não envelhece, enquanto as modas de cantar se sucedem e quase nada de música existe mais do que uma estação? Não há dia seguinte para o cancionista de Caymmi. A flor que o vento jogou no colo da morena de Itapuã⁷ não murchará ainda. Murchará um dia?

Da poeticidade de suas letras, a mesma biografia (p. 260) diz:

[...] a beleza da letra não a torna poesia, gênero da literatura que prescinde de qualquer apoio além da língua materna, como ensina o poeta Bruno Tolentino. Uma canção de qualidade associada intrinsecamente a uma bela letra inspirada, de modo que não se possa conceber uma sem a outra, tem um imenso valor, sem que para isso ela tenha de mudar de categoria e virar poesia.

Poeta do mar, sim, pela importância de seu canto das praias. Stella Caymmi, secundada sempre pelo avô, na pesquisa para sua biografia, diz (p. 318): “Aliás, foi no ano de 1954 que o compositor lançou o seu primeiro *long play* □ um dos seus discos mais importantes □ Canções praieiras, com “Saudade de Itapuã”, “É doce morrer no Mar”, “Noite de Temporal”, “Promessa de Pescador”, “O Mar”, “O Vento”, “O Bem do Mar” e “Quem vem Pra Beira do Mar” [...]

A divindade que os pescadores cultuam é Yemanjá, “orixá do rio Níger, dona das águas, senhora do mar, mãe dos Orixás”, na explicação de Brandi (2001: 566), divindade cuja saudação é “odoiá”, apontada por Barros (2001:250). É na sua “roça” ou “terreiro”, isto é, lugar de seu culto, que levam suas oferendas, e ela agradece possibilitando-lhes progredir na vida. Ao morrerem, as ondas do mar não são sepulcro, mas sim “sua cama de noivo, nos braços de Yemanjá”. Se temem a morte, ao mesmo tempo a desejam por quererem “viver com Yemanjá”.

Caymmi também frequentava cultos e ocupava posição destacada, junto com os amigos Jorge Amado e Carybê, na "roça" da Mãe Menininha do Gantois. Coincidentemente (?), quando o Governo da Bahia, querendo trazê-lo de volta para sua terra, lhe fez doação de uma casa, ele a escolheu na Pedra da Sereia, no Bairro do Rio Vermelho. Ademais, nas palavras de Stella, a canção *Sargaço Mar* é seu testamento musical. Na juventude, veraneava à beira-mar, na Praia de Itapuã e nela praticava naturismo junto aos amigos. Na idade adulta a cantava com tão bela gíngua de voz que sua estreita ligação com a praia, levou as autoridades a criarem ali uma praça, chamada Praça Caymmi. A praça foi, depois, cantada por Vinícius e Toquinho, na canção *Tarde em Itapuã*:

Um velho calção de banho,
O dia pra vadiar,
Um mar que não tem tamanho
E um arco-íris no ar.
Depois na Praça Caymmi
Sentir preguiça no corpo
E numa esteira de vime
Beber uma água de coco.

É bom
Passar a tarde em Itapuã,
Ao sol que arde em Itapuã,
Ouvindo o mar de Itapuã,
Falar de amor em Itapuã.

Também não deve ser estranho aproximar Dias de Melo e Caymmi: cada um deles falava do mar a sua maneira. O açoriano via o mar rubro ou chumbo, em vagalhões e vendaval, de dentro do barco onde o baleeiro suava e sangrava na luta pelo seu sustento e pelo respeito ao seu trabalho; já o brasileiro via o mar, em ondas verdes, a partir da praia. Seu pescador achava doce morrer no mar "bonito, bonito", certo de nele ver surgir Yemanjá, presenteá-la e ser por ela recompensado e, por fim, com ela viver.

Em síntese, Dias de Melo criou texto épico, vendo no mar um espaço de luta, onde se travava um embate por justiça social. Caymmi fez texto lúdico, ligeiro, de canção popular, cheio da malemolência baiana, cantando o mar como espaço de lazer, mesmo falando do trabalho e do culto à divindade que nele se exerce.

Com gênero e estilo diferentes, foi igual o amor que os motivou. Se um fez crônica romanceada, que nos dá conhecimento das lidas e lides dos baleeiros; o outro, em seu canto, fruiu da beleza e doçura do mar. Um arrebatado, comove, o outro embala, provoca vontade de dançar. Todavia, ambos nos tocam profundamente.

De uma coisa estamos certos: se nos Açores se diz que Dias de Melo "escrevia", no Brasil se pode dizer que Caymmi "vivencia". Agora mortos, um deixa de escrever e o outro de cantar, mas ambos continuarão para sempre vivos nos textos e canções que nos legaram.

NOTAS

1. Ita: Regionalismo: Brasil. embarcação que transportava tanto carga quanto passageiros entre o Norte e o Sul do Brasil (Houaiss)
2. Bico: Uso: informal. m. q. biscate; serviço eventual, de curta duração e não regular; bico (Houaiss)
3. De salto: repentinamente; dar o salto: Regionalismo: Portugal – fugir. (Houaiss)
4. Soldada: salário; soldo de tripulante de navio mercante (Houaiss)
5. Surriada: respingos de ondas ao rebentarem (Houaiss)
6. Segundo Estela Caymmi (2001: 573), letra da primeira versão para feita por Caymmi para o tema de abertura da novela *Porto dos Milagres*, da TV Globo, inspirada em *Mar Morto* de Jorge Amado, veiculada em 2201. A letra sofreu modificações de Dudu Falcão para se adaptar às necessidades do texto. A versão final recebeu o nome "Caminhos do Mar" [...] tema principal da novela".
7. Da canção "Saudade de Itapoã", sucesso lançado em abril de 1948. Portanto, em abril de 1984, aos setenta anos de Caymmi a canção já tinha trinta e seis anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDI, Reginaldo (2001) *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAYMMI, Stella (2001) *Dorival Caymmi: o mar e o tempo*. São Paulo: Editora 34.
- CASTRO, Yeda Pessoa de (2001) *Falares Africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: ABL / Topbooks.
- DUARTE, Luiz Fagundes (2003) "Não sei o que é que, no Pico, é ou não é Dias de Melo..." in MELO, Dias de (2008) *Pedras Negras*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, Dias de (2008) *Mar pela proa*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, Dias de (2008) *Mar Rubro*. 3 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, Dias de (2008) *Pedras Negras*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, João de (1980) "MAR RUBRO, a ideologia, o trabalho e a forma na novelística de Dias de Melo" in MELO, Dias de (2008) *Mar Rubro*. 3 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- MELO, João de (1978) *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*
- SÁ, Daniel de (2008) "Quando o mar vem pela proa" in MELO, Dias de (2008) *Mar Rubro*. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
- SEVERIANO, Jairo e MELLO, Zuza Homem de (1997 / 1998) *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*. Vol. I e II. São Paulo: Editora 34.

Compilação Chrys Chrystello © 2009 COLÓQUIOS DA LUSOFONIA™ Lagoa, S. Miguel, Açores, 31 de março a 4 de abril de 2009



Organizado por

COLÓQUIOS DA LUSOFONIA™